

TERMO DE REFERÊNCIA – TR

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para fornecimento de licenças de uso de sistema de gestão pública integrada, sem limite de usuários.

1.2. O serviço inclui migração de dados, implantação, treinamento, suporte técnico, manutenção e hospedagem em data center.

1.3. QUANTITATIVOS E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS:

1.3.1. Quantitativos Geral:

O valor total anual estimado da contratação é de R\$ 5.268.601,58 (cinco milhões duzentos e sessenta e oito mil seiscentos e um reais e cinquenta e oito centavos), referente a prestação dos serviços multientidades (Prefeitura, Câmara Municipal, CAGEPAR e PguáPrevidência), sendo contrato inicial para 24 meses.

Relatório Itens do Documento de Formalização de Demanda (DFD) N° 120/2026

N° Item	Cód. Produto	Descrição Produto	Unidade	Quantidade	Valor Estimado		Valor Atualizado	
					Unitário	Total	Unitário	Total
1	65581	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA - MUNICIPIO PARANAGUA	UNIDADE	1	R\$ 519.410,74	R\$ 519.410,74	R\$ 519.410,74	R\$ 519.410,74
2	65582	CAPACITAÇÃO E/OU CONSULTORIA - MUNICIPIO PARANAGUA	HORA	800	R\$ 128,05	R\$ 102.440,00	R\$ 128,05	R\$ 102.440,00
3	65583	LICENÇAS DE USO DO SISTEMA - MUNICIPIO DE PARANAGUA	MESES	24	R\$ 261.863,59	R\$ 6.284.726,16	R\$ 261.863,59	R\$ 6.284.726,16
4	65584	TÉCNICOS RESIDENTES - MUNICIPIO DE PARANAGUA	UNIDADE	120	R\$ 8.632,87	R\$ 1.035.944,40	R\$ 8.632,87	R\$ 1.035.944,40
5	65585	DATA CENTER - PROVIMENTO	UNIDADE	24	R\$ 30.215,03	R\$ 725.160,72	R\$ 30.215,03	R\$ 725.160,72
6	45589	SERVIÇOS DE CUSTOMIZAÇÃO - MUNICIPIO DE PARANAGUA	HORA	3810	R\$ 128,05	R\$ 487.870,50	R\$ 128,05	R\$ 487.870,50
7	65588	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA - CAMARA MUNICIPAL DE PARANAGUA	UNIDADE	1	R\$ 32.373,25	R\$ 32.373,25	R\$ 32.373,25	R\$ 32.373,25
8	65593	CAPACITAÇÃO E/OU CONSULTORIA - CAMARA MUNICIPAL DE PARANAGUA	HORA	400	R\$ 128,05	R\$ 51.220,00	R\$ 128,05	R\$ 51.220,00
9	65590	LICENÇAS DE USO DO SISTEMA - CAMARA MUNICIPAL DE PARANAGUA	MESES	24	R\$ 8.848,69	R\$ 212.368,56	R\$ 8.848,69	R\$ 212.368,56
10	65600	TÉCNICOS RESIDENTES - CM PARANAGUA	UNIDADE	24	R\$ 8.632,87	R\$ 207.188,88	R\$ 8.632,87	R\$ 207.188,88
11	65596	SERVIÇOS DE CUSTOMIZAÇÃO - CAMARA MUNICIPAL DE PARANAGUA	HORA	600	R\$ 128,05	R\$ 76.830,00	R\$ 128,05	R\$ 76.830,00
12	65589	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA - CAGEPAR	UNIDADE	1	R\$ 46.761,35	R\$ 46.761,35	R\$ 46.761,35	R\$ 46.761,35
13	65594	CAPACITAÇÃO E/OU CONSULTORIA - CAGEPAR	HORA	300	R\$ 128,05	R\$ 38.415,00	R\$ 128,05	R\$ 38.415,00
14	65591	LICENÇAS DE USO DO SISTEMA - CAGEPAR	MESES	24	R\$ 7.913,46	R\$ 189.923,04	R\$ 7.913,46	R\$ 189.923,04
15	65597	SERVIÇOS DE CUSTOMIZAÇÃO - CAGEPAR	HORA	360	R\$ 128,05	R\$ 46.098,00	R\$ 128,05	R\$ 46.098,00
16	65599	IMPLANTACAO DE SISTEMA - PARANAGUA PREV	UNIDADE	1	R\$ 46.761,35	R\$ 46.761,35	R\$ 46.761,35	R\$ 46.761,35
17	65595	CAPACITAÇÃO E/OU CONSULTORIA - PARANAGUA PREVIDENCIA	HORA	300	R\$ 128,05	R\$ 38.415,00	R\$ 128,05	R\$ 38.415,00
18	65592	LICENÇAS DE USO DO SISTEMA - PARANAGUA PREVIDENCIA	MESES	24	R\$ 12.949,30	R\$ 310.783,20	R\$ 12.949,30	R\$ 310.783,20
19	65598	SERVIÇOS DE CUSTOMIZAÇÃO - PARANAGUA PREV	HORA	660	R\$ 128,05	R\$ 84.513,00	R\$ 128,05	R\$ 84.513,00

1.3.2. Entes interessados que participarão desta intenção de contratação:

ENTES PARTICIPANTES	LOTE ÚNICO
MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ	ITEM 01
CAMARA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ - CMP	ITEM 02





CAGEPAR	ITEM 03
PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA - PGUAPREV	ITEM 04

1.3.3. Quantitativos por Ente correspondente a prestação de serviços por 24 meses (Todos os valores deverão ser apresentados na proposta comercial pelas interessadas, item a item, e ainda deverão respeitar o valor máximo admissível para os itens em lote único):

ITEM 01 - MUNICIPIO DE PARANAGUÁ

Ordem	Produto - Descrição	Quantidade	Produto - Código	Valor - Unitário	Valor - Total
1	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA - MUNICIPIO PARANAGUA	1,00000	65581	519.410,7400	519.410,74
2	CAPACITAÇÃO E/OU CONSULTORIA - MUNICIPIO PARANAGUA	800,00000	65582	128,0500	102.440,00
3	LICENÇAS DE USO DO SISTEMA - MUNICIPIO DE PARANAGUA	24,00000	65583	261.863,5900	6.284.726,16
4	TÉCNICOS RESIDENTES - MUNICIPIO DE PARANAGUA	120,00000	65584	8.632,8700	1.035.944,40
5	DATA CENTER - PROVIMENTO	24,00000	65585	30.215,0300	725.160,72
6	SERVIÇOS DE CUSTOMIZAÇÃO - MUNICIPIO DE PARANAGUA	3.810,00000	45589	128,0500	487.870,50

ITEM 02 - CAMARA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

Ordem	Produto - Descrição	Quantidade	Produto - Código	Valor - Unitário	Valor - Total
7	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA - CAMARA MUNICIPAL DE PARANAGUA	1,00000	65588	32.373,2500	32.373,25
8	CAPACITAÇÃO E/OU CONSULTORIA - CAMARA MUNICIPAL DE PARANAGUA	400,00000	65593	128,0500	51.220,00
9	LICENÇAS DE USO DO SISTEMA - CAMARA MUNICIPAL DE PARANAGUA	24,00000	65590	8.848,6900	212.368,56
10	TÉCNICOS RESIDENTES - CM PARANAGUA	24,00000	65600	8.632,8700	207.188,88
11	SERVIÇOS DE CUSTOMIZAÇÃO - CAMARA MUNICIPAL DE PARANAGUA	600,00000	65596	128,0500	76.830,00

ITEM 03 - CAGEPAR

Ordem	Produto - Descrição	Quantidade	Produto - Código	Valor - Unitário	Valor - Total
12	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA - CAGEPAR	1,00000	65589	46.761,3500	46.761,35
13	CAPACITAÇÃO E/OU CONSULTORIA - CAGEPAR	300,00000	65594	128,0500	38.415,00
14	LICENÇAS DE USO DO SISTEMA - CAGEPAR	24,00000	65591	7.913,4600	189.923,04
15	SERVIÇOS DE CUSTOMIZAÇÃO - CAGEPAR	360,00000	65597	128,0500	46.098,00

ITEM 04 - PARANAGUÁ PREVIDENCIA

Ordem	Produto - Descrição	Quantidade	Produto - Código	Valor - Unitário	Valor - Total
16	IMPLANTACAO DE SISTEMA - PARANAGUA PREV	1,00000	65599	46.761,3500	46.761,35
17	CAPACITAÇÃO E/OU CONSULTORIA - PARANAGUA PREVIDENCIA	300,00000	65595	128,0500	38.415,00
18	LICENÇAS DE USO DO SISTEMA - PARANAGUA PREVIDENCIA	24,00000	65592	12.949,3000	310.783,20
19	SERVIÇOS DE CUSTOMIZAÇÃO - PARANAGUA PREV	660,00000	65598	128,0500	84.513,00

Obs.: Os técnicos residentes das tabelas acima permanecerão alocados de forma fixa durante toda a vigência do contrato, permitindo-se substituição apenas em casos justificados e autorizados pela Administração.

1.4. O objeto caracteriza-se como serviço de natureza continuada, essencial para o



funcionamento da administração pública municipal, envolvendo tecnologia da informação e comunicação.

- 1.5. Poderá ser prorrogada até os limites do art. 114 da Lei n.º 14.133/2021.
- 1.6. O item 5 “Data Center – Provimento”, deverá atender todos os entes, e ficará centralizado no item 1.

2. FUNDAMENTOS DA CONTRATAÇÃO

NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. O município de Paranaguá, conforme dados do IBGE de 2022, com divulgação no sítio eletrônico “<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pr/paranagua.html>”, possui uma população estimada de 150.104 pessoas, sendo que a maioria dessa população utiliza os serviços prestados pelas 4 (quatro) entidades municipais.
- 2.2. A Administração Pública por força Constitucional deve prestar serviços à população com qualidade, e a medida em que as atividades foram evoluindo, houve necessidade de investir na área de tecnologia da informação para substituir os processos manuais, de forma a ampliar e otimizar a prestação de serviços. Desta forma foram implantados diversos sistemas informatizados ao longo do tempo, cuja integração tornou-se obrigatória para possibilitar o controle dos dados, a análise e o processamento automatizado das informações.
- 2.3. Atualmente o Município de Paranaguá possui um Sistema de Gestão Pública Municipal locado, o Sistema Atende.Net, contratado junto a empresa IPM Sistemas Ltda, por meio do Contrato de nº 69/2022, resultante do processo de licitação por meio de Pregão Eletrônico nº 15/2022, vigente até 04/04/2026, o Sistema Atende.Net atende com mais de 40 (quarenta) grupos de rotinas a todas as secretarias do Município de Paranaguá.
- 2.4. Tendo em vista ainda o que dispõe os Decretos Federais nº 10.540 de 05/11/2020 e nº 11.644 de 16/08/2023, que versam sobre o padrão mínimo de qualidade do Sistema Único Integrado - SIAFIC, desde de 1º de janeiro de 2023, todas as 4 (quatro) entidades do município: Poder Executivo, Poder Legislativo, Cagepar e Paranaguá Previdência, já atendem as normativas utilizando o mesmo sistema informatizado com banco de dados unificados e integrado para as áreas de execução orçamentária, administração financeira, controle da execução orçamentária e financeira, gestão contábil e patrimonial, cabendo ao Poder Executivo Municipal a coordenação das atividades para o atendimento do referido decreto.



- 2.5. Os 4 (quatro) entes municipais já utilizam o mesmo sistema, o Atende.Net, contratados com a empresa IPM Sistemas Ltda, mas cada uma com um contrato independente, realizados em processos de contratação independentes:

Entidade	Processo Licitatório	Contrato	Vencimento	Valor do contrato atualizado
Prefeitura Municipal	PE 15/2022	69/2022	04/04/2026	R\$ 4.508.180,88
Câmara Municipal	Inex 03/2025	25/2025	03/04/2026	R\$ 53.900,00 (ref. 5 meses e 15 dias)
Paranaguá Previdência	Inex 19/2022	25/2022	03/04/2026	R\$ 222.039,78
CAGEPAR	PE 15/2022	03/2022	08/07/2026	R\$ 48.112,76

- 2.6. Entende-se que para apoiar o uso da Tecnologia da Informação (TI) na automatização de processos de trabalho, na estruturação de informações para dar suporte à gestão e até na transformação do negócio das organizações públicas, são necessárias contratações de diversos produtos e serviços relacionados à TI. A gestão da TI é um processo que envolve o uso de recursos públicos significativos, comprometimento e atuação de pessoas, resultando na transparência e eficiência da gestão.

- 2.7. A Administração do Município de Paranaguá vem evidenciar a necessidade da contínua padronização, controle e gestão de dados e informações, agilidade e confiabilidade na busca das informações, relatórios integrados, destacando-se que a falta de integração das informações de forma organizada e sistemática cria inúmeras dificuldades na construção de um ambiente eficaz, no que se refere principalmente à disponibilidade e qualidade das informações para tomada de decisões.

- 2.8. Para a efetividade da política municipal de contínua modernização administrativa, é fundamental que a gestão e o controle dos dados sejam informatizados. Para tal, as entidades municipais dependem das melhores tecnologias disponíveis no mercado e de prestadores de serviços que tenham a expertise necessária para realizar implantação e prestar o suporte no desenvolvimento das centenas de atividades e milhares de dados geridos diariamente.



- 2.9. Com o objetivo de atender os Decretos Federais nº 10.540 de 05/11/2020 e nº 11.644 de 16/08/2023, este novo processo de contratação busca unificar a contratação de um único sistema para as entidades municipais.
- 2.10. A Administração Municipal vem evidenciar a necessidade da contínua padronização, controle e gestão de dados e informações, agilidade e confiabilidade na busca das informações, relatórios integrados, destacando-se que a não integração das informações de forma organizada e sistemática cria inúmeras dificuldades na construção de um ambiente eficaz no que se refere principalmente à disponibilidade e qualidade das informações para tomada de decisões.
- 2.11. Para a efetividade da política municipal de contínua modernização administrativa, é fundamental que a gestão e o controle dos dados sejam informatizados. Para tal, as entidades municipais dependem das melhores tecnologias disponíveis no mercado e de prestadores de serviços que tenham a expertise necessária para realizar implantação e prestar o suporte no desenvolvimento das centenas de atividades e milhares de dados geridos diariamente.
- 2.12. A não contratação de um Sistema de Gestão Pública Municipal Integrado acarretaria em uma paralisação de quase todas as atividades administrativas e operacionais das entidades municipais, pois a maioria dos processos hoje são digitais e atendidos pelos portais dos entes.
- 2.13. Nesse contexto, o presente Termo de Referência vem trazer as condições mínimas para o bom funcionamento da gestão e os parâmetros de preços praticados no mercado.
- 2.14. Segue abaixo algumas das vantagens de se fazer um contrato para soluções complexas por um período de tempo mais longo:
- 2.15. Permite uma economia nos custos pois os fornecedores podem negociar um preço mais vantajoso;
- 2.16. Soluções mais complexas demandam longos períodos de análise, levantamento de dados, testes, consultas dos fornecedores, todo esse trâmite e rito burocrático pode ultrapassar facilmente um período de 12 (doze) meses ou mais, o que para períodos de contratação mais curtos, inviabiliza ou torna essas contratações extremamente custosas.
- 2.17. O planejamento estratégico para um contrato de longo prazo, permite que o órgão contratante planeje suas atividades de uma forma mais estratégica, alinhando a solução contratada com os objetivos e metas de longo prazo da organização.
- 2.18. Foco na qualidade, quando há um contrato de longo prazo disponível, o licitante vencedor tem um incentivo maior para entregar produtos ou serviços de alta qualidade e cumprir os



requisitos acordados, uma vez que a satisfação contínua é essencial para manter o contrato ao longo do tempo.

3. DESCRIÇÃO DETALHADA DOS PRODUTOS/SERVIÇOS

3.1. Ver **ANEXO IIIA** deste Termo de Referência, em que há descrição pormenorizada completa do escopo dos serviços/produtos.

3.2. Os módulos a serem contratados estão resumidos abaixo e detalhados conforme item 3.1. deste TR:

MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ - SECRETARIAS MUNICIPAIS (EXCETO SAÚDE)			
Item	Descrição / Especificações mínimas	Qtd	Unid
1	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA		
1.1	Serviços de Diagnóstico	1	Unid
1.2	Serviços de Configuração	1	Unid
1.2	Serviços de Migração de informações	1	Unid
1.2	Serviços de Implantação do sistema para uso	1	Unid
2	TREINAMENTO DE USUÁRIOS		
2.1	Serviços de treinamento dos servidores na implantação para o melhor aproveitamento do sistema	1	Serviço
3	LICENÇAS DE USO DO SISTEMA		
3.1.	Planejamento e Orçamento	24	Mês
3.2	Escrituração contábil, Execução financeira e P. Contas	24	Mês
3.1.	Controle interno	24	Mês
3.3	Pessoal e Folha de pagamento	24	Mês
3.1.	Segurança e Saúde do Servidor	24	Mês
3.4	Estágio probatório	24	Mês
3.1.	Recrutamento e seleção	24	Mês
3.5	Treinamento e desenvolvimento	24	Mês
3.1.	Ponto eletrônico	24	Mês
3.6	Avaliação de Desempenho	24	Mês
3.1.	Compras e licitações	24	Mês
3.7	Inclusão e controle de contratos	24	Mês
3.1.	Patrimônio	24	Mês
3.8	Almoxarifado	24	Mês





3.1.	Controle de frota e combustíveis	24	Mês
3.9	Gestão de Procuradoria	24	Mês
3.1.	Legislação	24	Mês
3.10	Portal da transparência	24	Mês
3.1.	Portal de serviços e autoatendimento	24	Mês
3.11	Processo digital	24	Mês
3.1.	Memorando	24	Mês
3.12	Ouvidoria	24	Mês
3.1.	Serviços públicos	24	Mês
3.13	Gestão Ambiental	24	Mês
3.1.	Fiscalização fazendária	24	Mês
3.14	Simples nacional	24	Mês
3.1.	Escrita fiscal eletrônica	24	Mês
3.15	Nota fiscal eletrônica de serviços	24	Mês
3.1.	Gestão da Arrecadação	24	Mês
3.16	Gestão de IPTU e taxas	24	Mês
3.1.	Gestão de ITBI e taxas	24	Mês
3.17	Gestão do ISS e Taxas	24	Mês
3.1.	Gestão de Receitas diversas	24	Mês
3.18	Contribuição de Melhoria	24	Mês
3.1.	ISS Bancos	24	Mês
3.19	Nota Fiscal Premiada	24	Mês
3.1.	Domicílio Eletrônico	24	Mês
3.20	Gestao de malha fina	24	Mês
3.1.	Gestão de Obras e posturas	24	Mês
3.21	Gestão de Cemitérios	24	Mês
3.1.	Gestão da Dívida ativa	24	Mês
3.22	APP (Aplicativo Mobile de Serviços e Autoatendimento)	24	Mês
3.1.	Gestao de abertura de empresas - REDESIM	24	Mês
3.23	Indicadores de Gestão	24	Mês
3.1.	Gestão Eletrônica de Documentos - GED	24	Mês
4	TÉCNICOS RESIDENTES		
4.1	Disponibilização de serviço profissional com conhecimento no sistema para atendimento técnico local, durante o horário de expediente/atendimento da Prefeitura Municipal, período matutino e vespertino, até 8 horas diárias, 5 dias por semana, exceto sábados, domingos e feriados.	72	Unid





5	DATA CENTER DO SISTEMA		
5.1	Gestão e provimento de datacenter (gestão, disponibilidade, hospedagem, processamento, segurança e bkp)	24	Mês
6	CUSTOMIZAÇÃO DO SISTEMA		
6.1	Serviços de atendimento técnico e outros não incluídas atividades de personalização e customização de softwares ou no atendimento dos técnicos residentes.	300	Hora
6.2	Serviços de personalização e customização de softwares e serviços correlatos.	300	Hora
6.3	Serviços do Projeto Prefeitura Digital, englobando a integração ao sistema dos fluxos de processos (tecnologia de workflow).	3.210	Hora

	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
Item	Descrição / Especificações mínimas	Qtd	Um.
1	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA (SEMSA)		
1.1	Serviços de Diagnóstico	1	Unid
1.2	Serviços de Configuração	1	Unid
1.3	Serviços de Migração de informações	1	Unid
1.4	Serviços de Habilitação do sistema para uso	1	Unid
2	TREINAMENTO DE USUÁRIOS		
2.1	Serviços de treinamento dos usuários	1	Serviço
3	LICENÇAS DE USO DO SISTEMA		
3.1	Cadastros Nacionais e Agendamentos	24	Mês
3.2	Faturamento	24	Mês
3.3	Ambulatório	24	Mês
3.4	Farmácia	24	Mês
3.5	Prontuário Médico	24	Mês
3.6	Prontuário Odontológico	24	Mês
3.7	Controle de TFD	24	Mês
3.8	E-SUS (Atenção Primária)	24	Mês
3.9	AIH	24	Mês
3.10	Imunizações	24	Mês
3.11	Transporte	24	Mês
3.12	Acesso Móvel Paciente	24	Mês
3.13	UPA	24	Mês
3.14	Regulação	24	Mês





3.15	RAAS	24	Mês
3.16	Atendimento Hospitalar	24	Mês
3.17	SAMU	24	Mês
3.18	Radiologia	24	Mês
3.19	CAPS	24	Mês
3.20	Controle de Zoonoses	24	Mês
3.21	Laboratório	24	Mês
3.22	Interfaceamento com Laboratórios	24	Mês
3.23	Acesso ACS	24	Mês
3.24	Ecografia	24	Mês
3.25	Atendimento Social	24	Mês
3.26	Vigilâncias	24	Mês

	CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ		
Item	Descrição / Especificações mínimas	Qtd	Um.
1	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA		
1.1	Serviços de Diagnóstico	1	Unid
1.2	Serviços de Configuração	1	Unid
1.3	Serviços de Migração de informações	1	Unid
1.4	Serviços de Habilitação do sistema para uso	1	Unid
2	TREINAMENTO DE USUÁRIOS		
2.1	Serviços de treinamento dos servidores na implantação para o melhor aproveitamento do sistema.	1	Serviço
3	LICENÇAS DE USO DO SISTEMA		
3.1	Planejamento e Orçamento	24	Mês
3.2	Escrituração contábil, Execução financeira e P. Contas	24	Mês
3.3	Controle interno	24	Mês
3.4	Pessoal e Folha de pagamento	24	Mês
3.5	Segurança e Saúde do Servidor	24	Mês
3.6	Estágio probatório	24	Mês
3.7	Recrutamento e seleção	24	Mês
3.8	Treinamento e desenvolvimento	24	Mês
3.9	Ponto eletrônico	24	Mês
3.10	Avaliação de Desempenho	24	Mês
3.11	Compras e licitações	24	Mês





3.12	Inclusão e controle de contratos	24	Mês
3.13	Patrimônio	24	Mês
3.14	Almoxarifado	24	Mês
3.15	Controle de frota e combustíveis	24	Mês
3.16	Gestão de Procuradoria	24	Mês
3.17	Legislação	24	Mês
3.18	Portal da transparência	24	Mês
3.19	Portal de serviços e autoatendimento	24	Mês
3.20	Processo digital	24	Mês
3.21	Memorando	24	Mês
3.22	Ouvidoria	24	Mês
3.23	APP (Aplicativo Mobile de Serviços e Autoatendimento)	24	Mês
3.24	Indicadores de Gestão	24	Mês
3.25	GED – Gestão Eletrônica de Documentos	24	Mês
4	TÉCNICOS RESIDENTES		
4.1	Disponibilização de serviço profissional com conhecimento no sistema para atendimento técnico local, durante o horário de expediente/atendimento da Prefeitura Municipal, período matutino e vespertino, até 8 horas diárias, 5 dias por semana, exceto sábados, domingos e feriados.	24	Mês
5	CUSTOMIZAÇÃO DO SISTEMA		
5.1	Serviços de atendimento técnico e outros não incluídas atividades de personalização e customização de softwares ou no atendimento dos técnicos residentes.	300	Hora
5.2	Serviços de personalização e customização de softwares e serviços correlatos.	300	Hora

	CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ		
Item	Descrição / Especificações mínimas	Qtd	Un.
1	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA		
1.1	Serviços de Diagnóstico	1	Unid
1.2	Serviços de Configuração	1	Unid
1.3	Serviços de Migração de informações	1	Unid
1.4	Serviços de Habilitação do sistema para uso	1	Unid
2	TREINAMENTO DE USUÁRIOS		
2.1	Serviços de treinamento dos servidores na implantação para o melhor aproveitamento do sistema.	1	Serviço





3	LICENÇAS DE USO DO SISTEMA		
3.1	Planejamento e Orçamento	24	Mês
3.2	Escrituração contábil, Execução financeira e P. Contas	24	Mês
3.3	Controle interno	24	Mês
3.4	Pessoal e Folha de pagamento	24	Mês
3.5	Segurança e Saúde do Servidor	24	Mês
3.6	Estágio probatório	24	Mês
3.7	Recrutamento e seleção	24	Mês
3.8	Treinamento e desenvolvimento	24	Mês
3.9	Ponto eletrônico	24	Mês
3.10	Avaliação de Desempenho	24	Mês
3.11	Compras e licitações	24	Mês
3.12	Inclusão e controle de contratos	24	Mês
3.13	Patrimônio	24	Mês
3.14	Almoxarifado	24	Mês
3.15	Controle de frota e combustíveis	24	Mês
3.16	Gestão de Procuradoria	24	Mês
3.17	Legislação	24	Mês
3.18	Portal da transparência	24	Mês
3.19	Portal de serviços e autoatendimento	24	Mês
3.20	Processo digital	24	Mês
3.21	Memorando	24	Mês
3.22	Ouvidoria	24	Mês
3.23	APP (Aplicativo Mobile de Serviços e Autoatendimento)	24	Mês
3.24	Indicadores de Gestão	24	Mês
3.25	GED – Gestão Eletrônica de Documentos	24	Mês
4	TÉCNICOS RESIDENTES		
4.1	Disponibilização de serviço profissional com conhecimento no sistema para atendimento técnico local, durante o horário de expediente/atendimento da Prefeitura Municipal, período matutino e vespertino, até 8 horas diárias, 5 dias por semana, exceto sábados, domingos e feriados.	24	Mês
5	CUSTOMIZAÇÃO DO SISTEMA		
5.1	Serviços de atendimento técnico e outros não incluídas atividades de personalização e customização de softwares ou no atendimento dos técnicos residentes.	300	Hora
5.2	Serviços de personalização e customização de softwares e serviços correlatos.	300	Hora





	CENTRAL DE ÁGUA, ESGOTO E SERVIÇOS CONCEDIDOS DO LITORAL DO PARANÁ - CAGEPAR		
Item	Descrição / Especificações mínimas	Qtd	Un.
1	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA		
1.1	Serviços de Diagnóstico	1	Unid
1.2	Serviços de Configuração	1	Unid
1.3	Serviços de Migração de informações	1	Unid
1.4	Serviços de Habilitação do sistema para uso	1	Unid
2	TREINAMENTO DE USUÁRIOS		
2.1	Serviços de treinamento dos servidores na implantação para o melhor aproveitamento do sistema.	1	Serviço
3	LICENÇAS DE USO DO SISTEMA		
3.1	Planejamento e Orçamento	24	Mês
3.2	Escrituração contábil, Execução financeira e P. Contas	24	Mês
3.3	Pessoal e Folha de pagamento	24	Mês
3.4	Segurança e Saúde do Servidor	24	Mês
3.5	Ponto eletrônico	24	Mês
3.6	Treinamento e desenvolvimento	24	Mês
3.7	Compras e licitações	24	Mês
3.8	Inclusão e controle de contratos	24	Mês
3.9	Patrimônio	24	Mês
3.10	Almoxarifado	24	Mês
3.11	Controle de frota e combustíveis	24	Mês
3.12	APP (Aplicativo Mobile de Serviços e Autoatendimento)	24	Mês
3.13	Portal de serviços e autoatendimento	24	Mês
3.14	Ouvidoria	24	Mês
3.15	Memorando	24	Mês
3.16	Gestão de Procuradoria	24	Mês
3.17	Processo digital	24	Mês
4	CUSTOMIZAÇÃO DO SISTEMA		
4.1	Serviços de personalização e customização de softwares e serviços correlatos.	60	Hora
4.2	Serviços do Projeto Prefeitura Digital, englobando a integração ao sistema dos fluxos de processos (tecnologia de workflow).	300	Hora





PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA			
	PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA		
Item	Descrição / Especificações mínimas	Qtd	Um.
1	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA		
1.1	Serviços de Diagnóstico	1	Unid
1.2	Serviços de Configuração	1	Unid
1.3	Serviços de Migração de informações	1	Unid
1.4	Serviços de Habilitação do sistema para uso	1	Unid
2	TREINAMENTO DE USUÁRIOS		
2.1	Serviços de treinamento dos servidores na implantação para o melhor aproveitamento do sistema.	1	Serviço
3	LICENÇAS DE USO DO SISTEMA		
3.1	Planejamento e Orçamento	24	Mês
3.2	Escrituração contábil, Execução financeira e P. Contas – Com relatórios específicos de despesa e receita aos Conselhos de Administração e Fiscal	24	Mês
3.3	Controle interno	24	Mês
3.4	Pessoal e Folha de pagamento	24	Mês
3.5	Segurança e Medicina do Trabalho	24	Mês
3.6	Estágio probatório	24	Mês
3.7	Recrutamento e seleção	24	Mês
3.8	Treinamento e desenvolvimento	24	Mês
3.9	Ponto eletrônico	24	Mês
3.10	Compras e licitações	24	Mês
3.11	Inclusão e controle de contratos	24	Mês
3.12	Patrimônio	24	Mês
3.13	Almoxarifado	24	Mês
3.14	Controle de frota e combustíveis	24	Mês
3.15	Gestão de Procuradoria	24	Mês
3.16	Legislação	24	Mês
3.17	Portal da transparência	24	Mês
3.18	Portal de serviços e autoatendimento com cadastramento on-line (ser validação para RPPS)	24	Mês
3.19	Processo digital	24	Mês





3.20	Ouvidoria	24	Mês
3.21	Gestão de Receitas diversas	24	Mês
3.22	APP (Aplicativo Mobile de Serviços e Autoatendimento)	24	Mês
3.23	Indicadores de Gestão – Relatório de Gestão nos moldes dos Manual de Pró-Gestão RPPS versão 3.6 da Portaria nº 446 da SRPC, publicada no DOU em 21/02/2025	24	Mês
3.24	GED – Gestão Eletrônica de Documentos	24	Mês
4	CUSTOMIZAÇÃO DO SISTEMA		
4.1	Serviços de personalização e customização de softwares e serviços correlatos.	60	Hora
4.2	Serviços do Projeto Previdência Digital, englobando a integração ao sistema dos fluxos de processos (tecnologia de workflow).	600	Hora

4. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

4.1. **Condições de execução:** A execução do objeto se dará da seguinte forma:

4.1.1. Início da execução do objeto: até 10 (dez) dias úteis após o recebimento do ata/contrato/empenho.

4.2. A execução seguirá as seguintes etapas:

Etapas	Período	A partir de (dias úteis)	Após
1. Reunião de Ajuste Inicial	1 dia corrido	5	Assinatura da Ata e/ou contrato
2. Implantação dos Serviços (módulos)	180 dias consecutivos	10	Recebimento do empenho ou contrato
2.1. Instalação e Configuração	150 dias consecutivos	10	Recebimento do empenho ou contrato
2.2. Migração de Dados Inicial			
2.3. Capacitação Inicial			
2.4. Desenvolvimento de Fluxos			
2.5. Homologação da implantação			
2.6. Desenvolvimento de Rotinas Pontuais			



2.7. Migração de Dados Definitiva			
2.8. Homologação das Implantações	30 dias consecutivos	1	Após finalização do Item 2.7
3. Serviços mensais de atendimento de suporte técnico e garantia	24 meses	1	Após finalização do Item 2.8
4. Serviços por demanda de capacitação/consultoria e customização	24 meses	1	Após finalização do Item 2.8
5. Serviços mensais de manutenção da infraestrutura de data center	24 meses	1	Após finalização do Item 2.8
6. Serviços mensais de manutenção do sistema atualizado	24 meses	1	Após finalização do Item 2.8

4.3. Informações relevantes para o dimensionamento da proposta: As demandas das entidades tem como base as seguintes características:

4.4. Para efeitos de composição de preço do serviço de item Provedimento de data center, informamos a quantidade de espaço utilizado pelas informações armazenadas no sistema atual pelas 4 (quatro) entidades municipais, com informações atualizadas até a data de 12/11/2025 (há também no anexo deste TR, informações detalhadas de provimento (link, Vcpu, Memória, Hd Banco de dados, Hd – Arquivos, HD backup. Bem como estatística de uso de aplicações, serviços de autoatendimento, cadastros econômicos, e demais):

4.5. Banco de dados PostGre: 3,186 TB

4.6. Arquivos armazenados fora do banco de dados: 365 GB Totalizando: 3,542 TB

4.7. Em relação ao espaço total de armazenamento, estimamos um acréscimo de até 20%, para um período de 24 (vinte e quatro) meses, que deverá estar contemplado no valor do item (Provedimento Data Center).

4.8. Para um melhor dimensionamento dos recursos de infraestrutura do sistema, seguem algumas informações relevantes com relação ao número de usuários:

Município de Paranaguá: Usuários Internos 4.292 e Usuários Externos 55.157;

Câmara Municipal de Paranaguá: Usuários Internos 91;

Paranaguá Previdência: 25 usuários internos;

Cagepar: 25 usuários Internos.



4.9. A quantidade de usuários a serem capacitados em cada uma das entidades municipais estão relacionados abaixo:

Município de Paranaguá: 1.200 usuários;

Câmara Municipal de Paranaguá: 40 usuários;

Paranaguá Previdência: 15 usuários;

Cagepar: 15 usuários.

4.10. Os serviços de implantação dos módulos ou grupo de rotinas já existentes nas entidades municipais, não poderão ser cobrados, em caso da CONTRATADA vir a ser a atual fornecedora do sistema em uso pelas entidades municipais, tendo em vista que as entidades municipais não podem pagar pelo mesmo serviço de implantação em duas ocasiões.

4.11. A atual contratada de todos os entes deste Município é a empresa IPM SISTEMAS LTDA.

4.12. **Da Transição Contratual:** o processo de transferência de responsabilidades e obrigações de um contrato de um fornecedor para outro. É um processo necessário e extremamente importante que deve ser realizado de forma organizada e eficiente para garantir a continuidade da prestação dos serviços contratados.

4.13. Ao término do CONTRATO, seja por decurso de vigência ou por rescisão antecipada, a CONTRATADA fica obrigada a promover atividades de encerramento contratual, em conjunto com as entidades municipais, para garantir a transferência de todas informações armazenadas pelo sistema, sem perda de informações, sem ônus adicionais às entidades municipais, até a conclusão final da migração para o novo sistema.

4.14. **Do Encerramento do Contrato:** Após o encerramento do contrato, a CONTRATADA deverá:

4.14.1. Em qualquer das hipóteses de encerramento da vigência do contrato ou sua rescisão por qualquer motivo, a CONTRATADA deverá disponibilizar o sistema, com todos os módulos, grupos de rotinas e rotinas, juntamente com as informações armazenadas, apenas para “CONSULTA”, ou seja, terá o uso para produção bloqueado, sem necessidade de atualizações ou suporte técnico, mantendo o acesso de consulta a todas as funcionalidades do sistema e de leitura a todas informações;

4.14.2. Essa disponibilização poderá ser no data center da CONTRATADA por um período de até 12 (doze) meses, ou indefinidamente, caso as entidades municipais optem por manter em data center de sua responsabilidade, devendo a CONTRATADA realizar toda a instalação



e configuração referente ao sistema, necessária para o funcionamento do mesmo nesse ambiente.

4.15. Somente após o atendimento do item 4.14.2, a CONTRATADA deverá:

4.15.1. Realizar a desativação do acesso ao sistema;

4.15.2. Realizar a eliminação e o descarte seguro de todas as informações armazenadas das entidades municipais, em todos os dispositivos e meios de armazenamento.

4.15.3. Retirar todo e qualquer bem de que seja proprietária e que, eventualmente, esteja alocado nas instalações do CONTRATANTE;

4.15.4. Assim como providenciar a devolução de recursos que lhe tenham sido eventualmente cedidos pelo CONTRATANTE;

4.15.5. E, quando for o caso, a desinstalação de recursos de software de sua propriedade mantidos no ambiente do CONTRATANTE;

4.15.6. Manter todas as informações referentes a todos os documentos digitais assinados digitalmente no sistema para fins de futuras consultas e validação dos mesmos, tanto para documentos gerados pelo próprio sistema como os documentos incluídos pelos usuários.

4.15.7. **Da Logística Reversa:** não se aplica a este objeto de contratação.

4.16. Do Sistema de Avaliação de Desempenho - SAD

4.16.1. O SAD visa garantir a qualidade dos serviços que serão prestados por meio de indicadores objetivos e mensuráveis, a medição será realizada após a conclusão da execução mensal dos serviços, através dos seguintes indicadores:

4.16.2. Tempo Máximo de Resolução de Atendimentos e Inconsistências do Sistema;

4.16.3. Tempo Máximo de Realização da reunião inicial para serviços de customização;

4.16.4. Tempo Máximo de Devolução de Informações de Desenvolvimento após aprovação de orçamento.

4.16.5. Forma de medição do Indicador Tempo Máximo de Resolução de atendimento e inconsistências do sistema:

4.16.6. Ficam estabelecidos os seguintes níveis de severidade e tempo máximo de resolução para indisponibilidade do sistema e atendimento às inconsistências, conforme tabela abaixo:

Nível de Severidade	Descrição	Tempo Máximo de Resolução
---------------------	-----------	---------------------------



Altíssima	O sistema está inacessível, ou inoperante, ou a resposta do sistema está muito lenta, comprometendo totalmente o regular desempenho das atividades	2 horas úteis
Alta	O sistema está acessível, mas o tempo de resposta do sistema está lento, ou o sistema compromete o regular desempenho das atividades, ou gerando valores errados, ou as inconsistências impedem ou limitam o uso de funcionalidades e não existe alternativa ao usuário	8 horas úteis
Média	O sistema está acessível, mas o sistema compromete o regular desempenho das atividades, ou está gerando valores errados, porém as inconsistências podem ser corrigidas manualmente no sistema	24 horas úteis
Baixa	O problema é um erro detectado em alguma funcionalidade que causa dificuldade para o desempenho das atividades e/ou resulta em redução da produtividade, porém existem alternativas disponíveis no sistema ao usuário e/ou há tempo hábil para aguardar a respectiva resolução	20 dias úteis

- 4.17. A contagem do início do Tempo Máximo de Resolução do atendimento se dará a partir do horário de abertura do chamado no sistema de atendimento da CONTRATADA.
- 4.18. Forma de medição do indicador Tempo Máximo de Realização da reunião inicial para serviços de customização:
- 4.18.1. Em caso de não realização da Reunião inicial para solicitações de serviços de customização dentro do prazo, será atribuído o Nível de Severidade Alta, para o cálculo do SAD.
- 4.19. Forma de medição do indicador Tempo Máximo de Devolução de Informações de Desenvolvimento após aprovação de orçamento de customização:
- 4.19.1. Caso a CONTRATADA não informe no prazo de 24 (vinte e quatro) horas úteis será computado 2 (dois) pontos de desconto no grupo de rotina para o qual foi aberto o chamado.
- 4.20. **Métricas para o faturamento mensal:** No faturamento mensal será aplicada a glosa em cada Grupo de Rotina, conforme a avaliação dos serviços prestados, com a somatória de Pontos Perdidos pela CONTRATADA no período de faturamento, pela não resolução dos atendimentos dentro do Tempo Máximo de Resolução, sendo considerado descumprimento parcial do contrato.
- 4.21. A quantidade de Pontos Perdidos a serem aplicados em cada situação de não resolução de atendimento, será feita conforme o Nível de Severidade indicado abaixo:



Nível de Severidade	Pontos Perdidos
Altíssima	4
Alta	3
Média	2
Baixa	1

4.22. Para cada novo período de não atendimento ao Tempo Máximo de Resolução, será computado mais uma vez a mesma pontuação correspondente ao nível de severidade.

4.23. Para realização do pagamento a CONTRATADA iniciará cada período de faturamento com 100 (cem) pontos em cada Grupo de Rotina, sendo descontando o somatório de Pontos Perdidos no período, como resultado teremos a Pontuação Final a partir da qual será obtido o Percentual de Faturamento a ser aplicado em Cada Grupo de Rotina no período, conforme tabela abaixo:

Pontuação Final do Grupo de Rotina	Percentual de Faturamento por Grupo de Rotina
≥ 90 a 100	100%
≥ 80 e < 90	90%
≥ 70 e < 80	80%
≥ 60 e < 70	70%
< 60	Sanções previstas no item 11 do TR e no Edital

4.24. Se a pontuação de 1 (um) grupo de rotina estiver abaixo de 60 (sessenta) pontos, será considerado uma infração administrativa que será penalizada com as sanções previstas no item 11 do TR e cumulativamente no Edital.



4.25. A pena pecuniária de multa, própria para a punição de atrasos injustificados, ou para compensar execução irregular ou inexecução pode ser aplicada cumulativamente com as sanções previstas no item 11 do TR e cumulativamente no Edital e não exime o CONTRATADO de reparar ou indenizar eventuais danos, perdas ou prejuízos que acarretar à CONTRATANTE.

5. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

5.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Sistema de Avaliação de Desempenho – SAD, conforme previsto no item 4.16 a 4.19 deste Termo de Referência para aferição da qualidade da prestação dos serviços ou o disposto neste item.

5.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA:

5.2.1. Não produzir os resultados acordados;

5.2.2. Deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

5.2.3. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

5.3. A utilização do SAD não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

5.4. Do pagamento: Os pagamentos serão realizados conforme descrito no edital, observados o descrito neste Termo.

5.5. Cada um dos entes será responsável pela sua parcela dos pagamentos mensais, conforme contido no item 1.3.2, obedecendo o valor máximo do seu respectivo item e valores máximos admissíveis:

ENTES PARTICIPANTES	ITEM
MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ	1
CAMARA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ	2
CAGEPAR	3
PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA	4

6. MODELO DE GESTÃO DO OBJETO

Lei Geral De Proteção de Dados Pessoais - LGPD



- 6.1. Possuir estrutura de Segurança para Proteção de Dados Lógicos;
- 6.2. Possibilitar o cadastro manual de processos físicos(não digitais) com tratamento de dados pessoais, incluindo a possibilidade de enquadramento dentro da(s) hipótese(s) previstas em lei em que estes estão relacionados;
- 6.3. Possibilitar a confirmação de tratamento, acesso, alteração, anonimização, portabilidade, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados;
- 6.4. Emitir relatórios com relação a tratamento de dados pessoais (por titular de dados), contendo a possibilidade de ampla pesquisa por todos os tipos de dados tratados (RG, CPF, Nome e outros dados que sejam tratados dentro do sistema de gerenciamento);
- 6.5. Possibilitar enquadramento do processo com tratamento de dados pessoais, conforme Art. 7º da lei 13.709/2018;
- 6.6. Possibilitar anonimizar, pseudo anonimizar, tarjar determinados dados pessoais e dados pessoais sensíveis, conforme necessidade da organização;
- 6.7. Possuir ferramentas que permitam a gestão do consentimento referente às bases de dados;
- 6.8. Deverá possibilitar a anonimização do CPF nas assinaturas realizadas pelo Sistema.
- 6.9.No que se refere a LGPD:
 - 6.9.1. Salvarguardar os dados pessoais tratados.
 - 6.9.2. Possuir Políticas de Segurança da Informação (Política de Privacidade Externa; Política de Privacidade Interna; Política de Segurança da Informação; Política de Cookies, entre outras).
 - 6.9.3. Possuir estrutura adequada de sistemas de informação que possibilitem a confidencialidade, integridade, disponibilidade, autenticidade, irretratabilidade (ou não repúdio) e conformidade, conforme diretrizes estabelecidas na ISO 27001.
 - 6.9.4. Possuir protocolo de comunicação de Incidentes ao Controlador.
 - 6.9.5. Possibilitar o redesenho dos processos com base na privacidade.
 - 6.9.6. Registrar as operações com tratamento de dados e apresentar planos de ação para mitigação e gerenciamento dos riscos.
 - 6.9.7. Possibilitar que os dados coletados e tratados, deverão ser mantidos em formato interoperável e estruturado para o uso compartilhado, com vistas à execução de políticas públicas, à prestação de serviços públicos, à descentralização da atividade pública e à



disseminação e ao acesso das informações pelo público em geral.

- 6.10. A CONTRATADA, ao tratar dados pessoais em nome da Contratante, deverá atuar em conformidade à Lei Geral de Dados Pessoais – LGPD (Lei Federal nº 13.709/2018), garantindo os direitos fundamentais à privacidade, nos termos do artigo 5º, inciso X, da Constituição Federal, e à proteção de dados, conforme inciso LXXIX do mesmo artigo, comprometendo-se também com as disposições da Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD.
- 6.11. A CONTRATADA será Operadora do tratamento de dados pessoais controlado pelo Município de Paranaguá, assumindo todas as responsabilidades inerentes ao referido papel.
- 6.12. A CONTRATADA deverá:
- 6.12.1. Tratar os dados pessoais conforme instruções disponibilizadas pela Contratante, que tomará como base a legislação vigente e suas próprias instruções;
 - 6.12.2. Manter registro das operações de tratamento de dados pessoais realizadas em virtude deste Termo, devendo fornecê-los à Contratante sempre que solicitado;
 - 6.12.3. Utilizar os dados pessoais coletados ou obtidos em razão do Contrato de maneira estrita às finalidades nele definidas, sendo vedado o compartilhamento com terceiros, exceto aqueles decorrentes de obrigações legais ou necessários à viabilização do cumprimento contratual;
 - 6.12.4. Implementar e manter medidas administrativas e técnicas adequadas a garantir a segurança dos dados pessoais contra acessos não autorizados ou situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito;
 - 6.12.5. Respeitar os direitos dos titulares dos dados pessoais e colaborar com a Contratante em seu atendimento;
 - 6.12.6. Em caso de recebimento de pedido relacionado ao tratamento de dados decorrente desse Contrato, por iniciativa da ANPD ou do titular de dados, a CONTRATADA deverá comunicar a Contratante em até 2 (dois) dias úteis por meio do e-mail compras.cpl@paranagua.pr.gov.br;
 - 6.12.7. Em caso de identificação ou suspeita de incidente de segurança envolvendo os dados pessoais tratados por esse Termo, comunicar imediatamente, ou sem demora injustificada, à Contratante após o conhecimento ou suspeita dos fatos, também por intermédio do e-mail informado no subitem anterior.
 - 6.12.8. Responsabilizar-se pelos danos aos titulares de dados pessoais decorrentes de seu





tratamento, sempre que este for contrário às normas ou diretrizes impostas pela legislação ou definidas pela Contratante, obrigando-se a ressarcir-la pelos danos que esta tenha de reparar enquanto Controladora;

- 6.12.9. Devolver os dados pessoais à Contratante a partir da extinção da relação, e, na sequência, eliminá-los, podendo manter as informações em caso de previsão legal ou regulamentar, para o exercício regular de direitos em processo judicial, arbitral ou administrativo, mediante ordem judicial ou da autoridade competente.

7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

7.1. **Da Subcontratação:** É admitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:

7.1.1. A subcontratação fica limitada aos serviços de Provimento de Data Center, apenas este item, até o limite da sua totalidade;

7.1.2. A responsabilidade do serviço subcontratado perante o Município de Paranaguá será exclusivamente da CONTRATADA.

7.1.3. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto da contratação;

7.2. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação, caso admitida.

7.3. **Da Vistoria:** A avaliação prévia do local de execução dos serviços é facultativa para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 8:30 horas às 17:00 horas.

7.3.1. O agendamento da vistoria deverá ser realizado com os fiscais do contrato e/ou com o gestor de Departamento de Tecnologia da Informação, através de e-mail.

7.3.2. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

7.3.3. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

7.3.4. A não realização da vistoria não dará direito posterior de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.





8. DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

- 8.1.1. Os produtos/equipamentos/materiais/serviços deverão ser entregues no(s) endereço(s) constantes na lista, disponível em: <https://www.paranagua.pr.gov.br/endereco-secretarias.pdf>
- 8.1.2. A lista a que se refere o item 8.1.1. dispõe de todos os endereços das Secretarias Municipais do município de Paranaguá, e devem ser entregues conforme suas demandas, descritas no item correspondente neste documento.
- 8.1.3. Locais da prestação dos serviços:
- A execução dos serviços presenciais de Técnico Fixo Local, Capacitação Inicial e Consultoria, serão prestados no Palácio São José, sede da Prefeitura do Município de Paranaguá, com endereço constante no link disponibilizado.
 - Os serviços que podem ser executados de forma remota, deverão ser prestados a partir da infraestrutura própria da contratada.
- 8.2. Prazos de Entrega: O Início da execução do objeto está estabelecido no item 4 deste termo.
- 8.3. Demais locais de prestação de serviços que eventualmente não possuam disposição no item 8.1.1. deverão ser consultados junto aos órgãos demandantes.

9. CONDIÇÕES DE GARANTIA OU ASSISTÊNCIA TÉCNICA DO OBJETO

- 9.1. O prazo da garantia complementar contratual dos serviços, após a garantia legal, será durante todo o período de contrato, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.
- 9.2. O serviço de garantia do sistema destina-se à resolução de inconformidades causados no sistema por situações como:
- 9.3. Desenvolvimento com erro no código de programação;
- 9.4. Desenvolvimento com erro por interpretação do que foi solicitado, como exemplo em fórmulas de cálculos;
- 9.5. Rotinas que encontravam-se em utilização ou parametrizações implementadas que deixaram de existir ou passaram a apresentar erros após uma atualização do sistema;
- 9.6. Alterações de rotinas que impliquem em mudanças e tornem mais complexos os procedimentos dos usuários na operação do sistema, impactando na realização das suas atividades.





10. PESQUISA E ESTIMATIVA DE PREÇOS

10.1. A estimativa de valor para esta contratação perfaz um valor total anual máximo estimado de R\$ 5.268.601,58 (cinco milhões duzentos e sessenta e oito mil seiscentos e um reais e cinquenta e oito centavos).

10.1.1. Os valores contidos acima não poderão ser ultrapassados quando da apresentação das propostas no certame e nas fases subsequentes.

10.2. A elaboração da pesquisa de mercado seguiu as Instruções Normativas Municipais n.º 003/2015, 005/2018 e Acórdão 3569/2023.

10.3. A estimativa de preços foi elaborada com base nas seguintes fontes de pesquisa, selecionadas por sua confiabilidade e representatividade no mercado, considerando:

10.3.1. Consulta Direta a Fornecedores

Foram consultados diretamente 29 fornecedores especializados, todos com comprovada experiência no fornecimento de soluções similares para o setor público. A consulta abrangeu todos os itens especificados no objeto da contratação, garantindo a obtenção de cotações completas e detalhadas.

10.3.2. Contratos Similares de Outros Órgãos Públicos

Foram analisados contratos celebrados por outros municípios de porte similar ao de Paranaguá, especificamente:

- ✓ Contrato da Prefeitura Municipal Pindamonhangaba – SP (2025)
- ✓ Contrato da Prefeitura Municipal São Gonçalo – RJ (2025)
- ✓ Contrato da Prefeitura Municipal Pinhais – PR (2025)
- ✓ Contrato da Prefeitura Municipal de Muriaé (2024)
- ✓ Contrato da Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu (2025)

10.3.3. Sistema de Preços do Governo Federal

Consulta ao Painel de Preços do Governo Federal (<https://paineldepregos.planejamento.gov.br>) para verificação de preços praticados em contratações similares realizadas por órgãos da administração pública federal.

10.3.4. Atas de Registro de Preços Vigentes

Análise de atas de registro de preços vigentes no âmbito estadual e federal para objetos similares, disponíveis no Portal de Compras Governamentais.

10.4. Durante a fase da pesquisa de preços junto a Administração Pública, observou-se que a



modalidade de licitação utilizada é o PREGÃO ELETRÔNICO, que tem como tipo menor preço.

10.5. Portanto, com base em levantamento de mercado, o tipo de solução escolhida é que mais se aproxima dos requisitos definidos e que mais promove a competição, levando em conta economicidade, eficácia, eficiência, padronização e práticas do mercado.

10.6. Convém ressaltar que a Administração Pública tem acompanhado com atenção a jurisprudência emanada do controle externo, de modo a incorporar em seus processos de contratação os avanços e melhorias proporcionados pelo exame de casos concretos das aquisições de outros órgãos do Estado do Paraná, e em decorrência, obter contratações mais seguras e eficientes.

10.7. Critério Utilizado para Definição do Preço de Referência

Após a coleta de todas as cotações e informações de preços das fontes mencionadas, foi adotado o critério da média aritmética simples para definição do preço de referência de cada item. Este critério foi escolhido por proporcionar maior equilíbrio entre os valores coletados, evitando distorções que poderiam ser causadas por valores extremos (muito altos ou muito baixos).

10.8. Justificativa para Escolha da Média Aritmética:

- ✓ Proporciona maior representatividade dos preços de mercado
- ✓ Reduz o impacto de cotações discrepantes
- ✓ Facilita a análise de razoabilidade dos preços

Está em conformidade com as práticas recomendadas pelos órgãos de controle

10.9. Tratamento de Dados e Validação

Todos os preços coletados foram submetidos a análise de consistência, sendo descartadas cotações que apresentaram valores claramente destoantes da realidade de mercado (superiores a 50% da média ou inferiores a 30% da média). Os preços foram atualizados para a data base da pesquisa, considerando índices de inflação setoriais quando necessário.

10.10. Documentação da Pesquisa

Toda a documentação referente à pesquisa de preços, incluindo cotações recebidas, contratos analisados e planilhas de cálculo, encontra-se arquivada nos autos do processo administrativo, disponível para consulta pelos órgãos de controle e interessados, em conformidade com os princípios da transparência e publicidade.

10.11. Atualização da Pesquisa



A pesquisa de preços obedece ao critério e possui prazo inferior a 180 (cento e oitenta) dias entre sua elaboração deste termo, conforme determina a legislação vigente, garantindo que os preços de referência reflitam as condições atuais de mercado.

11. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. Os recursos decorrentes da presente contratação deverão ser empenhados nas dotações orçamentárias que seguem:

Referência Dotação	Órgão	Unidade	Função	Sub-função	Programa	Ação	Elemento	Vínculo	Entidade
27	1	1	1	31	1	2000	3339040000000000000	1001	CMP
22	1	1	1	31	1	2000	3339035010200000000	1001	CMP
272	8	1	4	122	2	2040	3339040000000000000	1000	MUNICÍPIO PARANAGUÁ
278	8	1	4	122	2	2044	3339040000000000000	1000	MUNICÍPIO PARANAGUÁ
387	10	1	10	122	6	2060	3339040000000000000	1303	MUNICÍPIO PARANAGUÁ
441	10	1	10	301	6	2062	3339040000000000000	1303	MUNICÍPIO PARANAGUÁ
442	10	1	10	301	6	2062	3339040000000000000	1520	MUNICÍPIO PARANAGUÁ
1402	22	1	11	122	29	2216	3339040000000000000	1000	MUNICÍPIO PARANAGUÁ
1411	22	2	4	126	52	2041	3339040000000000000	1000	MUNICÍPIO PARANAGUÁ
1451	24	1	4	122	54	2230	3339040000000000000	1095	CAGEPAR
1494	25	1	9	272	10	2235	3339040000000000000	1100	PGUAPREV

12. REGIME DE EXECUÇÃO DO OBJETO E DO PARCELAMENTO

12.1. A execução dos serviços se dará por itens dentro de um lote único, sendo uma forma de contratação em que a remuneração do contratado é feita com base na quantidade de unidades de cada item de serviço efetivamente executado, a um preço previamente fixado.

12.2. A contratação será realizada em 4 itens de lote único, com único vencedor, abrangendo a implantação e manutenção do sistema como um todo. A opção pelo não parcelamento do objeto justifica-se pelos seguintes motivos:

- ✓ Economia de Escala e Sinergia Operacional: A gestão integrada e a manutenção por uma única contratada tendem a gerar economias de escala e sinergia operacional.
- ✓ Gestão Contratual Simplificada: A administração e fiscalização de um único contratado é mais eficiente para a Administração Municipal.



- ✓ Considerando a natureza integrada da solução (implantação da infraestrutura + manutenção), o parcelamento não se mostra tecnicamente viável nem economicamente vantajoso.
- ✓ A gestão de uma única contratada permite um planejamento logístico mais eficiente, reduzindo desperdícios e garantindo maior controle de qualidade. A pulverização dos serviços entre vários contratados dificultaria a fiscalização, exigindo maior estrutura administrativa e aumentando riscos de inconsistências na execução.
- ✓ A realização de múltiplas contratações para serviços correlatos ampliaria os custos administrativos, incluindo a necessidade de novas licitações, aumento do quadro de fiscais e maior complexidade na gestão contratual. Com a unificação em um contratado, a administração pública reduz gastos indiretos, assegurando economicidade e maior eficiência na aplicação dos recursos públicos.
- ✓ A contratação de único fornecedor garante que todos os serviços sigam os mesmos padrões técnicos, materiais e normas regulamentadoras. A divisão em múltiplos contratados poderia resultar na utilização de metodologias distintas, comprometendo a uniformidade da manutenção e gerando incompatibilidades entre os serviços realizados.
- ✓ Diante da interdependência dos serviços, ganhos de escala, integração do SIAFIC, melhoria na fiscalização e gestão contratual e redução de custos administrativos, a contratação em lote único demonstra-se a solução mais vantajosa para a Administração Pública, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, assegurando eficiência, economicidade e segurança jurídica.

13. CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

13.1. As empresas interessadas deverão comprovar, na forma do Edital, as seguintes condições de habilitação, conforme Lei nº 14.133/2021 (Arts. 62 a 70) e Decreto Municipal nº 4319/2023:

13.1. **Habilitação Jurídica**: conforme consta em edital.

13.2. **Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista**: conforme consta em edital.

13.3. **Habilitação Econômico-financeira**: Conforme consta em edital.

13.4. **Qualificação Técnica**:

a) Técnico-Operacional: Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, mediante



apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem a execução ou a execução em andamento de serviços similares ao objeto licitado. Tais atestados deverão conter, no mínimo, as seguintes informações: Objeto do contrato; Instituição contratante; Período e local de execução; Nome completo e telefone do responsável técnico pelo atestado, para fins de eventual diligência.

13.4.1. Os atestados deverão evidenciar a execução de pelo menos 50% (cinquenta por cento) das quantidades previstas no Termo de Referência, considerando exclusivamente os seguintes itens:

- a) Para Licitantes do: Planejamento e Orçamento, Escrituração Contábil, Execução Financeira e Prestação de Contas, Pessoal e Folha de Pagamento, Compras e Licitações, Patrimônio, Almoxarifado, Controle de Frota e Combustíveis, Portal da Transparência, Nota Fiscal Eletrônica de Serviços e Gestão da Arrecadação e Gestão de Saúde.
- b) Declaração de que a proponente é fabricante do sistema ou possui autorização expressa do fabricante, comprovando que detém acesso e pleno conhecimento sobre os códigos-fonte, estando apta a realizar os serviços de implantação, configuração, suporte, customização e manutenção dos programas ofertados.
- c) Declaração de que a licitante disporá, por ocasião da contratação, de todos os equipamentos, infraestrutura e pessoal técnico-operacional necessários à execução dos serviços, incluindo a disponibilização de data center próprio ou terceirizado, com capacidade de processamento compatível com o objeto da licitação (links, servidores, nobreaks, fontes alternativas de energia, softwares de virtualização, segurança, climatização), conforme especificações do termo de referência, garantindo a não interrupção dos serviços por insuficiência de recursos técnicos ou humanos.

13.4.2. É admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo dos serviços, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP nº 05/2017, aplicável por força da IN SEGES/ME nº 98/2022. Instrumento normativo como PARÂMETRO E BOA PRÁTICA DE GERENCIAMENTO DE RISCO.

13.4.3. Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

13.4.4. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da



legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

13.4.5. No caso de participação da licitante em contrato sob constituição plural (ex.: consórcios), deverá ser apresentado o termo de constituição do consórcio em que conste claramente sua responsabilidade pela execução dos serviços relacionados à qualificação técnica ora exigida. Caso não comprovada essa responsabilidade, será considerado apenas o percentual proporcional de sua participação formal no referido contrato.

13.4.6. Documentos a serem exigidos da licitante vencedora:

a) Deverá demonstrar para o Item Licenças de uso de Sistema, a composição do valor da sua proposta, com a discriminação do valor de cada um dos grupos de rotinas que compõem o sistema proposto.

14. AMOSTRAS E PROVA DE CONCEITO

14.1. Conforme disposto no art. 41 da Lei nº 14.133/2021, a licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar deverá realizar a Prova de Conceito, que consiste na validação da conformidade do sistema ofertado com relação aos requisitos exigidos no Termo de Referência, visando dar segurança mínima à contratação, dado o impacto da contratação em todos os serviços públicos prestados pelas entidades municipais.

14.2. A exigência da prova de conceito é destinada a análise da Administração, e normalmente é utilizada em licitações pertinentes a contratação de softwares e soluções relacionadas à tecnologia da informação, conforme verificado em nossa pesquisa de mercado, com o objetivo de verificar se o que foi apresentado pelo licitante está de acordo ou não, se atende ou não as exigências e requisitos estabelecidos em edital, deste modo, a Administração conseguirá aferir os requisitos dos sistemas antes mesmo de sua devida implantação. Sendo necessária a realização de uma análise dos requisitos funcionais, técnicos e de qualidade do objeto/solução licitada, o que deve ser atestado mediante a prova de conceito de forma objetiva.

14.3. Este “teste do objeto” deverá ser realizado seguindo os requisitos expressos e determinados em edital e seus anexos. Fazendo com que, havendo eventual ocorrência de não observância de tais requisitos, o licitante descumpridor terá sua proposta desabilitada, passando assim, a análise das ferramentas apresentadas pelos proponentes subsequentes, segundo a sua ordem de



classificação.

14.4. A PROPONENTE vencedora fica obrigada a comprovar o atendimento das características e funcionalidades estipuladas para os sistemas, e respectivas especificações Técnicas Básicas definidas neste Termo de Referência.

14.5. A adjudicação dos serviços fica condicionada à execução da demonstração e comprovação pela licitante à ENTIDADE, de que a solução proposta tem conformidade das referidas funcionalidades mencionadas no Projeto Básico.

14.6. A demonstração do sistema terá início após a disputa de preços e só será declarada a vencedora após análise prévia da Comissão de Avaliação Técnica, que emitirá parecer atestando o atendimento das funcionalidades do sistema.

14.7. O LICITANTE será convocado para em até 02 (dois) dias úteis iniciar a efetiva demonstração dos sistemas em conformidade com as especificações técnicas constantes no Termo de Referência, podendo o prazo ser prorrogado por igual período mediante pedido fundamentado do interessado;

14.8. Na data marcada, o proponente iniciará a apresentação, que não poderá exceder 3 (três) dias úteis, com no máximo 8 horas diárias de atividades, a ficando critério da contratante podendo a mesma ser fracionada por áreas distintas, exceto a etapa obrigatória.

14.9. Para a realização da prova de conceito, o LICITANTE deverá fornecer a infraestrutura de hardware e software necessários à apresentação, massa de dados e bases de dados necessárias às comprovações dos atendimentos aos requisitos essenciais.

14.10. A PROPONENTE deverá comunicar à CONTRATANTE, com pelo menos um dia útil de antecedência, o quantitativo e os dados funcionais (nome completo, identidade, função) dos profissionais que alocará durante a realização da prova de conceito.

14.11. A PROPONENTE deverá apresentar em seu software os itens em conformidade com as especificações técnicas constantes no quadro de funcionalidades de cada sistema para a prova de conceito, que deverão atender a 70% dos requisitos técnicos obrigatórios (ETAPA 01) e pelo menos 70% dos requisitos funcionais de cada Módulo do Sistema (ETAPA 02), sendo que os não atendidos dentro dos 70% devem ser disponibilizados em até 120 dias.

14.12. A demonstração do software ofertado pela licitante provisoriamente declarada vencedora iniciará pelos Requisitos Técnicos do Ambiente Computacional e Requisitos Técnicos Gerais, de atendimento obrigatório, o não atendimento de 70% dos Requisitos Obrigatórios já assinalados



acarretará a desclassificação automática do licitante, não sendo preciso proceder com a avaliação dos requisitos funcionais de cada Módulo do Sistema;

14.13. A CONTRATANTE poderá solicitar que algumas operações sejam demonstradas em equipamento de sua propriedade, visando atestar que o sistema está operando 100% em nuvem.

14.14. Será permitida a participação de um representante de cada licitante por sala de apresentação, com direito a tomar apontamentos por escrito. A manifestação oral será permitida apenas mediante autorização da Comissão Avaliadora, respeitando o bom andamento dos trabalhos.

14.15. Os apontamentos realizados por escrito poderão ser solicitados pela comissão de avaliação e também pela empresa que está sendo avaliada, ao término de cada apresentação.

14.16. O representante de licitante que estiver assistindo à apresentação e se comportar de maneira a prejudicar os trabalhos, poderá ser conduzida para fora do recinto, bem como incidir nas cominações civis e criminais aplicáveis.

14.17. Os equipamentos da licitante poderão ser auditados pela Equipe da CONTRATADA, bem como poderão ser recolhidos para eventuais diligências ou perícias.

14.18. É vedado as demais licitantes acesso aos equipamentos da empresa que estiver realizando a apresentação, antes, durante ou após esta, sob pena de desclassificação da infratora, sem prejuízo as cominações civis e criminais aplicáveis.

14.19. Será considerada aprovada a solução que atender a todas as exigências contidas no edital, termo de referência e seus anexos e efetuar a demonstração técnica, apresentando as condições mínimas de funcionalidade, performance, segurança e desempenho previstos no Termo de Referência e anexos.

14.20. Será desclassificada o LICITANTE que deixar de comparecer a demonstração no local, data e hora agendada, com tolerância de, no máximo, 30 minutos.

14.21. Caso os Sistemas da PROPONENTE tenham sido “aprovados”, o Agente de Contratação quando de posse do Relatório Técnico das demonstrações, divulgará nos meios cabíveis nova convocação para dar sequência da próxima fase o processo licitatório;

14.22. Caso os referidos sistemas demonstrados pela PROPONENTE convocada sejam rejeitados / reprovados, o Pregoeiro, observada a ordem de classificação, convocará a segunda colocada para demonstração dos seus sistemas no prazo de até 02 (dois) dias úteis.

14.23. Serão avaliadas em conformidade com os descritivos técnicos solicitados e



transcritos/avaliados conforme “ANEXO POC”, parte integrante deste Termo.

15. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 15.1. O recebimento do objeto contratado ocorrerá da seguinte forma na hipótese de prestação de serviços:
- 15.1.1. Provisoriamente, pelo fiscal, mediante termo detalhado, no prazo de até 5 (cinco) dias corridos conforme cronograma verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico previamente definidos no contrato;
- 15.1.2. Definitivamente, pelo gestor ou por comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado no prazo de 10 (dez) dias corridos que comprove o atendimento das exigências contratuais.
- 15.2. Os prazos e os métodos para a realização dos recebimentos provisório e definitivo deverão ser definidos no instrumento convocatório e/ou no contrato.
- 15.3. No termo detalhado deverá conter no mínimo as seguintes informações: data e horário do recebimento e/ou da execução dos serviços, quem realizou a entrega, como foi entregue o produto ou prestado o serviço, marca ou modelo, número de série, número do termo do contrato e/ou da nota de empenho, prazo de execução e prazo de vigência do contrato.
- 15.4. Sempre que possível, o termo detalhado deverá ser apresentado com fotografias e demais documentos pertinentes.
- 15.5. Caso no contrato haja fiscal técnico e administrativo, o termo de recebimento deverá ser assinado pelos dois de acordo com as competências de cada.
- 15.6. A Comissão será designada por no mínimo dois servidores, um deles obrigatoriamente sendo o fiscal técnico do contrato, para os casos de contratações de fornecimento que ultrapassem 10 (dez) vezes o valor no inciso I do art. 75, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou para os casos de contratações de serviços que ultrapassem 10 (dez) vezes o valor no inciso II do art. 75, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 15.7. O objeto do contrato deverá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.
- 15.8. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga.



- 15.9. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal:
- 15.10. O fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à CONTRATADA, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;
- 15.11. O fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.
- 15.12. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 15.13. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 15.14. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 15.15. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 15.16. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 15.17. Emitir-se-á o documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.



- 15.18. Realizar-se-á a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- 15.19. Emitir-se-á Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- 15.20. Comunicar-se-á a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- 15.21. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e posteriormente para a Seção de Pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- 15.22. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 15.23. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 15.24. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

16. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 16.1. Executar os serviços em conformidade com as especificações deste Termo de Referência, da proposta apresentada e da legislação vigente, empregando a melhor técnica e garantindo a qualidade, a segurança e a eficiência dos resultados.
- 16.2. Disponibilizar todos os recursos humanos, materiais e tecnológicos necessários para a perfeita execução do objeto, incluindo profissionais qualificados em número suficiente para o cumprimento dos prazos e das metas estabelecidas.
- 16.3. Manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, comunicando imediatamente à CONTRATANTE qualquer alteração que possa comprometer a execução do contrato.



- 16.4. Assumir a responsabilidade técnica por todos os serviços executados, bem como por eventuais danos e prejuízos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua ação ou omissão.
- 16.5. Manter sigilo absoluto sobre todas as informações, dados e documentos a que tiver acesso em razão da execução do contrato, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e demais normas aplicáveis.
- 16.6. Prestar os serviços de suporte técnico nos moldes e prazos definidos neste Termo de Referência, garantindo a resolução de problemas e o esclarecimento de dúvidas dos usuários.
- 16.7. Manter o sistema de gestão sempre atualizado com as últimas versões disponibilizadas, realizando as manutenções preventivas e corretivas necessárias para o seu perfeito funcionamento.
- 16.8. Assumir todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, isentando a CONTRATANTE de qualquer responsabilidade.
- 16.9. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços executados por subcontratados, caso a subcontratação seja admitida nos termos deste Termo de Referência.
- 16.10. Manter canais de comunicação abertos e eficientes com os fiscais e o gestor do contrato, prestando todas as informações e esclarecimentos solicitados.

17. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 17.1. Conforme previsões editalícias.

18. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela contratada sujeitá-la-á às sanções previstas nos artigos 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 4319/2023, garantido o contraditório e a ampla defesa, que podem incluir:

- 18.1. Advertência.
- 18.2. Multa (moratória e/ou compensatória), em 10% (dez pontos percentuais) sobre o valor total estimado da contratação, conforme a infração.
- 18.3. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública.
- 18.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- 18.5. Possibilidade de rescisão unilateral do contrato por parte da Administração, nos casos



previstos em lei.

18.6. Cumprir demais condições que constam nas disposições editalícias.

19. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

19.1. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO:

19.1.1. Para acompanhar a contratação e fiscalizar a execução nos termos dispostos no Decreto Municipal 4319/2023, será indicado o servidor estável para o acompanhamento no momento da elaboração do contrato e/ou ainda por Portaria da Administração Municipal.

19.1.2. O GESTOR da ata/contrato será o Servidor:

Michele dos Santos, matrícula nº 9104-1.

19.1.3. Os FISCAIS da ata/Contrato (Município de Paranaguá) serão os seguintes servidores:

Titular: Nivaldo Jose Suave, matrícula nº 9419-1;

Suplente: Luiz André Megiolaro Dos Santos, matrícula nº 11473-1.

19.1.4. Os FISCAIS da ata/Contrato dos demais Entes, conforme item 1.3.2 deste Termo, serão nomeados por documento hábil e publicizados na forma da Lei, por Ente.

19.1.5. Será fiscalizada obrigatoriamente a execução da ata/contrato, a fim de verificar se no seu desenvolvimento estão sendo observados às especificações e demais requisitos nele previstos, reservando-se o direito de rejeitar peças e demais insumos, bem como os serviços, que não forem considerados satisfatórios e determinar a licitante a correção das irregularidades.

19.1.6. A fiscalização não exclui e nem reduz a responsabilidade da empresa contratada, até mesmo perante terceiros, por qualquer irregularidade, inclusive resultante de imperfeições técnicas, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da contratante ou de seus agentes e prepostos.

19.1.7. Nos termos dos arts. 10, 11 e 12 do Decreto Municipal nº 4319/2023 e do art. 117, da Lei n.º 14133/2021, a fiscalização da execução da ata/contrato decorrente da presente licitação será realizada pelos fiscais da ata/Contratos devidamente nomeados por meio de portaria, nos termos do Decreto n.º 4319/2023, de modo que não se considerará entregue o material, obra ou serviço (e por consequência não será autorizado o pagamento ao contratado), sem que tenham sido observadas as exigências e formalidades do referido Decreto.

19.1.8. Poderá ser nomeado ou alterado por meio de Portaria ou Termo de Apostilamento um



ou dois Gestores da ata/contrato.

19.1.9. Instrumentos de Controle: Relatórios da contratada, vistorias periódicas, registros de ocorrências, avaliação de desempenho por indicadores, análise de demonstrativos financeiros.

19.1.10. Apoio: A fiscalização poderá ser assistida por terceiros contratados para esse fim, e poderá utilizar recursos tecnológicos de informação e comunicação.

19.1.11. Competências do Gestor do Contrato:

19.1.11.1. Coordenar as atividades de fiscalização.

19.1.11.2. Receber e processar as comunicações entre a Administração e a contratada. Analisar os relatórios e demonstrativos apresentados.

19.1.11.3. Verificar o cumprimento das obrigações contratuais.

19.1.11.4. Propor a aplicação de sanções, quando cabível.

19.1.11.5. Promover as medidas necessárias para a regularização de faltas ou defeitos observados.

19.1.12. Competências do(s) Fiscal(is) do Contrato:

19.1.12.1. Realizar vistorias periódicas nos mobiliários urbanos.

19.1.12.2. Verificar a qualidade dos materiais e serviços executados.

19.1.12.3. Acompanhar o cumprimento do cronograma físico-financeiro.

19.1.12.4. Verificar o cumprimento dos níveis de serviço estabelecidos.

19.1.12.5. Elaborar relatórios de fiscalização.

19.1.12.6. Atestar a execução dos serviços para fins de recebimento.

20. ORÇAMENTO SIGILOSO

20.1. O modo a ser utilizado será o aberto. O orçamento aberto facilitará a gestão do processo de contratação, garantindo transparência, alinhamento de expectativas e atração de fornecedores qualificados, resultando em propostas mais adequadas e realistas. A divulgação do orçamento ajuda a evitar propostas que não podem ser aceitas por estarem muito acima ou abaixo do que a administração pode gastar, facilitando assim a contratação de serviços.

20.2. O valor item a item deverá ser apresentado pelas empresas quando da formalização das propostas comerciais.



21. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS E SERVIÇOS COMUNS

21.1. Os produtos/serviços dessa licitação são classificados como bens comuns, pois, possuem especificações usuais de mercado e padrões de desempenho e qualidade definidas neste termo de referência de acordo com termos da Lei nº 14133/2021.

22. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

- 22.1. O prazo de vigência do Contrato será de 24 (vinte e quatro) meses contados a partir da assinatura, podendo ter sua vigência prorrogada até os limites estabelecidos no art. 114 da Lei nº 14.133/2021.
- 22.2. A prorrogação contratual poderá ser realizada quando comprovadamente vantajosa para a Administração e deverá ser promovida mediante a celebração do termo aditivo.
- 22.3. Caso a Contratada não tenha interesse na prorrogação contratual, ela deverá manifestar esta posição com antecedência mínima de 2 (dois) meses do término do período de vigência do contrato.
- 22.4. O contrato poderá ser extinto na hipótese prevista no art. 106, inc. III, § 1º da Lei nº 14.133/2021.

23. DO REAJUSTAMENTO

- 23.1. **Do critério de reajuste/repactuação:** Nos contratos com prazo de vigência igual ou superior a 12 (doze) meses, e desde que previsto no instrumento convocatório e no contrato, admitir-se-á a repactuação visando à adequação aos novos preços de mercado, observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses.
- 23.2. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado a partir:
- 23.3. Da data limite para apresentação das propostas constante do instrumento convocatório;
- 23.4. Da data do orçamento elaborado pelo fornecedor a que a proposta se referir, admitindo-se, como termo inicial, a data-base constante do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente vigente à época da apresentação da proposta.
- 23.5. As repactuações serão precedidas de solicitação da CONTRATADA, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços e do novo acordo ou convenção coletiva que fundamenta a repactuação.
- 23.6. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta



inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

- 23.7. A contratante poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela CONTRATADA.
- 23.8. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:
- 23.9. A partir do aditivo ao contrato devidamente comunicada ao contratado ou fornecedor registrado;
- 23.10. Em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou;
- 23.11. Em data anterior à repactuação, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra e estiver vinculada a instrumento legal, acordo, convenção ou sentença normativa que contemple data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.
- 23.12. No caso do item 7.8.6.3, o pagamento retroativo deverá ser concedido exclusivamente para os itens que motivaram a retroatividade, e apenas em relação à diferença porventura existente.
- 23.13. A repactuação deverá ser solicitada pelo contratado ou por qualquer dos signatários da Ata/Contrato e devidamente instruída com a documentação necessária para o cálculo do valor repactuado em até 60 (sessenta) dias da ocorrência do acordo, dissídio ou convenção coletiva, sob pena de renúncia ao direito conforme previsto em legislação municipal.
- 23.14. O gestor do contrato ou da ata de registro de preços deverá responder o pedido de repactuação de preços em até 45 (quarenta e cinco) dias úteis, contados da data do fornecimento da documentação.
- 23.15. A falta de documentos ou informações indispensáveis à análise do pedido de repactuação interrompe o prazo do item anterior, desde que o gestor do contrato notifique expressamente o fornecedor e indique o que está faltando.
- 23.16. Na hipótese de não cumprimento do prazo de resposta, indicado neste item, será facultado ao contratado a suspensão da execução contratual, até que sobrevenha resposta ao seu pedido.
- 23.17. A formalização da repactuação se dará mediante termo aditivo ao contrato.
- 23.18. O prazo para a CONTRATADA solicitar a repactuação inicia-se a partir da homologação



da convenção coletiva ou do acordo coletivo de trabalho que fixar os novos custos de mão de obra abrangida pelo contrato encerrar-se-á na data da assinatura do termo aditivo de prorrogação contratual subsequente, ou, caso não haja prorrogação, na data do encerramento da vigência do contrato, sob pena de decadência do direito.

- 23.19. Caso não haja a homologação do acordo coletivo ou da convenção coletiva de trabalho no órgão competente e os referidos instrumentos apresentarem efeito retroativo (durante a vigência contratual), a CONTRATADA deverá apresentar o requerimento de repactuação no prazo máximo de 60 (sessenta) dias úteis a contar da data da homologação, sob pena de decadência deste direito.
- 23.20. A ausência de solicitação formal nas hipóteses previstas neste item configurará a renúncia, por parte da CONTRATADA, ao direito decorrente dos efeitos financeiros da repactuação relativos à elevação dos custos da mão de obra.
- 23.21. Caberá à CONTRATADA a iniciativa e o encargo da apresentação da memória de cálculo do reajuste a ser pleiteado, cuja aprovação do percentual de reajuste deverá ser negociada e aprovada pelo CONTRATANTE, observando-se os valores praticados no mercado à época de sua concessão para serviços compatíveis com o objeto da contratação.
- 23.22. A periodicidade do reajustamento será anual, a contar da data do orçamento ao qual a proposta se referir.
- 23.23. A omissão da CONTRATADA quanto ao seu direito de pleitear o reajuste, não será aceita como justificativa para o pedido de correção anual de preço com efeito retroativo à data a que legalmente faria jus, se não o fizer dentro do primeiro mês do aniversário deste instrumento, arcando esta, portanto, por sua própria inércia.
- 23.24. Os preços propostos serão considerados fixos, ressalvados as hipóteses de admissibilidade de reajustes pelo IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), e demais condições previstas na Lei 14.133/2021 e Decreto nº 4.319/2023.
- 23.25. A data-base estabelecida para reajuste de preço será igual ao da publicação do edital do certame.

24. DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

- 24.1. Em conformidade com o art. 144 da Lei nº 14.133/2021 e com a política de sustentabilidade da Administração Pública, a CONTRATADA deverá adotar práticas que visem à proteção





do meio ambiente, à redução do consumo de recursos e à gestão adequada de resíduos. Neste sentido, a CONTRATADA se compromete a:

- 24.1.1. Priorizar o uso de equipamentos e infraestrutura de data center que possuam certificação de eficiência energética, visando à redução do consumo de energia elétrica.
- 24.1.2. Realizar o descarte de equipamentos eletrônicos obsoletos ou inservíveis de forma ambientalmente adequada, em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), priorizando a reciclagem e a logística reversa.
- 24.1.3. Incentivar o uso de processos digitais e a redução da impressão de documentos, tanto em suas operações internas quanto na interação com a CONTRATANTE.
- 24.1.4. Adotar critérios de sustentabilidade na aquisição de bens e na contratação de serviços necessários para a execução do objeto, sempre que possível, dando preferência a produtos reciclados, recicláveis e de menor impacto ambiental.
- 24.1.5. Promover a conscientização de seus colaboradores sobre a importância da sustentabilidade ambiental, incentivando a adoção de práticas sustentáveis no ambiente de trabalho.

25. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

25.1. Para os propósitos desta cláusula, devem ser evitadas e inibidas as seguintes práticas:

- a) “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) “prática conluiada”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) “prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
- e) “prática obstrutiva”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; (ii) atos cuja



intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

26. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 26.1. A contratada deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 26.2. A contratada não poderá transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto desta contratação, sem prévia e expressa anuência da Administração.
- 26.3. A contratada deverá observar as normas de propriedade intelectual aplicáveis, obtendo as devidas licenças e autorizações para uso de conteúdos protegidos em sua publicidade.
- 26.4. Os casos omissos serão resolvidos pela Administração, aplicando-se as disposições da Lei nº 14.133/2021, do Decreto Municipal nº 4319/2023 e demais normas pertinentes.
- 26.5. Legislação Aplicável: O presente contrato rege-se pela Lei nº 14.133/2021, pelo Decreto Municipal nº 4319/2023, Instruções Normativas nº 03/2015 e 05/2018, pelas cláusulas contratuais e pelos princípios de direito público e demais leis vigentes em especial às da LGPD.
- 26.6. Anexos: Integram este Termo de Referência, como se nele estivessem transcritos:
ANEXO A - DAS ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS DOS SERVIÇOS COMPLEMENTARES AS LICENÇAS DE USO DOS SOFTWARES;
ANEXO B - AMOSTRA / PROVA DE CONCEITO.
- 26.7. Foro: Fica eleito o foro da Comarca de Paranaguá/PR para dirimir quaisquer questões oriundas desta contratação.

Paranaguá, 09 de fevereiro de 2026

CLEVERSON DOS SANTOS FERREIRA
Secretário Municipal de Trabalho e Inovação
Município de Paranaguá





RENAN DA SILVA FRANÇA
Agente de Contratação
Matrícula 9420
Município de Paranaguá

THAIS ANDRESSA DE LEÃO
Agente de Contratação
Câmara Municipal de Paranaguá

CARLOS EDUARDO DOS SANTOS
Agente de Contratação
Paranaguá Previdência

TIAGO TERRA PARRA DE ALMEIDA
Agente de Contratação
CAGEPAR



TR - ANEXO A

DAS ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS DOS SERVIÇOS COMPLEMENTARES AS LICENÇAS DE USO DOS SOFTWARES

1. 1. IMPLANTAÇÃO (Diagnóstico, Configuração, migração de informações e habilitação do sistema para uso)

1. 1. 1. Para viabilizar o funcionamento de seu sistema, a CONTRATADA deverá realizar a implantação, compreendendo o diagnóstico, configuração, habilitação do sistema para uso, conversão / migração e o aproveitamento de todos os dados cadastrais e informações dos sistemas em uso, cuja responsabilidade será da empresa CONTRATADA, com disponibilização dos mesmos pelo CONTRATANTE para uso, cuja migração, configuração e parametrização será realizada.

1.1. 2. A migração compreenderá a conclusão da alimentação das bases de dados e tabelas para permitir a utilização plena de cada um dos softwares e aplicativos;

1.1. 3. O trabalho operacional de levantamento dos dados cadastrais que for necessário à implantação efetiva do sistema é de responsabilidade da CONTRATANTE, com o suporte da empresa provedora do sistema;

1. 1. 4. Caso não seja a CONTRATADA vencedora do certame a mesma do procedimento licitatório anterior, a nova CONTRATADA deverá fornecer para o procedimento de migração no mínimo:

- a) O plano do projeto de migração;
- b) Termos de aceite das fases do projeto incluindo: Planejamento, testes integrados e unitários e Go Live;
- c) Desenho técnico da nova aplicação com detalhamento da infraestrutura e softwares (Softwares intermediários (Middleware), Bancos de Dados e Sistemas Operacionais);
- d) Plano detalhado da migração de dados para a nova aplicação DE\PARA dos campos dos Bancos de Dados;

1.1.5. Considera-se necessária a migração efetiva dos seguintes dados:

Para o

- a) Informações pertinentes ao exercício corrente áreas contábil, orçamentária e financeira;
- b) Informações pertinentes acerca de licitações e contratos não extintos;



c) Informações necessárias da área de arrecadação e dívida ativa, no que tange a administração do executivo fiscal municipal;

d) Informações históricas acerca da área de recursos humanos;

Para o

Informações quanto aos serviços de Saúde, E-SUS, Postos de Atendimento e demais pertinentes aos módulos de programas, cujos dados estejam disponíveis ao Município.

1. 1.5. 1 Dados dos exercícios anteriores, contratos já encerrados e outras informações cuja necessidade seja só a consulta, poderão permanecer no sistema anterior, para evitar conflitos e inconsistências em relatórios e prestação de contas.

1.1.6. A migração de informações da CONTRATANTE, até a data de execução desta fase são de responsabilidade da empresa fornecedora dos softwares, cabendo a CONTRATANTE a disponibilização dos backups em formato legível das atuais bases de dados, e a posterior conferência dos dados.

1.1.7. Caso a CONTRATANTE não disponha de diagrama e/ou dicionário de dados do sistema legado, compromete-se apenas a fornecer cópia íntegra e atualizada do banco de dados em uso.

1.1.8. As atividades de saneamento/correção dos dados são de responsabilidade da CONTRATANTE com a orientação da equipe de migração de dados da CONTRATADA. Inconsistências e erros na migração são situações previstas em qualquer migração de dados e que serão resolvidas de comum acordo entre as partes, mediante termos e cronogramas de trabalho em conjunto.

1.1.9. A CONTRATANTE poderá optar por não migrar determinados dados ou mesmo de uma base de dados completa, caso seja de seu interesse.

1. 1.10. Durante o prazo de implantação, para cada um dos sistemas licitados, quando couber, deverão ser cumpridas as atividades de configuração de programas;

1. 1. 11. Considera-se como necessários na fase de implantação de sistemas a realização de:

a) adequação de relatórios, telas, layouts com os logotipos padrões do CONTRATANTE;

b) configuração inicial de tabelas e cadastros;

c) estruturação de acesso e habilitações dos usuários;

d) adequação das fórmulas de cálculo para atendimento aos critérios adotados pelo CONTRATANTE;

e) ajuste de cálculo, quando mais de uma fórmula de cálculo é aplicável simultaneamente.



1.1. 12. A configuração visa à carga de todos os parâmetros inerentes aos processos em uso pela CONTRATANTE e que atendam a legislação Estadual e Federal, ficando facultado às proponentes interessadas realizar visitas técnicas ou pedidos de esclarecimentos anteriores a data de abertura do certame, visando a formatação de sua proposta;

1.1. 13. A CONTRATANTE disponibilizará técnicos do Departamento de Informática e de áreas afins para dirimir dúvidas. Para acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços e decidir as questões técnicas submetidas pela empresa CONTRATADA, registrando em relatório as deficiências verificadas, encaminhando notificações à empresa CONTRATADA para imediata correção das irregularidades;

1.1. 14. Todas as decisões e entendimentos havidos entre as partes durante o andamento dos trabalhos e que impliquem em modificações ou implementações nos planos, cronogramas ou atividades pactuadas, deverão ser previamente e formalmente acordados e documentados entre as partes

1.1. 15. A empresa CONTRATADA e sua equipe deverão manter sigilo absoluto sobre os dados e informações acessados durante a execução do contrato, em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), respondendo contratual e legalmente por qualquer violação, inclusive após o término da vigência contratual.

1.1. 16. A CONTRATANTE deverá documentar todos os pedidos de intervenção no sistema e parâmetros de configuração, bem como fica obrigada a conferir todas as intervenções feitas no sistema pela CONTRATADA antes de liberação para o uso.

1.1. 17. O prazo para implantação do sistema consta no item 4 do Termo de Referência.

1.18. A garantia da disponibilidade mínima do sistema contratado deverá ser de 95% do tempo de cada mês civil brasileiro. Eventuais manutenções do sistema deverão ser programadas e realizadas fora do horário de expediente dos servidores públicos.

II. CAPACITAÇÃO DOS USUÁRIOS

2.1. Visando dar condições para que os servidores públicos operem os novos programas/módulos instalados, a CONTRATADA deverá realizar a capacitação inicial, durante a fase de implantação. Nesse caso, a empresa vencedora deverá apresentar no início das atividades o Plano de Treinamento destinado à capacitação dos usuários e técnicos operacionais para a plena utilização das diversas funcionalidades de cada um dos novos módulos de



programas, abrangendo os níveis funcional e gerencial, o qual deverá conter os seguintes requisitos mínimos:

- a) Nome e objetivo de cada módulo de treinamento;
- b) Público alvo;
- c) Conteúdo programático;
- d) Conjunto de material a ser distribuído em cada treinamento, incluindo apostilas, etc. ;
- e) Carga horária de cada módulo do treinamento;
- f) Processo de avaliação de aprendizado;
- g) Recursos utilizados no processo de treinamento (equipamentos, softwares, slides, fotos, etc.);

2. 2. O treinamento para o nível técnico compreendendo: capacitação para suporte aos usuários, aspectos relacionados a configurações, monitoração de uso e permissões de acesso, permitindo que a equipe técnica possa propiciar o primeiro atendimento aos usuários, ou providenciar a abertura de chamado para suporte pela proponente.

2. 3. As turmas devem ser dimensionadas por área de aplicação e com número de participantes compatível eficaz ao aproveitamento e assimilação de conhecimento dos participantes/treinandos;

2. 4. Deverá ser fornecido Certificado de Participação aos servidores que tiverem comparecido a mais de 85% (oitenta e cinco por cento) das atividades de cada curso.

2. 5. Os equipamentos e as dependências necessárias ao desenvolvimento das atividades de capacitação serão fornecidos pela CONTRATANTE, havendo disponibilidade de uma impressora, na sala de treinamento, para testes e acesso à internet.

2. 6. A capacitação deverá ser realizada dentro do período de implantação, em carga horária e com métodos suficientes a capacitação para normal uso do ferramental tecnológico a ser fornecido.

2. 7. O treinamento de novos usuários, na sede da entidade ou via web, para a operação ou utilização dos sistemas em função de substituição de pessoal, tendo em vista demissões, mudanças de cargos, etc. , não será considerado como Treinamento de Implantação e deverá ser efetuado pelos técnicos residentes, que poderá ser solicitado a qualquer momento durante a vigência do contrato.

2. 8. O treinamento na operacionalização dos sistemas, quando contratado, poderá ser realizado nas dependências da **CONTRATANTE** ou via internet.



2.9. Em caso de qualquer problema de internet, energia ou fator interno/externo que impeça a participação dos usuários, o treinamento via web (capacitação remota) deverá ser reprogramado, sem cobrança adicional para a Administração.

2. 10. A CONTRATANTE apresentará à CONTRATADA a relação de usuários a serem treinados mediante o pagamento da respectiva hora técnica, quando o mesmo for realizado na sede da CONTRATADA, os treinamentos realizados na sede da contratante pelos técnicos residentes não terão nenhum custo adicional.

III. SERVIÇOS DE SUPORTE TÉCNICO

3. 1. Durante todo o período contratual deverá ser garantido atendimento para suporte técnico, no horário das 08: 00 às 12: 00 horas e das 13: 30 às 18: 00 horas, de segundas às sextas feiras, através de técnicos habilitados com o objetivo de:

- a) esclarecer dúvidas que possam surgir durante a operação e utilização dos sistemas;
- b) auxílio na recuperação da base de dados por problemas originados em erros de operação, queda de energia ou falha de equipamentos;
- c) orientar e realizar treinamento aos servidores na operação ou utilização dos sistemas em função de substituição de pessoal, tendo em vista demissões, licenças, mudanças de cargos, etc.
- d) auxiliar o usuário, em caso de dúvidas, na elaboração de quaisquer atividades técnicas relacionadas à utilização dos sistemas.

3. 2. O atendimento técnico poderá ser realizado por telefone, Skype, CHAT, VOIP, e-mail, internet, pelo próprio sistema, através de serviços de suporte remoto ou local, neste último caso, nas dependências da CONTRATANTE.

3. 3. O atendimento a solicitação do suporte deverá ser realizado por atendente apto a prover o devido suporte ao sistema, ou redirecionar o atendimento a quem o solucione.

3. 4. Poderá a CONTRATANTE chamar a central de atendimento da provedora via linha telefônica, hipótese em que os custos com as ligações serão suportados pela CONTRATANTE;

3. 5 A CONTRATADA deverá disponibilizar os serviços de profissionais com conhecimento no sistema para atendimento técnico local (TÉCNICOS RESIDENTES) em número conforme contido no Termo de Referência, durante o horário de expediente/atendimento da Prefeitura Municipal, período matutino e vespertino, até 8 horas diárias, 5 dias por semana, exceto sábados, domingos e feriados. Os serviços do técnico residente compreenderão aqueles compreendidos no Termo de Referência e nesse documento, podendo atuar na configuração de

Página 5 de 269



relatórios e outros atendimentos de baixa complexidade relacionados ao nível de usuários do sistema.

IV. SERVIÇOS DE DEMANDA VARIÁVEL (RESERVA TÉCNICA)

4.1 Os serviços de demanda variável, definidos no escopo do Acordo de Nível de Serviço (SLA), deverão ser previamente orçados e autorizados pela CONTRATANTE, sendo remunerados exclusivamente por hora técnica efetivamente realizada, conforme estimativas apresentadas no quadro de serviços constante no Termo de Referência. A CONTRATADA deverá apresentar relatório técnico detalhado das atividades executadas para fins de comprovação e validação do faturamento.

4.2. A CONTRATADA poderá ser convocada pela CONTRATANTE, ao longo da vigência contratual, para a execução de serviços de demanda variável, desde que previamente autorizados e justificados com base em necessidade pública devidamente formalizada.

4.3. A CONTRATADA deverá garantir, sempre que tecnicamente viável, a adequação do sistema às evoluções da legislação municipal, estadual e federal, especialmente aquelas que impactem diretamente a prestação de serviços públicos. A alegação de inviabilidade deverá ser tecnicamente fundamentada e submetida à avaliação da CONTRATANTE, não eximindo a CONTRATADA de buscar soluções alternativas que preservem a continuidade e legalidade dos serviços.

4.4. Eventuais conversões de dados decorrentes de atualizações de versão ou evolução tecnológica deverão estar previstas no plano de manutenção evolutiva e, quando solicitadas pela CONTRATANTE fora do escopo contratual, poderão ser objeto de cobrança adicional, desde que previamente autorizadas e justificadas.

4.5. A Administração Municipal, em consonância com os princípios da eficiência, inovação e transformação digital previstos na Lei nº 14.129/2021 (Governo Digital), pretende avançar na implantação do projeto Prefeitura 100% Digital, com a adoção de tecnologia de workflow para automação de processos internos e externos. A CONTRATADA deverá implementar, no sistema contratado, as funcionalidades necessárias à digitalização, controle e rastreabilidade dos fluxos administrativos, conforme orientações da CONTRATANTE e mapeamento dos processos físicos a serem convertidos.



4.5.1. Os serviços de modernização digital serão remunerados por hora técnica previamente orçada, autorizada e comprovada mediante relatório técnico das atividades realizadas, conforme previsto no item pertinente.

4.5.2. Tabela de processos a serem integrados ao sistema e estimativa de horas de serviços:

Módulo/Área	Descrição/Processo	Total de Horas*
Recursos Humanos	Solicitação de Férias	100
Prestação de Contas/Contábil	Diárias e Adiantamentos	148
Obras e Posturas	Habite-se	88
	Alvarás	268
	Certidão de Viabilidade de Construção	68
	Análise de Projetos de Construção	68
	Solicitação da Vistoria de Habite-se	60
	Solicitação de numeração predial	84
Execução orçamentária	Empenhamento da Folha	196
	Empenhamento de Ordem de Compra	158
	Assinatura Digital de Nota de Empenho	108
	Liquidação	148
	Pagamento	148
Tributário	Solicitação de Corte/Poda de árvores	60
Controle Interno	Emissão e Parecer	92
Compras e Licitações	Requisição ao Compras/Licitação	124
	Solicitação de Compras	124
	Ordem de compras	108
ISSQN/Tributário	Alvará de Localização	72
	Alvará de Renovação	72
	Alvará Sanitário	72
	Alteração de Quadro Societário	72
	Alteração de Contador	60
	Baixa de Empresa	60
	Alteração de Empresa	60



Ambiental	Auto de Infração Ambiental	148
	Notificações Ambientais	148
	Solicitação de Análise e licenciamento	148
	Denúncias e Fiscalizações Ambientais	148
Total		3. 210

*Incluídas atividades de análise, desenvolvimento/configuração, implantação/revisão e treinamento.

4.6. MANUTENÇÃO: ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO (ANS ou SLA)
O Acordo de Nível de Serviço – ANS (Service Level Agreement – SLA) é o ajuste formal, integrante deste Termo de Referência, do Edital e do Contrato, que define os níveis mínimos de qualidade, disponibilidade e tempo de resposta que deverão ser obrigatoriamente observados pela CONTRATADA, bem como os mecanismos de medição, registro e aplicação de glosas ou outras penalidades em caso de descumprimento.

Consideram-se serviços em garantia todas as correções, manutenções e ajustes necessários para manter o sistema em conformidade com os requisitos funcionais e técnicos previstos no contrato, os quais serão prestados pela CONTRATADA sem qualquer custo adicional para a CONTRATANTE, durante toda a vigência contratual e pelo prazo de garantia contratual do objeto.

Somente serão considerados serviços sem garantia, passíveis de contratação por hora técnica, aqueles solicitados pela CONTRATANTE que extrapolem, de forma objetivamente demonstrada, o escopo originalmente contratado (novas funcionalidades, customizações específicas não previstas, integrações adicionais etc.), mediante prévia autorização formal da Administração, com orçamento detalhado e observância das disposições legais e contratuais.

Dentre os **serviços em garantia**, relacionam-se:

4.7. Software Inacessível: Considera-se software inacessível aquele que estiver fora de operação ou indisponível para uso, excetuando-se os períodos de manutenção programada previamente autorizada, tais como: atualizações de versão (releases), atualização do sistema Gerenciador de Banco de Dados (SGBD), ampliação de infraestrutura de hardware ou outras intervenções técnicas necessárias à manutenção preventiva ou corretiva do sistema, desde que estejam previstas nas obrigações contratuais ou em contratações adicionais formalizadas pela Administração Pública.



4.8. Nos casos em que a manutenção programada exigir interrupção total do funcionamento do sistema, a CONTRATADA deverá emitir comunicação formal e prévia à CONTRATANTE, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, por meio dos canais oficiais de atendimento, informando:

- a) O motivo da parada;
- b) A data e horário de início e término previstos;
- c) Os módulos ou funcionalidades afetadas;
- d) As medidas de contingência, se aplicáveis.

4.9. A CONTRATADA deverá envidar todos os esforços para que as manutenções sejam realizadas fora do horário de expediente da Administração, minimizando impactos à prestação de serviços públicos e garantindo a continuidade administrativa.

4.10. Manutenção Corretiva de Software A CONTRATADA deverá realizar manutenções corretivas sempre que forem identificadas inconformidades técnicas no software, entendidas como falhas de funcionamento decorrentes de erros de programação ou lógica interna do sistema. Tais correções não abrangem inconsistências causadas por parametrizações indevidas, inserções incorretas de dados ou erros operacionais por parte dos usuários, os quais deverão ser tratados com suporte técnico adequado. Reconhece-se que, em sistemas de grande porte, nem todos os erros são identificáveis na fase de testes, sendo responsabilidade da CONTRATADA corrigir prontamente quaisquer falhas relatadas pela CONTRATANTE, sem prejuízo à continuidade dos serviços públicos.

4.11. Adequação Legal e Normativa: A CONTRATADA deverá garantir a adequação do software às alterações na legislação federal, estadual e municipal, bem como às normas infralegais emitidas por órgãos de controle externo (como Tribunais de Contas e Secretaria do Tesouro Nacional), especialmente aquelas que impactem a contabilidade pública, prestação de contas e gestão fiscal. A programação de ajustes deverá ser elaborada em prazo razoável, acordado com a CONTRATANTE, sem comprometer a operação do sistema, e sem custos adicionais, quando tais alterações forem essenciais ao cumprimento da legislação vigente.

4.12. Intervenções Técnicas em Banco de Dados: A CONTRATADA será integralmente responsável pela execução de intervenções técnicas no banco de dados, com o objetivo de corrigir inconsistências decorrentes de falhas do próprio software ou de operações técnicas realizadas por sua equipe. Tais intervenções deverão ser documentadas detalhadamente, incluindo o diagnóstico, a ação corretiva aplicada e os impactos observados.



4.12.1 .A equipe técnica da CONTRATANTE, composta por servidores públicos com conhecimento na área, atuará como fiscalizadora e validadora dos procedimentos realizados, acompanhando as intervenções, analisando os relatórios técnicos e emitindo pareceres quanto à conformidade das ações executadas. Essa participação não implica em responsabilidade direta pela execução, tampouco gera ônus adicional à Administração, sendo exercida exclusivamente para fins de controle, transparência e garantia da qualidade dos serviços contratados.

4.12.2. A CONTRATADA deverá manter canais abertos para interação técnica com os servidores designados, promovendo o compartilhamento de informações, esclarecimentos e registros operacionais, sempre que solicitado, garantindo que a Administração tenha pleno conhecimento das ações realizadas em ambiente de dados sensíveis.

4.13. Correções de Configuração: A CONTRATADA deverá corrigir operações inconsistentes decorrentes de configurações realizadas por sua equipe, garantindo que o sistema esteja parametrizado corretamente para atender às rotinas administrativas da CONTRATANTE.

4.14. Serviço de Suporte Técnico: A CONTRATADA deverá manter Central de Atendimento ativa e acessível, com canais como chat online, telefone e e-mail, garantindo suporte técnico contínuo durante o horário de expediente da Administração Pública. O suporte deverá ser prestado por profissionais qualificados, com tempo de resposta e resolução compatíveis com os indicadores de desempenho definidos no contrato.

4.15. Treinamento Pós-Implantação: A CONTRATADA deverá realizar treinamento e capacitação local, na sede da CONTRATANTE, por meio de técnicos residentes, para qualquer rotina ou módulo do software, sempre que solicitado. O treinamento deverá ser documentado, com emissão de certificados, e garantir a plena autonomia dos servidores públicos na operação do sistema.

4.16. Todos os treinamentos deverão ser:

- ✓ Documentados formalmente, com registro de conteúdo, participantes e carga horária;
- ✓ Acompanhados da emissão de certificados de participação, para fins de controle interno e valorização profissional;
- ✓ Realizados sem ônus adicional à Administração Pública, como parte integrante das obrigações contratuais da CONTRATADA;
- ✓ Planejados em conjunto com os setores técnicos da Prefeitura, que atuarão como fiscalizadores e validadores dos conteúdos, sem assumir responsabilidade direta pela execução.



4.16.1. A CONTRATADA deverá manter canais abertos para interação contínua com os servidores públicos, promovendo atualizações periódicas, sessões de esclarecimento e suporte à capacitação, inclusive em casos de mudanças legais, substituição de pessoal ou evolução tecnológica do sistema.

4.17. Serviços Técnicos Complementares e de Interesse Estratégico da Administração

Os serviços técnicos complementares descritos a seguir são considerados essenciais à continuidade, legalidade e eficiência da gestão pública municipal, e deverão ser prestados pela CONTRATADA como parte das obrigações contratuais, sempre que tecnicamente viáveis e devidamente autorizados pela CONTRATANTE, sem prejuízo à operação do sistema e sem ônus adicional à Administração, salvo previsão expressa e justificada:

4.18. Customizações do software com base nas especificidades operacionais da Administração Municipal, desde que não comprometam a integridade da estrutura do sistema e estejam alinhadas às boas práticas de desenvolvimento, segurança da informação e interoperabilidade.

4.19. Personalização de relatórios e consultas, incluindo inclusão, exclusão ou reorganização de informações nos diversos módulos, bem como a criação de relatórios específicos para fins de controle interno, prestação de contas, transparência e atendimento a exigências legais e normativas.

4.20. Configurações operacionais, fiscais e contábeis, como:

- ✓ Convênios bancários;
- ✓ Carnês com carteira registrada;
- ✓ Parcelamentos de dívida ativa;
- ✓ Fórmulas de cálculo de tributos e folha de pagamento;
- ✓ Provisões legais (férias, 13º, licença-prêmio);
- ✓ Contabilização de receitas;
- ✓ Integração entre módulos (Patrimônio, Almoxarifado, Contabilidade);
- ✓ Rotinas de planejamento orçamentário (LOA, LDO, PPA);
- ✓ Serviços de autoatendimento;
- ✓ Consultas específicas via SQL, quando necessárias à gestão pública.

4.21. Consultorias técnicas e assessorias especializadas, incluindo:

- ✓ Apoio à prestação de contas junto aos Tribunais de Contas;
- ✓ Geração e validação de arquivos obrigatórios (DIRF, RAIS, SIOPE, MSC, SEFIP, SIOPS, e-Social);



- ✓ Adequações ao Código Tributário Municipal;
- ✓ Encerramento e abertura de exercício contábil;
- ✓ Elaboração de documentos exigidos por órgãos de controle externo, como Termos de Ajuste de Conduta (TAC);
- ✓ Mapeamento e revisão de fluxos de processos administrativos.

4.22. Intervenções técnicas no banco de dados, para correção, ajuste ou adequação de informações, sempre que houver inconformidades decorrentes de operações legítimas dos usuários, desde que não atribuíveis à má utilização ou falha da CONTRATANTE.

4.23. Capacitação contínua dos servidores públicos, realizada presencialmente ou remotamente, sempre que houver necessidade de atualização, substituição de pessoal ou inclusão de novos módulos, garantindo a autonomia funcional da equipe na operação do sistema.

4.23.1 A Administração Pública Municipal não reconhece a figura de “serviços sem garantia” no âmbito contratual, especialmente quando se trata de sistemas que impactam diretamente a gestão pública, a prestação de contas e o atendimento ao cidadão. Todo serviço prestado pela CONTRATADA, seja ele previsto no escopo inicial ou decorrente de evolução tecnológica, deve observar os princípios da continuidade, eficiência, economicidade e segurança jurídica, conforme estabelece a Lei nº 14. 133/2021.

4.23.2. “A eventual classificação de serviços como “sem garantia” será considerada nula de pleno direito, por contrariar os princípios da legalidade, moralidade e supremacia do interesse público, podendo ensejar rescisão contratual, aplicação de penalidades e responsabilização da CONTRATADA, conforme os arts. 156 a 162 da Lei nº 14. 133/2021. ”

4.24. Disposições Gerais

4.24.1. A CONTRATADA deverá prestar todos os serviços contratados com garantia de execução, qualidade técnica e responsabilidade contratual, conforme os princípios da legalidade, eficiência, economicidade e continuidade do serviço público, previstos na Lei nº 14. 133/2021.

4.24.2. A contagem dos prazos para atendimento técnico terá início a partir do registro formal da solicitação pela CONTRATANTE, por meio dos canais oficiais de suporte, com protocolo identificável. Para fins de contagem, serão considerados dias úteis, exceto nos casos de urgência, em que o atendimento deverá ocorrer inclusive em finais de semana, feriados ou fora do expediente, conforme item específico abaixo.



4. 24. 3. Todos os serviços deverão ser documentados, justificados e validados pela equipe técnica da CONTRATANTE, com emissão de relatórios técnicos e registros formais.

4. 25. Atendimento Emergencial

4. 25. 1. Em situações de urgência ou impacto direto na prestação de serviços públicos essenciais, como indisponibilidade total do sistema, falhas em rotinas críticas ou risco de perda de dados, o atendimento deverá ser iniciado em até 2 horas corridas, independentemente do dia ou horário, com solução paliativa ou definitiva em até 24 horas.

4. 26. Prazos de Atendimento por Tipo de Serviço

Tipo de Serviço	Prazo de Resposta	Prazo de Conclusão
Software Inacessível	Imediato	Até 24 horas corridas
Inconformidade Crítica	Até 2 dias úteis	Até 5 dias úteis
Inconformidade Não Crítica	Até 2 dias úteis	Até 15 dias úteis
Adequações Legais	Até 2 dias úteis	Conforme cronograma legal ou pactuado
Customizações e Configurações Específicas	Até 5 dias úteis (orçamento ou negativa justificada)	Prazo informado após aprovação, com 1 repactuação permitida
Intervenções em Banco de Dados (falha do sistema ou técnico)	Até 2 dias úteis	Crítica: até 5 dias úteis / Não crítica: até 15 dias úteis
Correções de Configuração (erro da CONTRATADA)	Até 2 dias úteis	Crítica: até 5 dias úteis / Não crítica: até 15 dias úteis
Intervenções por erro do usuário	Até 5 dias úteis (orçamento ou negativa justificada)	Prazo informado após aprovação, com 1 repactuação permitida
Serviços Complementares (consultoria, relatórios, etc.)	Até 5 dias úteis (orçamento ou negativa justificada)	Agendamento em até 2 dias úteis após aprovação

4.27. Repactuação de Prazos



4.27.1. A repactuação de prazos será admitida uma única vez por serviço, mediante justificativa técnica formal e aprovação expressa da CONTRATANTE. Novas repactuações deverão ser formalizadas por termo aditivo ou documento equivalente, respeitando os limites legais e o interesse público.

4.28. Penalidades

4.28.1. O descumprimento dos prazos estabelecidos nesta cláusula poderá ensejar a aplicação das penalidades previstas nos arts. 156 a 162 da Lei nº 14.133/2021, incluindo:

- ✓ Advertência formal;
- ✓ Multa compensatória proporcional ao tempo de indisponibilidade ou atraso;
- ✓ Suspensão temporária de participação em licitações;
- ✓ Rescisão contratual por inexecução parcial ou total.

4.28.2. Diante da estrutura contratual apresentada, observa-se que os prazos, procedimentos e responsabilidades atribuídas à CONTRATADA foram definidos com o objetivo de garantir a previsibilidade, segurança jurídica e continuidade dos serviços públicos essenciais. A previsão de agendamento dos serviços em até dois dias úteis após aprovação, bem como a obrigatoriedade de comunicação formal em caso de inviabilidade técnica, reforça o compromisso com a transparência e o controle administrativo.

4.28.3. A possibilidade de repactuação por meio de termos aditivos, desde que dentro dos limites legais e mediante mútuo acordo, assegura a flexibilidade contratual necessária para atender às demandas específicas da Administração, sem comprometer a legalidade ou a economicidade.

4.28.4. Por fim, a cláusula consolida um modelo de gestão contratual que prioriza o interesse público, ao exigir prazos razoáveis, validação técnica, comunicação formal e responsabilização da CONTRATADA, promovendo uma relação contratual equilibrada, eficiente e alinhada às melhores práticas da administração pública contemporânea.

V. DO SERVIÇO DE GERENCIAMENTO DO DATA CENTER

5.1 Da Base de Cálculo dos Custos Iniciais Relacionados ao Data Center por Lote

5.1.1 Para garantir o pleno funcionamento do sistema a ser implantado, será indispensável a alocação adequada de recursos de data center, conforme especificado na planilha geral de preços apresentada pela licitante. Esses recursos poderão ser providos por estrutura própria ou por terceiros, desde que atendam integralmente às exigências técnicas da Administração Pública.



5.1.2 A Prefeitura Municipal coloca-se à disposição das empresas interessadas para fornecer todas as informações necessárias à elaboração precisa de cálculos, projeções e formatação das propostas, assegurando transparência e equidade no processo licitatório.

5.1.3 Caberá à licitante a responsabilidade de dimensionar corretamente os requisitos de capacidade de processamento, tráfego de dados, armazenamento e estabilidade, de modo a garantir que o data center suporte integralmente as demandas operacionais da Administração. A correta previsão e provisão desses recursos são essenciais para o funcionamento inicial e contínuo do sistema.

5.1.4 O sistema proposto deverá ser compatível com a infraestrutura de rede atualmente contratada pela Prefeitura. Caso, após a implantação, o sistema apresente desempenho insatisfatório frente ao volume de dados e operações em uso, a empresa fornecedora será responsabilizada pelos custos adicionais decorrentes da necessidade de ampliação do link de internet. Alternativamente, poderá ser aplicada a rescisão contratual e demais penalidades previstas no edital, visando preservar a eficiência dos serviços públicos e evitar prejuízos à população.

5.1.5 A proposta técnica deverá ser acompanhada da memória de cálculo detalhada da configuração projetada, contemplando todos os recursos necessários para o funcionamento pleno do sistema, conforme as necessidades atuais da Administração. Essa memória deverá especificar, entre outros, os requisitos mínimos de espaço em disco e demais parâmetros técnicos exigidos.

5.1.6 Nos termos da Lei Federal nº 9.609, de 19 de fevereiro de 1999, por se tratar de sistemas protegidos por propriedade intelectual das CONTRATADAS, estas ficam obrigadas a disponibilizar, sem ônus adicional para o Município, data center adequado para alocação dos sistemas licitados. O data center deve contar com capacidade plena de processamento, incluindo links de internet redundantes, servidores robustos, nobreaks, fontes alternativas de energia (como grupos geradores), softwares de virtualização, medidas de segurança da informação e sistemas de climatização — tudo compatível com as demandas técnicas do sistema ofertado e o volume de operações da Administração Municipal.

5.1. A estrutura de *data center* poderá ser própria ou terceirizada, desde já ficando expressamente autorizada a terceirização desse item do objeto em caso de contratação;

5.1.1. A CONTRATADA deverá realizar gerenciamento pró-ativo/anível de servidor, inibindo que operações onerosas (como emissão de relatórios grandes, execução de consultas com filtros inadequados, etc.), possam prejudicar a operação do sistema ocasionando lentidão e/ou travamentos, prejudicando assim os trabalhos internos;

5.1.2. As ações realizadas através do gerenciamento pró-ativo, podem incluir o contato com o(s) usuário(s) do sistema ou o administrador local, para informar sobre essas situações,



informando alternativas para execução das atividades e se necessário, interrompendo a execução da ação no servidor;

5.1.3. Por se tratar de um sistema web, instalado e mantido em data center, as atualizações deverão ocorrer mediante as seguintes características:

- a) O procedimento de atualização deverá ser automatizado sem necessidade de interferência do usuário, executado, controlado e auditado pela própria CONTRATANTE, garantindo que o sistema esteja disponível imediatamente após os procedimentos de atualização;
- b) As atualizações, assim que executadas deverão surtir efeito imediato em todas as estações de trabalho da CONTRATANTE. Excetua-se aqui arquivos da camada front-end em cache nonavegador, que poderão ser atualizados com regras específicas;
- c) Permitir visualizar os logs de atualizações que foram executadas anteriormente;
- d) Deverá permitir acesso posterior sempre que necessário pelo usuário a documentação de cada release lançada/atualizada.
- e) As atualizações/release deverão ser feitas apenas após a autorização da fiscalização do contrato. Exceto quando for uma mudança obrigatório pelo Tribunal de Contas, etc. Deverá ser feito antes uma demonstração do que será mudado no sistema antes de ser aplicado.

5.1.4. Ainda quanto ao data center, a CONTRATADA fica responsável por manter os sistemas básicos (sistema Operacional, Servidor de Aplicação, Servidor de Banco de Dados, etc.) em constante atualização, especialmente quando falhas de segurança forem reportadas pelos fabricantes (quando licenciados) ou comunidade (quando software livre);

5.1.5. A proponente deverá prever as necessidades de capacidade de processamento, tráfego de dados, armazenamento e estabilidade relacionados ao provimento de data-center para atendimento das necessidades da CONTRATANTE e de acordo com o desempenho do sistema ofertado. A previsão e o atendimento das necessidades para funcionamento inicial pleno do sistema cotado são de responsabilidade da proponente de acordo com as questões técnicas particulares de seu próprio sistema;

5.1.6. Para garantir segurança e disponibilidade o ambiente computacional oferecido deverá, no mínimo conter recursos suficientes ao processamento e ao armazenamento de informações a serem controladas com o sistema de gestão ofertado, dentre eles:

5.1.6.1. Links de internet redundantes;

5.1.6.2. Fontes de energia redundantes, no mínimo uma de concessionária de energia e outra de grupo(s) de gerador(es);



- 5.1.6.3. Hardwares redundantes;
- 5.1.6.4. Tecnologia de virtualização;
- 5.1.6.5. Administração 24 X 7 (vinte e quatro horas, sete dias por semana).
- 5.1.7. A CONTRATADA deverá efetuar os eventuais upgrades em seus hardwares para garantir o bom funcionamento dos sistemas, mantendo estabilidade e confiabilidade dos equipamentos;
- 5.1.8. Em caso de necessidade de readequação de capacidade de processamento, deverá permitir que seja realizado redimensionamento posterior conforme necessidade para atendimento da demanda de funcionalidades e usuários, de acordo com as seguintes regras e conceitos:
- 5.1.8.1. Consideram-se recursos passíveis de aumento gradativo conforme demanda: links de internet, espaço em disco total (banco de dados, demais servidores e contingência para manutenções), quantidade de memória RAM por servidor, quantidade de CPUs por servidor;
- 5.1.8.2. O aumento de reserva de link de internet deverá ser realizado por MB adicional, além da quantidade já disponibilizada conforme necessidade do sistema/programas;
- 5.1.8.3. O aumento de espaço em disco total deverá ser realizado por GB adicional, além da quantidade já disponibilizada conforme necessidade do sistema/programas;
- 5.1.8.4. O aumento de memória RAM deverá ser realizado por GB em cada servidor conforme necessidade do sistema/programas, além da quantidade já disponibilizada;
- 5.1.8.5. O aumento de qualquer um dos recursos mencionados deverá ser solicitado pela CONTRATANTE a CONTRATADA mediante ofício e será passível de aprovação orçamentária;
- 5.1.9. O datacenter a ser fornecido deverá ser suficiente para manter as informações controladas para acesso em tempo real por no mínimo 2 (dois) anos, inclusive os logs de uso, podendo as informações de períodos anteriores serem armazenadas em backups.
- 5.1.10. O datacenter deverá conter tecnologia para manter cópia das informações no ambiente do datacenter da CONTRATADA (ou pelo contratado) e download de segurança do banco de dados pela CONTRATANTE.
- 5.1.11. Ao término da fase de implantação, quando posto em efetivo funcionamento a CONTRATADA deverá notificar a CONTRATANTE através de documento formal os recursos da capacidade totais disponíveis do datacenter no momento.



5.1.12. A administração municipal está à disposição das empresas interessadas para prestar informações que estas considerarem necessárias para os devidos cálculos, projeções e formatação de suas propostas.

5.2. Reversibilidade e Portabilidade dos Dados

5.2.1. Ao término da vigência contratual, ou em caso de rescisão, a CONTRATADA deverá garantir à Administração Pública Municipal o pleno acesso, extração e entrega de todos os dados, registros, logs e configurações armazenados no sistema, em formato aberto, interoperável e estruturado, conforme previsto no §2º do art. 40 da Lei nº 14.133/2021.

A entrega deverá incluir:

- ✓ Banco de dados completo, com integridade garantida;
- ✓ Documentação técnica das estruturas de dados e relacionamentos;
- ✓ Logs de uso e auditoria dos últimos 24 meses;
- ✓ Relatórios de configuração e parametrização dos módulos utilizados;
- ✓ Scripts ou instruções para importação em novo ambiente, quando aplicável.

5.2.2. A CONTRATADA não poderá impor restrições técnicas, comerciais ou operacionais que dificultem ou impeçam a portabilidade dos dados públicos, sendo vedada qualquer retenção indevida de informações, sob pena de responsabilização administrativa, civil e penal.

5.3. Dos Pagamentos e Prazos

5.4.1. O pagamento será realizado de forma mensal e sucessiva, mediante apresentação da nota fiscal/fatura emitida em nome da empresa CONTRATADA, após ateste da prestação dos serviços pela fiscalização da CONTRATANTE, conforme previsto no contrato.

5.4.2. Os serviços de implantação e treinamento dos usuários serão pagos em parcela única, com vencimento em até 15 (quinze) dias corridos após a conclusão e validação pela CONTRATANTE.

5.4.3. Os serviços de provimento e gestão de data center, locação dos sistemas, suporte técnico e demais serviços mensais serão pagos de forma mensal e sucessiva, durante toda a vigência do contrato, sendo a primeira parcela com vencimento 30 dias após a liberação do sistema para uso, mediante ateste da fiscalização.

5.4.4. Os serviços prestados sob demanda por hora técnica serão pagos conforme o número de horas efetivamente utilizadas no mês anterior, mediante apresentação de relatório técnico detalhado e validação pela CONTRATANTE, em conjunto com a parcela mensal.



5. 5.Caso a CONTRATADA, após o prazo contratual estabelecido para implantação, não entregue integralmente algum módulo previsto no escopo contratual, ou entregue de forma que não atenda aos requisitos mínimos de funcionalidade, integração e desempenho, a Administração poderá:

- ✓ Suspender os pagamentos relativos ao módulo não entregue, até que sua implantação seja concluída e validada pela fiscalização da CONTRATANTE;

Aplicar desconto proporcional ao valor do módulo, calculado com base na proposta comercial e no impacto funcional da ausência;

- ✓ Encerrar contratualmente o módulo específico, mediante notificação formal, sem prejuízo da continuidade dos demais módulos contratados;
- ✓ Contratar terceiros para suprir a funcionalidade não entregue, sendo a CONTRATADA responsável pela integração técnica, sem ônus adicional à Administração, e sem prejuízo das penalidades previstas nos arts. 156 a 162 da Lei nº 14.133/2021.

5.5.1. A CONTRATADA será previamente notificada e terá prazo de até **20 (vinte) dias úteis** para apresentar justificativa técnica e plano de correção. Persistindo a inexecução, a CONTRATANTE poderá formalizar o encerramento parcial do contrato por meio de termo aditivo ou decisão administrativa fundamentada.

VI. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1. São obrigações da CONTRATADA:

a) arcar com os ônus trabalhistas, impostos, encargos sociais, incluindo, despesas referentes à transporte aéreo, traslados, hospedagens, alimentação e pagamento de diárias, dentre outros afins, no atendimento a execução dos serviços descritos neste termo, durante toda a vigência contratual;

executar a configuração, migração de informações e demais atividades necessárias à implantação dos módulos do sistema contratado, autorizados formalmente pela CONTRATANTE, através de ordem de início de serviço, no prazo máximo declarado no contrato;

b) efetuar a manutenção legal do sistema para adaptação às alterações legais (legislação federal e estadual) inerentes às suas funcionalidades, durante toda a vigência do contrato, devendo



executar as atualizações que se fizerem necessárias para o seu perfeito funcionamento e enquadramento as mudanças nas legislações;

c) efetuar a manutenção corretiva do sistema, corrigindo eventuais falhas, independentemente de serem observadas ou não pelos usuários;

d) prestar o serviço de suporte técnico conforme disposições do termo de referência e contrato;

e) avaliar, em prazo razoável, a viabilidade técnica e jurídica das solicitações de alteração específicas encaminhadas eletronicamente pelo CONTRATANTE, e repassar orçamento acompanhado de cronograma para execução dos serviços;

f) executar as customizações do sistema, conforme viabilidade técnica e solicitações da CONTRATANTE, mediante orçamento prévio aprovado e acordo de serviços;

g) fornecer, quando necessário, o banco de dados utilizado e as licenças associadas, inclusive para operação local, garantindo a continuidade dos serviços e a autonomia da Administração Pública Municipal. Ao término do contrato, a CONTRATADA deverá entregar à CONTRATANTE o backup completo dos dados, em formato aberto, estruturado e restaurável (DUMP do SGBD), acompanhado das senhas e instruções necessárias para acesso e restauração, conforme §2º do art. 40 da Lei nº 14. 133/2021. A CONTRATADA deverá também disponibilizar mecanismo para monitoramento e download periódico desses dados por usuário autorizado da CONTRATANTE.

h) com relação ao data center, manter os sistemas básicos (sistema Operacional, Servidor de Aplicação, Servidor de Banco de Dados, etc.) em constante atualização, especialmente quando falhas de segurança forem reportadas pelos fabricantes (quando licenciados) ou comunidade (quando software livre);

i) não transferir a execução do contrato, no todo ou em parte, sem prévia e expressa autorização da CONTRATANTE, ressalvadas as hipóteses de subcontratação previstas no contrato e na legislação vigente, conforme art. 72 da Lei nº 14. 133/2021.

j) manter o(s) servidor(es) da CONTRATANTE, encarregado(s) de acompanhar os trabalhos, a par do andamento dos serviços, prestando-lhe(s) as informações necessárias;

k) desenvolver todas as atividades constantes no edital e seus anexos, bem como seguir as especificações funcionais do mesmo;

l) tratar como confidenciais informações e dados contidos nos sistemas da Contratante, guardando total sigilo perante terceiros, nos termos da Lei 13. 709/2018 (Lei Geral da Proteção de Dados Pessoais – LGPD);



- m) comunicar imediatamente, por escrito, a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para adoção das providências cabíveis;
- n) responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos causados a CONTRATANTE ou terceiros em função do desempenho de suas atividades, se apurada culpa ou responsabilidade civil, nos termos da legislação, observado o direito à ampla defesa e ao contraditório.

6.2 São obrigações da CONTRATANTE:

- a) efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados no termo contratual, incluindo as customizações, acréscimos e apostilamentos;
- b) prestar as informações, esclarecimentos e fornecer os dados e arquivos necessários ao desenvolvimento dos serviços contratados, de forma completa e legível ou utilizável;
- c) fiscalizar e acompanhar a execução do contrato, documentar e notificar formalmente à CONTRATADA, a ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades no curso de execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção ou regularização;
- d) documentar todos os pedidos de intervenção no sistema e parâmetros de configuração desde a implantação até as demais no decorrer do contrato, bem como conferir todas as intervenções feitas no sistema pela CONTRATADA antes de liberação para o uso, de modo a evitar possíveis erros ou equívocos, uma vez que a CONTRATANTE é a proprietária do banco de dados e responsável por todos os parâmetros, dados e informações repassadas aos técnicos da CONTRATADA para realização de seus serviços;
- e) responsabilizar-se pela completa e correta inserção de dados e parâmetros nos sistemas;
- f) parametrizar o sistema, em nível de usuário, inclusive no tocante às modificações de alíquotas de tributos, multas e contribuições, além de atualizar as fórmulas de cálculo do(s) sistema(s) quando necessário;
- g) responsabilizar-se por erros em cálculos, folhas, relatórios, boletos e cobranças ou outros equívocos de processamento, provenientes de dados, parâmetros e informações repassadas, informadas, lançadas ou carregadas no sistema.
- h) emitir o Termo de Recebimento Definitivo no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados da disponibilização do sistema para uso, conforme previsto nos arts. 117 e 141 da Lei nº 14.133/2021, mediante verificação da conformidade do objeto com os requisitos contratuais e legais.
- i) dispor de equipamentos de informática adequados para uso do sistema e programas locados;



- j) Proceder o download da cópia de segurança do banco de dados ou disponibilizar estrutura para redundância de informações, assumindo integral responsabilidade pela proteção, integridade e guarda arquivos de dados, todos de sua propriedade, visando satisfazer às necessidades de segurança, assim como “*restart*” e recuperação no caso de falha de máquina;
- k) cumprir as orientações e procedimentos técnicos especificados pela CONTRATADA para o bom funcionamento e operacionalidade do sistema;
- l) dar prioridade aos técnicos da CONTRATADA para utilização do equipamento da CONTRATANTE quando da visita técnica dos mesmos, bem como assegurar o acesso dos empregados da CONTRATADA, quando devidamente identificados e uniformizados, aos locais em que devam executar os serviços;
- m) manter, durante toda a vigência contratual, as condições de habilitação exigidas na licitação, incluindo regularidade fiscal, trabalhista e técnica, conforme previsto nos arts. 62 e 67 da Lei nº 14.133/2021.
- n) garantir a integridade, segurança e disponibilidade dos dados sob sua responsabilidade, inclusive realizando o download periódico das cópias de segurança disponibilizadas pela CONTRATADA, conforme orientações técnicas, e mantendo estrutura adequada para redundância e recuperação em caso de falha de equipamento.
- 6.3. Fica previamente esclarecido que os serviços previstos no contrato, não incluem **reparos, correções ou suporte técnico decorrentes de eventos ou falhas alheias à responsabilidade da CONTRATADA**, especialmente nos seguintes casos:
- a) Condições ambientais inadequadas nas instalações da CONTRATANTE, como falhas na climatização, sobrecarga elétrica, ausência de aterramento, ou qualquer outra situação que comprometa o funcionamento dos equipamentos ou sistemas;
- b) Problemas relacionados à infraestrutura de rede lógica, conexão de internet, roteadores, switches ou demais componentes de responsabilidade da CONTRATANTE;
- c) Infecção por vírus, malwares, ransomwares ou softwares maliciosos instalados em equipamentos da CONTRATANTE, quando não relacionados ao sistema fornecido pela CONTRATADA;
- d) Acidentes, desastres naturais, incêndios, inundações, negligência, imperícia, mau uso, atos de guerra, motins, greves, ou qualquer evento de força maior que cause danos aos sistemas ou equipamentos, incluindo transporte inadequado de dispositivos;



- e) Uso indevido dos programas licenciados, configuração incorreta de rede, incompatibilidade de infraestrutura local, uso inadequado de utilitários ou equipamentos não homologados;
- f) Situações, condições e fatos que estejam fora do escopo técnico, contratual ou da competência da CONTRATADA, desde que devidamente justificados e documentados.

6.4 Nesses casos, a CONTRATADA poderá, mediante solicitação formal da CONTRATANTE, apresentar proposta técnica e comercial para execução dos serviços corretivos, desde que tecnicamente viáveis e autorizados pela fiscalização do contrato, sem prejuízo da continuidade dos demais serviços contratados.

6.5 A CONTRATADA deverá comunicar à CONTRATANTE, por escrito e com justificativa técnica, sempre que identificar que a origem do problema está relacionada a qualquer das situações previstas nos itens anteriores, permitindo à Administração adotar as providências cabíveis.

VII. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA MÍNIMA EXIGIDA DAS PROPONENTES PARA RESGUARDO DO EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

7.1. Para garantir a segurança da contratação e a efetiva prestação dos serviços, nos termos da Lei nº 14.133/2021, será exigida das licitantes a comprovação de aptidão técnica e capacidade operativa mínima, mediante apresentação dos documentos exigidos no termo de referência.

7.2. A CONTRATADA deverá garantir, mediante controle de perfis e credenciais, o acesso exclusivo em modo de leitura ao banco de dados do sistema, hospedado nos servidores da CONTRATADA, por servidores públicos efetivos que ocupem o cargo de Administrador de Banco de Dados ou cargo equivalente, conforme previsto no quadro funcional do respectivo órgão. Esse acesso tem como finalidade assegurar a transparência, o controle institucional e a eficiência na gestão pública, conforme os princípios da legalidade, publicidade e eficiência previstos no art. 37 da Constituição Federal, na Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos), na Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI), e na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD).

7.3. Fica expressamente reconhecido que todos os dados armazenados, processados e gerados pelo sistema são de propriedade exclusiva do órgão, sendo vedada à CONTRATADA qualquer restrição de acesso, apropriação ou uso indevido das informações. A CONTRATADA poderá proteger o código-fonte, a arquitetura e os componentes internos do software como parte de sua propriedade intelectual, porém não poderá, sob nenhuma hipótese, impedir ou limitar o acesso



da Administração aos dados públicos armazenados, que são essenciais à continuidade dos serviços e à governança institucional.

7. 4.O acesso concedido aos servidores públicos será estritamente em modo de leitura, não sendo permitido qualquer tipo de inclusão, alteração ou exclusão de dados. A CONTRATADA deverá garantir que esse acesso seja tecnicamente isolado, preservando a integridade da base e evitando qualquer interferência nas operações do sistema.

7. 5.A criação, configuração e manutenção dos perfis de leitura deverão ser providenciadas pela contratadas em qualquer ônus adicional à Administração, como parte integrante da solução CONTRATADA. A CONTRATADA também será responsável por garantir a disponibilidade e o funcionamento contínuo desses acessos, respondendo por qualquer falha, interrupção ou impedimento injustificado.

7.6. Controle de Acesso à Base de Dados

7.6. 1. O acesso será concedido exclusivamente a servidores públicos efetivos que ocupem o cargo de Administrador de Banco de Dados ou cargo equivalente, devidamente designados pela autoridade competente do órgão.

7.6.2. A CONTRATADA deverá fornecer documentação técnica completa e atualizada, permitindo que os profissionais responsáveis compreendam a estrutura da base de dados, seus relacionamentos e lógicas de armazenamento, sem violar os direitos de propriedade intelectual sobre o software.

7.6.3. A solução contratada deverá possibilitar integração plena, segura e documentada com outros sistemas de informação desenvolvidos ou mantidos pela Administração Pública Municipal, atuais ou futuros, sempre que tecnicamente viável e demandado pela CONTRATANTE, por meio de APIs, serviços web ou outros mecanismos de interoperabilidade em formato aberto, através de solicitação de serviços a serem ajustados entre as partes através de orçamento apresentado.

7.6.3.1. A CONTRATADA deverá, viabilizar as integrações necessárias à continuidade dos processos de trabalho do Município, observando padrões de segurança da informação, rastreabilidade e integridade dos dados, com documentação técnica suficiente para manutenção evolutiva pela equipe municipal.

7.6.3.2 O acesso será realizado por meio de credenciais individuais, com autenticação segura e registro de logs, permitindo auditoria periódica para garantir conformidade com a Lei nº 12.527/2011 (LAI), com a LGPD e com os princípios da governança pública.



7.6.4. Qualquer bano intervenção ou modificação na base de dados deverá seguir procedimentos formais e ser realizada exclusivamente pela CONTRATADA, observando as boas práticas de governança de TI, de modo a garantir a integridade, rastreabilidade e continuidade operacional do sistema.

7.7. Requisitos Técnicos do Acesso

7.7.1. Segurança e rastreabilidade: O acesso será realizado por meio de interface segura, com autenticação individual, registro de logs e rastreabilidade das operações, sem qualquer permissão de escrita ou alteração nos dados;

7.7.2. Legalidade e responsabilidade: Os servidores autorizados deverão assinar termo de responsabilidade, comprometendo-se com o uso ético, legal e restrito das informações acessadas, em conformidade com a LGPD e demais normas aplicáveis;

7.7.3. Finalidade pública: O acesso será destinado exclusivamente a fins de auditoria, controle interno, integração com outras soluções públicas, prestação de contas, melhoria da gestão e atendimento a obrigações legais;

7.8 Integração e Interoperabilidade com Sistemas de Terceiros

7.8.1 A contratada deverá garantir que o sistema ERP contratado seja plenamente interoperável com sistemas de terceiros utilizados pela Administração Pública, assegurando a autonomia tecnológica do órgão contratante e o livre acesso às informações públicas, conforme os princípios da eficiência, publicidade e continuidade do serviço público previstos no art. 37 da Constituição Federal e nos dispositivos da Lei nº 14.133/2021, especialmente:

Art. 6º, inciso VII – que exige interoperabilidade entre sistemas de tecnologia da informação e comunicação;

Art. 40, inciso II – que determina a previsão contratual de integração com outras soluções tecnológicas;

Art. 42, § 1º – que prioriza soluções que permitam compartilhamento de dados e consumo de APIs.

7.8.2 Para garantir esse direito, a contratada deverá observar os seguintes requisitos:

- a) Acesso a sistemas de terceiros: É vedado à contratada restringir ou limitar o acesso da Administração Pública a sistemas de terceiros, devendo o ERP permitir integração com outras plataformas tecnológicas utilizadas pelo órgão público.
- b) Consumo e disponibilização de APIs: A contratada deverá fornecer documentação técnica completa, clara e atualizada, que permita o consumo de APIs do ERP por sistemas externos, bem como garantir que o ERP possa acessar APIs de terceiros sem qualquer restrição técnica ou contratual.



- c) Padrões abertos e compatibilidade: O sistema deverá ser desenvolvido com arquitetura aberta, compatível com padrões tecnológicos amplamente utilizados no setor público, como REST, JSON, XML, entre outros, permitindo integração com bases de dados externas e soluções de diferentes fornecedores.
- d) Vedação à exclusividade tecnológica: A contratada não poderá alegar propriedade intelectual, segredo comercial ou qualquer outro impedimento para restringir a integração do ERP com outras soluções tecnológicas, sendo vedado qualquer mecanismo que torne a Administração dependente exclusiva da empresa contratada.
- e) Suporte técnico para integração: A contratada deverá fornecer suporte técnico adequado para viabilizar a integração com sistemas externos, incluindo orientação técnica, esclarecimento de dúvidas e acompanhamento de testes, garantindo que a Administração Pública possa operar de forma independente e segura.

Esta cláusula visa assegurar o interesse público, evitar a concentração tecnológica, promover a interoperabilidade entre sistemas e garantir que os dados públicos estejam acessíveis e integráveis conforme as necessidades da gestão municipal.

VIII. DA NECESSIDADE DE PROVA DE CONCEITO DAS FUNCIONALIDADES DOS MÓDULOS E DO PADRÃO TECNOLÓGICO, SEGURANÇA E DESEMPENHO

8. 1. DA VALIAÇÃO DE PERFORMANCE

8. 1. 1. Para que funcionem, os sistemas de computação em nuvem dependem da infraestrutura de comunicação externa, que é o link de banda larga contratado com o provedor de serviço local e já disponibilizado pelo ente público.

IX. AVALIAÇÃO DE PADRÃO TECNOLÓGICO E DE SEGURANÇA

9. 1. Para aferir se a solução ofertada atende aos requisitos referentes ao padrão tecnológico e de segurança, deverá a proponente demonstrar, simulando em tempo de execução, de cada funcionalidade exigida pelo presente Termo de Referência o item **“Padrão Tecnológico e de Segurança”**.

9. 1. 2. A proponente deverá atender 70% (setenta por cento) aos requisitos definidos no item ‘Padrão Tecnológico e de Segurança’. Em caso de não atendimento de algum item (marcado como obrigatório), a Comissão Avaliadora deverá opinar pela desaprovação, mediante justificativa formal.



9. 1. 3. A demonstração técnica do sistema de tecnologia da informação e comunicação ofertado deverá apresentar plena operacionalidade, no ato da apresentação.

9. 1. 4. Para evitar subjetividade na avaliação, a metodologia utilizada será de afirmação/negação (sim/não). Ou seja, será observado se o item avaliado do sistema possui/executa a funcionalidade descrita no item apreciado tendo-se como resposta as questões apenas duas alternativas: sim (atende) e não (não atende).

9. 1. 5. Um item ‘parcialmente’ atendido poderá ser considerado como não atendido, salvo se a funcionalidade estiver operacional e cumprir os objetivos técnicos essenciais, conforme avaliação fundamentada da Comissão Técnica.

9.1.6 Todos os itens devem ser apresentado em tela, incluindo o DATACENTER e sua estrutura com microsistemas, sendo vedados a apresentação apenas de documentação técnica.

X. AVALIAÇÃO DE REQUISITOS ESPECÍFICOS POR MÓDULO (ÁREA) DE PROGRAMAS

10. 1. Para aferir se a solução ofertada atende aos requisitos referentes as funcionalidades de programas, deverá a proponente demonstrar, simulando em tempo de execução, de cada funcionalidade exigida pelo Termo de Referência nos sub itens denominados módulos (divididos por área de aplicação) do item “**Requisitos Específicos Por Módulo De Programas**”.

10. 2. A proponente deverá atender no mínimo 70% (setenta por cento) dos requisitos por módulo enumerado, permitindo-se que os eventuais requisitos não atendidos, até o limite de 30% (trinta por cento), sejam objeto de customização, sem custos adicionais para a Administração Pública, desde que tecnicamente viáveis e concluídos até o fim do prazo de implantação. A eliminação da proposta somente ocorrerá mediante justificativa técnica fundamentada pela Comissão Avaliadora.

10. 3. Para evitar subjetividade na avaliação, a metodologia utilizada será de afirmação/negação (sim/não). Ou seja, será observado se o item avaliado do sistema possui/executa a funcionalidade descrita no item apreciado, tendo-se como resposta as questões apenas duas alternativas: sim (atende) e não (não atende).

10. 4. Um item ‘parcialmente’ atendido poderá ser considerado como não atendido, salvo se a funcionalidade estiver operacional e cumprir os objetivos técnicos essenciais, conforme avaliação fundamentada da Comissão Técnica.



XI. DAS ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS DO PADRÃO TECNOLÓGICO E DE SEGURANÇA DO sistema – Gestão Administrativa – FASE 01 – POC.

11.1. Este procedimento visa prover a CONTRATANTE de sistema de computação 100% em nuvem, desenvolvido em linguagem nativa web, de última geração, cujo padrão tecnológico e de segurança deverá atender aos requisitos mínimos estabelecidos neste Termo de Referência, os quais serão aferidos durante a Prova de Conceito (POC). O não atendimento de itens obrigatórios levará a desclassificação da proposta.

11.2. 40 itens sendo 28 obrigatórios (70%) e 12 não obrigatórios (30%).

11.3. Deverá ser apresentado (visualmente) todos os itens incluindo o Datacenter, não sendo aceita apenas documentação.

PROVA DE CONCEITO FASE 001 – SOFTWARE ADMINISTRATIVO – EXCETO SAUDE.			
DESCRICAO ITEM.	ATENDE	NÃO ATENDE	OBRIGATÓRIO
PADRONIZAÇÃO			
1.0 Software deverá ser em ambiente web nativo para todos os módulos. Software nativamente web (Acórdãos TCE/PR 678/24 e 3565/24).			X
2.0 Possibilitar visualizar backup gerados, em tela pelo sistema de gestão. Possibilitar a extração de backup em formato extensão .backup a qualquer momento sem a necessidade de auxilio técnico, possibilitar o download com apenas o uso de certificado digital.			X



3.0 Possibilitar a inserção de dados e consulta na base de dados de todas as informações incluindo as anteriores a 2013 de todos os módulos, sem duplicidade de tabelas.			X
4.0 Possibilitar a consulta de dados através das telas de digitação.			
<p>5.0 Acesso ao sistema de forma transparente por meio de um único domínio / subdomínio exclusivo da CONTRATANTE (por segurança), deverá a CONTRATADA disponibilizar 1 (um) IP público exclusivo para acesso ao sistema através de comunicação segura HTTPS com certificado válido.</p> <p>A divisão do banco de dados deverá ser na seguinte ordem:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) por entidade, b) schemas (módulos) c) tabelas (dados), d) sendo que cada ente do Município deverá conter nas mesmas tabelas de dados do Município. e) No banco de dados do Município não poderá conter informações de outros Municípios. <p>Para o Datacenter deverá;</p> <ul style="list-style-type: none"> a) possibilitar a escalabilidade automática horizontal e vertical. (demonstrar como funciona na prática visualizando o servidor). 			X



6.0 Possibilitar a consulta de receitas e despesas.			
7.0 Possuir tela de importação da DIMP e comparação com o PGDAS x NFE'S.			X
8.0 Para o Processo digital, conter atalho minimamente nos módulos de (contabilidade, folha de pagamentos, tributação, licitação e compras frotas, patrimônio) possibilitando a visualização de processos e assinaturas de empenhos a serem realizadas, sendo o fluxo dessas assinaturas pre-configuradas no modulo workflow.			X
9.0 Possuir balancete por fontes de recursos (similar ao TCE/PR) para validação de possíveis diferenças de fontes para ajustes prévios a exportação de dados.			X
10.0 Possuir o mesmo padrão tecnológico para todos os módulos (contabilidade, folha, tributação, rh, frotas, obras, licitação, patrimônio, compras, atos, processos).			X
11.0 Fica vedado o uso de aplicações tradicionais, desktop cliente-servidor (2 camadas) emuladas para serem executadas através de navegador ou por outros meios como área de trabalho remota.			



12.0 O sistema deverá operar sob o paradigma de “Multiusuários” (mais de um usuário acessando ao mesmo tempo a aplicação e um usuário acessando múltiplas sessões ao mesmo tempo), com integração total entre os módulos, garantindo que os usuários alimentem as informações em cadastro ÚNICO para todas as áreas, e que sejam integráveis automaticamente os existentes e os que vierem a ser implantados de outras áreas e ser multi-entidades (Prefeitura, Câmara), buscando exercícios anteriores constantes do banco de dados, sem que seja necessário sair de um sistema para entrar em outro, bem como as tabelas de receita e despesa devem centralizar dados de todas as entidades para todos os exercícios incluindo dados de exercícios inferiores a 2013.			X
13.0 Modulo de folha de pagamentos conter visualização da evolução dos eventos de folha de pagamento através de linha do tempo por eventos selecionados (time line).			X
14.0 No modulo de folha de pagamentos possuir central de dashboards permitindo minimamente a visualização dos dias de afastamento, evolução da folha de pagamentos, quadro de funcionários e gastos de eventos.			
15. Possibilitar a visualização de restos a pagar de exercícios anteriores sem deslogar do exercício atual.			



16. Quando houver atualizações nos módulos de: contabilidade, tributação, folha de pagamento, frotas, obras e patrimônio devem ser apresentadas em tela para o usuário logado, visualmente, proporcionando a autorização ou não da atualização.			X
17. Módulo de folha de pagamentos devera possuir tipos de cálculos de folha como; a) Normal b) retroativo c) simulação d) provisão. Possibilitando a retirada de relatórios por tipo de folha e o impacto em cada evento.			X
18. Deve possuir ferramenta de tratamento de unificação de homônimos e multiplicidades de cadastros, (pessoas físicas e jurídicas), visualizando minimamente quais cadastros e em qual módulo estão duplicados visualmente em tela.			X
19. Possuir central de integrações permitindo a partir desta tela integrar os sistemas de tributos, rh, patrimônio, contabilidade e almoxarifado, incluindo as provisões tributária.			X
20. Permitir cadastrar de forma rápida usuários em tela para todos os módulos.			



21. Deve integrar os lançamentos de receita e despesas dos entes (Município, Câmara) em base única, sendo tabelas únicas separadas apenas por id de cada entidade, visualizando inclusive anos anteriores a 2013.			X
22. Software de gestão contábil e de receitas, ao informar o valor da receita, deve buscar, calcular e lançar automaticamente o percentual da dedução para o FUNDEB sem que haja necessidade de se lançar em dois lançamentos (a receita e a dedução).			X
23. Para todo os módulos (administrativos, contábeis, RH, tributário, frotas, obras, patrimônio) de acessos internos do Município deverá possuir configuração de acessibilidade, sendo elas; zoom, contrastes (Claro, Escuro, Protanopia, Deuteranopia, Tritanopia).			X
24. Possuir opções de conexão de entrada no software com opções difundidas no mercado minimamente como Google, Govbr, facebook, certificado digital todas com opção de “esqueci minha senha”, aviso via email quando digitação incorreta de senhas, possibilitando a vinculação e desvinculação de contas diretamente no cadastro dos usuários.			X
25. Possuir tela/atalho para cadastramento de leis e atos, sendo esta tela seja disponível minimamente nos módulos de contabilidade, licitações, tributação e recursos humanos para que todos insiram informações padronizadas de atos e tenham acesso aos atos cadastrados caso queiram consultar.			



26. O Software do Portal da Transparência deverá permitir consultas dos dados em tela, sem a necessidade de se fazer download de arquivos após as consultas. Exceto itens obrigatórios inseridos de forma manual tais como NOTAS FISCAIS NA LIQUIDAÇÃO, NOTAS DE PRESTAÇÕES DE CONTAS DE ADIANTAMENTOS, EXTRATOS DE BANCOS, DOCUMENTOS DE EDITAIS DE LICITAÇÃO, RELATÓRIOS OBRIGATÓRIOS (4320, PORTARIA 89 TCE-PR, RREO, RGF E DEMAIS EXIGIDOS POR LEIS OU MP-PR) Justificativa: Proporcionar ao cidadão maior facilidade de visualização sem a necessidade de cada consulta em tela fazer download de arquivos desnecessários			
27. Os módulos devem possuir acesso ao mesmo domínio e subdomínio e com tramitação segura através de protocolo JSON, sendo ainda possível a geração de links de acesso em todas as abas de todos os módulos internos, obedecendo a configuração de acesso de cada usuário.			X
28. O sistema deverá disponibilizar estrutura que permita configurar campos adicionais para determinadas rotinas.			
29. Permitir a administração que através de configurações simples, sem necessidade de customização, personalize a adição de novos campos nas interfaces.			



30. Possibilitar a geração e compatibilização do SIOPE/SIOPS incluindo o rateio de valores.			X
31. Possibilitar a importação de extratos bancários na conciliação bancária.			X
32. Possibilitar assinar em lotes os empenhos			
33. Possibilitar a consulta de movimentos como débitos e créditos, movimento por conta corrente, separação automática por tipo de conta corrente diretamente no cadastro do plano de contas.			X
34. A infraestrutura da plataforma de software em execução deverá ser arquitetada seguindo o conceito de imutabilidade, onde os softwares em execução bem como as instâncias que os suportam possam ser recriadas/descartadas a qualquer momento sem impacto na disponibilidade da plataforma; como por exemplo deverá ser deletado o serviço tributário e ser recriado automaticamente.			X
35. O sistema deverá ser multi-sessions, possuindo micro serviços onde cada sessão do usuário é independente, como por exemplo logar pelo navegador Chrome no módulo contábil abrir a tela de empenhos, replicar/duplicar a guia do Chrome utilizando o mesmo usuário no mesmo módulo contábil tela de empenho e outra guia duplicada na aba liquidação pressionar (F5) atualizar em ambas, as			X



sessões devem permanecer inalteradas e seus acessos, uma na tela de empenho outra tela de liquidação devem permanecer idênticas, sem uma pegar a sessão de outra, sendo vedado abrir guia anônima.			
36. Possibilitar acessos aos lançamentos diretamente no cadastro do plano de contas. Possuir no sistema contábil, recursos humanos, tributação e compras e licitações tela de consulta dinâmica onde o usuário possa configurar suas consultas, criação de campos dinâmicos, comandos em SQL, onde possa buscar quaisquer dados do banco de dados fazendo suas personalizações e adequações necessárias, gravando seu modelo de arquivos, possibilitando controlar seu versionamento e suas disponibilidades para usuários.			X
37. Possibilitar a conexão ao banco de dados de forma nativa.			
38. Permitir criar agrupamentos de campos, para serem exibidos em conjunto em área específica nas janelas de entrada de dados já existentes no sistema, como área complementar.			X
39. Permitir a execução de comandos SQL em telas de pesquisa dinâmica no módulo de contabilidade, compras e licitações e recursos humanos.			X



40. Na tela de pesquisa do portal da transparência deveser renderizar para o formato de celulares de forma visual e esteticamente funcional em seus menus e sub menus.			X
--	--	--	---

XI. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS DOS MÓDULOS DO SISTEMA DO – Gestão Administrativa

Para atender as áreas de aplicação da CONTRATANTE, o Sistema de administração e gestão fornecido/ofertado, será subdividido em Módulos de Programas, cujas principais especificações de funcionamento encontram-se a seguir descritas e deverão estar plenamente disponíveis aos usuários após a sua implantação.

Não é obrigatório que o sistema ofertado pela proponente utilize a mesma nomenclatura ou divisão por módulos. No entanto, é necessário que atenda as especificações de funcionamentos constantes neste termo de referência, sob pena de não se prestar aos objetivos da CONTRATANTE.

Visando ampliar a disputa, para classificação da proponente, durante a POC é necessário que o sistema ofertado atenda a pelo menos 70% (setenta por cento) dos requisitos **em geral**.

ETAPA 02 – CONTINUIDADE DA APRESENTAÇÃO (ADMINISTRATIVO)

ID	ITEM (atendimento de 70%) na apresentação e 30% entrega em 180 dias após a assinatura do contrato.	ATEN DE	NÃO ATEN DE
2.	Dos Requisitos Funcionais por Módulo		
2.1.	Sistema de Gestão de Contabilidade Pública Orçamentária e Financeira		
2.1.1.	Possuir cadastro de competências, com possibilidade de abertura e fechamento dos períodos de movimentação conforme envios das prestações de contas ao Tribunal de Contas do Estado.		
2.1.2.	Possibilitar o cadastro de fundos municipais, contendo as informações: Nome do Fundo, CNPJ, Endereço e Vinculação com o Órgão / Unidade Orçamentária Responsável		
2.1.3.	Conter cadastro do Plano de Contas Contábil do Tribunal de Contas do Estado (TCE), com possibilidade de desdobramento conforme necessidades no exercício de trabalho do ente, Demonstrando a descrição, Saldo Anterior, Débito e Crédito (por período selecionado e o total do exercício) e o saldo,		

Página 37 de 269



	permitindo assim a consulta na tela de cadastro.		
2.1.4.	Permitir consulta do razão contábil a partir da listagem do cadastro do plano de contas, onde deverá ser identificado cada movimento contábil realizado para a conta no período com possibilidade de impressão do Livro Razão da conta.		
2.1.5.	Realizar a demonstração das contas correntes que compõem cada um das contas contábeis do exercício com possibilidade de geração do razão das contas corrente, onde deverá ser identificado cada um dos movimentos contábeis envolvendo o conta corrente, possibilitando a impressão de relatório Livro Razão Corrente.		
2.1.6.	Permitir o lançamento do saldo anterior referente a execução das Fontes de Contrapartidas de Convênios / Subvenções.		
2.1.7.	Permitir o cadastro Extra Orçamentário vinculando o Fornecedor, Fonte, Tipo Extra e a Conta Contábil por Exercício conforme a atualização do plano de contas pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE).		
2.1.8.	Possuir cadastro que agrupe as retenções em comum para facilitar no momento de informá-las nas rotinas que a utilizarem.		
2.1.9.	Permitir definir os dados cadastrais das contas bancárias da entidade relacionando com diversos tipos, conta contábil, fonte de recurso e o responsável.		
2.1.10.	Dispor de rotina centralizadora para o Cadastro de Configurações de Eventos Contábeis, com possibilidade identificação do evento interno do sistema, vinculação do evento padrão do Tribunal de Contas do Estado (TCE), condições para a realização dos lançamentos contábeis embasadas em variáveis predefinidas do sistema e definição das contas contábeis que serão movimentadas, caso o evento seja acionado em alguma rotina do sistema. Ter a capacidade de extensão dos eventos contábeis conforme necessidade.		
2.1.11.	Permitir informação de evento específico para a realização dos movimentos de estorno, quando houver situações em que a contabilização inversa do lançamento principal não suprir as exigências do ente.		
2.1.12.	Permitir o cadastro de históricos padrões, com definição da rotina que o histórico será apresentado, com possibilidade de complemento quando necessário, para possível utilização em lançamentos no sistema.		
2.1.13.	Possuir cadastro de Itens de Despesa com a identificação de Código, Descrição e Unidade de Medida, o cadastro deverá possuir total integração com o sistema de compras/licitações, caso a integração não exista deverá ser possível cadastramento manual		
2.1.14.	Permitir cadastro de responsáveis e cargos interligados com o cadastro único de pessoas, com a informação tipo de função, validando a obrigatoriedade das informações de cada função, conforme exigido nos arquivos de prestação de contas do Tribunal de Contas do Estado (TCE).		



2.1.15.	Possibilitar a realização da baixa das responsabilidades e cargos, solicitando o preenchimento de motivo e data da baixa, como também a Lei quando couber.		
2.1.16.	Permitir visualizar os tipos de Documento Fiscal disponíveis para utilização conforme tipos predefinidos pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE).		
2.1.17.	Dispor de cadastro de configurações dos relatórios diversos do sistema, permitindo a informação do relatório base, com possibilidade de definição dos quadros que deverão ser apresentados na emissão do relatório, com cadastro da estrutura de cada quadro (Linhas, Colunas e Fórmulas de Apuração). Permitir a definição das somas e cálculos necessários para a composição do relatório. Contendo pré-visualização		
2.1.18.	Permitir a configuração e manipulação de estrutura dos relatórios a partir de arquivos em formato de planilhas pré-existent (modelos de mapeamentos liberados por cada um dos Tribunais de Contas (Estado e União)).		
2.1.19.	Permitir o cadastro de Memórias de Cálculos a serem utilizadas nas apurações dos relatórios, informando o tipo de informação de origem da memória (Despesas, Receitas, Plano de Contas Contábil), com cadastro de condições conforme a origem de dados escolhida, possibilitando a criação de cláusulas condicionais, agrupamento e restrição da busca de valores na apuração.		
2.1.20.	Possibilitar a realização do cadastro de notas explicativas, com apontamento do relatório que a nota deverá ser impressa, permitir definir a linha para link da nota, conforme disponível nos relatórios das Demonstrações Contábeis Aplicados ao Setor Público (DCASP.)		
2.1.21.	Possibilitar a realização de abertura da execução orçamentário, possibilitando a contabilização automática da Previsão Inicial da Receita, Fixação da Despesa, Cronograma de Desembolso Mensal da Despesa e Programação Financeira da Receita		
2.1.22.	Dispor de rotina para a realização do encerramento de exercício, permitindo que o encerramento seja executado em etapas, como: Validações de Regras de Fechamento Contábil, Apuração de saldo dos Empenhos a Pagar e Inscrição de Restos, Contabilização do Encerramento.		
2.1.23.	Possuir rotina para lançamento de saldo inicial do plano de contas da entidade, com possibilidade para digitação manual do saldo, ou automação a partir do encerramento do exercício anterior, permitindo a aplicação de filtros com base no Código do Plano de Contas.		
2.1.24.	Possuir cadastro para definição das contas que deverão sofrer apuração e encerramento no final do exercício vigente com possibilidade de identificação da contrapartida para fechamento do saldo.		
2.1.25.	Possuir rotina para Reserva de Dotação, permitindo o bloqueio de saldos a serem utilizados em demais funções, como empenho da despesa, solicitação de compras.		
2.1.26.	Possibilitar realizar a Anulação da Reserva de Dotação, liberando o saldo das dotações compostas para posterior utilização.		



2.1.27.	Possuir controle de saldo das dotações, bloqueando as movimentações de Empenho, Reserva de Dotação e Créditos Adicionais para programáticas sem saldo.		
2.1.28.	Gerar empenhos a partir de solicitações de despesa emitidas pelo módulo de compras, contendo a vinculação com as licitações e contratos.		
2.1.29.	Verificar a ordem cronológica, dos empenhos, liquidações e pagamentos de empenhos.		
2.1.30.	Disponibilizar funções rápidas na tela de empenho que permitam ao usuário realizar a Liquidação da Despesa, Anulação do Empenho, Impressão da Nota de Empenho.		
2.1.31.	Possuir consulta de extrato do empenho, com possibilidade de visualização de todas movimentações relacionadas a um determinado empenho, como também demonstração dos Documentos Fiscais envolvidos no processo de execução do mesmo.		
2.1.32.	Dispor de demonstração de saldos da execução do empenho, contendo no mínimo os valores: Empenho, Liquidado, Pago, Anulado, Saldo a Pagar Processado e Não Processado.		
2.1.33.	Permitir a emissão de Nota de Empenho, conforme modelo predefinido pela própria entidade;		
2.1.34.	Possuir resumo de cada um dos empenhos, sem que seja necessário a aplicação de alteração do cadastro para visualização das informações do registro.		
2.1.35.	Realizar validações solicitando a informação da Dívida Pública no momento de realização do empenho, conforme o elemento de Despesa de Dívida;		
2.1.36.	Obrigar a vinculação dos convênios / subvenções no lançamento de empenho, quando a fonte de recurso possuir vinculação à transferências federais / estaduais.		
2.1.37.	Permitir a realização de anulação dos empenhos diversos do sistema ao decorrer do exercício, possibilitando a liberação de saldo da dotação e não inscrição em restos a pagar,		
2.1.38.	Disponibilizar funções rápidas na tela de anulação do empenho que permitam ao usuário realizar o Estorno da Anulação, Impressão da Nota de Anulação Empenho.		
2.1.39.	Possibilitar a realização da reversão das anulações do empenho, permitindo que seja identificado a anulação de origem, data do cancelamento e motivo.		
2.1.40.	Permitir o cancelamento dos registros de "em liquidação", quando assim cancelado no processo de entrada no módulo de Almoxarifado.		
2.1.41.	Possibilitar a incorporação patrimonial na emissão do empenho ou liquidação.		
2.1.42.	Permitir informar um ou vários documentos fiscais na liquidação da despesa, com a possibilidade de anexar arquivos e validação de duplicidade de documento fiscal para o mesmo fornecedor.		



2.1.43.	Permitir efetuar a liquidação da despesa sobre todos os tipos de empenhos (Ordinário, Global e Estimativo) emitidos pelo sistema.		
2.1.44.	Disponibilizar funções rápidas na tela de liquidação que permitam ao usuário realizar a Anulação da Liquidação, Geração de Pagamento, Impressão da Nota de Liquidação		
2.1.45.	Permitir a identificação dos itens de despesas na etapa de liquidação, com possibilidade e controle sobre o valor liquidado de cada um dos itens constantes no empenho vinculado à liquidação.		
2.1.46.	Permitir a realização e anulação de Liquidações, possibilitando a correção dos documentos fiscais anexados ou ajuste de valores em acordo com as notas recebidas pela entidade.		
2.1.47.	Atualizar de forma automatizada o cronograma de desembolso mensal conforme o lançamento de Créditos Adicionais.		
2.1.48.	Permitir a atualização do cronograma de desembolso da despesa de forma manual e evidenciar as cotas disponíveis para realização de empenho e reserva de dotação.		
2.1.49.	Realizar o bloqueio de empenho, reserva de dotação e crédito adicionais, quando a execução mensal ultrapassar o valor previsto para o desembolso da despesa.		
2.1.50.	Dispor de rotina para o bloqueio e desbloqueio do saldo das dotações, permitindo o contingenciamento dos saldos disponíveis.		
2.1.51.	Permitir o lançamento manual de realização de receita não integradas pelo módulo de Tributos, com possibilidade de lançamento em lote, contendo várias receitas orçamentárias para uma única conta bancária.		
2.1.52.	Permitir o controle da execução da programação financeira da receita mensal, mantém a atualização dos valores, conforme lançamentos de atualização da receita.		
2.1.53.	Dispor de função para realização do cadastro dos artigos de exclusões do percentual de alteração por meio da rotina de Créditos Adicionais,		
2.1.54.	Permitir o gerenciamento de Solicitações de Crédito Adicional (SCA) com, no mínimo, as seguintes funcionalidades:		
a)	Possibilitar a parametrização do fluxo de aprovação de acordo com as necessidades da entidade;		
b)	Definir o acesso do fluxo de aprovação por usuário;		
c)	Restringir a edição de SCA de acordo com permissões de acesso às unidades orçamentárias dos usuários;		
d)	Possibilitar o bloqueio do saldo da dotação por meio de reserva, impossibilitando que o valor seja utilizado até que o fluxo de aprovação seja concluído;		
e)	Exibir o histórico de movimentações contendo data, usuário, situação e observação.		



f)	Possibilitar a geração de lotes de SCA para agrupar diversas solicitações por tipo de crédito e recurso;		
g)	Permitir a desaprovação de SCA com indicação de observação obrigatória;		
h)	Possibilitar a exclusão de lotes de SCA desde que não utilizados em créditos adicionais.		
2.1.55.	Permitir o lançamentos dos créditos adicionais com possibilidade de definição do tipo da alteração orçamentária (Suplementar, Especial, Remanejamento, Transposição, Transferência e Extraordinária), informação do tipo de recurso de origem (Excesso de Arrecadação, Superávit Financeiro, Operações de Crédito, Dotação Transferida, Recursos sem Correspondência de Despesa e consumo da Reserva de Contingência).		
2.1.56.	Apresentar notificações com base nas combinações de inserção das alterações orçamentárias, apresentando alertas informativos ou de regra de integridade do sistema, possibilitando uma maior transparência nas movimentações realizadas.		
2.1.57.	Possibilitar a criação de projeto de lei a partir de um rascunho de crédito adicional, a fim de permitir encaminhamento ao órgão legislador para posterior aprovação do decreto de alteração orçamentária.		
2.1.58.	Realizar lançamentos contábeis de forma concomitante com as rotinas de execução do sistema, permitindo a devida escrituração contábil, conforme determinado pelo Tribunal de Contas do Estado, visando atender as determinações legais da Lei 4.320/64 e Lei Complementar 101/2000 (LRF), assim como as demais normas de contabilidade pública.		
2.1.59.	Permitir o lançamentos de eventos pré-definidos com vários débitos para o mesmo crédito ou vice-versa, possibilitar também a duplicação de linha de débito/crédito caso necessário		
2.1.60.	Dispor de rotina centralizadora de integrações com os demais módulo de gerenciamento da entidade, sendo estes: Recursos Humanos, Compras e Licitações, Tributos, Almoxarifado e Patrimônio.		
2.1.61.	Permitir realizar a parametrização das configurações para contabilização dos lançamentos do módulo de Folha de Pagamento, permitindo assim a geração automática dos Empenhos, Liquidações, Pagamentos Orçamentários, Pagamentos Extra Orçamentários, Retenções e suas anulações, referentes ao gasto com pessoal dos servidores do ente.		
2.1.62.	Possibilitar a parametrização para a integração dos Lotes de Pagamentos de Recursos Recebidos do módulo de Tributos, permitindo a realização da contabilização dando entrada nas realizações de receita de forma automática.		
2.1.63.	Realizar a baixa de estoque nas contas contábeis de forma automatizada em relação às saídas do módulo de Almoxarifado.		
2.1.64.	Permitir o lançamento das baixas, aquisições e depreciações dos bens patrimoniais da entidade, mantendo o evidenciamento dos fatos contábeis conforme a legitimidade da imagem real dos acontecimentos.		



2.1.65.	Dispor de Rotina que possibilite a realização do cancelamento dos restos a pagar inscritos no exercício, com identificação do tipo do restos (Processado e Não Processado), valor cancelado e motivo do cancelamento.		
2.1.66.	Possibilitar a reversão dos cancelamentos de restos a pagar e já enviados em remessas para o Tribunal de Contas do Estado (TCE).		
2.1.67.	Permitir que o Empenho, Liquidação, Pagamento, Cancelamento de Crédito Adicional e suas respectivas notas de anulação/cancelamento, sejam tramitadas e assinadas eletronicamente com, no mínimo, as seguintes funcionalidades:		
a)	Possibilitar a parametrização do fluxo de aprovação de acordo com as necessidades da entidade;		
b)	Possibilitar a parametrização de valores mínimo e máximo para cada fluxo de aprovação definido;		
c)	Definir o acesso do fluxo de aprovação por usuário;		
d)	Possibilitar a configuração das assinaturas que serão exibidas na impressão da nota de empenho por fluxo de aprovação;		
e)	Exigir a informação de observação para ações de aprovar e desaprovar por fluxo de aprovação;		
f)	Possuir, em uma única tela, consulta para demonstração dos registros pendentes de aprovação, dos registros que tiveram as notas impressas e dos que foram desaprovados; demonstrar as ações por usuário e possibilitar opções de filtro e agrupamento, bem como pesquisa pelos campos chave de cada rotina de execução		
g)	Restringir a visualização de registros de acordo com permissões de acesso às unidades orçamentárias dos usuários;		
h)	Bloquear a edição dos registros que foram aprovados por qualquer nível do fluxo de aprovação;		
i)	Retornar ao fluxo de aprovação inicial os registros que forem desaprovados;		
j)	Gerar automaticamente o bloqueio do saldo da dotação, impossibilitando a utilização de saldo até que o fluxo de aprovação seja concluído;		
k)	Bloquear a contabilização dos registros enquanto fluxo de aprovação definido não chegar em seu estágio final.		
2.1.68.	Demonstrar no Empenho, Liquidação, Pagamento, Cancelamento de Crédito Adicional e suas respectivas notas de anulação/cancelamento as tramitações de assinaturas eletrônicas efetuadas e exibir para cada etapa do fluxo, informações de:		
a)	Data e hora;		
b)	Usuário;		
c)	Situação de origem;		
d)	Situação de destino;		



e)	Observação;		
f)	IP do computador;		
g)	Nome do computador.		
2.1.69.	Demonstrar na impressão da nota Empenho, Liquidação, Pagamento, Cancelamento de Crédito Adicional e suas respectivas notas de anulação/cancelamento as assinaturas eletrônicas de cada usuário conforme o fluxo de aprovação definido, eliminando a necessidade de assinatura física.		
2.1.70.	Possibilitar a consulta de Empenho, Liquidação, Pagamento, Cancelamento de Crédito Adicional e suas respectivas notas de anulação/cancelamento, desaprovadas por meio dos trâmites de assinatura eletrônicas com opção de filtros por:		
a)	Data;		
b)	Situação;		
c)	Usuário;		
d)	Unidade Orçamentária;		
2.1.71.	Possibilitar o registro contábil das obrigações contratuais da entidade, como também os aditivos de movimento dos contratos, com total integração com o módulo de Compras e Licitação.		
2.1.72.	Possibilitar o registro contábil das convênios e subvenções firmados com a entidade, como também os aditivo, movimentos de contrapartida, com total integração com o módulo de Atos,		
2.1.73.	Permitir o controle da dívida fundada e precatórios, com possibilidade de prestação de contas dos recursos oriundos de antecipação, com visualização de toda movimentação relacionada ao cadastro da dívida e seus lançamentos contábeis.		
2.1.74.	Permitir a solicitação de adiantamentos e diárias, contendo as informações:		
2.1.75.	Possibilitar a geração automatizada de Empenho, Liquidação e Pagamento da Despesa, a partir de uma Solicitação de Adiantamentos / Diárias pré-aprovada, onde deverá ser possível o preenchimento das informações para cada uma das rotinas, como:		
2.1.76.	Disponer de funcionalidade para realização da prestação de contas dos adiantamentos em aberto, com possibilidade de informação dos documentos fiscais diversos obtidos pelo servidor público e realização de vinculação de arquivos digitalizados.		
2.1.77.	Permitir a re-contabilização em lotes dos movimentos contábeis Empenhos, Liquidações, Pagamentos, etc.) caso necessário se houver alguma modificação nas definições dos eventos cadastrados		
2.1.78.	Possibilitar a personalização das notas emitidas pela entidade como: Nota de Empenho, Liquidação, Ordem de Pagamento, Pagamento Orçamentários, Pagamentos Extra Orçamentários, Solicitação de Adiantamentos / Diárias,		



	Recibo de Prestação de Contas de Adiantamentos / Diárias, Decretos de Alterações Orçamentárias e suas respectivas anulações.		
2.1.79.	Permitir a emissão assíncrona de relatórios, onde os relatórios que tenham impressão solicitada, fiquem disponibilizados em uma fila de impressão, a qual apresente notificação quando finalizada o cálculo do relatório, com possibilidade de solicitação de impressão de múltiplos relatórios, de forma que o usuário consiga navegar pelo sistema sem bloqueio da aplicação.		
2.1.80.	Possibilitar a consolidação total e/ou parcial de quaisquer relatórios do módulo, dispondo de função que permita selecionar quais entidades serão consolidadas na emissão do relatório;		
2.1.81.	Disponibilizar emissão dos relatórios da Instrução Normativa (IN) 89/2013 TCE PR:		
a)	I - Despesa Empenhada;		
b)	II - Despesa Liquidada;		
c)	III - Despesas Pagas;		
d)	IV - Transferências Financeiras a Terceiros;		
e)	V - Empenhos a Pagar;		
f)	VI - Inst. 58 - Acompanhamento de Receita Diária e Acumulada;		
g)	VII - Transferências Voluntárias Receitas Estaduais e Federais;		
h)	VIII - Despesas Inscritas;		
i)	IX - Despesas Pagas;		
j)	X - Saldo Credores a Pagar;		
k)	XI - Contratos;		
l)	XII - Quadro de Pessoal;		
m)	XIII - Servidores Ativos;		
n)	XIV - Servidores Inativos;		
o)	XV - Relação de Transferências Financeiras a Terceiros;		
p)	XVI - Ingresso de Receitas;		
q)	XVII - Demonstrativo de Créditos Suplementares.		
2.1.82.	Possuir relatório que emita o Balancete da Despesa com possibilidade de aplicar os filtros: Período, Entidade, Dotação, Despesa e Fonte		
2.1.83.	Possuir relatório de Empenhos emitidos com a possibilidade de aplicar os filtros: Período, Tipo de Empenho, intervalo de empenhos (numeração inicial e final), por valor, credor, modalidade licitação, todas as informações do código da		



	Funcional Programática, contrato, convênio, permitindo demonstrar o histórico, itens, contrato e convênio.		
2.1.84.	Possibilitar agrupar as informações por data, credor, programática, desdobramento e fonte de Recurso."		
2.1.85.	Possuir relatório de auxílio ao preenchimento do SIOPE / SIOPS, possibilitando no mínimo a aplicação de filtros por: Unidade Orçamentária, Função, Subfunção, Programa; Projeto / Atividade e Fonte de Recurso.		
2.1.86.	Possuir relatório que emita o Extrato do Credor com possibilidade de aplicar os filtros: Período, Credor e Entidade.		
2.1.87.	Disponibilizar emissão dos relatórios referente a lei 4.320/64:		
a)	Anexo 1 Demonstração da Receita e Despesa Segundo as Categorias Econômicas;		
b)	Anexo 2 Quadro das Receitas por Natureza;		
c)	Anexo 2 Quadro das Dotações por Órgão;		
d)	Anexo 6 Demonstração da Despesa por Unidade, Função, Subfunção, Programa e Projeto/Atividade;		
e)	Anexo 7 Demonstração da Despesa por Função, Subfunção, Programa e Projeto/Atividade;		
f)	Anexo 8 Demonstração da Despesa Função, Subfunção, Programa e Recursos Ordinário/Vinculados;		
g)	Anexo 9 Demonstração da Despesa por Unidade e Função;		
h)	Anexo 10 Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada;		
i)	Anexo 11 Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada;		
j)	Anexo 16 Demonstração da Dívida Fundada;		
k)	Anexo 17 Demonstração da Dívida Flutuante;		
2.1.88.	Possuir relatório que emita o balancete da Receita com possibilidade de aplicar os filtros: Período, Nível da Receita, Receita, Fonte de Recurso e Entidade.		
2.1.89.	Possuir relatório de conferência da receita agrupado por Fonte de Recurso, permitindo no mínimo os filtros: Período, Natureza da Receita, Fonte de Recurso e Conta Bancária, com resumo por Fonte de Recurso;		
2.1.90.	Possuir relatório de Razão da Receita Orçamentária, contendo os filtros: Período, Natureza da Receita, Fonte de Recurso e Conta Bancária,		
2.1.91.	Possuir relatório Demonstrativo de Restos a Pagar, com possibilidade de visualização de todo o histórico de valores dos empenhos inscritos em Restos, como: Inscrito Processado e Não Processado, Cancelado, Liquidado, Pago Processado e Pago Não Processado, Saldo a Pagar Processado e Não Processado. Possibilitar a aplicação de filtros por: Tipo de Restos, Credor,		



	Órgão, Unidade, Função, Subfunção, Programa, Projeto / Atividade, Natureza de Despesa, Fonte de Recurso e Somente com Saldos a Pagar.		
2.1.92.	Disponibilizar emissão dos relatórios referente a Demonstrações Contábeis Aplicado ao Setor Público:		
a)	I - Anexo XII - Balanço Orçamentário;		
b)	II - Anexo XIII - Balanço Financeiro;		
c)	III - Anexo XIV - Balanço Patrimonial;		
d)	IV - Anexo XV - Demonstrativo das Variações Patrimoniais;		
e)	V - Anexo XVII - Demonstrativo Fluxo de Caixa.		
2.1.93.	Possuir relatório que emita o Balancete Contábil com possibilidade de aplicar os filtros: Período, Tipo Superávit Financeiro, Natureza da Informação, Nível do Plano, Conta Inicial e Conta Final, Entidade, com a possibilidade de exibir o saldo das contas correntes vinculada às contas contábeis.		
2.1.94.	Possuir relatório que emita o Livro Diário com possibilidade de filtrar por período e Entidade		
2.1.95.	Possuir relatório que emita o Livro Razão com possibilidade de aplicar os filtros: Período, Conta Inicial e Conta Final, Evento e Entidade.		
2.1.96.	Permitir a emissão de extratos das diversas movimentações do sistema, como: Extrato de Fornecedores, Empenhos, Dotações e Contas Bancárias		
2.1.97.	Possuir relatório de Acompanhamento da Conciliação Bancária que possibilita filtrar o período e conta bancária no qual demonstra o resumo e a situação da conciliação bancária.		
2.1.98.	Possuir relatório de Acompanhamento da Conciliação Bancária que possibilita filtrar o período e conta bancária no qual demonstra o resumo e a situação da conciliação bancária.		
2.1.99.	Dispor de relatório comparativo entre receita e despesa por Fonte de Recurso.		
2.1.100 .	Possuir relatório de apuração do PASEP.		
2.1.101 .	Demonstrar os saldo das dotações, emitindo a programática, Fonte, Valor Orçado, Atualizado, Saldo Reservado, Empenhado, Liquidado, Pago, Saldo sendo permitido detalhar por Movimentação até o Período e Movimentação no Período.		
2.1.102 .	Demonstrar os saldo das Receita, emitindo a Fonte, Valor Orçado, Arrecadado, Dedução, Correção, Anulação Arrecadado, Anulação Dedução e Realizado sendo permitido detalhar por Movimentação até o Período e Movimentação no Período.		



2.1.103	Possuir consulta que possibilite o acompanhamento da execução do cronograma de desembolso mensal de despesas, com possibilidade de definição do período de apuração.		
2.1.104	Possuir consulta que possibilite o acompanhamento da execução da programação financeira mensal de receitas, com possibilidade de definição do período de apuração.		
2.1.105	Possibilitar a consulta dos saldos por Fontes de Recurso, sem a necessidade de rotinas auxiliares, podendo selecionar por Período, Tipo de Agrupamento, permitindo detalhar os saldos por origem de lançamento.		
2.1.106	Possibilitar a geração da Matriz de Saldos Contábeis, conforme determinado nas portarias da STN, contendo a vinculação dos planos da União (Receita, Despesa, Plano Contábil e Fonte de Recursos) com relação aos planos disponibilizados pelo Tribunal de Contas do Estado.		
2.1.107	Permitir a importação de arquivo para possibilitar a agregação das entidades do ente público, a fim de garantir posterior prestação da MSC consolidada ao SICONFI.		
2.1.108	Permitir a emissão dos relatórios da LRF, atendendo ao mapeamento das portarias dos Demonstrativos da RREO:		
a)	Anexo I - Balanço Orçamentário.		
b)	Anexo II - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função / Subfunção.		
c)	Anexo III - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida.		
d)	Anexo IV - Demonstrativo do Resultado Nominal.		
e)	Anexo V - Demonstrativo do Resultado Primário - Estados, Distrito Federal e Municípios.		
f)	Anexo VI - Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão.		
g)	Anexo VII - Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE.		
h)	Anexo VIII - Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital.		
i)	Anexo IX - Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores.		
j)	Anexo X - Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos.		
k)	Anexo XII - Demonstrativo da Receita de Impostos Líquida e das Despesas Próprias com Ações de Saúde.		
l)	Anexo XIII - Demonstrativo das Parcerias Público Privadas.		
m)	Anexo XIV - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária.		



2.1.109	Permitir a emissão dos relatórios da LRF, atendendo ao mapeamento das portarias dos Demonstrativos da RGF:		
a)	Anexo I - Demonstrativo da Despesa com Pessoal.		
b)	Anexo II - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - DCL.		
c)	Anexo III - Demonstrativo das Garantias e Contra garantias de Valores.		
d)	Anexo IV - Demonstrativo das Operações de Crédito.		
e)	Anexo V - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa.		
f)	Anexo VI - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal.		
2.1.110	Possuir Balancete de Consulta dos Saldos da Matriz de Saldos Contábeis (MSC), com possibilidade de detalhamento das informações complementares de cada uma das contas.		
2.2.	Sistema de Gestão de Planejamento Orçamentário (PPA, LDO, LOA);		
2.2.1.	Possuir o cadastro de exercício unificado;		
2.2.2.	Permitir que se vincule no cadastro os seguintes dados: Entidade, Modelo do Plano de Contas vigente para o estado, Modelo da Receita, Modelo da Despesa, Conta Caixa, Percentual para Gastos com Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS) caso a Lei Orgânica do Município possua índice próprio.		
2.2.3.	Possibilitar a importação dos cadastros do TCE, com base no exercício anterior, no momento do cadastro de um novo exercício;"		
2.2.4.	Parâmetros configuráveis facultativos por entidade/exercício com precedência sem a necessidade de recadastro a não ser que seja necessário um novo valor para determinada entidade/exercício.		
2.2.5.	Permitir determinar o nível de detalhamento da estimativa de receita do PPA.		
2.2.6.	Possibilitar realizar a definição do nível de trabalho para a codificação da despesa no Detalhamento de Despesas do PPA e Dotações da LOA.		
2.2.7.	Disponer de parâmetro para possibilitar o desdobramento da ação em múltiplos Projetos / Atividades ou a criação automatizada do cadastro de projetos com base nas ações.		
2.2.8.	Possibilitar a definição da estrutura de elaboração do cronograma de desembolso, sendo o mesmo de forma agrupada por: Fonte de Recurso; Fonte e Despesa; ou Fonte, Despesa e Projeto / Atividade		
2.2.9.	Possuir cadastro de dashboards personalizados com base nas consultas do módulo orçamentário.		
2.2.10.	Possuir cadastro de assinaturas com definição de cargo e possibilidade de atribuição de assinaturas padrões que serão utilizadas em todos os relatórios.		
2.2.11.	Restringir acesso dos usuários mediante a liberação de permissão para movimentação de dados cadastrais por Órgão / Unidade.		



2.2.12.	Possibilitar o cadastro de Órgão e Unidade Orçamentária, com possibilidade de desmembramento até o nível de Unidade Executora.		
2.2.13.	Disponibilizar cadastro de Funções de Governo, conforme estabelecido pelo TCE.		
2.2.14.	Disponibilizar cadastro de Subfunções de Governo, conforme estabelecido pelo TCE.		
2.2.15.	Disponibilizar cadastro simplificado de Programas de Governo, conforme estrutura definida pelo ente, contendo os campos: Código, Descrição, Data de Cadastro e Data de Inativação		
2.2.16.	Permitir realizar o cadastro de Projetos e Atividades, contendo os campos: Projeto / Atividade, Descrição, Data de Início, Data Final, Tipo e Complemento de Descrição		
2.2.17.	Possuir cadastro de receitas conforme o Plano Padrão do Tribunal de Contas do Estado, com possibilidade de alteração ou não da nomenclatura e de desdobramento da codificação, informando data de cadastro, tipo de dedução, apresentação de nível conforme a máscara vigente e admite movimento ou não conforme o nível.		
2.2.18.	Possibilitar o cadastro atemporal (não necessita do recadastro com o novo exercício) da receita da entidade, com informação das fontes principais da receita e vinculação no plano de receitas do Tribunal de Contas do Estado por exercício;		
2.2.19.	Possuir cadastro de despesa conforme o Plano Padrão do Tribunal de Contas do Estado, com possibilidade de alteração ou não da nomenclatura e de desdobramento da codificação, informando data de cadastro, apresentação de nível conforme a máscara vigente e admite movimento ou não conforme o nível		
2.2.20.	Possibilitar o cadastro atemporal (não necessita do recadastro com o novo exercício) da despesa da entidade, com vinculação no plano de Despesa do Tribunal de Contas do Estado por exercício;		
2.2.21.	Permitir o cadastro de Fontes de Recursos da Entidade com possibilidade de vinculação das fontes padrões do Tribunal de Contas do Estado (TCE).		
2.2.22.	Possuir cadastro de unidades de medidas, conforme Pré definido pelo Tribunal de Contas do Estado.		
2.2.23.	Possuir cadastro de público alvo, conforme Pré definido pelo Tribunal de Contas do Estado.		
2.2.24.	Permitir o registro das audiências públicas realizadas para a elaboração do Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA), com possibilidade de informar as sugestões da população e suas avaliações. Permitir a vinculação de arquivos e seu posterior download.		
2.2.25.	Registrar as emendas Parlamentares no decorrer da elaboração do PPA e LOA, com possibilidade de informação do autor, tipo da emenda e descrição.		
2.2.26.	Possuir o cadastro de versões para o PPA, onde apenas a versão aprovada seja referência para inclusão dos dados na LDO e LOA.		



2.2.27.	Possuir o cadastro dos macros objetivos dos programas governamentais, com possibilidade de vinculação de vários programas à um mesmo macro objetivo.		
2.2.28.	Possuir cadastro de Programas do PPA, contendo no mínimo as informações: Código; Descrição; Programa Contínuo; Tipo de Classificação do Programa; Vigência; Objetivo do Programa; Justificativa de Uso; Lei de Criação; Gerente do Programa e fonte de Financiamento, com possibilidade de importação de ciclo anterior do PPA, contendo a aplicação de percentual para projeção dos valores.		
2.2.29.	Possibilitar a vinculação de Indicadores ao Cadastro e Programas do PPA, com a informação de: Código; Descrição; Indicador do TCE; Público Alvo; Unidade de Medida; Medida Inicial; Medida Esperada; Meta prevista para cada ano do PPA.		
2.2.30.	Realizar informação das Ações no cadastro de Programas do PPA, contendo os dados: Descrição; Tipo; Unidade de Medida; Produto; Natureza; Tipo de Execução; Unidade Orçamentária; Vigência; Função; Subfunção; Descrição Complementar; Lei Meta Física e Financeira para cada um dos anos do ciclo do PPA.		
2.2.31.	Permitir visualizar o histórico das alterações dos cadastros de Programas, Indicadores e Ações do PPA, contendo a situação da revisão, conforme cada versão que o registro sofreu alteração.		
2.2.32.	Disponibilizar a apresentação de visualização resumida do cadastro de Programas do Plano Plurianual e suas vinculações (Indicadores e Ações), com possibilidade de visualização das metas em formato gráfico.		
2.2.33.	Possibilitar o detalhamento dos Programas e Ações do PPA, com a vinculação de projetos atividades, despesas e destinação de recurso.		
2.2.34.	Permitir a digitação da Estimativa de Receita, com rateio automático por fonte de recurso com base em percentuais Pré cadastrados, como também a informação de valores de forma manual em cada origem de recurso que a compõem, com possibilidade de importação com base na estimativa anterior e/ou do plano padrão do exercício vigente.		
2.2.35.	Permitir a atualização total ou parcial da Estimativa de Receitas e Detalhamento da Despesa do PPA em uma versão em andamento, por meio da aplicação de filtros e percentual de atualização, onde o incremento do valor deverá ocorrer com base na própria versão.		
2.2.36.	Possuir avaliação automática das ações sobre os valores empenhados e liquidados ao término de cada exercício, a fim de gerar remessa para o Tribunal de Conta do Estado, dispor de aplicação de filtros na pesquisa de acordo com a entidade sem intervenção exterior, exportar os resultados da tela para as extensões XLS ou PDF.		
2.2.37.	Possuir avaliação automática dos indicadores sobre os valores empenhados e liquidados ao término de cada exercício, a fim de gerar remessa para o Tribunal de Conta do Estado, dispor de aplicação de filtros na pesquisa de acordo com a entidade sem intervenção exterior, exportar os resultados da tela para as extensões XLS ou PDF.		



2.2.38.	Dispor de funcionalidade para aprovação das versões do PPA em elaboração, com aplicação total ou parcial da Lei às alterações realizadas, em cada um dos escopos: PPA, PMS, ECA/FMDCA, LDO e Estimativas da Receita.		
2.2.39.	Possuir cadastro de Programas do Plano Municipal de Saúde (PMS), contendo no mínimo as informações: Código; Descrição; Programa Contínuo; Tipo de Classificação do Programa; Vigência; Objetivo do Programa; Justificativa de Uso; Lei de Criação; Gerente do Programa e fonte de Financiamento, com possibilidade de importação de ciclo anterior e importação com base no ciclo de PPA Vigente, contendo a aplicação de percentual para projeção dos valores.		
2.2.40.	Realizar informação das Ações no cadastro de Programas do PMS, contendo os dados: Descrição; Tipo; Unidade de Medida; Produto; Natureza; Tipo de Execução; Unidade Orçamentária; Vigência; Função; Subfunção; Descrição Complementar; Lei Meta Física e Financeira.		
2.2.41.	Permitir visualizar o histórico das alterações dos cadastros de Programas e Ações do PMS, contendo a situação da revisão, conforme cada versão que o registro sofreu alteração.		
2.2.42.	Disponibilizar a apresentação de visualização resumida do cadastro de Programas do Plano Municipal de Saúde e suas vinculações (Cadastro de Ações), com possibilidade de visualização das metas em formato gráfico.		
2.2.43.	Possuir cadastro de Programas do Plano de Ações dos Direitos da Criança e do Adolescente (ECA/FMDCA), contendo no mínimo as informações: Código; Descrição; Programa Contínuo; Tipo de Classificação do Programa; Vigência; Objetivo do Programa; Justificativa de Uso; Lei de Criação; Gerente do Programa e fonte de Financiamento, com possibilidade de importação de ciclo anterior e importação com base no ciclo de PPA Vigente, contendo a aplicação de percentual para projeção dos valores.		
2.2.44.	Realizar informação das Ações no cadastro de Programas do ECA/FMDCA, contendo os dados: Descrição; Tipo; Unidade de Medida; Produto; Natureza; Tipo de Execução; Unidade Orçamentária; Vigência; Função; Subfunção; Descrição Complementar; Lei Meta Física e Financeira.		
2.2.45.	Permitir visualizar o histórico das alterações dos cadastros de Programas e Ações do ECA/FMDCA, contendo a situação da revisão, conforme cada versão que o registro sofreu alteração.		
2.2.46.	Disponibilizar a apresentação de visualização resumida do cadastro de Programas do Plano de Ações dos Direitos da Criança e do Adolescente e suas vinculações (Cadastro de Ações), com possibilidade de visualização das metas em formato gráfico.		
2.2.47.	Possuir o cadastro de versões para o LDO vinculado à versão do PPA.		
2.2.48.	Dispor de funcionalidade para realização do cadastro de parâmetros para elaboração dos anexos de metas e demonstrativos da LDO, contendo campos para informação do índice inflação anual e projeção do Produto Interno Bruto (PIB).		



2.2.49.	Possuir cadastro de Programas da LDO, contendo no mínimo as informações: Código; Descrição; Programa Contínuo; Tipo de Classificação do Programa; Vigência; Objetivo do Programa; Justificativa de Uso; Lei de Criação; Gerente do Programa e fonte de Financiamento, com possibilidade de importação de ciclo anterior e importação com base no ciclo de PPA Vigente, contendo a aplicação de percentual para projeção dos valores.		
2.2.50.	Realizar informação das Ações no cadastro de Programas da LDO, contendo os dados: Descrição; Tipo; Unidade de Medida; Produto; Natureza; Tipo de Execução; Unidade Orçamentária; Vigência; Função; Subfunção; Descrição Complementar; Lei Meta Física e Financeira.		
2.2.51.	Permitir visualizar o histórico das alterações dos cadastros de Programas e Ações da LDO, contendo a situação da revisão, conforme cada versão que o registro sofreu alteração.		
2.2.52.	Disponibilizar a apresentação de visualização resumida do cadastro de Programas da Lei de Diretrizes Orçamentárias e suas vinculações (Cadastro de Ações), com possibilidade de visualização das metas em formato gráfico.		
2.2.53.	Possibilitar a realização de correlacionamento entre as ações dos diversos escopos PPA, LDO, PMS e ECA, conforme determinado pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE).		
2.2.54.	Dispor de funcionalidade para detalhamento da receita da LDO com base espelhada no PPA, de forma que as alterações cadastrais realizadas no PPA sejam refletidas diretamente na LDO.		
2.2.55.	Possuir rotina para cadastrar os Riscos Fiscais do município referente a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), permitindo que a entidade possa relacionar o risco com uma ou mais providências. Possibilitar lançamentos tanto para os passivos contingentes quanto os demais riscos fiscais passivos para os tipos que são exigidos pelo TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO.		
2.2.56.	Possuir ferramenta onde seja possível gerar de forma automática as Metas Fiscais Consolidadas do município para a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), gerando no mínimo as seguintes informações: Despesa Primária, Despesa Total, Despesas Primárias PPP, Dívida Consolidada Líquida, Dívida Pública Consolidada, Receita Total, Receitas Primárias PPP, Receitas Primárias e Resultado Nominal. Possibilitar lançamento de notas explicativas.		
2.2.57.	Dispor de uma rotina onde seja possível cadastrar a Evolução do Patrimônio Líquido do município para a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias, permitindo informar no mínimo as seguintes informações: Patrimônio/Capital, Reservas, Resultado Acumulado. Possibilitar lançamento de notas explicativas.		
2.2.58.	Dispor de uma rotina onde seja possível cadastrar Projeção Atuarial do RPPS, tanto do Plano Financeiro quanto do Plano Previdenciário para a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), possuindo os seguintes dados: Saldo Anterior, Receitas e Despesas tanto para o Plano Previdenciário RPPS quanto para o Plano Financeiro, em atendimento do Art. 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Possuir funcionalidade de preenchimento automáticos dos valores com base nos dados de exercícios anteriores. Possibilitar lançamento de notas explicativas.		



2.2.59.	Possuir uma rotina onde seja possível cadastrar as Receitas, Despesas, Aportes, Bens e Direitos do RPPS, tanto do Plano Financeiro quanto do Plano Previdenciário para a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Disponibilizar opção para recalcular os valores de forma automática de exercícios anteriores com base nos dados da contabilidade. Possibilitar lançamento de notas explicativas.		
2.2.60.	Permitir cadastro da Alienação de Ativos Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), permitindo informar no mínimo as seguintes informações: Receita Realizada de Alienação de Bens Móveis, Receita Realizada de Alienação de Bens Imóveis, Despesas de Investimento, Despesas de Inversões Financeiras, Despesas de Amortização da Dívida, Despesas Decorrentes do RPPS e Despesas Decorrentes do RGPS. Possibilitar que a entidade possa preencher os dados de forma automática com base nos dados da contabilidade. Possibilitar lançamento de notas explicativas.		
2.2.61.	Possuir cadastro de Renúncias de Receitas para a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), identificando as receitas IPTU, ITBI, ISS, CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, TAXAS, OUTROS TRIBUTOS, COSIP e IMPUGNAÇÕES/IMPOSIÇÕES. Dispor também as seguintes modalidades: Anistia, Remissão, Subsídio, Crédito Presumido, Alteração de Alíquota ou Modificação de Base de Cálculo, e Outros Benefícios. Permitir que possa ser lançada notas explicativas.		
2.2.62.	Possuir rotina onde seja possível cadastrar a Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado para a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), permitindo informar as seguintes informações: Aumento Permanente da Receita, Transferências Constitucionais, Transferências ao FUNDEB, Redução Permanente da Despesa, Novas Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado e Novas Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado geradas por Parcerias Público-Privada com a possibilidade de informar notas explicativas.		
2.2.63.	Permitir o cadastro das obras em execução, para elaboração do Demonstrativos de Obras em Andamento (LDO), contendo as seguintes informações: Descrição; Data de Início; Projeto / Atividade de execução da obra; Unidade de Medida; Entidade Responsável; Valor Previsto; Valor Executado; Saldo Executar; Quantidade Prevista; Quantidade Executada; Quantidade à Executar com a possibilidade de aplicação de filtros para a busca dos registros em listagem cadastral.		
2.2.64.	Possuir rotina onde seja possível o lançamento da memória de cálculo da LDO referente ao Resultado Primário e Nominal, em conformidade com o Anexo 6 - Demonstrativo de Resultados Primário e Nominal da RREO, contendo quadro para lançamento das Receitas Primárias até nível de Espécie da Receita (conforme codificação do plano TCE), quadro para lançamento das Despesa Primárias até nível de modalidade da despesa quando couber, quadro referente aos Juros Nominais, quadro de Cálculo do Resultado Nominal e Quadro para Lançamento dos Ajustes Metodológicos, permitindo a informação de notas explicativas com a possibilidade de carga automática dos valores a partir das informações cadastrais dos programas e ações e estimativa da receita.		



2.2.65.	Dispor de uma rotina onde seja possível cadastrar a Dívida Pública do município para a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), permitindo informar as seguintes informações: Dívida Mobiliária, Outras Dívidas, Ativo Disponível, Haveres Financeiros e (-) Restos a Pagar Processados. Possuir funcionalidade de preenchimento automático dos valores advindos da contabilidade. Possuir também a possibilidade de projetar valores para os próximos exercícios com a utilização de percentuais.		
2.2.66.	Possuir cadastro que permita o lançamento das memórias de cálculo da despesa de forma manual e automatizada, visando o atendimento do art. 4º, § 2º, inciso II, da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, possibilitando a digitação dos valores à nível de categoria econômica para os três anos anteriores e os dois posteriores ao ano de elaboração da LDO, com possibilidade de informação de notas explicativas.		
2.2.67.	Dispor de rotina para lançamento automatizado das principais destinações de recursos de despesa, contendo a informação de valor nominal para os três anos anteriores e os dois posteriores ao ano de elaboração da LDO, com cálculo de percentual da variação do valor anual das despesas, com possibilidade de informação de notas explicativas.		
2.2.68.	Dispor de rotina para lançamento automatizado das principais origens de recursos das receitas, contendo a informação de valor nominal para os três anos anteriores e os dois posteriores ao ano de elaboração da LDO, com cálculo de percentual da variação do valor anual receitas, com possibilidade de informação de notas explicativas.		
2.2.69.	Dispor de versionamento para a elaboração da LOA, com possibilidade de informação do Percentual de Crédito Adicional, Descrição, Situação da LOA. Lei de Criação, permitindo que seja identificado cada um dos estágios de votação da LOA, com sancionamento da versão final para possibilitar o início da execução orçamentária.		
2.2.70.	Dispor de tela para registro da previsão da Receita para Lei Orçamentária Anual (LOA) manualmente e/ou com possibilidade de importação das receitas do Plano Plurianual (PPA) através de controle de versão, com os seguintes parâmetros: codificação da receita respeitando o plano de contas do Secretaria do Tesouro Nacional (STN), descrição da receita, Tipo operação, Esfera, fonte de recurso e rateio, dispor aplicação de filtros na pesquisa de acordo com a entidade sem intervenção exterior, permitir filtrar na tela de cadastro de forma simples e direta por receita, tipo operação, fonte, descrição e valor, sem a necessidade de uma tela específica de pesquisa. Permitir que os dados da tela possam ser exportados para as extensões XLS, PDF ou direto para impressora.		
2.2.71.	Dispor de tela para registro da previsão da Despesa para Lei Orçamentária Anual (LOA) manualmente e/ou com possibilidade de importação das Despesas do Plano Plurianual (PPA) através de controle de versão, com os seguintes parâmetros: Unidade Orçamentária, Função, Subfunção, Código Reduzido (de livre informação ou gerado automaticamente), Programa, Projeto / Atividade, Natureza da Despesa conforme o plano de contas da despesa utilizado pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE), Esfera, Valor fixado, Fonte de Recurso, Valor por Fonte, Natureza da Programática.		



2.2.72.	Permitir o cadastro e controle das dotações oriundas da abertura de crédito adicional no decorrer da execução da despesa do exercício corrente.		
2.2.73.	Disponer de funcionalidade para registro das interferências financeiras contemplando as seguintes opções: Data de Cadastros, Descrição, órgão/unidade de origem, valor da interferência, tipo da interferência (ativa ou passiva), entidade origem, entidade destino, finalidade, com a possibilidade de lançamento da previsão de pagamento e/ou recebimento mensal de forma automatizada, a fim de cumprir com a exigência do Tribunal de Contas do Estado (TCE)		
2.2.74.	Possuir geração automatizada da programação financeira da Receita por grupos de receitas e fontes de recursos.		
2.2.75.	Possuir geração automatizada do cronograma mensal de desembolso da Despesa por grupos de despesas e fontes de recursos.		
2.2.76.	Possuir cadastro para identificação das Origens de Recurso sem Destinação específica contendo no mínimo as informações: Data de Previsão e Valor de Recurso disponível, a fim de atender a geração dos arquivos para prestação de ao Tribunal de Contas do Estado (TCE).		
2.2.77.	Permitir o cadastro da Estimativa de Impacto Orçamentário e Financeiro, com possibilidade de emissão de relatório.		
2.2.78.	Disponer de consulta para identificação de divergências e compatibilização automatizada entre as peças de planejamento LOA e PPA, havendo comparativo com base nas versões de cada um dos escopos, com a apresentação de descrição das inconsistências encontradas, contendo também a possibilidade de identificação dos registros não passíveis de atualização automática.		
2.2.79.	Permitir a emissão de relatório de conferência das despesas previstas no PPA, com consolidação parcial ou total das entidades, com escolha de assinaturas para impressão, permitindo a aplicação de filtros: Código do Programa, Descrição do Programa, Função, Subfunção, Código do Projeto / Atividade, Descrição do Projeto / Atividade, Natureza de Despesa TCE, Fonte de Recurso, Órgão e Unidade Orçamentária e Versão de Origem dos Dados		
2.2.80.	Permitir a emissão de relatório de conferência das receitas lançadas na estimativa do PPA, com consolidação parcial ou total das entidades, com escolha de assinaturas a serem impressas, permitindo a aplicação de filtros de Natureza da Receita, Descrição, Tipo de Operação da Receita e Versão de Origem dos Dados		
2.2.81.	Permitir a emissão de relatório de conferência das receitas lançadas na estimativa da LDO, com consolidação parcial ou total das entidades, com escolha de assinaturas a serem impressas, permitindo a aplicação de filtros de Natureza da Receita, Descrição, Tipo de Operação da Receita e Versão de Origem dos Dados		
2.2.82.	Permitir a emissão de relatório para conferência das Metas e Prioridades para a fixação de Despesa, com possibilidade de apurações dos valores dos escopos da LDO e PPA, permitindo a consolidação parcial ou total das entidades constantes no relatório, com filtro de versão de origem dos dados e seleção de assinaturas para impressão.		



2.2.83.	Disponibilizar emissão dos relatórios Demonstrativos da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) obedecendo a Lei Complementar 101/2000:		
a)	I - Metas Anuais		
b)	II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior		
c)	III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores		
d)	IV - Evolução do Patrimônio Líquido		
e)	V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos		
f)	VI - Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do RPPS		
g)	VIA - Projeção Atuarial do RPPS		
h)	VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita		
i)	VIII - Margem de Expansão das Despesas		
j)	Projetos em Andamento		
k)	Anexo de Riscos Fiscais		
l)	Anexo de Metas Fiscais e Financeiras da LDO		
m)	Modelo de Origem e Destinação de Recursos na LDO		
2.2.84.	Disponibilizar emissão dos relatórios Metodologia e Memórias da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO):		
a)	I - Receitas		
b)	IA - Receitas (Detalhamento por Fonte)		
c)	II - Despesas		
d)	IIA - Despesas (Detalhamento por Natureza)		
e)	III - Resultado Primário		
f)	IV - Resultado Nominal		
g)	V - Montante da Dívida Pública		
h)	VI - Resultados Primário e Nominal		
2.2.85.	Dispor de relatório para conferência das dotações fixadas do orçamento Geral, ECA/FMDCA e PMS, com possibilidade de aplicação de filtros como: Versão de Origem, Despesa, Função, Subfunção, Fonte de Recurso, Órgão, Unidade, permitindo a consolidação total ou parcial das entidades.		
2.2.86.	Permitir a emissão de relatório de conferência das receitas previstas na LOA, com possibilidade de aplicação de filtros por Natureza da Receita e Versão de Origem dos dados, com detalhamento de deduções e consolidação total ou parcial de entidades.		



2.2.87.	Emitir relatório comparativo entre as peças de planejamento PPA, LDO e LOA, com possibilidade de definição das versões a serem comparadas, com aplicação de filtro de programa e ação, com consolidação total ou parcial das entidades.		
2.2.88.	Possibilitar a emissão dos demonstrativos previstos na Lei nº 4.320/64 e anexos conferência da LOA:		
a)	Sumário Geral da Receita e Despesa		
b)	Receita e Despesa por Categoria Econômica		
c)	Receita por Fonte e Responsável Legislação		
d)	Anexo II - Receita		
e)	Anexo II - Despesa		
f)	Quadro das Dotações por Órgão de Governo		
g)	Anexo VI - Programa de Trabalho		
h)	Anexo VII - Programa de Trabalho de Governo		
i)	Anexo VIII - Despesa Conforme Vínculo Recursos		
j)	Anexo IX		
k)	Programação Financeira		
l)	Cronograma de Desembolso		
m)	Demonstrativo da Despesa com Pessoal		
n)	Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção de Desenvolvimento do Ensino;		
o)	Demonstrativo das Receitas de impostos e Despesas Próprias com Saúde;		
2.2.89.	Disponibilizar consulta das Fixações de Despesa do PPA, com a possibilidade de consolidação parcial ou total, permitindo a aplicação dos filtros mínimos: Código do Programa, Descrição do Programa, Função, Subfunção, Código do Projeto / Atividade, Descrição do Projeto / Atividade, Natureza de Despesa TCE, Fonte de Recurso, Órgão e Unidade Orçamentária, permitir a visualização em formato gráfico dos valores projetados em cada detalhamento da despesa (Ação, Projeto / Atividade, Despesa, Fontes de Recurso), possibilitar a impressão da consulta realizada.		
2.2.90.	Possibilitar a realização de consultas da Estimativa de Receitas do PPA, com a possibilidade de consolidação parcial ou total, permitindo a aplicação dos filtros mínimos: Natureza da Receita TCE, Descrição da Receita, Fonte de Recurso, Tipo de Operação da Receita, conter totalização em cada nível da natureza da receita, conforme plano de contas da receita disponibilizado pelo Tribunal de Contas do Estado, permitir a visualização em formato gráfico dos valores projetados em cada origem de recurso, possibilitar a impressão da consulta realizada.		



2.2.91.	Disponibilizar consulta dos valores fixados para os Programas e Ações do PMS, com a possibilidade de consolidação parcial ou total, permitindo a aplicação dos filtros mínimos: Código do Programa, Descrição do Programa, Função, Subfunção, Fonte de Recurso, Órgão e Unidade Orçamentária, permitir a visualização em formato gráfico dos valores fixados, possibilitar a impressão da consulta realizada.		
2.2.92.	Disponibilizar consulta dos valores fixados para os Programas e Ações do ECA/FMDCA, com a possibilidade de consolidação parcial ou total, permitindo a aplicação dos filtros mínimos: Código do Programa, Descrição do Programa, Função, Subfunção, Fonte de Recurso, Órgão e Unidade Orçamentária, permitir a visualização em formato gráfico dos valores fixados, possibilitar a impressão da consulta realizada.		
2.2.93.	Disponibilizar consulta dos valores fixados para os Programas e Ações da LDO, com a possibilidade de consolidação parcial ou total, permitindo a aplicação dos filtros mínimos: Código do Programa, Descrição do Programa, Função, Subfunção, Fonte de Recurso, Órgão e Unidade Orçamentária, permitir a visualização em formato gráfico dos valores fixados, possibilitar a impressão da consulta realizada.		
2.2.94.	Permitir a consulta da Estimativa de Receitas para a LDO vigente, com a possibilidade de consolidação parcial ou total, permitindo a aplicação dos filtros mínimos: Natureza da Receita TCE, Descrição da Receita, Fonte de Recurso, Tipo de Operação da Receita, conter totalização em cada nível da natureza da receita, conforme plano de contas da receita disponibilizado pelo Tribunal de Contas do Estados, permitir a visualização em formato gráfico dos valores projetados em cada origem de recurso, possibilitar a impressão da consulta realizada.		
2.2.95.	Permitir a realização de consulta das dotações fixadas na LOA, com a possibilidade de consolidação parcial ou total, com a disponibilização de filtros mínimos: Código do Programa, Descrição do Programa, Função, Subfunção, Código do Projeto / Atividade, Descrição do Projeto / Atividade, Natureza de Despesa TCE, Fonte de Recurso, Órgão e Unidade Orçamentária, permitir a visualização em formato gráfico dos valores projetados em cada destinação de recurso, possibilitar a impressão da consulta realizada.		
2.2.96.	Permitir a realização de consulta das receitas previstas na LOA, com a possibilidade de consolidação parcial ou total, com a disponibilização de filtros mínimos: Natureza da Receita TCE, Descrição da Receita, Nível com base na Natureza da Receita, Fonte de Recurso e Tipo de Operação, conter totalização em cada nível da natureza da receita, conforme plano de contas da receita disponibilizado pelo Tribunal de Contas do Estados, permitir a visualização em formato gráfico dos valores projetados em cada origem de recurso, possibilitar a impressão da consulta realizada.		
2.2.97.	Dispor de Consulta de saldo das Fontes de Recurso, em cada um dos escopos do planejamento orçamentário (PPA, LDO e LOA), com a possibilidade de consolidação parcial das entidades e aplicação de filtros por código e descrição da fonte de recurso, permitindo agrupamento pela origem de recurso, consulta somente das fontes com ou sem diferença de saldo, com função para demonstração das receitas e despesas que compõe cada uma das fontes.		



2.2.98.	Possibilitar a impressão de relatório comparativo entre receita e despesa por fonte de recurso, com demonstração de saldo apurado.		
2.2.99.	Disponibilizar consulta das ações não correlacionadas entre os escopos PMS, ECA, PPA e LDO, com possibilidade de apuração dos dados à serem enviados na remessa dos arquivos para o Tribunal de Contas do Estado (TCE).		
2.2.100.	Possuir consulta do cadastro de Ações do ente, com possibilidade de consolidação total ou parcial das entidades, permitir a aplicação de filtros como: Escopo (PPA, PMS, ECA e LDO), Código da Ação e Descrição da Ação, deverá ser possível a visualização de todas as informações cadastrais de cada uma das ações, conforme dados necessários para envio da prestação de contas ao Tribunal de Contas Estadual (TCE).		
2.3.	Sistema de Gestão Financeira e Tesouraria Municipal.		
2.3.1.	Permitir gerar a ordem de pagamento ao finalizar a liquidação, com informações do tipo de documento, dados do processo licitatório, datas da ordem e de vencimento e informações bancárias do credor e para pagamento.		
2.3.2.	Possibilitar a digitação do código de barras para pagamento de boletos via remessa bancária.		
2.3.3.	Possibilitar a realização de pagamento em lote, onde deverá ser possível agrupamento de despesas orçamentárias e extra orçamentárias, para um único movimento de conta bancária.		
2.3.4.	Dispor por meio de parametrização, rotina que possibilite a identificação das retenções que originam os pagamentos extras emitidos pela entidade.		
2.3.5.	Possibilitar a geração de arquivo de remessa bancária a partir de pagamentos realizados, com possibilidade de importação do arquivo bancário de retorno e atualização do status dos registros do sistema, permitindo a identificação da situação do pagamento: Efetuado e/ou Cancelado.		
2.3.2.	Disponibilizar funções rápidas na Central de Pagamento que permitam ao usuário realizar a Anulação da Central, Impressão da Ordem de Pagamento, Impressão da Guia de Pagamento, Impressão de Nota Extra.		
2.3.7.	Dispor de parametrização que possibilite o bloqueio de pagamento de despesa orçamentária e extra orçamentária com fontes diferentes do cadastro da conta bancária.		
2.3.8.	Permitir estorno total ou parcial de item de pagamento orçamentário/extra orçamentário.		
2.3.9.	Permitir a abertura de conciliação por período inicial e final de uma determinada conta. Agrupamento/Ordenação para facilitar o processo de conciliação.		
2.3.10.	Permitir conciliação total ou parcial dos itens da conciliação, com possibilidade de inserção de lançamentos manuais, a fim de possibilitar a identificação de lançamentos pendentes no banco ou no módulo de contabilidade.		



2.3.11.	Dispor de funcionalidade para o lançamento de Interferências Financeiras, centralizando em uma única rotina, os ingressos e egressos, com a informação da conta bancária, Entidade de Origem / Destino, Conta Extra de Interferência, Valor do Repasse e Histórico do Lançamento.		
2.3.12.	Possibilitar o cancelamento de interferência financeiras realizadas de forma errônea, permitindo o lançamento de correção do registro.		
2.3.13.	Permitir a realização de movimentação entre contas bancárias, com identificação do tipo de transferência (Transferência Entre Contas, Aplicação de Recursos, Resgate de Aplicações), informação das contas bancárias de origem e destino, com possibilidade de informação do número e data do documento bancário.		
2.3.14.	Possibilitar o cancelamento de movimento entre contas bancárias realizados de forma errônea, permitindo o lançamento de correção do registro.		
2.4.	Sistema de Prestação de Contas Municipais (SIM-AM).		
2.4.1.	Permitir a exportação dos arquivos pertinentes à Contabilidade conforme leiaute vigente do Sistema de Informações Municipais - Acompanhamento Mensal (SIM-AM) para prestação de contas ao TCE/PR para os módulos:		
a)	Tabelas Cadastrais;		
b)	Planejamento e Orçamento;		
c)	Contábil; e		
d)	Tesouraria.		
2.4.2.	Permitir que após arquivos gerados seja consultado o histórico da geração, com possibilidade de download individual ou total dos arquivos que foram gerados para determinado período.		
2.4.3.	Possibilitar a geração do código sequencial dos registros de execução e dos grupos contábeis para envio dos arquivos de prestação de contas ao Tribunal de Contas do Estado (TCE).		
2.5.	Sistema de Gestão de Custos;		
2.5.1.	Permitir a realização do cadastro de Alocadores de Custos com possibilidade de definição do tipo de apropriação, sendo estes rateio manual ou automatizado, com revisionamento, possibilitando medições de custos conforme as diversas mudanças de estrutura organizacional e/ou conceitos de apuração, visando atendimento à NBCT 12.11.		
2.5.2.	Permitir o cadastro de Centros de Custos conforme a estrutura organizacional da entidade contratante.		
2.5.3.	Permitir o cadastro de dashboards personalizados com base nas consultas e apurações criadas pelo usuário.		
2.5.4.	Permitir o cadastro dos divisores a serem utilizados para apuração dos custos da entidade.		



2.5.5.	Permitir o cadastro de Objetos de Custos, sejam eles por ordem ou contínuos e com possibilidade de vinculação aos respectivos de Centros de Custos de apuração.		
2.5.2.	Permitir o cadastro de unidades de medidas, contendo no mínimo as unidades predefinidas pelo TCE.		
2.5.7.	Permitir a emissão de relatórios cadastrais, contendo a aplicação de filtros por código e descrição com base em cada cadastro.		
2.5.8.	Permitir a realização da distribuição dos valores de custos de forma manual, com base em conjunto de valores lançados para um determinado Alocador de Custos, conforme um período predefinido, criando dessa forma uma data base para alocação do custo rateado, com possibilidade de carregamento automático dos Centros de Custos vinculados ao alocador ou alimentação unitária.		
2.5.9.	Permitir a criação de apurações de custos, com a possibilidade de definição dos critérios de apuração, bem como aplicação de filtros e descrições livres e, exportação dos dados em diversos formatos, como: PDF; JPEG; PNG e SVG.		
2.5.10.	Disponibilizar consulta de gastos por Centro de Custos e/ou Objeto de Custos, com aplicação de filtro por período.		
2.5.11.	Disponibilizar consulta de gastos por Alocador de forma resumida ou com lançamento detalhado pela origem do fato gerador, com aplicação de filtro por período.		
2.5.12.	Disponibilizar consulta de registros de integração, contendo listagem de cada um dos lançamentos inseridos no módulo, com base em suas integrações, como também a possibilidade de lançamento manual no caso da apuração de custos alheios aos módulos integrados.		
2.5.13.	Possuir integração automatizada com os módulos de Contabilidade, Recursos Humanos, Frotas, Almoxarifado e Patrimônio, que permita a capitação dos valores na liquidação dos empenhos, fechamento de folha, consumos de combustíveis e saída de produtos do almoxarifado e depreciação de bens móveis e imóveis.		
2.5.14.	Permitir a importação de arquivo CSV para alimentação dos lançamentos a serem utilizados nas funcionalidades diversas de apuração de custos.		
2.5.15.	Permitir o envio simultâneo dos cadastros de apropriação de custos aos módulos integrantes, para fim de atualização de dados cadastrais, como também alimentação de novas integrações no decorrer da movimentação do exercício.		
2.6.	Sistema de Gestão e controle dos Repasse e Subvenções Sociais		



2.6.1.	Permitir o cadastro de Convênios e Subvenções de forma integrada com os demais módulos, evitando assim a duplicidade de registros, contendo as informações necessárias para as realizações de prestações de contas diversas e controle dos atos, como: número do convênio / subvenção; ano; data de celebração; vigência; número do documento de publicação; ano da publicação; órgão de publicação; data de publicação; ente repassador / destinatário; número do termo do convênio; esfera de Governo; unidade de apuração dos custos; valor do convênio; valor de contrapartida; meta física a ser alcançada e descrição do objetivo. Possibilitando a realização do controle da situação do convênio como também dos aditivos criados durante a execução do mesmo		
2.6.2.	Permitir o cadastro de usuários e a vinculação entes conveniados para possibilitar a realização de prestação e contas externa.		
2.6.3.	Permitir o lançamento de prestação de contas com a possibilidade de anexar os documentos diversos constante na execução dos atos, limitando o acesso aos convênios / subvenções conforme ente conveniado vinculado ao cadastro do usuário.		
2.7	Sistema de Gestão e Controle de Compras, Licitações e Contratos		
2.7.1.	Permitir o cadastro de comissões, informando o ato que a designou, datas de designação e expiração, com membros e funções designadas, com relacionamento com a atoteca referente à comissão.		
2.7.2.	Possuir acesso direto ao cadastro único de Pessoas, devidamente compartilhado com todos os módulos, permitindo o cadastro de novas pessoas, bem como edição de informações, inclusão de documentos, quadro de sócios, contatos, ocorrências;		
2.7.3.	Possuir rotina que não permita a vinculação de fornecedores em rotinas do sistema, quando estes possuírem ocorrências com natureza restritiva, como por exemplo sanções impeditivas, validando conforme a data de cada lançamento em verificação com a data limite da restrição atribuída, validando no mínimo nas rotinas de Contrato, Homologação, Solicitações ou Ordens de Compra e Aditivos;		
2.7.4.	Possuir acesso direto ao cadastro único de materiais, devidamente compartilhado com todos os módulos, permitindo que a codificação adotada seja por código sequencial;		
2.7.5.	Possuir acesso direto ao cadastro único de atos, devidamente compartilhado com todos os módulos, permitindo que novos atos sejam criados diretamente pelo acesso ao módulo de Compras;		
2.7.2.	Possuir cadastros detalhados para as naturezas de procedimento que serão utilizadas nos processos, relacionando as modalidades existentes, propiciando detalhes e controles específicos por entidade, sem qualquer problema junto às prestações de contas, sendo um facilitador de controle para as entidades;		
2.7.7.	Possuir cadastro de tipos de documentos ou certidões que serão utilizadas de forma compartilhada por todos os módulos, possibilitando que sejam definidas por tipo de documento a forma de controle que deseja efetuar em cada rotina		



	desejada, com opções de restrição como bloqueio e aviso, permitindo o controle de cada etapa, quanto as documentações dos fornecedores quanto às validades;		
2.7.8.	Possuir cadastros dos tipos de Contratos e Atas para padronização exclusiva de cada entidade, para melhor controle e agrupamento de informações conforme necessidade exclusiva;		
2.7.9.	Possuir possibilidade da definição de pedido padrão de compras ou lista, para cada especificidade, permitindo a utilização pelos usuários das secretarias descentralizadas de forma a padronizar os pedidos para determinados tipos de aquisição conjuntas;		
2.7.10.	Controlar solicitações de compra, não permitindo que usuários de outros centros de custo acessem ou cadastrem solicitações não pertencentes ao seu centro de custo;		
2.7.11.	Possuir integração com módulo contábil, possibilitando os seguintes processos:		
a)	Geração de reservas a partir de qualquer dotação vinculada aos processos licitatórios;		
b)	Geração de reserva a partir de qualquer solicitação de execução de compra ou despesa gerada;		
2.7.12.	Geração completa de solicitação para compra, controlando os saldos de licitações e contratos, para posterior empenho no módulo contábil;		
2.7.13.	Busca do saldo completo da despesa utilizada na montagem da solicitação de compras, não permitindo que sejam geradas solicitações com valores acima do saldo de cada dotação e despesa;		
2.7.14.	Para cálculo dos saldos de licitações e contratos, nos casos de existência de anulações ou cancelamentos de empenhos, buscar diretamente no módulo contábil os totais anulados para recálculo dos saldos;		
2.7.15.	Permitir o registro e controle das cotações para balizamento, tanto para processos licitatórios como para compras diretas, possuindo critérios de análise por valor menor, médio e mediano.		
2.7.12.	Possuir análise de cotação em critério de variância, com análise por valor médio ou mediano por item, conforme melhor adequação ao índice de variância.		
2.7.17.	Possuir rotina para que as cotações sejam preenchidas pelos próprios fornecedores, através de acesso direto a formulário contendo os detalhes da cotação, para simples preenchimento dos dados e exportação de arquivo contendo todos os dados para posterior importação nas cotações, de modo a otimizar os lançamentos;		
2.7.18.	Deverá possibilitar o registro dos processos licitatórios desde a preparação até seu julgamento, registrando as etapas desde a publicação até contratos e aditivos, controlando as etapas a partir do Processo Administrativo de origem;		
2.7.19.	Deverá possuir relacionamento entre as dependências do Processo diretamente pela tela de Processo Administrativo de origem, propiciando acessar de maneira rápida as rotinas utilizadas como base para a sua montagem, como por exemplo		



	Cotações e também as rotinas originadas dele, evitando utilização de pesquisas extras, propiciando assim melhor agilidade no uso do sistema aos usuários;		
2.7.20.	Permitir montar os itens dos processos com separação por lotes;		
2.7.21.	Possuir rotina para o controle de saldos, que permita que no mesmo processo licitatório tenhamos itens com controle por quantidade e itens com controle por valor, disponibilizando assim maior aderência a processos que por exemplo adquiram materiais com quantitativos e também tenham serviços contratados;		
2.7.22.	Permitir agrupamento de vários pedidos de compras dos diversos setores para um novo processo licitatório e processo administrativo;		
2.7.23.	Permitir a execução automatizada de processos referentes a Dispensas e Inexigibilidades evitando os julgamentos manuais, quando o processo possuir apenas um fornecedor;		
2.7.24.	Permitir o registro de ocorrências, impugnações, recursos referentes aos processos, com possibilidade da identificação de argumentações e julgamentos, devendo também incluir a cada recurso a pessoa impetrada e registrar as contrarrazões específico de cada uma, inclusive com a inclusão de documentos digitalizados;		
2.7.25.	Possibilitar emissão da autorização de compra ou ordem de fornecimento controlando os saldos dos processos licitatórios e atos contratuais;		
2.7.26.	Possuir rotina na emissão das autorizações de compra, para vinculação de itens extras em processos licitatórios julgados sobre desconto em tabela, ou seja, que possuem itens genéricos. Dessa maneira, controlando o item base do processo, deve ser possível incluir os itens detalhados que compõem aquele lançamento;		
2.7.27.	Possuir consultas simples para demonstração dos saldos individuais por item em cada processo licitatório;		
2.7.28.	Permitir a emissão dos mais diversos documentos necessários e legais inerentes aos processos licitatórios e contratos, como Editais, Avisos, Contratos e Termos Aditivos, utilizando campos de mesclagem para tal, possuindo a utilização de editor de texto próprio no sistema, com características básicas de formatação como negrito e itálico, de posicionamento como centralização, alinhamentos e inclusão de tabelas;		
2.7.29.	Deverá possuir rotina para registro dos mais diversos modelos de documentos diretamente no sistema, sendo registrados para utilização nas rotinas conforme seu tipo. Exemplo de modelo de Contrato, somente sendo utilizado na rotina de contratos e Licitação somente sendo utilizado na rotina de licitação e assim por diante, de modo a permitir o controle e validações próprios de cada rotina, facilitando a usabilidade e otimizando as operações;		
2.7.30.	Controlar quantidades requisitadas parcialmente para o fornecedor, possibilitando a consulta dos saldos por cada item contido nos processos licitatórios, utilizando data base desejada pelo usuário, para verificar o saldo em determinado período conforme necessidade.		



2.7.31.	Permitir alteração da data de emissão das autorizações de fornecimento;		
2.7.32.	Possuir rotina para desmembrar itens que possuam natureza quantitativa e divisível que ultrapassem o valor total de R\$ 80.000,00, para divisão de cota específica para participação de microempresas ou empresas de pequeno porte e cota para ampla concorrência de acordo com critérios da lei complementar 147/2014.		
2.7.33.	Possuir rotina para importação das propostas para o processo licitatório de modo a agilizar os procedimentos administrativos de classificação e julgamento, devendo ser possível a importação de arquivos digitais entregues pelos licitantes no dia da abertura do certame. No caso de arquivo digital para importação, este deve ter sido preenchido em acesso direto ao software, para preenchimento dos dados a partir de formulário contendo todos os dados específicos para o processo;		
2.7.34.	Possuir rotina para classificação das propostas do pregão presencial conforme critérios de classificação determinados pela legislação (Lei 10.520/2002) e legislação complementar de maneira completa;		
2.7.35.	Permitir realização de lances para a modalidade pregão presencial com opção de desistência e rotina de reabertura de itens e/ou lotes para nova etapa de lances.		
2.7.36.	Possibilitar utilização de critérios de julgamento e empates técnicos das propostas em relação à microempresa e empresa de pequeno porte, de acordo com lei complementar 123/2006.		
2.7.37.	Possuir rotina para execução da disputa ocorrida em qualquer modalidade prevista na legislação, para identificação dos vencedores, considerando todos os critérios de empate previstos na legislação;		
2.7.38.	Possuir rotina para registro da disputa da modalidade Leilão, com lances sequenciais e sucessivos, com otimização que permita que pessoas não incluídas como participantes do processo possam efetuar os seus lances na ordem desejada, bem como criação automática de pessoas quando ofertado lance por pessoa física ou jurídica ainda não existente na base de dados da entidade, otimizando a sessão e evitando a necessidade de diversos cadastros manuais;		
2.7.39.	Possibilitar utilização de critérios de julgamento das propostas em relação à microempresa e empresa de pequeno porte, de acordo com lei complementar 147/2014, quanto à possibilidade de que uma microempresa ou empresa de pequeno porte que seja local ou regional arremate o item com valor até 10% acima do melhor preço válido.		
2.7.40.	Possuir rotina para registro dos valores ajustados pelo fornecedor, no caso de processos com julgamento por lote;		
2.7.41.	Registrar os contratos e atas de registro de preços, mantendo histórico e controle de todas as alterações efetuadas através dos termos aditivos, como reajuste,		



	atualização monetária, aumento ou redução de vigência, rescisões e cessões contratuais;		
2.7.42.	Possibilitar a inclusão de assinantes referentes a cada aditivo para utilização dos dados para geração de modelo de impressão;		
2.7.43.	Possuir rotina para que na existência de aditivos de cessão contratual, na elaboração de novas execuções do contrato, seja possível ao usuário selecionar qual a pessoa contratada ficará designada na ordem, inclusive com tal informação sendo atribuída posteriormente no empenhamento, devendo possuir a seleção entre a contratada inicial e todas aquelas que receberam a cessão;		
2.7.44.	Permitir a inclusão de informações quanto a suspensão dos instrumentos contratuais com data limite.		
2.7.45.	Controlar os saldos dos contratos e atas, não permitindo a geração de despesas com valor excedente ao valor total considerando os atos e aditivos. Deve ser possível a consulta do saldo considerando a data base desejada pelo usuário, para verificar o saldo em determinado período conforme necessidade.		
2.7.46.	Possuir rotina para alteração de vencedores nos processos licitatórios, mesmo em situações em que o fornecedor já realizou parte do fornecimento dos itens, possibilitando a alteração de vencedor assumindo o saldo restante para cada item ou lote.		
2.7.47.	Possuir acesso rápido a agenda de licitações considerando os processos que terão abertura posterior a data atual da consulta;		
2.7.48.	Possuir acesso rápido a demonstração dinâmica dos contratos a vencer, possibilitando a definição dos dias à vencer a cada consulta pelo usuário, bem como acesso diretamente aos atos contratuais, oferecendo dinamismo a utilização da ferramenta;		
2.7.49.	Possuir rotina para geração automática dos Contratos e Atas de Registro de Preços, quando deve ser possível a partir do primeiro ato registrado, que sejam gerados os demais, nos casos da existência de diversos vencedores para o processo, otimizando os lançamentos com os dados comuns;		
2.7.50.	Possuir indicadores rápidos de contratos a vencer e vencidos, facilitando a utilização das consultas pelos usuários, com possibilidade de direcionamento aos registros diretamente a partir destes;		
2.7.51.	Possuir identificação visual de fácil compreensão nos dados gerais dos contratos para identificação quanto a vigência ativa ou encerrada para os instrumentos contratuais;		
2.7.52.	Possibilitar a identificação em cada processo quanto a sua aplicação sendo com referência a nova lei de Licitações 14133/2021;		
2.7.53.	Possuir rotina para inclusão de arquivos digitalizados referentes as variadas etapas dos processos licitatórios e contratos, permitindo a visualização destes arquivos automaticamente no módulo de Portal da Transparência.		
2.7.54.	Permitir geração de arquivos para Tribunal de Contas;		



2.8.	Sistema de Gestão de Controle de Almoxarifado e Estoques.		
2.8.1.	Possuir cadastro de materiais para informar no mínimo:		
a)	Tipo (cadastro personalizado);		
b)	Classificação;		
c)	Descrição sucinta;		
d)	Especificação detalhada sem limite de caracteres;		
e)	Dados de Distribuição;		
f)	Material de distribuição		
g)	Unidade de distribuição		
h)	Fator de caixa mãe		
i)	Dados de Armazenamento;		
j)	Lastro		
k)	Camada		
l)	Máximo em Picking		
m)	Mínimo em Picking		
n)	Máximo em Pulmão		
o)	Códigos de Barras, sem limitação da quantidade de registros, possuindo o fator vinculado		
p)	Controle de Vencimento		
q)	Materiais relacionados em romaneio		
r)	Materiais relacionados à produção, possibilitando incluir o quantitativo em percentual que cada material relacionado compõe o material principal de produção		
s)	Vinculação de arquivos digitalizados ao cadastro de itens ou produtos, sem limite na quantidade de vínculos;		
2.8.2.	Permitir o cadastramento e marcas e relacionamento destas aos produtos ou itens, permitindo assim a identificação de marcas pré-aprovadas;		
2.8.3.	Permitir gerenciamento integrado dos estoques de materiais existentes nos diversos almoxarifados, com controles e métodos distintos de distribuição, possibilitando por exemplo que determinado centro estocador somente permita saídas de estoque via requisições e outro possibilitando saídas diretas;		
2.8.4.	Possibilitar restrição de acesso dos usuários aos Almoxarifados;		
2.8.5.	Possibilitar que os níveis de classificação de materiais e localização de armazenamento sejam definidos conforme necessidades da entidade.		



2.8.2.	Possuir cadastro de classificações para os materiais que no cadastro de classificações sejam vinculados no mínimo os seguintes dados:		
a)	Descrição		
b)	Dados de Despesa		
c)	Conta Contábil principal		
d)	Contas Contábeis de exceção		
2.8.7.	Possuir cadastro para parametrização das naturezas de despesas que serão admitidas para movimentações de entradas no estoque, aplicadas quando a movimentação for realizada com vínculo de empenho, propiciando assim autonomia para a entidade em realizar controles específicos em situações de exceção conforme necessidade;		
2.8.8.	Utilizar centros de custo (setores) na distribuição dos materiais, possuindo possibilidade de utilização de nível inferior de detalhamento nestes.		
2.8.9.	Possibilitar integração com o módulo de Contabilidade para geração das entradas inserindo os itens constantes dos empenhos, com controle das quantidades.		
2.8.10.	Possibilitar o controle de toda movimentação de entradas, saídas, devoluções, controles de prazos de validade e transferência de materiais no estoque, tanto na parte virtual do sistema quanto o controle físico por mapeamento devendo realizar a atualização do estoque de acordo com cada movimentação realizada;		
2.8.11.	Na movimentação de entrada do estoque deverá possuir rotina para gerar os lotes referentes aos materiais que possuam controle de validade, com vinculação obrigatória de dados de fabricante, quantidade e data de validade, possibilitando para o mesmo material a criação de diversos lotes com datas de validade distintas;		
2.8.12.	Na movimentação de entrada deverá possuir rotina para possibilitar que a efetiva movimentação no Almoxarifado seja com item distinto ao item originado do empenho utilizado, inclusive no caso de fracionamento de unidades, mantendo o controle do quanto já foi entregue para cada material do empenho;		
2.8.13.	Na movimentação de entrada deverá possuir rotina para realizar a substituição do material originado do empenho para materiais de romaneio, devendo permitir que um material seja substituído por diversos outros materiais de romaneio vinculados, com quantitativos distintos, mantendo o controle do quanto já foi entregue para cada material do empenho, com o intuito de facilitar os controles e posterior distribuição dos materiais pelo almoxarife;		
2.8.14.	Possuir rotina para registro das movimentações de consumo imediato, que geram a entrada e saída, para registro contábil posterior e rastreio das movimentações por conta, não necessitando da elaboração de lançamentos manuais de saída;		
2.8.15.	Possuir rotina na conclusão da Entrada do Almoxarifado quando utilizado empenho, gerar registro de Em Liquidação no módulo contábil, enviando dados		



	de itens, nota fiscal e responsável, otimizando o processo de liquidação de despesa;		
2.8.12.	Possuir rotina para criar bloqueios cujos empenhos indicados sejam previamente identificados com alguma restrição, evitando movimentos vinculados nestes empenhos;		
2.8.17.	Possuir rotina de controle de entrada de itens de produção com o desmembramento quantitativo automático, conforme a parametrização da composição do item, como por exemplo asfalto, que é composto de areia, brita, dentre outros materiais. Deve também gerar movimentos de entrada e saída automáticos conforme os itens agregados;		
2.8.18.	Possuir rotina para que a requisição de materiais seja realizada via sistema, com validação das permissões de acesso dos usuários requisitantes aos centros de custos aos quais tem acesso.		
2.8.19.	Possuir rotina de moderação na Requisição ao Estoque, para que usuários com permissão avançada autorizem as solicitações para então serem analisadas e atendidas pelo Almoxarifado, devendo existir indicativo visual rápido para a visualização das requisições que estão aguardando aprovação;		
2.8.20.	Possuir rotina para visualização das requisições aprovadas de forma simples e direta para o almoxarife;		
2.8.21.	Realizar o cálculo automático do preço médio dos materiais.		
2.8.22.	Gerenciar a necessidade de reposição de materiais de acordo com os parâmetros de ponto de pedido e consumo médio, devendo ter a possibilidade de configuração dos períodos diretamente pelo usuário conforme sua necessidade.		
2.8.23.	Possuir indicativo simples para identificação da existência de itens em ponto de pedido, para auxiliar o almoxarife nos controles e principalmente evitar o desabastecimento conforme parâmetros definidos por item;		
2.8.24.	Possibilitar a geração de saídas de estoque com utilização ou não de requisição. No caso da utilização com requisição, possuir rotina que a partir da requisição seja possível a geração da saída de forma direta, permitindo na execução a complementação de dados na saída até a conclusão do movimento;		
2.8.25.	Possuir bloqueio em todas as movimentações em que não sejam permitidas as alterações em dados críticos, como quantitativos, valores, sem que seja executada função de estorno na movimentação, não permitindo que o estorno seja realizado caso tal ação comprometa a integridade do estoque e movimentações subsequentes;		
2.8.26.	Possibilitar emissão de relatório da ficha de controle de estoque, mostrando as movimentações por material e período com saldo anterior ao período (analítico).		
2.8.27.	Possibilitar emissão de balancete do estoque mostrando os movimentos de entradas, saídas e saldo atual por período.		
2.8.28.	Possibilitar emissão de posição de estoque considerando a data desejada como base, devendo possibilitar a geração no mínimo considerando agrupamentos de		



	dados por classificação e conta contábil. No caso de conta contábil, considerar as contas contábeis principais e de exceção para geração das informações, considerando o centro estocador referente a emissão;		
2.8.29.	Possuir emissão de posição de resumo financeiro por almoxarifado, demonstrando no mínimo, saldo anterior, total de entradas, total de saídas e o saldo financeiro ao final de cada mês;		
2.8.30.	Possibilitar emissão de relatórios de controle de validade de lotes de materiais.		
2.8.31.	Possibilitar rotina para demonstração da classificação ABC dos produtos com agrupamentos por centro de custo ou classificação e definição dos percentuais de cada classe diretamente pelo usuário, com exibição simples e gráfica, considerando as movimentações de saída de estoque;		
2.8.32.	Registrar abertura e o fechamento de exercícios/meses, bloqueando as movimentações nos períodos fechados.		
2.8.33.	Possuir rotina para remanejamento de lotes e cadastro de lotes de materiais que já estejam no estoque para controle dos vencimentos dos produtos.		
2.8.34.	Possuir rotina para definição de cotas de consumo dos materiais para os setores.		
2.8.35.	Possuir rotina para geração de fracionamento de itens já existentes no estoque com relação a unidade de compra e unidade de distribuição.		
2.8.36.	Possuir rotina para Cadastro para agendamentos de entregas, com visualização de status das entregas pendentes, efetuadas, atrasadas e canceladas, com status atualizado automaticamente conforme entradas de estoque efetuadas;		
2.8.37.	Possuir indicativo visual prático para identificação do status e próximas entregas, facilitando o controle pelos usuários, com acesso a cada agendamento a partir da visualização disponível;		
2.8.38.	Possuir rotina de inventário por centros de custo, bloqueando as operações para o centro de custo enquanto o inventário não estiver finalizado, além de na finalização do inventário gerar automaticamente entradas e saídas dos itens após conferência física.		
2.8.39.	Possuir rotina de integração em tempo real com o módulo contábil, para envio dos dados dos valores por movimentação para que sejam contabilizados na Contabilidade, referentes às entradas e saídas de estoque. Neste aspecto somente devem ter os dados enviados para tipos de movimentação que gerem contabilização, devendo existir forma de parametrização para tal operação;		
2.8.40.	Possuir rotinas para gerenciamento de armazenamento com operações de logística com as seguintes características básicas:		
a)	Permitir que a definição dos níveis de localização física seja definida de acordo com as necessidades da entidade.		
b)	Permitir o cadastramento dos endereços físicos de picking e pulmão para os materiais;		
c)	Possibilitar o acompanhamento do status das movimentações geradas;		



d)	Consultar a localização física do material dentro do almoxarifado;		
e)	Possibilitar que sejam cadastradas exceções ou restrições de armazenamento, para evitar que materiais sejam armazenados próximos quando não podem devido a características das classificações dos materiais;		
f)	Permitir controle separado entre centros de custo que utilizam ou não armazenagem;		
g)	Possibilitar o bloqueio de endereços;		
2.8.41.	Possuir rotinas automatizadas que realizem os lançamentos da distribuição física necessária para o armazenamento e retirada de materiais, contendo no mínimo:		
a)	Possuir rotina que nas entradas já realize a distribuição física dos materiais, gerando mapa de armazenagem, de acordo com parametrização dos itens e locais físicos, considerando as restrições de armazenamento existentes no sistema;		
b)	Possuir seleção automática de pulmão no armazenamento e indicando as demais localizações físicas para armazenamento de acordo com endereços vagos mais próximos;		
c)	Possuir rotina que nas saídas o sistema indique os locais para retirada dos materiais considerando os endereços físicos mais próximos, com exceção de itens com validade, quando os endereços selecionados serão aqueles de validade menor, independentemente da localização física, visando evitar desperdícios e perdas de materiais;		
d)	Possibilitar transferência virtual entre centros de custos que geram armazenagem gerando mapa de transferência para movimentações físicas, sendo armazenagem quando um centro que não controla armazenagem transfere para um que controle armazenagem e separação quando um centro de controle armazenagem transfere para um que não controle armazenagem;		
e)	Possuir rotina que na devolução de materiais, também seja gerado mapeamento de armazenagem para acondicionamento dos materiais devolvidos nos endereços físicos conforme endereços disponíveis para o material e na ausência destes, considerando os endereços físicos mais próximos;		
f)	Possibilitar o abastecimento de picking manual, através de transferências entre locais;		
g)	Possuir rotina para identificação de inconsistências de armazenagem de forma visual, principalmente para inconsistências relativas a abastecimento de endereços e através desta possibilitar a geração do abastecimento físico de cada material automaticamente, conforme disponibilidade física para tal;		
h)	Possuir visualização rápida em cada movimentação de estoque dos mapeamentos físicos gerados a partir da execução de entradas, saídas, transferências e devoluções, por movimento, funcionando como uma ficha de operações para execução;		
i)	Possuir tela gerenciadora para que seja possível identificar todos os locais físicos disponíveis, com filtros para identificação dos locais disponíveis, bloqueados e		



	com itens, devendo possibilitar ações rápidas como bloqueios e transferências entre locais;		
2.8.42.	Possuir em complemento com as operações de armazenamento, diretamente a cada rotina executada, de rotinas que possibilitem que operadores realizem movimentações físicas sem necessidade de impressão de mapas de armazenamento, retirada e separação, contendo no mínimo etapas de conferência para:		
a)	Conferência de Guia Cega para efetivação ou não da rotina de entradas no estoque;		
b)	Conferência e execução das movimentações de armazenagem com opção para aceite da operação, para evitar a possibilidade de diversos operadores trabalharem na mesma tarefa;		
c)	Conferência e execução das movimentações de transferências físicas com opção para aceite da operação, para evitar a possibilidade de diversos operadores trabalharem na mesma tarefa;		
d)	Conferência e execução das movimentações de separação de materiais, com opção para aceite da operação, para evitar a possibilidade de diversos operadores trabalharem na mesma tarefa;		
2.9.	Sistema de Gestão e Controle da Frota Municipal.		
2.9.1.	Permitir a complementação e manutenção de dados dos veículos, possibilitando inclusive a troca de medidores quando necessário. O Frotas deve ser totalmente integrado ao módulo Patrimonial, não sendo permitido o cadastro de novos bens no Frotas, que deve consumir os dados equivalentes do Patrimônio;		
2.9.2.	Permitir o cadastramento de rotas de destino e destinos, para possibilitar "viagens casadas", quando utilizadas rotinas de agendamento de veículos;		
2.9.3.	Possibilitar o registro dos motoristas, incluindo dados das carteiras de habilitação e também o vencimento destas, possibilitando ainda a emissão de relatório de motoristas de acordo com vencimento das CNH's;		
2.9.4.	Possuir rotina para registro de cursos realizados pelos motoristas;		
2.9.5.	Possuir rotina para registro da atualização de situação de CNH para os motoristas;		
2.9.2.	Possuir rotina para registro de todas as infrações cometidas pelos motoristas, com relacionamento de dados como o veículo, local e vínculo com a respectiva infração contida no Código Brasileiro de Trânsito;		
2.9.7.	Possuir visualização de dados referentes aos motoristas diretamente no seu cadastro, como cursos, infrações e ocorrências, de modo a possibilitar em uma única tela a visualização de diversas informações, evitando a necessidade de emissão de relatórios e consultas;		



2.9.8.	Possuir bloqueio nas rotinas do sistema quando utilizado o motorista com CNH vencida há mais de 30 dias ou que tenha atingido a pontuação máxima para suspensão no período de 365 dias;		
2.9.9.	Permitir a utilização de bombas de combustível, possuindo cadastros específicos das bombas, com controle de estoque;		
2.9.10.	Permitir a utilização conjunta de bombas de combustíveis com gastos da frota para tipos de combustível que não sejam controlados por bomba na entidade;		
2.9.11.	Possuir rotina para geração de ordens de serviço internas e externas, para controles dos serviços executados nos veículos tanto no próprio setor de manutenção da entidade quanto para serviços em empresas contratadas;		
2.9.12.	Emitir via sistema, requisições para abastecimentos/serviços indicando dados do veículo, como placa, descrição, lotação, fornecedor, motorista;		
2.9.13.	Possibilitar a geração de lançamentos de gastos com a frota, sendo possível para qualquer item que tenha referência com veículos, como abastecimentos, serviços, peças, possibilitando importação de requisições e ordens de serviço para geração dos gastos;		
2.9.14.	Possuir controle do consumo de combustível e média por veículo, permitindo a emissão de relatório por veículo e por período;		
2.9.15.	Permitir cadastrar os pneus e controlar suas movimentações, como as trocas com identificação da posição de troca dos pneus (dianteira/traseira);		
2.9.12.	Permitir o controle de itens com vencimento para os veículos, sendo itens de qualquer natureza, como por exemplo troca de óleo, extintores de incêndio, revisões possibilitando o controle do vencimento por quilometragem ou por data;		
2.9.17.	Possuir rotina para cadastro de agendamento de veículos registrando dados como local de destino, motorista e finalidade;		
2.9.18.	Possuir rotina para registros das movimentações de garagem, indicando dados como motorista, horário saída e retorno, quilometragem;		
2.9.19.	Permitir o registro das ocorrências envolvendo os veículos, como acidentes e multas, registrando as respectivas datas e possibilitando a emissão de consulta em determinado período por veículo;		
2.9.20.	Possuir rotina para cadastramento das medições avulsas dos veículos, para envio ao TCE-PR nos casos de medidores quebrados, quando é enviada uma medição declarada no mês;		
2.9.21.	Permitir o cadastro e movimentação das baterias entre os veículos;		
2.9.22.	Possuir consultas de quantidades liquidadas/movimentadas para verificação do estoque de combustível que será enviado ao Tribunal de Contas;		
2.9.23.	Possuir controle de gastos de combustível de acordo com as quantidades de cada empenho/liquidação, com carregamento automático de item e quantidade restante por liquidação;		
2.9.24.	Possuir cadastro para perdas de combustível, ocasionadas em motivos como por exemplo vazamentos, evaporação;		



2.9.25.	Possuir indicadores visuais para identificação de dados importantes a nível gerencial como no mínimo para débitos e CNHs vencidos, agendamentos, comparativo entre total de abastecimento durante os meses;		
2.9.26.	Permitir geração de arquivos para Tribunal de Contas;		
2.10.	Sistema de Gestão de Controle de Obras Públicas		
2.10.1.	Possuir rotina para registro das intervenções, com integração direta junto ao módulo de Contratos, para importar dados como prazos, valores e objeto diretamente dos dados informados no Contrato de origem, para os casos de execução indireta;		
2.10.2.	No cadastro da intervenção não deve existir limitação quanto a quantidade de contratos vinculados, para atendimento completo ao exigido pela legislação, pois uma intervenção pode ter execução de vários contratados simultaneamente ou para os casos de desistências ou cancelamento de contratos;		
2.10.3.	Possuir rotina que na vinculação dos contratos, o processo licitatório referente seja automaticamente vinculado a intervenção;		
2.10.4.	Possuir rotina para acesso direto aos registros dos contratos e processos licitatórios vinculados a intervenção, sem necessidade de acessos separados e utilização de filtros para chegar aos registros desejados;		
2.10.5.	Possuir exibição e acesso aos aditivos dos contratos vinculados a intervenção de modo a otimizar as consultas e integração entre os módulos de gestão pública;		
2.10.2.	Possuir integração com o módulo de Patrimônio, para vinculação da intervenção com o bem, ou bens em que a intervenção será executada;		
2.10.7.	Possuir cadastro de fiscais para acompanhamento da obra;		
2.10.8.	Possuir cadastro básico de atos ou portaria com vinculação de membros para possibilitar vínculo na montagem dos documentos referente às intervenções;		
2.10.9.	Possuir rotina para o fechamento de períodos evitando que lançamentos em períodos já com prestação de contas efetuada sejam alterados ou excluídos;		
2.10.10	Possuir integração com o módulo de Planejamento e Orçamento para vínculo das ações do PPA referentes à Intervenção;		
2.10.11	Possuir a possibilidade de registros de intervenções que não serão enviadas em prestação de contas, com controle para o envio ou não através de indicação no próprio cadastro, permitindo assim outros controles no sistema e não somente o que é obrigatório para prestação de contas;		
2.10.12	Possuir rotina para vinculação da matrícula ou matrículas da intervenção junto ao CEI;		
2.10.13	Possuir rotina que permita a vinculação de arquivos digitalizados no cadastro da intervenção sem limite na quantidade de arquivos vinculados;		



2.10.14	Possuir rotina para vinculação dos empenhos referentes a intervenção;		
2.10.15	Possuir rotina para vinculação de todos os responsáveis relacionados à Intervenção, como engenheiros, fiscais entre outros;		
2.10.12	Possuir rotina para cadastro das planilhas de orçamento referentes à intervenção, com geração automática dos atos vinculados e vinculação de arquivos digitalizados sem limite na quantidade de vínculos efetuados;		
2.10.17	Possuir rotina para cadastro das responsabilidades técnicas referentes à intervenção, com a possibilidade de vinculação de arquivos digitalizados sem limite na quantidade de vínculos efetuados;		
2.10.18	Possuir rotina para registro de todos os acontecimentos ocorridos na intervenção, desde emissão de ordens de serviço, até registro de visitas e acompanhamentos rotineiros;		
2.10.19	Possuir cadastro de Portaria vinculado ao cadastro único de leis e atos, para inclusão dos respectivos membros;		
2.10.20	Possuir rotina para montagem de modelos de documentos dentro do módulo, para que sejam gerados diversos termos necessários para cada intervenção, como por exemplo Ordens de Serviço, Termos de recebimento provisório e definitivo, entre outros, eliminando a necessidade de geração de documentos em aplicações extras como Office ou Open Office;		
2.10.21	Possuir rotina para vinculação de pessoas específicas para cada acontecimento ou modelo de documento gerado para as intervenções, permitindo inclusive o carregamento automático dos membros de Portaria criados e associados ao tipo de documento gerado;		
2.10.22	Possuir controle sequencial das ordens de serviço emitidas por exercício;		
2.10.23	Possuir rotina para inserção dos acompanhamentos das intervenções, com vínculo de imagens para o registro fotográfico, bem como arquivos comprobatórios, propiciando o registro de todos os dados necessários para controles e prestação de contas, como acompanhamentos de medição, paralisação, cancelamentos e conclusão;		
2.10.24	Possuir rotina que permita que sejam incluídos campos extras conforme necessidade de cada entidade para o cadastro de intervenções, possibilitando autonomia e controles específicos conforme cada necessidade;		
2.10.25	Possuir consulta dinâmica para facilitar os lançamentos junto a Atoteca do TCE-PR, com filtros por data, tipo de registros como planilhas e acompanhamentos, leiato e exibição do código de controle, além de possibilitar que na consulta existam direcionamentos rápidos a cada registro de origem para conferências e análises;		
2.10.26	Possuir a possibilidade de controles do registro e execução de tarefas que envolvem serviços públicos rotineiros, como pequenos consertos e serviços, com as seguintes características mínimas para otimizar e facilitar os controles necessários:		



a)	Possibilitar o cadastro de tipos de ocorrências;		
b)	Possibilitar o cadastro de origens de ocorrências;		
c)	Possibilitar o cadastro de tipos de programação;		
d)	Possibilitar o cadastro de ocorrências, com possibilidade de informar o tipo de ocorrência, origem, o solicitante, o endereço da ocorrência e a descrição.		
e)	Possibilitar o cancelamento de ocorrências, com a inclusão de motivação;		
f)	Possibilitar a reativação de ocorrências;		
g)	Possibilitar a inclusão de arquivos digitalizados nas ocorrências, sem limite na quantidade de vínculos efetuados;		
h)	Possibilitar a localização rápida do endereço da ocorrência através de integração com o Google Maps;		
i)	Possibilitar o registro de programações para as ocorrências, com a vinculação de várias ocorrências por programação, permitindo consultar para cada programação as ocorrências vinculadas, com direcionamento rápido aos registros evitando a necessidade de acesso de telas separadas para visualização dos dados das ocorrências relacionadas;		
2.11. Sistema de Gestão de Controle Interno			
2.11.1.	Possuir integração com outros módulos do sistema de gestão pública ofertado, de forma automatizada, sem necessidade de utilização de importação de arquivos;		
2.11.2.	Possuir rotina para cadastro dos membros do Controle Interno, com indicação do período da vigência, vinculação com o Ato de designação e possibilidade da definição do tipo de atribuição;		
2.11.3.	Possibilitar o registro de todas as atividades executadas pelo Controle Interno, com opção de agendamento das atividades, com definição do período base para demonstração dos avisos, devendo ser identificados facilmente com demonstração visual, que possibilite rápida identificação das atividades agendadas;		
2.11.4.	Possibilitar o acesso a relatórios e telas de outros módulos, de modo online, sem importação ou digitação de informações dos outros sistemas;		
2.11.5.	Possuir acesso a consultas de dados de qualquer sistema, devendo permitir que consultas específicas de qualquer módulo, também possam ser acessadas e executadas diretamente pelo módulo de Controle Interno, sem necessidade de acesso aos sistemas de origem para execução;		
2.11.2.	Possuir rotina para criação de checklists com foco em auditorias e verificações de rotina, devendo ser possível a criação de categorias para melhor controle e organização;		
2.11.7.	Possibilitar que os itens vinculados para análise do checklist possam ser criados de forma dinâmica, com separação por grupos e seleção individual de quais		



	pontos serão analisados e o tipo da marcação ou resposta deve ser conforme o tipo do item, como por exemplo data, múltipla escolha, valor, etc.		
2.11.8.	Possibilitar que checklists sejam duplicados, mantendo os originais inalterados;		
2.11.9.	Possibilitar a criação de questionários com envio a pessoas específicas, para obtenção de respostas para análises e auditorias. A criação dos questionários deve ser de forma dinâmica, com seleção de itens de um ou vários grupos para comporem a montagem do questionário conforme necessidade de cada situação;		
2.11.10.	Possuir funcionalidade de envio automático de questionários através de agendamento, com demonstração das pendências que aguardam respostas de maneira visual simples e direta ao usuário no acesso ao sistema;		
2.11.11.	Possibilitar que os questionários enviados possam ser respondidos com a inclusão de arquivos comprobatórios em diversos formatos como pdf, doc, jpg;		
2.11.12.	Possibilitar que o mesmo questionário enviado possa ter quantas respostas forem necessárias, cada qual individualizada, para permitir por exemplo que um mesmo questionário seja direcionado a diversas pessoas, cada qual com suas atribuições;		
2.11.13.	Possuir indicador que demonstre as respostas finalizadas para que possam ser registrados os pareceres da controladoria, podendo existir mais de um parecer por resposta finalizada, permitindo inclusive a inclusão de arquivos digitalizados;		
2.11.14.	Possuir rotina de disparo automático de e-mail quando finalizadas as respostas de um questionário, propiciando que sejam analisadas pelo setor competente, com envio no e-mail inclusive de link direto para averiguação das respostas referentes;		
2.11.15.	Possibilitar o registro dos mais diversos tipos de documentos ou regulamentações geradas pela controladoria, como por exemplo: Manuais, políticas, entre outros;		
2.11.12.	Possuir a possibilidade de vinculação de arquivos digitais em cada documento ou regulamentação registrada pela controladoria;		
2.11.17.	Possibilitar que para cada tipo de documentação ou regulamentação exista a possibilidade de inclusão de término de validade, com demonstração visual quanto ao término da data de validade para tomada de providências;		
2.11.18.	Possibilitar a inserção de registro de plano de trabalho e desmembramento de cada etapa de execução, com atribuição ao responsável com data limite para finalização, com a demonstração de status de execução de cada etapa;		
2.11.19.	Possibilitar a inserção de revalidação de documentações, com a atribuição de novas datas de validade;		
2.11.20.	Possibilitar que seja definida data limite de resposta para tipos de documentos gerados como notificações, com demonstração visual quanto a respostas não finalizadas no tempo determinado para facilitar a tomada de ações;		



2.11.21	Possibilitar que sejam registrados o entendimento e aceite quanto às políticas criadas pela Controladoria para controle e efetivação de ações quando necessário;		
2.11.22	Possibilitar que as políticas sejam criadas com etapa de aprovação com níveis configuráveis, com demonstração no Portal da Transparência apenas na finalização do fluxo de trabalho desenvolvido. Este fluxo deve ter visão clara quanto às etapas percorridas, bem como visualização do fluxograma definido para a aprovação;		
2.11.23	Possuir integração com o Portal da Transparência para demonstração de qualquer documento gerado pela controladoria com a definição da possibilidade ou não de demonstração pública conforme cada registro e definição própria do setor;		
2.12.	Sistema de Gestão do Controle de Patrimonial dos Bens móveis e imóveis.		
2.12.1.	Deverá possuir cadastro para os bens móveis e imóveis da entidade, podendo ser informado o empenho e fornecedor da aquisição do bem, além de outras informações obrigatórias como:		
a)	Estado de conservação do bem;		
b)	Permitir vinculação da conta contábil e natureza do bem;		
c)	Possuir rotina que na vinculação de empenho e itens a descrição e valor de aquisição sejam inseridos automaticamente no ato do tombamento;		
e)	Vinculação da localização física de origem;		
f)	Permitir informar o valor (%) residual do bem e a vida útil, de maneira individual ou pela natureza do bem, para atendimento dos casos comuns e de exceção;		
g)	Permitir vinculação de um ou mais arquivos de imagens, documentos de texto ou documentos digitalizados, possibilitando a visualização posterior destes;		
h)	Permitir cadastro para bens imóveis, com endereço, registro do imóvel, tipo de uso e coordenadas geográficas;		
i)	Permitir inclusão de dados específicos para cadastro de veículos, como RENAVAM, Placa, Ano de Fabricação e Ano do Modelo, Chassi, tipo de combustíveis, classificação tabela FIPE.		
j)	Possuir rotina para geração de cópias dos bens, para otimização dos trabalhos de tombamento, possibilitando a indicação da faixa de plaquetas a serem utilizadas, bem como a quantidade de bens a serem gerados;		
2.12.2.	Permitir utilização de estrutura hierárquicas em níveis para locais e categorias;		
2.12.3.	Permitir a alteração de responsáveis nos locais físicos, com manutenção do histórico de movimentações, bem como a visualização completa das alterações efetuadas diretamente no cadastro;		



2.12.4.	Permitir ao usuário a possibilidade de visualizar somente os bens sob a sua responsabilidade, de maneira prática e direta, sem a necessidade de utilização de filtros e execução de pesquisas;		
2.12.5.	Possuir cadastro dos tipos de movimentações ou operações para os bens patrimoniais, com relação aos tipos de incorporação, baixas e outras movimentações, possibilitando assim a definição individualizada que atenda melhor aos controles de cada entidade;		
2.12.2.	Possuir rotina para registro de alterações da placa patrimonial, mantendo o histórico;		
2.12.7.	Possuir rotina para registro de alteração das situações dos bens patrimoniais, com o tipo de situação sendo parametrizável pela própria entidade através de cadastro próprio para tal;		
2.12.8.	Possuir o cadastro de comissões, com indicação de membros responsáveis e objetivo;		
2.12.9.	Possuir rotina de fechamento mensal, bloqueando movimentações de natureza financeira em períodos fechados;		
2.12.10	Permitir reavaliação de bens de forma individual, ou por lote.		
2.12.11	Permitir efetuar baixas individuais ou múltiplas por bens, locais, estado de conservação, permitindo informar histórico e informações complementares;		
2.12.12	Permitir controle de transferência de bens entre os diversos locais, inclusive com transferências de ordem provisória com data estimada de retorno;		
2.12.13	Controlar a movimentação dos bens encaminhados à manutenção, possibilitando controles quanto a data de previsão e retorno e a situação da manutenção.		
2.12.14	Permitir inserir uma data base de corte para o início das depreciações dos bens.		
2.12.15	Possuir rotina para geração de depreciação de bens na forma de linha reta ou cotas constantes, de acordo com os parâmetros de vida útil e percentual de valor residual dos bens, podendo ser realizada de forma mensal ou anual.		
2.12.12	Possuir rotina para registro de seguros dos bens patrimoniais, possibilitando a inclusão de bens em lote, com informações básicas de no mínimo:		
a)	Possuir cadastro para os tipos de seguros;		
b)	Permitir a inclusão da codificação ou identificação da apólice;		
c)	Permitir a vinculação de seguradora e corretor;		
d)	Permitir a inclusão do período de vigência;		
2.12.17	Permitir a visualização do histórico de movimentações relacionadas ao bem na própria tela de cadastro, demonstrando no mínimo:		
a)	Histórico de manutenções;		



b)	Histórico de movimentações de natureza financeira;		
c)	Histórico de estados de conservação;		
d)	Histórico de movimentações de naturezas ou categorias;		
e)	Histórico de movimentações das trocas de códigos patrimoniais ou plaquetas;		
f)	Histórico de transferências físicas;		
g)	Histórico de inventários;		
h)	Histórico de seguros;		
2.12.18	Possuir rotina para registro dos inventários de bens, possibilitando no mínimo:		
a)	Permitir que o inventário tenha controle de status, possibilitando identificar os inventários abertos, iniciados, finalizados e cancelados;		
b)	Permitir que sejam realizados inventários individuais por localização física ou gerais;		
c)	Permitir em inventários por localização física o carregamento de todos os bens constantes no local para marcação dos bens encontrados de maneira simples como um checklist, bem a bem;		
d)	Possuir identificações visuais para os bens conforme inserção no inventário, sendo destacados no mínimo bens encontrados no local, encontrado e em local divergente e não encontrados;		
e)	Possuir rotina otimizada para que na finalização do inventário, bens encontrados em local divergente do inicial, sejam transferidos automaticamente, mantendo o rastreio nas transferências do inventário de origem e no inventário detalhe rápido das transferências geradas automaticamente;		
2.12.19	Possuir rotina de integração em tempo real com o módulo contábil, para envio dos dados dos valores por movimentação para que sejam contabilizados na Contabilidade, referentes às movimentações financeiras executadas para os bens como incorporações, baixas, depreciações entre outras. Neste aspecto somente devem ter os dados enviados para tipos de movimentação que gerem contabilização, devendo existir forma de parametrização para tal operação;		
2.12.20	Permitir geração de arquivos para Tribunal de Contas do Estado;		
2.13. Sistema de Gestão de Tributação Municipal, Dívida Ativa e Tributos Municipais;			
2.13.1.	Deverá possuir cadastro único de contribuintes municipais, relacionando todas as propriedades que o mesmo possua (imóvel urbano e rural, sociedades em atividades comerciais ou serviços, atividades profissionais).		
2.13.2.	Possuir toda movimentação de débitos e seus possíveis estornos e reabilitação (estorno do estorno) serem lançados, inclusive pagamentos de juros, multa, correção monetária.		



2.13.3.	Permitir a visualização de um 'razão' minucioso de cada lançamento, com todo histórico e valores envolvidos, individualizados por movimento, contribuinte, data e tributo.		
2.13.4.	Contar com um Cadastro Geral do Contribuinte no Município (CGCM), contendo os dados pessoais, numeração sequencial, identificação de tipo de registro (físico, jurídico, etc.), campos para cadastramento de estrangeiros (documento, país, etc., neste caso não é necessário validar CPF), considerando tabela de código de rua do município e sem restrições para residentes fora do Município.		
2.13.5.	Permitir a criação de cadastro RURAL, para emissão de guia de ITBI rural.		
2.13.2.	Possibilitar que o atendente faça pesquisa global de cadastros através de um único campo de pesquisa que possibilite ele pesquisar qualquer tipo de dado, tais como Nome, CPF/CNPJ, endereço, bairro, etc. e retorne todos os cadastros relacionados contendo a situação financeira de cada cadastro (Débito Vencido ou Não Vencido)		
2.13.7.	Permitir que o usuário veja detalhadamente os dados de localização de cada cadastro a fim de refinar a pesquisa.		
2.13.8.	Permitir também o usuário consultar o Histórico de Atendimento de cada Cadastro;		
2.13.9.	Permitir de forma rápida e simples acessar o cadastro correspondente ou até mesmo já iniciar atendimento com disponibilidade das principais rotinas do sistema.		
2.13.10.	Possuir tela de atendimento automatizada onde o atendente possa fazer qualquer tipo de atendimento sem a necessidade de acessar outro módulo.		
2.13.11.	Controlar o atendimento por Tipo, tendo no mínimo as opções (Presencial, Telefone e Consulta), para Presencial e Telefone o atendente é obrigado a informar os dados do requerente para armazenar no histórico de atendimento, já para o tipo Consulta esta obrigatoriedade não deve existir, porém no histórico deverá ser gravado que o requerente será o próprio atendente.		
2.13.12.	O sistema deve controlar o tempo médio de atendimento do usuário e apresentar em forma gráfica a quantidade de atendimentos realizados nos últimos dias.		
2.13.13.	Controlar também a produtividade, contando a quantidade de boletos emitidos e contratos de parcelamentos realizados.		
2.13.14.	O sistema deve guardar a pesquisa de cadastros inicial e permitir trocar o cadastro em atendimento até que todos os cadastros relacionados sejam atendidos se esse for o desejo do contribuinte.		
2.13.15.	Possuir opção de maximizar a tela, visando aproveitar ao máximo o espaço da tela no navegador.		
2.13.12.	Possuir recursos visuais para dar maior foco a ações necessárias no atendimento, para dar maior interatividade no uso do sistema, como por exemplo, Débitos Vencidos, Contratos de Parcelamentos com parcela Vencida, etc.		



2.13.17	Permitir a emissão de cota única de IPTU, ISS e taxas, com os devidos descontos conforme a legislação.		
2.13.18	Possuir controle de atendimento, caso seja necessário o atendente sair da tela do atendimento sem finalizá-lo, o sistema não pode perder a rastreabilidade assim que voltar a tela o sistema deve carregar o atendimento que ainda está em andamento.		
2.13.19	Consulta de débitos, pagamentos, Emissão de extratos, Emissão de boletos contendo uma ou mais parcelas, segunda via de carnês, lançamento de débito ou requerimentos, parcelamentos, emissão de documentos, Boletos com desconto, pedidos de ITBI		
2.13.20	Emissão de certidões de débitos:		
a)	Negativas;		
b)	Positivas;		
c)	Positivas com efeito de negativas.		
2.13.21	Permitir customizar qualquer cadastro, adicionando novos campos para armazenamento de informações de acordo com a necessidade da Prefeitura.		
2.13.22	Permitir criação de regras de validação entre campos, apontando obrigatoriedade ou não do cadastro no momento da inclusão ou manutenção cadastral.		
2.13.23	Permitir vínculo de pontos ou valores para utilização no cálculo quando os campos forem de múltiplas alternativas.		
2.13.24	Permitir o controle completo do ITBI, permitindo fazer o pedido, processo de ITBI Normal, financiado ou Anuência.		
2.13.25	Permitir gerar ITBI sobre percentual de venda de imóvel.		
2.13.26	Permitir a transferência de um ou mais vendedores para um ou mais compradores, realizando o cálculo automático das devidas partes.		
2.13.27	Deverá guardar todo o histórico de transferências por imóvel. Emitir declaração de quitação e de isenção.		
2.13.28	Deverá alterar o proprietário do imóvel automaticamente na comprovação do pagamento, e ainda a transferência manual.		
2.13.29	Permitir o Controle de Imóveis por Imobiliárias, visando facilitar a entrega de carnês de IPTU.		
2.13.30	Deverá ter a possibilidade de emissão de uma guia agrupada com todos os débitos de um contribuinte. Independentemente de quantos cadastros ele estiver vinculado, independente também se ele é o proprietário principal ou não.		
2.13.31	No cadastro de ITBI deverá ter a possibilidade de informar a Natureza da Operação que gerou o ITBI e a emissão de um relatório com os valores arrecadados de ITBI agrupados por Natureza de Operação.		



2.13.32	Possibilitar customizar da data de vencimentos dos boletos emitidos, podendo pré-fixar ao último dia do mês ou atribuir automaticamente a partir de uma certa quantidade de dias para vencimento.		
2.13.33	As guias de pagamento deverão possuir data limite válida para pagamento, acréscimos legais (juros, multa, correção monetária), desconto, além de estar associada a um código único de baixa ("Nosso Número").		
2.13.34	Possibilitar gerar um lote de pagamento a partir da geração do boleto.		
2.13.35	Possuir repositório de todos os documentos gerados por cadastro e possibilitar de forma simples e intuitiva, consultá-los ou imprimir-los a qualquer tempo.		
2.13.36	Possuir cadastro de documentos com configuração de validade, finalidades, assinaturas.		
2.13.37	Possuir controle de acesso de documentos por usuário.		
2.13.38	Permitir o cancelamento de documentos existentes.		
2.13.39	Possuir emissão de taxas pré configuradas sem que usuário tenha que definir valores.		
2.13.40	Permitir configuração de fórmulas de cálculo simples e de fácil interpretação, deve ser possível customizar o cálculo de acordo com o código tributário municipal.		
2.13.41	Possuir recursos para facilitar a construção das fórmulas, tais como template de fórmulas e recursos de autocompletar ao digitar.		
2.13.42	Possuir pesquisas de todos os campos do cadastro para serem utilizados nos cálculos;		
2.13.43	Permitir cadastro de tabelas de valores dinâmicas sem limite de combinações, para serem utilizadas no cálculo. O sistema deve possuir recurso para copiar e colar dados do sistema e utilizar em planilhas eletrônicas, bem como de planilhas para o sistema.		
2.13.44	Possuir recurso de simulação de resultado, para certificar-se que a tabela de Valores de Cálculo está respondendo corretamente para cada combinação de valores.		
2.13.45	Permitir acompanhar o cálculo passo a passo, para fins de conferência do cálculo, esta conferência deve mostrar no mínimo, nas expressões utilizadas na fórmula bem como o resultado de cada expressão.		
2.13.46	Permitir simulação de cálculos geral ou parcial, ter recursos para conferência do cálculo, apresentar cadastros com erro, ou com divergências de cálculo baseado em cálculos de anos anteriores.		
2.13.47	Possuir indicação clara para o usuário de qual passo na geração de cálculo ele se encontra. O sistema deve amarrar as ações do cálculo de acordo com cada passo, para que não falte nenhuma etapa no lançamento.		



2.13.48	Possibilitar constituir os débitos calculados a partir do cálculo.		
2.13.49	Permitir gerar os carnês a partir do cálculo.		
2.13.50	Permitir criar lotes de Impressão de cálculo baseados no filtro, agrupamento e ordem definidas pelo cliente de acordo com a as necessidades do cliente.		
2.13.51	Permitir imprimir os carnês diretamente a partir dos lotes gerados.		
2.13.52	Possibilitar que o usuário do sistema consiga gerar todos os carnês, boletos e arquivo para impressão dos carnês em Gráficas, sem intervenção de linguagem de programação, contendo as seguintes características:		
2.13.53	Permitir alteração das configurações e filtros pelo usuário ao gerar o arquivo para Gráfica.		
2.13.54	Possibilitar que o usuário do sistema consiga gerar todos os carnês, boletos e arquivo para impressão dos carnês em Gráficas, sem intervenção de linguagem de programação, contendo as seguintes características:		
2.13.55	Permitir alteração das configurações e filtros pelo usuário ao gerar o arquivo para Gráfica.		
2.13.56	Permitir lançamento de débitos de exercícios anteriores ao atual inserindo data de vencimento anterior ou posterior, porém o sistema deve gravar a data atual de lançamento.		
2.13.57	Atender a todos os padrões de emissão de boletos para todos os tipos de códigos de barras.		
2.13.58	Permitir recebimento via arquivo de retorno de qualquer banco, de acordo com convênio definido entre prefeitura e banco.		
2.13.59	O sistema deve possuir mecanismos para consistência no momento da baixa, para validar o boleto que está sendo pago, calcular juros e apontar possíveis diferenças entre o valor pago e calculado pelo sistema. Cada inconsistência encontrada deve ser apresentada através de mensagens associadas ao registro.		
2.13.60	Cada tipo de mensagem deve habilitar ações no pagamento, tais como alteração do nosso número quando o boleto não for localizado, ou opção de conceder desconto quando necessário.		
2.13.61	Possuir mecanismos para conceder desconto automaticamente ou receber valores maiores desde que estejam dentro do valor máximo previsto na legislação do município.		
2.13.62	Em casos de pagamentos em duplicidade o sistema deverá identificar e apresentar mensagem ao usuário que será gerado novo pagamento para o débito.		
2.13.63	Possuir tela para acompanhamento das movimentações financeiras, por Tipo de Movimentações e por período. Deve conter no mínimo as movimentações de Pagamentos, Estornos de Pagamentos, Reabilitações de Estornos e		



	Restituições. Contendo ainda totalizados relacionados aos valores Principal, Juro, Multa, correção, descontos e total líquido.		
2.13.64 .	Possuir tela para acompanhamento das movimentações financeiras, por Tipo Tributo e por período. Apresentar os valores arrecadados por Tributo. Contendo ainda totalizados relacionados aos valores Principal, Juro, Multa, correção, descontos e total líquido.		
2.13.65 .	Possuir acompanhamento da arrecadação por lote e conta bancária, apresentando o valor de cada lote, valor do arquivo bancária e total de pagamentos gerados. Contendo ainda totalizados relacionados aos valores Principal, Juro, Multa, correção, descontos e total líquido.		
2.13.66 .	Possuir integração das movimentações financeiras e patrimoniais com a contabilidade.		
2.13.67 .	Possuir tela de bloqueio de movimentações, o usuário deve ter opção de bloquear uma data específica ou um período específico, ou ainda marcar apenas um dia específico juntamente com um período específico na mesma operação.		
2.13.68 .	Permitir simular um parcelamento/reparcelamento quantas vezes for necessário e guardar o histórico de opção para que o contribuinte possa escolher a melhor opção de parcelamento antes de efetivar o parcelamento.		
2.13.69 .	Permitir parcelar ou reparcilar débitos de acordo com a legislação municipal, mantendo a origem do débito sem mudança nas características do débito.		
2.13.70 .	Possibilitar o estorno do parcelamento/reparcelamento, respeitando os seguintes critérios:		
2.13.71 .	Caso exista parcela paga o sistema deverá manter as parcelas pagas em contrato com as características do contrato e ao realizar o estorno deverá criar uma nova subdivida com o saldo remanescente devedor.		
2.13.72 .	Caso não exista parcela paga o sistema deverá permitir que os débitos voltem a sua composição original;		
2.13.73 .	Possuir rotina de identificação de contratos de parcelamentos irregulares que estão passíveis de quebra de contrato, esta rotina deverá possibilitar estornar (rescindir todos os contratos selecionados) de uma só vez;		
2.13.74 .	Permitir atualizar de forma automática a situação dos contratos de parcelamento/reparcelamento com as movimentações no sistema alterar para "Quitado" quando efetuar a baixa automática de todos os débitos de um parcelamento, alterar Aberto quando qualquer uma das parcelas pagas for estornada. Ao Estornar um contrato a situação também deve ser alterada para "Cancelado", quando houver mais de 1 uma ou mais parcelas pagas for necessário desfazer o contrato a situação deve ser alterada para Rescindido.		
2.13.75 .	Possuir rotina de atualização monetária dos débitos parcelados/reparcelados utilizando índice de correção pré definido, esta atualização deve respeitar o aniversário do débito, e quando executada deve corrigir todas as parcelas subsequentes ao último aniversário do débito.		



2.13.76	Possuir controle de permissão de uso de leis de parcelamento por usuário.		
2.13.77	Possibilitar limitar automaticamente os percentuais de descontos de acordo com a quantidade de parcelas utilizadas no parcelamento.		
2.13.78	Possibilitar limitar automaticamente a quantidade de parcelas do parcelamento pela situação legal do débito ou base de cálculo.		
2.13.79	Possibilitar limitar automaticamente a quantidade de parcelas por valor no parcelamento, sendo ele baseado no saldo do débito.		
2.13.80	Possibilitar inclusão de juros de financiamento no parcelamento, sendo ele calculado por parcela, progressivo ou pelo sistema de amortização de crédito (SAC).		
2.13.81	Possuir rotina de cancelamentos conforme processo de Isenção, Estorno, Remissão, Cancelamento, Anistia, Prescrição e Dação de Pagamento, podendo ser cancelado por parcela, receitas, utilizando valor integral ou por percentual de redução.		
2.13.82	Permitir que o usuário possa estornar um cancelamento através da consulta do cancelamento, podendo este estorno ser integral ou parcial, obrigando o usuário informar o motivo desta ação.		
2.13.83	Possuir rotina específica de estorno de pagamento individual por cadastro ou em lote podendo selecionar os pagamentos que deseja estornar, obrigando o usuário informar ao menos a data, processo e motivo do estorno.		
2.13.84	Permitir desfazer o estorno de pagamento através de uma consulta do pagamento.		
2.13.85	Possuir controle de pagamentos em duplicidade ou valores pagos a maior, permitindo que esses valores possam ser utilizados para quitar outros débitos através de movimentação interna, sem a necessidade de fazer a restituição em espécie ao contribuinte, como forma de compensação.		
2.13.86	Possuir rotina para Restituição/Devolução de pagamentos;		
2.13.87	Possuir mapa da arrecadação com separação por receita, data e local do recebimento entre outras opções,		
2.13.88	Permitir a consulta gerencial de valores arrecadados, por tipo de tributo, por lote e tipo de movimentação;		
2.13.89	Possuir sistema de pesquisa de cadastros simplificado, onde através de apenas um campo de pesquisa o usuário possa pesquisar a informação que desejar, desde CPF, Nome, Bairro, Logradouro, Quadra, Lote, etc. O sistema deve retornar os cadastros encontrados e permitir refinar a pesquisa através de categorias, tais como (Setor, Quadra, Loteamento, etc.)		
2.13.90	Possuir a integração contábil de todas as movimentações financeiras previstas pelo PCASP e MCASP.		



2.13.91 .	Possuir controle de ajuizamento e geração de PDF contendo CDA e Petição de Requerimento para cada processo, possibilitando a junção de várias CDA's para uma Petição quando gerada por Contribuinte ou uma CDA para uma Petição quando gerada por Cadastro.		
2.13.92 .	Permitir a geração do demonstrativo de Cálculo para executivo fiscal, com todas as informações necessárias para o correto ajuizamento da execução judicial.		
2.13.93 .	Permitir a visualização dos históricos das alterações realizadas nas Certidões de Dívida Ativa tanto de alterações realizadas no corpo da certidão como nos débitos vinculados a ela.		
2.13.94 .	Deverá permitir também a inserção de mais proprietários nas CDA's;		
2.13.95 .	Permitir inserir observações no Débito e para cada parcela do débito.		
2.13.96 .	Permitir a consulta de boletos gerados e ou emitidos pesquisando por filtros como: código do boleto, nosso número, código de barras, tipo cadastro (imobiliário, mobiliário, rural, avulso, cemitério), exercício, dívida, subdivida.		
2.13.97 .	Possibilitar conceder desconto na geração de boletos, sendo ele total ou parcial por débito, principal, correção, multa, juros, sobre o montante total da dívida, valor fixo ou retirar desconto, vinculado a um enquadramento específico.		
2.13.98 .	Possibilitar criar um lote de pagamento a partir da consulta de um boleto com vencimento vigente;		
2.13.99 .	Possuir configurações dinâmicas de cálculo de Juros, Multa e Correção monetária que atenda legislação do município sem a necessidade de intervenção de programadores.		
2.13.100	Permitir utilização de indexadores de correção por período de vigência.		
2.13.101	Possuir rotina de apuração de cálculo de acréscimos, onde seja possível simular qualquer tipo de cálculo de acréscimo, para débitos parcelados ou não, baseando-se no valor a ser corrigido, data de referência, data de lançamento e vencimento, podendo optar pelo tipo de correção será utilizado e a situação legal do débito.		
2.13.102	Permitir que o usuário reimprima boleto vencido, mediante acesso especial.		
2.13.103	Permitir pré-definir período de vigência do Parcelamento/Reparcelamento.		
2.13.104	Possibilidade de atualização automática dos dados do Alvará de Localização no Cadastro Mobiliário quando efetuada a emissão de novo documento;		
2.13.105	Possibilitar que sejam gerados os livros de dívida ativa e que possua rotina para acompanhamento da geração em segundo plano, para que não bloqueie a aplicação e o usuário possa trabalhar enquanto a rotina é processada, o sistema deve notificar o usuário ao término da execução.		



2.13.10 2.	Possuir controle de geração de CDA's por lote, permitindo que o usuário possa realizar a simulação do lote e realizar todas as manutenções necessárias antes de efetivar a geração. Devem estar disponíveis a opção de descartar simulação, remover débitos, atualizar, incluir ou remover proprietários e validar CPF/CNPJ ou Geração Definitiva		
2.13.10 7.	Possuir controle de geração de petições por lotes, permitindo o usuário simular a geração e conferir a geração antes de efetivar a geração. Caso o usuário encontre alguma inconsistência o usuário realizar manutenção ou descartar a geração		
2.13.10 8.	Possuir a possibilidade de assinar digitalmente uma Certidão de Dívida Ativa		
2.13.10 9.	Possuir tela para acompanhamento de tarefas que executam em segundo plano;		
2.13.11 0.	Possuir acompanhamento dos lotes de integrações financeiras e patrimoniais, permitindo visualizar os valores, e tipos de movimentação e a situação de integração do lote;		
2.13.11 1.	Possibilitar que a entidade possa disponibilizar o QRcode PIX na geração dos boletos para pagamento;		
2.14.	Sistema do Portal Contribuintes e Emissão Taxas e Certidões Online		
2.14.1.	Possibilitar aos contribuintes a consulta de e acompanhamento de seus débitos, impressão de boletos vencidos ou a vencer, certidões e consultas cadastrais, reduzindo o atendimento de balcão na praça de atendimento.		
2.14.2.	Garantir a integridade e qualidade da informação processada pelo software.		
2.14.3.	O Software fornecido deverá permitir o atendimento aos contribuintes em plataforma web de forma responsiva (podendo ser utilizado em celulares e tablets), sem ocultar ou deformar qualquer informação disponível.		
2.14.4.	Deverá ser configurado para atender a todas as particularidades da legislação tributária Municipal, Estadual e Federal.		
2.14.5.	Deverá ser compatível com navegadores de código aberto, sem funcionalidades restritas a recursos de navegadores próprios.		
2.14.2.	Permitir a exibição de mensagens de alerta configuradas pelo Departamento de Tributação do Município.		
2.14.7.	Permitir buscar, através de filtro, pela descrição de uma funcionalidade, sem precisar navegar nos menus para encontrar a funcionalidade desejada.		
2.14.8.	Permitir ao contribuinte efetuar consultas de débitos de todos os tributos lançados para todos os tipos de cadastros municipais.		
2.14.9.	Permitir ao contribuinte através de consulta de seu cadastro ou por CPF ou CNPJ, a emissão de carnês dos tributos lançados por ofícios tais como: IPTU, alvará, ISSQN fixo.		



2.14.10	Permitir ao contribuinte identificar o vencimento original dos débitos.		
2.14.11	Permitir ao contribuinte emitir um relatório impresso da relação dos débitos consultados.		
2.14.12	Permitir ao contribuinte gerar boletos para pagamento.		
2.14.13	Permitir ao contribuinte gerar somente o código de barras.		
2.14.14	Permitir ao contribuinte gerar somente o QRcode Pix para pagamento.		
2.14.15	Permitir ao contribuinte emitir boletos vencidos atualizados para a data de sua escolha desde que seja no mesmo mês corrente da data da solicitação.		
2.14.12	Não permitir a emissão de boleto com data de pagamento retroativo.		
2.14.17	Possuir legenda para facilitar identificação de informações disponíveis na consulta.		
2.14.18	Permitir ao contribuinte emitir boletos para recolhimento individualizados, por parcela, vencidos ou a vencer ou agrupando as mesmas em um único boleto.		
2.14.19	Permitir configuração pelo departamento de tributação, para limitar na consulta de débitos, a exibição de débitos, por exercício e por situação do débito.		
2.14.20	A consulta de débitos deverá possuir no mínimo os seguintes campos: exercício, tipo de tributo, parcela, data de vencimento, situação do débito, e valor do tributo atualizado.		
2.14.21	Permitir a emissão de boletos para diferentes convênios de cobranças, que devem estar configurados por tributos, sem interferência do contribuinte.		
2.14.22	Permitir a emissão dos carnês nas mesmas configurações e definições do software de gestão tributária do município tais como: convênio bancário, cota única, descontos, parcelas, valores e leiautes como a capa.		
2.14.23	Deverá emitir os carnês apenas com parcelas em aberto e não vencidas.		
2.14.24	Permitir ao contribuinte emitir as seguintes certidões relativas a tributos de competência municipal: Certidão Negativa de Débitos, Certidão Positiva com efeito de Negativa e Certidão Positiva.		
2.14.25	Permitir o contribuinte emitir as certidões negativas através do cadastro municipal ou pelo CPF/CNPJ do mesmo.		
2.14.26	Permitir ao contribuinte na emissão de certidão informar o nome do requerente, o CPF/CNPJ do requerente como também a finalidade da certidão.		
2.14.27	Permitir a verificação no caso da emissão de certidão por CPF/CNPJ todos os cadastros vinculados a pessoa inclusive imóveis ou empresas que sejam de sua propriedade.		



2.14.28	Permitir a emissão de certidões considerando ou não débitos com exigibilidade suspensa.		
2.14.29	Permitir a emissão de certidão positiva de débitos caso seja identificado alguma irregularidade que não permita a emissão da certidão negativa de débitos, ou emitir uma mensagem de aviso para comparecer ao departamento de tributação caso seja assim configurado.		
2.14.30	Permitir a emissão de uma certidão negativa de débitos caso o contribuinte não possua nenhum cadastro na base de dados do Município.		
2.14.31	Deverá gerar para cada documento emitido no mínimo as seguintes informações, para posterior verificação da validade do mesmo por terceiros:		
a)	Código de autenticidade;		
b)	Número do documento;		
c)	Exercício		
d)	Identificação do requerente;		
e)	Identificação do contribuinte;		
f)	Identificação do cadastro;		
2.14.32	Gerar a certidão conforme prazo e fundamentação legal estabelecido na legislação municipal.		
2.14.33	Permitir ao contribuinte validar as certidões geradas pelo portal do contribuinte através do número de autenticidade gerada no documento, caso a certidão seja válida, as informações para que seja efetuado a conferência com o documento impresso.		
2.14.34	Permitir ao contribuinte emitir o BIC (Boletim de Informações Cadastrais) de um determinado imóvel através do número de seu cadastro.		
2.14.35	Permitir ao contribuinte efetuar a consulta dos dados de seus cadastros municipais, entre eles: Imobiliário, Mobiliário, CPF ou CNPJ, permitindo-o a emissão e impressão da consulta cadastral.		
2.14.36	Permitir que o contribuinte emita documento de Certidões Comprobatórias.		
2.14.37	Permitir emissão da Certidão de Numeração do Imóvel.		
2.15.	Sistema de Emissão do ITBI ON LINE		
2.15.1.	Permitir customizar página inicial do sistema com texto de desejo da Prefeitura.		
2.15.2.	Deverá possuir tutorial para orientar o cidadão no primeiro acesso do aplicativo.		
2.15.3.	Deverá possuir opção para criar uma conta utilizando CPF ou CNPJ.		
2.15.4.	Deverá possuir integração com login social Facebook, Google		



2.15.5.	Deve possuir login por certificado digital.		
2.15.2.	Deverá disponibilizar serviço para recuperar e redefinir a senha caso a opção de login.		
2.15.7.	Deverá disponibilizar cadastro de procuradores.		
2.15.8.	Permitir que cartórios possam autorizar seus funcionários a fazerem pedidos em nome do Cartório.		
2.15.9.	Possuir validação de termo de responsabilidade, para que o usuário tenha ciência de todas ações legais que está assumindo ao usar dados incorretos no cadastro.		
2.15.10.	Permitir que o usuário logado pelo CPF consiga ter acesso a uma listagem de todos os cadastros ao qual este CPF esteja relacionado.		
2.15.11.	Permitir emissão de Extrato de Débitos de cada cadastro.		
2.15.12.	Permitir emissão dos dados cadastrais detalhados de cada cadastro.		
2.15.13.	Permitir que o cidadão possa realizar pedido de ITBI de qualquer cadastro.		
2.15.14.	Permitir que possa ser feito pedido de ITBI em nome de terceiros, caso o requerente seja algum procurador autorizado;		
2.15.15.	Permitir que seja possível que a Prefeitura customize quais tipos de ITBI estarão disponíveis para pedidos online, além de configurar quais documentos serão obrigatórios, possibilitar também criar campos customizáveis para que o Cidadão preencha no momento do pedido;		
2.15.16.	Permitir que o cidadão anexe arquivos obrigatórios com cada tipo de ITBI, tais como Matrícula, Escritura, etc.;		
2.15.17.	Possuir controle para salvar rascunhos a cada passo que o cidadão avança no pedido, para que caso perca conexão com a internet o cidadão não perca todo processo e tenha que cadastrar novamente do início.		
2.15.18.	Permitir que seja informada observação no pedido de ITBI e Laudos.		
2.15.19.	Permitir vincular os compradores, vendedores e anuentes no pedido de ITBI, com o percentual (compra/venda/anuência) correspondente para cada parte do processo.		
2.15.20.	Possuir resumo do pedido e que ele seja apresentado antes da finalização do pedido, para que o usuário se certifique que o pedido foi preenchido corretamente.		
2.15.21.	Possuir listagem dos pedidos de ITBI já realizados, contendo no mínimo as seguintes informações: Data de Lançamento, Número do Pedido, Valor Transação, Valor Financiado, Requerente e Situação.		



2.15.22	Possuir controle de ações para cada situação do andamento do pedido, apresentando somente as ações permitidas para cada situação.		
2.15.23	Situações/Ações		
2.15.24	Aguardando Análise e todas as outras - Permite Visualizar o Resumo do Pedido		
2.15.25	Aguardando Pagamento - Permite imprimir o boleto para pagamento do ITBI.		
2.15.26	Aguardando Transferência Manual / Transferido - Permite Imprimir Declaração de Quitação do ITBI.		
2.15.27	Possuir interação com a Prefeitura, na medida que o processo seja tramitado na prefeitura, o cidadão deverá ser notificado da ação na área de notificações da aplicação web e aplicativo mobile.		
2.15.28	Permitir que através da notificação o cidadão já possa acessar o pedido sem a necessidade de localizar a tela no menu do sistema.		
2.15.29	Permitir emitir o boleto para pagamento do ITBI.		
2.15.30	Permitir emitir a Declaração de Quitação do ITBI, mediante confirmação do pagamento pela Prefeitura.		
2.15.31	Permitir que todo pedido possa ser consultado através de um resumo.		
2.15.32	Permitir que o cidadão possa coletar arquivos anexados pelos servidores públicos durante análise do pedido do ITBI pela prefeitura		
2.15.33	Permitir que quando um pedido for indeferido o usuário possa copiar os dados do pedido para que não tenha necessidade de digitar todo processo novamente e apenas corrigir o necessário.		
2.15.34	Permitir que possa ser solicitado Laudo de Avaliação de qualquer cadastro.		
2.15.35	Permitir que possa ser feito Pedido de Laudo em nome de terceiros.		
2.15.36	Possibilitar que o usuário informe uma observação no pedido de laudo.		
2.15.37	Possibilitar que no mesmo pedido de Laudo seja solicitada avaliação de vários cadastros.		
2.15.38	Gerar boleto para pagamento referente a taxa de solicitação do laudo ao finalizar o Pedido do laudo pelo cidadão		
2.15.39	Possuir lista de acompanhamento dos laudos solicitados, contendo:		
a)	Data do Pedido;		



b)	Número do Pedido;		
c)	Quantidade de Avaliações;		
d)	Requerente;		
e)	Situação do Pedido;		
f)	Situação de Pagamento.		
2.15.40 .	Possuir pesquisa de laudos contendo no mínimo os seguintes filtros:		
a)	Número do Pedido;		
b)	Número do Cadastro;		
c)	Data do Pedido;		
d)	Requerente;		
e)	Situação.		
2.15.41 .	Permitir que seja possível visualizar detalhes do pedido mesmo após o pedido realizado.		
2.15.42 .	Notificar o cidadão através da central de notificações e aplicativo mobile assim que o Laudo for Liberado pela Prefeitura.		
2.15.43 .	Permitir emitir Laudo de Avaliação liberado pela prefeitura mediante confirmação do pagamento do boleto.		
2.15.44 .	Permitir que o cidadão possa realizar autenticação de qualquer documento emitido pelo sistema.		
2.15.45 .	Permitir que o cidadão possa emitir segunda via de qualquer documento que ainda esteja válido sem necessidade de qualquer nova solicitação ao município. Por exemplo: Alvarás, Certidões.		
2.15.46 .	Permitir que o Cidadão possa realizar o parcelamento de seus débitos, através de um fluxo simples, possibilitando o cidadão escolher os cadastros vinculados ao seu CPF/CNPJ, visualizar os débitos e escolher apenas o que deseja parcelar.		
2.15.47 .	Permitir que o cidadão simule o parcelamento quantas vezes achar necessário não perdendo o histórico de simulação, para que ele possa comparar e encontrar a melhor opção de pagamento.		
2.15.48 .	Possuir termo de aceite da minuta do contrato de parcelamento, permitindo imprimir o documento do Acordo de Parcelamento e Boletos para Pagamentos das Parcelas do Parcelamento.		
2.15.49 .	Possuir listagem de todos os parcelamentos realizados referente aos cadastros vinculados ao CPF/CNPJ logado, possibilitando o cidadão acompanhar a situação de cada contrato, podendo ainda reimprimir através de um resumo, o contrato de parcelamento e boletos para pagamento, sejam eles vencidos ou não, para caso de boletos vencidos o sistema deve calcular os juros, multas e correções de acordo com a legislação vigente.		



2.15.50	Possibilitar disponibilizar ao cidadão a opção para participar dos programas de sorteio relacionados ao ISS Premiado.		
2.15.51	Possibilitar acompanhar o Saldo de notas tomadas bem como o total de cupons previstos conforme o regulamento		
2.15.52	Possibilitar visualizar as notas tomadas que fazem parte do saldo		
2.15.53	Possibilitar acessar e visualizar o regulamento do sorteio		
2.15.54	Possibilitar administrar e acompanhar os processos de protocolo, com no mínimo as seguintes opções;		
2.15.55	Possibilitar a criação de processos por assunto, com a descrição da requisição e observação;		
2.15.56	Possibilitar anexar arquivos na abertura do processo;		
2.15.57	Possibilitar a consulta de todos os processos tramitados na prefeitura, dando ênfase nos processos abertos pelo contribuinte;		
2.15.58	Possibilitar consulta de documentos obrigatórios por assunto.		
2.15.59	Possibilitar emitir um boleto para pagamento, caso o processo seja de pedido de prestação de serviço.		
2.15.60	Possuir Dashboard gerencial por usuário, para que o Servidor Público consiga de forma rápida visualizar os pedidos aguardando análise e o os pedidos de ITBI e Laudos que estão em análise pelo Servidor Público, apresentando totais de cada um deles.		
2.15.61	Possuir Dashboard separado para pedidos aguardando transferência manual.		
2.15.62	Possuir ações de acesso rápido que estejam de acordo com a situação de cada pedido.		
2.15.63	Possuir no mínimo as seguintes ações para cada pedido:		
a)	Analisar Pedido;		
b)	Ver Pedido;		
c)	Deferir Pedido;		
d)	Indeferir Pedido;		
e)	Gerar Débito/Boleto;		
f)	Estornar Débito/Boleto;		
g)	Imprimir Boleto;		



h)	Notificar Contribuinte;		
i)	Transferir Responsável;		
j)	Priorizar pedido;		
2.15.64 .	Transferência Manual de Proprietário.		
2.15.65 .	Possuir indicadores visuais de que o pedido está chegando ao prazo final de resposta de cada pedido Laudo ou ITBI.		
2.15.66 .	Deverá notificar o Servidor Público referente pedidos que estão com pedidos com data de expiração próxima.		
2.15.67 .	Possuir botão de atualização de Página sem que haja necessidade de o usuário carregar novamente a página pelo navegador web.		
2.15.68 .	Possuir controle de acesso a ações de acordo com o nível de permissão de usuário.		
2.15.69 .	Possuir controle cronológico para assumir pedidos, não permitir que pedidos sejam assumidos fora da ordem de abertura, exceto para pedidos priorizados pela alta gestão devem furar esta regra.		
2.15.70 .	Possuir Lista contendo todos os Pedidos de ITBI apresentando no mínimo as seguintes informações:		
a)	Data Lançamento;		
b)	Número do Pedido;		
c)	Valor Transação;		
d)	Valor Financiado;		
e)	Requerente;		
f)	Responsável;		
g)	Situação do Pedido;		
2.15.71 .	Possuir totalizadores nas listagens de Laudos e ITBI, permitindo que o usuário consiga escolher quais colunas ele deseja apresentar na listagem e ainda possibilitar relatórios a partir da lista desejada.		
2.15.72 .	Possuir validações no formulário de análise do pedido de acordo com as necessidades da Prefeitura.		
2.15.73 .	Permitir definir se o pedido sofrerá transferência automática mediante pagamento do ITBI ou se será feita transferência manual pelo Servidor Público responsável pelo pedido.		
2.15.74 .	Permitir que o Servidor Público possa realizar captura dos arquivos anexados pelos cidadãos para realizar análise detalhada do pedido.		



2.15.75 .	Permitir que o Servidor Público possa anexar novos documentos ao pedido, podendo estes documentos ficarem ou não visíveis ao cidadão, não deve haver limite de quantidade de anexos.		
2.15.76 .	Possuir validação do Percentual de Compra com relação ao Percentual de Venda, não permitir que o processo seja deferido caso o percentual esteja diferente de 100%.		
2.15.77 .	Permitir que o Servidor Público faça qualquer correção nas pessoas partes do pedido, permitir adicionar ou editar novos compradores, vendedores e anuentes, ajustar percentual de compra e venda, de acordo com documento anexo, sem que haja necessidade de indeferir o processo e o cidadão tenha que realizar novo pedido.		
2.15.78 .	Possuir área separada que apresente de forma consolidada os dados dos Compradores com os proprietários atuais existentes no cadastro imobiliário, para dar uma noção ao Servidor Público de como ficará o quadro de proprietário do imóvel após manutenção do ITBI.		
2.15.79 .	Permitir que seja definido qual será o proprietário principal do cadastro.		
2.15.80 .	Permitir qual tipo de vínculo dos proprietários (Principal, Coproprietário, etc).		
2.15.81 .	Permitir exclusão de proprietários consolidados do cadastro imobiliário, visando não ter a necessidade de acessar outra tela para ajustar os proprietários dos cadastros.		
2.15.82 .	Possuir cálculo automático de avaliação do ITBI de acordo com lei municipal vigente.		
2.15.83 .	Possuir pesquisa auxiliar que retorne no mínimo as últimas três avaliações realizadas para o imóvel em análise.		
2.15.84 .	Permitir que seja ajustado os valores das construções do imóvel ou remover construções de acordo com o informado nos documentos anexados ao processo e que ao alterar a área construída o sistema já recalcule o valor avaliado de forma automática, sem necessidade de nova ação pelo Servidor Público.		
2.15.85 .	Possuir ação para restaurar os dados da Construção, a fim de voltar os dados originais do imóvel, neste momento o sistema deve recalcular o valor avaliado conforme planta de valores definida pelo município.		
2.15.86 .	Permitir que o servidor público possa editar o valor da avaliação para definir de acordo com valores apurados referente às negociações do mercado de imóveis.		
2.15.87 .	Possuir painel contendo o resumo do pedido do ITBI que deve ser apresentado ao Servidor Público antes do deferimento do Processo, permitindo que seja feita uma última conferência antes de finalizar análise do pedido, o resumo apresentado deve conter no mínimo dados relacionados à Transferência, Dados Imóvel, Dados das Construções, Compradores, Vendedores, Anuentes, Documentos Anexados.		



2.15.88	Qualquer alteração realizada pelo servidor público deve ser gravada em log e ser apresentada no resumo de cada pedido, permitindo que qualquer gestor possa acessar e consultar estas informações de forma rápida e prática.		
2.15.89	Possuir interação com o Cidadão, todas ações de Deferimento, Indeferimento, Finalização do processo devem ser notificadas e apresentadas para o Cidadão em área de destaque.		
2.15.90	Possuir Lista contendo todos os Pedidos de Laudo que apresente no mínimo as seguintes informações:		
a)	Data Lançamento;		
b)	Número do Pedido;		
c)	Requerente;		
d)	Responsável;		
e)	Situação do Pedido;		
f)	Situação do Pagamento.		
2.15.91	Possuir validações no formulário de análise do pedido de acordo com as necessidades da Prefeitura.		
2.15.92	Possibilitar calcular o valor do imóvel para fins de transferência a partir dos valores definidos na planta de valores do município.		
2.15.93	Possuir consulta a documento auxiliar que retorne as três últimas avaliações a fim realizados do imóvel, para auxiliar na definição da avaliação de acordo com valores de mercado.		
2.15.94	Permitir que o Servidor público salve parte do pedido sem que tenha finalizado, podendo voltar a analisar em outro momento sem perder o trabalho já realizado.		
2.15.95	Possuir filtros para listar apenas os cadastros vinculados ao pedido de Laudo que ainda estão com avaliações pendentes.		
2.15.96	Possibilitar que o Servidor Público possa estornar um pedido de Laudo para correção do valor avaliado somente enquanto o boleto do pedido ainda não esteja pago.		
2.15.97	Possuir validação para liberação do Laudo de Avaliação ao Cidadão somente depois que houver a confirmação do pagamento do boleto pelo sistema tributário da prefeitura.		
2.15.98	Gravar em log todas alterações realizadas pelo servidor público a fim de manter a rastreabilidade das alterações realizadas e que seja possível visualizar estas informações juntamente com o Resumo do pedido.		
2.15.99	Permitir cadastrar todos os tipos de ITBI que serão utilizados no pedido de ITBI Online, podendo deixá-los visíveis ou não em qualquer momento.		
2.15.100	Permitir o cadastro de Documentos, podendo configurar qualquer documento associado a qualquer tipo de documento, podendo ainda criar campos		



	numéricos, texto ou data, para configurar o cadastro do documento que deverá ser apresentado para o cidadão no momento do pedido do ITBI.		
2.15.10 1.	Possibilitar que Documentos cadastrados possam ser definidos como obrigatório ou não para o cidadão, no momento do pedido.		
2.15.10 2.	Permitir que o Servidor Público coloque notas explicativas para Cada Tipo de ITBI e que estas notas sejam apresentadas no momento do Pedido realizado pelo Cidadão, dando maior entendimento da finalidade do documento.		
2.15.10 3.	Permitir que o Servidor Público coloque notas explicativas para cada Documento Obrigatório e que estas notas sejam apresentadas no momento do Pedido realizado pelo Cidadão.		
2.15.10 4.	O sistema deve possuir integração com login único do município, sem a necessidade do cidadão se cadastrar novamente, utilizando apenas o cadastro já existente no município.		
2.15.10 5.	Possibilitar customizar o termo de aceite da minuta do contrato de parcelamento, para cada Lei de Parcelamento, possibilitando.		
2.15.10 2.	Possibilitar customizar quais leis de Parcelamento estarão visíveis ao cidadão no momento do parcelamento de débitos.		
2.15.10 7.	Permitir customizar o Termo de Responsabilidade que deve ser validado pelo Cidadão no momento do Primeiro acesso ao sistema.		
2.15.10 8.	Notificar o Cidadão para aceitar o termo de Responsabilidade sempre que ele receber novas alterações.		
2.15.10 9.	Permitir customizar o texto de instruções para o Cidadão ter acesso ao Parcelamento Online;		
2.16.	Sistema de Gestão da Emissão e controle do Alvará On-Line.		
2.16.1.	Permitir que pessoas físicas e jurídicas possam utilizar o sistema, sendo tratadas conforme o tipo de inscrição: Profissionais Liberais, Microempreendedores Individuais (MEI), ME, EPP e LTDA.		
2.16.2.	Permitir consulta prévia para identificar se a(s) atividade(s) desejada(s) (CBOs e CNAEs) para a abertura/alteração da empresa são permitidas no local indicado.		
2.16.3.	Deverá utilizar captcha para maior segurança no login da aplicação.		
2.16.4.	Permitir realizar consultas e solicitações de alterações de alvará para os seguintes itens:		
2.16.5.	Mudança de endereço;		
2.16.2.	Mudança de área;		
2.16.7.	Inclusão de atividades;		
2.16.8.	Exclusão de atividades;		



2.16.9.	Inclusão e exclusão de sócios;		
2.16.10.	Mudança de razão social.		
2.16.11.	Possuir integração com o sistema tributário municipal, de modo que sejam verificados débitos e pendências cadastrais personalizáveis como advertências e/ou bloqueios no término da consulta prévia e no início da solicitação do alvará.		
2.16.12.	Realizar a emissão de débitos de laudos e de taxas mobiliárias conforme configurações do sistema tributário municipal com a emissão do boleto em tela.		
2.16.13.	Permitir anexar os documentos necessários para emissão do alvará (Contrato Social, Autorização da Política Federal, CNP).		
2.16.14.	Realizar a geração de recibos de consulta prévia e de solicitação, constando todos os dados e suas possíveis restrições e limitações, configurações por atividades e localização.		
2.16.15.	Possuir opção de acompanhamento da solicitação através do número de recibo da solicitação do alvará em tempo real, a fim de acompanhar os trâmites da validação dos documentos e pareceres dos laudos gerados para a solicitação.		
2.16.16.	Permitir realizar a emissão do documento de Alvará.		
2.16.17.	Possuir a geração de laudos necessários para liberação do alvará conforme a configuração de atividade(s) e localização do imóvel, tais como: Bombeiro; Vigilância Sanitária; Ambiental e Postura.		
2.16.18.	Permitir configuração, por grau de risco, se a liberação do alvará depende da execução prévia dos laudos e da validação dos documentos ou não. Padronizado conforme o sistema federal REDESIM (Grau de risco Alto, Baixo ou Liberdade Econômica).		
2.16.19.	Possuir integração com ferramentas de geoprocessamento, verificando restrições de zoneamentos e perímetros conforme atividades desempenhadas, como por exemplo: bares próximos a escolas ou hospitais, transportadoras e fábricas de produtos químicos ou explosivos no centro da cidade, entre outras atividades conforme retorno da ferramenta de geoprocessamento.		
2.16.20.	Exibir mapa da localização do imóvel (disponibilizado pelo geoprocessamento) na consulta prévia no caso de integração com ferramentas de geoprocessamento.		
2.16.21.	Possuir o cadastro online de usuários de modo que o mesmo possa acessar a aplicação e realizar os procedimentos necessários para a emissão de seu alvará.		
2.16.22.	Permitir que o registro de pareceres para os laudos, sejam realizados diretamente pela aplicação, permitindo a concessão de permissões específicas para cada usuário e para cada tipo de laudo.		
2.16.23.	Permitir a emissão da 2ª via das taxas com a realização dos possíveis cálculos de multas, juros e correções, caso o boleto original esteja vencido.		



2.16.24	Permitir adicionar ou remover um determinado tipo de laudo em uma solicitação.		
2.16.25	Possuir relatórios quantitativos de consultas prévias, solicitações e alvarás emitidos.		
2.16.26	Possuir relatório de controle de solicitações de renovações.		
2.16.27	Possuir relatório de laudos por situação e laudos vencidos.		
2.16.28	Permitir a configuração das atividades, definindo os seus laudos, eixos, zoneamentos, proibições, observações e exigências. Configuráveis por tipo de inscrição.		
2.16.29	Permitir o cadastro de observações dos laudos, configuráveis para serem exibidas ou não no documento do Alvará.		
2.16.30	Possuir cadastro de tipos de exigências.		
2.16.31	Possuir cadastro de observações.		
2.16.32	Permitir integração com o portal online do cidadão para autenticação de usuários, reutilizando os acesso já existentes para acessar o alvará on-line.		
2.16.33	Permitir emissão da dispensa da licença ambiental para as solicitações que tiverem CNAEs que não exijam laudos de meio ambiente, quando tipo de solicitação for inicial, mudança de endereço ou mudança de atividade.		
2.16.34	Possuir listagem de solicitações de dispensa da licença ambiental, com controle de data da emissão e solicitante.		
2.12.35	Possuir relatório de solicitações REDESIM.		
2.16.36	Permitir integração com o sistema Empresa Fácil (REDESIM), tornando o fluxo de consultas automático, contemplando integração com geoprocessamento, e transparente ao usuário durante a consulta prévia.		
2.16.37	Permitir o recebimento do retorno do processo da junta comercial, gerando automaticamente o registro mobiliário no sistema tributário, caso não haja restrições (ex. acessibilidade, certificado de conclusão de obra, etc...).		
2.16.38	Permitir que sejam listadas as solicitações de registros mobiliários que tem restrições, onde seja possível liberar caso tenham sido atendidos os requerimentos das restrições.		
2.16.39	Permitir integração com o sistema Empresa Fácil (REDESIM) para emissão e envio do débito e do alvará, sendo este processo transparente ao usuário.		
2.16.40	Permitir que o contribuinte possa acompanhar a solicitação de alvará consultando pelo número do protocolo do sistema Empresa Fácil (REDESIM) ou número da solicitação ou número do CNPJ da empresa.		



2.16.41	Permitir que seja solicitado a renovação de alvará de forma online pelo contribuinte quando a solicitação possuir algum laudo ou o alvará provisório.		
2.16.42	Permitir que seja possível adicionar exigência nos laudos e o contribuinte de forma online possa fazer o acompanhamento.		
2.16.43	Permitir gerar uma ordem de serviço no sistema de fiscalização pelo sistema de alvará, receber os dados do parecer do fiscal após a fiscalização e adicionar ao andamento do laudo do alvará via integração dos sistemas.		
2.16.44	Permitir a reimpressão do documento de alvará já existente no sistema tributário.		
2.16.45	Possuir função para que assim que todos os laudos forem liberados pelos respectivos setores ser disparado um e-mail avisando o contribuinte.		
2.16.46	Possuir função para que seja possível enviar exigências para o Empresa Fácil (REDESIM) e visualizar documentos anexos.		
2.16.47	Possuir função para que assim que todos os laudos forem liberados e antes de gerar o débito e o alvará o sistema verificar se todos os anexos foram validados.		
2.17.	Sistema de Gestão de Fiscalização Fazendária e Posturas e do Simples Nacional		
2.17.1.	Gerenciar atividades e rotinas referente à gestão de processos dos departamentos de fiscalização do Município, tais como: Fiscalização Tributária, Fiscalização Sanitária, Fiscalização de Obras, Fiscalização de Postura, Fiscalização Ambiental entre outras, automatizando e otimizando processos de trabalho.		
2.17.2.	Eliminar modelos de documentos emitidos pela Fiscalização Municipal de forma manual, objetivando automatizar e integrar os demais processos de trabalho da área administrativa e fiscal da contratante.		
2.17.3.	Mapear e integrar os processos de trabalho, atividades e rotinas. A ferramenta deverá visar à eficiência, permitindo a racional utilização dos recursos humanos, financeiros e materiais.		
2.17.4.	Permitir uma visão integrada das informações de forma a permitir ao gestor visualizar o processo administrativo como um todo e obter informações completas e consistentes para subsidiar a tomada de decisões.		
2.17.5.	Controlar com eficiência, os prazos existentes nos processos administrativos da fiscalização municipal, tais como: prazo para recursos administrativos, autuações, notificações, entre outros.		
2.17.2.	Integrar e consolidar as informações relevantes a fiscalização municipal, existentes nos softwares de gestão e controle utilizados pela Contratante.		
2.17.7.	Permitir a customização da solução visando atender demandas específicas da contratante, tais como: modelos de notificações, autos de infração, PAT (Processo Administrativo Tributário), entre outros documentos utilizados pela fiscalização municipal.		
2.17.8.	Garantir a segurança e qualidade da informação processada pelo software.		



2.17.9.	O sistema deverá ser configurado para atender a todas as particularidades das legislações do Município.		
2.17.10.	Todas as funcionalidades devem rodar em ambiente seguro e o acesso ao software deverá ser efetuado através do CPF do fiscal, com a mesma senha de acesso utilizada no sistema tributário do Município.		
2.17.11.	Todas as funcionalidades do módulo deverão funcionar em ambiente WEB.		
2.17.12.	A contratada deverá efetuar a conversão de todos os dados existentes para a solução contratada.		
2.17.13.	Ser baseado no conceito de controle de transação, mantendo a integridade do banco de dados em quedas de energia e falhas de software ou hardware.		
2.17.14.	Possuir controles de segurança dos usuários, que permitam acessos por funções e rotinas.		
2.17.15.	Permitir senha criptografada para sistema, banco de dados e transmissão de dados, utilizando algoritmos de hash, tais como: MD5.		
2.17.16.	Permitir a configuração de hierarquia dos departamentos de fiscalização;		
2.17.17.	Permitir cadastrar todos os departamentos de fiscalização existentes no Município;		
2.17.18.	Permitir que o cadastro dos departamentos de fiscalização faça a vinculação da hierarquia do mesmo;		
2.17.19.	Permitir a vinculação dos usuários que terão acesso às informações do departamento;		
2.17.20.	Não permitir o acesso de pessoas não autorizadas, a processos ao qual não seja o responsável;		
2.17.21.	Permitir a abertura de processos administrativos fiscais para cada tipo de processo, pré configurado para respectiva rotina;		
2.17.22.	Permitir configurar os atos respectivos para cada tipo de processo de fiscalização;		
2.17.23.	Permitir cadastrar o fluxo para cada tipo de processo de fiscalização contendo todos os atos que pertence ao fluxo, tais como: termo de início de ação fiscal, notificação preliminar, autos de infração, entre outros;		
2.17.24.	Permitir configurar cada ato do processo de fiscalização de forma dinâmica, conforme modelos usados pelo Município, com inserção dos devidos campos de cada ato diretamente pelo usuário do sistema sem intervenção de desenvolvimento;		
2.17.25.	Permitir definir prazo no ato do processo, configurado pelo usuário no sistema.		
2.17.26.	Permitir ativar ou inativar determinado ato configurado no processo, pelo usuário no sistema.		



2.17.27	Permitir configurar o ato para aceitar ou não documentos anexos, bem como definir o tipo de extensão do arquivo a ser anexado.		
2.17.28	Permitir configurar atos com ações específicas, por exemplo: Ato para Encerramento do Processo, Ato para Transferência de Processos, entre outros;		
2.17.29	Permitir a visualização do ato, para simples conferência independente de sua situação.		
2.17.30	Permitir o lançamento de autos de infração contendo muitas variáveis que incidem sobre o tributo devido;		
2.17.31	Permitir o lançamento de auto de infração contendo multas prefixadas sobre o valor de referência do Município;		
2.17.32	O auto de infração, deverá permitir ao fiscal, identificar os artigos da legislação vigente, e calcular o valor das penalidades em moeda corrente, convertendo de unidades fiscais quando for o caso;		
2.17.33	Permitir o lançamento de auto de infração contendo multas aplicadas sobre reincidências de infração;		
2.17.34	Identificar se a multa/penalidade está ou não constituído/lançado no cadastro do contribuinte no sistema tributário municipal;		
2.17.35	Permitir o lançamento e constituição dos valores apurados de tributos como também as penalidades aplicadas em autos de infração diretamente no cadastro do contribuinte no sistema tributário do Município em tempo real;		
2.17.32	Permitir emitir pareceres de 1ª e 2ª instância diretamente no processo administrativo fiscal;		
2.17.37	Permitir a transferência do processo administrativo fiscal, de um fiscal para outro;		
2.17.38	Permitir o cancelamento de transferência do processo administrativo para outro fiscal;		
2.17.39	Permitir o acesso para todos os processos, caso o fiscal seja chefe do respectivo departamento de fiscalização;		
2.17.40	Possuir integração com o sistema de protocolo do município, possibilitando a criação de processos por tipo de assunto no sistema de protocolo;		
2.17.41	Permitir anexar arquivos digitalizados referente a defesas e ou recursos do contribuinte, a processos administrativos;		
2.17.42	Permitir configurar guias de recolhimento para constituição dos débitos no Sistema de Tributação do Município, dos artigos das legislações cadastradas, que possuem previsão de penalidade.		
2.17.43	Permitir pesquisar os processos da fiscalização municipal cadastrados, através de no mínimo os seguintes filtros: número do processo, CPF/CNPJ, por fiscal, por situação		



2.17.44	Possibilitar, através de parametrização, que os processos possam ser visualizados e tramitados por um grupo específico de fiscais em casos de plantões fiscais.		
2.17.45	Permitir visualização do tempo em que o processo se encontra em análise com o fiscal responsável.		
2.17.46	Permitir alteração do período de fiscalização mesmo após a abertura do processo.		
2.17.47	Permitir a emissão de comunicação interna ou ordem de serviço com todos os dados necessários à abertura do processo administrativo fiscal;		
2.17.48	Permitir a reabertura do processo caso ele esteja encerrado;		
2.17.49	Não permitir a abertura de atos dentro de um processo, caso o mesmo esteja em transferência de um fiscal para outro.		
2.17.50	Permitir a inclusão de um processo de fiscalização, atrelado a um número de protocolo, bem como editar o número do protocolo já informado;		
2.17.51	Permitir fazer levantamento do movimento apresentado pela empresa e o movimento apurado pelo fiscal;		
2.17.52	O termo circunstanciado, deverá permitir registrar toda a fundamentação legal aplicada sobre o processo administrativo.		
2.17.53	Permitir a emissão de termos circunstanciados contendo mapa de apuração fiscal a qual identifica-se lançamento de diferenças de tributo apurado pela fiscalização, para emissão de autos de infração com aplicação de multa;		
2.17.54	Permitir a emissão de notificações para as empresas irregulares com a declaração, pagamento ou obrigações acessórias;		
2.17.55	Permitir identificar qual o regime fiscal da empresa para cada exercício no mapa de apuração;		
2.17.56	Permitir lançar as alíquotas e os anexos do simples nacional no mapa de apuração fiscal;		
2.17.57	O mapa de apuração fiscal deverá verificar automaticamente se existe crédito ou débito no levantamento para cada competência fiscalizada;		
2.17.58	Caso o mapa de apuração fiscal identifique créditos a serem restituídos ao contribuinte o mesmo deverá efetuar diretamente o abatimento nos períodos a qual exista débitos a serem pagos pelo mesmo;		
2.17.59	O mapa de apuração fiscal deverá permitir exportar em planilhas eletrônicas (Excel, Libre Oficce Calc, Br Oficce Calc), todas as informações fiscais, inerentes ao processo e prazo de fiscalização, para manipulação e ajustes pelo fiscal responsável;		
2.17.60	O mapa de apuração fiscal deverá permitir importar planilhas eletrônicas (Excel, LibreOficce Calc, BrOficce Calc) contendo informações fiscais, inerentes ao processo e prazo de fiscalização, considerando leiaute pré-definido;		



2.17.61	O mapa de apuração fiscal, deverá permitir o lançamento das seguintes receitas: notas fiscais emitidas, receitas de venda de mercadorias, outros tipos de receitas vinculadas a prestação de serviço e ao contribuinte fiscalizado;		
2.17.62	O mapa de apuração fiscal, deverá permitir identificar receitas não tributáveis, como também receitas provenientes de outras empresas do mesmo grupo econômico.		
2.17.63	Permitir carregar no mapa de apuração fiscal todos os documentos fiscais emitidos pelo contribuinte no sistema de NFS-e automaticamente para o período a ser fiscalizado;		
2.17.64	O mapa de apuração fiscal deverá permitir incluir, editar e remover os documentos fiscais vinculados ao processo de fiscalização;		
2.17.65	O mapa de apuração fiscal deverá permitir a visualização de forma consolidada, de todos os valores apurados no processo administrativo, contendo no mínimo: receita bruta, receitas de serviços, receita tributável, imposto devido, imposto recolhido, imposto retido, correção monetária e encargos pecuniários;		
2.17.66	Permitir a emissão de notificação de lançamento contendo os valores dos tributos identificados no mapa de apuração fiscal, não recolhidos pelo contribuinte;		
2.17.67	A notificação de lançamento deverá conter no mínimo:		
a)	Mês e ano de competência;		
b)	Vencimento original;		
c)	Valor original;		
d)	Multa;		
e)	Juros;		
f)	Correção monetária;		
2.17.68	Identificar se o tributo da notificação de lançamento está ou não constituído/lançado no cadastro do contribuinte no sistema tributário municipal;		
2.17.69	Permitir fiscalizar as obras públicas e particulares, concluídas ou em andamento, abrangendo também demolições, terraplanagens, parcelamento do solo, colocação de tapumes, andaimes, telas, plataformas de proteção e as condições de segurança das edificações;		
2.17.70	Permitir fiscalizar o cumprimento do Código de Obras e Edificações, do Plano Diretor Participativo e da Lei Municipal de Parcelamento do Solo;		
2.17.71	Permitir emitir notificações, lavrar autos de infração e expedir multas aos infratores da legislação urbanística municipal;		
2.17.72	Permitir registrar informações/imagens da vistoria efetuada em campo, para a expedição de "Habite-se" das edificações novas ou reformadas;		



2.17.73	Permitir efetuar a fiscalização do ISSQN, incidente sobre os projetos de construção civil, para posterior emissão do habite-se;		
2.17.74	Permitir autorizar e fiscalizar o funcionamento de estabelecimentos comerciais, industriais, e prestadores de serviços entre outros;		
2.17.75	Permitir autorizar e fiscalizar propagandas, placas e anúncios nas áreas públicas e frontais aos imóveis;		
2.17.76	Permitir autorizar o funcionamento de eventos, shows, parques de diversões, circos, etc;		
2.17.77	Permitir configurar as disposições existentes no Código de Posturas Municipal;		
2.17.78	Permitir configurar os atos correspondentes ao processo de fiscalização de posturas municipais;		
2.17.79	Permitir anexar imagens registradas in loco;		
2.17.80	Permitir abrir o processo no sistema de fiscalização para análise da concessão das isenções a partir da solicitação no sistema de protocolo do Município;		
2.17.81	Permitir configurar os atos correspondentes ao processo de fiscalização das isenções Municipais;		
2.17.82	Permitir registrar o estudo social feito pela assistente social para concessão da isenção;		
2.17.83	Permitir integração com sistema de alvará online, no qual os laudos do alvará poderão abrir processos no sistema de fiscalização;		
2.17.84	Permitir configurar tipos de processos para diferentes tipos de laudos de vistorias;		
2.17.85	Permitir configurar os atos correspondentes as vistorias das quais dependem o alvará;		
2.17.86	Permitir trâmites em atos do sistema de fiscalização, registrando pareceres nos laudos do sistema de alvará online.		
2.17.87	Permitir visualizar os dados da solicitação do alvará, contendo dados do contribuinte, dados do imóvel, dados da construção e dados das atividades.		
2.17.88	O sistema deverá prever a troca de dados com os softwares do Município conforme segue:		
2.17.89	Troca de dados quanto à atualização e inclusão de cadastros. O sistema deverá prever a atualização e/ou inclusão de dados de cadastros modificados e/ou incluídos.		
2.17.90	Troca de dados quanto à atualização e inclusão de débitos. O sistema deverá prever a atualização e/ou inclusão de dados de débitos modificados e/ou incluídos.		



2.17.91	Troca de dados quanto à movimentação financeira. O sistema deverá prever a atualização e/ou inclusão de dados da movimentação financeira.		
2.17.92	Troca de dados quanto à emissão de documentos de recolhimento de débitos. O sistema deverá prever a troca de dados da emissão de documentos de recolhimento de débitos.		
2.17.93	Toda a integração deverá ser de forma on-line em tempo real.		
2.18.	Sistema de Gestão de Aplicativo de acesso ao cidadão (APP Cidadão)		
2.18.1.	Características Técnicas:		
a)	Deverá ser compatível com IOS (versão mínima 11)		
b)	Deverá ser compatível com Android (versão mínima 5.0);		
c)	Serviços do App devem ser disponibilizados no conceito de computação em nuvem;		
d)	O Aplicativo deve ser disponibilizado para download nas lojas mais populares, Apple Store e Play Store.		
2.18.2.	As características do LOGIN:		
a)	Deverá possuir tutorial para orientar o cidadão no primeiro acesso do aplicativo		
b)	Deverá possuir opção para criar uma conta utilizando CPF ou CNPJ		
c)	Deverá possuir integração com login social Facebook, Google e Apple ID		
d)	Deverá disponibilizar serviço para recuperar e redefinir a senha caso a opção de login seja via CPF/CNPJ;		
2.18.3.	Das consultas de propriedades:		
a)	Deverá listar todas as propriedades vinculadas ao CPF/CNPJ (Imóveis, Empresas, etc.) do usuário autenticado de acordo com o cadastro municipal;		
b)	Para cadastros Imobiliários deverá permitir visualização de informações detalhadas do Imóvel, bem como Endereço de Localização, Tipo do Imóvel, Tipo da Construção e Área Construída;		
c)	Para cadastros de Empresas deverá permitir visualização detalhada dos dados da empresa, como Endereço, Localização e do quadro societário da empresa, apresentando no mínimo nome, CPF e percentual de participação do sócio;		
2.18.4.	Das consultas de débitos em Aberto:		
a)	Deverá permitir consultar os débitos em aberto dos cadastros municipais vinculados ao CPF/CNPJ do usuário.		
b)	Os débitos devem apresentar os valores corrigidos de acordo com a legislação vigente no município.		



c)	Deverá permitir a seleção de uma ou mais parcelas dos débitos do cadastro municipal para efetuar o pagamento;		
d)	Deverá permitir a geração do boleto ou linha digitável com os valores dos débitos devidamente corrigidos e de acordo com o convênio de pagamento utilizado pela prefeitura sendo ele de boletos Registrados ou não;		
e)	Deverá possibilitar a cópia do código de barras para pagamento via Internet Banking;		
f)	Deverá permitir o download do boleto gerado;		
2.18.5.	Da emissão da certidão de débitos:		
a)	Deverá permitir a emissão de Certidão de débitos por cadastro municipal		
b)	Deverá permitir a emissão de Certidão de débitos por CPF/CNPJ do contribuinte;		
c)	Deverá permitir o download da certidão constando a situação de acordo com os débitos presentes município;		
d)	As certidões emitidas pelo App devem ser totalmente integradas e disponíveis para consulta no Software de Gestão Tributária da Prefeitura;		
2.18.2.	Das consultas de processos:		
a)	Possibilitar a criação de processos por assunto, com a descrição da requisição e observação;		
b)	Possibilitar anexar arquivos na abertura do processo;		
c)	Possibilitar a consulta de todos os processos tramitados na prefeitura, dando ênfase nos processos abertos pelo contribuinte;		
d)	Possibilitar consulta de documentos obrigatórios por assunto.		
e)	Possibilitar emitir um boleto para pagamento, caso o processo seja de pedido de prestação de serviço.		
2.18.7.	Das consultas de Empenhos:		
a)	Permitir consultar todos empenhos relacionados ao CPF/CNPJ logado, por exercício;		
b)	Permitir visualizar de forma detalhada cada empenho, a apresentação deve conter no mínimo, número e ano do empenho, data do empenho, valor, valor liquidado, valor pago, histórico e documentos anexados;		
c)	Possuir um totalizador por Exercício, contendo ao menos os seguintes valores: total empenhado, total anulado, valor total liquidado, retido, pago e A pagar;		
2.18.8.	Das consultas para Servidores Públicos:		
a)	Permitir que o servidor público tenha acesso a todos os contratos de trabalho relacionados ao Município, esta listagem deve conter ao menos a matrícula, cargo, lotação e data de admissão;		



b)	Permitir que o servidor público possa consultar, todos os dados financeiros referentes a todas as competências pagas pela municipalidade;		
c)	Permitir a visualização dos dados financeiros de forma resumida e detalhada, onde o resumido apenas apresente os dados da competência, tipo de folha, salário base vencimentos, descontos e valor líquido, já para os valores detalhados, esta lista deve ser detalhada por verba paga na folha, separando por vencimentos e descontos;		
d)	Permitir que o servidor público possa baixar o holerite de qualquer competência e tipo de folha. (Férias / 13º Salário)		
e)	Possibilitar que o Servidor Público possa consultar sua margem consignável.		
f)	Permitir consulta dos Cursos disponíveis na entidade.		
g)	Permitir consultar os cursos já realizados pelo servidor público.		
h)	Permitir consulta do tempo de serviço.		
i)	Permitir consulta da Contribuição Previdenciária.		
j)	Permitir consultar e imprimir o Informe de Rendimentos.		
k)	Permitir consultar o espelho do ponto.		
2.18.9.	Controle de Enquetes		
a)	Possuir área para interação com enquetes, onde o usuário possa visualizar todas as enquetes não respondidas e as já respondidas permitindo a consulta aos resultados;		
b)	A lista de enquete deve apresentar no mínimo a categoria, pergunta, descrição detalhada e data de término da enquete;		
c)	Possuir controle pela data de término da enquete, bloqueando responder a enquete ao final do prazo de resposta, mantendo somente leitura;		
2.18.10	Interação do Usuário com o Município		
a)	Possuir canal de interação entre usuário e Prefeitura, com intuito de reportar qualquer insatisfação com relação ao aplicativo, devendo ser possível identificar ao menos a finalidade do contato e descrição;		
2.18.11	Notificações		
a)	Deverá exibir notificações aos usuários com comunicados e avisos de débitos a vencer;		
b)	Deverá controlar a leitura das notificações;		
c)	Deverá apresentar o histórico das notificações recebidas;		
d)	Deverá direcionar o usuário para tela/ação correspondente à notificação;		



e)	Permitir notificar o contribuinte de débitos pendentes a municipalidade, dando opção de emissão de boleto para pagamento;		
f)	Deverá notificar o usuário assim que novas enquetes forem criadas;		
g)	Permitir que o município envie notificações personalizadas para os usuários;		
2.18.12 .	Integração		
a)	Deverá ser integrado com Software de Gestão Tributária da Prefeitura;		
b)	Deverá ser integrado com Software de Gestão de Processos da Prefeitura		
c)	Poderá disponibilizar uma lista de cidades no qual o usuário poderá ter acesso aos serviços;		
d)	Poderá permitir ao usuário criar uma lista de cidades favoritas para facilitar o acesso aos serviços;		
2.18.13 .	Consulta de Empresas		
a)	Permitir que os cidadãos possam pesquisar as empresas estabelecidas no município através do Nome/ Razão Social ou o ramo de atividade.		
b)	A lista de empresas apresentadas deve apresentar no mínimo o CPF/CNPJ, Nome Fantasia e Razão social;		
c)	Possibilitar que o usuário consiga utilizar o serviço de mapas para traçar uma rota até o estabelecimento desejado.		
2.18.14 .	Notas Emitidas		
a)	Permitir que o usuário consiga visualizar todas as notas emitidas, as quais o mesmo esteja como tomador.		
2.18.15 .	Notas Recebidas		
a)	Permitir que o cidadão possa visualizar as notas recebidas e baixar o PDF da nota.		
b)	Permitir que o cidadão solicite cancelamento de uma nota caso ele encontre alguma irregularidade.		
2.18.16 .	Licitações		
a)	Permitir que o cidadão acompanhe as licitações do município, através de uma lista por exercício, apresentando ao menos o número da Licitação, Situação, Natureza e número do processo.		
b)	Permitir também visualizar os dados detalhados da licitação. Os dados apresentados devem ser ao menos a Modalidade, Data de Publicação, Data de Abertura, Natureza, Valor Máximo, Descrição do Objeto, Observações,		



	Impugnações e permitir visualizar e baixar os arquivos anexados, como por exemplo o edital.		
2.18.17	Pontos de Interesse		
a)	Possuir interface para administração do município cadastrar todos os pontos de interesse do município,		
b)	Possibilitar que o cidadão pesquise os pontos de interesse mais próximos da sua da sua localização no mapa de geolocalização.		
c)	Possibilitar utilizar o sistema de navegação para traçar uma rota até o ponto de interesse.		
2.18.18	Notícias		
a)	Possuir interface para que a administração do município consiga publicar as notícias que deseja apresentar aos cidadãos no aplicativo mobile.		
b)	Possuir sessão no aplicativo que permita o cidadão acompanhar as notícias publicadas;		
2.18.19	Pontos de Ônibus		
a)	Possuir interface para cadastramento dos pontos de ônibus do município e permitir que o cidadão através do aplicativo possa acessar e encontrar os pontos de ônibus mais próximos e ainda traçar a rota mais rápida de navegação até o ponto desejado.		
2.18.20	Transporte Público		
a)	Permitir que o cidadão consiga consultar a linha de ônibus desejada e ter acesso aos horários de partida no sentido Centro/Bairro ou Bairro/Centro.		
2.18.21	Características Gerais		
a)	Permitir customizar as cores apresentadas no aplicativo.		
b)	Permitir adicionar o brasão do município no aplicativo.		
c)	O aplicativo deve possibilitar o usuário interagir entre as funções ou em forma de grupos por ícones ou em forma de listagem com pesquisa para localização da funcionalidade desejada.		
d)	O aplicativo deve manter o histórico das últimas funcionalidades utilizadas e ainda permitir o acesso rápido ao as funcionalidades.		
e)	O Aplicativo deve possuir integração com o IBGE para disponibilizar dados atualizados referente a População residente, Área Territorial, População estimada, História do município.		



f)	Permitir que o cidadão consiga visualizar todas as cidades que possuem o aplicativo.		
g)	Possuir uma área que o cidadão consiga visualizar as cidades que ele possui vínculo, através do CPF/CNPJ logado.		
h)	Disponibilizar ao cidadão a opção para participar dos programas de sorteio relacionados ao ISS Premiado.		
i)	Possibilitar acompanhar o Saldo de notas tomadas bem como o total de cupons previstos conforme o regulamento		
j)	Possibilitar visualizar as notas tomadas que fazem parte do saldo		
k)	Possibilitar acessar e visualizar o regulamento do sorteio.		
2.19.	Sistema de Gestão de Controle de Cemitério e Emissão de Taxas Funerárias		
2.19.1.	Permitir a integração com o sistema tributário do município, possibilitando:		
2.19.2.	Reutilizar contribuintes já cadastrados;		
2.19.3.	Realizar a emissão de bloquitos de taxas e serviços do cemitério, permitindo informar a quantidade de dias para o primeiro vencimento das parcelas.		
2.19.4.	Calcular juros, multas e correções para a re-emissão de boletos vencidos de acordo com as leis municipais;		
2.19.5.	Prorrogar o vencimento dos débitos caso o vencimento não seja em dia útil.		
2.19.2.	Reutilizar as empresas já cadastradas no módulo tributário para utilização nos serviços de terceiros.		
2.19.7.	Reutilizar as guias e receitas do sistema tributário facilitando os fechamentos contábeis.		
2.19.8.	Permitir consultas de sepultamentos aberta para os cidadãos, possibilitando que os mesmos realizem consultas sem a necessidade de um pré cadastro.		
2.19.9.	Permitir consulta de débitos para os cidadãos, sem a necessidade de um pré cadastro.		
2.19.10	Utilizar captcha para maior segurança no login da aplicação.		
2.19.11	Permitir realizar os seguintes cadastros auxiliares:		
a)	Funerária;		
b)	Locais de Falecimento;		
c)	Locais de Velório;		
d)	Locais de Sepultamento;		
e)	Religiões;		



f)	Causas de Morte;		
g)	Motoristas;		
h)	Veículos;		
i)	Coveiros;		
j)	Revestimentos;		
2.19.12	Permitir a configuração de diversas partições para um mesmo cemitério.		
2.19.13	Permitir a criação de níveis hierárquicos das partições do cemitério, podendo ser configuradas em diversos níveis de diferentes partições para um determinado cemitério.		
2.19.14	Permitir vincular os revestimentos existentes no cemitério e as unidades de sepultamento, tanto no cadastro da unidade de sepultamento quanto nos serviços de reforma das sepulturas.		
2.19.15	Permitir o controle individualizado de contratos de unidades, não sendo necessário existir um sepultamento para firmar um contrato entre as partes e realizar a geração de débitos.		
2.19.16	Permitir o controle de ordens judiciais para exumação.		
2.19.17	Permitir a configuração de tipos de movimento, tais como: Sepultamentos, Exumações, Entrada e saída de restos mortais entre outras, possuindo parametrizações específicas de taxas e parcelamentos para cada uma delas.		
2.19.18	Permitir o controle de 'gavetários' para unidades.		
2.19.19	Permitir a configuração de geração de contratos, movimentações de sepultamentos e exumações, aluguéis de espaços funerários e lançamento de serviços sem custos, ou através de doações.		
2.19.20	Permitir a emissão da declaração de óbito, contendo todas as informações exigidas pelos cartórios nacionais com o intuito de agilizar o processo de liberação do falecido para sepultamento e traslado caso a entidade seja uma central funerária.		
2.19.21	Possuir relatórios gerenciais, tais como:		
a)	Movimentos por período;		
b)	Contratos por período;		
c)	Débitos por período;		
d)	Receitas por período;		
e)	Serviços de cemitério.		
f)	Sepultados por período		



g)	Relatório quantitativo de movimentos.		
h)	Relatório das fichas funerárias.		
2.19.22	Permitir o agrupamento de débitos (Contratos, Movimentos, Despesas avulsas e Serviços de Cemitério), de modo que não sejam gerados diversos bloquetes, podendo ser parcelado ou pagos em uma única parcela.		
2.19.23	Permitir o controle de Tipos de Contratos com as suas datas de validades e configurações de taxas/receitas, impressões personalizadas de relatórios, configurar se determinado tipo de contrato gera taxas anuais, configurar taxas anuais diferentes para cada tipo de contrato, permitir contratos perpétuos.		
2.19.24	Permitir o controle de mais de um cemitério com informações compartilhadas.		
2.19.25	Permitir o controle de serviços e taxas avulsas, tais como: serviços de construção, melhorias e reformas.		
2.19.26	Possibilitar a exigência da certidão de óbito para realizar um sepultamento.		
2.19.27	Possibilitar a exigência de informar a localização de origem quando realizadas movimentações de retirada dos sepultados.		
2.19.28	Possibilitar a exigência de informar a localização de destino quando realizadas movimentações de entrada de sepultados.		
2.19.29	Possibilitar a geração automática de serviços para determinadas movimentações.		
2.19.30	Possibilitar cancelamento automático dos contratos de determinada unidade de sepultamento caso seja um movimento de retirada de restos mortais.		
2.19.31	Permitir consultar agendamentos de sepultamentos.		
2.19.32	Permitir consultar velórios e sepultamentos.		
2.19.33	Possibilitar consulta pública das informações de contato e endereço dos cemitérios cadastrados no sistema.		
2.19.34	Permitir alterações de parâmetros de configuração do sistema via interface.		
2.19.35	Permitir lançamentos de taxas anuais para determinados tipos de contrato, com taxas específicas, permitindo informar o vencimento da taxa.		
2.19.32	Permitir cadastro de prestadores de serviço que fazem reformas e construções, permitir reutilizar cadastros de empresas e autônomos do sistema tributário.		
2.19.37	Permitir bloqueio de serviços para prestadores com obras em atraso.		
2.19.38	Possuir rotina para virada de exercício, reajustando os valores de cada taxa e vinculando com as respectivas guias do sistema tributário conforme era no		



	exercício passado, e substituindo automaticamente nas taxas de contratos, movimentos, serviços e despesas avulsas.		
2.20.	Sistema de Gestão de Nota Fiscal Eletrônica e Controle do ISSQN.		
2.20.1.	Deverá ser multiusuário, permitindo a execução de tarefas concorrentes pelos contribuintes do município.		
2.20.2.	Permitir consulta pública de serviços e alíquotas cadastrados no município.		
2.20.3.	Permitir consulta pública de CNAE cadastrados no município.		
2.20.4.	Permitir consulta pública de serviços filtrados por código ou descrição de CNAE.		
2.20.5.	Permitir consulta pública de CNAE filtrado por código ou descrição de serviço.		
2.20.2.	Permitir imprimir o resultado da consulta dos itens de serviços vinculados ao CNAE.		
2.20.7.	Permitir consulta de empresas optantes pela emissão de NFS-e, filtradas pelo Nome, CNPJ ou CPF, inscrição municipal, entre outros filtros. Deverá ser possível visualizar os dados de endereço e contato das empresas consultadas.		
2.20.8.	Permitir abrir o endereço da empresa optante de NFS-e em aplicação de mapa.		
2.20.9.	Permitir efetuar download de arquivos disponibilizados pela prefeitura tais como: leis, decretos, requerimentos entre outros.		
2.20.10.	Permitir a criação do usuário para acesso a área restrita. Caso exista algum registro de pessoa com este CPF na base do sistema tributário, deverão ser reaproveitados os dados da pessoa preenchendo automaticamente os campos. Quando não existir, habilitar os campos para preenchimento.		
2.20.11.	Permitir informar uma senha na tela de cadastro de usuário.		
2.20.12.	Permitir editar as suas informações de usuário, tais como: nome, data nascimento, RG, endereço, informações para contato e senha.		
2.20.13.	Permitir fazer login com e-CPF padrão ICP BRASIL.		
2.20.14.	O software deverá disponibilizar uma rotina para redefinição de senha, em caso de perda ou esquecimento da mesma por parte do contribuinte, utilizando o e-mail informado no cadastro para envio da nova senha.		
2.20.15.	Deverá utilizar para fins de acesso, o CPF do usuário, senha e um dispositivo de segurança para evitar acesso robotizado.		
2.20.16.	Permitir acesso somente a empresas que estejam homologadas pelo departamento de tributação do município.		
2.20.17.	O software deverá ser capaz de identificar que o usuário logado, através do seu CPF, é sócio proprietário de empresa identificado na última alteração contratual averbada no cadastro da empresa no software de gestão tributária do Município.		



2.20.18	Permitir 'favoritar' um contribuinte (empresa) padrão por usuário, para toda vez que 'logar' trazer o contribuinte selecionado automaticamente.		
2.20.19	Quando o usuário tiver acesso a somente um contribuinte (empresa), trazer selecionado automaticamente neste contribuinte (empresa) ao logar.		
2.20.20	Remover automaticamente o acesso do proprietário ou representante legal, que não pertença mais ao quadro societário da empresa, averbada no cadastro mobiliário no software de gestão tributária do município, como também as permissões secundárias liberadas pelo mesmo.		
2.20.21	Identificar que o usuário logado, através do seu CPF, é um responsável legal pela empresa tais como: presidente, diretor, gerente averbado no cadastro da empresa no software de gestão tributária do município.		
2.20.22	Identificar que o usuário logado, através do seu CPF, é um contabilista registrado no cadastro de contadores ou escritórios de contabilidade no software de gestão tributária do município.		
2.20.23	Permitir acesso, caso identificado que o usuário logado através do seu CPF é um contabilista, somente a empresas a qual ele ou o escritório de contabilidade seja responsável contábil.		
2.20.24	Identificar que o usuário é um funcionário público com acesso a gestão e controle do ISSQN, ligado ao departamento de tributação do município a qual permitirá manipular todos os cadastros mobiliários habilitados para utilização do software, sem a necessidade de existir um login específico para cada cadastro de empresas.		
2.20.25	Permitir que um usuário já cadastrado e com direito de liberação de acesso, adicione, edite ou remova a liberação de um novo usuário as mesmas empresas, definindo quais rotinas o usuário secundário terá acesso.		
2.20.26	Permitir dar permissão ao usuário secundário, das seguintes rotinas: emissão de NFS-e, consulta de declarações, consulta de documentos fiscais, configurações da empresa e entregar declaração mensal de serviços.		
2.20.27	Permitir ao usuário logado alternar entre empresas sem a necessidade de efetuar logout no sistema.		
2.20.28	Permitir configurar as informações referente as alíquotas dos impostos federais incidentes sobre o faturamento da empresa, logomarca, e-mail, telefone, site para contatos e informações da empresa fornecedora de sistema de integração.		
2.20.29	Permitir ao usuário logado, visualizar a sequência do número lote e número do RPS emitidos pela empresa.		
2.20.30	Permitir a atualização do cadastro mobiliário, pelo usuário logado, podendo editar no mínimo os seguintes dados: dados de contato, atividade econômica, regime fiscal e acessos.		
2.20.31	Permitir anexar documentos digitalizados em PDF na atualização cadastral.		



2.20.32	Permitir efetuar agendamento diretamente pela web, podendo solicitar a liberação para: emissão de NFS-e e geração de declaração mensal de serviços prestados e/ou tomados.		
2.20.33	Emitir, após a conclusão do agendamento, um protocolo identificado data e horário para homologação/visita da empresa ao departamento de tributação do município. O layout e informações deste documento poderá ser personalizado por prefeitura.		
2.20.34	Permitir emitir notas fiscais eletrônicas de serviços, para tomadores identificados, não identificados e do exterior.		
2.20.35	Permitir 'favoritar' os principais tomadores (clientes) para facilitar a seleção destes durante a emissão da NFS-e.		
2.20.32	Permitir a inclusão de tomadores que não estejam inseridos na base de dados do sistema de gestão tributária do município, durante a emissão da NFS-e, sem que haja a necessidade de navegação em outra rotina.		
2.20.37	A inclusão de um novo tomador ou alteração dos dados do tomador para emissão da NFS-e, não deverão depender de autorização ou algum tipo de burocracia.		
2.20.38	As alterações dos dados do tomador, deverão ficar salvas somente para o prestador que o editou, mantendo os dados originais do tomador para os demais prestadores.		
2.20.39	Permitir copiar, por tomador, a última NFS-e emitida, preenchendo todos os campos da nota baseado na NFS-e copiada.		
2.20.40	Identificar se o tomador possui cadastro mobiliário no município, e se o mesmo é ou não responsável tributário.		
2.20.41	Permitir a identificação do intermediário dos serviços.		
2.20.42	Exibir ao usuário logado, durante a emissão da NFS-e, somente os CNAE's que estão associados ao CNPJ da empresa na RFB, que são identificados como serviços e que estão autorizados pelo departamento de tributação do município.		
2.20.43	Selecionar automaticamente o CNAE durante a emissão da NFS-e, quando o contribuinte selecionado tiver somente 1 CNAE com serviços permitidos ao seu cadastro, evitando que o usuário tenha que escolher quando existir somente 1 opção.		
2.20.44	Exibir ao usuário logado, durante a emissão da NFS-e, somente os itens de serviços constantes na LC 116/03 que estejam vinculados ao CNAE selecionado.		
2.20.45	Selecionar automaticamente o serviço, quando o CNAE selecionado tiver somente 1 serviço vinculado, evitando que o usuário tenha que escolher quando existir somente 1 opção.		
2.20.46	Permitir, na emissão da NFS-E, a natureza de operação ser apontada automaticamente conforme e as definições do artigo 3º e 4º da LC 116/03.		



2.20.47	Identificar, na emissão da NFS-e, se o prestador possui isenção ou imunidade tributária, e deverá tratar automaticamente na natureza de operação.		
2.20.48	Identificar, na emissão da NFS-e, se o tomador de serviços possui algum incentivo fiscal, e o mesmo deverá ser tratado na natureza de operação.		
2.20.49	Identificar, na emissão da NFS-e, se o tomador ou o prestador possui incentivo fiscal para um item de serviço específico, tais como: redução de alíquota, redução da base de cálculo.		
2.20.50	Identificar, na emissão da NFS-e, se o tomador ou o prestador possui incentivo fiscal para um item de serviço específico e se o incentivo é válido somente para o município do prestador ou para todos os municípios.		
2.20.51	Permitir que cooperativas façam o cadastro de seus cooperados no sistema para gozar de incentivos de atos cooperativos na prestação de serviços.		
2.20.52	Identificar, na emissão da NFS-e, se a empresa é uma incorporadora.		
2.20.53	Permitir, na emissão da NFS-e, caso a empresa seja do ramo de construção civil identificar o registro da obra no INSS, o número da ART, e o número do alvará de construção.		
2.20.54	Permitir, na emissão da NFS-e, identificar se a obra possui algum incentivo fiscal, e tratar automaticamente a natureza de operação, se o mesmo é isento.		
2.20.55	Permitir, na emissão da NFS-e, identificar o local da prestação de serviços, caso seja diferente do domicílio do prestador e do tomador.		
2.20.56	Permitir, na emissão da NFS-e, identificar o regime fiscal do prestador entre eles: simples nacional, MEI, lucro presumido, lucro real entre outros.		
2.20.57	Deverá bloquear, na emissão da NFS-e, informar o CPF/CNPJ do tomador igual ao CPF/CNPJ do prestador.		
2.20.58	Identificar, na emissão da NFS-e, se o item de serviço da LC 116/03 encontra-se vetado, e tratar a natureza de operação automaticamente como isento.		
2.20.59	Identificar, na emissão da NFS-e, se o prestador está enquadrado na Lei Federal 5764/71 (Lei das Sociedades Cooperativas) e deverá tratar automaticamente a natureza de operação.		
2.20.60	Identificar, na emissão da NFS-e, se o item de serviço da LC 116/03 encontra-se permite exportação, e tratar a natureza de operação automaticamente como exportação.		
2.20.61	Permitir, na emissão da NFS-e, cadastrar itens de serviços prestados, contendo no mínimo os seguintes campos: Descrição, quantidade, valor unitário e desconto.		
2.20.62	Permitir, na emissão da NFS-e, cadastrar itens de serviços prestados, contendo 5 casas decimais no campo de valor unitário.		
2.20.63	Permitir, na emissão da NFS-e, cadastrar itens de serviços prestados, e identificá-los como dedutíveis ou não, como também identificar o tipo da dedução. Entre eles: Materiais, Equipamentos e Subempreitadas.		



2.20.64	Permitir, na emissão da NFS-e, identificar as alíquotas dos impostos federais, como também o valor expresso em reais e se o mesmo foi retido ou não.		
2.20.65	Permitir, na emissão da NFS-e, identificar automaticamente a alíquota que o prestador de serviços irá utilizar, podendo ser a expressa na Lei municipal que regulamenta o ISS no âmbito municipal ou a expressa na Lei Complementar Federal 123/06, que regulamenta o Simples Nacional.		
2.20.66	Permitir, na emissão da NFS-e, identificar automaticamente a alíquota efetiva a qual o prestador de serviços está enquadrado, pela faixa de seu faturamento dos últimos 12 meses (RBT12) conforme definido na Lei Complementar Federal 155/12.		
2.20.67	Imprimir as informações dos incentivos fiscais na NFS-e.		
2.20.68	Permitir, na emissão da NFS-e, a conferência dos resultados finais dos valores da nota fiscal a ser gerada. Entre eles: total de descontos, deduções, impostos, valor líquido e valor total da NFS-e.		
2.20.69	Permitir 'favoritar' uma NFS-e e registrar um modelo, identificado por um nome, para emissão de notas futuras utilizando os mesmos dados, permitindo uma rápida emissão de NFS-e baseado em um modelo.		
2.20.70	Permitir colocar na tela inicial de acesso do contribuinte os modelos de NFS-e salvos, permitindo a emissão de NFS-e com poucos cliques.		
2.20.71	Permitir, na emissão da NFS-e, alterar a data de emissão dentro do prazo permitido, parametrizado pelo departamento de tributação.		
2.20.72	Deverá registrar após a emissão da NFS-e, como log, o CPF do usuário, data e hora.		
2.20.73	Permitir, na emissão da NFS-e, copiar os dados da emissão da última NFS-e gerada para o mesmo tomador.		
2.20.74	Conter no corpo da NFS-e um QR Code para facilitar autenticação do documento. Nesta autenticação, permitir baixar o PDF, XML ou declaração de autenticidade.		
2.20.75	Permitir substituir uma NFS-e emitida, a qual deverá estar entregue em uma declaração mensal de serviços.		
2.20.76	Assinar digitalmente a NFS-e emitida, através de certificado digital padrão ICP-Brasil.		
2.20.77	Enviar automaticamente ao tomador de serviços para o e-mail identificado, o XML assinado digitalmente e o PDF da NFS-e gerada pelo prestador de serviço.		
2.20.78	Permitir importar e validar arquivo XML de documentos fiscais dos serviços prestados e tomados, de acordo com leiaute pré definido, que deverão ser assinados digitalmente, pelo contribuinte, através de certificado digital padrão ICP-Brasil.		
2.20.79	Permitir a consulta dos XML's de documentos fiscais importados.		



2.20.80	Permitir a emissão de extrato dos documentos fiscais dos XML's importados.		
2.20.81	Permitir o lançamento de outros tipos de documentos, entre eles: Recibos, notas fiscais manuais, RPA's, entre outros, de serviços prestados ou tomados para fins da declaração mensal de serviço.		
2.20.82	Permitir a digitação, edição e exclusão de outros tipos de documentos contendo no mínimo as seguintes informações: Número do documento, Data de emissão, tipo de serviço, natureza de operação, tipo de documento, se o tributo foi retido ou não, valor total, valor de serviço e alíquota.		
2.20.83	Permitir efetuar consulta de documentos fiscais, possuindo no mínimo os seguintes filtros: Serviços prestados ou tomados, período de emissão, tomador, situação do documento, natureza de operação, número do documento, tipo do documento, retido (sim ou não) ou entregue em declaração (sim ou não).		
2.20.84	Permitir exportar em planilhas eletrônicas os documentos consultados.		
2.20.85	Permitir efetuar o download dos arquivos XML assinados digitalmente dos documentos fiscais consultados em um único arquivo comprimido.		
2.20.86	Permitir efetuar o download dos arquivos PDF das NFS-e emitidas.		
2.20.87	Permitir imprimir relatório da consulta efetuada dos documentos fiscais.		
2.20.88	Permitir emitir recibos de retenção para documentos fiscais com retenções de tributos.		
2.20.89	Permitir efetuar o download de um arquivo XML específico de uma NFS-e gerada.		
2.20.90	Permitir ao prestador de serviço encaminhar por e-mail a NFS-e gerada para um novo e-mail.		
2.20.91	Permitir visualizar o PDF da NFS-e gerada.		
2.20.92	Permitir emitir uma carta de correção eletrônica para uma NFS-e gerada, contendo no mínimo as seguintes informações: descrição das alterações, número da carta de correção, número da NFS-e, código de verificação da NFS-e, identificação do prestador e tomador.		
2.20.93	Permitir visualizar no mesmo documento a NFS-e e a carta de correção.		
2.20.94	Permitir consultar e visualizar em PDF todas as cartas de correção emitidas para uma respectiva NFS-e gerada.		
2.20.95	Permitir efetuar o cancelamento da NFS-e gerada. Entretanto, o cancelamento deverá ser autorizado pelo departamento de tributação e pelo tomador do serviço, caso o mesmo seja credenciado no município.		



2.20.96	Permitir visualizar o status e o motivo pelo deferimento ou indeferimento do pedido de cancelamento de NFS-e por parte do tomador ou da fiscalização municipal.		
2.20.97	Se a NFS-e for cancelada, imprimir em uma segunda página todo o histórico de pareceres da solicitação de cancelamento de NFS-e, contendo os motivos informados, a pessoal que deu o parecer e qual a data e horário.		
2.20.98	Permitir efetuar o processamento prévio da entrega da declaração mensal de serviços, tanto prestados quanto tomados, selecionando um período de competências.		
2.20.99	Permitir efetuar a seleção e entrega de todas as declarações do período selecionado ou somente de uma específica.		
2.20.100	Permitir visualizar no processamento prévio da declaração as seguintes informações: competência, tipo da declaração (serviços prestados ou tomados), valor do faturamento, base de cálculo do ISS, valor do ISS, valor do ISS retido, regime fiscal do contribuinte e status da declaração (normal, sem movimento e retificadora).		
2.20.101	Identificar a permissão para gerar ou não débitos para o respectivo regime fiscal da empresa no software de gestão tributária do município.		
2.20.102	Permitir solicitar lotes de RPS, que são documentos que poderá ser utilizado no caso de impossibilidade de acesso ao sistema por parte do prestador. Este documento deverá ser convertido em NFS-e posteriormente.		
2.20.103	Permitir informar, durante o preenchimento da NFS-e, um número de RPS.		
2.20.104	Permitir efetuar a consulta das declarações mensais de serviços entregues, contendo no mínimo os seguintes filtros: competência, tipo de declaração e status.		
2.20.105	Permitir imprimir o extrato das declarações consultadas, imprimir o protocolo de entrega da declaração e reimprimir a guia de recolhimento.		
2.20.106	Permitir a instituição financeira, imprimir o extrato da declaração consultada, com as informações do leiaute da DES-IF, contendo no mínimo as seguintes informações: COSIF, rubrica, itens de serviço, valor do crédito, alíquota e valor do ISSQN.		
2.20.107	Permitir efetuar o cancelamento de uma DMS, sendo necessário o deferimento da fiscalização municipal.		
2.20.108	Permitir emitir guias de recolhimento avulsas para um documento fiscal específico, de um tomador de serviços eventual.		
2.20.109	Permitir consultar as guias recolhimento avulsas geradas.		
2.20.110	Identificar se o contribuinte é uma instituição financeira e deverá habilitar automaticamente as opções para DES-IF, conforme modelo instituído pela ABRASF no modelo conceitual 2.3 ou maior.		



2.20.11 1.	Permitir cadastrar o PCI (Plano de contas interno) da instituição financeira, contendo no mínimo as seguintes informações: rubrica contábil, cosif, item de serviço da LC 116/03, descrição da rubrica contábil e função da rubrica contábil.		
2.20.11 2.	Identificar a instituição financeira pelo código FEBRABAN cadastrado, e carregar o seu PCI (Plano de contas interno), já cadastrado no sistema.		
2.20.11 3.	Permitir a instituição financeira, efetuar a duplicação do PCI (Plano de contas interno).		
2.20.11 4.	Armazenar consistência dos vínculos entre COSIF, rubrica e item de serviço, não permitindo alterações, após lançamentos fisco-contábeis.		
2.20.11 5.	Permitir a importação em arquivos com extensão XLSX, XLS, CSV e TXT do PCI (Plano de contas interno) da instituição financeira.		
2.20.11 6.	Permitir a instituição financeira, consultar os arquivos PCI importados, como também baixar exemplos dos leiautes definidos para importação.		
2.20.11 7.	Permitir visualizar os erros ocorridos no processo de importação do PCI da instituição financeira.		
2.20.11 8.	Permitir a instituição financeira importar as informações fisco-contábeis, conforme estabelecido no Módulo 2 (Módulo de apuração mensal do ISSQN) que compõem a DES-IF, conforme estabelecido no modelo da ABRASF 2.3 ou maior.		
2.20.11 9.	Validar a estrutura do arquivo da DES-IF importado em conformidade com os códigos de erros estabelecidos no modelo da ABRASF 2.3 ou maior.		
2.20.12 0.	Permitir a instituição financeira, consultar os arquivos DES-IF importados.		
2.20.12 1.	Permitir visualizar os erros ocorridos no processo de importação da DES-IF pela instituição financeira.		
2.20.12 2.	Permitir a digitação, edição ou exclusão das informações fisco-contábeis que compõem a DES-IF da instituição financeira, contendo as seguintes informações: valores de crédito e valores de débito para a determinada rubrica/COSIF.		
2.20.12 3.	Registrar como log o CPF do usuário, data e hora nos processos de transmissão de declaração mensal de serviços.		
2.20.12 4.	Permitir consultar, visualizar, e imprimir as NFS-e emitidas, utilizando no mínimo os seguintes filtros: CPF/CNPJ do prestador, número da NFS-e, código de autenticidade e data de emissão.		
2.20.12 5.	Permitir consultar, visualizar e imprimir a NFS-e gerada através da conversão de RPS enviados, utilizando no mínimo os seguintes filtros: CPF/CNPJ do prestador, número da RPS, inscrição municipal do prestador e CPF/CNPJ do tomador.		
2.20.12 6.	Permitir que o contribuinte identificado como instituição financeira, efetue consultas dos lançamentos efetuados na DES-IF, utilizando no mínimo os seguintes filtros: por COSIF, por PCI, ou por competência.		



2.20.12 7.	Permitir que o contribuinte identificado como instituição financeira, efetue a exportação do memorial dos lançamentos da consulta, ou por exercício da DES-IF, em planilha eletrônica ou arquivo de extensão PDF.		
2.20.12 8.	Permitir acessar e efetuar download de arquivos, adicionados pelo departamento de tributação do município.		
2.20.12 9.	Armazenar no banco de dados todos os XML's das NFS-e emitidas.		
2.20.13 0.	Caso algum fiscal faça algum bloqueio de permissões de acesso de um contribuinte, mostrar o motivo informado pelo fiscal nas telas bloqueadas quando o contribuinte tentar acessar as rotinas bloqueadas.		
2.20.13 1.	Permitir configurar uma área de fale conosco da prefeitura, colocando as informações de contato do setor responsável pelo atendimento da NFS-e.		
2.20.13 2.	Na página inicial do contribuinte, mostrar gráfico de movimento de serviços prestados e tomados nos últimos 12 meses, gráfico de movimento por código CNAE e gráfico de movimento por código de serviço.		
2.20.13 3.	Permitir a consulta da situação do processamento de RPS's assíncrono recepcionado pelo 'web service' de integração.		
2.20.13 4.	Fornecer gráficos que tragam a quantidade de NFS-e emitidas por atividade e CNAE.		
2.20.13 5.	Possuir Dashboard que apresente ao usuário logado a quantidade de NFS-e emitidas no período, solicitações de cancelamento de NFS-e pendentes de aprovação e total arrecadado pelo município, no exercício, pelo contribuinte.		
2.20.13 2.	Possuir QR Code na NFS-e emitida para que seja possível a autenticação através de aplicativos mobile.		
2.20.13 7.	Possuir rotina para pré-visualização da NFS-e antes de concluir a emissão, com a possibilidade de impressão e sinalizando que é somente um modelo de pré-visualização, sem valor legal.		
2.20.13 8.	Permitir que qualquer usuário possa realizar a denúncia de RPS não convertidos para NFS-e.		
2.20.13 9.	Dos serviços que o WEB SERVICE deve oferecer:		
a)	Permitir ao usuário logado gerar através do portal do contribuinte a senha para autenticação do 'web service', que deverá ser enviado automaticamente para o e-mail cadastrado nas informações do prestador de serviço.		
b)	As funcionalidades do Web Service deverão ser compatíveis com o modelo estabelecido pela ABRASF 2.03.		
c)	O WEB SERVICE deverá possuir os seguintes serviços disponíveis:		
l)	Consulta NFS-e por Faixa: Este serviço deverá permitir a obtenção de determinada NFS-e já gerada.		



II)	Consulta NFS-e de Serviços tomados: Este serviço deverá permitir a obtenção de determinada NFS-e já gerada pela identificação do tomador.		
III)	Consulta NFS-e de serviços prestados: Este serviço deverá permitir a obtenção de determinada NFS-e já gerada pela identificação do prestador.		
IV)	Consulta NFS-e por RPS: Este serviço deverá permitir a consulta de uma NFS-e gerada, através do número do RPS.		
V)	Consulta Lote de RPS: Este serviço permite que o contribuinte obtenha as NFS-e que foram geradas a partir do Lote de RPS enviado, quando o processamento ocorrer sem problemas; ou que obtenha a lista de erros e/ou inconsistências encontradas nos RPS.		
VI)	Substituir NFS-e: Esse serviço permite o cancelamento de uma NFS-e com sua substituição por outra.		
VII)	Cancelar NFS-e: Esse serviço permite o cancelamento direto de uma NFS-e sem a sua substituição por outra.		
VIII)	Enviar Lote RPS Síncrono: Esse serviço compreende a recepção do Lote de RPS. Quando efetuada a recepção, o lote será processado e deverão ser feitas as validações necessárias e geração das NFS-e.		
IX)	Enviar Lote RPS: Esse serviço compreende a recepção do Lote de RPS, a resposta com o número do protocolo gerado para esta transação e o processamento do lote. Quando efetuada a recepção, o Lote deverá entrar na fila para processamento posterior quando serão feitas as validações necessárias e geração das NFS-e.		
X)	Geração de NFS-e: Esse serviço compreende a recepção do RPS. Quando efetuada a recepção, deverão ser feitas as validações necessárias do RPS e geração das NFS-e.		
d)	As mensagens de comunicação entre o módulo WEB SERVICE e o sistema ERP do contribuinte deverão utilizar o padrão internacional de assinatura digital OASIS Standard 200401.		
e)	Toda a comunicação efetuada entre o módulo WEB SERVICE e o sistema ERP do contribuinte deverão ser armazenadas no banco de dados do município, para posterior auditoria, se necessário for.		
f)	O WEB SERVICE deverá validar se o lote RPS foi enviado como homologação ou em produção, conforme definido no cadastro do prestador de serviço.		
g)	Permitir realização de testes e integração das aplicações do contribuinte durante a fase de implementação e adequação do sistema de emissão de NFS-e, utilizando a solução WEB SERVICE a qual deverá ser no mesmo ambiente de produção ou homologação.		
h)	Além da assinatura digital com Certificado Digital ICP-Brasil no modelo OASIS o WEB SERVICE deverá possuir senha de autenticação para cada prestador de serviços, a fim de evitar fraudes no acesso e geração de informações via WEB SERVICE.		



i)	O software deverá conferir o login e senha no arquivo XML enviado pelo prestador de serviço, para qualquer comunicação entre o ERP e o WEB SERVICE rejeitando-a caso a autenticação seja rejeitada.		
j)	O software deverá conferir a assinatura digital efetuada por meio de Certificado Digital - ICP Brasil, de todos os XML enviados pelos prestadores de serviço, por intermédio de integração, verificando sua validade e rejeitando caso a assinatura seja inválida conforme definido abaixo:		
k)	Extraír a chave pública do certificado;		
l)	Verificar o prazo de validade do certificado utilizado;		
II)	Montar e validar a cadeia de confiança dos certificados validando também a LCR (Lista de Certificados Revogados) de cada certificado da cadeia;		
III)	Garantir que o certificado utilizado é de um usuário final e não de uma Autoridade Certificadora;		
IV)	Validar a integridade de todas as LCR utilizadas pelo sistema;		
V)	Prazo de validade de cada LCR utilizada (verificar data inicial e final).		
VI)	O Software deverá efetuar a assinatura de todas as NFS-e emitidas através de certificado digital - ICP Brasil, E-CNPJ do Município.		
VII)	Validar a estrutura do arquivo XML recepcionado, em conformidade com os códigos de erros estabelecidos no modelo da ABRASF 1.2 ou 2.03.		
2.20.14 0	Permitir conferência de todos os dados informados pelos contribuintes durante a rotina de atualização cadastral, com opções para o fiscal municipal aceitar ou rejeitar os dados editados pelo contribuinte, disparando um e-mail para o mesmo, após ação do fiscal, contendo mensagem configurável.		
2.20.14 1	Permitir consultar as atualizações cadastrais utilizando no mínimo os seguintes filtros: CPF/CNPJ do contribuinte, Inscrição cadastral, CPF do requerente, razão social, situação da atualização cadastral, período da solicitação.		
2.20.14 2	Permitir imprimir relatório contendo os resultados da consulta de atualizações cadastrais.		
2.20.14 3	Permitir liberação ou bloqueio de acesso do contribuinte (empresa) às rotinas do software.		
2.20.14 4	Permitir liberação ou bloqueio de CNAE's adicionados na atualização cadastral.		
2.20.14 5	Permitir visualizar documentos .PDF anexados durante a atualização cadastral pelo contribuinte.		
2.20.14 6	Permitir consultar os usuários cadastros, pelos filtros: CPF Usuário, Nome Usuário, Situação Usuário, CNPJ Empresa vinculada ao usuário e Razão Social Empresa vinculada ao usuário.		
2.20.14 7	Permitir efetuar edições nos cadastros de usuários, tais como: e-mail e data de nascimento do usuário.		



2.20.14 8	Permitir visualizar e remover acesso do usuário consultado aos contribuintes (empresas).		
2.20.14 9	Permitir alterar a senha do contribuinte cadastrado pelo portal do contribuinte.		
2.20.15 0	Permitir bloquear o acesso de um usuário ao portal do contribuinte.		
2.20.15 1	Permitir cadastrar um grupo de documentos ou textos, que aparecerá na parte pública do sistema acessado pelo contribuinte.		
2.20.15 2	Permitir cadastrar um documento vinculado a um grupo de documento, para que seja acessível aos usuários, que poderão visualizar e baixar os documentos. Permitir cadastrar anexos de várias extensões, e adicionar URL's. Poderá manter histórico de versões do documento cadastrado.		
2.20.15 3	Permitir analisar as solicitações de cancelamento de NFS-e, mostrando o parecer do prestador e do tomador, visualizar o PDF da nota e permitir aceitar ou rejeitar o pedido. O sistema deverá enviar um e-mail ao contribuinte contendo o resultado da análise.		
2.20.15 4	Permitir analisar as solicitações de cancelamento de DMS, mostrando o parecer do prestador e do tomador, permitir aceitar ou rejeitar o pedido. O sistema deverá enviar um e-mail ao contribuinte contendo o resultado da análise.		
2.20.15 5	Permitir alterar o status de entrega da NFS-e.		
2.20.15 6	Permitir importar arquivo de candidatos eleitorais no padrão definido pelo TSE (Tribunal Superior Eleitoral). Gerar arquivo contendo os documentos fiscais emitidos para candidatos eleitorais para ser importado no software do TSE.		
2.20.15 7	Permitir efetuar a configuração de uma respectiva conta de e-mail institucional do municipal a qual o software deverá utilizar para comunicação automatizada com os contribuintes.		
2.20.15 8	Permitir utilizar as seguintes configurações para registrar o e-mail institucional: Nome, Endereço de E-mail, Nome de Usuário, Senha, Servidor de entrada de e-mails, Servidor de saída de e-mails, porta.		
2.20.15 9	Permitir configurar um modelo de e-mail padronizado para ser enviado aos contribuintes automaticamente no ato da emissão da NFS-e.		
2.20.16 0	Permitir configurar um modelo de e-mail padronizado para ser enviado aos contribuintes automaticamente no ato da substituição da NFS-e.		
2.20.16 1	Permitir configurar um modelo de e-mail padronizado para ser enviado aos contribuintes automaticamente no ato de cancelamento da NFS-e.		
2.20.16 2	Permitir configurar um modelo de e-mail padronizado para ser enviado aos contribuintes automaticamente na movimentação do cancelamento da NFS-e.		
2.20.16 3	Permitir configurar um modelo de e-mail padronizado para ser enviado aos contribuintes automaticamente no ato do cadastro do usuário contendo a senha de acesso ao portal.		



2.20.16 4	Permitir configurar um modelo de e-mail padronizado para ser enviado aos contribuintes automaticamente no ato da geração da senha para acesso ao WEB SERVICE.		
2.20.16 5	Permitir configurar datas e horários de atendimento ao contribuinte pelo setor de tributação municipal.		
2.20.16 6	Permitir executar rotina de virada de exercício.		
2.20.16 7	Permitir configurar diversos parâmetros de gerenciamento e gestão do ISSQN tais como: Nome prefeitura, Nome secretaria, Nome Departamento, Regra de local de incidência, dias limite para envio de RPS, dias limite para criação de NFS-e retroativa, percentual máximo de dedução e outros.		
2.20.16 8	Permitir configurar notas explicativas gerais que serão impressas nas cartas de correção eletrônicas CC-e.		
2.20.16 9	Permitir parametrizar o prazo para substituição de NFS-e, conversão de RPS pelo prestador de serviços.		
2.20.17 0	Permitir configurar as respectivas guias de recolhimentos com os tipos de declaração mensal de serviços, utilizadas no software de gestão tributária do município para fins de lançamento dos tributos.		
2.20.17 1	Permitir configurar datas de vencimentos das declarações mensais de serviços, por competência e por guia de recolhimento.		
2.20.17 2	Permitir cadastrar reduções, isenções ou imunidade para prestadores ou tomadores de serviço.		
2.20.17 3	Permitir informar a Legislação que institui o incentivo fiscal, isenção, imunidade ou outro benefício fiscal.		
2.20.17 4	Permitir informar o período de vigência do incentivo cadastrado no software.		
2.20.17 5	Permitir configurar reduções por percentual ou de alíquota da base de cálculo em um incentivo fiscal.		
2.20.17 6	Permitir identificar se o incentivo fiscal cadastrado é aplicado somente para o município a qual o prestador está domiciliado ou se o mesmo é válido para todos os municípios.		
2.20.17 7	Permitir cadastrar incentivo fiscal para uma obra específica através do seu número de registro no INSS como também pela ART.		
2.20.17 8	Permitir registrar um incentivo fiscal para um respectivo tomador de serviços.		
2.20.17 9	Permitir cadastrar modelos de relatórios personalizados que serão impressos pelas rotinas no sistema acessado pelo contribuinte.		
2.20.18 0	Permitir consultar, aprovar ou rejeitar as solicitações de RPS.		



2.20.18 1	Permitir configurar parâmetros de liberação automática de RPS quando X% já estiver usada.		
2.20.18 2	Possuir rotina para configurar o certificado digital da prefeitura diretamente por tela do sistema, permitindo também que seja atualizado a qualquer momento.		
2.20.18 3	Permitir que o usuário da gestão administrativa defira ou indefira as denúncias de não conversão de RPS em NFS-e, dando a possibilidade de consultar as denúncias através de um filtro.		
2.20.18 4	Permitir o controle de concursos, referentes ao incentivo de emissão de notas, contendo os seguintes recursos:		
2.20.18 5	Cadastrar um concurso com informações como: Nome, período vigente, data do sorteio, premiação, valor por cupom, Status do concurso;		
2.20.18 6	Permitir informar o termo de adesão do concurso que será disponibilizado nos canais de atendimento ao cidadão (aplicativo móvel, site da prefeitura);		
2.20.18 7	Controlar a adesão dos cidadãos ao concurso, registrando o aceite do termo de adesão, data adesão, cpf;		
2.20.18 8	Permitir que seja incluído no concurso um documento do regulamento (em formato PDF) que será disponibilizado nos canais de comunicação com o cidadão quando o mesmo realizar a adesão ao concurso;		
2.20.18 9	Permitir que sejam cadastrados determinados CPFs que serão excluídos do concurso (como por exemplo prefeito, vice-prefeito, secretários, empresários envolvidos na doação de premiação, entre outros);		
2.20.19 0	Possibilitar ao cidadão consulta (através do site da prefeitura e/ou aplicativo móvel android e iOS) das notas incluídas no concurso, bem como os cupons previstos que serão gerados para concorrer à premiação.		
2.21.	Sistema de Gestão de Portal Transparência Lei 131/2009		
2.21.1.	Deverá ser desenvolvido para atender a Lei Complementar nº 101/2009, a qual instituiu a obrigatoriedade quanto à divulgação através de meios eletrônicos e de acesso ao público, dos planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; das prestações de contas e do respectivo parecer prévio; do Relatório Resumido da Execução Orçamentária, do Relatório de Gestão Fiscal e das versões simplificadas desses documentos.		
2.21.2.	O Portal da Transparência, deverá possuir integração automática entre os módulos Contabilidade, Compras e Licitações, Folha de Pagamento, Frotas, Almoxarifado, Patrimônio, Obras e Protocolo possibilitando a demonstração em tempo real de diversas informações exigidas pelas LC 101/2009 e atualmente pelo Ministério Público, simplesmente pelo lançamento desses dados nos referidos módulos.		
2.21.3.	As informações poderão ser visualizadas através de listagem em tela, relatórios e documentos auxiliares inseridos em formato PDF, TXT, XLS ou CSV inclusive para impressão.		



2.21.4.	O sistema deverá realizar a integração entre os módulos Frotas, Obras e Patrimônio de forma automática, dispensando qualquer procedimento operacional para sua demonstração. Caso a entidade não possua os módulos, é possível inserir manualmente os relatórios para serem apresentados no Portal da Transparência.		
2.21.5.	Deverá fazer a geração automática de relatórios em formato PDF apresentando automaticamente estes no Portal da Transparência, os relatórios deverão ser gerados por período, sobrepondo ou não, os anteriores, ainda poderá ser alterada a competência de geração (Mensal, Bimestral, Trimestral e Semestral) com opção de ser acumulado ou não. Deverá permitir também a inclusão de relatórios de forma manual.		
2.21.2.	Possuir opção para a Entidade incluir mensagens nos menus apresentados, como avisos e notas explicativas.		
2.21.7.	Possuir opção de personalização do Portal da Transparência, alterando nomes de menus e submenus, podendo criar novos menus e submenus, alterar a ordem de apresentação tanto dos menus como submenus conforme a necessidade, podendo alterar a sua cor, assim como alterar a imagem do plano de fundo e ícones dos menus.		
2.21.8.	O Portal deverá apresentar gráficos dos valores Arrecadados, Empenhados, Repasses Recebidos e Repasses Enviados. Visualizar os Repasses enviados e recebidos detalhando: Data, Banco e Valor.		
2.21.9.	Demonstração das despesas deverá ter a opção de visualização por Órgão, Função, Elemento da Despesa, Programa e Projeto. Os valores apresentados devem ser cumulativos até a data da consulta e as informações podem ser exportadas em PDF, TXT, XLS ou CSV, permitindo impressão, podendo ainda visualizar estas informações através de gráficos.		
2.21.10	Demonstração da Receita deverá conter o valor orçado e arrecadado, podendo realizar o detalhamento das receitas chegando até os lançamentos de realização. Os valores apresentados devem ser cumulativos até a data da consulta e as informações podem ser exportadas em PDF, TXT, XLS ou CSV, permitir impressão.		
2.21.11	Os convênios cadastrados no módulo Contabilidade, devem estar detalhados pelo nº do Convênio, destinatário ou repassador, valor, CNPJ, nº de parcelas, justificativa, data início e término, fonte e o documento disponível para visualização e impressão.		
2.21.12	As licitações devem ser detalhadas por modalidade, número, processo, data de abertura, situação e objeto. Deve ser possível inserir os documentos em PDF ou scaneados para permitir sua visualização, sendo eles:		
a)	Editais;		
b)	Atas de Sessão;		
c)	Contratos;		
d)	Empenhos;		
e)	Homologações e Ratificações;		



f)	Adjudicações.		
2.21.13	Os dados informados no módulo Patrimônio, devem demonstrar:		
a)	Código do tombamento;		
b)	Tipo e descrição do patrimônio;		
c)	Data de Aquisição;		
d)	Tipo de incorporação;		
e)	Valor atual;		
f)	Valor da aquisição;		
g)	Situação do bem.		
2.21.14	Demonstrar todas as obras contendo as seguintes informações:		
a)	Bem;		
b)	Empresa responsável pela obra;		
c)	Data de início;		
d)	Valor do contrato;		
e)	Valor aditivo;		
f)	Valor pago até o momento;		
g)	Situação;		
h)	Medições;		
i)	Planilhas;		
j)	Imagens da Obra;		
k)	Descrição da obra.		
2.21.15	Visualizar todos os veículos cadastrados no módulo Frotas discriminando:		
a)	Placas;		
b)	Chassi;		
c)	Renavam;		
d)	Data de incorporação;		
e)	Setor e situação.		
2.21.16	Disponibilizar ainda a opção de demonstrar a quilometragem e gastos por requisição ou por gasto individual do veículo.		



2.21.17	Visualizar informações importadas na tela de "Diárias", possibilitando ainda anexar documentos e planilhas, disponibilizando consulta por:		
a)	Nome;		
b)	Cargo do funcionário;		
c)	Nº do empenho;		
d)	Processo administrativo (caso houver);		
e)	Data de saída e retorno;		
f)	Destino e motivo da viagem;		
g)	Quantidade de diárias;		
h)	Valor total;		
i)	Valor de passagens (caso houver);		
2.21.18	Possibilitar visualização das informações importadas do módulo Folha de Pagamento, entre elas:		
a)	Nome do servidor;		
b)	Código de matrícula;		
c)	Cargo / Função;		
d)	Situação;		
e)	Natureza ou classificação do servidor;		
f)	Tipo da folha;		
g)	Salário base (opcional mostrar valores referente aos descontos e proventos);		
h)	Data de admissão;		
i)	Nomeação;		
j)	Lotação;		
k)	Cedido de e cedido para (caso houver).		
2.21.19	Permitir a visualização do quadro de pessoal, exibindo as vagas criadas, ocupadas e disponíveis por tipos de cargos, inclusive com a consulta mensal ou anual		
2.21.20	Possuir pesquisas de empenhos por:		
a)	Empenhados;		
b)	Liquidados;		
c)	Pagos;		



d)	Anulados;		
e)	Retidos e a Pagar.		
2.21.21	Pesquisar também empenhos por programática, devendo permitir os seguintes filtros:		
a)	Órgão;		
b)	Sub-Função;		
c)	Elemento;		
d)	Unidade;		
e)	Programa;		
f)	Desdobramento;		
g)	Sub-desdobramento.		
2.21.22	Possibilitar a consulta dos empenhos que já estão liquidados e aptos para pagamento.		
2.21.23	Visualização das Leis e Atos que derivam do módulo contabilidade, permitindo pesquisa pelos filtros:		
a)	Data inicial;		
b)	Data Final;		
c)	Escopo;		
d)	Natureza;		
e)	Tipo de Documento Legal;		
f)	Ano;		
g)	Número.		
2.21.24	Possibilitar solicitações de pedidos de informação pelo Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC), permitindo ser identificado ou anônimo, devendo ser tramitados no módulo de protocolo.		
2.21.25	Permitir a Entidade inserir as perguntas e respostas frequentes realizadas pelo público, no intuito de auxiliar quanto ao esclarecimento de dúvidas gerais.		
2.22.	Sistema de Gestão de Recursos Humanos, Folha de Pagamentos, E-Social e medicina e segurança do trabalho);		
2.22.1	O Software de Folha de Pagamento Web deverá contar com integração nativa ao cadastro de pessoas compartilhado aos demais módulos, facilitando o reaproveitamento de dados pessoais, endereços, dados bancários, dentre outras informações, durante o cadastro de novos vínculos funcionais.		



2.22.2	Necessário que o módulo seja multiusuário e exista a possibilidade de gerenciamento para várias empresas/entidades, dispondo de navegação direta dentre elas para usuários com permissão.		
2.22.3	Disponibilizar de Paineis Dashboard com informações de níveis gerenciais, como: Número de Servidores Ativos, Servidores Afastados, Demitidos e em Férias durante a Competência consultada.		
2.22.4	Disponibilizar de Paineis Dashboard com resumos analíticos, auxiliando os gestores em tomadas de decisões com informações relevantes, tais como: Número de Servidores Afastados, Resumo Situações de Férias e em Licença Prêmio dentro da competência consultada.		
2.22.5	Disponibilizar de Paineis Dashboard para Resumo da Folha de Pagamento, onde seja apresentado o total de proventos, total de descontos, total líquido, resumos previdenciários de todas as previdências existentes, resumo de consignados por banco, possibilitando ainda realizar filtros para visualizar tipos de folhas ou regimes de trabalho específicos.		
2.22.6	Possibilitar filtrar matrícula, garantindo a navegação geral do sistema em suas rotinas, buscando a facilidade de acesso das informações consultadas para determinada matrícula.		
2.22.7	Possuir quadro de resumos comparativos para auxílio de análises, gerando facilidade no entendimento e andamento de folhas de pagamento para competências diferentes, com a opção de impressão.		
2.22.8	Disponibilizar de consultas de históricos funcionais, em tempo real e com linha do tempo, apresentando as datas para cada movimentação ou mudanças do servidor, dispondo de link direto de acesso as movimentações relacionadas.		
2.22.9	Possuir consulta em tela e impressão de Recibos de Pagamentos dos Servidores, Estagiários, Prestadores de Serviços (Autônomos), Recibos e Avisos de Férias, Termos de Rescisão e Exoneração e Resumos de Folha de Pagamento.		
2.22.10	Gerenciar o Tempo de Serviço dos servidores, permitindo configurar a quantidade de tempo para as progressões automáticas, classificadas por categorias e regimes.		
2.22.11	Permitir a manutenção de período aquisitivo de adicional por tempo de serviço, realizando averbações ou deduções de períodos conforme a legislação vigente.		
2.22.12	Permitir a manutenção de período aquisitivo de licença prêmio e férias, realizando alterações/correções de datas ou deduções de direito conforme a legislação vigente.		
2.22.13	O sistema deverá possibilitar o seu uso, mesmo durante o processo de cálculo da folha, possibilitando ao usuário o cadastro de movimentações ou outros em paralelo com a rotina de cálculo sendo realizada.		
2.22.14	Contar com gerenciamento através de consultas em telas, das folhas já pagas, possibilitando ainda ao usuário a realização de pagamentos diversos dentro de uma mesma competência para os servidores públicos.		



2.22.15	Disponibilizar rotina de integração contábil, com opção de escolher a folha necessária, assim como disponibilizar resumos dos valores para facilidade dos usuários que realizam os empenhos, onde a integração deverá ser no modelo nativo entre os módulos de folha e contabilidade, dispensando assim o uso de arquivos.		
2.22.16	Possuir gerenciamento de contas diversas durante a realização dos pagamentos dos servidores públicos, assim como a possibilidade de processar arquivos bancários de diferentes bancos.		
2.22.17	Possuir rotina de controle de pensão alimentícia, permitindo definir os tipos de cálculos que serão executados para cada pensão alimentícia de forma automática, conforme cada decisão judicial.		
2.22.18	Permitir ao gestor, gerar os créditos de pensão alimentícia para os beneficiários através de arquivos bancários.		
2.22.19	Gerar ocorrências diversas durante o cálculo da folha, auxiliando os usuários em possíveis erros encontrados durante a rotina, ou alertas que devem ter a atenção do gestor do sistema de Folha.		
2.22.20	Permitir o controle e configuração de afastamentos reincidentes, permitindo informar mais de um CID.		
2.22.21	O sistema deverá administrar os diversos cálculos existentes de forma separada, onde contemple tipos de Folha Mensal, Férias, Licença prêmio, 13º Salário e 13º Salário 2ª parcela, Rescisão e Folhas Complementares, permitindo aos usuários acessos a consultas individualmente.		
2.22.22	Permitir diferentes configurações para o pagamento de Férias, onde seja possível definir regras diferentes para cada regime de trabalho existente, indicando sobre o cálculo de adiantamento salariais, somente do abono constitucional e ainda se existem deduções que afetem os dias de direito dos servidores.		
2.22.23	Gerenciar os locais de trabalho de forma individual ao cadastro de organogramas, assim como permitir o cadastro e vinculação dos postos de trabalho existentes dentro dos locais de trabalho, com controle completo dos históricos funcionais para compor a vida funcional dos servidores.		
2.22.24	Disponibilizar de consultas de médias calculadas por período aquisitivo de licença prêmio, férias, 13º salário e rescisão que contemplam as movimentações citadas, detalhando os valores e referências apuradas em cada competência de cálculo para composição dos valores de cada verba existente.		
2.22.25	Possuir mecanismos para conferência de líquido dos servidores, comparando com o líquido de outras competências.		
2.22.26	Disponibilizar acesso do resultado de cálculo em tela financeira dos servidores, possibilitando verificar os valores de encargos e FGTS gerados, ainda apresentando detalhadamente as unidades das verbas, como a composição da base de cálculo gerado para as mesmas.		



2.22.27	Permitir realizar lançamentos para o mês atual ou para um período específico de datas, inclusive com lançamentos de mesmo evento para a mesma competência realizando cálculos proporcionais.		
2.22.28	Permitir o gerenciamento de lançamento de férias coletivas para os servidores públicos, com opção de escolher regimes específicos ou outros tipos de filtros conforme necessidade do ente.		
2.22.29	Permitir realizar lançamentos para o mês atual ou para um período específico de datas, inclusive com lançamentos de mesmo evento para a mesma competência realizando cálculos proporcionais.		
2.22.30	Gerenciar o cálculo para matrículas que possuam mais de um vínculo funcional ativo, somando as bases de cálculos para o Imposto de Renda e Previdência para os descontos, realizando ainda a distribuição uniforme dos valores dos impostos.		
2.22.31	Possuir controle de empréstimos, com o lançamento e controle de históricos de quitação, interrupção e refinanciamento, como consultas e configuração da margem para os consignados.		
2.22.32	Possuir controle de tabelas e plano salariais, permitindo anexar os cargos que estão vinculados a um determinado plano.		
2.22.33	Contar com gerenciamento de fechamento de folha, que apresente os resumos em tela para a devida exportação e conferência de valores junto ao programa SEFIP.		
2.22.34	Realizar a geração, controle e consultas necessárias para o auxílio nas prestações de contas junto ao órgão do tribunal de contas do estado.		
2.22.35	Permitir aos usuários, realizar o cadastro e configuração de estruturas modelos de arquivos, que resulte em exportações para sistemas terceiros, conforme a necessidade do ente.		
2.22.36	Permitir o cadastro, controle e pagamento de prestadores de serviços, estagiários, aposentados, pensionistas e servidores públicos.		
2.22.37	Possuir controle de cargos por vagas, vagas por lotação e vagas por plano salarial, emitindo aviso quando ultrapassar a quantidade de vagas configuradas. Necessário o controle de legislação para os cargos (Criação, Atualização e Extinção).		
2.22.38	Possuir cadastro de concursos públicos e testes seletivos.		
2.22.39	Possuir controle de previdências com o armazenamento de históricos de tabelas e de valores, para casos de possíveis retificações.		
2.22.40	Possuir integração com módulo de portal de transparência em tempo real, não sendo necessário realizar procedimentos na aplicação ou geração de arquivos.		
2.22.41	Possuir controle e comunicação com o eSocial em tempo real, dispensando a geração de eventos para transmissão de forma manual.		
2.22.42	Possuir rotina para lançamento de múltiplas verbas para múltiplos servidores, múltiplos eventos para um mesmo servidor, múltiplos servidores para uma		



	mesma verba, permitindo também reajustes percentuais de verbas já lançadas e atualizações manuais.		
2.22.43	Permitir realizar movimentações de faltas, inclusive informando se serão justificadas ou não e deduzindo automaticamente nos períodos aquisitivos de férias, licença-prêmio, adicional por tempo de serviço e 13º salário conforme configuração prévia.		
2.22.44	Permitir realizar movimentações de elevações, promoções e reenquadramento de servidores.		
2.22.45	Permitir realizar movimentações de mudança de organograma/lotação, local de trabalho, posto de trabalho.		
2.22.46	Permitir cadastrar movimentação de servidor efetivo nomeado para exercer cargo de confiança ou político, inclusive com opções de remuneração entre o cargo efetivo e o nomeado e opções de base de cálculo para previdência.		
2.22.47	Permitir realizar movimentações de nomeação em funções gratificadas, sendo configuradas por valor, dia, hora ou percentual.		
2.22.48	Contar com o gerenciamento das informações enviadas junto ao programa DIRF, possibilitando ainda a importação dos comprovantes de rendimentos gerados pelo programa do governo direto no sistema da folha, para que os servidores possam emitir por acesso online, assegurando assim que as informações estejam identivas as enviadas.		
2.22.49	Possibilitar a geração de arquivos que cumpram a prestação de contas junto aos sistemas do governo, tais como RAIS, DIRF, CAGED e SEFIP.		
2.22.50	Permitir o reajuste global ou individual das tabelas salariais existentes.		
2.22.51	Permitir informar base de cálculo de previdência e imposto de renda retidos em outras entidades para que os cálculos dos impostos sejam computados de forma correta, gerando as devidas deduções de recolhimentos já realizados.		
2.23.	Portal do Servidor Municipal / movimentos		
2.23.1.	Permitir a visualização do histórico funcional do servidor, exibindo férias e demais históricos de movimentações;		
2.23.2.	Permitir o acesso aos diversos tipos de servidores que podem existir na entidade, tais como: Funcionários, Estagiárias, Pensionistas, Aposentados e Autônomos;		
2.23.3.	Possuir mecanismo para seleção de vínculos trabalhistas, quando o servidor possui ou possuiu mais de um vínculo com a entidade;		
2.23.4.	Permitir a consulta e impressão de holerites e recibos de pagamentos mensal, de férias, RPA, recibo de pagamento de estagiários e termos de exoneração;		
2.23.5.	Permitir o acesso de servidores após o seu desligamento;		
2.23.6.	Permitir a emissão do comprovante de rendimentos em tela no formato PDF e a impressão do mesmo.		



2.23.7	Permitir a movimentação de funcionários.		
2.24. Sistema de Gestão do Ponto Eletrônico			
2.24.1.	Os dados de acesso deverão ser armazenados em nuvem, utilizando servidores renomados que garantam o resguardo das informações, backups, a segurança e as atualizações;		
2.24.2.	Deverá possuir banco de dados relacional, orientado a objeto que seja seguro, gratuito e de código aberto.		
2.24.3.	Deverá realizar acesso via internet através de browsers, desenvolvido no modelo responsivo, ou seja, possibilitando o acesso através de dispositivos móveis em telas de diferentes tamanhos.		
2.24.4.	Permitir o acesso simultâneo (multiusuários), possibilitando ainda a definição de diferentes perfis de acesso para permissões específicas.		
2.24.5.	Realizar controles de acesso e registros de ponto delimitando Endereços de IP (Internet Protocol).		
2.24.2.	Apresentar painéis em Dashboard com gráficos estatísticos para auxílio na tomada de decisão no gerenciamento do ponto eletrônico.		
2.24.7.	Deverá permitir consultas dos registros do ponto em tempo real pelos servidores via internet, através de browsers e dispositivos mobile.		
2.24.8.	Possuir Relógio Interno para realização do registro do ponto para departamentos ou locais específicos ou funcionários.		
2.24.9.	Possibilitar acesso direto aos registros inconsistentes, de maneira que auxilie o usuário na correção e tratativa das informações necessárias.		
2.24.10.	Possibilitar o gerenciamento de banco de horas.		
2.24.11.	Possibilitar definir o tipo de crédito de horas no banco, com ou sem acréscimo do adicional.		
2.24.12.	Permitir levar saldo negativo para meses posteriores.		
2.24.13.	Possibilitar o cadastro e o gerenciamento diversificado de Banco Dias.		
2.24.14.	Controlar através do banco dias saldo de férias, eleitoral e outros créditos para controle de gozo dos servidores.		
2.24.15.	Disponibilizar os saldos de Banco Horas e Banco Dias, apresentando para o servidor a posição atual, em tela e em tempo real.		
2.24.16.	Permitir ao servidor realizar solicitação interna, criando demandas que impactam no gerenciamento do ponto, com controles de ciência por parte dos responsáveis.		



2.24.17	Disponibilizar fluxos para os trâmites de solicitações, com opções de autorizar, deferir e indeferir dependendo de cada perfil de acesso.		
2.24.18	Permitir pesquisas por assunto, situação e por tipo para as solicitações, mantendo histórico completo dos trâmites realizados com datas, horas e o usuário que tramitou.		
2.24.19	Possibilitar cadastrar tipos de solicitações diversos, atendendo as necessidades de trâmites que impactam no resultado do ponto e horários dos servidores.		
2.24.20	Realizar a coleta e o gerenciamento dos registros de horários dos relógios pontos de todos os locais controlados pela entidade, via comunicação TCP-IP, gravando a identificação, data e hora.		
2.24.21	Permitir a importação de arquivos do tipo AFD (Arquivo Fonte de Dados) manualmente, gravando a identificação, nome do coletor, data e hora.		
2.24.22	Possibilitar a geração dos arquivos AFDT e ACJEF para o fisco.		
2.24.23	Possuir integração com o sistema de Folha de Pagamento para coleta de informações cadastrais e ocorrências relacionadas ao gerenciamento do cartão ponto sem que haja a interferência do usuário para os seguintes dados:		
a)	Cadastro de Funcionários;		
b)	Cadastro de Cargos;		
c)	Cadastro de Departamentos;		
d)	Cadastro de Locais de Trabalho;		
e)	Cadastro de Horários de Trabalho;		
f)	Cadastro de Feriados;		
g)	Cadastro de Afastamentos;		
2.24.24	Programações de Férias.		
2.24.25	Permitir o cadastro de funcionários.		
2.24.22	Permitir o cadastro de cargos.		
2.24.27	Permitir o cadastro de feriados.		
2.24.28	Permitir o cadastro de departamentos.		
2.24.29	Permitir o cadastro de locais de trabalho.		
2.24.30	Permitir o cadastro de horários de trabalho.		



2.24.31	Permitir o cadastro de motivos / ocorrências.		
2.24.32	Gerenciar quadro de horários do tipo fixo, flexível e revezamentos.		
2.24.33	Possuir estrutura que possibilite descentralizar o gerenciamento do sistema.		
2.24.34	Realizar a exportação do resultado do ponto para o sistema de folha de pagamento por meio de integração nativa.		
2.24.35	Possibilitar definir os eventos que serão enviados para o sistema de folha de pagamento e o tipo de lançamento, se inteiro (dia), hora centesimal ou hora em minutos.		
2.24.32	Permitir o gerenciamento por departamento, onde o responsável realize justificativas, consultas e impressões dos relatórios dos funcionários relacionados ao departamento.		
2.24.37	Possibilitar definir o fluxo de solicitações em cada nível de gerenciamento e com visualização específica em cada nível para todo o gerenciamento do sistema.		
2.24.38	Permitir a emissão de relatórios ou justificativas em lote possibilitando filtrar funcionários, departamentos, cargos e locais de trabalho.		
2.24.39	Permitir o gerenciamento por local de trabalho, onde o responsável realize justificativas, consultas e impressões dos relatórios dos funcionários relacionados ao local.		
2.25.	Sistema de Processos Digitais		
2.25.1.	Permitir o controle de numeração de processos com possibilidade de reinício a cada novo exercício, bem como possuir controle de numerações distintas por tipos de processos, conforme necessidade da entidade;		
2.25.2.	Permitir o cadastro de roteiros e documentos por assunto.		
2.25.3.	Possuir bloqueio para não permitir a duplicidade cadastral em assuntos, documentos e locais;		
2.25.4.	Permitir a configuração de acessos por local aos usuários, não permitindo a tramitação de processos que não estejam nos locais aos quais o usuário possua permissão.		
2.25.5.	Permitir a configuração de usuários administradores, que possuem acesso a qualquer local.		
2.25.2.	Permitir a abertura de processos por diversos setores da entidade;		
2.25.7.	Possibilitar o relacionamento de requerentes e responsáveis adicionais ao processo;		
2.25.8.	Possibilitar o relacionamento de endereço complementar ao processo;		



2.25.9.	Possibilidade da identificação dos participantes no processo, como arquiteto, engenheiro e responsável técnico. Deve ser possível conforme necessidade da entidade, que sejam realizados os cadastros dos tipos desejados, para que estejam disponíveis para vinculação na abertura dos processos tanto internamente, quanto externamente pelo próprio cidadão. Estes novos relacionados ao processo devem ser demonstrados apenas em assuntos com parametrização para recebimento destas informações extras;		
2.25.10	Possuir aviso na abertura do processo ao usuário interno, indicando a existência de outros processos do mesmo assunto para o requerente;		
2.25.11	Possibilitar a indicação da finalidade do processo, sendo de atendimento ao público ou interno;		
2.25.12	Possuir opção no cadastro de processos, para identificação da sua prioridade, possibilitando inclusive que a classificação seja realizada em processos já abertos e sem a informação;		
2.25.13	Possibilitar a ordenação dos processos por ordem de movimentação;		
2.25.14	Possibilitar a emissão de comprovante de protocolização com envio por e-mail.		
2.25.15	Permitir a emissão de etiquetas e comprovantes com identificação do processo por código de barras.		
2.25.16	Possuir rotina que permita que seja parametrizado por usuário o modelo de impressão desejado para as etiquetas, com opção de escolha quando existir mais de um tipo. Essa necessidade justifica-se pelo fato de existirem impressoras distintas entre os locais para geração e cada qual com suas características peculiares, em especial no caso de etiquetas;		
2.25.17	Possuir rotina para definição de graus de sigilo aos processos, bloqueando a sua consulta para locais não relacionados.		
2.25.18	Permitir a inclusão de arquivos digitalizados aos processos, possuindo rotina para aceite ou recusa dos arquivos, com comunicação ao requerente quando cada arquivo for recusado;		
2.25.19	Possuir rotina de recebimento múltiplo utilizando código de lote gerado nos encaminhamentos dos processos.		
2.25.20	Permitir a execução das tramitações tanto de forma individual quanto múltipla, para etapas de recebimento, arquivamento e encaminhamento de processos;		
2.25.21	Permitir a inclusão da identificação física de arquivamento do processo, possibilitando inclusive a transferência da identificação física de arquivamento em processos, sem a necessidade de serem efetuadas tramitações de reabertura e rearquivamento;		
2.25.22	Possuir rotina para reabertura de processos arquivados, reinserindo a possibilidade de tramitação dos processos reabertos.		



2.25.23	Possuir rotina para anexação/apensamento de processos entre si, e neste caso na tramitação do processo principal, os processos relacionados devem ter a tramitação automática conforme o processos denominado como "pai";		
2.25.24	Permitir a visualização do histórico de toda a tramitação efetuada nos processos com indicação de datas e usuários que a realizaram, além de permitir a visualização e download de todos os anexos que compõem o processo;		
2.25.25	Permitir a edição do último trâmite do processo efetuada pelo usuário, evitando a necessidade de nova tramitação para inclusão de novas informações quanto a pareceres.		
2.25.26	Possuir rotina para exclusão de trâmites indevidos/errôneos, evitando a necessidade de tramitações para correção, devendo possuir inclusive a opção de correção em lote, para por exemplo corrigir a tramitação de diversos processos encaminhados erroneamente para determinado local;		
2.25.27	Possuir indicadores para demonstrar os processos a receber nos locais referentes ao usuário.		
2.25.28	Possuir indicadores para demonstrar os processos que estão nos locais referentes ao usuário, para possibilitar encaminhamento ágil destes.		
2.25.29	Possuir rotina de disparo de e-mail ao Requerente na Abertura e em todas as tramitações do processo.		
2.25.30	Possuir rotina de Disparo de e-mail aos usuários quando encaminhado processo a locais que possuam acesso.		
2.25.31	Possuir rotina para que na tramitação seja possível identificar tramitações como sendo privadas, ou seja, para que na consulta externa pelo requerente não sejam exibidos os dados inseridos, permitindo assim anotações internas entre locais;		
2.25.32	Possuir rotina de Controle de Tramitação por Roteiro, com possibilidade de que em assuntos específicos seja possível a tramitação somente para os locais e sequências definidas no roteiro, tanto na Abertura, Encaminhamento e Arquivamento dos processos, com identificação dos locais em que é possível o arquivamento.		
2.25.33	Possuir dashboards gerenciais para rápida identificação dos processos pendentes e sob responsabilidade do local e usuário;		
2.25.34	Possuir integração com o Sistema de Tributação para demonstrar aviso quando o requerente possuir situação de inadimplência com a Prefeitura.		
2.25.35	Possuir rotina para geração de documento de arrecadação de acordo com o assunto do processo, com impressão de boleto para recebimento na rede bancária, com a geração de débito no Sistema Tributário.		
2.25.32	Possuir consulta das tramitações dos processos pelos requerentes através de senha ou CPF/CNPJ, em ambiente sem login de usuário;		
2.25.37	Permitir a inclusão de documentos digitalizados na consulta externa do requerente, possibilitando a complementação de documentos solicitadas por meio de tramitação do processo. Sem necessidade de efetuar login no sistema;		



2.25.38	Possuir rotina para abertura de processos externamente pelos requerentes, sem necessidade de deslocamento até a entidade para efetuar a protocolização e também sem a necessidade de efetuar login no sistema;		
2.25.39	Possuir rotina para que na abertura externa, por assunto seja definido termo de aceite para a conclusão da abertura do processo;		
2.25.40	Permitir a indicação de nota explicativa no ambiente de abertura externa para facilitar a utilização pelos requerentes;		
2.25.41	Permitir ao requerente na abertura externa de processos a demonstração dos valores a serem recolhidos de acordo com o assunto do processo.		
2.25.42	Permitir a demonstração ao requerente dos documentos necessários para abertura do processo de acordo com o assunto.		
2.25.43	Possuir rotina para geração de documento para arrecadação na abertura externa de acordo com o assunto do processo.		
2.25.44	Permitir a inclusão de documentos digitalizados na abertura externa de processos diretamente pelo requerente.		
2.25.45	Possuir a possibilidade de que sejam aceitos processos anônimos na abertura de processos do tipo Ouvidoria. Caso a entidade entender por não aceitar aberturas sem identificação do requerente a opção deve ser desabilitada pela própria entidade;		
2.25.46	Possuir ambiente em área logada pelos cidadãos, onde seja possível visualizar todos os seus processos, bem como efetuar no mínimo:		
2.25.47	Abrir novos processos;		
2.25.48	Incluir novos arquivos digitalizados em processos já existentes;		
2.25.49	Efetuar tramitação complementar em processos já existentes;		
2.25.50	Reabrir processos arquivados;		
2.25.51	Avaliação de atendimento por processo;		
2.26.	Sistema Integrado de Governo Digital, processo digital, workflow e assinadores		
2.26.1.	O sistema deve ter implementado através de ferramenta de acesso ao cidadão		
2.26.2.	Permitir definição de grupos de acesso.		
2.26.3.	Permitir definição de permissões de grupos de acesso por determinado tipo de tarefa ou fluxo de trabalho.		
2.26.4.	Permitir a criação de grupo de processos de maneira dinâmica.		



2.26.5.	Permitir a utilização de formulários dinâmicos, possibilitando validação das informações com os sistemas utilizados pela Entidade.		
2.26.2.	Permitir a integração com os sistemas de gestão utilizados pela Entidade;		
2.26.7.	Permitir formulários com autocomplete de dados consultados em demais sistemas utilizados pela Entidade;		
2.26.8.	A representação gráfica construída pelo usuário, deverá compor a estrutura do sistema respeitando: fases, formulários, prazos, documentação obrigatória e condições estabelecidas no Fluxo no momento da sua criação.		
2.26.9.	Permitir definição do tipo de arquivo (Ex. PDF, ODT,DOCX,JPG,XLS) que serão obrigatórios durante determinada fase do fluxo, não permitindo a continuidade do processo sem sua vinculação.		
2.26.10.	Permitir visualização de linha do tempo das tarefas, contendo informações como: Data de criação, responsável, descrição e status da tarefa;		
2.26.11.	Permitir visualização gráfica da localização da tarefa no diagrama, com a quantidade de tarefas concluídas e pendentes;		
2.26.12.	Permitir visualização gráfica da localização da tarefa no diagrama, com visão macro do processo com etapas anteriores e posteriores a posição atual, apresentando a quantidade de vezes que a tarefa passou por determinada fase.		
2.26.13.	Permitir a gestão de atribuição de responsável ou repasse de responsável pelo usuário atual.		
2.26.14.	Possibilitar criação de modelos de arquivos, tornando-o um modelo pré definido para determinados processos, permitindo editá-lo a qualquer momento.		
2.26.15.	Permitir utilização de cabeçalhos, rodapés ou demais seções do arquivo de forma fixa.		
2.26.16.	Permitir utilização de imagens, tabelas, formatações de fontes nos modelos de arquivo pré definidos;		
2.26.17.	Permitir aprovação digital de um ou mais usuários nos documentos utilizados dentro do fluxo definido.		
2.26.18.	Permitir a visualização de processos criados pelo usuário, atribuídas ao usuário ou ao grupo do usuário em forma de lista.		
2.26.19.	Permitir a visualização de tarefas atribuídas ao usuário e pendentes de atendimento.		
2.26.20.	Permitir ao usuário a criação de tarefas dinâmicas de forma independente, sem a necessidade de definição de fluxo, com atribuição direto a um responsável.		
2.26.21.	Controlar o tempo previsto (dias/horas) para execução de cada atividade pelo usuário responsável com a possibilidade de notificação ao exceder a previsão definida.		
2.26.22.	Permitir a integração com o sistema do Ministério da Economia (SouGov.br).		



2.26.23	Permitir a visualização do domicílio eletrônico.		
2.30	Portal Web (Site Institucional)		
2.30.1	A Aplicação deverá ser desenvolvida para ser utilizado na internet, responsiva, possibilitando o acesso em celulares e tablets.		
2.30.2	Utilizar conexão segura através dos protocolos HTTPS.		
2.30.3	Permitir a gestão de cores da homepage através da conta do administrador da homepage, com vinculação do brasão da Entidade.		
2.30.4	Possuir painel administrativo com exigência de usuário e senha para gestão da homepage.		
2.30.5	Possuir recuperação de senha automática para casos de perda de senha do Gestor, através do informe do e-mail.		
2.30.6	Disponibilizar homepage personalizável, onde poderá ser definida a disponibilização de notícias, galerias, eventos, links úteis, enquetes e serviços.		
2.30.7	Disponibilizar o cadastro de eventos da Entidade para serem exibidos na página principal.		
2.30.8	O cadastro de eventos deve permitir:		
2.30.9	a) Data;		
2.30.10	b) Hora início do evento;		
2.30.11	c) Hora fim do evento;		
2.30.12	d) Nome do local;		
2.30.13	URL do local do evento (link google maps);		
2.30.14	Os eventos devem ser criados primeiramente em formato rascunho e assim que validado permitir a publicação do mesmo.		
2.30.15	O usuário administrador pode adicionar, alterar e excluir eventos;		
2.30.16	Permitir a inserção de páginas conforme a necessidade da Entidade para serem exibidos na página principal.		
2.30.17	As inserções de imagens devem criar uma galeria virtual para em seguida serem atribuídas as suas devidas funcionalidades na homepage.		
2.30.18	Permitir o envio de Imagens com o tamanho de até 1146x410 Pixels.		
2.30.19	Permitir a Entidade, adicionar imagens, que serão exibidas no banner superior da homepage.		
2.30.20	Permitir relacionar uma notícia ao banner superior.		
2.30.21	Permitir acrescentar uma enquete na página principal.		



2.30.22	Possuir configuração que irá definir se a enquete poderá ser votada mediante autenticação ou não.		
2.30.23	Possibilitar o cadastramento de galerias de imagens, para serem exibidas na página principal.		
2.30.24	Permitir o cadastramento de notícias, que serão exibidas na página principal.		
2.30.25	Possibilitar ao gestor definir qual será a notícia destaque, que irá aparecer em uma área diferenciada na página.		
2.30.26	Permitir o cadastramento de serviços conforme demanda da Entidade.		
2.30.27	Disponibilizar na página principal uma listagem de links úteis, que a Entidade deseja disponibilizar ao usuário.		
2.30.28	Permitir ao gestor configurar a quantidade de galerias que serão mostradas na página principal.		
2.30.29	Disponibilizar links de direcionamento para as redes sociais twitter e facebook, caso a Entidade possua conta.		
2.30.30	Possuir listagem dos serviços mais acessados na página principal.		
2.30.31	Possibilitar transmissão das sessões através de áudio e vídeo em tempo real, mediante link com os equipamentos da contratante.		
2.30.32	Permitir a criação de links personalizados, inclusive se valendo de links externos da Entidade.		
2.30.33	Permitir acesso aos servidores aos sistemas de Gestão da Entidade através de link informado na Home Page (Meu acesso).		
2.30.34	Permitir a criação de enquetes personalizadas através do painel administrador.		
2.30.35	Permitir opção de utilização ou não do CAPTCHA para enquetes.		
2.30.36	Permitir informar data de início e data de fim das Enquetes.		
2.30.37	Permitir gerenciamento das Enquetes através de lista com filtros de enquetes: Publicadas, Rascunho, Próximo ao término e Finalizadas.		
2.30.38	Permitir acesso a ferramenta de e-mail utilizada pela Entidade.		
2.30.39	Permitir redirecionamento aos demais portais utilizados pela Entidade, tais como Portal Transparência, Portal de acesso do Servidor, Consultas de licitações, Consultas de Protocolos.		
2.31	Sistema de gestão módulo do gestor		
2.31.1	Permitir a integração em tempo real por carga dos dados dos sistemas em produção		
2.31.2	Permitir a criação de gráficos da despesa		



2.31.3	Permitir a criação dos gráficos da receita		
2.31.4	Permitir a visualização de gráficos de pizza, barras		
2.31.5	Possuir gráficos de indicadores da receita e da despesa		
2.31.6	Possuir gráficos de índices constitucionais		
2.31.7	Permitir acessar via de forma renderizada via celular		

2.32	Sistema de Gestão de API Geoprocessamento.		
2.32.1	A integração deverá ser feita de forma contínua e agendada. Sendo que a empresa terceira deverá enviar as alterações para os Sistemas Tributário cada vez que o cadastro/movimento sofrer tal alteração, e também ao consultar qualquer recurso listado nas Tabelas, acessar a API desenvolvida para certificar-se de que o cadastro está atualizado, e caso não esteja persistir as alterações em sua base de dados, da mesma forma o software de Tributação deverá percorrer o caminho reverso atualizando os dados no ambiente do Geo.		
2.32.2	A Integração deverá ser disponibilizada por uma API de recursos CRUD (Create, Read, Update, Delete), que possa ser acessada por sistemas de terceiros. Dessa forma os recursos seriam chamados somente quando necessário, como no caso de uma alteração cadastral, economizando recursos e fazendo uma transação assistida, possibilitando assim o tratamento de exceções.		
2.32.3	Além dos recursos CRUD disponibilizados na API, também deverão ser implementados recursos de controle de acesso. Garantindo que somente pessoas autorizadas tenham acesso às informações da entidade e também que seja possível auditar toda e qualquer operação realizada por sistemas de terceiros. Visto que as informações alteradas no cadastro influenciam em todo o sistema, como cálculo de IPTU e emissão de guias diversas.		
2.32.4	Todas as alterações deverão ser gravadas em ambiente de “log” internamente nas tabelas do sistema de tributação, dispondo de forma eletrônica todas as possíveis mudanças nos cadastros e demais tabelas afetadas pela alteração, gravando de forma automatizada, o IP interno ou externo, usuário, dado atual, dado anterior, hash ou nome da máquina, possuindo.		
2.32.5	Deverá a API possibilitar a consulta, inclusão, alteração e exclusão dos seguintes recursos e outras tabelas correlatas sem custo adicional:		
2.32.6	Deverá ainda ser implementada a auditoria das operações efetuadas no sistema, ficando disponível para posterior consulta no sistema Tributário local, da mesma forma que as alterações feitas no próprio sistema.		



2.32.7	Todos os log's deverão ser compatíveis com a linguagem de log's atualmente aplicadas pelo atual sistema tributário para que sejam gravados na mesma tabela de dados pré existentes, facilitando assim os relatórios de dados já incluídos e alterados.		
2.32.8	Os recursos deverão ser disponibilizados com possibilidade de paginação, filtros e request parcial, onde o cliente poderá escolher quais campos deseja receber na resposta da requisição, a fim de otimizar os recursos e obter um melhor desempenho da aplicação.		
2.32.9	A documentação da API deverá ser feita por meio da ferramenta digital, disponibilizando todas as rotas de acesso, parâmetros obrigatórios e exemplos de requisições.		

2.31	Sistema de gestão de Leis e Atos		
2.31.1	Possuir cadastro único para todos os módulos de leis e atos		
2.31.2	Possuir campos de digitação como; código tce, número, ano vigência, escopo, documento, natureza, tipo de assunto, súmula e vinculação da íntegra do ato.		
2.31.3	Permitir a vinculação do veículo de publicação.		
2.31.4	Permitir localizar ou arrastar arquivos para anexar		
2.31.5	Possuir a vinculação de autores.		

2.32	Sistema de gestão de Cadastro único		
2.32.1	Possuir módulo de cadastramento único para pessoas físicas e jurídicas		
2.32.2	Possuir campos para definir através de marcações se é Contribuinte, fornecedor, pessoal, protocolo ou produtor rural.		
2.32.3	Possuir cadastramento de leis e atos		
2.32.4	Possuir cadastramento de agencias		
2.32.5	Possuir cadastramento de bairros		
2.32.6	Possuir cadastramento de logradouros		
2.32.7	Possuir cadastramento de cidades		
2.32.8	Possuir tela de parametrização de API com a opção de cadastramento de Path Variable, Query Params e metadados.		



2.32.9	Permitir cadastramento de consultas dinâmicas permitindo autonomia ao usuário ou operador para o cadastramento de consultas por SQL, permitindo a emissão de relatórios com os campos escolhidos (variáveis) possibilitando a exportação via arquivo ou exportação.		
2.32.10	Permitir a anexação de arquivos cadastrados para a posterior assinatura de pessoas.		

2.33	Sistema de gestão de EFD-REINF		
2.33.1	Possuir módulo de Geração		
2.33.2	Possuir filtros de pesquisa de operação, competência, fornecedor, ocorrências do tipo inclusão, alteração, exclusão.		
2.34	Apresentar o evento, status, protocolo, tipo de evento, resposta do processamento, protocolo, data e hora do processamento, numero do recibo, hash do recibo e id do evento no Xml.		

Descrição técnica Software de Saúde

CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS ESTRUTURAIS (POC)

Atendimento de 70% em geral.

Consideram-se obrigatórias todas as características aqui apresentadas e, ressalta-se que qualquer uma destas características pode, a critério da comissão de avaliação, ser demonstrada no teste de conformidade sem prévio aviso.

Em consideração aos itens que são considerados obrigatórios, mas não compõem a prova de conceito, informa-se que a proponente que não cumprir integralmente os itens aqui expostos, será considerada inapta e consequentemente, deve ser desclassificada do ato licitatório.

Requisitos não funcionais - Neste ponto, descreve-se todas as características relativas a desempenho, arquitetura, usabilidade, disponibilidade e tecnologias envolvidas que o SOFTWARE deve apresentar:

Pode ser dividido em módulos, desde que haja total e irrestrita integração entre os mesmos, em tempo real, sem necessidade de ações por parte dos usuários, excetuando-se as aplicações complementares (devidamente qualificadas no termo de referência).

Permitir indexação;

Não possuir limitação em relação ao tamanho do banco de dados;



Não possuir limitação em relação ao número de acessos ou transações (limitado a capacidade dos servidores);

Permitir minimamente 30 TB por tabela em sua estrutura;

Permitir número ilimitado de linhas em uma tabela;

Não limitar o número de índices;

Permitir rotina de backup íntegro e/ou incremental, sem impactos em performance e, com garantia de integridade de dados em um momento específico;

Permitir o uso de replicação para garantir alta disponibilidade;

Permitir o uso de pool para gerenciamento de conexões, de modo a garantir melhor uso do hardware, aumentando a performance;

Permitir o uso de cache para acesso rápido a dados com alto consumo;

Permitir uso de objetos espaciais, como pontos, linhas, segmentos, polígonos, sem uso de artifícios não nativos ao banco de dados.

Exigir o tráfego com uso de criptografia entre os servidores de aplicação e as estações (https) e entre os servidores de aplicação e o banco de dados, visando evitar o sequestro de informações que trafegam em rede. Para criptografia, deve ser possível usar certificados emitidos pelo letsencrypt ou outra fonte gratuita e confiável.

Garantia de atomicidade das transações.

Garantia de consistência dos dados, através da execução de transações isoladas.

Garantia de isolamento das transações, de modo que cada transação ocorra sem necessidade de conhecimento de outras.

Permitir o uso de particionamento dos bancos de dados, permitindo armazenamento em diversos discos rígidos ligados ao servidor, visando melhorar a performance e segurança;

Todos os recursos administrativos (usuários, grupos de acesso, partições de dados, e outros) relativos ao banco de dados não devem possuir limitações.

O banco de dados a ser utilizado deverá obrigatoriamente possuir recursos de arquivamento de log, permitindo a recuperação automática após queda (crash) do sistema.

Deve possuir mecanismo de controle de concorrência de multi-versão (MVCC) onde processos de leitura não bloqueiem processos de escrita e vice-versa reduzindo de forma drástica a contenção entre transações concorrentes e paralisação parcial ou completa (deadlock).

O banco de dados adotado deve possuir mecanismo para cópias de segurança online permitindo sua restauração point-in-time, que refletirá exatamente o mesmo ambiente do momento em que o mesmo foi realizado.

O SGBD (Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados) deve suportar minimamente índices b-tree, hash, gist, spgist, gin, e brin, permitindo a melhor escolha para cada situação.



Deve ser baseado em arquitetura TOAST (The Oversized-Attribute Storage Technique) onde os limites para armazenamento de tipos de dados serão impostos pela configuração de hardware e não pelo SGBD (Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados).

O sistema gerenciador de banco de dados padrão SQL deve permitir a criação, pelo operador, de novos: Tipos de dados, Funções, Operadores, Funções de Agregação, métodos de índice. Além de permitir a utilização de mais de uma linguagem procedural.

Cada cliente possuir banco de dados único e ambiente único.

Não é vetado neste pleito, o uso de banco de dados que não seja de código livre, devendo-se neste caso, obedecer as seguintes imposições:

Caso o banco de dados não seja de código aberto, o fornecedor da solução deverá arcar com os custos relativos a licenças para utilização de modo permanente.

Não serão aceitas versões de bancos de dados que possuam qualquer tipo de limitação de uso em virtude da versão utilizada, sejam estas limitações referentes ao número de usuários, acessos, volume de dados, ou quaisquer outras.

Caso o banco de dados a ser utilizado seja proprietário, suas licenças deverão ser adquiridas em nome da contratante e obrigatoriamente ser protocoladas no setor de protocolos do município e endereçadas ao presidente da comissão especial de avaliação, em via original.

Caso os documentos possuam assinatura eletrônica, deve-se obter cópia autenticada em cartório para realização do protocolo, garantindo assim o valor legal da mesma.

A proponente deve apresentar comprovante de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, através do fornecimento de no mínimo 1 (um) atestado fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, de porte compatível com o desta municipalidade. O atestado deverá ser emitido em nome do participante, que deverá conter no mínimo os seguintes dados:

Nome, CNPJ/MF, endereço completo com telefone da pessoa jurídica emitente, com carimbo e assinatura do responsável;

Descrição detalhada do objeto do contrato (características semelhantes ao do objeto licitado, em tipos e quantitativos);

Afirmação de que a empresa prestou ou está prestando os serviços corretamente, atendendo a todas as condições contratuais.

Caso o sistema operacional ou qualquer outra aplicação necessária para o pleno e correto funcionamento da ferramenta possua licença comercial, a mesma deverá ser adquirida em nome desta municipalidade, sempre em sua versão mais abrangente, de modo a garantir que o município não tenha limitações de acesso, tamanho, recurso, ou qualquer outra que seja imputável pela aquisição parcial da instalação.

Todas as licenças deverão obrigatoriamente ser adquiridas em nome da contratante e protocoladas no setor de protocolos do município e endereçadas ao presidente da comissão especial de avaliação,



em via original. Caso os documentos possuam assinatura eletrônica, deve-se obter cópia autenticada em cartório para realização do protocolo, garantindo assim o valor legal da mesma.

A aplicação não deve possuir nenhum tipo de bloqueio quanto ao número de usuários que poderão acessá-la simultaneamente ou ainda unidades de saúde a serem gerenciadas.

É responsabilidade única e exclusiva da CONTRATADA fornecer a licença de uso do software, e também qualquer programa, plataforma, sistema operacional e outros necessários ao funcionamento de qualquer módulo da solução ofertada, em caso de necessidade de licença proprietária, em nome da Prefeitura Municipal, sem custos adicionais ao município;

Os sistemas oferecidos deverão obrigatoriamente ser multiusuários e multitarefas, permitindo o controle de tarefas concorrentes com acesso simultâneo ao banco de dados sem perda da integridade referencial.

A aplicação ofertada deverá permitir que cada operador abra várias janelas do browser, possibilitando desta forma maior agilidade na sua operação, sem que haja nenhuma perda de integridade das informações a serem armazenadas.

Requisitos funcionais e regras de negócio

Neste ponto, descrevem-se todas as características relativas a recursos e características operacionais que o SOFTWARE deve apresentar.

Importante ressaltar neste ponto que, a organização segue o modelo organizacional deste município e, não obrigatoriamente deve ser seguido em sua organização no software apresentado. Caberá, contudo, à empresa vencedora garantir que as funcionalidades e recursos sejam apresentados nesta ordem, visando organizar a prova de conceito.

Todos os itens apresentados na tabela de requisitos funcionais, serão classificados com os seguintes tipos:

R - Requerido para a prova de conceito. Funcionalidades com este tipo deverão ser apresentadas na prova de conceito, exatamente na ordem em que são apresentadas.

T - Requerido para o final do período de treinamento. Os itens com esta marcação deverão ser entregues ao final do período do cronograma de implantação, 6 meses após a assinatura do contrato.

1 - Funcionalidades requisitadas para viabilização da renovação contratual. Estas funcionalidades deverão estar entregues e validadas pela comissão especial de avaliação antes da renovação do contrato, ao término dos 12 primeiros meses.

PLATAFORMA



Tipo	Descrição
R	O cadastro dos operadores dos sistemas deverá possuir mecanismo de controle de acessos e de nível de acesso (Inclusão, Exclusão, Consulta e alteração) através da utilização de senhas pessoais.
R	Possuir banco de dados único.
R	Possuir ambiente único para o cliente, vedado o fracionamento do ambiente tecnológicos para outros clientes. Ou seja, deveser exclusivo do contratante.
R	Apresentar virtualmente o ambiente do datacenter com todos os requisitos de banco e aplicação.
R	A solução deverá possuir mecanismo de log de atividades (auditoria) que possibilitem rastrear todas as operações realizadas para cada operador do sistema através da utilização de filtros que facilitem sua utilização, mostrando obrigatoriamente quem fez, quando fez e o que fez.
R	A solução deve possuir parametrização para o local de armazenamento dos logs de utilização do sistema (auditoria), permitindo que o mesmo seja armazenado em outro banco de dados, se a CONTRATANTE assim desejar, permitindo aumentar a eficiência do processo de leitura e escrita no banco de dados onde serão armazenados os dados a serem gerenciados pela aplicação ofertada.
R	Deve possuir mecanismo para uso do barramento SOA - SUS Cartão Nacional de Saúde, com as interfaces PIX/PDQ.
R	O sistema deverá permitir a sincronização de forma automática via “backend”, para que os cadastros sempre se mantenham atualizados, utilizando o mecanismo para uso do Barramento SOA – SUS Cartão Nacional de Saúde.
R	Deve possuir um controle de atualização dos cadastros junto ao CADWEB, para que em determinados setores o sistema avise que o cadastro está desatualizado.
R	Deve importar junto ao cadastro (quando o fizer), a data de alteração do registro no CADWEB.



R	Deve possuir integração com SIGTAP, importando todos os dados deste sistema, garantindo ainda que haja histórico e versionamento de todas as importações realizadas. Esta integração deve ser disponível durante toda a duração do contrato.
R	Deve ser possível cadastrar perfis de acesso para uso coletivo e, garantir que estes perfis possam ser configuráveis em relação às suas permissões de acesso a cada recurso do sistema, permitindo minimamente garantir que um perfil possa ou não acessar um determinado recurso, com privilégios para inclusão, edição e exclusão.
R	Deve ser possível cadastrar intervalos de acesso para vinculação a usuários de sistema em cada equipamento de saúde que o mesmo tenha acesso, restringindo assim o acesso ao sistema ao seu horário de trabalho. Caso não seja vinculado nenhum intervalo para a equipamento de saúde e usuário não haverá restrição de horários para o acesso ao sistema.
R	O sistema deve obedecer a norma do SBIS que determina que os operadores não podem se auto conceder permissões (NGS1.04.06).
R	O sistema deve permitir que operadores recebam acesso às unidades de saúde que sejam necessárias para o desempenho de suas atividades, vetando ou não o acesso às demais unidades.
R	As senhas devem ter sua complexidade em conformidade mínima com as normas do SBIS, definindo o nível de complexidade das senhas, os tipos de caracteres (letras maiúsculas, minúsculas, números e caracteres especiais) são exigidos e o comprimento mínimo e máximo da senha.
R	Todas as alterações realizadas no sistema devem ser auditáveis.
R	Todos os acessos a tela no sistema devem ser auditáveis. O simples fato de entrar em uma tela, mesmo que não seja feita alteração deve ser registrado em log.
R	O log deve permitir que todas as informações alteradas, inseridas ou excluídas sejam rastreadas.
R	A personalização de relatórios deve ser possível a técnicos da CONTRATANTE.
R	Todos os relatórios da solução devem ser gerados minimamente nos seguintes formatos: Texto (TXT), RichText Format (RTF),



	<p>OpenDocument Format (ODT/ODS),</p> <p>XML (Extensible Markup Language),</p> <p>PDF (PortableDocument Format),</p> <p>CSV (Comma Separated Value).</p> <p>Excetua-se a esta regra todos os documentos que devem ser gerados com garantia de integridade do conteúdo ou que devam ser assinados eletronicamente (cópias de prontuário, laudos de exames, fichas clínicas, e outros desta mesma natureza), que devem ser gerados unicamente em PDF ou outro formato que aceite a assinatura eletrônica, garantindo a validade da informação.</p>
R	Deve disponibilizar ao usuário recursos de informação sobre o que um botão, menu ou ícone faz ao posicionar o cursor sobre ele.
R	Deve exibir mensagens de advertência ou erro informando ao usuário um determinado risco ao executar funções solicitando sua confirmação.
R	Deve possuir cadastro de cidadãos totalmente compatível com o Cartão Nacional de Saúde.
R	Deve possuir em sua estrutura o CBO (Classificação Brasileira de Ocupações), com todos os níveis hierárquicos, conforme padrão federal.
R	Possuir cadastro de municípios compatível com os dados do IBGE
R	Possuir cadastro de estabelecimentos de saúde e suas mantenedoras, em formato compatível com o SCNES.
R	Possuir cadastro de bairros, logradouros, tipo de logradouro (compatível com cartão nacional de saúde) e vinculação de bairros e logradouros.
R	Deve permitir o cadastro de cidadãos sem endereço fixo, registrando o motivo da ausência do endereço (o motivo deve ser cadastrável).
R	Deve permitir a inativação de cadastros de cidadãos, identificando o motivo da inativação (o motivo deve ser cadastrável).
R	Deve permitir, no cadastro do cidadão, que haja controle histórico de todos os telefones fornecidos pelo mesmo para que se possa manter o histórico de contatos possíveis, não sendo necessário excluir um telefone do histórico do cidadão para inserir um novo.



R	O cadastro de cidadãos mediante configuração, obter latitude e longitude do endereço usando para isso serviço aberto disponível na WEB, ou outro tipo de serviço, sem ônus adicional à CONTRATANTE.
R	Deve ser possível, no cadastro dos cidadãos, registrar documentos das unidades, informando a unidade que possui o documento e o número do mesmo, minimamente.
R	Deve ser possível cadastrar deficiências para o cidadão (as deficiências devem ser cadastrados)
R	Deve ser possível armazenar imagem (fotografia) do cidadão em seu cadastro.
R	Deve ser possível unificar cadastros duplos encontrados no sistema, através de ferramenta administrativa. Este recurso deve unificar além do cadastro, todo o histórico de atendimentos dos mesmos.
R	Deve haver no sistema ferramenta para identificação em lote de possíveis cadastros duplos, para que seja feito processamento da unificação em lote ou análise de cada registro localizado.
R	Possuir mecanismo para desativação de logradouros cadastrados incorretamente, migrando todos os pacientes do logradouro incorreto para o logradouro correto.
R	Possuir mecanismo para desativação de bairros cadastrados incorretamente migrando todos os pacientes cadastrados no bairro incorreto para o bairro correto.
R	Deve possuir funcionalidade para gerenciamento de emissão de cartões municipais de saúde, obedecendo o seguinte fluxo: solicitação, impressão de cartão provisório, envio para gráfica, retorno da gráfica e, entrega ao usuário ou cancelamento da solicitação.
R	Deve ser possível emitir via impressa do cartão do munícipe conforme leiaute definido pela CONTRATANTE.
R	Deve possuir funcionalidade para exportação dos dados necessários para emissão de cartões permanentes em formato CSV com os campos do cadastro de pacientes a serem definidos pela CONTRATANTE
R	Deve ser possível cadastrar Declarações de Nascido Vivo no sistema, com todos os dados existentes na ficha de Declaração de Nascidos Vivos fornecida pelo Ministério da Saúde



R	Deve possuir impressão de etiqueta do cidadão. Deve ser possível personalizar o layout da etiqueta.
R	Possuir funcionalidade de registro das impressões digitais do paciente, através de leitura biométrica, permitindo ao operador identificar o dedo que está sendo registrado.
R	Deve ser possível ao gestor, através de ferramenta administrativa, definir quais campos do cadastro do cidadão deverão ser requeridos para que um cidadão seja cadastrado, sendo possível excluir unidades na criação da regra (ex.: tornar obrigatório o registro do cartão nacional de saúde em todas as unidades de atendimento, exceto na UPA, onde o campo deve ser opcional, devido as características da mesma)
R	Deve ser possível ao gestor, através de ferramenta administrativa, definir quais campos do cadastro do cidadão gerarão alerta sobre possível duplicidade cadastral, a fim de auxiliar na redução do número de cadastros duplos.
R	Deve ser possível ao gestor, através de ferramenta administrativa, impedir que sejam cadastrados vários cidadãos com informações iguais, minimamente para os campos de documentos (CPF, CNS, Identidade, e outros).
R	O sistema deve conter cadastro de termos inválidos para cadastro de cidadãos, contendo minimamente os termos inválidos constantes no manual de integração do Barramento SOA CADSUS PIX/PDQ
R	O sistema deverá possuir mecanismo que obrigue a digitação de uma justificativa caso o usuário tente alterar um número de CPF em um cadastro individual.
R	O sistema deverá solicitar que o usuário leia e aceite os termos de uso do sistema, para que fique claro e informado em respeito à responsabilidade legal que possui diante dos dados de saúde do município e dos pacientes, cumprindo assim os preceitos da LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados)
R	O sistema deverá permitir que o administrador possa definir o período que os usuários deverão renovar o termo de aceite (termo de uso) do sistema, pois os mesmos podem sofrer alterações, assim informando os mesmos e trazendo mais segurança sempre que preciso.
R	O sistema deverá possuir mecanismo de geração de senhas automáticas para os usuários que desejarem, de forma aleatória, de acordo com as regras de complexidade de senhas definidas em parâmetro do sistema e seguindo as diretrizes da SBIS.



R	O sistema deve possuir mecanismo que possibilita que o usuário visualize a sua senha no momento da digitação da mesma ao criar um novo usuário do sistema, para que se minimize o erro de digitação antes de salvar a mesma, porém não poderá ser possível visualizar a senha já digitada após ser salva, para segurança do usuário.
R	O sistema deverá possuir recurso para que o usuário visualize no momento do login, em sua tela inicial avisos pertinentes às permissões e funções designadas, permitindo que o usuário/profissional logado possa visualizar informações como CID Notificável, Informações da Regulação, Pacientes para Acompanhamento em Saúde, dentre outros.
R	Deve possuir mecanismo para que o sistema possua a possibilidade de envio de senhas através do e-mail do usuário, garantindo assim a segurança dos acessos.
R	O sistema deverá possuir mecanismo para que seja possível a autenticação OAuth (Open Authorization), que é um padrão de autorização que permite que aplicativos acessem recursos em nome de um usuário sem que esse aplicativo tenha acesso direto às suas credenciais, como nome de usuário e senha. Esses recursos devem estar disponíveis para configuração caso seja o desejo do gestor acrescentar esta opção ao login do sistema.
R	Possuir parâmetro para configuração de integração com Consórcios de Saúde, com a opção de informar a URL do Webservice e Chave de acesso.
R	Possuir parâmetro que permite informar o endereço da integração com a Teleconsulta
R	Possuir parâmetro para integrar ao PACS, caso o módulo hospitalar esteja configurado e integrado com algum sistema PACS, como por exemplo o CareStream.
R	Possuir parâmetro para que o sistema possa exigir autenticação de senha toda vez que o usuário (mesmo com permissão) realize as ações de Adicionar Certificado Digital de Profissionais, Alteração de senha manual do usuário e Adicionar papéis de usuário aos usuários do sistema, aumentando assim a segurança.
R	Deverá possuir parâmetro que disponibilize senha biométrica
R	Deverá possuir parâmetro que informe o tempo máximo da validade das senhas e o tempo de alerta antes da sessão expirar.
R	O sistema deverá alertar de forma visível e em contagem regressiva na tela o tempo restante da sessão do usuário, antes dela expirar.



R	Deverá possuir parâmetro para configuração do Painel de Consulta Pública, podendo escolher a divulgação em painel de informações da Consulta de Estoque, Resultado de Exames do Laboratório, Consulta da Lista de Espera e Consulta de Vacinas.
R	Deverá permitir escolher o nível de segurança do acesso aos dados do Painel Público entre Nível Médio (Obrigando CPF ou CNS e Data de Nascimento) e Nível Alto (Obrigando CPF, CNS e Data de Nascimento)

ATENÇÃO PRIMÁRIA

Tipo	Descrição
R	Deve permitir o cadastro das Áreas, Microáreas e equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF)
R	Possuir funcionalidade para importação do XML (disponibilizado pelo Datasus) contendo os dados dos equipamentos, profissionais e equipes da ESF.
R	<p>Possibilitar a inclusão, edição ou consulta das fichas CDS:</p> <p>Ficha de Cadastro Individual;</p> <p>Ficha de Cadastro Domiciliar e Territorial;</p> <p>Ficha de Atendimento Individual;</p> <p>Ficha de Atendimento Odontológico Individual;</p> <p>Ficha de Atividade Coletiva;</p> <p>Ficha de Procedimentos;</p> <p>Ficha de Visita Domiciliar e Territorial;</p> <p>Marcadores de Consumo Alimentar;</p> <p>Ficha de Avaliação de Elegibilidade;</p> <p>Ficha de Atendimento Domiciliar;</p> <p>Ficha complementar - Síndrome neurológica por Zika / Microcefalia.</p> <p>Ficha de Cuidado Compartilhado</p>
R	Possuir funcionalidade para armazenamento de dados sociodemográficos do paciente conforme Ficha de Cadastro Individual do e-SUS.



R	Possuir cadastro ou funcionalidade para armazenar as informações de saúde do paciente conforme Ficha de Cadastro Individual do e-SUS com restrição de acesso através do perfil, evitando acesso indevido a informações clínicas do cidadão.
R	Possuir funcionalidade para indicar informações sobre 'Morador de Rua' quando aplicado, conforme Ficha de Cadastro Individual do e-SUS.
R	Possibilitar o cadastramento de domicílios conforme Ficha de Cadastro Domiciliar e Territorial.
R	Possibilitar cadastramento de famílias e seus integrantes, conforme Ficha de Cadastro Domiciliar e Territorial e Ficha de Cadastro Individual. Havendo a possibilidade de vincular a um registro existente no cadastro de cidadão, ou através da própria tela de domicílio/família inserir novos cidadãos, sendo que estes passaram a compor o cadastro unificado de cidadãos.
R	Deve possuir mecanismo ou funcionalidade que impeça que mesmos cidadãos sejam inseridos com situação ativo em mais de uma família, bem como ação para inativar o cidadão na família, mantendo-se o histórico do mesmo.
R	Possuir ferramenta ou funcionalidade para migrar domicílios entre micro áreas, no intuito de agilizar remanejamento de domicílios e famílias entre agentes comunitários de saúde.
R	Possibilitar visualizar a situação das fichas referente a sua situação de envio para o e-SUS.
R	Deverá possuir recurso para exibir ao usuário em qual versão do e-SUS a ficha está compatível.
R	Deve possuir integração com sistema E-SUS na versão atual, disponibilizada pelo MS/DAB, transmitindo todas as informações conforme leiaute constante no LEDI e-SUS AB referente às fichas CDS, possuindo minimamente: forma de selecionar os tipos de fichas; escolha de uma ou mais competências a serem exportadas; relatório simplificado de fichas exportadas no processo; visualização de log de exportação com informações básica das fichas pertencentes ao processo; ação para baixar arquivo thrift conforme layout de integração e-SUS CDS;



	<p>validar no momento da exportação eventuais problemas nas fichas evitando a glosa no centralizador e-SUS;</p> <p>Informar qual versão do e-SUS CDS está sendo feito a geração do arquivo e suas validações.</p>
R	<p>Possuir recurso para configuração de obrigatoriedade de fichas a serem preenchidas no prontuário, sendo possível indicar minimamente:</p> <p>Ficha(s);</p> <p>CBO(s);</p> <p>Equipamento(s) de saúde.</p>
R	<p>Possuir minimamente relatórios capazes de extrair as seguintes informações:</p> <p>Acompanhamento de visitas dos Agentes Comunitários de saúde;</p> <p>Atendimentos dos cidadãos (fichas);</p> <p>Cadastros de domicílios por Agente Comunitário de saúde;</p> <p>Cadastros individuais por Agente Comunitário de saúde;</p> <p>Condutas registradas nas fichas;</p> <p>Conferência de produção;</p> <p>Consolidado de cadastros;</p> <p>Consolidado por Profissional;</p> <p>Domicílios registrados no sistema;</p> <p>Informações para preenchimento do programa “Mais médicos”;</p> <p>Marcadores de consumo alimentar;</p> <p>Procedimentos faturados e-SUS/BPA;</p> <p>Produtividade Odontológica Mensal;</p> <p>Totais de famílias e integrantes;</p> <p>Visitas domiciliares;</p> <p>Visitas domiciliares por ACS;</p> <p>Visitas domiciliares não realizadas.</p>
R	<p>Deve possuir um painel informativo para listar em cada um dos indicadores de saúde (Programa Previne Brasil) e listar os seu percentual em relação ao quadrimestre escolhido, a</p>



	fim de antecipar e prevenir sobre possíveis cortes de recursos, assim como auxiliar na tomada de decisões, podendo emitir os dados por equipe e/ou estabelecimento de saúde.
R	Deve possuir dashboard informativo diante das fichas digitadas do e-SUS AB informando um resumo por ficha, informando o número de fichas válidas, inválidas e sem lote, sendo possível selecioná-las e acessá-las clicando sobre as mesmas.

CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS

Tipo	Descrição
R	A aplicação deve possuir cadastro de benefícios contendo minimamente a descrição, o valor e procedimento.
R	Deve possuir cadastro de locais para encaminhamento do benefício.
R	O sistema deve possibilitar a configuração de obrigatoriedade de controle de saldo para cada benefício.
R	Deve possuir controle de tetos orçamentários por benefício em quantidade ou valor.
R	Deve possuir funcionalidade para identificação dos processos de concessão de benefícios segundo seu estado: Em Andamento, Autorizado e Negado.
R	Deve possuir funcionalidade ou mecanismo para emissão do Laudo Social contendo minimamente as informações de: gestor, número do laudo social, número da lei, identidade e CPF.
R	Deve possuir um campo de texto livre para informações do histórico da solicitação do benefício.
R	Deve possuir um campo de texto livre para observações no recibo de entrega de cada benefício.
R	A aplicação deve permitir que vários benefícios sejam atrelados a um mesmo processo de concessão de benefícios contendo minimamente as informações de benefício, a quantidade, o valor, o profissional, o local de retirada e observações.



R	Deve possuir mecanismo para gerenciamento e emissão de encaminhamentos para cada cidadão, contendo minimamente as informações de: cidadão, profissional, descrição do encaminhamento, trabalho do cidadão, renda do cidadão, data, hora, dia da semana, valor do encaminhamento e campo de texto livre para observações.
R	Deve permitir a emissão de recibo de entrega dos benefícios.
R	Deve permitir o gestor verificar em forma de relatório quais os cidadãos que receberam um determinado benefício, a data e o valor recebido.
R	Deve possuir relatório de extrato dos benefícios, permitindo selecionar um período e o benefício desejado.
R	Deve possuir relatório de gerenciamento dos saldos mensais dos benefícios, permitindo selecionar o mês desejado.
R	Deve possuir impressão para requerimento de auxílio financeiro, para envio ao fundo municipal de saúde.

CONTROLE DE ÓBITOS

Tipo	Descrição
R	A plataforma deve permitir registrar o óbito de um cidadão já cadastrado no sistema, utilizando a busca do cidadão no sistema minimamente pelo nome ou cartão SUS.
R	Deve possibilitar o operador informar o óbito e os dados de mortalidade do cidadão, contendo minimamente, a data e hora do óbito, o cidadão, profissional responsável, o local da ocorrência, as causas do óbito.
R	Deve possibilitar o operador informar no cadastro do óbito, o cartório e registro, bem como as causas externas ligadas ao óbito.
R	O sistema deve possibilitar a verificação em forma de relatório gerencial, os óbitos ocorridos no município por doença, sexo e faixa etária.
R	Ao registrar o óbito do cidadão, o mesmo deverá ser inativado para o sistema.



R	Permitir inativar um integrante de uma família pelo motivo de óbito do cidadão.
---	---

COMUNICAÇÃO INTERNA

Tipo	Descrição
R	Deve possuir tela de comunicação interna entre os profissionais e usuários do sistema, funcionando como um correio eletrônico de forma interna no sistema, sem depender de qualquer configuração externa, link ou plugin de servidores de e-mail.
R	A aplicação deverá possuir opção de atribuir permissões distintas a determinados profissionais, tais como: Envia, Recebe, Envia e Recebe e Sem Acesso.
R	A aplicação deverá permitir configurar resposta automática por período para cada profissional
R	Ao acessar a tela de Comunicação Interna no sistema, o usuário deverá visualizar semelhante à uma Caixa de E-mail, com as opções de Caixa de Entrada, Enviadas e Arquivadas.
R	Deverá ser possível reabrir as mensagens já lidas e realizar algumas ações como Responder, Responder à todos, Encaminhar e Marcar como não lida
R	Ao escrever uma nova mensagem, o sistema deverá permitir selecionar um usuário do sistema em específico, todos os profissionais vinculados à um determinado equipamento, todos os profissionais vinculados à um determinado papel de acesso ao sistema, todos os profissionais vinculados à uma determinada equipe de saúde, deverá possibilitar vincular apenas à profissionais que pertençam à mesma equipe do usuário que está enviando (caso possua este vínculo) ou enviar à todos os usuários do sistema.
R	O sistema deverá permitir escrever o assunto de cada mensagem.
R	O sistema deverá permitir formatar o corpo da mensagem a enviar de forma a conseguir adicionar recursos de formatação como Negrito, Itálico e Sublinhado. recursos inserção de tabelas e imagens e anexar arquivos do computador, como PDF, JPEG, PNG, TXT, dentre outros.



R	Após enviada a mensagem, o sistema deverá permitir ao usuário que enviou, realizar ações de forma rápida na lista de mensagens enviadas como o reenvio da mensagem em questão e também a visualização dos usuários que já leram/abriram a mensagem, informando em tela a data e hora da leitura.
R	O usuário deverá receber um alerta no sistema que fique visível que o mesmo possui mensagens sem ler em caixa de entrada, sendo possível clicar e acessá-las.
R	Na caixa de entrada deverá ser possível a identificação de mensagens que possuem anexo antes de abri-las.

GEORREFERENCIAMENTO

Tipo	Descrição
R	Deve haver no sistema mecanismo para georreferenciamento dos cidadãos, usando para tal, o endereço dos mesmos.
R	A ferramenta de georreferenciamento deve utilizar de mapas gratuitos, obtidos na internet ou arcar com os custos de licenciamento sem ônus adicional à CONTRATANTE.
R	Deve ser possível referenciar geograficamente, ao minimamente as seguintes ocorrências: Endereçamento dos cidadãos por sexo e idade Realização de produção ambulatorial (BPA) Ocorrência de doenças de notificação compulsória (baseado em informação de CIDs no prontuário eletrônico) Dispensação de medicamentos Realização de visitas domiciliares Exames
R	A ferramenta deve ser capaz de localizar as coordenadas geográficas de cidadãos que, por ventura não possuam as mesmas em seu cadastro, no momento de compilar os mapas.

AGENDAMENTO DE CONSULTAS



Tipo	Descrição
R	Deve ser possível realizar o cadastro das especialidades e o vínculo das mesmas com as ocupações do CBO diretamente ou então por família de CBO (esta exigência ocorre, devido ao uso comum de subespecialidades no tratamento rotineiro das especialidades médicas, tais como ortopedistas especialistas em joelho, ou oftalmologistas especializados em glaucoma, endocrinologistas especializados em diabetes mellitus). Deve ainda possuir forma de organizar as especialidades em Categorias.
R	Deve ser possível realizar o cadastro de protocolos de agendamento configuráveis pelo cliente através de ferramenta administrativa, sendo que cada especialidade pode possuir um ou mais modelos de protocolo, visando garantir que o protocolo possa ser usado como documento comprobatório do agendamento em qualquer cenário. O operador que possua acesso a configuração do leiaute dos protocolos, deve poder montar o leiaute do mesmo, inserir variáveis que são relacionadas ao agendamento, definir padrão visual e configurar a saída do mesmo para que ocorra em impressora térmica ou em impressora laser ou ambas. Para o caso de impressoras térmicas, deve ser suportada minimamente a linguagem PPLB.
R	Deve ser possível realizar o cadastro de fichas de atendimento configuráveis pelo cliente através de ferramenta administrativa, sendo que cada especialidade pode possuir um ou mais modelos de ficha de atendimento. Esta ficha será usada como alternativa ao prontuário eletrônico quando for inviável seu uso, por qualquer motivo. O operador que possua acesso a configuração do leiaute das fichas de atendimento, deve poder montar o leiaute do mesmo, inserir variáveis que são relacionadas ao agendamento, definir padrão visual e configurar a saída do mesmo para que ocorra em impressora térmica ou em impressora laser ou ambas. Para o caso de impressoras térmicas, deve ser suportada minimamente a linguagem PPLB.
R	Deve ser possível ao profissional que atende na agenda registrar bloqueios na agenda, conforme parametrização prévia, respeitando limites estabelecidos pelo gestor para tais bloqueios.
R	<p>A configuração dos cronogramas deve ser altamente flexível, permitindo que as agendas sejam montadas, minimamente para os seguintes cenários:</p> <p>agendamentos por horário (cada atendimento tem uma duração pré-determinada, e as consultas são agendadas a cada N minutos). Nesta modalidade, existe um número de vagas delimitado para atendimento.</p> <p>agendamentos por ordem (as consultas marcadas não devem ter horário marcado, ou devem ser marcadas para o horário inicial do atendimento, sendo a ordem definida pela lei 10.048/2000 e sequencialmente pela ordem de chegada para atendimento). Nesta modalidade, existe um número de vagas delimitado para atendimento.</p>



	<p>agendamentos por bloco (as consultas são agendadas em blocos de uma hora, sendo que em cada bloco, são agendados N cidadãos e, dentro de cada bloco, o agendamento ocorre da mesma forma que o agendamento por ordem). Nesta modalidade, existe um número de vagas delimitado para atendimento.</p> <p>agendamento auto-regulado para equipes de atenção básica (esta modalidade de agendamento visa fornecer autonomia para as equipes de atenção básica, fornecendo ao profissional recurso tecnológico que o permita agendar compromissos durante todo seu horário de trabalho, definindo para cada compromisso a duração do mesmo) Neste formato, não existe um número estipulado de vagas e o operador do agendamento terá como limitador de atendimento, o volume de carga horária disponível.</p>
R	Deve permitir o cadastro de cotas por equipamento de destino, período de vigência e especialidade, sendo possível vincular os equipamentos de origem com suas quantidades, percentuais ou valores.
R	Deve possibilitar configurar para cada cronograma a quantidade de vagas para agendas normais, reserva técnica e retorno.
R	Deve possibilitar configurar para cada cronograma os dias para visualização retroativas e/ou a frente para as vagas normais, de reserva técnica e de retorno.
R	Deve possibilitar configurar para cada cronograma o limite de dias para cancelamento sendo poder ser distinto para os agendamentos de outros municípios.
R	Deve ser possível selecionar no equipamento se o profissional registrado para a ocupação poderá utilizar a agenda.
R	Deverá haver rotina para buscar todos os profissionais habilitados a utilizar a agenda em todas as especialidades de acordo com categoria definida no cronograma, listando todos os vinculados a ocupações e seus respectivos equipamentos de saúde. Na listagem resultante deve haver opção para múltipla seleção dos profissionais que passaram a utilizar o cronograma para seus agendamentos.
R	<p>A tela de agenda deve disponibilizar minimamente os seguintes filtros:</p> <p>Equipamento de saúde;</p> <p>Especialidade;</p> <p>Ocupação;</p> <p>Profissional;</p>



	<p>Cidadão;</p> <p>Somente equipes do profissional;</p> <p>Somente agendas do profissional;</p> <p>NASF;</p> <p>Classificação de risco;</p> <p>Prioridades legais;</p> <p>Agendas ativas;</p> <p>Somente com vagas disponíveis;</p>
R	<p>Deve haver tela de agendamento com minimamente as seguintes opções de visualização:</p> <p>Visualização diária</p> <p>Visualização semanal</p> <p>Visualização mensal</p> <p>Visualização em lista</p>
R	<p>Deve possuir seleção de dia, semana ou mês de acordo com a forma de visualização selecionada.</p>
R	<p>Deve haver ação para avançar ou retroceder na tela de agenda de acordo com a visualização selecionada, bem como haver opção para posicionar a agenda no dia de hoje.</p>
R	<p>Deve exibir para cada visualização disponível os totais de vagas ocupadas e disponíveis para cada tipo de agenda (Normal, Retorno ou Reserva técnica).</p>
R	<p>Deve possibilitar no momento do agendamento visualizar os dados básicos do cidadão, contendo minimamente:</p> <p>Nome e/ou nome social;</p> <p>Foto;</p> <p>Endereço;</p> <p>Sexo;</p> <p>Data de nascimento;</p> <p>Idade;</p>



	Número do Cartão Nacional de Saúde (CNS); Número do Cadastro de Pessoa Física (CPF); Número da identidade.
R	Deve dispor de ação para edição de cadastro do cidadão caso o usuário tenha acesso para alterações, ou se necessário criação de novo cadastro.
R	Deve possibilitar no momento do agendamento registrar condições especiais de acordo com as prioridades legais, sendo elas minimamente: Idoso(a); Pessoa com deficiência; Gestante; Pessoa com criança de colo.
R	Deve haver opção para selecionar protocolo de agendamento a ser impresso.
R	Deve haver opção para selecionar fichas de atendimento a serem impressas após o agendamento.
R	Deve haver na listagem diária para cada agendamento minimamente as seguintes ações: Atendimento de acolhimento; Atendimento médico (prontuário); Cancelamento do agendamento;
R	Deve haver na listagem diária capacidade de processamento em lote de minimamente as seguintes ações: Transferência; Cancelamento;
R	A ação de cancelar deve minimamente solicitar as seguintes informações: Opção para definir se irá estornar a vaga; Motivo do cancelamento; Observações sobre o cancelamento.



R	A ação de transferência deve possibilitar selecionar os mesmos dados de cancelamento e possibilitar selecionar os dados do agendamento de destino, listando na sequência os cidadãos selecionados com opção de seleção de horário quando este definido em cronograma. A rotina deve cancelar os agendamentos e fazer os novos de acordo com os dados selecionados.
R	Deverá exibir na listagem diárias informações que possam auxiliar ao atendimento, sendo elas minimamente: Se foi marcado alguma prioridade legal no momento do agendamento; Sexo; Idade; Situação
R	Deve indicar na listagem a situação do cidadão na agenda, sendo elas minimamente: Agendado; Aguardando atendimento; Cancelado.
R	Deve possuir relatórios que possibilitem minimamente a extração das seguintes informações: Agendamentos em um determinado período; Cotas; Cronogramas; Detalhado de atendimentos Estatísticas por período;
R	Deve possuir ferramenta que realize o Agendamentos Múltiplos, permitindo agendar mais de uma consulta de uma única vez ao paciente, facilitando assim os casos em que o tratamento já é programado em sessões ou consultas
R	Permitir configurar o agendamento de consultas para agendas que permitam realização do Teleatendimento
R	Permitir criar agenda para vacinas, especificando que é uma agenda de vacinas.



AGENDAMENTO EM GRUPO/COLETIVO

Tipo	Descrição
R	O sistema deverá possuir funcionalidade de agendamento em grupo, onde o sistema permite o registro das ações em grupo realizadas pelos profissionais da atenção primária, bem como o seu controle.
R	Possuir cadastro de Turmas para serem usadas nos agendamentos em grupo, onde seja possível informar a descrição, informações sobre a turma, vínculo com as unidades de saúde e programas de saúde, número mínimo e máximo de participantes
R	Deve possuir a opção de inativar as turmas já criadas.
R	Na tela de agendamento em grupo o sistema deverá possuir filtros para identificação dos agendamentos já existentes no sistema, podendo filtrar por código, descrição, turma, data inicial e final, horário inicial e final, unidade de saúde, programa de saúde, profissional responsável e paciente participante.
R	Deverá ser possível filtrar os agendamentos através das atividades realizadas
R	No lançamento do agendamento em grupo o sistema deverá permitir ao usuário indicar a descrição do agendamento em questão, selecionar a turma, data, horário de início e fim, número de participantes.
R	No lançamento do agendamento em grupo o sistema deverá permitir escolher o local da atividade com opção de selecionar um estabelecimento de ensino através do INEP vinculado ao MEC, que deverá ser importado no sistema em conformidade com o município, para que seja possível lançar atividades vinculadas ao programa Saúde na Escola.
R	No lançamento do agendamento em grupo o sistema deverá permitir escolher locais de atividade que não sejam estabelecimentos de ensino, com opção de vincular estabelecimentos de saúde ou até mesmo um campo descritivo para outras localidades que não sejam educacionais ou de saúde, como centros culturais, centros de convivência ou instituições particulares.
R	Deve possuir opção de registrar a unidade de saúde responsável pela agendamento em grupo, profissional responsável com seu respectivo CBO e Equipe (se houver).
R	Deve possuir campos para registrar a atividade realizada no agendamento, com as opções padrões preconizadas pelo Ministério da Saúde como Reuniões de equipe, Reunião



	intersectorial/Conselho local de saúde/Controle social, Educação em Saúde, Atendimento em Grupo, Avaliação/Procedimento coletivo e Mobilização Social.
R	Deve possuir campos para registrar os temas para reunião realizado no agendamento, com as opções padrões preconizadas pelo Ministério da Saúde como Questões administrativas/funcionamento, Processo de trabalho, Diagnóstico/Monitoramento do território, Planejamento/Monitoramento das ações de equipe, Discussão de caso ou projeto terapêutico singular, Educação permanente e Outros.
R	Deve possuir campos para escolher o público alvo no agendamento, com as opções padrões preconizadas pelo Ministério da Saúde como Comunidade em geral, Criança de 0 a 2 anos, Criança de 4 a 5 anos, Criança de 6 a 11 anos, Adolescente, Mulher, Gestante, Homem, Familiares, Idoso, Pessoas com doenças crônicas, Usuário de tabaco, Usuário de álcool, Usuário de outras drogas, Portador com sofrimento ou transtorno mental, Profissional da Educação e Outros.
R	Deve possuir campos para registrar os temas para saúde no agendamento, com as opções padrões preconizadas pelo Ministério da Saúde como Ações de combate ao Aedes aegypti, Agravos negligenciados, Alimentação saudável, Autocuidado de pessoas com doenças crônicas, Cidadania e direitos humanos, Dependência química (tabaco, álcool e outras drogas), Envelhecimento (climatério, andropausa, etc.), Plantas medicinais/fitoterapia, Prevenção de violência e promoção da cultura da paz, Saúde ambiental, Saúde bucal, Saúde do trabalhador, Saúde mental, Saúde Sexual e reprodutiva, Semana saúde da escola e Outros.
R	Deve possuir campos para registrar as práticas em saúde realizadas no agendamento, com as opções padrões preconizadas pelo Ministério da Saúde como Antropometria, Aplicação tópica de flúor, Desenvolvimento da linguagem, Escovação dental supervisionada, Práticas corporais/atividade física, Programa Nacional de Controle de Tabagismo (1,2,3 e 4), Saúde auditiva, Saúde ocular, Verificação de situação vacinal, Outras e Outro procedimento coletivo.
R	Ao lançar o agendamento em grupo, o sistema deverá lançar automaticamente o procedimento de Atividade Educativa / Orientação em Grupo da Atenção Primária (01.01.01.001-0) conforme tabela vigente do SIGTAP vinculado ao profissional responsável e unidade de saúde.
R	Na sessão de Práticas em saúde o sistema deverá lançar de forma adicional ao procedimento de Atividade Educativa, os procedimentos de Ação Coletiva de Aplicação Tópica de Flúor Gel (01.01.02.001-5) quando selecionada a opção "Aplicação Tópica de Flúor" e Ação Coletiva de Escovação Dental Supervisionada (01.01.02.003-1) quando selecionada a opção "Escovação Dental Supervisionada".



R	Se o CBO do profissional não for compatível com os procedimentos odontológicos da sessão Práticas em Saúde, o sistema deverá impedir o registro desses procedimentos.
R	Quando selecionado a opção “Outro procedimento coletivo”, o sistema deverá habilitar um campo para selecionar um novo procedimento coletivo que seja compatível com o CBO do profissional responsável, conforme diretrizes do Ministério da Saúde.
R	O sistema deverá permitir registrar observações em forma de texto livre ao Agendamento em Grupo.
R	O sistema deverá permitir adicionar mais profissionais participantes ao agendamento em grupo, independente de qual unidade de saúde seja.
R	O sistema deverá permitir informar os pacientes participantes ao agendamento em grupo e no momento da inserção permitir informar peso e altura, para cálculo do IMC, Área da Superfície Corporal, Classificação automática do Estado Nutricional (Magreza acentuada, Magreza, Eutrofia, Sobrepeso, Obesidade e Obesidade Grave), gerando assim um procedimento BPA de Avaliação Antropométrica (01.01.04.002-4)
R	Permitir informar dados de Aferições vitais dentro do agendamento em grupo como Aferição de Pressão Arterial e Glicemia, gerando assim um procedimento BPA ao informar os dados de Aferição de Pressão Arterial (03.01.10.003-9) e Glicemia Capilar (02.14.01.001-5)
R	Permitir informar se a Avaliação do participante está alterada
R	Permitir registrar a falta do participante
R	Se o grupo fizer parte das Práticas em saúde que correspondem ao Programa Nacional de Controle do Tabagismo, permitir informar se o participante Cessou o hábito de fumar e se Abandonou o grupo
R	Permitir que o profissional possa lançar procedimentos extras individuais para cada participante inserido na atividade em grupo
R	Permitir que os participantes possam ser reaproveitados de atendimentos em grupo anteriores, desde que façam parte da mesma turma, com opções de reaproveitar os participantes de todos os grupos anteriores até a data atual, apenas os presentes no último grupo, apenas os ativos ou com participação em um determinado período (com opção para digitar o período desejado, exemplo: 01/01/2024 até 31/01/2024)



R	Permitir remover os participantes do grupo, selecionando mais de um participante se for necessário.
R	Permitir reaproveitar os procedimentos extras individuais realizados em grupos anteriores se for necessário.
R	Como o sistema utiliza de informações e opções padronizadas pelo Ministério da Saúde, ele deverá obrigatoriamente aproveitar os dados lançados no Agendamento em Grupo e gerar Fichas de Atividades Coletivas para envio ao e-SUS APS, eliminando assim o retrabalho para digitação das fichas para envio ao Ministério da Saúde.
R	O sistema deverá permitir replicar um agendamento em grupo, gerando um novo agendamento com base nas informações de um outro, agilizando o processo e eliminando erros de digitação.
R	O sistema deverá possuir opção de relatório de agendamento em grupo com a disposição de filtrar informações através de campos como Turma, Data inicial e final, Horário inicial e final, Estabelecimento de Saúde, Profissional responsável, Profissional participante, Cidadão participante, Atividades com peso informado, Atividades com Altura informada, Atividades com avaliação alterada, Atividades com Aferição de Pressão Arterial Informada, Atividades com Glicemia informada, Atividades com informações sobre o controle de tabagismo, Procedimentos, Temas para reunião (todos), Público alvo (todos), Temas para saúde (todos), Práticas para saúde (todos)

PRODUÇÃO AMBULATORIAL

Tipo	Descrição
R	Deve realizar a geração de arquivos de produção BPA (possibilitando conter procedimentos de competências passadas que ainda não foram enviados) no formato exigido pela versão atual do BPAMAG durante toda vigência contratual.
R	Deve dispor de recurso para seleção de equipamento de saúde a ser gerado o arquivo de BPA, bem como poder escolher se os procedimentos do arquivo serão consolidados ou individualizados (para aqueles que se enquadram nas duas modalidades).
R	O sistema deverá utilizar vocabulários de procedimentos SIGTAP e vocabulário de diagnóstico CID-10.



R	Deve possuir mecanismo para importação das tabelas de procedimentos do SIA através do BPAMAG ou preferencialmente SIGTAP, devendo haver uma forma automática sem intervenção do usuário através de programação no sistema ou em agendador de tarefas do servidor de aplicação (crontab, agendador de tarefas, etc).
R	Importar e manter atualizada automaticamente, com ou sem interação do usuário, a tabela unificada de procedimentos SIGTAP, mantendo a série histórica das versões.
R	Possuir funcionalidade para definição de competências para Produção Ambulatorial contendo a competência, data de início, data final e situação para fins de bloqueio impedindo movimentações.
R	Possuir mecanismo de validação dos procedimentos SUS importados da tabela SIGTAP para que estes sejam informados respeitando os critérios de glosa do BPAMAG.
R	Permitir gerar o arquivo de cobrança do BPA nos padrões determinados para importação pelos sistemas do Ministério da Saúde estipulados em documento de integração fornecido pelo Datasus.
R	Dispor de recurso para importação da tabela de CEP Brasil disponibilizada pelo Datasus.
R	Dispor de cadastros de Origem e Destino do paciente para utilização nas fichas de Registro das Ações Ambulatoriais de Saúde (RAAS) Domiciliar (RAS-AD) e Psicossocial (RAS-PSI).
R	Haver recurso para digitação das informações nos moldes do RAS-AD e RAS-PSI, passíveis de validação e exportação para o sistema RAAS.
R	Dispor de recurso para validação das informações RAS-AD e RAS-PSI, exibindo ao usuário a situação, sendo que quando inválido informar qual o motivo para que este possa ser corrigido ou complementado de acordo com as regras de validação do sistema RAAS.
R	Permitir a geração de faturas por equipamento de saúde e exportação de arquivos para o sistema RAAS de acordo com manual de integração fornecido pelo Datasus.
R	Possuir minimamente relatórios estatísticos de produção que apresentem informações referentes a: Atendimentos por profissional; Atendimentos RAAS; Cadastro Brasileiro de Ocupações e equipamento de saúde;



	<p>Cadastro Brasileiro de Ocupações e idade do cidadão;</p> <p>Cadastro Brasileiro de Ocupações e procedimento;</p> <p>CID-10 e procedimento;</p> <p>Estatístico de produção RAAS.</p> <p>Produção por profissional.</p>
R	<p>Possuir minimamente relatórios gerenciais que apresentem as seguintes informações:</p> <p>Atendimentos por idade e sexo;</p> <p>Faturamento do corpo clínico;</p> <p>Faturamento mensal;</p> <p>Procedimentos mais realizados;</p> <p>Procedimentos não faturados;</p> <p>Produção por equipamento de saúde;</p> <p>Produção por especialidade.</p>

HIGIENIZAÇÃO DE LEITOS

Tipo	Descrição
R	Deve permitir cadastrar os estados dos leitos
R	<p>Deve possuir tela para realizar a higienização do leito, selecionado:</p> <p>Seleção do Leito</p> <p>Executante</p> <p>Observação</p> <p>Estado do Leito</p>
R	<p>Deve possuir parâmetro para escolher se utiliza ou não a higienização de leitos com a situação do leito na alta, tais como:</p> <p>Reforma</p> <p>Vago</p>



	Desinfecção
	Ocupado
	Interditado
	Isolado
	reservado

AGENDAMENTO DE PROCEDIMENTOS/CIRURGIA

Tipo	Descrição
R	Deve permitir realizar o agendamento por Grupo/Especialidade, selecionando a data e horário, Tipo do Compromisso, paciente, Convênio e procedimentos
R	Deve ser possível cadastrar o paciente, caso o mesmo não possua cadastro
R	Deve ser possível transferir a agenda do paciente, selecionando o motivo.
R	Deve permitir lançar indisponibilidade do profissional na data selecionada, ainda preenchendo o motivo.
R	Deve permitir lançar a agenda cirurgica através das salas cirurgicas
R	Deve possuir funcionalidade para filtrar os agendamentos do dia
R	Deve ser possível realizar o controle de tratamento oncológico através da agenda, para seções de quimioterapia
R	<p>Permitir gerara relatórios gerenciais, tais como:</p> <p>Agendamentos</p> <p>Escala de Agendamento</p> <p>Fila de Pacientes da Agenda</p> <p>Mapas de Cirurgias</p> <p>Cirurgias realizadas no período</p> <p>Cirurgias canceladas no período</p>



ATENDIMENTO A URGÊNCIA E EMERGÊNCIA

Tipo	Descrição
R	Deve permitir o cadastro de vários setores de atendimento.
R	Deve permitir informar no atendimento, minimamente os seguintes itens: Anamnese; Procedimentos executados; Solicitação de Exames; Prescrição de medicamentos; Recomendações para a enfermagem; Evolução multidisciplinar; Aferições de sinais vitais; Diagnósticos, usando a tabela CID-10; Solicitação de avaliação de outro profissional, bem como o preenchimento do resultado da avaliação;
R	Deve permitir a configuração dos itens da prescrição para cada setor de atendimento, podendo configurar os itens que compõem o atendimento, bem como a ordem de disposição dos mesmos.
R	Deve permitir configurar por setor, os campos que compõem a anamnese, possibilitando, configurar esses campos para serem mostrados na lista de atendimentos.
R	Deve permitir o cadastro de formulários personalizados. Podendo configurar em cada campo do formulário o seu tipo e incluir restrições de preenchimento,
R	Deve permitir a criação de fichas personalizadas por setor de atendimento.
R	Deve possibilitar anexar arquivos vinculados ao atendimento.
R	Deve permitir a impressão de receitas de medicamentos.



R	Deve ser possível realizar a impressão dos exames solicitados.
R	Deve permitir a impressão de atestado para o paciente e acompanhante.
R	Deve possibilitar o controle da localização do paciente dentro do setor, mostrando essa informação na lista de pacientes em observação, bem como na tela do atendimento.
R	Deve possibilitar a personalização da classificação de risco, com minimamente informações do tempo de atendimento e a cor de cada item do protocolo utilizado.
R	Pacientes devem ser chamados para triagem e consulta pelo sistema, sendo anunciados no painel
R	No momento da triagem deve conter minimamente os seguintes itens: Controle de alergias Aferições básicas do paciente Frequência cardíaca Frequência respiratória Temperatura Classificação de risco
R	A ordem de atendimento deve ser calculada através da hora de chegada, classificação de risco do atendimento e indicação de paciente prioritário. Deve possuir indicadores gráficos, para indicar o tempo que resta para o paciente ser atendido, para cumprimento do protocolo de classificação de risco utilizado.
R	Na recepção deve ser possível selecionar informações para auxílio da priorização da triagem.
R	Pacientes com alergia a determinado medicamento e/ou substância devem apresentar aviso no momento da prescrição.
R	Durante o atendimento o profissional deve conseguir visualizar o histórico de atendimentos do paciente.
R	Médico deve conseguir criar modelo personalizado de preenchimento da prescrição.



R	Durante o preenchimento da prescrição o médico deve conseguir utilizar o modelos personalizados de prescrição, podendo complementar ou remover as informações inseridas.
R	Médico deve conseguir criar modelo personalizados de evolução, podendo selecionar o modelo que melhor se encaixa durante o preenchimento da evolução.
R	Possuir cadastro de avisos para valores de aferição da triagem. Neste cadastro deve ser possível inserir o intervalo de valores para cada item da aferição, de forma que ao ser preenchido um valor que se encaixe em um dos intervalos durante a triagem deverá ser disparado um aviso ao usuário.
R	Deve possuir relatório estatístico para acompanhar os atendimentos de um período por classificação de risco, com minimamente opções de acompanhamento por dia, semana ou mês.
R	Deve possuir relatório para acompanhamento do tempo de espera do paciente até o seu atendimento, computando o tempo até a triagem bem como até o atendimento médico, com minimamente filtros por período e classificação.
R	Deve possuir relatório que mostra um estatístico de atendimentos por fluxo e discriminação utilizado no protocolo, filtra minimamente o período, o profissional que atendeu o paciente, o fluxo e discriminador do protocolo e a classificação do atendimento.
R	Deve possuir relatório dos atendimentos de um período, listando o total dos atendimentos de pacientes por município, e classificação dos atendimentos.
R	Deve possuir relatórios para medição da produtividade dos profissionais, listando os atendimentos efetuados em um período com e sem observação.
R	Deve possuir mecanismos para o usuário criar versões personalizadas de todos os relatórios.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 12/02/2026 11:02 -03:00 -03
PARA CONFERENCIA DO SEU CONTEUDO ACESSE: <https://c.ipm.com.br/pa69afd8d64d98>



EXAMES DE IMAGEM

Tipo	Descrição
R	Equipe responsável pelos exames de imagem devem conseguir importar no sistema as solicitações das UBS e UPA.

R	Deve ser possível consultar o histórico das solicitações de exames solicitadas.
R	Na rotina de exames deve ser possível imprimir etiquetas térmicas.
R	Deve ser possível durante o atendimento informar se o exame de imagem necessita de contraste, ao importar a solicitação esta informação deve ser exibida na requisição gerada.
R	Deve ser possível realizar a movimentação de exames para laudar. Para isso, faz-se necessário selecionar todos os exames presentes em determinado local de um determinado período e informar para qual local de destino deseja que este exame seja movimentado.
R	Deve conter um cadastro de locais para movimentação de exames, neste cadastro deve ser colocado o nome do local e ter a opção de desativá-los.
R	Na rotina de movimentação de exames deve ter uma forma de consultar todas as movimentações realizadas no exame, nesta rotina deve ter listado as informações do movimento: Data da movimentação Responsável pela movimentação Local onde estava o exame Local de destino do exame
R	Faz-se necessário que o sistema crie de forma automática um número sequencial para cada exame, este número sequencial deve ser reiniciado anualmente.
R	Na impressão da etiqueta térmica do exame deve aparecer o número sequencial.
R	Preenchimento do Laudo no sistema deve permitir formatar o conteúdo, podendo alterar: Tamanho e estilo do texto com negrito, itálico e sublinhado Utilizar marcações no texto seja com um número ou símbolo na frente do texto Alinhamento do texto podendo colocar como alinhado no centro, direita, esquerda ou justificado Inserir tabela Inserir linha horizontal



R	Impressão do Laudo deve trazer o laudo digitado de forma fiel ao preenchimento. Ou seja, se o texto conter espaços, linhas, tabelas ou estilos em negrito, itálico e sublinhado, na impressão deverá aparecer da mesma forma que foi preenchido.
R	<p>Deverá ter um relatório de exames de imagem que foram realizados. Este relatório deverá trazer o paciente, data da requisição e o exame realizado. No final do relatório deve conter o total de solicitações que foram atendidas e o total de exames realizados.</p> <p>Relatório deve ter nas opções de seleção:</p> <p>Data da requisição</p> <p>Data que foi realizado o exame</p> <p>Data que foi executado o Laudo</p> <p>Data que foi criado a solicitação durante o atendimento</p> <p>Escolher opções pela qual deve ser agrupado os exames</p> <p>Escolher a ordem das informações, por data de realização ou por ordem alfabética.</p>

CONTROLE DE AUTORIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS

Tipo	Descrição
R	Possibilitar o cadastro de Preparo de Procedimentos para que seja impresso junto com o comprovante da autorização, com objetivo de informar ao paciente como se preparar para a realização do procedimento.
R	O sistema deve possuir cadastro de convênios com objetivo de possibilitar a diferenciação de valores de exames por convênio, e assim ser possível controlar e diferenciar valores para um mesmo exame em diferentes convênios.
R	O sistema deve possuir cadastro de grupos de procedimentos.
R	A aplicação deve possuir cadastro de exames possibilitando informar código, descrição, pseudônimo, tempo de atendimento, quantidade de agendamentos por hora, indicação de ativo, bem como possibilitar a sua ligação com o cadastro de grupo e a vinculação do mesmo com a tabela de procedimentos oficial SIGTAP.



R	Deverá possibilitar a vinculação de cada exame a, pelo menos, cinco (05) grupos orçamentários, utilizados para elaboração dos orçamentos de tetos físicos e ou orçamentário para controle das autorizações.
R	A aplicação deverá possibilitar que sejam criados exames compostos por mais de um procedimento SUS através do vínculo do procedimento SIGTAP e quantidade do mesmo para formar a composição de valor do exame criado.
R	Deve possibilitar a definição de tetos orçamentários anuais por município de modo que o valor mensal possa ser acumulado para o próximo mês se houver saldo não utilizado, a definição deste orçamento deve ser possível de ser lançada por grupo e ou procedimento bem como a possibilidade que o teto seja definido por quantidade e ou valor.
R	Deve possuir mecanismo para definição de tetos orçamentários por município, prestador, unidade de saúde e profissional, atribuindo-se a eles quantidade e ou valor orçado.
R	Durante a autorização dos procedimentos, a aplicação deve permitir que sejam informados o nome do cidadão, a data da autorização, unidade de saúde que solicitou, unidade que autorizou, profissional solicitante, indicação de gravidez a cidadã do sexo feminino, tipo da autorização (normal, urgência ou retorno), número da requisição, exame(s), data da realização, prestador, turno, horário, quantidade e observação.
R	Durante a autorização sistema deverá exibir as últimas autorizações disponibilizadas ao cidadão.
R	Deverá possuir mecanismo para consultar o saldo disponível a ser utilizado pelo prestador selecionado a atender a mesma.
R	A solução ofertada deve possuir mecanismo para criação de cronogramas de atendimento para cada exame, determinando os dias e horários em que o mesmo poderá ser marcado para atendimento pelo prestador.
R	Deve ser possível a criação de exceções onde as mesmas deverão bloquear autorizações com base na exceção criada.
R	Durante o processo de autorização a aplicação deverá obedecer rigorosamente aos tetos orçamentários definidos, não permitindo os mesmos sejam ultrapassados.



R	A aplicação deve possuir mecanismo de controle que obrigue os prestadores registrarem os exames realizados com opção para anexar o laudo eletrônico do exame realizado, permitindo o controle do pagamento de cada prestador com base nos exames realizados.
R	A aplicação deve permitir, de modo que ser configurado se desejável, que sejam autorizados exames sem que seja indicado o prestador que irá realiza-los, de modo a garantir a livre escolha do cidadão do prestador.
R	A aplicação deverá possibilitar a busca de solicitações realizadas pelo profissional em seu atendimento no prontuário eletrônico, restando ao operador a tarefa de confirmar os procedimentos a serem autorizados, a escolha do prestador em que será realizado data e hora.
R	Deverá possibilitar por meio de configuração prévia do sistema que a autorização possa ser atendida apenas por completo e sempre utilizando o mesmo prestador para atendimento total da requisição.
R	Deverá ser possível o cancelamento por completo de uma requisição que ainda não tenha sido atendida pelo prestador, bem como a sua replicação por completo para outra data.
R	A aplicação deverá possibilitar a configuração de bloqueios de procedimentos e ou grupos de procedimentos por quantidade máxima a ser autorizada, número de dias de intervalo de realização entre autorizações e ou bloqueio por não retirada do resultado por determinado tempo.
R	Deverá possuir tela para gerenciar os cidadãos que estejam com procedimentos bloqueados de maneira que operador autorizado possa realizar a liberação.
R	A aplicação deverá possibilitar a contratante que personalize o layout do impresso de autorização podendo o layout ser diferenciado por prestador.
R	A aplicação deverá disponibilizar mecanismo para confirmação de realização dos procedimentos autorizados e executados pelo prestador, bem como a possibilidade do mesmo anexar resultados, mediante chave de confirmação impressa na autorização entregue ao cidadão.
R	A aplicação em sua funcionalidade de confirmação de realização pelo prestador, deverá listar as autorizações que contenham o prestador previamente definido na autorização ao seu executante, bem como possibilitar a busca de autorizações utilizando filtros como número de autorização ou cidadão, tanto para as autorizações com prestador pré definido ou não.



R	Deverá possibilitar a configuração de tempo(em dias) limite para que o prestador possa confirmar a realização dos procedimentos bem como este tempo(dias) poder ser contado tanto pela data da sua autorização quanto pela data do lançamento da mesma.
R	Deverá possibilitar a configuração da aplicação de modo que a mesma realize automaticamente o cancelamento das autorizações que não tenham sido confirmadas pelo prestador até o prazo limite para a confirmação, bem como permitir que seja configurado que ao realizar os cancelamentos a aplicação retorne o saldo das mesmas aos seus respectivos orçamentos e fiquem disponíveis para serem utilizados por novas autorizações.
R	Possuir minimamente os seguintes relatórios: Procedimentos autorizados por cidadão, município, prestador e unidade solicitante e ou autorizadora; Saldo dos orçamentos por município, unidade e prestador; Totais de autorizações e procedimentos autorizados; Procedimentos faturados por prestador; Totais de procedimentos autorizados, confirmados pelo prestador e ou cancelados;

REGULAÇÃO

Tipo	Descrição
R	A aplicação deve permitir a regulação dos encaminhamentos solicitados por profissionais nos equipamentos de saúde.
R	A aplicação deve permitir minimamente as seguintes ações de regulação: Agendamento ou Fila de Espera, configurável por especialidade; Recusa; Solicitação de esclarecimento; Cancelamento.
R	A aplicação deve gerar alertas ao profissional do encaminhamento, bem como o responsável pelo equipamento referente a solicitações de esclarecimento avisando sobre o prazo limite (configurável) para resposta.



R	Ao acessar o sistema, o regulador deve receber em forma de aviso/alerta, que existem encaminhamentos que estão aguardando análise.
R	Deve possuir cadastro para o motivos de cancelamento pelo regulador, contendo minimamente a descrição.
R	Deve possuir cadastro para o motivos de esclarecimento pelo regulador, contendo minimamente a descrição.
R	Deve possuir cadastro para o motivos de recusa pelo regulador, contendo minimamente a descrição.
R	O sistema deve permitir que o regulador possa recusar o encaminhamento, devendo o mesmo indicar um motivo já pré definido e um campo texto livre para justificativa.
R	A aplicação deve permitir replicar os encaminhamentos recusados e encaminhá-los novamente.
R	A aplicação deve permitir anexar documentos necessários a análise do profissional regulador.
R	A aplicação deve permitir ao regulador consultar o prontuário do paciente objeto da regulação sem a necessidade de sair e/ou trocar de tela.
R	A aplicação deve gerar alertas ao profissional que solicitou o exame, referente a solicitações de esclarecimento do regulador, avisando sobre o prazo limite (configurável) para resposta.

REGULAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS

Tipo	Descrição
R	A plataforma deve permitir o administrador a quantificar o tempo médio de dias para o avaliador da regulação, permitindo assim o gerenciamento e controle para evitar atrasos.
R	Ao acessar o sistema, o regulador deve receber em forma de aviso/alerta, que existem exames que estão aguardando análise.



R	Deve possuir cadastro para os motivos de cancelamento pelo regulador, contendo minimamente a descrição.
R	Deve possuir cadastro para os motivos de esclarecimento pelo regulador, contendo minimamente a descrição.
R	Deve possuir cadastro para os motivos de negação pelo regulador, contendo minimamente a descrição.
R	A plataforma deve permitir a configuração dos exames que deverão ser passados pela avaliação do médico regulador.
R	O sistema deve permitir ao administrador a quantificar o tempo máximo de regulação por exame.
R	O sistema deve detectar automaticamente os exames e situação dos exames que devem ser regulados e avisar/alertar o operador para que permita que o mesmo consiga fazer o agendamento do exame para uma data possível de agendamento do mesmo, considerando no algoritmo do cálculo, o tempo máximo de regulação do exame.
R	O sistema deverá possuir funcionalidade ou mecanismo que envie um exame para a regulação quando houver a repetição do exame pelo cidadão, definindo um período mínimo a ser considerado como repetição do exame.
R	O operador de agendamento dos exames deve poder acompanhar a situação do exame que foi enviado para a regulação.
R	Deve permitir ao regulador verificar a lista de exames pendentes de regulação e autorizar ou negar o exame do cidadão.
R	O sistema deve permitir que o regulador do exame possa negar um registro, devendo o mesmo indicar um motivo já pré definido e um campo texto livre para justificativa.
R	Deve permitir que o regulador possa agendar o exame autorizado.
R	Deve permitir que o regulador possa anexar documentos.



R	O sistema deve disponibilizar um comprovante quando houver a negação do exame pela regulação.
R	O Regulador deve poder visualizar os dados do pedido do exame realizado pelo médico e poder consultar o prontuário do cidadão objeto da regulação sem a necessidade de sair e/ou trocar de tela.
R	Deve permitir o gestor visualizar a situação dos exames na regulação (negadas, autorizadas, ou aguardando análise).
R	O sistema deverá possuir funcionalidade ou mecanismo que permite o regulador solicitar mais informações ao operador que pediu o exame do cidadão, e o mesmo enviar a resposta contendo minimamente um campo texto livre para a resposta do operador.

CONTROLE DE ESTOQUES E DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS

Tipo	Descrição
R	O sistema deverá possuir controle de medicamentos constantes das listas da Portaria SVS/MS/Nº344, de 12 de maio de 1998 /98 (ANVISA) e suas alterações.
R	Possuir cadastro de fornecedores contendo minimamente o CNPJ, data do cadastro, razão social, dados de endereço (logradouro, bairro, complemento, cidade, Cep, uf), telefone, e-mail, nome do responsável. Deve ainda haver a possibilidade de indicar se o mesmo fornece medicamentos controlados, seu número de alvará, número da licença, número da licença especial e o tipo do fornecedor(Distribuidora, indústria, farmácia ...).
R	Deve possuir cadastro de Motivos de Acertos de Estoque, contendo minimamente a descrição.
R	Deve possibilitar o cadastro de fabricantes, contendo minimamente os campos de descrição, cnpj, razão social, dados para endereço (logradouro, bairro, complemento, cidade, Cep, uf), telefone, e-mail, nome do responsável.
R	Possuir cadastro de centro de custo, contendo minimamente a descrição, CNPJ e o CNES.
R	Possuir cadastro de listas de entorpecentes, assim como de suas versões.



R	Deve possuir cadastro de DCB's (Denominação Comum Brasileira), contendo minimamente, a descrição, o código e a lista de entorpecentes.
R	Permitir cadastrar grupos e subgrupos para os materiais.
R	O sistema deve permitir identificar quando o material é do tipo medicamento.
R	O sistema deve permitir definir os materiais e medicamentos que necessitam de controle por lote e validade.
R	Deve permitir gestão de estoque dos materiais/medicamentos com controle por lote e validade, permitindo identificar o fabricante, o lote a data de validade e a quantidade em estoque para cada Equipamento.
R	Deve possibilitar que seja definido quais medicamentos que necessitam de preenchimento do laudo LME, e caso seja dado baixa nesses medicamentos, permitir o operador a imprimir o laudo LME (imprimir recibo de dispensação do medicamento).
R	Deve permitir que sejam cadastradas as diversas formas nas quais o medicamento pode estar disponível para consumo.
R	Deve permitir identificar um material/apresentação do sistema, com um material da catalogação dos materiais (CATMAT)
R	O sistema deve permitir identificar um material/apresentação, com um procedimento da tabela SIGTAP.
R	Deve possuir mecanismo para informar os estoques mínimos para material, apresentação em cada ponto de distribuição de materiais/medicamentos em funcionamento na contratante, e permitir alertar o operador que realiza as baixas dos materiais, quando o mesmo atingiu o limite de estoque.
R	Deve possuir cadastro de competências específicas para o gerenciamento de estoque.
R	Permitir definição da administração, para quantidade máxima de dias de atraso que pode registrar uma compra (com base na data da compra).
R	Permitir definição da administração, para quantidade máxima de dias de atraso que pode registrar uma saída (com base na data da saída).



R	Permitir definição da administração, para quantidade máxima de dias de atraso que pode registrar uma transferência (com base na data da transferência).
R	Deve possuir mecanismo para controle de patrimônio, contendo os minimamente as seguintes informações: número do patrimônio, data da garantia, número da nota fiscal, material, fornecedor, unidade de saúde, centro de custo, localização, indicação se o mesmo foi baixado, data da baixa e campo para observações.
R	Deve permitir o gerenciamento e controle de medicamentos de rotina, contendo minimamente a data e hora, cidadão, o medicamento, observação e quantidade a ser dispensada.
R	Possuir rotina para pesquisa da posição de estoque utilizando filtros como competência inicial e final, material/forma de apresentação e ponto de distribuição.
R	Deve possuir mecanismo para gerenciamento entrega parcial de medicamentos por licitação contendo minimamente as informações de Data da Licitação, número, item da licitação (Material/Medicamento), quantidade, valor unitário, fornecedor e campo para observações.
R	O sistema deve permitir o ponto de distribuição de trabalhar com utilização de etiquetas de códigos de barra, e permitir o desenvolvimento padronizados desses modelos de etiqueta a ser utilizado.
R	O sistema deve dispor de mecanismo de impressão de etiquetas informando minimamente o material/apresentação, fabricante, lote/validade e quantidade.
R	Deve possuir controle de entrada e compras de Materiais e Medicamentos com base na nota de compra, contendo minimamente as seguintes informações: data da entrada, ponto de distribuição a onde está sendo realizada a entrada, fornecedor, licitação, data da compra, número da nota fiscal, série, valor de frete, valor de acréscimo, descontos, lista como os materiais/medicamentos, centro de custo, fabricante, a quantidade e o valor total do material/medicamento.
R	Deve possuir mecanismo para aceitar entrada de materiais e medicamentos recebidos através de doações.
R	O sistema deve possuir mecanismo que não permita o lançamento de valores e quantidades incorretas com base nas informações da nota fiscal de entrada.



R	Para toda compra de materiais/medicamentos, o sistema deve dispor da emissão do extrato da compra.
R	Deve possuir mecanismo para fechamento/encerramento de lançamento dos itens da compra, e cálculo do custo médio de cada um dos itens que fazem parte da nota de compra.
R	Deve possuir na compra recurso para atender a uma requisição de compra de materiais/medicamentos.
R	Deve possuir mecanismo de requisição de materiais para que os pontos de distribuição possam solicitar os materiais e medicamentos que julgarem necessários, contendo minimamente as informações de data da requisição, qual unidade de saúde que está solicitando a compra, e a quantidade e itens de materiais/medicamentos.
R	O sistema deve possibilitar o cadastro das licitações realizadas, permitindo cadastrar o número da licitação, data, observações, e os materiais/medicamentos pertencentes a essa licitação, contendo minimamente as informações de nome do material/medicamento, quantidade, valor unitário, valor total, número de parcelas e o fornecedor.
R	O sistema deve permitir a entrada no estoque a partir de uma licitação, contendo um mecanismo ou funcionalidade que neste tipo de entrada de itens no estoque, não permita o operador lançar quantidade do material/medicamento ou valor diferente do registrado na licitação.
R	Deve possuir mecanismo para gerenciamento de entrega parcial de medicamentos por licitação contendo minimamente as informações de Data da Licitação, número, fornecedor, item da licitação (Material/Medicamento), quantidade total, valor unitário, quantidade entregue, quantidade restante e número de parcelas totais e número de parcelas entregues.
R	A aplicação deve possuir funcionalidade para geração da transferência dos materiais e medicamentos solicitados pelos pontos de distribuição, com base na requisição de abastecimento.
R	Deve possuir relatório de abastecimento dos pontos de distribuição, mostrando minimamente as informações de consumo, quantidade em estoque e estimativa do número de dias que o estoque atual conseguirá suprir com base no consumo.
R	O sistema deve possuir mecanismo de conferência das transferências realizadas entre pontos de distribuição de materiais/medicamentos do município.



R	O sistema deve dispor de impressão dos itens de uma nota de transferência, contendo minimamente as informações de: material/medicamento, unidade, quantidade.
R	O sistema deve permitir registrar a devolução de materiais/medicamentos para o fornecedor, identificando qual o fornecedor, a data da devolução, os materiais/medicamentos, quantidade, validade caso houver e o motivo da devolução. O sistema deve possuir mecanismo que só permita devolver itens de compras/entradas realizadas pelo fornecedor informado.
R	Deve permitir fazer a devolução de uma saída de materiais/medicamentos, contemplando minimamente as informações de Data, cidadão ou centro de custo, e os materiais/medicamentos quantidade e validade caso houver. O sistema deve possuir mecanismo que só permita devolver itens de saídas/dispensação realizadas para o cidadão ou centro de custo informado.
R	O sistema deve conter mecanismo para que possam ser realizados acertos de estoque em cada ponto de distribuição contendo minimamente as informações de data do acerto, motivo, material/medicamento, unidade, data da validade, quando necessário, a quantidade real em estoque e um campo de texto livre para observações.
R	O sistema deve permitir o operador cadastrar e gerenciar as receitas do cidadão, contendo minimamente as informações de: cidadão, profissional da receita, data da receita, data de validade da receita, e lista de materiais/medicamentos prescritos, contendo o nome/apresentação do material/medicamento, quantidade prescrita, a quantidade máxima que o cidadão pode retirar por vez, a posologia, a quantidade já entregue do medicamento e disponibilizar o salto por item.
R	Deve possuir mecanismo para registro das dispensações de materiais e medicamentos para os cidadãos deve possuir minimamente as informações de ponto de distribuição onde a baixa foi realizada, data, número da receita, cidadão, profissional e programa. Nos itens de dispensação deve ser possível registrar as seguintes informações: material e sua forma de Apresentação, lote de validade, quantidade, quantidade prescrita, duração.
R	Na tela de dispensação de materiais/medicamentos, a aplicação deve permitir encontrar o cidadão (cadastrado no sistema) com base em qualquer uma das informações: nome, sobrenome, cartão sus, nome da mãe e data de nascimento.
R	Permitir realizar baixas de materiais e medicamentos para centro de custo.
R	Permitir realizar baixas de materiais pelo código de barras (deve permitir definir o código de barras na apresentação do material/medicamento).



R	O sistema deve possuir identificador de medicamentos controlados de acordo com a lista de entorpecentes a qual o medicamento controlado pertence, obrigando em uma dispensação deste tipo de medicamento que o operador indique a data e número da receita e o número da notificação.
R	Na dispensação de medicamentos para o cidadão, o sistema deve avisar/alertar o operador de quando o cidadão estiver retirando um medicamento antes da data prevista para sua retirada.
R	O sistema deve disponibilizar um comprovante de baixa/saída dos materiais/medicamentos.
R	Na tela de dispensação de medicamentos para o cidadão, o sistema deve possuir mecanismo para que sejam consultadas as últimas dispensações de medicamentos realizadas para o cidadão que está sendo atendido.
R	Deve permitir o operador que realizará a dispensação/baixa de medicamento para o cidadão, visualizar os últimos medicamentos entregues ao cidadão.
R	Deve possuir mecanismo para registro dos materiais/medicamentos solicitados e não disponíveis nos pontos de distribuição, contendo minimamente as informações de: qual o ponto de distribuição, data da demanda, cidadão, centro de custo, material/medicamento, quantidade em estoque, quantidade a ser dispensada e quantidade reprimida.
R	Deve permitir identificar quais os pontos de estoque que podem realizar entradas, limitando a funcionalidade para apenas esses pontos de estoque.
R	Deve possuir parâmetro para indicar se é possível que o ponto de distribuição possa inserir uma saída de material/medicamento, sem informar o cidadão, apenas informando o centro de custo.
R	Deve possuir parâmetro para indicar se é possível que o ponto de distribuição possa inserir uma saída de material/medicamento, sem informar o cidadão nem ou centro de custo.
R	Permitir o gestor do sistema obrigar a informação do profissional que receitou o medicamento, durante a dispensação do mesmo.
R	O sistema deverá possuir rotina para acompanhamento de medicamentos vencidos, contendo minimamente as informações de Equipamento de saúde, material/medicamento, fabricante, validade e quantidade.



R	Deve possuir parâmetro para indicar se o tempo de utilização do material/medicamento vai ser obrigatório informar no cadastro de uma saída ou dispensação.
R	O sistema deve disponibilizar um mecanismo que identifique no momento do lançamento de uma dispensação, que o material/medicamento, não está disponível em estoque, podendo o operador, lançar a demanda reprimida sem ter que trocar de tela.
R	Permitir o administrador de estoque configurar se o sistema permitirá ou não aceitar acertos de estoque com datas retroativas.
R	Permitir o administrador de estoque configurar se o sistema permitirá ou não a transferência de medicamentos vencidos.
R	Permitir o administrador de estoque configurar se o sistema deve emitir um aviso ao operador, assim que o material/medicamento atingir sua quantidade mínima em estoque.
R	O sistema deve possuir rotina para acompanhamento dos medicamentos com estoque abaixo da quantidade mínima.
R	Possibilitar o controle dos antimicrobianos em conformidade com os padrões da ANVISA.
R	Possuir mecanismo ou funcionalidade que permita importar o arquivo de produtos disponibilizados pelo Web Service Base Nacional da Assistência Farmacêutica.
R	O sistema deve disponibilizar a funcionalidade de integração com o sistema da Base Nacional da Assistência Farmacêutica.
R	O sistema deve possuir relatório de balancete demonstrativo físico dos materiais/medicamentos.
R	O sistema deve possuir relatório de balancete demonstrativo financeiro dos materiais/medicamentos.
R	O sistema deve dispor de relatório de análise de consumo de materiais/medicamentos dos cidadãos em um determinado período.
R	O sistema deve dispor de relatório de análise estatístico curva ABC.



R	Deverá permitir o gestor verificar em forma de relatório a movimentação de estoque de um Equipamento de saúde em um determinado período.
R	Deverá permitir o gestor verificar em forma de relatório o total de materiais/medicamentos em estoque para cada Equipamento de saúde.
R	Deve dispor de relatórios gerenciais básicos de compras, saídas, transferências, acertos do estoque, e validade dos materiais em estoque.
R	Deve permitir importar XML da Nota Fiscal Eletrônica (NFE), quando houver.
R	Deve permitir selecionar o tipo de compra e tipo de movimentação BNDASAF ao importar o XML.
R	Deve possuir parâmetro para configuração do BNDASAF, podendo colocar a data de integração, usuário senha e se o ambiente webservice está em homologação ou produção.
R	Possuir tela de envio de dados ao BNDASAF, onde seja possível o envio dos lotes e a visualização de dados como: Identificação do material (CATMAT), Lote/Validade, Protocolo, Data, Origem, Criticas/Inconsistências e a Situação do Processamento.
R	Permitir enviar o lote após a correção, caso haja.
R	Permitir a parametrização e inclusão de nota fiscal eletrônica através do XML da mesma.
R	A aplicação deve possuir parâmetro que seja possível escolher se o sistema disponibiliza consulta pública de estoque
R	A aplicação deve possuir parâmetro para escolher se na consulta pública de estoque será exibida a lista de estoque para baixar ou não.
R	A aplicação deve possuir parâmetro para escolher se na consulta pública exibe ou não as quantidades em estoque ou somente se tem ou não tem.
R	A aplicação deve mostrar em tela qual o profissional marcou a opção de não exibir as quantidades em estoque no parâmetro, caso tenha sido assinalada.
R	A aplicação deve ter a opção de não exibir o brasão na tela de consulta pública de estoque, definido nos parâmetros.



R	A aplicação deverá permitir exibir um texto personalizado na consulta pública de estoque, podendo ser definido em parâmetro.
R	A aplicação deverá possuir opção de vincular um arquivo terceiro para exibir na consulta pública para download através dos parâmetros
R	A aplicação deverá possuir no cadastro do item, escolher qual apresentação estará disponível na consulta pública de estoque.
R	A aplicação deverá possuir acesso à consulta pública de estoque, conforme os parâmetros definidos, podendo ser acessada sem senha (para o cidadão) e com a opção da busca por medicamento, atendendo assim a Lei Federal Nº 14654/23
R	A aplicação deverá mostrar em tela, no momento da consulta pública, os locais de retirada das medicações, com a devida identificação (Nome, Endereço e Telefone e o CNES caso possua)
R	O sistema deverá estar compatível com a integração junto ao BNAFAR conforme as diretrizes do Ministério da Saúde
R	O sistema deverá enviar automaticamente as saídas/consumos ao WenService do BNAFAR, otimizando o processo de transmissão.
R	O sistema deverá indicar qual(s) registro(s) possuem inconsistências de envio ao BNAFAR, dando a oportunidade de ajuste e reenvio.

AÇÕES PROGRAMÁTICAS EM SAÚDE

Tipo	Descrição
R	Deve possuir mecanismo para cadastramento dos cidadãos em ações em programas de saúde.
R	Deve possuir funcionalidade para cadastramento das receitas do cidadão, permitindo incluir materiais e medicamentos com suas respectivas datas de validade.



R	Deve possuir campos para identificar a data de cadastro dos pacientes em cada programa, a data de atualização dos seus dados em cada programa bem como a data da baixa de cada paciente em cada programa.
R	O sistema deve possuir locais para informação do número da renovação da receita em cada programa, competência da receita e competência da validade.
R	A funcionalidade deve permitir o gerenciamento de receitas do cidadão, permitindo sua renovação por um período determinado.
R	Deve possuir mecanismo para geração de roteiros de entrega de medicamentos para os pacientes inseridos em ações programáticas por programa de saúde, bairro, rua, paciente e período de validade.
R	Deve possuir funcionalidade para geração dos pacotes a serem entregues para cada paciente contendo seus materiais e medicamentos.
R	A montagem dos pacotes deve ser feita através de um processo de linha de montagem, visando otimizar o fluxo de trabalho, de forma a atender ao menos as seguintes etapas: Geração dos pacotes; Confecção dos pacotes; Conferência dos materiais; Registro da dispensação do pacote para o entregador; Registro da entrega do pacote ao destinatário.
R	Deve permitir que todas as etapas da montagem do pacote sejam registradas com validação minimamente de um dos itens: Utilização de login e senha; Utilização de biometria.
R	Deve permitir que mais de um roteiro seja criado com os mesmos filtros, inserindo nele apenas as receitas ainda não atendidas por roteiros anteriores.
R	Deve possuir funcionalidade para emissão dos recibos de entrega para cada paciente contendo no mesmo informações sobre os medicamentos e materiais contidos no pacote.



R	Deve possuir funcionalidade para baixa automática do estoque dos materiais e medicamentos contidos nos pacotes entregues.
R	Deve possuir mecanismo para acompanhar através de mapas os locais onde são entregues os medicamentos.
R	Deve possuir recurso para baixas em lotes sem a geração de pacotes para itens que não se enquadram na geração de pacotes, efetuando a geração automática da baixa contendo as seguintes funcionalidades: Listagem de cidadãos do processamento; Rotina de processamento (baixa) dos itens do estoque; Relatório de itens dispensados por cidadão; Relatório de itens que não foi possível efetuar a baixa.
R	Deve permitir a inativação dos cadastros de cidadãos nos programas, evitando a geração de pacotes a cidadãos que não estão mais no programa.
R	Deve prover relatórios para extração minimamente das seguintes informações: Previsão de consumo de itens para montagem de pacotes; Pacotes não entregues por falta de estoque; Previsão de entrega de itens para cidadãos; Roteiro e entrega; Saldo de estoque de itens para montagem; Validades das receitas.
R	Permitir cadastrar os tipos de acompanhamentos para pacientes, onde seja possível vincular: Unidade de saúde que utilizará, Questionários Personalizados na Criação, Questionários Personalizados durante a realização do acompanhamento, Agravos CID10 e/ou CIAP, CBO e Profissional e determinar o encerramento com um período mínimo e máximo de dias.
R	Permitir realizar o acompanhamento de pacientes por tipo de acompanhamento, podendo preencher os dados do acompanhamento, assim como a qualquer momento ter acesso ao prontuário do mesmo.



R	Permitir realizar o encerramento do acompanhamento e deixá-lo com o status de acompanhado.
---	--

CONTROLE DE PROCESSOS JUDICIAIS DE MEDICAMENTOS

Tipo	Descrição
R	O sistema deve possuir funcionalidade ou mecanismo para controle de processos judiciais, contendo minimamente as informações de número do processo, data de abertura, cidadão, equipamento de saúde de cobertura e campo para observações.
R	Deve permitir que os processos sejam classificados segundo sua situação, disponibilizando as opções: Aberto Único Fora de linha Cumprido Devolvido Suspendido Em andamento.
R	No cadastro do processo judicial, deve dispor de campo para definição da patologia, data do pedido, data de recebimento, número da regional e indicativo do despacho (União, Estado ou Município).
R	Deve permitir que seja informado para cada processo se o mesmo gera algum tipo de bloqueio, se gera algum tipo de multa, sendo neste caso possível informar também o valor da multa.
R	Para o controle dos processos judiciais, o sistema deve possuir campos para informação dos dados do advogado, sendo possível informar nome do advogado responsável, número na OAB e telefone.
R	Deve possuir campo para indicar se o processo encontra-se ativo ou inativo, e caso o processo esteja inativo, o operador deverá informar o motivo de inativação do processo e a data de fechamento.



R	O sistema deve dispor de cadastramento dos materiais/medicamentos que serão identificados nos processos judiciais.
R	Para um processo judicial, deve permitir cadastrar todos os materiais/medicamentos referentes ao processo.
R	O sistema deve possibilitar o operador a cadastrar para cada material/medicamento definido no processo, as informações de quantidade, valor unitário, desconto, identificar se é de uso contínuo, identificar se é genérico, por quem será fornecido e um campo para observações.
R	Deve permitir definir a situação do material no processo judicial, contendo minimamente as opções: Aberto Único Fora de Linha Cumprido Devolvido Suspendido Em andamento
R	Deve possuir mecanismo para gerenciamento das entregas de medicamentos judiciais contendo minimamente as informações de material/medicamento, data da última entrega, data da próxima entrega, quantidade do processo, saldo e quantidade atual em estoque, para cada item de material/medicamento contido no processo.
R	O sistema deve permitir que os operadores de dispensação de medicamentos, ao identificar um cidadão para dispensação que possui processo judicial, consigam visualizar os materiais/medicamentos do cidadão em processos judiciais, dispondo minimamente as informações de: material/medicamento, e a quantidade.
R	Deve possuir mecanismo para impressão de comprovantes de entrega dos itens contendo os materiais e medicamentos dispensados.
R	O sistema deve possibilitar em forma de relatório gerencial, a verificação das informações dos processos judiciais, disponibilizando a informação do cidadão, o número do processo, a data de abertura, os materiais/medicamentos e sua quantidade.



CERTIFICAÇÃO DIGITAL

Tipo	Descrição
R	A solução ofertada deve possuir mecanismo de assinatura digital de registro eletrônico em saúde certificado de acordo com o Manual de Certificação para S-RES v4.2 (Edição 2016) SBIS/CFM (Sociedade Brasileira de Informática em Saúde / Conselho Federal de Medicina) certificado nos Requisitos do Nível de Garantia de Segurança 2 (NGS2).
R	Os componentes do módulo devem estar aderentes ao DOC-ICP-155, da ICP-Brasil, que trata sobre a normalização de assinatura digital, para o padrão de “assinatura digital com referências básicas (AD-RB)”, sendo recomendado a utilização do padrão de “assinatura digital com referências para validação (AD-RV), com os objetos referenciados estando no domínio da instituição, ou padrão de “assinatura digital com referências completas (AD-RC)”
R	Todas as funcionalidades do módulo devem ser disponibilizadas em componentes modulares distintos, que permitam assinar, validar as assinaturas digitais, verificar e validar certificados no momento da assinatura.
R	Todos os componentes do módulo devem ser capazes de permitir a geração, visualização e armazenamento de registro eletrônico (LOG) dos procedimentos executados bem como das informações pertinentes ao usuário e rede, para fins de auditoria.
	Deverá dispor minimamente as seguintes funcionalidades: Assinador para geração de assinatura digital em documentos eletrônicos; Verificador para verificar validade de assinatura digital em documentos eletrônicos; Validador para verificar validade de certificado digital e sua correspondente cadeia de certificação;
R	Deve gerar assinaturas simples, coassinaturas e contra-assinaturas no padrão CMS Advanced Electronic Signature - CADES de acordo com o DOC-ICP 15.03.
R	Deve gerar assinatura digital seguindo todas as políticas de assinatura definidas pela ICP-Brasil no DOC-ICP 15.03:
R	Deve verificar a validade do certificado digital do signatário e sua correspondente cadeia de certificação no momento da geração da assinatura digital.



R	A Solução deverá ter a funcionalidade de gerar assinatura digital em lote de documentos de acordo com as definições da resolução nº. 76 de 31 de março de 2010 do ITI e com a segurança necessária de acordo com as definições do documento DOC-ICP-15.01 da ICP-Brasil.
R	Deve validar o certificado digital do signatário (válido, inválido revogado, expirado) no ato da conferência da assinatura e permitir que, para cada assinatura digital, seja visualizada a situação da verificação ou a descrição do erro caso a assinatura digital seja inválida.
R	Deve armazenar e alertar ao usuário sobre pendências, possibilitando a este assinar em momento futuro os documentos não assinados no momento do atendimento.
R	Deve possuir tela de gerenciamento para gestores, para verificação de documentos pendentes de assinaturas e seus respectivos responsáveis.
R	Deve permitir ao profissional a possibilidade de visualizar o documento antes de sua assinatura.
R	Deve permitir ao profissional selecionar em sua lista de pendências e assinar vários documentos de uma mesma vez.

PRONTUÁRIO ELETRÔNICO DO CIDADÃO

Tipo	Descrição
R	Deverá permitir a realização de acolhimento sob demanda, sem a necessidade de haver uma consulta ou agendamento prévio, sendo necessário apenas identificar o cidadão através do seu cadastro na aplicação.
R	A solução deve permitir que os pacientes a sem acolhidos sejam pesquisados ao menos por: nome, sexo, data de nascimento, nome da mãe, CPF, CNS com ao menos três destas informações simultaneamente.
R	Deve possuir registro do peso, estatura, quadril, cintura, temperatura, pressão arterial, frequência respiratória, frequência cardíaca, pulsação, saturação de O2, saturação CO2, circunferência braquial e percentual de gordura cutânea, além de registrar o valor de glicemia, informando se o exame foi feito em jejum ou se é pós-prandial, data e hora das coletas.



R	Deve gerar o IMC com base nas leituras realizadas considerando sexo e faixa etária do paciente conforme manual do SISVAN.
R	Quando o paciente em questão for uma criança a solução deve permitir o registro de perímetro cefálico e torácico, situação vacinal e tipo de aleitamento.
R	Caso o paciente em atendimento seja mulher em idade fértil, a aplicação deve registrar se a mulher está gestando, caso sim, registrar a data da última menstruação, peso pré-gestacional, altura uterina, toque vaginal, batimentos cardíacos do feto, posição do colo, data provável do parto, se a gestação é planejada, se é gestação de risco bem como criar acompanhamento através de controle gestacional alertando outros profissionais de que esta paciente está em acompanhamento gestacional.
R	Possuir funcionalidade para registro das anotações de enfermagem e das queixas do paciente.
R	Todas as informações que caracterizem realização de procedimentos realizados durante o acolhimento deverão automaticamente gerar produção ambulatorial (BPA).
R	A aplicação deve possuir mecanismo para digitação de produção, de maneira que o profissional possa pesquisar todos os procedimentos compatíveis segundo regras do SIGTAP, podendo registrar a execução de quaisquer procedimentos permitidos.
R	A solução ofertada deve possuir mecanismo para que sejam listados ao profissional, durante o atendimento, procedimentos previamente relacionados aos seu CBO, agilizando assim a indicação dos procedimentos realizados pelo profissional no atendimento.
R	A aplicação deve possuir gráfico para acompanhamento do perímetro cefálico e peso corporal de crianças, para adultos gráfico de acompanhamento de peso/altura, glicemia e pressão arterial, evolução do IMC, evolução da frequência respiratória/pulsação e para evolução cintura/quadril.
R	Deve permitir que o profissional realize a classificação de risco do paciente utilizando as cores Vermelho para Emergência, Laranja Muito Urgente, Amarelo Urgente, Verde Pouco Urgente e Azul Não Urgente.
R	A solução deve possuir mecanismo ou funcionalidade para coletar todos os dados necessários para alimentação dos dados do e-sus durante o atendimento dos pacientes, sem que haja necessidade de nova alimentação de informações.



R	O atendimento do acolhimento deve permitir que seja registrado em destaque no prontuário dados relevantes a todos os atendimentos subsequentes, de modo que estas informações sejam exibidas em destaque a partir do momento do seu registro.
R	A solução deve permitir a emissão de declaração de comparecimento, contendo, no mínimo, informações de data, horário inicial, horário final e observações, além de registrar se o paciente estava acompanhado.
R	Deve haver interoperabilidade com o painel de avisos e quando o profissional acessar o prontuário através da fila de atendimento o paciente deverá ser chamado pelo painel indicando o consultório onde o profissional se encontra.
R	Deverá possibilitar a parametrização de funcionalidade que permita que o profissional possa alterar a data e hora do atendimento, de forma a ser mantida a data e hora de registro dos mesmos.
R	Deverá possuir no prontuário as Estratificações de Risco de acordo com cada especialidade e unidade de saúde que aplicará a mesma, ainda necessitará ser possível a sua impressão. A estratificação de risco poderá ser cadastrada à qualquer momento, caso surja algo novo ou tenhamos algumas modificações.
R	Deverá possibilitar lançamento em forma de lista de problema no prontuário eletrônico de maneira que um problema possa evoluir ou ser mesclado em um novo ou então em outro já existente.
R	Na lista de problemas deve ser possível registrar: Descrição do problema; Codificação (CID-10 ou CIAP-2) Tipo (cadastrável com possibilidade de inativação) Estado do problema; Observações; Data de início podendo ser definida em (Data, Data/Hora, Mês/Ano, Ano, Há Anos, Há Meses ou Há Semanas ; Data Final do problema;
R	Deve ser possível informar se um problema: Está sendo tratado no atendimento atual;



	<p>Deve gerar um novo problema com base no selecionado;</p> <p>Mesclar com outro problema existente;</p>
R	Deve possuir gráfico de evolução dos problemas de acordo com seu registro de evolução ou mesclagem.
R	Deve possibilitar a informação de alergias do paciente através de cadastro de alergias, bem como apresentar a informação referente a alergia em todos os atendimentos realizados ao paciente bem como indicação de alergia em caso de medicamentos indicados e que possam reagir a alergia e que estejam previamente cadastrados e vinculados a alergia em questão.
R	Deve permitir que as informações coletadas durante o atendimento sejam armazenadas no formato SOAP (Subjetivo, Objetivo, Avaliação e Plano) , deve ainda sugerir CIDs na seção Avaliação, bem como sugerir CIAP2 em todas as seções do SOAP.
R	<p>Deve possuir o registro de anamnese conforme segue:</p> <p>Anamnese definida conforme resolução 2056 de 2013 do Conselho Federal de Medicina (CFM).</p> <p>Permitir a elaboração de questionários personalizáveis para serem sugeridos aos profissionais conforme seu CBO no atendimento.</p>
R	A solução deve estar adequada às regras do e-sus, coletando todas as informações necessárias para alimentação das fichas do e-SUS durante os atendimentos dos pacientes, bem como possibilitar a obrigatoriedade de preenchimento das mesmas conforme configurações prévias.
R	Permitir o preenchimento das fichas de atendimento do e-SUS, sendo estas a Individual, Odontológica, de Procedimentos, Síndrome neurológica por Zika/Microcefalia e Consumo Alimentar, sem a necessidade de sair do atendimento atual pelo prontuário eletrônico e atendendo às regras estabelecidas pelo E-SUS para a compatibilização.
R	Consultar e registrar as informações e ações do paciente quanto a Atenção Domiciliar referente ao Registro de Ações Ambulatoriais de Saúde (RAAS);
R	Consultar e registrar as informações e ações do paciente quanto a Atenção Psicossocial referente ao Registro de Ações Ambulatoriais de Saúde (RAAS);



R	Deve possuir campo específico para registro de informações que o profissional julgar importantes, estas informações deverão ser mostradas em destaque durante os atendimentos.
R	Deverá possuir campo para informar as queixas do paciente.
R	Deve possuir local para registro das anotações de enfermagem.
R	<p>Possibilitar o registro de informações referentes a Exames Físicos de modo que possa ser informado dados gerais do exame contendo:</p> <p>Campo texto para descrição do Aspecto;</p> <p>Campo texto para descrição da Postura corporal;</p> <p>Campo texto para descrição da Cor da pele;</p> <p>Todos os campos devem possuir a possibilidade de informar codificação CID-10 ou CIAP-2;</p>
R	Deve possuir local para registro da Avaliação antropométrica e Aferições vitais contendo a mesma estrutura utilizada para o preenchimento do acolhimento descrito anteriormente.
R	<p>Deve possuir funcionalidade para registro da propedêutica com a possibilidade de registro de data e hora fracionada (mantendo a data e hora do registro), com campos de texto livre para informar no mínimo os seguintes dados e suas respectivas avaliações:</p> <p>Cabeça e pescoço;</p> <p>Boca, nariz, faringe e laringe;</p> <p>Olhos;</p> <p>Sistema auditivo;</p> <p>Sistema nervoso;</p> <p>Sistema respiratório;</p> <p>Sistema circulatório/vascular;</p> <p>Sistema digestório;</p> <p>Sistema gênito-urinário;</p> <p>Pele, mucosas e anexos;</p> <p>Sistema músculo-esquelético;</p> <p>Sistema endócrino;</p>



	Saúde mental.
R	Deve apresentar lista dos acolhimentos lançados ao paciente.
R	Deve possuir campo para anotação médica específica do profissional, estas anotações não devem aparecer em impressões e são de utilização exclusiva do profissional sobre o paciente em atendimento.
R	Deve haver possibilidade de compartilhar a anotação registrada com outros profissionais, CBOs e ou formas de atendimento.
R	Deve possuir campo de texto livre para informar planos terapêutico, preventivo, Hipótese Diagnóstica e prognóstico.
R	Deve possuir recurso para informar terminologias CID-10 e CIAP-2. Quando CID notificável a solução deve exibir alerta ao profissional e registrar dados para preenchimento da ficha de notificação com opção de escolha para preenchimento imediato ou posterior.
R	A terminologia deve ser populada automaticamente com dados coletados anteriormente como por exemplo a informação de CID e ou CIAP nas seções anteriores.
R	Quando do preenchimento de ficha de notificação, nesta já deve estar informados os dados básicos do paciente e da notificação, cabendo ao profissional informar os dados necessários.
R	Deve possuir campo de texto livre para informar o serviço.
R	Deve possuir a funcionalidade de escolher e solicitar Testes Rápidos previamente definidos, emitindo a solicitação dos mesmos, bem como possibilitar o lançamento de resultado dos exames que tenham sido realizados.
R	A solução deve possuir funcionalidade para emissão de solicitações de exames com registro do profissional solicitante, data, observações, dados clínicos, materiais a examinar e exames a serem realizados e resultados.
R	O mecanismo de solicitação de exames deve permitir que sejam criadas solicitações padrões de exames agilizando o processo de emissão da solicitação.



R	Deve possuir funcionalidade para registro de resultados de qualquer exame realizado pelo paciente.
R	Deve permitir vincular o resultado digitado do exame com o exame solicitado, permitir lançamento de resultados de exames realizados com ou sem solicitações existentes, controle do estado da solicitação de exame (solicitado, realizado ou avaliado), bem como possibilitar o envio de anexos referentes a imagens e laudos de resultados de exames, bem como a possibilidade de recuperação dos mesmos para avaliação.
R	Deve disponibilizar automaticamente no prontuário os resultados de exames que tenham sido realizados pela própria aplicação.
R	As solicitações ao serem impressas devem respeitar os vínculos de grupos de exames para que as mesmas saem separadas de forma que cada solicitação impressa possua apenas exames do mesmo grupo.
R	Deve possuir funcionalidade para requisição de exames de mamografia, requisição de exame histopatológico de colo de útero e exame citopatológico de colo de útero com emissão dos formulários padrões da contratante.
R	Deve possuir recurso fora do prontuário para registro de resultados de exames, permitindo assim que profissionais técnicos não autorizados a visualizar o prontuário do paciente também possam registrar estas informações.
R	Deve possuir mecanismo para emissão de receitas de medicamentos com funcionalidade para pesquisa em receitas padrões pré-cadastradas, identificando o medicamento, quantidade, via e posologia.
R	Deve possuir funcionalidade para cadastramento de receitas padrões agilizando o processo de criação do receituário.
R	O mecanismo de controle do receituário deve permitir que várias receitas sejam emitidas durante o atendimento do paciente.
R	Deve emitir receita normal, controlada e de controle especial de acordo com os medicamentos inseridos pelo profissional;
R	Deve conter mecanismo a fim de possibilitar profissional solicite informações a outro profissional de maneira que o profissional solicitado seja informado sobre o questionamento e possa responder ao profissional solicitante, que receberá aviso de



	recebimento do retorno do seu questionamento, podendo este questionamento ser finalizado
R	Sistema deverá prover alerta de itens do componente especializado, LME, para emissão de laudo padronizado para a solicitação e autorização dos mesmos, bem mecanismo para preenchimento dos mesmos.
R	No receituário o profissional deve poder verificar quais medicamentos possui na rede de saúde, bem como se o mesmo pertence a lista de medicamentos básicos, porém deve haver a possibilidade do lançamento de medicamentos que não sejam encontrados na rede municipal de saúde.
R	Deve ser possível identificar o medicamento como sendo de uso contínuo na receita a ser emitida ao paciente, bem como demais informações como, via de administração, quantidade e posologia.
R	Deve possuir recurso para exibir e adicionar medicamentos ativos que o paciente está utilizando.
R	Deve exibir lista de medicamentos dispensados para o paciente nas unidades de saúde de toda a rede municipal integrada ao sistema.
R	Deve possuir funcionalidade para emissão de atestado contendo número de dias, número de horas, data do atestado, acompanhante (caso atestado de acompanhante), observações e opção para indicação se o CID deverá ou não ser impresso.
R	Possibilitar a criação de layout personalizado para a emissão do atestado.
R	Deve possuir funcionalidade para emissão de encaminhamentos com registro da especialidade, indicação de urgência, indicação para impressão ou não do CID e campo para descrição do motivo.
R	Deverá permitir através de parametrização a possibilidade de encaminhamento para profissional registrado na rede municipal.
R	No prontuário médico multiprofissional deve haver a possibilidade de criação de prescrição médica para paciente em observação, permitindo que sejam listados o medicamento, sua administração, posologia e horário da administração com campo para checagem de realização do mesmo.



R	Deve possuir mecanismo de consulta as imunizações recebidas pelo paciente bem como mecanismo que possibilite o lançamento de imunização ao paciente a partir do atendimento do mesmo.
R	Deve possuir impressão de “Termo de Consentimento Informado” para assinatura do paciente com opção para indicar se paciente assinou durante o atendimento.
R	Deve possuir mecanismo para geração da produção ambulatorial com verificações para que não sejam gerados procedimentos não compatíveis com as regras do SIA e possibilidade de inclusão de procedimentos extras que venham a ser realizados, registrando o profissional, grupo, procedimento, quantidade, CBO e CID10 do atendimento realizado.
R	Deve possuir recurso de lista de procedimentos que serão exibidos de acordo com parametrização por CBO com opção de informar os realizados e ação para confirmação da produção destes procedimentos.
R	Deve permitir o acesso as informações registradas durante o processo de triagem dos pacientes.
R	Possuir funcionalidade para impressão da ficha clínica do paciente e de seu prontuário do atendimento atual ou completo.
R	Na impressão do prontuário deve ser registrar o objetivo, para quem foi entregue, qual foi o profissional que gerou, data e hora, número do documento da pessoa que retirou, campo para informar se o retirante apresentou documento e observações e emissão de recibo para assinatura.
R	Deve possuir mecanismo para informar o desfecho onde a data deve permitir informar fracionada, poder escolher uma classificação de especialidade referente ao atendimento caso não tenha sido informado no início, deve permitir informar o tipo de desfecho cadastrável, campo para informar se foi verificado por médico responsável e campo para registrar observações do desfecho do atendimento.
R	<p>Deve permitir assinar digitalmente em meio eletrônico os documentos do atendimento com a utilização de certificado eletrônico válido ICP-Brasil.</p> <p>Esta assinatura assinará os dados salvos no banco de dados impossibilitando sua alteração, garantindo desta forma a invalidação das informações caso estes dados sejam alterados indevidamente.</p> <p>Deve possuir ação para validar se o atendimento assinado digitalmente é válido e não sofreu ou adulterações.</p>



	<p>O documento somente poderá ser assinado por profissional detentor de certificado digital válido ICP-Brasil.</p> <p>O certificado a ser utilizado deve estar vinculado em seu cadastro, que no momento do registro será validado através do seu CPF.</p> <p>O certificado a ser utilizado não pode estar expirado.</p> <p>O certificado a ser utilizado não pode estar com problemas de integridade.</p> <p>O certificado a ser utilizado não pode estar revogado.</p> <p>Deve no momento da assinatura exibir o documento que será assinado para conferência e validação do profissional assinador.</p>
R	Deve possuir recurso para o profissional efetuar o gerenciamento de atendimentos não assinados e possa assiná-los caso não os tenha conseguido no momento do atendimento.
R	Deve possuir registro administrativo para gerenciamento de assinaturas não efetuadas.
R	Deve possuir delegação de poder para registro de dados no prontuário de modo que o atendimento seja assinado posteriormente pelo responsável que delegou poderes ao usuário.
R	Permitir planejamento do atendimento odontológico realizado através da apresentação da arcada dentária em modo gráfico com distinção entre dentes permanentes, dentes decíduos, faces entre outros.
R	Na arcada dentária deve usar distinção por cores entre procedimentos realizados e procedimentos a serem realizados em cada face de cada um dos dentes.
R	Deve permitir que o profissional clique sobre a face de cada dente e registre seu estado inicial bem como os procedimentos a serem realizados.
R	Deve possuir mecanismo para lançamento de procedimentos para todos os dentes.
R	Deve disponibilizar ao odontólogo todas as funcionalidades do prontuário do paciente.
R	A aplicação deve permitir que sejam selecionados um ou mais dentes para o lançamento de um ou mais procedimentos.



R	A solução ofertada deve possuir mecanismo ou funcionalidade que permita a seleção de uma ou mais faces, pertencentes a um ou mais dentes, para informação de um ou mais procedimentos.
R	O sistema oferecido deve possuir campo para indicar para cada atendimento se o mesmo foi para: 1ª Consulta Odontológica Programática; Escovação Dental Supervisionada; Tratamento Concluído; Urgência; Atendimento a Gestantes;
R	A solução deve possuir funcionalidade para consulta do histórico de todos os atendimentos em um único odontograma ou ainda, cada tratamento realizado em um odontograma.
R	A solução deve possuir mecanismo ou funcionalidade que permita a seleção dos dentes no odontograma pelo sextante, permitindo que sejam lançados um ou mais procedimentos para um ou mais sextantes.
R	A solução deve permitir a seleção de dentes no odontograma por arcada superior ou inferior, permitindo que sejam lançados um ou mais procedimentos para a arcada selecionada
R	A solução deve permitir em casos de múltipla seleção no momento de lançamento da condição inicial ou do procedimento escolher se quantidade será aplicada para todos os dentes, para cada arcada, para cada sextante, para cada dente ou para cada face conforme o enquadramento da seleção.
R	A solução deverá dispor de relatórios com base no prontuário contendo minimamente: Atendimentos por programa de saúde Atendimentos por CID10/CIAP2
R	A solução deve possuir cadastros de diagnósticos, com possibilidade de vincular as necessidades e intervenções. Também deve ser possível informar o código CIPE.
R	A solução deve possuir o cadastro de intervenções, com possibilidade de vincular ao diagnóstico. Também deve ser possível informar o código CIPE.
R	A solução deve possuir o cadastro de necessidades, com possibilidade de vincular ao diagnóstico. Também deve ser possível informar o código CIPE.



R	A solução deve possuir dentro do modelo SOAP, a opção do diagnóstico de enfermagem, sendo possível selecionar a necessidade, diagnóstico e registrar as intervenções, especificamente dentro de Avaliação e Plano.
R	A solução deverá permitir, através de parametrização a realização de baixas do estoque da farmácia para pacientes, possibilitando assim que seja realizada a consulta da Assistência Farmacêutica através do prontuário, assim como outras necessidades.
R	A solução deverá permitir o cadastros dos Kit's para utilização dentro do prontuário, informando os itens que serão utilizados no kit, assim como a quantidade sugerida.
R	<p>A solução deverá possuir o cadastro de regras para avaliações antropométricas, onde seja possível parametrizar as unidades de saúde que irão utilizar as regras, cbo's que irão utilizar as regras e determinar que na regra criada, qual o período que o sistema avisará a necessidade de coletar novos dados de peso e altura na avaliação antropométrica. Dentro das opções de criação da regra deverá conter:</p> <p>Idade Inicial: Define a idade a partir da qual a regra passará a ser aplicável ao paciente.</p> <p>Idade Final: Define até qual idade a regra passará a ser aplicável ao paciente.</p> <p>Período: Define de quanto em quanto tempo, a partir da última aferição de Peso e Altura da Avaliação Antropométrica do paciente, a regra será aplicada.</p>
R	O sistema deverá possuir opção de triagem em que o profissional visualize todos os pacientes que estão na fila, independente da agenda que ele faz parte, conforme configuração, permitindo realizar a triagem, chamar no painel de chamadas e encaminhar o paciente para uma outra agenda caso tenha necessidade.
R	O sistema deverá possuir uma fila de atendimento, onde o profissional acesse todos os pacientes que estão aguardando atendimento e que estejam vinculado ao seu nome, independente se estão em mais de uma agenda e unidade de saúde, mas que estejam vinculado ao seu nome, com opções de clicar em Atender, Chamar no painel de chamadas, visualizar o histórico antes de abrir o atendimento e visualização em tela de informações sobre o paciente como por exemplo: Criança, Idoso, Gestante e etc.
R	O sistema deverá alertar de forma visual no inicio do atendimento via prontuário algumas condições de saúde como Paciente Gestante, Alergias e informações importantes em formato de alerta, de preferência em cor diferente das outras informações do prontuário.
R	O sistema deverá manter em tela indicador do tempo do atendimento, que fique visível ao profissional no momento do atendimento.



R	O sistema deverá possuir funcionalidade de Teleatendimento dentro da tela de atendimento do prontuário, podendo ser habilitado à qualquer momento pelo profissional que estiver realizando o atendimento.
R	Quando a função de teleatendimento for ativada, o sistema deverá automaticamente disponibilizar um link para envio ao paciente, podendo ser enviado por e-mail ou qualquer outra plataforma, apenas copiando o link.
R	O sistema deverá permitir que seja evoluído o prontuário enquanto o profissional conversa por vídeo com o paciente, sem sair da tela de prontuário. O Teleatendimento deverá ser feito dentro do prontuário e não com ferramentas externas.
R	Deve ser possível fazer com que a imagem do paciente no Teleatendimento se comporte conforme a tecnologia Picture-in-picture , para facilitar em alguns casos e ampliar a imagem, caso o profissional necessite.
R	O sistema deverá permitir recolher o histórico do prontuário, caso o profissional necessite, otimizando o tamanho e a visualização do mesmo, bem como deve ser possível retornar com o histórico.
R	Os campos de texto dentro do prontuário deverão conter a opção de transcrição de voz, para que o profissional possa falar e o prontuário transcrever em texto dentro dos campos.
R	O sistema deverá permitir gravar modelos de preenchimento dos campos SOAP (Subjetivo, Objetivo, Avaliação e Plano), para que os profissionais possam ter seus protocolos de atendimento e conduta com fácil acesso pelo sistema.
R	Em casos do profissional estar em uma unidade de saúde que possui vínculo com uma equipe e-Multi, o sistema deverá disponibilizar a seção de compartilhamento do cuidado, podendo escolher o CBO da especialidade à qual compartilhar, o profissional, escolher o CIAP e/ou CID10, a classificação de prioridade e campo para discussão de caso clínico, também com opção de transcrição por voz.
R	Deve permitir a solicitação do exame de Dengue, com a impressão da Ficha de Requisição no padrão do Ministério da Saúde.
R	Deve permitir a impressão da ficha de Investigação de Atendimento Anti-Rábico, no padrão do SINAN.



R	O sistema deverá permitir que o sistema possua protocolos de regulação no ato do encaminhamento de determinadas especialidades, para que o profissional possa realizar uma análise preliminar e conseguir encaminhar apenas pacientes que se enquadrarem no protocolo. A especialidade que fará parte deste processo deverá ser escolhida previamente na parametrização do sistema.
R	O sistema deverá permitir o profissional realizar a continuidade do compartilhamento do cuidado, com as opções de visualização dos dados inseridos pelo solicitante, bem como realizar a devolutiva de discussão do caso (podendo reclassificar, Pedir Esclarecimento, Teleconsulta e Recondução do Cuidado), realizar a troca do profissional de referência e sugerir agendamento para os grupos
R	Na tela da continuidade do compartilhamento do cuidado, o sistema deverá identificar os pacientes que estão aguardando (com o tempo que estão em espera) e os que já foram respondidos.
R	O sistema deverá permitir que seja executada a delegação de poder para outros profissionais, para que seja possível realizar atendimento dos profissionais residentes.
R	Toda vez que o profissional residente realizar o atendimento via prontuário, o sistema deverá registrar os dados com o conselho do profissional supervisor
R	O profissional residente não poderá finalizar o atendimento, apenas enviar para análise, enquanto o profissional supervisor receberá em tela todos os pacientes que estão necessitando de revisão.
R	O profissional supervisor poderá realizar a revisão do atendimento, ajustar algumas condutas e ser o único a finalizar o atendimento que está supervisionando.
R	As evoluções no SOAP deve ser possível realizar a retificação mesmo após o prontuário ser finalizado, solicitando o motivo da retificação.
R	RO sistema deverá obedecer às regras de restrição de dados, para que no preenchimento do prontuário seja bloqueado ou avisado em casos de relação entre Medicamento X Alergias, Precauções Terapêuticas (CID X Medicamentos) e Interação medicamentosa.
R	Permitir a impressão do Prontuário Completo, Prontuário do Atendimento Atual, Ficha Clínica e o Registro de Atendimento Clínico (RAC).



R	Permitir preencher o formulário do IVCF 20 (Índice de Vulnerabilidade Clínico-Funcional), seguindo as diretrizes do Ministério da Saúde, tendo como opções os questionamentos referentes à Comorbidade Múltipla, Comunicação (Audição e Visão), Mobilidade (Continência Esfinteriana, Marcha, Capacidade aeróbica e/ou muscular, Alcane/Pressão/Pinça), Humor, Cognição, ADV (Básica e Instrumental), Percepção da Saúde e Idade do Cidadão.
R	O IVCF20 só deve ficar disponível para pacientes com 60 anos ou mais, não aparecendo a opção de preenchimento para pacientes que não se enquadrarem na idade, evitando o preenchimento fora da faixa etária à qual é destinada.
R	Após seu preenchimento, o sistema deverá somar automaticamente e classificar o paciente dentre o protocolo, que são divididos entre Alto Risco (15 – 40 pontos), Risco Moderado (7 – 14 pontos) e Baixo Risco (0 – 6 pontos).
R	O sistema deverá mostrar o resultado dentro de uma régua de visualização, para facilitar o entendimento do resultado.
R	O sistema deverá possuir o cadastro de pesquisa de satisfação, para que possa ser enviado ao paciente após o atendimento via prontuário, onde possua opções de criar as perguntas da pesquisa de satisfação, com as opções de resposta com o padrão de muito satisfeito até muito insatisfeito.
R	O sistema deverá enviar a pesquisa de satisfação ao paciente através do e-mail cadastrado em seu usuário, de forma automática, logo quando o atendimento for finalizado.
R	O sistema deverá possuir relatório de pesquisas de satisfação respondidas, com gráficos referentes aos resultados.
R	As pesquisas de satisfação deverão ter a possibilidade de terem pesquisas distintas dentre as unidades e para isso o sistema deverá possuir a opção de cadastrar um tipo de pesquisa para cada unidade de saúde, bem como utilizar a mesma em mais de uma unidade.

GESTÃO DE FROTAS E TRATAMENTOS FORA DO DOMICÍLIO

Tipo	Descrição
------	-----------



R	O sistema deve possuir o cadastro de tipos de veículos.
R	O sistema deverá possuir campos para cadastro básico de veículo, contendo, minimamente descrição, tipo, placa, marca, número do chassi, renavam, ano do veículo sua capacidade/lotação, tipo do combustível e data da validade do extintor de incêndio.
R	Deve permitir a criação de rotas contendo minimamente sua descrição, município de saída e município de destino.
R	Deve possuir cadastro para lançamento de dotações orçamentárias contendo minimamente a descrição e o número.
R	Deve possuir cadastro de recursos contendo minimamente a descrição e número.
R	O sistema deve permitir o cadastro de motoristas contendo minimamente o nome, CPF, telefone, endereço, município, complemento, CEP, tipo de veículo de condução, número da sua carteira de habilitação, categoria da carteira, data do vencimento da carteira.
R	A aplicação deve possuir cadastro de itens de consumo com minimamente sua descrição, unidade de apresentação e fornecedor padrão.
R	Deve possuir cadastro de eventos do veículo.
R	A plataforma deve possuir funcionalidade ou mecanismo para lançamento de eventos para cada veículo contendo minimamente sua data de criação/atualização, evento, data do vencimento, número de dias que o evento pode ser postergado, indicação se o evento foi realizado, data da realização, observações da realização e observações gerais do evento.
R	O sistema deve gerar aviso/alerta para o operador quando o veículo for relacionado para algum tipo de viagem durante o período de vigência de um determinado evento a ele atrelado.
R	Deve possuir cadastro de tipos de viagem com indicação se o tipo da viagem deve ser utilizado nos processos de TFD.
R	Deve possuir cadastro de tipos de despesa e adiantamentos contendo minimamente sua descrição e seu valor unitário.
R	Deve possuir cadastro de destinos contendo minimamente nome, município onde se localiza e telefone.



R	O sistema deverá possuir registro de viagem, informando minimamente data e hora da saída, data e hora prevista para retorno, tipo da viagem, auxiliar, motorista, veículo, local de destino, cidade de destino, rota, dotação orçamentária e recurso.
R	Nesta mesma ferramenta supracitada, deve permitir que sejam atrelados a cada viagem os cidadãos e acompanhantes com seus devidos locais de saída hora da saída, locais de destino, telefone, documentos, tipo da viagem (ida, ida e volta), acompanhantes, data do aviso ao cidadão, horário do aviso e observação.
R	O sistema deve permitir o gerenciamento das viagens permitindo o gestor visualizar a quantidade de vagas disponíveis por ida e quantidade de vagas disponíveis por volta.
R	Deve permitir no cadastro da viagem que sejam relacionados Km inicial, km final, nome da empresa (no caso de terceira) valores adiantados e km rodados.
R	Deve permitir que sejam lançados um ou mais adiantamentos para cada viagem, contendo minimamente o tipo do adiantamento, valor, quantidade e valor total.
R	A plataforma deve possuir funcionalidade ou mecanismo para lançamentos das despesas da viagem contendo minimamente a informações como data e hora de saída, data e hora da chegada, km inicial, km final, km rodado, número do documento da despesa, data da despesa, tipo da despesa, valor unitário, quantidade, total, local/fornecedor, um campo texto livre e campo indicativo permitindo informar se a viagem já foi finalizada.
R	Deve possuir funcionalidade para lançamento de manutenções com o veículo contendo minimamente a data da solicitação, data programada da manutenção, data previsão de conclusão, veículo, quilometragem, nome do solicitante, dados do local da manutenção (local, telefone, nome do contato na manutenção), descritivo do motivo pelo qual a manutenção está sendo requerida.
R	Nesta mesma ferramenta supracitada, o sistema deve permitir que sejam lançados todos os itens da manutenção contendo minimamente o nome do item, indicação se o era problema em peça original, data da próxima troca, km da próxima troca, número do documento, quantidade, valor unitário, valor total e campo livre para observações.
R	A aplicação deve possuir mecanismo para lançamento de acertos de manutenção com o fornecedor contendo minimamente a data da entrega, indicação se o acerto foi finalizado, item, data da próxima troca, km da próxima troca, documento, quantidade, valor unitário, valor total e observações.



R	Deve possuir mecanismo para lançamento de gastos gerais com veículo por tipo de gasto, incluindo a data da autorização, fornecedor, veículo, quilometragem, motorista, documento de referência, item, quantidade, valor e indicação se o mesmo foi autorizado ou cancelado.
R	A aplicação deve possuir mecanismo para gerenciamento dos saldos com cada fornecedor, levando em consideração os valores creditados a ele e os gastos realizados com cada um em quantidade e valor.
R	O sistema deve permitir adicionar créditos ao fornecedor contendo minimamente a data, o fornecedor, qual o item ao qual o crédito é realizado, valor e quantidade.
R	O sistema deve possuir mecanismo para gerenciamento de solicitações de ambulância contendo minimamente a data da solicitação, data e hora da saída, cidade de destino, local de destino, veículo, motorista, pacientes na ida e pacientes no retorno e campo livre para anotações.
R	A solução deve possuir mecanismo que permita um controle em filas de espera para processos de TFD.
R	A solução deve possuir mecanismo que permita a publicação das filas de espera para transporte na internet para consultas públicas (sem necessidade de login) ao sistema.
R	A plataforma deve possuir interface de operação 100% WEB e a comunicação entre o navegador e o servidor de aplicação deve ser segura, utilizando HTTPS para cifrar a comunicação e assinar as requisições de modo a evitar ataques a segurança do servidor de aplicações.
R	O sistema deve permitir que sejam criados os processos de TFD contendo minimamente número do processamento, data da abertura, cidadão, profissional responsável, CID, tratamento solicitado, tipo do atendimento e um campo texto livre para justificativa.
R	Deve permitir para cada processo de TFD haver a indicação da situação do processo, se o mesmo foi autorizado, cancelado enviado para o estado, negado ou se está inconcluso e um campo livre texto para justificativa da situação e um campo livre texto observações gerais.
R	Deve possuir mecanismo para criação de viagens para processos de TFD com base nos processos de TFD a serem atendidos.
R	A solução deve permitir realizar o lançamento de todas as viagens necessárias para o processo TFD, contendo minimamente a data da solicitação, cidade e local de destino, transporte recomendado, veículo, motorista, data e hora da viagem, campo para



	observação da viagem, previsão de retorno e campo de observação para a previsão de retorno.
R	A solução deve possuir funcionalidade para renovação de processos de TFD já concluídos.
R	O sistema deve disponibilizar informações referentes ao andamento dos processos de TFD nas recepções das unidades de saúde, contendo minimamente o cidadão, a situação e o número do processo.
R	Deve possuir mecanismo para geração automática dos procedimentos de transporte do cidadão e seu acompanhante, com base na quilometragem percorrida.
R	Deve possuir controle de manutenção e do abastecimento dos veículos.

EPIDEMIOLOGIA

Tipo	Descrição
R	A plataforma deverá possibilitar a customização de fichas de investigação da vigilância epidemiológica, contendo minimamente, descrição, CID's 10 compatíveis.
R	O programa deve possuir mecanismo ou funcionalidade que permita a criação das perguntas que compõe cada ficha de investigação contendo minimamente: ordem de visualização das perguntas, campo para observação da resposta firmada e campo para inserção de ajuda para cada pergunta. O tipo da resposta a ser aceito para cada pergunta deve poder variar entre campos descritivos, numéricos, campos para datas e múltipla escolha, neste caso permitindo que sejam informadas as opções para cada pergunta, sendo possível definir na pergunta se permite a seleção de um ou mais itens de resposta.
R	A plataforma deverá possuir ferramenta para gerenciamento e monitoramento dos agravos de notificação, contendo minimamente o agravo, tipo da notificação (negativa, individual, surto ou Inquérito Tracoma) a data dos primeiros sintomas, a data da notificação, situação da notificação (registrado, avaliando, investigando, providenciado, cancelado e rejeitado), município, unidade de saúde notificadora, responsável pela notificação, e os dados do cidadão.



R	Nesta mesma ferramenta supracitada deverá haver minimamente os dados do cidadão: Nome, data de nascimento, número do cartão SUS, idade (em Anos, Meses, Dias e Horas), sexo, raça/cor, nome da mãe e escolaridade. e Deverá permitir o detalhamento da residência do notificado contendo minimamente: bairro, cep, latitude, longitude, logradouro, número, complemento, pontos de referência, ddd, telefone e zona (rural ou urbana).
R	A plataforma deve permitir o cadastro inicial do surto, com data do primeiro caso suspeito, número de casos suspeitos, local inicial da ocorrência (residência, hospital/unidade de saúde, creche/escola, outras instituições, restaurante/padaria, casos dispersos no bairro ou município, casos dispersos em mais de um município e outros), permitindo ainda a identificação de outros locais iniciais de ocorrência.
R	A plataforma deve possuir funcionalidade ou mecanismo para gerenciamento que permita que sejam listados na vigilância epidemiológica todos os CID's relacionados nos atendimentos médicos em locais informatizados, que forem notificáveis.
R	Deverá possuir mecanismo ou funcionalidade que permita o envio de emails e sms para os responsáveis pelo setor de epidemiologia em intervalos pré-definidos, listando todos os CID's notificáveis relacionados em atendimentos médicos nos locais informatizados.
R	A plataforma deverá apresentar um sistema de alerta ao usuário para a notificação compulsória sempre que houver a digitação do CID ou CIAP, nos campos específicos, correspondente a agravos de notificação.

PAINEL DE CHAMADAS

Tipo	Descrição
R	A aplicação deve possuir mecanismo de Painel para utilização nas salas de espera dos pontos de atendimento da contratante.
R	O mecanismo do painel eletrônico possibilitar o chamamento do cidadão através do seu nome indicando para qual consultório ou sala que o mesmo deverá se deslocar para ser atendido.



R	O painel deve possibilitar que sejam inseridas informações ou vídeos a serem exibidos nas salas de espera entre um atendimento e outro, permitindo definir o tempo de exibição para cada vídeo.
R	A alimentação das informações da fila de atendimento deverá ser realizada automaticamente pelo sistema, com base no processo da recepção do cidadão na unidade, e da definição de grau de risco realizado na triagem, sem que seja necessária a intervenção de qualquer operador.
R	Deve possuir no momento da implantação informações visuais relacionados com o formato de atendimento e triagem (baseado no protocolo de Manchester) com objetivo de orientar aos cidadãos na maneira como as filas de atendimento serão estabelecidas, para serem exibidos nas salas de espera onde o painel será utilizado.
R	Deve permitir envio de mensagens ou avisos ao painel, com opção de aviso sonoro.
R	Permitir parada das chamadas no painel, devido a situações adversas.

LABORATÓRIO

Tipo	Descrição
R	O sistema deve possuir cadastro de convênios.
R	Deve possuir funcionalidade que permita que sejam limitados os convênios aos quais cada exame pode ser relacionado.
R	Deve possuir cadastro de comarcas contendo minimamente o nome da comarca e indicativo se a comarca está ativa ou não.
R	Deve possuir cadastro de históricos padrões para utilização no preenchimento dos laudos dos exames contendo minimamente o apelido e descrição.
R	Deve possuir cadastro de grupos de layouts.
R	Deve permitir que sejam informados para cada exame o setor em que o mesmo é realizado, o material de coleta, o recipiente, dias para entrega, sexo do cidadão permitido para realizar



	o exame, campo para indicar quando o resultado do exame é sigiloso e campo para indicar quando o exame utilizará triagem.
R	Deve possibilitar vincular ao exame laboratorial com vários procedimentos do SIGTAP e os reagentes.
R	Possuir recurso para desmembramento de exames.
R	Deverá possuir mecanismo ou funcionalidade que permita definir um grupo de cidadãos, através da sua faixa etária (expressa em ano, dia ou meses), e do seu sexo (masculino, feminino, indeterminado ou ambos), que será utilizado para definir o layout a ser utilizado no lançamento do laudo do exame para o cidadão.
R	O sistema deve possuir cadastro de recipiente para coleta contendo minimamente a descrição e campo indicativo se o mesmo está ativo ou não. Deve possuir cadastro de materiais para coleta contendo minimamente a descrição e campo indicativo se o mesmo está ativo ou não.
R	Deve possibilitar o cadastro de prazos de entrega dos exames, possibilitando cadastrar minimamente a descrição, o número de dias de entrega.
R	No cadastro de prazos de entrega dos exames, deve possibilitar a definição de trabalho por dia da semana (contendo todos os dias da semana), e permitir cadastrar minimamente, o tipo de trabalho (Realiza e Entrega, Apenas Entrega ou ainda Se não Realiza e Não Entrega), e permitir definir para cada dia da semana o horário limite para coleta.
R	O sistema deve possuir funcionalidade para cadastro de tipos de requisição, contendo minimamente a descrição, e possuir indicativo para que possa determinar qual dos tipos deve ser utilizado como padrão no momento da requisição do exame.
R	Deve possuir mecanismo ou funcionalidade que permita criação de variáveis para utilização na construção do layout do laudo de cada exame.
R	Deve possuir cadastro de setores de atendimento do laboratório contendo minimamente, descrição, campos para identificar o responsável pelo setor, se o setor é de apoio, indicativo se está ativo e um campo texto livre para observações.
R	A aplicação deve possuir mecanismo ou funcionalidade para criação de mapas grade completos e resumidos, contendo minimamente, a descrição e setor de uso, e possuir mecanismo ou funcionalidade para definir os exames que pertencem ao mapa grade,



	possibilitando a seleção de todos os exames do setor, ou permitir cadastrar apenas alguns exames do setor.
R	A aplicação deve possuir funcionalidade para criação de layout dinâmicos para cada exame e grupo de layout.
R	Para utilização no layout, devem permitir criar os campos para a entrada dos resultados, e definir para o campo qual o tipo de entrada: texto, numérico, se utilizará valores pré definidos no cadastro de histórico.
R	Deve permitir definir layout a ser utilizado para impressão do laudo e layout a ser utilizado na impressão do mapa, e nos layouts permitir utilização dos campos de entrada dos resultados, e variáveis pré cadastradas.
R	A aplicação deve possuir funcionalidade que permita edição dos layouts a serem utilizados integrado a aplicação, sua interface deve possuir as seguintes funcionalidades: permitir que sejam inseridos campos texto, campos numéricos e fórmulas para campos calculados; permitir que seja anexada régua gráfica para apresentação dos valores de referência para cada leitura presente no laudo; possuir mecanismo para limites de valores para os resultados lançados nos laudos; possuir mecanismo ou funcionalidade para seleção de campos de histórico para respostas padrões para cada resultado a ser lançado no laudo; possuir lista padrão dos campos para inserção de valores nos laudos como nome do cidadão, documentos do cidadão, nr. do CNS, nome do exame, material examinado e outros.
R	A aplicação deve possuir funcionalidade que permita a criação de layout personalizado para comprovante de coleta, podendo definir minimamente, a descrição, o tipo de impressão (pdf, térmico), configurações de pdf, como tipo de papel (A4, A5), orientação do papel (retrato ou paisagem), e permitir utilizar variáveis pré cadastradas.
R	A aplicação deve possuir funcionalidade que permita a criação de layout personalizado para as etiquetas, contendo minimamente a descrição, o tipo de impressão (pdf, térmico).
R	A aplicação deve possuir mecanismo para configuração dos mapas de trabalho com funcionalidades semelhantes ao de configuração dos laudos de exames.



R	O sistema deve possuir mecanismo ou funcionalidade que permita limitar os históricos padrões a serem utilizados por cada exame relacionado para uso no laboratório.
R	Deve permitir que seja informado para cada exame, sua ordem de impressão e número da amostra nos Mapas de Trabalho e se serão impressos resultados anteriores durante a emissão dos laudos.
R	Deve permitir a criação de requisições de exames para o cidadão, definindo minimamente, o cidadão, os exames da requisição, data e hora da requisição, o local de coleta, local de entrega dos resultados, prazo previsto para entrega dos resultados, campo de texto livre para observações, poder informar urgência para o resultado definindo um motivo para tal bem como a impressão do comprovante de coleta.
R	Deve possuir funcionalidade para que possam ser determinadas as informações para coleta de material para cada exame, contendo minimamente as informações de exame, material de coleta, data e hora da coleta e profissional da coleta.
R	O sistema deve possuir um controle de entrega dos resultados dos exames, permitindo registrar minimamente as informações do profissional que fez a entrega, cidadão que recebeu o resultado, data da entrega do resultado.
R	O sistema deve possuir um controle de digitação dos resultados dos exames, utilizando os layouts para realizar a entrada do resultado, e possibilitar a solicitação de uma nova amostra, a qual deverá estar visível para o posto de coleta.
R	O sistema deve permitir que cada laboratório possa definir se haverá necessidade de conferência dos resultados do exame para liberação de entrega, ou caso a digitação do resultado seja feito pelo bioquímico, possa ser definido como liberação automática ao lançar o resultado do exame.
R	O sistema deve dispor de controle de liberação dos resultados de exame para quando o operador que insere o resultado do exame no sistema não seja o bioquímico, assim, necessitando conferência do bioquímico para entrega dos resultados dos exames ao cidadão.
R	Deve permitir envio dos exames a terceiro, disponibilizando o controle gerencial dos exames enviados e recebidos bem como informações como: laboratório terceirizado, cidadão, período, exame.
R	Deve possuir mecanismo ou funcionalidade que permita relacionar todos os reagentes a serem utilizados por cada exame a ser executado pelo laboratório. E permitir realizar baixa



	automaticamente dos reagentes no estoque dos materiais do laboratório, bem como funcionalidade para gerenciamento das baixa dos reagentes.
R	Permitir configurar para o laboratório se será utilizado triagem nas requisições de exames.
R	Permitir na triagem encontrar o registro por código de barras, e também ter a opção de encontrar o registro por minimamente as informações de período, cidadão e exame.
R	O sistema deve permitir o faturamento em grupo/bloco de exames, com possibilidade de buscar um exame específico, ou os exames de um cidadão.
R	O sistema deve dispor da impressão de etiquetas, utilizando o layout de etiqueta cadastrado.
R	O sistema deve dispor da impressão de laudos dos exames, utilizando o layout definido pelo bioquímico.
R	O sistema deve permitir impressão em bloco/grupos de laudos dos exames.
R	O sistema deve permitir re-impressão de laudos dos exames.
R	O sistema deve possibilitar a verificação em forma de relatório estatístico de total dos exames realizados por laboratório, podendo selecionar minimamente um período específico, exame, laboratório e profissional solicitante.
R	Deve possuir relatório gerencial de exames pendentes de liberação.
R	Deve possuir relatório gerencial de total dos exames, informando minimamente o profissional solicitante, o exame e quantidade total realizado para cada exame.
R	Deve possuir relatório de conferência de amostras por posto de coleta, podendo pesquisar minimamente por um período, exame, material de coleta, local de coleta, cidadão.
R	O sistema deve possibilitar a verificação em forma de relatório dos exames pendentes de resultado.
R	Disponibilização de resultados dos exames de forma on-line de modo que o cidadão de posse do seu comprovante possa pegar seu resultado através de acesso web considerando



	que exames definidos como sigilosos não entrem nesta funcionalidade sendo que estes devem ser entregues em mãos apenas.
R	Possibilitar a impressão dos mapas de trabalho, os formatos de mapa de bancada e mapa grade, seguindo layout atribuídos aos mesmos.
R	O sistema deve dispor de funcionalidade de agendamento das requisições de exames.
R	Deve possibilitar o cadastramento do cronograma de atendimento do laboratório, permitindo definir quais exames podem ser agendados e o número máximo de agendamento diário para cada exame em um determinado período.
R	Deve possibilitar o cadastramento do cronograma de atendimento do laboratório, podendo quantificar por número de requisições ou número de exames diários para cada laboratório.
R	Ao cadastrar o cronogramas de agendamento, deve permitir definir os dias de semana possíveis de agendamento, e para cada dia da semana, a quantidade sendo esta por requisições ou exames bem como possibilitar que possa ser definido o período de atendimento (hora inicial e hora final). O sistema deverá calcular o tempo de duração de cada atendimento estipulando o algoritmo pela hora inicial, hora final e quantidade de atendimentos, e durante o agendamento das requisições de exames já trazer os horários de agendamento automaticamente, disponibilizando para agendamento os horários calculados e que ainda não foram consumidos na agenda/dia.
R	No agendamento das requisições de exames, deve estar disponíveis para agendamento, apenas os dias de semana que possuem cronograma e vaga para o agendamento.
R	No agendamento das requisições de exames, deve possibilitar o operador a visualizar todas as vagas consumidas por dia, listando minimamente, a data, a hora o cidadão, o laboratório de destino e o profissional solicitante.
R	Deve permitir o operador do agendamento das requisições de exames, gerar a requisição a partir da agenda.
R	Deve permitir o operador do agendamento das requisições de exames, transferir uma requisição para uma próxima data possível de agendamento (conforme cronograma/vagas).
R	Deve permitir o operador do agendamento, visualizar os últimos exames realizados pelo cidadão, e a quanto tempo o exame foi realizado.



R	Deve permitir o operador de cadastro das requisições de exames, visualizar os últimos exames realizados pelo cidadão, e a quanto tempo o exame foi realizado.
R	Deve permitir a impressão do comprovante de agendamento.

INTERFACEAMENTO LABORATORIAL

Tipo	Descrição
R	O sistema deve possuir funcionalidade para interfaceamento aberto dos equipamentos de laboratório.
R	Permitir identificar os exames que possuem o interfaceamento com equipamento laboratorial.
R	Deve possuir no cadastro de exames interfaceados, identificando o código do mesmo para o interfaceamento, se as etiquetas deste exame serão agrupadas com os outros exames desse setor, se o exame é liberado automaticamente quando vem do interfaceamento e a quantidade de etiquetas que serão impressas.
R	Possibilitar comunicação com sistemas de interfaceamento e equipamentos laboratoriais, enviando as informações de coleta e obtendo os resultados de exames automaticamente à medida que são realizados.
R	Deve possuir mecanismo para envio manual de exames para interfaceamento, além do programado, onde seja possível enviar exames ainda não enviados bem reenviar exames utilizando-se de filtros como período de coleta, setor, exame, posto de coleta, paciente ou número de requisição.

CONTROLE DE IMUNOBIOLOGICOS

Tipo	Descrição
R	O sistema deverá permitir o cadastramento das faixas etárias utilizadas na imunização, de forma personalizável, contendo minimamente a descrição, idade inicial e idade final e sexo.
R	Deverá permitir o cadastramento dos calendários de vacinação.



R	Deverá possuir o cadastro detalhado de tempos para utilização nos calendários de vacinação contendo minimamente a descrição, o calendário de vacinação onde será utilizado, idade inicial em anos, mês e dia e a idade final em anos, mês e dia.
R	Deverá ser capaz de registrar todas as imunizações administradas ao cidadão, contendo minimamente as informações de data da aplicação, lote, validade, dose, tipo de imunobiológico e todas as demais requeridas pelo SI-PNI/RNDS, ficando estas informações registradas no prontuário do cidadão.
R	O sistema deverá permitir o cadastramento e gerenciamento das salas/módulos de vacinação disponíveis da rede municipal de saúde contendo minimamente descrição e a unidade de saúde onde está localizada.
R	O sistema deverá possuir controle de estoque de imunizações minimamente por lote e validade, deverá possibilitar o gerenciamento e controle de estoque por cada sala/módulo.
R	Deverá ser capaz de gerar alerta internamente no sistema, todo cidadão que possui carteira de vacinação e o mesmo estiver com qualquer vacina em atraso deve gerar um aviso/alerta para o operador, em qualquer operação e módulo do sistema.
R	Deverá ser capaz de cadastrar as alergias do cidadão, se a aplicação for através do prontuário eletrônico.
R	O sistema deverá gerar aviso/alerta de todas as alergias cadastradas para o cidadão, para fins de visualização do operador, minimamente na carteira do cidadão e na aplicação de uma vacina.
R	Deverá controlar o calendário de vacinação incluindo intervalo mínimo e recomendado entre as doses do mesmo imunobiológico, bem como idade mínima e máxima do cidadão que pode receber a dose, sendo que a plataforma utilizará estes valores para realizar o aprazamento automaticamente das próximas doses no prontuário do cidadão.
R	Deverá permitir a atualização do registro de vacinação do cidadão por meio de inserção manual de registros realizados fora da rede municipal, com destaque de que se trata de atualização manual e não aplicação de imunobiológico, lançando como transcrição de vacinação.
R	O sistema deverá possuir mecanismo para gerenciamento e emissão das carteiras de vacinação utilizando cores para diferenciação entre vacinas em dia, atrasadas e futuras, contendo o número de dias restantes para aplicação e data das imunizações já realizadas.



R	O sistema deverá permitir o lançamento de vacinas que não fazem parte do calendário de vacinação normal do cidadão.
R	O sistema deverá possuir mecanismo para registrar as entradas de imunizações, alimentando automaticamente o controle de estoque.
R	O sistema deverá permitir o gerenciamento de estoque pelo gestor, permitindo realizar acerto dos valores do estoque da imunização para o lote/validade já existentes, podendo diminuir a quantidade em estoque ou aumentar a quantidade em estoque.
R	Deverá possuir mecanismo ou funcionalidade para controle de transferências de imunizações entre as salas/módulos de vacinação.
R	Deverá possuir mecanismo para gerenciamento das saídas de imunizações contendo minimamente as salas/módulos de vacinação, a data da saída, o motivo/tipo da baixa, as vacinas, lote/validade e quantidade.
R	O sistema deverá ter a possibilidade de fazer o envio das aplicações ao sistema oficial do governo SI-PNI/RNDS.
R	O sistema deverá permitir a impressão da caderneta de vacinação.
R	Deverá possuir relatório de balanço físico de imunizações por sala/módulo de imunização.
R	Deverá possuir relatório para emissão do Boletim de Imunizações.
R	Deverá possuir relatório de acompanhamento de imunizações por bairro.
R	Deverá possuir relatórios de gerenciamento com a visualização dos movimentos de estoque de mensal das imunizações.
R	Deverá possuir relatórios para acompanhamentos das imunizações por lote e validade.
R	Deverá permitir o gestor verificar em forma de relatório a existência de imunizações atrasadas.
R	Deverá permitir o gestor verificar as vacinações realizadas, e lista de vacinados por tipo de vacina.



R	O sistema deve disponibilizar de mecanismo para importação de dados legados do sistema SIPNI, possibilitando a importação dos cidadãos e das vacinas aplicadas por cidadão.
R	O sistema deve possuir interface para configuração de integração com o webservice da RNDS, utilizada para envio das vacinas preconizadas pelo Ministério da Saúde, permitindo vincular o Certificado Digital (Modelo A1 e sua senha) para validação do município junto ao webservice.
R	Possuir interface para envio das vacinas junto ao RNDS, onde seja possível visualizar dados como: Paciente, Data da Aplicação, Dose, Sala de Aplicação, profissional que aplicou, Status (Enviado, Pendente, etc.) e se foi ou não digitado no RNDS
R	O sistema deve possibilitar que seja emitido através de um link do sistema, o comprovante de vacinas aplicadas conforme parametrização, sem a necessidade de login, podendo imprimir em Português, Espanhol e Inglês.
R	O sistema deverá possuir parametrização para que as aplicações sejam enviadas automaticamente ao RNDS e visualizar em tela quais foram enviadas, quais estão pendentes e quais estão com erro, permitindo tentar o reenvio de forma manual.
R	O sistema deverá permitir que a atualização das regras vacinais sejam realizadas de forma automática, via Webservice, para que não haja o risco de cadastros e vínculos errados (Doses, Estratégias e Vínculo com o Imunobiológico cadastrado no Ministério da Saúde)
R	No momento da aplicação da vacina, o sistema deverá exibir a opção de Aplicação ou Transcrição de Doses, para as doses que já foram aplicadas anteriormente em outro local, com a única finalidade de atualização da carteira de vacinação do paciente.
R	O cadastro das vacinas poderá ser importada automaticamente via Webservice para que não haja necessidade e nem o risco do cadastro manual, de acordo com as regras vigentes do Ministério da Saúde.
R	O sistema deverá permitir controlar as competências de vacinas, podendo escolher entre estar abertas e fechadas, para que possam controlar os períodos que ficariam liberadas as digitações das vacinas.
R	Permitir realizar o cadastro das campanhas de vacinação, identificando o nome da campanha, sala de vacinação vinculada, local da vacinação e quais vacinas/lote/produtor irão fazer parte da campanha.



R	Possuir tela de aplicação das vacinas de campanha, apenas digitando o CPF do paciente, permitindo lançar apenas as vacinas e lotes registradas para a campanha, bem como a Via de Administração, Local da Aplicação e Grupo de Atendimento
R	Na criação da Carteira de Vacinação, o sistema deverá permitir que seja criada através do Nº de Internação Hospitalar, caso o paciente venha encaminhado ou esteja sendo atendido através de um internamento hospitalar.
R	Ao lançar uma vacina na campanha de vacinação, o sistema deverá atualizar sua carteira de vacinação, caso o paciente possua.

DISPOSITIVOS MÓVEIS - ACS

Tipo	Descrição
R	O aplicativo deve funcionar nos dispositivos móveis minimamente sob a plataforma ANDROID.
R	O aplicativo deve trabalhar off-line, não necessitando de internet ou outro tipo de rede para funcionamento, exceto para enviar e receber informações com o servidor.
R	O aplicativo deve solicitar usuário e senha para conectar-se ao servidor e para o acesso ao aplicativo.
R	O aplicativo deve gerenciar a microárea de cada agente de saúde.
R	O aplicativo deve receber do servidor todas os dados cadastrais dos domicílios, famílias e seus integrantes, do servidor referentes à microárea do agente de saúde que opera o dispositivo móvel.
R	O aplicativo deve alertar quando existem dados para serem sincronizados.
R	O aplicativo deve possibilitar o envio dos registros novos ou atualizados para o servidor, receber e fazer atualização de dados mais atuais daqueles que o aplicativo está gerenciando.
R	O aplicativo deve ser compatível com as fichas e regras CDS do e-SUS, contendo minimamente as ficha:



	Ficha de Cadastro Individual, Ficha de Cadastro Domiciliar, Ficha de Visita Domiciliar, Marcadores de Consumo Alimentar
R	O aplicativo deve estar disponível na loja virtual Google Play com download gratuito para instalação e atualização.
R	O aplicativo deve relacionar todas os domicílios que a micro área possui cadastrados.
R	O aplicativo deve possuir diversas formas de pesquisa de domicílios, tais como por logradouro, bairro ou mesmo pelo nome de qualquer dos integrantes, bem como CNS- Cartão SUS, entre outros.
R	O aplicativo deve possibilitar inclusão ou atualização de dados cadastrais de cada Domicílio no formato exigido pelo e-SUS.
R	O aplicativo deve possibilitar inclusão ou atualização de dados cadastrais das famílias para cada domicílio.
R	O aplicativo deve possibilitar inclusão ou atualização de dados cadastrais de cada Integrante do domicílio e informar a qual família ele pertence.
R	O aplicativo deve possibilitar identificar o chefe da família.
R	O aplicativo deve possibilitar ao agente de saúde, gerenciar suas visitas domiciliares, no formato e-SUS.
R	O aplicativo deve solicitar os dados da visita domiciliar seguindo o modelo especificado pelo e-SUS.
R	O aplicativo deve possibilitar ao agente de saúde, identificar os domicílios que ainda não foram visitados nos últimos 7, 15, 30, 60 e mais dias e também exibir a data da última visita efetuada em cada um.
R	O aplicativo deve realizar as validações necessárias com base nas regras de validação por ficha do e-SUS.



R	O aplicativo deve possuir tabela cadastral de todos os países e municípios do Brasil, e para essas tabelas uma forma de pesquisa que faça o trabalho de auto completar, facilitando a seleção do registro desejado.
R	O aplicativo deve capturar o posicionamento das coordenadas GPS durante todo o trabalho da ACS bem como em qualquer ação que venha a realizar utilizando o sistema.
R	O aplicativo deve gerar LOG em todas as atividades que a ACS venha a realizar utilizando o aplicativo.
R	O aplicativo deve fornecer um cadastro e gerenciamento de ocorrências adversas enfrentadas pela ACS, tanto na Visita Domiciliar como em qualquer momento que isso venha a ocorrer, acrescentando ainda a inclusão de imagens(fotos) acompanhadas de um descritivo informando o que é observado na imagem coletada.
R	O aplicativo deve permitir a transferência cadastral de Integrantes entre microáreas, através de solicitação no próprio aplicativo, evitando re-cadastro de Integrantes.
R	O aplicativo deve permitir a ação de coleta de imagem(foto) do Integrante no momento da realização da Visita Domiciliar, bem como coletar sua assinatura e possibilitar também à ACS registrar sua assinatura. Nas assinaturas, o sistema deve gravar o posicionamento GPS visível na imagem.
R	O aplicativo deve possibilitar a coleta de imagem(foto) de cada Integrante no Cadastro Individual.
R	O aplicativo deve permitir que a ACS capture sua própria imagem através de foto capturada pelo próprio dispositivo, armazenando essa imagem no servidor.
R	O aplicativo deve permitir o preenchimento de formulário para Marcadores de Consumo Alimentar, realizando as validações do e-SUS, impedindo erros de digitação.
R	O aplicativo deve permitir a realização de Visitas Domiciliares e coleta de Marcadores de Consumo Alimentar, também em Integrantes que não estejam cadastrados na microárea da ACS.
R	O aplicativo deve possibilitar a edição de um local para informações extras nos Domicílios no caso de Visitas Domiciliares, essas anotações são de caráter individual de cada ACS.



R	O aplicativo deve disponibilizar nele mesmo, acesso a vídeo aulas online sobre a operacionalização do aplicativo.
---	---

AUTORIZAÇÃO DE INTERNAMENTO HOSPITALAR (AIH)

Tipo	Descrição
R	Deve possuir mecanismo de consulta de procedimentos para visualização do mesmo e suas características, podendo dividir por competência, grupos, subgrupo, forma organizacional e por procedimento e que nesta tela mostre todas as regras do mesmo.
R	Deve possuir mecanismo para consulta de tabelas de checagem SISAIH01, com opção de pesquisar por procedimento
R	Deve possuir tela para cadastro de padrão de procedimentos, podendo assim informar procedimento inicial, procedimento final, médico, cbo, repasse, recebedor e prestador de serviços. Também deve possuir informação de log deste cadastro em tela, caso seja necessário consultar.
R	Permitir informar nos parâmetros do sistema o médico auditor, órgão emissor, o acesso a tabela SIGTAP e CIHA do procedimento de administração de medicamentos.
R	Permitir cadastrar acréscimo de procedimento para AIH e APAC e que seja possível informar o procedimento, competência inicial e final, porte, valor do acréscimo, valor do acréscimo para serviço profissional.
R	Permitir cadastrar os repasses e que seja possível informar o procedimento inicial e final, profissional, tipo do valor (Valor Fixo, Percentual CO, Percentual SP, Percentual SA e Percentual Valor Total), valor e a ordem.
R	Permitir cadastrar Sugestões para Digitação de AIH's sendo possível informar o Tipo, Sexo do Paciente, Clínica, Caráter de Internação, Procedimento Realizado (AIH), Procedimento Executado, Aviso e o Procedimento à Realizar.
R	Permitir cadastrar o Custo por Procedimento, informando o procedimento, competência e o custo.
R	Permitir realizar o internamento do paciente através do atendimento do mesmo na recepção, informando:



	<p>Data e hora de entrada</p> <p>Médico Solicitante</p> <p>Médico Responsável</p> <p>Clínica (Clínica Médica, Cardiologista, Vascular, etc.)</p> <p>CID Provisório</p> <p>Setor</p> <p>Caráter</p> <p>Tipo de Acomodação</p> <p>Procedimento TUSS</p> <p>Procedimento SUS</p> <p>Data prevista da Alta</p> <p>Origem do Atendimento</p> <p>Convênio</p> <p>Nº da AIH</p> <p>Dias autorizado</p> <p>Observação</p>
R	Permitir evoluir e realizar a transferência dos pacientes que estão no ambulatório para internação.
R	Permitir evoluir o paciente e internar o mesmo através do atendimento via Prontuário Eletrônico.
R	Permitir integração total de todos os serviços e procedimentos realizados no internamento do paciente (que sejam compatíveis) com o faturamento de AIH, para que se diminua a perda e agilize o trabalho do faturamento.
R	<p>Permitir realizar a digitação e a apresentação das AIH's podendo informar no mínimo:</p> <p>Nº da AIH</p> <p>Identificação</p> <p>Tipo</p> <p>Nº Internamento</p>



	<p>Data do Internamento</p> <p>Data da Alta</p> <p>Procedimento Solicitado</p> <p>Procedimento Realizado</p> <p>Modalidade</p> <p>Especialidade</p> <p>Caráter de Internação</p> <p>CID Principal</p> <p>Motivo da Saída</p> <p>Setor, quarto e leito</p> <p>Médico Solicitante</p> <p>Médico Responsável</p> <p>Nº AIH antiga</p> <p>Nº AIH posterior</p> <p>Médico autorizador</p> <p>Data de Autorização</p>
R	Possuir tela de exportação da AIH por apresentação e em lotes
R	Possuir funcionalidade de AIH entre competências
R	Permitir marcar as AIH's rejeitadas, podendo filtrar por apresentação, motivo da rejeição e Nº da AIH
R	Permitir listar as AIH's com erros
R	Permitir filtrar os Laudos de AIH por período
R	<p>Possuir tela de digitação da CIHA, permitindo informar:</p> <p>Nº do Internamento</p> <p>Prontuário</p>



	<p>Procedimentos</p> <p>Entrada</p> <p>Característica de Internamento</p> <p>Diagnóstico Principal</p> <p>Diagnóstico Secundário</p> <p>Motivo da Alta</p> <p>Convênio</p> <p>Código do Beneficiário</p> <p>Diárias de UTI</p> <p>Documento de Óbito</p>
R	<p>Permitir gerar relatórios gerencias, estatísticos e financeiros, tais como:</p> <p>Valores AIH</p> <p>Espelho da AIH</p> <p>Produção de Repasse</p> <p>Relatório de Prévia</p> <p>Quantitativo de procedimentos por competência</p> <p>Procedimento por Apresentação</p> <p>Procedimento com incremento financeiro</p> <p>Estatísticas do Faturamento</p> <p>Procedimento com Valor Definido</p> <p>Acompanhamento de AIH</p> <p>Produção por complexidade</p> <p>AIH com doenças e notificáveis de agravos</p> <p>Produção por funcionário</p> <p>Procedimentos por AIH</p> <p>Relatório de Contas Rejeitadas</p> <p>AIH de pacientes com o mesmo nome</p> <p>Comparativo de Receitas X Custos</p>



R	Possuir mecanismo para Acompanhamento e processamento de Metas do SUS
---	---

PORTARIA

Tipo	Descrição
R	O sistema deverá possuir tela para controle das visitas, sendo possível informar: Tipo da Visita (Acompanhante, Fornecedor, Médico, Prestador de Serviços e Visitantes) Identificação do paciente internado ou atendido Dados do Visitante (CPF, RG, Nome, Data de Nascimento, Sexo, Telefone, e-mail, Observação e nº do crachá)
R	Permitir visualizar os visitantes por data, horário, setores, paciente, tipo do visitante e nome do visitante.
R	Permitir cadastrar uma restrição de visitas, podendo informar o período da restrição, Nome do Paciente e a observação/motivo.
R	Permitir imprimir etiqueta de identificação do visitante

ATENDIMENTO HOSPITALAR (PRESCRIÇÃO ELETRÔNICA)

Tipo	Descrição
R	O sistema deverá permitir colocar o paciente na fila de atendimento através da consulta do cadastro, obrigando o profissional da recepção a revisar seu cadastro antes de gravar o atendimento
R	Permitir que a recepção do hospital possa inserir o paciente na lista do ambulatório e posteriormente executar a função de internamento do mesmo, de acordo com a autorização e solicitação dos profissionais competentes.
R	Permitir que a recepção possa internar o paciente diretamente sem que haja necessidade de passar pelo ambulatório, validando seus dados cadastrais antes, podendo selecionar o médico solicitante, clínica médica, CID provisório, Setor, Quarto e Leito



R	Possuir tela de Triagens/Pré-consulta de pacientes que se encontram aguardando atendimento, podendo preencher todos os campos pertinentes às aferições vitais, avaliação antropométrica, alergias, nível de dor do paciente e ainda escolher o consultório que será encaminhado ou não, classificação de risco do paciente, e ainda inserir dados personalizados que forem importantes para a rotina do hospital
R	O sistema deverá possuir alerta no momento do login, para que o profissional médico e/ou enfermeiro seja avisado caso ainda possua um paciente pendente de prescrição ou avaliação via sistema, podendo clicar sobre o aviso e acessar o mesmo.
R	Sempre que o mesmo efetuar o login no sistema, ele deve conter a data e hora do último login, até mesmo se houve tentativa de login sem sucesso
R	Possuir funcionalidade de acessar o prontuário do paciente para evolução diretamente através do cadastro do mesmo, através de uma agenda ou através da fila de atendimento, sendo funcional e dinâmico
R	Permitir o profissional a visualizar todo o histórico de atendimentos do paciente no ato em que se abre a prescrição eletrônica/prontuário eletrônico
R	Possuir prescrição/evolução específica e individual para Evoluções Médicas, Fisioterapia, Enfermagem, Psicólogo, Assistente Social, Fonoaudiólogo, Farmacêutico Clínico e Terapeuta Ocupacional
R	Permitir cadastrar as prescrições padrões para trabalhar com protocolos pré-existentes e facilitar no atendimento de determinadas patologias e situações
R	Permitir a inclusão do diagnóstico, podendo consultar a tabela de CID10
R	Permitir a inclusão de prescrição de exames
R	Permitir a inclusão de prescrição de procedimentos
R	Permitir a inclusão de solicitação de avaliação, assim como realizar a avaliação
R	Permitir preencher as aferições dos sinais vitais, escala de Glasgow e régua de dor
R	Permitir encaminhar e incluir para uma cirurgia selecionando a data da cirurgia, tempo da cirurgia, classificação (limpa, contaminada, potencialmente contaminada, infectada), tipo da anestesia, porte cirúrgico, OPMEs utilizados, composição da equipe, procedimentos,



	diagnóstico pré-operatório, diagnóstico pós-operatório, relatório imediato da patologia, exame radiológico do ato, acidente na cirurgia e descrição da cirurgia.
R	Permitir solicitar hemoterapia
R	Permitir emissão de laudo SPA e LME
R	Permitir preencher o formulário utilizado no laudo da AIH
R	Permitir realizar a prescrição de medicação interna
R	Permitir realizar a emissão e receitas de medicamentos
R	Permitir evoluir o paciente para internamento através do atendimento, assim como realizar a sua alta e no momento da alta o sistema possuir funcionalidade de emitir algumas guias impressas como: Atestado, Receita/Exames de Alta, Resumo de Alta, Encaminhamento e as Fichas de Alta personalizadas para cada hospital (de acordo com a sua particularidade e necessidade)
R	Permitir prescrever as dietas para os pacientes internados
R	Possuir funcionalidade de checagem da medicação pela enfermagem de acordo com a prescrição médica, assim como a sua impressão, porém a checagem no sistema realiza o controle de estoque da medicação administrada
R	Possuir funcionalidade de liberação da medicação pela farmacêutica, no momento que o médico prescreveu, liberando para a enfermagem administrar
R	Possuir integração com o módulo de AIH, alimentando as AIHs com todos os dados que sejam compatíveis, minimizando erros e agilizando o preenchimento das mesmas.
R	Possuir funcionalidade para a Nutricionista visualize em tela a lista de pacientes e com as refeições que necessitam realizar, com base na dieta prescrita pelo médico responsável.
R	Possuir funcionalidade específica para controle dos pacientes que possuem prescrição de dieta enteral
R	Possuir controle do lactário



R	Possuir funcionalidade de controle da limpeza e desinfecção dos leitos, para que a equipe possa visualizar pelo sistema quais leitos estão disponíveis para alocação de pacientes.
R	Possuir o cadastro das Fichas a serem impressas na recepção do hospital, permitindo classificar por tipos, tais como Internamento, Ambulatório, Alta, Triagem, Consulta, Radiologia, Agenda, etc.
R	<p>Possuir o cadastro de Setores, contendo minimamente a configuração que permita preencher informações como:</p> <p>Nome do Setor</p> <p>Tipo de Atendimento do Setor (Interno, Ambulatório, Raio-X, Pequena Cirurgia, Fisioterapia, Banco de Leite, Atendimento ao Bebê, Atendimento Domiciliar e Internação Pendente)</p> <p>Padrão de Caráter de Atendimento (Urgência, Acidente no local de trabalho ou a serviço da empresa, Acidente no trajeto ao trabalho, Outros tipos de lesões e envenenamento por agentes químicos ou físicos, Eletivo e Outros tipos de acidente de trânsito)</p> <p>Hora de início de medicação</p> <p>Vincular modelo de prescrição</p> <p>Escolher se digita procedimento</p> <p>Tipo (Internamento, Ambulatório, Radiodiagnóstico, Quimioterapia, Laboratório, Outros)</p> <p>Se tem ou não restrição por sexo</p> <p>Se o setor é UTI</p> <p>Informar a quantidade de Leitos</p>
R	<p>Possuir o cadastro de Quartos, contendo minimamente a configuração que permita preencher informações como:</p> <p>Identificação do Quarto</p> <p>Vínculo com o Setor</p> <p>Tipo de Acomodação (Apartamento, Suíte, Isolamento, UTI, Quarto Simples, Berçário, Enfermaria e Ambulatório)</p> <p>Se tem ou não restrição por sexo</p>
R	Possuir o cadastro de Leitos, contendo minimamente a configuração que permita preencher informações como:



	<p>Vínculo com o Setor</p> <p>Vínculo com o Quarto</p> <p>Identificação do Leito</p> <p>Situação do Leito (Vago, Ocupado, Desinfecção, Isolado, Reforma, Reservado)</p> <p>Se é Leito Extra</p> <p>Número de Visitas permitida</p> <p>Médico responsável</p>
R	<p>Permitir visualizar em tela os leitos vagos e os leitos ocupados, diferenciando os mesmos por cores, sendo possível visualizar o vínculo com o número de atendimento/internamento do paciente</p>
R	<p>Possuir funcionalidade ligada ao estoque de materiais e medicamentos da Atenção Básica, porém com as especificidades de parâmetros para administração hospitalar, tais como:</p> <p>Grupo de Faturamento</p> <p>Se é ou não um Kit</p> <p>Vias de aplicação (Contínuo, Diluído, Endotraqueal, Endovenosa, Intramuscular, Intra Nasal, Intra Ocular, Intratecal, Nebulização, Por sonda, retal, Subcutânea, Sublingual, Tópico, Intra Vaginal, Via Oral, Intratraqueal, Intra-articular, Nutrição Parental, Peridural e Sem via)</p> <p>Unidades de Apresentação e Fracionamento dos itens</p>
R	<p>Possuir funcionalidade que permita ao gestor municipal assim como os responsáveis da vigilância epidemiológica de visualizar as notificações compulsórias em tempo real com o hospital</p>
R	<p>Possuir funcionalidade de controle de Agendas para Consultas, Exames, Cirurgias e demais atendimentos, podendo ser feita a reserva de recursos, funcionando por quantidade e horário</p>
R	<p>Possuir Sistemas de classificação NANDA-I, NOC e NIC: possui rotinas de enfermagem com a possibilidade de utilizar o sistema de classificação padronizado no modelo processos de diagnósticos (NANDA-I), resultados (NOC) e intervenções (NIC)</p>
R	<p>Permitir criar a Prescrição de solução padrão: permite que os profissionais criem padrões de prescrição inteligentes e customizáveis para kits e procedimentos comuns, poupando-lhe o tempo de colocar item por item. O sistema faz a verificação de compatibilidade,</p>



	emitindo um alerta caso o usuário possua alguma alergia ou restrição a um dos itens, garantindo a assertividade na prescrição ao paciente.
R	Possuir controle de fila para impressão: o sistema deve organizar todos documentos gerados durante cada etapa do atendimento em uma lista para o profissional, desta forma ele pode focar na sua produtividade e apenas em inserir o que é necessário ao usuário, imprimindo os documentos selecionados apenas no final.
R	Deve possuir o controle de infecções hospitalares (CCIH – Comissão de Controle de Infecção Hospitalar), de agravos ou de isolamento de pacientes.
R	Permitir fazer o acompanhamento de uso de medicamentos que exigem justificativas.
R	Permitir realizar na triagem a classificação através do Protocolo de Manchester, conforme as regras padrões do protocolo.
R	No momento da prescrição, o sistema deverá permitir que o profissional prescrever medicamentos e informar: Dose Unidade Via Administrar na hora ou em intervalos Diluyente Observações
R	No momento da prescrição, o sistema deverá permitir que o profissional prescrever soro e informar: Solução Dose Via Administrar na hora ou em intervalos Medicamentos para diluir junto Gotejamento (Correm em horas/minutos e Velocidade de Infusões gts/min, ml/min, Mcgt/min) Observações



R	<p>No momento da prescrição, o sistema deverá permitir que o profissional prescrever nebulização e informar:</p> <p>Solução</p> <p>Dose</p> <p>Via</p> <p>Administrar na hora ou em intervalos</p> <p>Observações</p>
R	O sistema deverá possuir um botão do pânico/segurança no atendimento pelo prontuário/prescrição, onde o profissional poderá mandar um alerta ao computador da recepção quando precisar de ajuda com qualquer situação de risco dentro do local onde estiver realizando o atendimento.
R	Deve possuir funcionalidade para realização do atendimento e evolução com o um aplicativo mobile com a função de beira leito, onde o profissional possa otimizar o acompanhamento do paciente internado e/ou observação.
R	Deve possuir a opção de emitir os impressos como Receitas e Atestados com QRCode de verificação, onde será possível verificar a veracidade do documento.
R	A validação do documento, através do código de validação poderá ser validade em ambiente externo (através de um link) para que possa ser implementado no site da instituição se for necessário.
R	Deverá permitir configurar a obrigatoriedade do preenchimento da escala Apache II para pacientes internados há mais de 24h, exceto cardiopatas.
R	Permitir configurar setores onde a localização do paciente é obrigatória.
R	Permitir criação de prescrição para dias futuros em clínicas psiquiátricas e demais clínicas nos finais de semana.
R	O sistema deverá gerar aviso de nova dieta enteral somente quando o uso for iniciado no atendimento.
R	Permitir configurar setores com atendimento por especialidade.
R	Permitir configurar quais setores exigem triagem antes do atendimento.



R	Possuir opção para exigir justificativa completa e limitar número de caracteres em campos como “Exames realizados”.
R	Permitir marcar medicamentos com status “Aplicar agora” e gerar apazamentos automáticos.
R	Permitir personalizar modelo de impressão de documentos como: ficha de triagem, prescrição de dietas, ficha de nascimento, etc.
R	Possuir parâmetro para impedir múltiplos prontuários sendo editados simultaneamente pelo mesmo usuário.
R	Permitir configurar e gerar aviso para médico quando documentos forem anexados ao prontuário.
R	Permitir que residente informe o médico responsável diretamente no atendimento.
R	Permitir criar prescrições mesmo acima da dosagem máxima cadastrada, com controle via parâmetro.

CONTROLE DE INFECÇÃO HOSPITALAR

Tipo	Descrição
R	Deverá possuir cadastro de germes, com opção de inativar quando preciso.
R	Deverá possuir o de indicação, com opção de inativar quando preciso.
R	Deverá possuir o de materiais de amostra, com opção de inativar quando preciso.
R	Deverá possuir o de topografia, com opção de inativar quando preciso.
R	Deverá possuir o de agravos, com opção de inativar quando preciso, adicionar um formulário para preenchimento e vincular um CID10.
R	Deverá possuir o de tipos de isolamento, com opção de inativar quando preciso e opção para restringir visitas.



R	Deverá possuir o de perfis de sensibilidade, com opção de inativar quando preciso.
R	Deverá possuir o de motivo de isolamento, com opção de inativar quando preciso.
R	Deverá permitir o acompanhamento de justificativa por tipo, podendo filtrar pela unidade de atendimento e setores.
R	Deverá permitir o acompanhamento de justificativa por data, podendo filtrar por unidades de atendimento, setores e Status (vencidas e não vencidas)
R	Deverá possuir o acompanhamento e justificativa por medicamento, podendo filtrar por período
R	Deverá possuir o acompanhamento e justificativa por medicamento prescrito, podendo filtrar por início do tratamento, prescrito no período, internamento, setor, medicamento, Sem recomendação, Com recomendação.
R	Deverá possuir o acompanhamento e justificativa por recomendações de medicamentos prescritos, podendo filtrar registro de atendimento, medicamento e as que estão com ou sem tag.
R	Permitir realizar o registro do isolamento, contendo minimamente os seguintes campos: Tpo (Aéroseis, Contato, Contato + Aéroseis, Contato + Gotículas, Gotículas, Protetor, Ruídos), Paciente, Data do Início e Fim, Se encerra o isolamento ao receber a alta ou não, Motivo do Isolamento e justificativa do isolamento.
R	Permitir realizar o registro da Notificação, contendo minimamente os seguintes campos: Data do agravo, Paciente, Agravo, Se é necessário notificar SINAN ou não e as observações do CCIH.
R	Possuir minimamente relatórios referente ao módulo de Controle de Infecção Hospitalar, que possua: Saídas, Estatística de Uso de Antimicrobianos que exigem justificativa, Agravos, Isolamentos e Controle de Justificativas de Medicamentos Controlados

MÓDULO DE CONTROLE DE ESCALA PROFISSIONAL

Tipo	Descrição
------	-----------



R	O sistema deverá ser web, sem utilizar de emuladores e de nenhum recurso instalado no computador do cliente para que possa funcionar, exceto em casos de biometria e reconhecimento facial
R	O sistema web deverá utilizar do protocolo de segurança SSL/HTTPS
R	Deverá permitir realizar o login com acesso por e-mail, com a possibilidade de recuperar a senha caso seja necessário.
R	Deverá possuir um dashboard de informações pertinentes às tarefas executadas no sistema em determinado período, para que o gestor possa ter informações consolidadas de forma ágil e fácil ao acessar o sistema
R	Deverá possuir o cadastro de Entidades no sistema, onde seja possível registrar dados com no mínimo as seguintes informações: E-mail de Contato, Nome/Descrição, Telefone de Contato com DDD, CEP, Estado, Cidade, Logradouro, Bairro, Número Predial e Complemento
R	Deverá possuir o cadastro de Estabelecimentos e ser possível vincular à uma entidade já cadastrada, fazendo assim seu vínculo.
R	No cadastro de estabelecimento deverá ser possível informar dados como: Descrição/Nome, Celular, E-mail, CEP, Endereço, Número predial, Bairro, Município, UF e Complemento.
R	Permitir cadastrar um modelo de plantão, para que no momento do agendamento do plantão, possamos criar através de um modelo pré-cadastrado.
R	No cadastro do modelo de plantão, deverá ser possível informar a sua descrição, valor (R\$), horário inicial e final, bem como uma observação.
R	Possuir cadastro de setor, para que seja possível realizar um agendamento de plantão separado por setor.
R	Possuir cadastro de profissional de saúde, sendo possível registrar dados como: Nome do profissional, CPF ou CNPJ, E-mail, RG ou RNE (para estrangeiros), Data de Emissão, Órgão Emissor, Data de Nascimento, Gênero, Nome da Mãe, PIS, Cartão SUS, Celular, CEP, Endereço completo, com Município, UF e Complemento, Número do Conselho e UF, Especialidade, Dados bancários (Banco, Agência e Conta).



R	Em caso de cadastro de médico, o sistema deverá possuir integração com a base de dados do CFM (Conselho Federal de Medicina), onde seja possível fazer a busca do médico através de seu CRM e importar para o sistema diretamente da base de dados federal.
R	Na integração com o CFM, o sistema deverá identificar a situação do médico antes de importá-lo, visualizando em tela os dados como: CRM, Nome do Médico, Situação, Tipo de Inscrição e Especialidades do mesmo.
R	O sistema deverá identificar as situações conforme padronizadas no CFM, como : Aposentado, Cancelado, Cassado, Falecido, Interdição Cautelar Total, Suspensão Temporária e Total, Suspenso por ordem judicial total e Transferido.
R	Após o registro/cadastro do médico no sistema, o sistema deverá possuir funcionalidade de indexação dos documento do médico, tais como: Diploma ou Atestado de Conclusão de Curso, Carteira de CRM, Certidão de Inscrição, Certidão de Débitos do CRM, Certidão de Conduta Ético-Profissional do CRM, Comprovante de Endereço, CNH Digital, Certificado de ACLS ou ATLS, Certificado de Curso de Especialidade.
R	O sistema deverá identificar na listagem de profissionais cadastrados, os que ainda estão com Status de “Aguardando Documentação”, para que seja fácil a identificação dos que ainda precisam regularizá-las.
R	O sistema deverá permitir realizar o agendamento do plantão, possibilitando a inserção dos dados necessários para inclusão do plantão, tais como: Seleção do modelo de plantão (para preenchimento dos campos padronizados, conforme cadastrados) ou preencher manualmente a Entidade, Estabelecimento, Descrição do Plantão, Valor (R\$), Horário Inicial e Final, Setor (caso seja necessário).
R	Deverá permitir lançar o plantão para mais de uma data ao mesmo tempo, selecionando-as através de um calendário, para que o agendamento seja visualizado de uma forma dinâmica e de fácil entendimento.
R	No ato do agendamento o sistema deverá permitir vincular o profissional (previamente cadastrado) ao plantão, já atribuindo o mesmo.
R	Deverá permitir criar um plantão com o status de “Público”, não sendo necessário a atribuição de um profissional, para que o mesmo possa ser compartilhado de forma pública, para os profissionais cadastrados na plataforma possam assumir o plantão.



R	No momento em que o agendamento for assinalado como “Público” , o sistema deverá desabilitar o campo “profissional” para que não haja o risco de atribuir um profissional ao plantão público.
R	Permitir que no agendamento seja possível obrigar o profissional a realizar o Check-In e Check-out para iniciar e finalizar os plantões.
R	Permitir registrar as observações importantes dentro do agendamento do plantão.
R	Os plantões agendados e que não obriguem o Check-in e Check-out deverão realizar a mudança de status de forma automática, conforme a data e horário do mesmo, para um melhor controle do gestor da escala
R	Os status dos plantões deverão ser identificados como: Aceito, Iniciado, Finalizado.
R	A identificação dos plantões já agendados deverão ser diferenciados com algum indicativo, para que o gestor possa visualizar de uma forma simples os que já foram aceitos, iniciados e finalizados.
R	Deverá ser possível a visualização dos plantões no formato mensal, semanal e diário.
R	Em caso de mais de uma entidade/estabelecimento, o sistema deverá permitir visualizar todos os plantões dentro do calendário, sendo possível filtrar por Entidade e/ou profissional
R	Deverá ser possível compartilhar o plantão através do WhatsApp.
R	Deverá ser possível alterar o profissional do plantão, em caso de trocas de profissionais nos plantões, selecionando um outro profissional dentro da base de dados cadastrada.
R	O sistema deverá automaticamente, adicionar um saldo nas contas à pagar, no momento em que o plantão for finalizado (Seja automático ou via Check-out)
R	O sistema deverá permitir lançar um valor extra (R\$) dentro de cada plantão, adicionando também o valor nas contas a pagar.
R	O sistema deverá permitir cadastrar a conta bancária, para controle do saldo.



R	O sistema deverá possuir o fluxo financeiro para que seja possível visualizar um resumo de Contas à Pagar, Contas à Receber e o Saldo em Conta, listando as transações para controle.
R	O sistema deverá possuir funcionalidade de criar um registro no Contas à Pagar manualmente, pendendo informar dados como: Descrição, Vínculo com um profissional, Ocorrência (Única ou Parcelada), Data do Vencimento, Formas de Pagamento (Cartão de Crédito e Débito, Dinheiro, Pix, etc), Vincular a conta bancária, data de previsão do pagamento, Valor (Com opção de incluir valor bruto, Juros e Descontos)
R	Quando selecionado a ocorrência como parcelado, o sistema deverá permitir preencher os dados do parcelamento, tais como: Intervalo entre as parcelas em dias, número de parcelas e a data da primeira parcela para que o sistema possa gerar as parcelas.
R	O sistema deverá possuir o registro de contas à pagar, podendo preencher a Descrição, Data do Recebimento e valor.
R	O sistema deve possuir funcionalidade de fechamento mensal, onde possa realizar o pagamento do profissional de forma geral.
R	O sistema deverá possuir relatório de pagamento, sendo possível filtrar por período, entidade e profissional.
R	O sistema deverá permitir exportar em PDF com opção de impressão com valores e sem valores, totalizando o número de plantões de cada profissional e um total.
R	No relatório de pagamento, o sistema deverá adicionar ao relatório com valor, os valores informados vinculados ao profissional, seja ele no valor extra do plantão ou diretamente no contas à pagar.
R	O sistema deverá possuir funcionalidade que permita vincular os profissionais já cadastrados ao corpo clínico da empresa, para que seja possível realizar plantões vinculados à empresa.



MÓDULO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Tipo	Descrição
------	-----------

R	O sistema deverá permitir que seja realizado o auto-cadastro através da plataforma para pessoas físicas e jurídicas, bem como seus gerenciadores de estabelecimentos (Contador e Contrutora)
R	O sistema deverá permitir realizar denuncia identificada através da plataforma.
R	Deve possuir realizar o cadastro de estabelecimentos com as informações do estabelecimento, dados do acesso à plataforma, Dados complementares como a natureza da organização, o CNAE principal e secundário, atividades exercidas, area total, objeto do contrato, dados do representante legal, Contato principal e secundário, responsável técnico (Nome completo, CPF, RG, Conselho Profissional, UF do Conselho, e-mail) e preenchimento de horário comercial.
R	Deverá ser possível adicionar mais de um responsável técnico ao estabelecimento.
R	Deverá possuir o cadastro de Fiscais, com as opções de preenchimento como Nome Completo, E-mail, CNPJ/CPF, Login, Número do Registro de Matrícula, Data de Nascimento, Telefone e Horário Comercial.
R	No cadastro de fiscais deve ser possível cadastrar também como Colaborador Técnico
R	Deverá possuir o cadastro de médicos da vigilância, com os dados à serem preenchidos como CPNJ/CPF, Nome Completo, Conselho, Número do Conselho, Especialidade, RG, E-mail, Endereço Completo.
R	Deve possuir o cadastro de roteiros com possibilidade de vincular o tipo de atividade.
R	Deve ser possível imprimir os roteiros para conferência de cada tipo de estabelecimento com opções de assinalar no impresso se se possui ou não cada item, bem como o enquadramento legal de cada item.
R	Deve ser possível copiar um roteiro como modelo para criar um outro.
R	Deve possuir o cadastro das referências para enquadramento legal dos roteiros, com o Tipo, Número, Ano, Item de Referência e Descrição.
R	Deve possuir o cadastro de Documentos
R	Deve possuir a listagem de pactuação município/estado



R	Deve possuir cadastro de Tipo de Denuncia
R	Deve possuir o cadastro de Tipo de CNAE
R	Deve possuir o cadastro da Tabela de CNAE e configuração dentro de cada CNAE sobre quais documentos da Vigilância Sanitária o mesmo poderá utilizar/solicitar
R	Permitir realizar o cadastro de comunicados à comunidade com opção de definir data de início e final do comunicado ficar ativo.
R	Permitir o cadastro dos Tipos de Autos, com opção da Descrição e as Exigências
R	Deve possuir o cadastro do Habite-se, com identificação do proprietário, endereço e responsável técnico
R	Deve possuir funcionalidade de Agenda para Reuniões, Visitas e Viagens, onde seja possível selecionar os participantes, Descrição, Motorista, Local, Data e hora de início e fim, escolher se será notificado por e-mail e opção de anexar documentos.
R	Deve ser possível visualizar a agenda por mês, semana e diária
R	Deve ser possível emitir novos comunicados, selecionando alguns destinatários em específicos ou selecionar para enviar para todos, o assunto e opção de anexos.
R	Quando recebido um comunicado dentro da plataforma, o sistema deverá permitir responder e/ou encaminhar o mesmo, semelhante a uma caixa de e-mail, bem como arquivar.
R	O sistema deverá permitir que o denunciante consulte o andamento de sua denúncia através do protocolo gerado pelo sistema no momento da denúncia
R	O sistema deverá permitir o profissional visualizar a lista de denúncias com opções como editar a denúncia para aceitar ou rejeitar, e em caso de aceitar possibilitar encaminhar a um fiscal cadastrado.
R	O sistema deverá permitir o profissional a imprimir a denúncia.
R	Deverá possuir a tela de Solicitação/Alteração de Alvará Sanitário com as opções dos Dados Complementares do Estabelecimento, Atividades, Documentos, Termo de Solicitação, Taxas, Guia DAM, Agendamento da Inspeção e a Emissão dos Documentos



R	O processo deverá ser feito por etapas, podendo ser preenchido pelo próprio estabelecimento para que o fluxo seja mais fluído e otimizado.
R	Deverá possuir tela para Alteração de Responsável Técnico, que seja preenchida por etapas pelo próprio estabelecimento para otimizar o processo.
R	Deverá possuir tela para Alteração de Representante Legal, que seja preenchida por etapas pelo próprio estabelecimento para otimizar o processo.
R	Deve possuir funcionalidade para Solicitação de Licença de Transporte, que seja preenchida por etapas pelo próprio estabelecimento para otimizar o processo, seguindo as diretrizes definidas pela Secretaria de Saúde.
R	Deverá possuir tela para Renovação da Licença de Transportes e da Baixa da Licença de Transportes.
R	Deverá possuir tela para Solicitação de Baixa de Estabelecimentos, que seja preenchida por etapas pelo próprio estabelecimento para otimizar o processo.
R	Deverá possuir tela para Solicitação de Inutilização de Medicamentos, que seja preenchida por etapas pelo próprio estabelecimento para otimizar o processo.
R	Deverá possuir tela para Requisição de Receituário Médico, que seja preenchida por etapas pelo próprio estabelecimento para otimizar o processo.
R	Todos os processos deverão ser visualizados em um painel interativo pela Vigilância Sanitária do município, afim de otimizar o processo, sendo separado entre as etapas e tipos de documentos, bem como os que são de responsabilidade do solicitante e os que são de responsabilidade da vigilância, e o sistema deverá permitir o acesso à tela para sequencia, apenas clicando sobre o item, seja em gráfico ou em tabela.
R	Os estabelecimentos deverão em seu acesso, ter a opção de acompanhar suas solicitações.
R	O sistema deverá permitir a configuração de Relatórios Dinâmicos, onde possam ser criados sob demanda de cada cliente.
R	O sistema deverá permitir os relatórios: Relatório Cadastral Lista de Estabelecimentos e Bairros



	<p>Lista de Atividades e Códigos CNAE</p> <p>Contribuintes por CNAE</p> <p>Licenciamento dos Estabelecimentos</p> <p>Estabelecimentos Inativos</p> <p>Faturamento</p> <p>Situação dos Alvarás</p> <p>Lista de Documentos por Estabelecimentos</p> <p>Lista de Estabelecimentos com Pagamentos Vencidos</p> <p>Agendas do dia</p> <p>Lista de Usuários</p> <p>Processos em Execução</p>
R	Deverá gerar o faturamento do BPA (Boletim da Produção Ambulatorial) para envio ao Ministério da Saúde
R	Possuir tela que permita fazer a busca por Geolocalização, com no mínimo os filtros como: Razão Social, Nome Fantasia, Tipo de Pessoa (Física/Jurídica), CPF/CNPJ, Estado, Cidade, Logradouro, Complemento, Número, Bairro, Tipo de CNPJ (Sociedade LTDA, Sociedade Anônima, MEI, Sociedade Individual, Empresário Individual), Tipo de Endereço (Residencial/Comercial), Tipo de Pendência, Período de Cadastro, Criados pelo Auto Cadastro (Sim/Não), Status (Ativo/Inativo), Com Documentos a Vencer ou Não, CNAE Principal, Atividades Exercidas e Tipos de Solicitação.
R	Deverá permitir importar os dados iniciais do estabelecimento apenas digitando seu CNPJ, buscando automaticamente de seu cadastro de pessoa jurídica.



MÓDULO DE VIGILÂNCIA ANIMAL (ZOOSE)

Tipo	Descrição
R	Deverá possuir o cadastro de Centros de Vigilância Animal
R	Deverá possuir o cadastro de Raças

R	Deverá possuir o cadastro de Espécies
R	Deverá possuir o cadastro de Empresas Prestadoras de Serviços Animais com os dados como CPF/CNPJ, Número do CRMV (Conselho Regional de Medicina Veterinária), Descrição, Telefone, Endereço Completo, Observação sobre Liberdade Nutricional, Liberdade Ambiental, Liberdade Sanitária, Liberdade Comportamental e Liberdade Psicológica.
R	A empresa prestadora de serviço também poderá requerer um acesso à plataforma com login e senha, apenas com acesso aos comunicados e aos prontuários.
R	Deve possuir o cadastro de Microchip
R	Deve possuir o cadastro de procedência
R	Deve possuir o cadastro de Produtos Veterinários/Vacinas
R	Deve possuir o cadastro de Procedimentos e escolher se o mesmo será destinado ao Macho/Fêmea e sobre a Faixa Etária (Filhotes, Jovens, Adultos, Idosos ou todos)
R	Deve ser possível adicionar aos procedimentos as empresas que podem atender, bem como o valor do procedimento.
R	Deve possuir o cadastro das Baías com descrição e capacidade total.
R	Deve possuir o cadastro de Alimentos
R	Deve possuir a funcionalidade de controlar o estoque dos Alimentos e/ou Produtos.
R	Deve possuir tela para cadastro de Ficha de Castração, podendo selecionar o animal e a empresa/pessoa que realizará a castração
R	Deverá imprimir a ficha de castração para preenchimento no momento da castração com dados do animal e orientações.
R	Deve possuir tela para cadastro de Ficha de Castração de Animal Adotado, podendo selecionar o animal e a empresa/pessoa que realizará a castração
R	Deverá imprimir a ficha de castração de animal adotado para preenchimento no momento da castração com dados do animal e orientações.



R	Deve possuir tela para cadastro de Ficha de Castração de Animal de Rua, podendo selecionar o animal e a empresa/pessoa que realizará a castração
R	Deverá imprimir a ficha de castração de animal de rua para preenchimento no momento da castração com dados do animal e orientações.
R	Deve possuir o atendimento via prontuário animal com opção de registrar informações sobre a alimentação do animal.
R	<p>Deve possuir atendimento via prontuário animal com opção de registrar minimamente as seguintes informações:</p> <p>Anexos de Documentos</p> <p>Exame Físico/Condições Físicas/Doenças e Agravantes</p> <p>Encaminhamento em caso de resgate</p> <p>Responsável Legal</p> <p>Histórico de Vacinas/Produtos utilizados</p> <p>Registro de Procedimentos</p> <p>Registro de Agressões a Humanos com identificação no corpo por cor e descrição da agressão.</p> <p>Registro de Agressões ao Animal com identificação no corpo por cor e descrição, podendo ser do tipo Canino, Felino, Ave e Equino.</p> <p>Registro de investigação de agressões</p> <p>Registro de Vistoria Zoonosológicas</p> <p>Registro de Avaliações da Guarda dos responsáveis</p> <p>Receitas</p> <p>Solicitação de Exames</p> <p>Dados de tratamento de Esporotricose</p>



MÓDULO DE VIGILÂNCIA AMBIENTAL

Tipo	Descrição
------	-----------

R	Deverá possuir o cadastro do tipo de coleta de água
R	Deverá possuir o cadastro do tipo de água
R	Deverá possuir o cadastro dos tipos de análise de água
R	Deverá possuir o cadastro dos tipos de procedência de água coletada
R	Deverá possuir o cadastro dos Motivos de Coleta de Água
R	Deverá possuir o cadastro dos Sistemas de abastecimento de água
R	Deverá possuir o cadastro de Laboratórios
R	<p>Deve possuir tela para registro de Amostra de Água para Análise, com opção de preenchimento de campos como:</p> <p>Responsável pela coleta</p> <p>Tipo de Coleta</p> <p>Tipo de Análise de Água</p> <p>Finalidade da Coleta</p> <p>Local da Coleta</p> <p>Número do ponto de coleta</p> <p>Responsável pelo local</p> <p>Telefone do responsável pelo local</p> <p>Temperatura Ambiental</p> <p>Cloro Residual Livre</p> <p>Chuva nas Últimas 24 horas</p> <p>Data da Coleta</p> <p>Tipo do Estabelecimento</p> <p>Motivo da Coleta de Água</p> <p>Tipo de Água</p> <p>Ponto de Coleta e Procedência</p>



	Endereço Completo
R	Deve possuir tela para registrar o envio das amostras ao laboratório, com a opção de selecionar o laboratório, data de envio e o responsável, bem como adicionar a amostra já cadastrada no sistema e o resultado, com opção de anexar documentos que comprovem.
R	Após o registro da coleta de Amostra, o sistema deverá possibilitar a impressão do Termo de Coleta de Amostra

MÓDULO DE CONTROLE DE ENDEMIAS E APLICATIVO MOBILE

Tipo	Descrição
R	O sistema deverá realizar o monitoramento em tempo real através do uso dos Tablets
R	Possuir o cadastro de recipientes, selecionando o tipo do recipiente (Depósito de Precipitação, Depósito de Dificil Acesso, Lixo, Materiais Rodantes e Pequenos Depósitos Móveis) e colocando a descrição
R	Possuir o cadastro para mais tipos de recipientes
R	Deve possuir funcionalidade para digitação das Fichas de Dengue, com o preenchimento dos seguintes campos: Município Bairro Logradouro Complemento Número do Imóvel Número do Quarteirão Tipo do Imóvel (Residencial, Comercial, Outros, Terreno Baldio) CEP Latitude e Longitude



R	<p>Deve possuir funcionalidade para que dentro da Ficha de Dengue seja possível preencher os dados das Armadilhas, como:</p> <p>Profissional responsável</p> <p>Número da Ficha</p> <p>Número da Armadilhas</p> <p>Localização</p> <p>Data da Instalação</p>
R	<p>Deve possuir funcionalidade que permita informar dados sobre os Tubitos/Palhetas, como:</p> <p>Profissional Responsável</p> <p>Data da Coleta</p> <p>Número de Tubitos/Palhetas</p> <p>Chave (Ovitrapa ou Larvitrapa)</p> <p>Ocorrência (Casa Fechada, Intervalo entre instalação e Coleta maior que 7 dias, Armadilha ou Palheta Desaparecida/Quebrada/Removida, Armadilha Seca, Recusado)</p> <p>Dados sobre o envio ao Laboratório (Quantidade de Ovos, Larvas, Aeg, Alb, Outros)</p>
R	<p>Deve possuir funcionalidade que permita informar dentro da Ficha de Dengue, os dados do Recipiente, como:</p> <p>Profissional Responsável</p> <p>Data e Hora da Visita</p> <p>Ocorrência (Casa Fechada, Recusado)</p> <p>Tipo do Recipiente</p> <p>Quantidade</p> <p>Seleção dos Recipientes (Bebedouros em Geral, Garrafas retornáveis, Materiais em Depósito de Construção, Objetos Religiosos/Rituais, Pequenas Fontes Ornamentais, Pingadeiras, Pratos, Recipientes de Degelo em Geladeiras, Vasos/Frascos com Água)</p>
R	<p>Deverá permitir realizar as visitas e inspeções em pontos críticos e orientações à população via Aplicativo Mobile.</p>
R	<p>Deverá realizar o monitoramento dos indicadores e dados em tempo real, através de um monitoramento contínuo e quantificação instantânea das ações realizadas.</p>



R	<p>Deve possuir opção de impressão de Atividades de Prevenção e Recipientes Inservíveis, onde seja possível a emissão de dados como:</p> <p>Número do Quarteirão</p> <p>Nome do Logradouro</p> <p>Quantidade de recipientes eliminados</p> <p>Recipientes que precisam de tratamento</p> <p>Recipientes/Depósitos de difícil acesso</p> <p>Total de imóveis por tipo</p> <p>Total de imóveis Fechados e Recusados</p>
R	Deve possuir a possibilidade de solicitar as solicitações de inspeção, podendo especificar os dados da inspeção (local com endereço), Motivo da inspeção e selecionar qual questionário será utilizado para a realização da inspeção.
R	No aplicativo Mobile, o agente poderá trabalhar de forma offline, para poder sincronizar os dados posteriormente.
R	No aplicativo o agente poderá realizar as avaliações já solicitadas via sistema, inserir novas solicitações de inspeções, criar intimação e realizar a manutenção e novos cadastros de estabelecimentos se preciso.
R	Nos processos de avaliação no aplicativo mobile, deverá mostrar diferentes tipos de formulários de acordo com a categoria vinculada.
R	Deve ser possível realizar a importação e exportação dos dados.
R	Deve ser possível visualizar o histórico de exportações.
R	O sistema deverá permitir realizar denuncia identificada através da plataforma.
R	O sistema deverá permitir que o denunciante consulte o andamento de sua denúncia através do protocolo gerado pelo sistema no momento da denúncia
R	O sistema deverá permitir o profissional visualizar a lista de denúncias com opções como editar a denúncia para aceitar ou rejeitar, e em caso de aceitar possibilitar encaminhar a um fiscal cadastrado.



R	O sistema deverá permitir o profissional a imprimir a denúncia.
R	Permitir realizar o cadastro de comunicados à comunidade com opção de definir data de início e final do comunicado ficar ativo
R	Deve possuir funcionalidade de Agenda para Reuniões, Visitas e Viagens, onde seja possível selecionar os participantes, Descrição, Motorista, Local, Data e hora de início e fim, escolher se será notificado por e-mail e opção de anexar documentos.

APLICATIVO DO GESTOR

Tipo	Descrição
R	Deve possuir aplicativo mobile que seja possível monitorar as ações realizadas para os pacientes e o monitoramento dos atendimentos, trazendo em tela inicial do aplicativo informações sobre Atendimentos Totais no período, Tempo Médio de Espera, Capacidade de Atendimento.
R	Possibilitar consultar dados do paciente, pesquisando o nome do paciente na base de dados e ter acesso a informações como: Atendimentos, Agendamentos, Faltas, com a possibilidade de filtrar o período.
R	Os dados devem ser mostrados em tela com a evolução gráfica e identificação das faltas por unidade e especialidade
R	Deve ser possível consultar dados estatísticos das unidades de saúde, como a quantidade de atendimentos por período, mostrando por profissional
R	Deve ser possível consultar dados estatísticos das unidades de saúde com o absenteísmo (pacientes faltantes) e que mostre por profissional
R	Deve ser possível consultar os atendimentos e a indisponibilidade por profissional no período, apenas selecionando o nome do profissional e que mostre a lista por unidade de saúde



R	O usuário do aplicativo deverá ter acesso a política de privacidade e proteção de dados de forma fácil, dentro das configurações do mesmo.
---	--

ATENDENTE VIRTUAL

Tipo	Descrição
R	Deve permitir configurar e disponibilizar um atendente virtual, para que possa atender toda a demanda do município em relação ao atendimento ao público, atendendo em tempo real e diminuindo a espera aos pacientes
R	O atendente virtual deverá ter disponibilidade para atuar minimamente em canais de comunicação como WhatsApp, Página Web, Instagram, Facebook e Telegram.
R	O atendimento deverá ser 24 horas
R	O cadastro poderá ser feito através do próprio atendente virtual, para que o paciente possa ser identificado
R	Poderá realizar o agendamento de consultas através do atendente virtual, caso seja opção da secretaria de saúde.
R	Poderá realizar a consulta de Exames e Consultas através do atendente virtual
R	Deverá realizar as consultas de Viagens do Paciente através do atendente virtual
R	Deverá fornecer através do atendente virtual o resultado dos exames realizados pelo paciente
R	Deverá comunicar com o paciente e informar as Vacinas em Atraso
R	Deverá fornecer a lista de medicação em estoque nas farmácias do município



PORTAL DE SERVIÇOS À POPULAÇÃO

Tipo	Descrição
R	Deverá possuir local de consulta pública para que possa consultar as Filas de Espera do Município, respeitando a confidencialidade dos dados conforme diretrizes da LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados), com opção de pesquisar pela documentação e/ou protocolo.
R	Deverá possuir a opção de consulta da lista de espera apenas do paciente, com a identificação do mesmo, validando seus dados cadastrais.
R	Deverá possuir opção para consultar o estoque de medicamentos nos pontos de estoque do município, conforme configuração do sistema, podendo optar pelo download da lista completa.
R	Deverá possuir a consulta de dados dos exames realizados no laboratório municipal, acompanhar as etapas dos exames, bem como a impressão dos laudos após liberados.
R	Conforme configuração, deve possuir a consulta do comprovante de vacinação, com opções de impressão em Português, Inglês e Espanhol.
R	Todos os acessos deverão ser sem a necessidade do login no sistema, sendo acessado de forma pública.

CTA – CENTRO DE TESTAGEM E ACONSELHAMENTO

Tipo	Descrição
R	<p>Deve possuir o cadastro das Atividades Extramuro, com dados como:</p> <ul style="list-style-type: none"> Data de Início e Fim Quantidade de pessoas atendidas Recorte Populacional Tipo de Atividade Local da Atividade Obsecração



R	Deve possuir cadastro de Locais de Atividades
R	Deve possuir o cadastro de Locais de Encaminhamentos, com dados como: Descrição do Local Entidade Unidade de Saúde vinculada Se realiza o Pré teste e/ou Pós teste
R	Deve possuir o cadastro de Locais de Origem, com dados como: Unidade de Saúde vinculada Entidade Descrição Código Local (CTA) IBGE Contato Local de Origem com Telefone Observações Opção se muda de Cidade
R	Deve possuir o cadastro de Orientações, com dados como: Uma breve descrição Descrição completa Unidade de Saúde Entidade
R	Deve possuir o cadastro de Tipos de Atividades
R	Deve possuir parâmetros para que seja possível informar: Se Controla ou não Estoque Se gera ou não transferências de requisição Descrição, endereço, telefone e número do SIASUS do município Definir texto padrão utilizados no pré e pós teste



R	<p>Deve possuir funcionalidade para registrar a requisição de Exames CTA, podendo preencher minimamente campos como:</p> <p>Localidade</p> <p>Tipos de Orientação (Individual, Coletiva, Individual e Coletiva, Nenhuma)</p> <p>Escolher se é primeiro atendimento no CTA ou não</p> <p>Se vai ou não realizar a coleta</p> <p>Se é ou não a primeira amostra</p> <p>Se é ou não um teste nominal</p> <p>Se vai ou não emitir o nome na etiqueta</p> <p>Identificação do paciente</p> <p>Sexo</p> <p>Em caso de ser do sexo feminino, se é ou não gestante</p> <p>Estado Civil</p> <p>Raça/Cor</p> <p>Escolaridade</p> <p>Ocupação</p> <p>Filiação</p> <p>Número do Cartão SUS</p> <p>Dados do contato</p> <p>Dados residenciais (endereço)</p> <p>Motivo da Procura</p> <p>Origem</p> <p>Encaminhamento Pré Teste 1, 2 e 3</p> <p>Notas da Orientação Pré Teste</p> <p>Antecedentes Epidemiológicos (Se procurou ou não banco de sangue, se apresentou DST no último ano, HPV, Sífilis, Hepatite, Gonorréia, Se usou drogas no último ano e se sim especificar, Se compartilhou seringas nos últimos 12 meses, Número de Parceiros no último ano e o tipo e informações sobre o uso de preservativos.</p> <p>Conseguir monitorar os dados de exames enviados ao laboratório, quando finalizados.</p>
---	---



R	Deve ser possível realizar o envio de lotes para o laboratório
R	Deve ser possível registrar o resultado do laboratório, onde seja possível informar resultados como: HPV Hepatite B Hepatite C Hepatite D VDRL Escolher outros exames através da tabela de exames cadastrados e seu resultado
R	Deve ser possível registrar a entrega e/ou retorno dos exames, com dados como: Data e Orientador da Entrega Encaminhamento pós teste 1, 2 e 3, com local de encaminhamento, data do retorno e notas de retorno Notas de Entrega e/ou Retorno
R	Deve permitir realizar a impressão da ficha padrão do CTA

BOLETIM DE ATENDIMENTO/SAMU 192

Tipo	Descrição
R	Deve possuir funcionalidade para registro do Boletim de Atendimento do SAMU, com a possibilidade de preencher os campos: Número Data e Hora do Atendimento Tipo do Atendimento (Socorro, Transporte) Identificação da Base Deve possuir as classificações H: Homem, SA: Sem alteração, SB: Sem batimentos, IR: Irreversível, NN: Não nascido Motivo Clínico com Observação



	<p>Traumático</p> <p>Dados do Paciente (Nome Completo, Sexo, Idade, Documento, Endereço do Atendimento, Latitude e Longitude, Nome da Testemunha e seu Documento)</p> <p>Vias Aéreas (Livre, Parcialmente obstruída, Obstruída)</p> <p>Respiração (Normal, Alterada, Agônica, Apnéia)</p> <p>Circulatório (Normal, Sangramento, Choque, PCR)</p> <p>Neurológico (Normal, Convulsão, Agitação, Confusão, Come)</p> <p>Exposição (Sem Alteração, Queimadura, Deformidade, Fraturas, Ferimentos)</p> <p>Sinais Vitais (Horário inicial e final, PA Inicial e Final, F.C. Inicial e Final, F.R. Inicial e Final, Sat. O2% Inicial e Final, Temp. Axilar °C Inicial e Final, HGT Inicial e Final, Glasgow Inicial e Final, ETR Inicial e Final, ETP inicial e Final)</p> <p>Procedimentos Efetuados (Adm. Oxigênio, Guedel, Aspiração, Intubação OT/NT, Punção Crítico, RCP, Punção Torácica, Drenagem Crítico, Veia Periférica, Intracath, Intraóssea, Flebotomia, Punção Pericárdica, Sonda Gástrica, Sonda Vesical, Desfibrilação, Oximetria, Colar Cervical, Imobilização de Membros, Curativo, KED, Prancha Longa, Avaliação Monitor ECG, Reposição Volêmica/Medicamentos)</p> <p>Transporte (Simples, Medicalizado, Origem, Destino, Contato do Destino)</p> <p>Situação do Incidente</p> <p>Receptora (Médico e CRM, Enfermeiro e COREN)</p> <p>Intervencionista Médico e CRM, Enfermeiro e COREN)</p> <p>Motorista (Condutor e CNH)</p>
--	--

CARTÃO DO MUNÍCIPE

Tipo	Descrição
R	Deve possuir funcionalidade para solicitação de Cartão do Munícipe, selecionando o nome do paciente já cadastrado e coletando a data e horário da solicitação
R	Deve ser possível visualizar os detalhes das solicitações
R	Deve ser possível atualização a situação da solicitação para:



	Envio de Solicitação (Gráfica) Retorno do Cartão (Gráfica) Entre do Cartão para o Usuário Cancelamento da Solicitação
R	Deve ser possível a impressão do Cartão que contenha minimamente os dados do município, ID do paciente com código de barras, Nome Completo, Cartão SUS, Data de Nascimento, Nome da Mãe, Município.
R	Deve ser possível exportar os dados para a gráfica, em formato CSV
R	Após a exportação do arquivo CSV, o sistema deverá alterar todas as solicitações para a situação “Envio de Solicitação (Gráfica)”, com a data e hora da exportação.



TR - ANEXO B
AMOSTRA / PROVA DE CONCEITO

1.0 DO PROCEDIMENTO

DAS ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS DO PADRÃO TECNOLÓGICO E DE SEGURANÇA DO sistema – Gestão Administrativa – FASE 01 – POC.

Este procedimento visa prover a CONTRATANTE de sistema de computação 100% em nuvem, desenvolvido em linguagem nativa web, de última geração, cujo padrão tecnológico e de segurança deverá atender aos requisitos mínimos estabelecidos neste Termo de Referência, os quais serão aferidos durante a Prova de Conceito (POC). O não atendimento de itens obrigatórios levará a desclassificação da proposta. 40 itens sendo 28 obrigatórios (70%) e 12 não obrigatórios (30%).

Todos os itens devem ser demonstrados, incluindo os serviços do datacenter, sendo vedada a apresentação apenas documental.

PROVA DE CONCEITO FASE 001 – SOFTWARE ADMINISTRATIVO – EXCETO SAUDE.			
DESCRICAO ITEM.	ATENDE	NÃO ATENDE	OBRIGATÓRIO
PADRONIZAÇÃO			
1.0 Software deverá ser em ambiente web nativo para todos os módulos. Software nativamente web (Acórdãos TCE/PR 678/24 e 3565/24).			X
2.0 Possibilitar visualizar backup gerados, em tela pelo sistema de gestão. Possibilitar a extração de backup em formato extensão .backup a qualquer momento sem a necessidade de auxilio técnico, possibilitar o download com apenas o uso de certificado digital.			X



3.0 Possibilitar a inserção de dados e consulta na base de dados de todas as informações incluindo as anteriores a 2013 de todos os módulos, sem duplicidade de tabelas.			X
4.0 Possibilitar a consulta de dados através das telas de digitação.			
<p>5.0 Acesso ao sistema de forma transparente por meio de um único domínio / subdomínio exclusivo da CONTRATANTE (por segurança), deverá a CONTRATADA disponibilizar 1 (um) IP público exclusivo para acesso ao sistema através de comunicação segura HTTPS com certificado válido.</p> <p>A divisão do banco de dados deverá ser na seguinte ordem:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) por entidade, b) schemas (módulos) c) tabelas (dados), d) sendo que cada ente do Município deverá conter nas mesmas tabelas de dados. e) No banco de dados do Município não poderá conter informações de outros Municípios. <p>Para o Datacenter deverá;</p>			X



a) possibilitar a escalabilidade horizontal e vertical. (demonstrar como funciona na prática visualizando o servidor).			
6.0 Possibilitar a consulta de receitas e despesas.			
7.0 Possuir tela de importação da DIMP e comparação com o PGDAS x NFE'S.			X
8.0 Para o Processo digital, conter atalho minimamente nos módulos de (contabilidade, folha de pagamentos, tributação, licitação e compras frotas, patrimônio) possibilitando a visualização de processos e assinaturas de empenhos a serem realizadas, sendo o fluxo dessas assinaturas pre-configuradas no modulo workflow.			X
9.0 Possuir balancete por fontes de recursos (similar ao TCE/PR) para validação de possíveis diferenças de fontes para ajustes prévios a exportação de dados.			X
10.0 Possuir o mesmo padrão tecnológico para todos os módulos (contabilidade, folha, tributação, rh, frotas, obras, licitação, patrimônio, compras, atos, processos).			X
11.0 Fica vedado o uso de aplicações tradicionais, desktop cliente-servidor (2 camadas) emuladas para serem executadas através de navegador ou por outros meios como área de trabalho remota.			



12.0 O sistema deverá operar sob o paradigma de “Multiusuários” (mais de um usuário acessando ao mesmo tempo a aplicação e um usuário acessando múltiplas sessões ao mesmo tempo), com integração total entre os módulos, garantindo que os usuários alimentem as informações em cadastro ÚNICO para todas as áreas, e que sejam integráveis automaticamente os existentes e os que vierem a ser implantados de outras áreas e ser multi-entidades (Prefeitura, Câmara), buscando exercícios anteriores constantes do banco de dados, sem que seja necessário sair de um sistema para entrar em outro, bem como as tabelas de receita e despesa devem centralizar dados de todas as entidades para todos os exercícios incluindo dados de exercícios inferiores a 2013.			X
13.0 Modulo de folha de pagamentos conter visualização da evolução dos eventos de folha de pagamento através de linha do tempo por eventos selecionados (time line).			X
14.0 No modulo de folha de pagamentos possuir central de dashboards permitindo minimamente a visualização dos dias de afastamento, evolução da folha de pagamentos, quadro de funcionários e gastos de eventos.			
15. Possibilitar a visualização de restos a pagar de exercícios anteriores sem deslogar do exercício atual.			
16. Quando houver atualizações nos módulos de: contabilidade, tributação, folha de pagamento, frotas, obras e patrimônio devem ser apresentadas em tela para o usuário logado, visualmente, proporcionando a autorização ou não da atualização.			X



17. Módulo de folha de pagamentos devera possuir tipos de cálculos de folha como; a) Normal b) retroativo c) simulação d) provisão. Possibilitando a retirada de relatórios por tipo de folha e o impacto em cada evento.			X
18. Deve possuir ferramenta de tratamento de unificação de homônimos e multiplicidades de cadastros, (pessoas físicas e jurídicas), visualizando minimamente quais cadastros e em qual módulo estão duplicados visualmente em tela.			X
19. Possuir central de integrações permitindo a partir desta tela integrar os sistemas de tributos, rh, patrimônio, contabilidade e almoxarifado, incluindo as provisões tributária.			X
20. Permitir cadastrar de forma rápida usuários em tela para todos os módulos.			
21. Deve integrar os lançamentos de receita e despesas dos entes (Município, Câmara) em base única, sendo tabelas únicas separadas apenas por id de cada entidade, visualizando inclusive anos anteriores a 2013.			X



22. Software de gestão contábil e de receitas, ao informar o valor da receita, deve buscar, calcular e lançar automaticamente o percentual da dedução para o FUNDEB sem que haja necessidade de se lançar em dois lançamentos (a receita e a dedução).			X
23. Para todo os módulos (administrativos, contábeis, RH, tributário, frotas, obras, patrimônio) de acessos internos do Município deverá possuir configuração de acessibilidade, sendo elas; zoom, contrastes (Claro, Escuro, Protanopia, Deuteranopia, Tritanopia).			X
24. Possuir opções de conexão de entrada no software com opções difundidas no mercado minimamente como Google, Govbr, facebook, certificado digital todas com opção de “esqueci minha senha”, aviso via email quando digitação incorreta de senhas, possibilitando a vinculação e desvinculação de contas diretamente no cadastro dos usuários.			X
25. Possuir tela/atalho para cadastramento de leis e atos, sendo esta tela seja disponível minimamente nos módulos de contabilidade, licitações, tributação e recursos humanos para que todos insiram informações padronizadas de atos e tenham acesso aos atos cadastrados caso queiram consultar.			
26. O Software do Portal da Transparência deverá permitir consultas dos dados em tela, sem a necessidade de se fazer download de arquivos após as consultas. Exceto itens obrigatórios inseridos de forma manual tais como NOTAS FISCAIS NA LIQUIDAÇÃO, NOTAS DE PRESTAÇÕES DE CONTAS DE ADIANTAMENTOS, EXTRATOS DE BANCOS, DOCUMENTOS DE EDITAIS DE LICITAÇÃO, RELATÓRIOS OBRIGATÓRIOS (4320, PORTARIA 89 TCE-PR, RREO, RGF E DEMAIS EXIGIDOS POR LEIS OU MP-PR) Justificativa: Proporcionar ao cidadão maior facilidade de visualização sem a necessidade de cada			



consulta em tela fazer download de arquivos desnecessários			
27. Os módulos devem possuir acesso ao mesmo domínio e subdomínio e com tramitação segura através de protocolo JSON, sendo ainda possível a geração de links de acesso em todas as abas de todos os módulos internos, obedecendo a configuração de acesso de cada usuário.			X
28. O sistema deverá disponibilizar estrutura que permita configurar campos adicionais para determinadas rotinas.			
29. Permitir a administração que através de configurações simples, sem necessidade de customização, personalize a adição de novos campos nas interfaces.			
30. Possibilitar a geração e compatibilização do SIOPE/SIOPS incluindo o rateio de valores.			X
31. Possibilitar a importação de extratos bancários na conciliação bancária.			X



32. Possibilitar assinar em lotes os empenhos			
33. Possibilitar a consulta de movimentos como débitos e créditos, movimento por conta corrente, separação automática por tipo de conta corrente diretamente no cadastro do plano de contas.			X
34. A infraestrutura da plataforma de software em execução deverá ser arquitetada seguindo o conceito de imutabilidade, onde os softwares em execução bem como as instâncias que os suportam possam ser recriadas/descartadas a qualquer momento sem impacto na disponibilidade da plataforma; como por exemplo deverá ser deletado o serviço tributário e ser recriado automaticamente.			X
35. O sistema deverá ser multi-sessions, possuindo micro serviços onde cada sessão do usuário é independente, como por exemplo logar pelo navegador Chrome no módulo contábil abrir a tela de empenhos, replicar/duplicar a guia do Chrome utilizando o mesmo usuário no mesmo módulo contábil tela de empenho e outra guia duplicada na aba liquidação pressionar (F5) atualizar em ambas, as sessões devem permanecer inalteradas e seus acessos, uma na tela de empenho outra tela de liquidação devem permanecer idênticas, sem uma pegar a sessão de outra, sendo vedado abrir guia anônima.			X
36. Possibilitar acessos aos lançamentos diretamente no cadastro do plano de contas. Possuir no sistema contábil, recursos humanos, tributação e compras e licitações tela de consulta dinâmica onde o usuário possa configurar suas consultas, criação de campos dinâmicos, comandos em SQL, onde possa buscar quaisquer dados do banco de dados fazendo suas personalizações e			X



adequações necessárias, gravando seu modelo de arquivos, possibilitando controlar seu versionamento e suas disponibilidades para usuários.			
37. Possibilitar a conexão ao banco de dados de forma nativa.			
38. Permitir criar agrupamentos de campos, para serem exibidos em conjunto em área específica nas janelas de entrada de dados já existentes no sistema, como área complementar.			X
39. Permitir a execução de comandos SQL em telas de pesquisa dinâmica no módulo de contabilidade, compras e licitações e recursos humanos.			X
40. Na tela de pesquisa do portal da transparência devesse renderizar para o formato de celulares de forma visual e esteticamente funcional em seus menus e sub menus.			X



XI. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS DOS MÓDULOS DO SISTEMA DO – Gestão Administrativa

Para atender as áreas de aplicação da CONTRATANTE, o Sistema de administração e gestão fornecido/ofertado, será subdividido em Módulos de Programas, cujas principais especificações

de funcionamento encontram-se a seguir descritas e deverão estar plenamente disponíveis aos usuários após a sua implantação.

Não é obrigatório que o sistema ofertado pela proponente utilize a mesma nomenclatura ou divisão por módulos. No entanto, é necessário que atenda as especificações de funcionamentos constantes neste termo de referência, sob pena de não se prestar aos objetivos da CONTRATANTE.

Visando ampliar a disputa, para classificação da proponente, durante a POC é necessário que o sistema ofertado atenda a pelo menos 70% (setenta por cento) dos requisitos **em geral**.

ETAPA 02 – CONTINUIDADE DA APRESENTAÇÃO (ADMINISTRATIVO)

ID	ITEM (atendimento de 70%) na apresentação e 30% entrega em 180 dias após a assinatura do contrato.	ATENDE	NÃO ATENDE
2.	Dos Requisitos Funcionais por Módulo		
2.1.	Sistema de Gestão de Contabilidade Pública Orçamentária e Financeira		
2.1.1.	Possuir cadastro de competências, com possibilidade de abertura e fechamento dos períodos de movimentação conforme envios das prestações de contas ao Tribunal de Contas do Estado.		
2.1.2.	Possibilitar o cadastro de fundos municipais, contendo as informações: Nome do Fundo, CNPJ, Endereço e Vinculação com o Órgão / Unidade Orçamentária Responsável		
2.1.3.	Conter cadastro do Plano de Contas Contábil do Tribunal de Contas do Estado (TCE), com possibilidade de desdobramento conforme necessidades no exercício de trabalho do ente, Demonstrando a descrição, Saldo Anterior, Débito e Crédito (por período selecionado e o total do exercício) e o saldo, permitindo assim a consulta na tela de cadastro.		
2.1.4.	Permitir consulta do razão contábil a partir da listagem do cadastro do plano de contas, onde deverá ser identificado cada movimento contábil realizado para a conta no período com possibilidade de impressão do Livro Razão da conta.		
2.1.5.	Realizar a demonstração das contas correntes que compõem cada um das contas contábeis do exercício com possibilidade de geração do razão das contas corrente, onde deverá ser identificado cada um dos movimentos contábeis envolvendo o conta corrente, possibilitando a impressão de relatório Livro Razão Corrente.		
2.1.6.	Permitir o lançamento do saldo anterior referente a execução das Fontes de Contrapartidas de Convênios / Subvenções.		
2.1.7.	Permitir o cadastro Extra Orçamentário vinculando o Fornecedor, Fonte, Tipo Extra e a Conta Contábil por Exercício conforme a atualização do plano de contas pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE).		



2.1.8.	Possuir cadastro que agrupe as retenções em comum para facilitar no momento de informá-las nas rotinas que a utilizarem.		
2.1.9.	Permitir definir os dados cadastrais das contas bancárias da entidade relacionando com diversos tipos, conta contábil, fonte de recurso e o responsável.		
2.1.10.	Dispor de rotina centralizadora para o Cadastro de Configurações de Eventos Contábeis, com possibilidade identificação do evento interno do sistema, vinculação do evento padrão do Tribunal de Contas do Estado (TCE), condições para a realização dos lançamentos contábeis embasadas em variáveis predefinidas do sistema e definição das contas contábeis que serão movimentadas, caso o evento seja acionado em alguma rotina do sistema. Ter a capacidade de extensão dos eventos contábeis conforme necessidade.		
2.1.11.	Permitir informação de evento específico para a realização dos movimentos de estorno, quando houver situações em que a contabilização inversa do lançamento principal não suprir as exigências do ente.		
2.1.12.	Permitir o cadastro de históricos padrões, com definição da rotina que o histórico será apresentado, com possibilidade de complemento quando necessário, para possível utilização em lançamentos no sistema.		
2.1.13.	Possuir cadastro de Itens de Despesa com a identificação de Código, Descrição e Unidade de Medida, o cadastro deverá possuir total integração com o sistema de compras/licitações, caso a integração não exista deverá ser possível cadastramento manual		
2.1.14.	Permitir cadastro de responsáveis e cargos interligados com o cadastro único de pessoas, com a informação tipo de função, validando a obrigatoriedade das informações de cada função, conforme exigido nos arquivos de prestação de contas do Tribunal de Contas do Estado (TCE).		
2.1.15.	Possibilitar a realização da baixa das responsabilidades e cargos, solicitando o preenchimento de motivo e data da baixa, como também a Lei quando couber.		
2.1.16.	Permitir visualizar os tipos de Documento Fiscal disponíveis para utilização conforme tipos predefinidos pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE).		
2.1.17.	Dispor de cadastro de configurações dos relatórios diversos do sistema, permitindo a informação do relatório base, com possibilidade de definição dos quadros que deverão ser apresentados na emissão do relatório, com cadastro da estrutura de cada quadro (Linhas, Colunas e Fórmulas de Apuração). Permitir a definição das somas e cálculos necessários para a composição do relatório. Contendo pré-visualização		
2.1.18.	Permitir a configuração e manipulação de estrutura dos relatórios a partir de arquivos em formato de planilhas pré-existent (modelos de mapeamentos liberados por cada um dos Tribunais de Contas (Estado e União)).		
2.1.19.	Permitir o cadastro de Memórias de Cálculos a serem utilizadas nas apurações dos relatórios, informando o tipo de informação de origem da memória (Despesas, Receitas, Plano de Contas Contábil), com cadastro de condições conforme a origem de dados escolhida, possibilitando a criação de cláusulas condicionais, agrupamento e restrição da busca de valores na apuração.		



2.1.20.	Possibilitar a realização do cadastro de notas explicativas, com apontamento do relatório que a nota deverá ser impressa, permitir definir a linha para link da nota, conforme disponível nos relatórios das Demonstrações Contábeis Aplicados ao Setor Público (DCASP.)		
2.1.21.	Possibilitar a realização de abertura da execução orçamentário, possibilitando a contabilização automática da Previsão Inicial da Receita, Fixação da Despesa, Cronograma de Desembolso Mensal da Despesa e Programação Financeira da Receita		
2.1.22.	Dispor de rotina para a realização do encerramento de exercício, permitindo que o encerramento seja executado em etapas, como: Validações de Regras de Fechamento Contábil, Apuração de saldo dos Empenhos a Pagar e Inscrição de Restos, Contabilização do Encerramento.		
2.1.23.	Possuir rotina para lançamento de saldo inicial do plano de contas da entidade, com possibilidade para digitação manual do saldo, ou automação a partir do encerramento do exercício anterior, permitindo a aplicação de filtros com base no Código do Plano de Contas.		
2.1.24.	Possuir cadastro para definição das contas que deverão sofrer apuração e encerramento no final do exercício vigente com possibilidade de identificação da contrapartida para fechamento do saldo.		
2.1.25.	Possuir rotina para Reserva de Dotação, permitindo o bloqueio de saldos a serem utilizados em demais funções, como empenho da despesa, solicitação de compras.		
2.1.26.	Possibilitar realizar a Anulação da Reserva de Dotação, liberando o saldo das dotações compostas para posterior utilização.		
2.1.27.	Possuir controle de saldo das dotações, bloqueando as movimentações de Empenho, Reserva de Dotação e Créditos Adicionais para programáticas sem saldo.		
2.1.28.	Gerar empenhos a partir de solicitações de despesa emitidas pelo módulo de compras, contendo a vinculação com as licitações e contratos.		
2.1.29.	Verificar a ordem cronológica, dos empenhos, liquidações e pagamentos de empenhos.		
2.1.30.	Disponibilizar funções rápidas na tela de empenho que permitam ao usuário realizar a Liquidação da Despesa, Anulação do Empenho, Impressão da Nota de Empenho.		
2.1.31.	Possuir consulta de extrato do empenho, com possibilidade de visualização de todas movimentações relacionadas a um determinado empenho, como também demonstração dos Documentos Fiscais envolvidos no processo de execução do mesmo.		
2.1.32.	Dispor de demonstração de saldos da execução do empenho, contendo no mínimo os valores: Empenho, Liquidado, Pago, Anulado, Saldo a Pagar Processado e Não Processado.		
2.1.33.	Permitir a emissão de Nota de Empenho, conforme modelo predefinido pela própria entidade;		



2.1.34.	Possuir resumo de cada um dos empenhos, sem que seja necessário a aplicação de alteração do cadastro para visualização das informações do registro.		
2.1.35.	Realizar validações solicitando a informação da Dívida Pública no momento de realização do empenho, conforme o elemento de Despesa de Dívida;		
2.1.36.	Obrigar a vinculação dos convênios / subvenções no lançamento de empenho, quando a fonte de recurso possuir vinculação à transferências federais / estaduais.		
2.1.37.	Permitir a realização de anulação dos empenhos diversos do sistema ao decorrer do exercício, possibilitando a liberação de saldo da dotação e não inscrição em restos a pagar,		
2.1.38.	Disponibilizar funções rápidas na tela de anulação do empenho que permitam ao usuário realizar o Estorno da Anulação, Impressão da Nota de Anulação Empenho.		
2.1.39.	Possibilitar a realização da reversão das anulações do empenho, permitindo que seja identificado a anulação de origem, data do cancelamento e motivo.		
2.1.40.	Permitir o cancelamento dos registros de "em liquidação", quando assim cancelado no processo de entrada no módulo de Almoxarifado.		
2.1.41.	Possibilitar a incorporação patrimonial na emissão do empenho ou liquidação.		
2.1.42.	Permitir informar um ou vários documentos fiscais na liquidação da despesa, com a possibilidade de anexar arquivos e validação de duplicidade de documento fiscal para o mesmo fornecedor.		
2.1.43.	Permitir efetuar a liquidação da despesa sobre todos os tipos de empenhos (Ordinário, Global e Estimativo) emitidos pelo sistema.		
2.1.44.	Disponibilizar funções rápidas na tela de liquidação que permitam ao usuário realizar a Anulação da Liquidação, Geração de Pagamento, Impressão da Nota de Liquidação		
2.1.45.	Permitir a identificação dos itens de despesas na etapa de liquidação, com possibilidade e controle sobre o valor liquidado de cada um dos itens constantes no empenho vinculado à liquidação.		
2.1.46.	Permitir a realização e anulação de Liquidações, possibilitando a correção dos documentos fiscais anexados ou ajuste de valores em acordo com as notas recebidas pela entidade.		
2.1.47.	Atualizar de forma automatizada o cronograma de desembolso mensal conforme o lançamento de Créditos Adicionais.		
2.1.48.	Permitir a atualização do cronograma de desembolso da despesa de forma manual e evidenciar as cotas disponíveis para realização de empenho e reserva de dotação.		
2.1.49.	Realizar o bloqueio de empenho, reserva de dotação e crédito adicionais, quando a execução mensal ultrapassar o valor previsto para o desembolso da despesa.		
2.1.50.	Dispor de rotina para o bloqueio e desbloqueio do saldo das dotações, permitindo o contingenciamento dos saldos disponíveis.		



2.1.51.	Permitir o lançamento manual de realização de receita não integradas pelo módulo de Tributos, com possibilidade de lançamento em lote, contendo várias receitas orçamentárias para uma única conta bancária.		
2.1.52.	Permitir o controle da execução da programação financeira da receita mensal, mantém a atualização dos valores, conforme lançamentos de atualização da receita.		
2.1.53.	Dispor de função para realização do cadastro dos artigos de exclusões do percentual de alteração por meio da rotina de Créditos Adicionais,		
2.1.54.	Permitir o gerenciamento de Solicitações de Crédito Adicional (SCA) com, no mínimo, as seguintes funcionalidades:		
a)	Possibilitar a parametrização do fluxo de aprovação de acordo com as necessidades da entidade;		
b)	Definir o acesso do fluxo de aprovação por usuário;		
c)	Restringir a edição de SCA de acordo com permissões de acesso às unidades orçamentárias dos usuários;		
d)	Possibilitar o bloqueio do saldo da dotação por meio de reserva, impossibilitando que o valor seja utilizado até que o fluxo de aprovação seja concluído;		
e)	Exibir o histórico de movimentações contendo data, usuário, situação e observação.		
f)	Possibilitar a geração de lotes de SCA para agrupar diversas solicitações por tipo de crédito e recurso;		
g)	Permitir a desaprovação de SCA com indicação de observação obrigatória;		
h)	Possibilitar a exclusão de lotes de SCA desde que não utilizados em créditos adicionais.		
2.1.55.	Permitir o lançamentos dos créditos adicionais com possibilidade de definição do tipo da alteração orçamentária (Suplementar, Especial, Remanejamento, Transposição, Transferência e Extraordinária), informação do tipo de recurso de origem (Excesso de Arrecadação, Superávit Financeiro, Operações de Crédito, Dotação Transferida, Recursos sem Correspondência de Despesa e consumo da Reserva de Contingência).		
2.1.56.	Apresentar notificações com base nas combinações de inserção das alterações orçamentárias, apresentando alertas informativos ou de regra de integridade do sistema, possibilitando uma maior transparência nas movimentações realizadas.		
2.1.57.	Possibilitar a criação de projeto de lei a partir de um rascunho de crédito adicional, a fim de permitir encaminhamento ao órgão legislador para posterior aprovação do decreto de alteração orçamentária.		
2.1.58.	Realizar lançamentos contábeis de forma concomitante com as rotinas de execução do sistema, permitindo a devida escrituração contábil, conforme determinado pelo Tribunal de Contas do Estado, visando atender as determinações legais da Lei 4.320/64 e Lei Complementar 101/2000 (LRF), assim como as demais normas de contabilidade pública.		



2.1.59.	Permitir o lançamentos de eventos pré-definidos com vários débitos para o mesmo crédito ou vice-versa, possibilitar também a duplicação de linha de débito/crédito caso necessário		
2.1.60.	Dispor de rotina centralizadora de integrações com os demais módulo de gerenciamento da entidade, sendo estes: Recursos Humanos, Compras e Licitações, Tributos, Almoxarifado e Patrimônio.		
2.1.61.	Permitir realizar a parametrização das configurações para contabilização dos lançamentos do módulo de Folha de Pagamento, permitindo assim a geração automática dos Empenhos, Liquidações, Pagamentos Orçamentários, Pagamentos Extra Orçamentários, Retenções e suas anulações, referentes ao gasto com pessoal dos servidores do ente.		
2.1.62.	Possibilitar a parametrização para a integração dos Lotes de Pagamentos de Recursos Recebidos do módulo de Tributos, permitindo a realização da contabilização dando entrada nas realizações de receita de forma automática.		
2.1.63.	Realizar a baixa de estoque nas contas contábeis de forma automatizada em relação às saídas do módulo de Almoxarifado.		
2.1.64.	Permitir o lançamento das baixas, aquisições e depreciações dos bens patrimoniais da entidade, mantendo o evidenciamento dos fatos contábeis conforme a legitimidade da imagem real dos acontecimentos.		
2.1.65.	Dispor de Rotina que possibilite a realização do cancelamento dos restos a pagar inscritos no exercício, com identificação do tipo do restos (Processado e Não Processado), valor cancelado e motivo do cancelamento.		
2.1.66.	Possibilitar a reversão dos cancelamentos de restos a pagar e já enviados em remessas para o Tribunal de Contas do Estado (TCE).		
2.1.67.	Permitir que o Empenho, Liquidação, Pagamento, Cancelamento de Crédito Adicional e suas respectivas notas de anulação/cancelamento, sejam tramitadas e assinadas eletronicamente com, no mínimo, as seguintes funcionalidades:		
a)	Possibilitar a parametrização do fluxo de aprovação de acordo com as necessidades da entidade;		
b)	Possibilitar a parametrização de valores mínimo e máximo para cada fluxo de aprovação definido;		
c)	Definir o acesso do fluxo de aprovação por usuário;		
d)	Possibilitar a configuração das assinaturas que serão exibidas na impressão da nota de empenho por fluxo de aprovação;		
e)	Exigir a informação de observação para ações de aprovar e desaprovar por fluxo de aprovação;		
f)	Possuir, em uma única tela, consulta para demonstração dos registros pendentes de aprovação, dos registros que tiveram as notas impressas e dos que foram desaprovados; demonstrar as ações por usuário e possibilitar opções de filtro e agrupamento, bem como pesquisa pelos campos chave de cada rotina de execução		
g)	Restringir a visualização de registros de acordo com permissões de acesso às unidades orçamentárias dos usuários;		



h)	Bloquear a edição dos registros que foram aprovados por qualquer nível do fluxo de aprovação;		
i)	Retornar ao fluxo de aprovação inicial os registros que forem desaprova-		
j)	Gerar automaticamente o bloqueio do saldo da dotação, impossibilitando a utilização de saldo até que o fluxo de aprovação seja concluído;		
k)	Bloquear a contabilização dos registros enquanto fluxo de aprovação definido não chegar em seu estágio final.		
2.1.68.	Demonstrar no Empenho, Liquidação, Pagamento, Cancelamento de Crédito Adicional e suas respectivas notas de anulação/cancelamento as tramitações de assinaturas eletrônicas efetuadas e exibir para cada etapa do fluxo, informações de:		
a)	Data e hora;		
b)	Usuário;		
c)	Situação de origem;		
d)	Situação de destino;		
e)	Observação;		
f)	IP do computador;		
g)	Nome do computador.		
2.1.69.	Demonstrar na impressão da nota Empenho, Liquidação, Pagamento, Cancelamento de Crédito Adicional e suas respectivas notas de anulação/cancelamento as assinaturas eletrônicas de cada usuário conforme o fluxo de aprovação definido, eliminando a necessidade de assinatura física.		
2.1.70.	Possibilitar a consulta de Empenho, Liquidação, Pagamento, Cancelamento de Crédito Adicional e suas respectivas notas de anulação/cancelamento, desaprovadas por meio dos trâmites de assinatura eletrônicas com opção de filtros por:		
a)	Data;		
b)	Situação;		
c)	Usuário;		
d)	Unidade Orçamentária;		
2.1.71.	Possibilitar o registro contábil das obrigações contratuais da entidade, como também os aditivos de movimento dos contratos, com total integração com o módulo de Compras e Licitação.		
2.1.72.	Possibilitar o registro contábil das convênios e subvenções firmados com a entidade, como também os aditivo, movimentos de contrapartida, com total integração com o módulo de Atos,		
2.1.73.	Permitir o controle da dívida fundada e precatórios, com possibilidade de prestação de contas dos recursos oriundos de antecipação, com visualização de toda movimentação relacionada ao cadastro da dívida e seus lançamentos contábeis.		



2.1.74.	Permitir a solicitação de adiantamentos e diárias, contendo as informações:		
2.1.75.	Possibilitar a geração automatizada de Empenho, Liquidação e Pagamento da Despesa, a partir de uma Solicitação de Adiantamentos / Diárias pré-aprovada, onde deverá ser possível o preenchimento das informações para cada uma das rotinas, como:		
2.1.76.	Dispor de funcionalidade para realização da prestação de contas dos adiantamentos em aberto, com possibilidade de informação dos documentos fiscais diversos obtidos pelo servidor público e realização de vinculação de arquivos digitalizados.		
2.1.77.	Permitir a re-contabilização em lotes dos movimentos contábeis Empenhos, Liquidações, Pagamentos, etc.) caso necessário se houver alguma modificação nas definições dos eventos cadastrados		
2.1.78.	Possibilitar a personalização das notas emitidas pela entidade como: Nota de Empenho, Liquidação, Ordem de Pagamento, Pagamento Orçamentários, Pagamentos Extra Orçamentários, Solicitação de Adiantamentos / Diárias, Recibo de Prestação de Contas de Adiantamentos / Diárias, Decretos de Alterações Orçamentárias e suas respectivas anulações.		
2.1.79.	Permitir a emissão assíncrona de relatórios, onde os relatórios que tenham impressão solicitada, fiquem disponibilizados em uma fila de impressão, a qual apresente notificação quando finalizada o cálculo do relatório, com possibilidade de solicitação de impressão de múltiplos relatórios, de forma que o usuário consiga navegar pelo sistema sem bloqueio da aplicação.		
2.1.80.	Possibilitar a consolidação total e/ou parcial de quaisquer relatórios do módulo, dispondo de função que permita selecionar quais entidades serão consolidadas na emissão do relatório;		
2.1.81.	Disponibilizar emissão dos relatórios da Instrução Normativa (IN) 89/2013 TCE PR:		
a)	I - Despesa Empenhada;		
b)	II - Despesa Liquidada;		
c)	III - Despesas Pagas;		
d)	IV - Transferências Financeiras a Terceiros;		
e)	V - Empenhos a Pagar;		
f)	VI - Inst. 58 - Acompanhamento de Receita Diária e Acumulada;		
g)	VII - Transferências Voluntárias Receitas Estaduais e Federais;		
h)	VIII - Despesas Inscritas;		
i)	IX - Despesas Pagas;		
j)	X - Saldo Credores a Pagar;		
k)	XI - Contratos;		
l)	XII - Quadro de Pessoal;		
m)	XIII - Servidores Ativos;		



n)	XIV - Servidores Inativos;		
o)	XV - Relação de Transferências Financeiras a Terceiros;		
p)	XVI - Ingresso de Receitas;		
q)	XVII - Demonstrativo de Créditos Suplementares.		
2.1.82.	Possuir relatório que emita o Balancete da Despesa com possibilidade de aplicar os filtros: Período, Entidade, Dotação, Despesa e Fonte		
2.1.83.	Possuir relatório de Empenhos emitidos com a possibilidade de aplicar os filtros: Período, Tipo de Empenho, intervalo de empenhos (numeração inicial e final), por valor, credor, modalidade licitação, todas as informações do código da Funcional Programática, contrato, convênio, permitindo demonstrar o histórico, itens, contrato e convênio.		
2.1.84.	Possibilitar agrupar as informações por data, credor, programática, desdobramento e fonte de Recurso."		
2.1.85.	Possuir relatório de auxílio ao preenchimento do SIOPE / SIOPS, possibilitando no mínimo a aplicação de filtros por: Unidade Orçamentária, Função, Subfunção, Programa; Projeto / Atividade e Fonte de Recurso.		
2.1.86.	Possuir relatório que emita o Extrato do Credor com possibilidade de aplicar os filtros: Período, Credor e Entidade.		
2.1.87.	Disponibilizar emissão dos relatórios referente a lei 4.320/64:		
a)	Anexo 1 Demonstração da Receita e Despesa Segundo as Categorias Econômicas;		
b)	Anexo 2 Quadro das Receitas por Natureza;		
c)	Anexo 2 Quadro das Dotações por Órgão;		
d)	Anexo 6 Demonstração da Despesa por Unidade, Função, Subfunção, Programa e Projeto/Atividade;		
e)	Anexo 7 Demonstração da Despesa por Função, Subfunção, Programa e Projeto/Atividade;		
f)	Anexo 8 Demonstração da Despesa Função, Subfunção, Programa e Recursos Ordinário/Vinculados;		
g)	Anexo 9 Demonstração da Despesa por Unidade e Função;		
h)	Anexo 10 Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada;		
i)	Anexo 11 Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada;		
j)	Anexo 16 Demonstração da Dívida Fundada;		
k)	Anexo 17 Demonstração da Dívida Flutuante;		
2.1.88.	Possuir relatório que emita o balancete da Receita com possibilidade de aplicar os filtros: Período, Nível da Receita, Receita, Fonte de Recurso e Entidade.		
2.1.89.	Possuir relatório de conferência da receita agrupado por Fonte de Recurso, permitindo no mínimo os filtros: Período, Natureza da Receita, Fonte de Recurso e Conta Bancária, com resumo por Fonte de Recurso;		



2.1.90.	Possuir relatório de Razão da Receita Orçamentária, contendo os filtros: Período, Natureza da Receita, Fonte de Recurso e Conta Bancária,		
2.1.91.	Possuir relatório Demonstrativo de Restos a Pagar, com possibilidade de visualização de todo o histórico de valores dos empenhos inscritos em Restos, como: Inscrito Processado e Não Processado, Cancelado, Liquidado, Pago Processado e Pago Não Processado, Saldo a Pagar Processado e Não Processado. Possibilitar a aplicação de filtros por: Tipo de Restos, Credor, Órgão, Unidade, Função, Subfunção, Programa, Projeto / Atividade, Natureza de Despesa, Fonte de Recurso e Somente com Saldos a Pagar.		
2.1.92.	Disponibilizar emissão dos relatórios referente a Demonstrações Contábeis Aplicado ao Setor Público:		
a)	I - Anexo XII - Balanço Orçamentário;		
b)	II - Anexo XIII - Balanço Financeiro;		
c)	III - Anexo XIV - Balanço Patrimonial;		
d)	IV - Anexo XV - Demonstrativo das Variações Patrimoniais;		
e)	V - Anexo XVII - Demonstrativo Fluxo de Caixa.		
2.1.93.	Possuir relatório que emita o Balancete Contábil com possibilidade de aplicar os filtros: Período, Tipo Superávit Financeiro, Natureza da Informação, Nível do Plano, Conta Inicial e Conta Final, Entidade, com a possibilidade de exibir o saldo das contas correntes vinculada às contas contábeis.		
2.1.94.	Possuir relatório que emita o Livro Diário com possibilidade de filtrar por período e Entidade		
2.1.95.	Possuir relatório que emita o Livro Razão com possibilidade de aplicar os filtros: Período, Conta Inicial e Conta Final, Evento e Entidade.		
2.1.96.	Permitir a emissão de extratos das diversas movimentações do sistema, como: Extrato de Fornecedores, Empenhos, Dotações e Contas Bancárias		
2.1.97.	Possuir relatório de Acompanhamento da Conciliação Bancária que possibilita filtrar o período e conta bancária no qual demonstra o resumo e a situação da conciliação bancária.		
2.1.98.	Possuir relatório de Acompanhamento da Conciliação Bancária que possibilita filtrar o período e conta bancária no qual demonstra o resumo e a situação da conciliação bancária.		
2.1.99.	Dispor de relatório comparativo entre receita e despesa por Fonte de Recurso.		
2.1.100.	Possuir relatório de apuração do PASEP.		
2.1.101.	Demonstrar os saldo das dotações, emitindo a programática, Fonte, Valor Orçado, Atualizado, Saldo Reservado, Empenhado, Liquidado, Pago, Saldo sendo permitido detalhar por Movimentação até o Período e Movimentação no Período.		
2.1.102.	Demonstrar os saldo das Receita, emitindo a Fonte, Valor Orçado, Arrecadado, Dedução, Correção, Anulação Arrecadado, Anulação Dedução e Realizado sendo permitido detalhar por Movimentação até o Período e Movimentação no Período.		



2.1.103.	Possuir consulta que possibilite o acompanhamento da execução do cronograma de desembolso mensal de despesas, com possibilidade de definição do período de apuração.		
2.1.104.	Possuir consulta que possibilite o acompanhamento da execução da programação financeira mensal de receitas, com possibilidade de definição do período de apuração.		
2.1.105.	Possibilitar a consulta dos saldos por Fontes de Recurso, sem a necessidade de rotinas auxiliares, podendo selecionar por Período, Tipo de Agrupamento, permitindo detalhar os saldos por origem de lançamento.		
2.1.106.	Possibilitar a geração da Matriz de Saldos Contábeis, conforme determinado nas portarias da STN, contendo a vinculação dos planos da União (Receita, Despesa, Plano Contábil e Fonte de Recursos) com relação aos planos disponibilizados pelo Tribunal de Contas do Estado.		
2.1.107.	Permitir a importação de arquivo para possibilitar a agregação das entidades do ente público, a fim de garantir posterior prestação da MSC consolidada ao SICONFI.		
2.1.108.	Permitir a emissão dos relatórios da LRF, atendendo ao mapeamento das portarias dos Demonstrativos da RREO:		
a)	Anexo I - Balanço Orçamentário.		
b)	Anexo II - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função / Subfunção.		
c)	Anexo III - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida.		
d)	Anexo IV - Demonstrativo do Resultado Nominal.		
e)	Anexo V - Demonstrativo do Resultado Primário - Estados, Distrito Federal e Municípios.		
f)	Anexo VI - Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão.		
g)	Anexo VII - Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE.		
h)	Anexo VIII - Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital.		
i)	Anexo IX - Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores.		
j)	Anexo X - Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos.		
k)	Anexo XII - Demonstrativo da Receita de Impostos Líquida e das Despesas Próprias com Ações de Saúde.		
l)	Anexo XIII - Demonstrativo das Parcerias Público Privadas.		
m)	Anexo XIV - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária.		
2.1.109.	Permitir a emissão dos relatórios da LRF, atendendo ao mapeamento das portarias dos Demonstrativos da RGF:		



a)	Anexo I - Demonstrativo da Despesa com Pessoal.		
b)	Anexo II - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - DCL.		
c)	Anexo III - Demonstrativo das Garantias e Contra garantias de Valores.		
d)	Anexo IV - Demonstrativo das Operações de Crédito.		
e)	Anexo V - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa.		
f)	Anexo VI - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal.		
2.1.110.	Possuir Balancete de Consulta dos Saldos da Matriz de Saldos Contábeis (MSC), com possibilidade de detalhamento das informações complementares de cada uma das contas.		
2.2.	Sistema de Gestão de Planejamento Orçamentário (PPA, LDO, LOA);		
2.2.1.	Possuir o cadastro de exercício unificado;		
2.2.2.	Permitir que se vincule no cadastro os seguintes dados: Entidade, Modelo do Plano de Contas vigente para o estado, Modelo da Receita, Modelo da Despesa, Conta Caixa, Percentual para Gastos com Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS) caso a Lei Orgânica do Município possua índice próprio.		
2.2.3.	Possibilitar a importação dos cadastros do TCE, com base no exercício anterior, no momento do cadastro de um novo exercício;"		
2.2.4.	Parâmetros configuráveis facultativos por entidade/exercício com precedência sem a necessidade de recadastro a não ser que seja necessário um novo valor para determinada entidade/exercício.		
2.2.5.	Permitir determinar o nível de detalhamento da estimativa de receita do PPA.		
2.2.6.	Possibilitar realizar a definição do nível de trabalho para a codificação da despesa no Detalhamento de Despesas do PPA e Dotações da LOA.		
2.2.7.	Dispor de parâmetro para possibilitar o desdobramento da ação em múltiplos Projetos / Atividades ou a criação automatizada do cadastro de projetos com base nas ações.		
2.2.8.	Possibilitar a definição da estrutura de elaboração do cronograma de desembolso, sendo o mesmo de forma agrupada por: Fonte de Recurso; Fonte e Despesa; ou Fonte, Despesa e Projeto / Atividade		
2.2.9.	Possuir cadastro de dashboards personalizados com base nas consultas do módulo orçamentário.		
2.2.10.	Possuir cadastro de assinaturas com definição de cargo e possibilidade de atribuição de assinaturas padrões que serão utilizadas em todos os relatórios.		
2.2.11.	Restringir acesso dos usuários mediante a liberação de permissão para movimentação de dados cadastrais por Órgão / Unidade.		
2.2.12.	Possibilitar o cadastro de Órgão e Unidade Orçamentária, com possibilidade de desmembramento até o nível de Unidade Executora.		
2.2.13.	Disponibilizar cadastro de Funções de Governo, conforme estabelecido pelo TCE.		



2.2.14.	Disponibilizar cadastro de Subfunções de Governo, conforme estabelecido pelo TCE.		
2.2.15.	Disponibilizar cadastro simplificado de Programas de Governo, conforme estrutura definida pelo ente, contendo os campos: Código, Descrição, Data de Cadastro e Data de Inativação		
2.2.16.	Permitir realizar o cadastro de Projetos e Atividades, contendo os campos: Projeto / Atividade, Descrição, Data de Início, Data Final, Tipo e Complemento de Descrição		
2.2.17.	Possuir cadastro de receitas conforme o Plano Padrão do Tribunal de Contas do Estado, com possibilidade de alteração ou não da nomenclatura e de desdobramento da codificação, informando data de cadastro, tipo de dedução, apresentação de nível conforme a máscara vigente e admite movimento ou não conforme o nível.		
2.2.18.	Possibilitar o cadastro atemporal (não necessita do recadastro com o novo exercício) da receita da entidade, com informação das fontes principais da receita e vinculação no plano de receitas do Tribunal de Contas do Estado por exercício;		
2.2.19.	Possuir cadastro de despesa conforme o Plano Padrão do Tribunal de Contas do Estado, com possibilidade de alteração ou não da nomenclatura e de desdobramento da codificação, informando data de cadastro, apresentação de nível conforme a máscara vigente e admite movimento ou não conforme o nível		
2.2.20.	Possibilitar o cadastro atemporal (não necessita do recadastro com o novo exercício) da despesa da entidade, com vinculação no plano de Despesa do Tribunal de Contas do Estado por exercício;		
2.2.21.	Permitir o cadastro de Fontes de Recursos da Entidade com possibilidade de vinculação das fontes padrões do Tribunal de Contas do Estado (TCE).		
2.2.22.	Possuir cadastro de unidades de medidas, conforme Pré definido pelo Tribunal de Contas do Estado.		
2.2.23.	Possuir cadastro de público alvo, conforme Pré definido pelo Tribunal de Contas do Estado.		
2.2.24.	Permitir o registro das audiências públicas realizadas para a elaboração do Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA), com possibilidade de informar as sugestões da população e suas avaliações. Permitir a vinculação de arquivos e seu posterior download.		
2.2.25.	Registrar as emendas Parlamentares no decorrer da elaboração do PPA e LOA, com possibilidade de informação do autor, tipo da ementa e descrição.		
2.2.26.	Possuir o cadastro de versões para o PPA, onde apenas a versão aprovada seja referência para inclusão dos dados na LDO e LOA.		
2.2.27.	Possuir o cadastro dos macros objetivos dos programas governamentais, com possibilidade de vinculação de vários programas à um mesmo macro objetivo.		
2.2.28.	Possuir cadastro de Programas do PPA, contendo no mínimo as informações: Código; Descrição; Programa Contínuo; Tipo de Classificação do Programa; Vigência; Objetivo do Programa; Justificativa de Uso; Lei de Criação; Gerente do		



	Programa e fonte de Financiamento, com possibilidade de importação de ciclo anterior do PPA, contendo a aplicação de percentual para projeção dos valores.		
2.2.29.	Possibilitar a vinculação de Indicadores ao Cadastro e Programas do PPA, com a informação de: Código; Descrição; Indicador do TCE; Público Alvo; Unidade de Medida; Medida Inicial; Medida Esperada; Meta prevista para cada ano do PPA.		
2.2.30.	Realizar informação das Ações no cadastro de Programas do PPA, contendo os dados: Descrição; Tipo; Unidade de Medida; Produto; Natureza; Tipo de Execução; Unidade Orçamentária; Vigência; Função; Subfunção; Descrição Complementar; Lei Meta Física e Financeira para cada um dos anos do ciclo do PPA.		
2.2.31.	Permitir visualizar o histórico das alterações dos cadastros de Programas, Indicadores e Ações do PPA, contendo a situação da revisão, conforme cada versão que o registro sofreu alteração.		
2.2.32.	Disponibilizar a apresentação de visualização resumida do cadastro de Programas do Plano Plurianual e suas vinculações (Indicadores e Ações), com possibilidade de visualização das metas em formato gráfico.		
2.2.33.	Possibilitar o detalhamento dos Programas e Ações do PPA, com a vinculação de projetos atividades, despesas e destinação de recurso.		
2.2.34.	Permitir a digitação da Estimativa de Receita, com rateio automático por fonte de recurso com base em percentuais Pré cadastrados, como também a informação de valores de forma manual em cada origem de recurso que a compõem, com possibilidade de importação com base na estimativa anterior e/ou do plano padrão do exercício vigente.		
2.2.35.	Permitir a atualização total ou parcial da Estimativa de Receitas e Detalhamento da Despesa do PPA em uma versão em andamento, por meio da aplicação de filtros e percentual de atualização, onde o incremento do valor deverá ocorrer com base na própria versão.		
2.2.36.	Possuir avaliação automática das ações sobre os valores empenhados e liquidados ao término de cada exercício, a fim de gerar remessa para o Tribunal de Conta do Estado, dispor de aplicação de filtros na pesquisa de acordo com a entidade sem intervenção exterior, exportar os resultados da tela para as extensões XLS ou PDF.		
2.2.37.	Possuir avaliação automática dos indicadores sobre os valores empenhados e liquidados ao término de cada exercício, a fim de gerar remessa para o Tribunal de Conta do Estado, dispor de aplicação de filtros na pesquisa de acordo com a entidade sem intervenção exterior, exportar os resultados da tela para as extensões XLS ou PDF.		
2.2.38.	Dispor de funcionalidade para aprovação das versões do PPA em elaboração, com aplicação total ou parcial da Lei às alterações realizadas, em cada um dos escopos: PPA, PMS, ECA/FMDCA, LDO e Estimativas da Receita.		



2.2.39.	Possuir cadastro de Programas do Plano Municipal de Saúde (PMS), contendo no mínimo as informações: Código; Descrição; Programa Contínuo; Tipo de Classificação do Programa; Vigência; Objetivo do Programa; Justificativa de Uso; Lei de Criação; Gerente do Programa e fonte de Financiamento, com possibilidade de importação de ciclo anterior e importação com base no ciclo de PPA Vigente, contendo a aplicação de percentual para projeção dos valores.		
2.2.40.	Realizar informação das Ações no cadastro de Programas do PMS, contendo os dados: Descrição; Tipo; Unidade de Medida; Produto; Natureza; Tipo de Execução; Unidade Orçamentária; Vigência; Função; Subfunção; Descrição Complementar; Lei Meta Física e Financeira.		
2.2.41.	Permitir visualizar o histórico das alterações dos cadastros de Programas e Ações do PMS, contendo a situação da revisão, conforme cada versão que o registro sofreu alteração.		
2.2.42.	Disponibilizar a apresentação de visualização resumida do cadastro de Programas do Plano Municipal de Saúde e suas vinculações (Cadastro de Ações), com possibilidade de visualização das metas em formato gráfico.		
2.2.43.	Possuir cadastro de Programas do Plano de Ações dos Direitos da Criança e do Adolescente (ECA/FMDCA), contendo no mínimo as informações: Código; Descrição; Programa Contínuo; Tipo de Classificação do Programa; Vigência; Objetivo do Programa; Justificativa de Uso; Lei de Criação; Gerente do Programa e fonte de Financiamento, com possibilidade de importação de ciclo anterior e importação com base no ciclo de PPA Vigente, contendo a aplicação de percentual para projeção dos valores.		
2.2.44.	Realizar informação das Ações no cadastro de Programas do ECA/FMDCA, contendo os dados: Descrição; Tipo; Unidade de Medida; Produto; Natureza; Tipo de Execução; Unidade Orçamentária; Vigência; Função; Subfunção; Descrição Complementar; Lei Meta Física e Financeira.		
2.2.45.	Permitir visualizar o histórico das alterações dos cadastros de Programas e Ações do ECA/FMDCA, contendo a situação da revisão, conforme cada versão que o registro sofreu alteração.		
2.2.46.	Disponibilizar a apresentação de visualização resumida do cadastro de Programas do Plano de Ações dos Direitos da Criança e do Adolescente e suas vinculações (Cadastro de Ações), com possibilidade de visualização das metas em formato gráfico.		
2.2.47.	Possuir o cadastro de versões para o LDO vinculado à versão do PPA.		
2.2.48.	Dispor de funcionalidade para realização do cadastro de parâmetros para elaboração dos anexos de metas e demonstrativos da LDO, contendo campos para informação do índice inflação anual e projeção do Produto Interno Bruto (PIB).		
2.2.49.	Possuir cadastro de Programas da LDO, contendo no mínimo as informações: Código; Descrição; Programa Contínuo; Tipo de Classificação do Programa; Vigência; Objetivo do Programa; Justificativa de Uso; Lei de Criação; Gerente do Programa e fonte de Financiamento, com possibilidade de importação de ciclo anterior e importação com base no ciclo de PPA Vigente, contendo a aplicação de percentual para projeção dos valores.		



2.2.50.	Realizar informação das Ações no cadastro de Programas da LDO, contendo os dados: Descrição; Tipo; Unidade de Medida; Produto; Natureza; Tipo de Execução; Unidade Orçamentária; Vigência; Função; Subfunção; Descrição Complementar; Lei Meta Física e Financeira.		
2.2.51.	Permitir visualizar o histórico das alterações dos cadastros de Programas e Ações da LDO, contendo a situação da revisão, conforme cada versão que o registro sofreu alteração.		
2.2.52.	Disponibilizar a apresentação de visualização resumida do cadastro de Programas da Lei de Diretrizes Orçamentárias e suas vinculações (Cadastro de Ações), com possibilidade de visualização das metas em formato gráfico.		
2.2.53.	Possibilitar a realização de correlacionamento entre as ações dos diversos escopos PPA, LDO, PMS e ECA, conforme determinado pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE).		
2.2.54.	Dispor de funcionalidade para detalhamento da receita da LDO com base espelhada no PPA, de forma que as alterações cadastrais realizadas no PPA sejam refletidas diretamente na LDO.		
2.2.55.	Possuir rotina para cadastrar os Riscos Fiscais do município referente a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), permitindo que a entidade possa relacionar o risco com uma ou mais providências. Possibilitar lançamentos tanto para os passivos contingentes quanto os demais riscos fiscais passivos para os tipos que são exigidos pelo TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO.		
2.2.56.	Possuir ferramenta onde seja possível gerar de forma automática as Metas Fiscais Consolidadas do município para a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), gerando no mínimo as seguintes informações: Despesa Primária, Despesa Total, Despesas Primárias PPP, Dívida Consolidada Líquida, Dívida Pública Consolidada, Receita Total, Receitas Primárias PPP, Receitas Primárias e Resultado Nominal. Possibilitar lançamento de notas explicativas.		
2.2.57.	Dispor de uma rotina onde seja possível cadastrar a Evolução do Patrimônio Líquido do município para a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias, permitindo informar no mínimo as seguintes informações: Patrimônio/Capital, Reservas, Resultado Acumulado. Possibilitar lançamento de notas explicativas.		
2.2.58.	Dispor de uma rotina onde seja possível cadastrar Projeção Atuarial do RPPS, tanto do Plano Financeiro quanto do Plano Previdenciário para a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), possuindo os seguintes dados: Saldo Anterior, Receitas e Despesas tanto para o Plano Previdenciário RPPS quanto para o Plano Financeiro, em atendimento do Art. 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Possuir funcionalidade de preenchimento automáticos dos valores com base nos dados de exercícios anteriores. Possibilitar lançamento de notas explicativas.		
2.2.59.	Possuir uma rotina onde seja possível cadastrar as Receitas, Despesas, Aportes, Bens e Direitos do RPPS, tanto do Plano Financeiro quanto do Plano Previdenciário para a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Disponibilizar opção para recalcular os valores de forma automática de exercícios anteriores com base nos dados da contabilidade. Possibilitar lançamento de notas explicativas.		



2.2.60.	Permitir cadastro da Alienação de Ativos Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), permitindo informar no mínimo as seguintes informações: Receita Realizada de Alienação de Bens Móveis, Receita Realizada de Alienação de Bens Imóveis, Despesas de Investimento, Despesas de Inversões Financeiras, Despesas de Amortização da Dívida, Despesas Decorrentes do RPPS e Despesas Decorrentes do RGPS. Possibilitar que a entidade possa preencher os dados de forma automática com base nos dados da contabilidade. Possibilitar lançamento de notas explicativas.		
2.2.61.	Possuir cadastro de Renúncias de Receitas para a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), identificando as receitas IPTU, ITBI, ISS, CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, TAXAS, OUTROS TRIBUTOS, COSIP e IMPUGNAÇÕES/IMPOSIÇÕES. Dispor também as seguintes modalidades: Anistia, Remissão, Subsídio, Crédito Presumido, Alteração de Alíquota ou Modificação de Base de Cálculo, e Outros Benefícios. Permitir que possa ser lançada notas explicativas.		
2.2.62.	Possuir rotina onde seja possível cadastrar a Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado para a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), permitindo informar as seguintes informações: Aumento Permanente da Receita, Transferências Constitucionais, Transferências ao FUNDEB, Redução Permanente da Despesa, Novas Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado e Novas Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado geradas por Parcerias Público-Privada com a possibilidade de informar notas explicativas.		
2.2.63.	Permitir o cadastro das obras em execução, para elaboração do Demonstrativos de Obras em Andamento (LDO), contendo as seguintes informações: Descrição; Data de Início; Projeto / Atividade de execução da obra; Unidade de Medida; Entidade Responsável; Valor Previsto; Valor Executado; Saldo Executar; Quantidade Prevista; Quantidade Executada; Quantidade à Executar com a possibilidade de aplicação de filtros para a busca dos registros em listagem cadastral.		
2.2.64.	Possuir rotina onde seja possível o lançamento da memória de cálculo da LDO referente ao Resultado Primário e Nominal, em conformidade com o Anexo 6 - Demonstrativo de Resultados Primário e Nominal da RREO, contendo quadro para lançamento das Receitas Primárias até nível de Espécie da Receita (conforme codificação do plano TCE), quadro para lançamento das Despesa Primárias até nível de modalidade da despesa quando couber, quadro referente aos Juros Nominais, quadro de Cálculo do Resultado Nominal e Quadro para Lançamento dos Ajustes Metodológicos, permitindo a informação de notas explicativas com a possibilidade de carga automática dos valores a partir das informações cadastrais dos programas e ações e estimativa da receita.		
2.2.65.	Dispor de uma rotina onde seja possível cadastrar a Dívida Pública do município para a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), permitindo informar as seguintes informações: Dívida Mobiliária, Outras Dívidas, Ativo Disponível, Haveres Financeiros e (-) Restos a Pagar Processados. Possuir funcionalidade de preenchimento automático dos valores advindos da contabilidade. Possuir também a possibilidade de projetar valores para os próximos exercícios com a utilização de percentuais.		



2.2.66.	Possuir cadastro que permita o lançamento das memórias de cálculo da despesa de forma manual e automatizada, visando o atendimento do art. 4º, § 2º, inciso II, da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, possibilitando a digitação dos valores à nível de categoria econômica para os três anos anteriores e os dois posteriores ao ano de elaboração da LDO, com possibilidade de informação de notas explicativas.		
2.2.67.	Dispor de rotina para lançamento automatizado das principais destinações de recursos de despesa, contendo a informação de valor nominal para os três anos anteriores e os dois posteriores ao ano de elaboração da LDO, com cálculo de percentual da variação do valor anual das despesas, com possibilidade de informação de notas explicativas.		
2.2.68.	Dispor de rotina para lançamento automatizado das principais origens de recursos das receitas, contendo a informação de valor nominal para os três anos anteriores e os dois posteriores ao ano de elaboração da LDO, com cálculo de percentual da variação do valor anual receitas, com possibilidade de informação de notas explicativas.		
2.2.69.	Dispor de versionamento para a elaboração da LOA, com possibilidade de informação do Percentual de Crédito Adicional, Descrição, Situação da LOA. Lei de Criação, permitindo que seja identificado cada um dos estágios de votação da LOA, com sancionamento da versão final para possibilitar o início da execução orçamentária.		
2.2.70.	Dispor de tela para registro da previsão da Receita para Lei Orçamentária Anual (LOA) manualmente e/ou com possibilidade de importação das receitas do Plano Plurianual (PPA) através de controle de versão, com os seguintes parâmetros: codificação da receita respeitando o plano de contas do Secretaria do Tesouro Nacional (STN), descrição da receita, Tipo operação, Esfera, fonte de recurso e rateio, dispor aplicação de filtros na pesquisa de acordo com a entidade sem intervenção exterior, permitir filtrar na tela de cadastro de forma simples e direta por receita, tipo operação, fonte, descrição e valor, sem a necessidade de uma tela específica de pesquisa. Permitir que os dados da tela possam ser exportados para as extensões XLS, PDF ou direto para impressora.		
2.2.71.	Dispor de tela para registro da previsão da Despesa para Lei Orçamentária Anual (LOA) manualmente e/ou com possibilidade de importação das Despesas do Plano Plurianual (PPA) através de controle de versão, com os seguintes parâmetros: Unidade Orçamentária, Função, Subfunção, Código Reduzido (de livre informação ou gerado automaticamente), Programa, Projeto / Atividade, Natureza da Despesa conforme o plano de contas da despesa utilizado pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE), Esfera, Valor fixado, Fonte de Recurso, Valor por Fonte, Natureza da Programática.		
2.2.72.	Permitir o cadastro e controle das dotações oriundas da abertura de crédito adicional no decorrer da execução da despesa do exercício corrente.		
2.2.73.	Dispor de funcionalidade para registro das interferências financeiras contemplando as seguintes opções: Data de Cadastros, Descrição, órgão/unidade de origem, valor da interferência, tipo da interferência (ativa ou passiva), entidade origem, entidade destino, finalidade, com a possibilidade de lançamento da previsão de pagamento e/ou recebimento mensal de forma automatizada, a fim de cumprir com a exigência do Tribunal de Contas do Estado (TCE)		



2.2.74.	Possuir geração automatizada da programação financeira da Receita por grupos de receitas e fontes de recursos.		
2.2.75.	Possuir geração automatizada do cronograma mensal de desembolso da Despesa por grupos de despesas e fontes de recursos.		
2.2.76.	Possuir cadastro para identificação das Origens de Recurso sem Destinação específica contendo no mínimo as informações: Data de Previsão e Valor de Recurso disponível, a fim de atender a geração dos arquivos para prestação de ao Tribunal de Contas do Estado (TCE).		
2.2.77.	Permitir o cadastro da Estimativa de Impacto Orçamentário e Financeiro, com possibilidade de emissão de relatório.		
2.2.78.	Disponer de consulta para identificação de divergências e compatibilização automatizada entre as peças de planejamento LOA e PPA, havendo comparativo com base nas versões de cada um dos escopos, com a apresentação de descrição das inconsistências encontradas, contendo também a possibilidade de identificação dos registros não passíveis de atualização automática.		
2.2.79.	Permitir a emissão de relatório de conferência das despesas previstas no PPA, com consolidação parcial ou total das entidades, com escolha de assinaturas para impressão, permitindo a aplicação de filtros: Código do Programa, Descrição do Programa, Função, Subfunção, Código do Projeto / Atividade, Descrição do Projeto / Atividade, Natureza de Despesa TCE, Fonte de Recurso, Órgão e Unidade Orçamentária e Versão de Origem dos Dados		
2.2.80.	Permitir a emissão de relatório de conferência das receitas lançadas na estimativa do PPA, com consolidação parcial ou total das entidades, com escolha de assinaturas a serem impressas, permitindo a aplicação de filtros de Natureza da Receita, Descrição, Tipo de Operação da Receita e Versão de Origem dos Dados		
2.2.81.	Permitir a emissão de relatório de conferência das receitas lançadas na estimativa da LDO, com consolidação parcial ou total das entidades, com escolha de assinaturas a serem impressas, permitindo a aplicação de filtros de Natureza da Receita, Descrição, Tipo de Operação da Receita e Versão de Origem dos Dados		
2.2.82.	Permitir a emissão de relatório para conferência das Metas e Prioridades para a fixação de Despesa, com possibilidade de apurações dos valores dos escopos da LDO e PPA, permitindo a consolidação parcial ou total das entidades constantes no relatório, com filtro de versão de origem dos dados e seleção de assinaturas para impressão.		
2.2.83.	Disponibilizar emissão dos relatórios Demonstrativos da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) obedecendo a Lei Complementar 101/2000:		
a)	I - Metas Anuais		
b)	II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior		
c)	III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores		
d)	IV - Evolução do Patrimônio Líquido		
e)	V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos		



f)	VI - Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do RPPS		
g)	VIA - Projeção Atuarial do RPPS		
h)	VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita		
i)	VIII - Margem de Expansão das Despesas		
j)	Projetos em Andamento		
k)	Anexo de Riscos Fiscais		
l)	Anexo de Metas Fiscais e Financeiras da LDO		
m)	Modelo de Origem e Destinação de Recursos na LDO		
2.2.84.	Disponibilizar emissão dos relatórios Metodologia e Memórias da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO):		
a)	I - Receitas		
b)	IA - Receitas (Detalhamento por Fonte)		
c)	II - Despesas		
d)	IIA - Despesas (Detalhamento por Natureza)		
e)	III - Resultado Primário		
f)	IV - Resultado Nominal		
g)	V - Montante da Dívida Pública		
h)	VI - Resultados Primário e Nominal		
2.2.85.	Dispor de relatório para conferência das dotações fixadas do orçamento Geral, ECA/FMDCA e PMS, com possibilidade de aplicação de filtros como: Versão de Origem, Despesa, Função, Subfunção, Fonte de Recurso, Órgão, Unidade, permitindo a consolidação total ou parcial das entidades.		
2.2.86.	Permitir a emissão de relatório de conferência das receitas previstas na LOA, com possibilidade de aplicação de filtros por Natureza da Receita e Versão de Origem dos dados, com detalhamento de deduções e consolidação total ou parcial de entidades.		
2.2.87.	Emitir relatório comparativo entre as peças de planejamento PPA, LDO e LOA, com possibilidade de definição das versões a serem comparadas, com aplicação de filtro de programa e ação, com consolidação total ou parcial das entidades.		
2.2.88.	Possibilitar a emissão dos demonstrativos previstos na Lei nº 4.320/64 e anexos conferência da LOA:		
a)	Sumário Geral da Receita e Despesa		
b)	Receita e Despesa por Categoria Econômica		
c)	Receita por Fonte e Responsável Legislação		
d)	Anexo II - Receita		
e)	Anexo II - Despesa		



f)	Quadro das Dotações por Órgão de Governo		
g)	Anexo VI - Programa de Trabalho		
h)	Anexo VII - Programa de Trabalho de Governo		
i)	Anexo VIII - Despesa Conforme Vínculo Recursos		
j)	Anexo IX		
k)	Programação Financeira		
l)	Cronograma de Desembolso		
m)	Demonstrativo da Despesa com Pessoal		
n)	Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção de Desenvolvimento do Ensino;		
o)	Demonstrativo das Receitas de impostos e Despesas Próprias com Saúde;		
2.2.89.	Disponibilizar consulta das Fixações de Despesa do PPA, com a possibilidade de consolidação parcial ou total, permitindo a aplicação dos filtros mínimos: Código do Programa, Descrição do Programa, Função, Subfunção, Código do Projeto / Atividade, Descrição do Projeto / Atividade, Natureza de Despesa TCE, Fonte de Recurso, Órgão e Unidade Orçamentária, permitir a visualização em formato gráfico dos valores projetados em cada detalhamento da despesa (Ação, Projeto / Atividade, Despesa, Fontes de Recurso), possibilitar a impressão da consulta realizada.		
2.2.90.	Possibilitar a realização de consultas da Estimativa de Receitas do PPA, com a possibilidade de consolidação parcial ou total, permitindo a aplicação dos filtros mínimos: Natureza da Receita TCE, Descrição da Receita, Fonte de Recurso, Tipo de Operação da Receita, conter totalização em cada nível da natureza da receita, conforme plano de contas da receita disponibilizado pelo Tribunal de Contas do Estado, permitir a visualização em formato gráfico dos valores projetados em cada origem de recurso, possibilitar a impressão da consulta realizada.		
2.2.91.	Disponibilizar consulta dos valores fixados para os Programas e Ações do PMS, com a possibilidade de consolidação parcial ou total, permitindo a aplicação dos filtros mínimos: Código do Programa, Descrição do Programa, Função, Subfunção, Fonte de Recurso, Órgão e Unidade Orçamentária, permitir a visualização em formato gráfico dos valores fixados, possibilitar a impressão da consulta realizada.		
2.2.92.	Disponibilizar consulta dos valores fixados para os Programas e Ações do ECA/FMDCA, com a possibilidade de consolidação parcial ou total, permitindo a aplicação dos filtros mínimos: Código do Programa, Descrição do Programa, Função, Subfunção, Fonte de Recurso, Órgão e Unidade Orçamentária, permitir a visualização em formato gráfico dos valores fixados, possibilitar a impressão da consulta realizada.		
2.2.93.	Disponibilizar consulta dos valores fixados para os Programas e Ações da LDO, com a possibilidade de consolidação parcial ou total, permitindo a aplicação dos filtros mínimos: Código do Programa, Descrição do Programa, Função, Subfunção, Fonte de Recurso, Órgão e Unidade Orçamentária, permitir a		



	visualização em formato gráfico dos valores fixados, possibilitar a impressão da consulta realizada.		
2.2.94.	Permitir a consulta da Estimativa de Receitas para a LDO vigente, com a possibilidade de consolidação parcial ou total, permitindo a aplicação dos filtros mínimos: Natureza da Receita TCE, Descrição da Receita, Fonte de Recurso, Tipo de Operação da Receita, conter totalização em cada nível da natureza da receita, conforme plano de contas da receita disponibilizado pelo Tribunal de Contas do Estados, permitir a visualização em formato gráfico dos valores projetados em cada origem de recurso, possibilitar a impressão da consulta realizada.		
2.2.95.	Permitir a realização de consulta das dotações fixadas na LOA, com a possibilidade de consolidação parcial ou total, com a disponibilização de filtros mínimos: Código do Programa, Descrição do Programa, Função, Subfunção, Código do Projeto / Atividade, Descrição do Projeto / Atividade, Natureza de Despesa TCE, Fonte de Recurso, Órgão e Unidade Orçamentária, permitir a visualização em formato gráfico dos valores projetados em cada destinação de recurso, possibilitar a impressão da consulta realizada.		
2.2.96.	Permitir a realização de consulta das receitas previstas na LOA, com a possibilidade de consolidação parcial ou total, com a disponibilização de filtros mínimos: Natureza da Receita TCE, Descrição da Receita, Nível com base na Natureza da Receita, Fonte de Recurso e Tipo de Operação, conter totalização em cada nível da natureza da receita, conforme plano de contas da receita disponibilizado pelo Tribunal de Contas do Estados, permitir a visualização em formato gráfico dos valores projetados em cada origem de recurso, possibilitar a impressão da consulta realizada.		
2.2.97.	Disponer de Consulta de saldo das Fontes de Recurso, em cada um dos escopos do planejamento orçamentário (PPA, LDO e LOA), com a possibilidade de consolidação parcial das entidades e aplicação de filtros por código e descrição da fonte de recurso, permitindo agrupamento pela origem de recurso, consulta somente das fontes com ou sem diferença de saldo, com função para demonstração das receitas e despesas que compõe cada uma das fontes.		
2.2.98.	Possibilitar a impressão de relatório comparativo entre receita e despesa por fonte de recurso, com demonstração de saldo apurado.		
2.2.99.	Disponibilizar consulta das ações não correlacionadas entre os escopos PMS, ECA, PPA e LDO, com possibilidade de apuração dos dados à serem enviados na remessa dos arquivos para o Tribunal de Contas do Estado (TCE).		
2.2.100.	Possuir consulta do cadastro de Ações do ente, com possibilidade de consolidação total ou parcial das entidades, permitir a aplicação de filtros como: Escopo (PPA, PMS, ECA e LDO), Código da Ação e Descrição da Ação, deverá ser possível a visualização de todas as informações cadastrais de cada uma das ações, conforme dados necessários para envio da prestação de contas ao Tribunal de Contas Estadual (TCE).		
2.3.	Sistema de Gestão Financeira e Tesouraria Municipal.		



2.3.1.	Permitir gerar a ordem de pagamento ao finalizar a liquidação, com informações do tipo de documento, dados do processo licitatório, datas da ordem e de vencimento e informações bancárias do credor e para pagamento.		
2.3.2.	Possibilitar a digitação do código de barras para pagamento de boletos via remessa bancária.		
2.3.3.	Possibilitar a realização de pagamento em lote, onde deverá ser possível agrupamento de despesas orçamentárias e extra orçamentárias, para um único movimento de conta bancária.		
2.3.4.	Dispor por meio de parametrização, rotina que possibilite a identificação das retenções que originam os pagamentos extras emitidos pela entidade.		
2.3.5.	Possibilitar a geração de arquivo de remessa bancária a partir de pagamentos realizados, com possibilidade de importação do arquivo bancário de retorno e atualização do status dos registros do sistema, permitindo a identificação da situação do pagamento: Efetuado e/ou Cancelado.		
2.3.2.	Disponibilizar funções rápidas na Central de Pagamento que permitam ao usuário realizar a Anulação da Central, Impressão da Ordem de Pagamento, Impressão da Guia de Pagamento, Impressão de Nota Extra.		
2.3.7.	Dispor de parametrização que possibilite o bloqueio de pagamento de despesa orçamentária e extra orçamentária com fontes diferentes do cadastro da conta bancária.		
2.3.8.	Permitir estorno total ou parcial de item de pagamento orçamentário/extra orçamentário.		
2.3.9.	Permitir a abertura de conciliação por período inicial e final de uma determinada conta. Agrupamento/Ordenação para facilitar o processo de conciliação.		
2.3.10.	Permitir conciliação total ou parcial dos itens da conciliação, com possibilidade de inserção de lançamentos manuais, a fim de possibilitar a identificação de lançamentos pendentes no banco ou no módulo de contabilidade.		
2.3.11.	Dispor de funcionalidade para o lançamento de Interferências Financeiras, centralizando em uma única rotina, os ingressos e egressos, com a informação da conta bancária, Entidade de Origem / Destino, Conta Extra de Interferência, Valor do Repasse e Histórico do Lançamento.		
2.3.12.	Possibilitar o cancelamento de interferência financeiras realizadas de forma errônea, permitindo o lançamento de correção do registro.		
2.3.13.	Permitir a realização de movimentação entre contas bancárias, com identificação do tipo de transferência (Transferência Entre Contas, Aplicação de Recursos, Resgate de Aplicações), informação das contas bancárias de origem e destino, com possibilidade de informação do número e data do documento bancário.		
2.3.14.	Possibilitar o cancelamento de movimento entre contas bancárias realizados de forma errônea, permitindo o lançamento de correção do registro.		
2.4.	Sistema de Prestação de Contas Municipais (SIM-AM).		



2.4.1.	Permitir a exportação dos arquivos pertinentes à Contabilidade conforme lei vigente do Sistema de Informações Municipais - Acompanhamento Mensal (SIM-AM) para prestação de contas ao TCE/PR para os módulos:		
a)	Tabelas Cadastrais;		
b)	Planejamento e Orçamento;		
c)	Contábil; e		
d)	Tesouraria.		
2.4.2.	Permitir que após arquivos gerados seja consultado o histórico da geração, com possibilidade de download individual ou total dos arquivos que foram gerados para determinado período.		
2.4.3.	Possibilitar a geração do código sequencial dos registros de execução e dos grupos contábeis para envio dos arquivos de prestação de contas ao Tribunal de Contas do Estado (TCE).		
2.5.	Sistema de Gestão de Custos;		
2.5.1.	Permitir a realização do cadastro de Alocadores de Custos com possibilidade de definição do tipo de apropriação, sendo estes rateio manual ou automatizado, com revisonamento, possibilitando medições de custos conforme as diversas mudanças de estrutura organizacional e/ou conceitos de apuração, visando atendimento à NBCT 12.11.		
2.5.2.	Permitir o cadastro de Centros de Custos conforme a estrutura organizacional da entidade contratante.		
2.5.3.	Permitir o cadastro de dashboards personalizados com base nas consultas e apurações criadas pelo usuário.		
2.5.4.	Permitir o cadastro dos divisores a serem utilizados para apuração dos custos da entidade.		
2.5.5.	Permitir o cadastro de Objetos de Custos, sejam eles por ordem ou contínuos e com possibilidade de vinculação aos respectivos de Centros de Custos de apuração.		
2.5.2.	Permitir o cadastro de unidades de medidas, contendo no mínimo as unidades predefinidas pelo TCE.		
2.5.7.	Permitir a emissão de relatórios cadastrais, contendo a aplicação de filtros por código e descrição com base em cada cadastro.		
2.5.8.	Permitir a realização da distribuição dos valores de custos de forma manual, com base em conjunto de valores lançados para um determinado Alocador de Custos, conforme um período predefinido, criando dessa forma uma data base para alocação do custo rateado, com possibilidade de carregamento automático dos Centros de Custos vinculados ao alocador ou alimentação unitária.		
2.5.9.	Permitir a criação de apurações de custos, com a possibilidade de definição dos critérios de apuração, bem como aplicação de filtros e descrições livres e, exportação dos dados em diversos formatos, como: PDF; JPEG; PNG e SVG.		
2.5.10.	Disponibilizar consulta de gastos por Centro de Custos e/ou Objeto de Custos, com aplicação de filtro por período.		



2.5.11.	Disponibilizar consulta de gastos por Alocador de forma resumida ou com lançamento detalhado pela origem do fato gerador, com aplicação de filtro por período.		
2.5.12.	Disponibilizar consulta de registros de integração, contendo listagem de cada um dos lançamentos inseridos no módulo, com base em suas integrações, como também a possibilidade de lançamento manual no caso da apuração de custos alheios aos módulos integrados.		
2.5.13.	Possuir integração automatizada com os módulos de Contabilidade, Recursos Humanos, Frotas, Almoxarifado e Patrimônio, que permita a capitação dos valores na liquidação dos empenhos, fechamento de folha, consumos de combustíveis e saída de produtos do almoxarifado e depreciação de bens móveis e imóveis.		
2.5.14.	Permitir a importação de arquivo CSV para alimentação dos lançamentos a serem utilizados nas funcionalidades diversas de apuração de custos.		
2.5.15.	Permitir o envio simultâneo dos cadastros de apropriação de custos aos módulos integrantes, para fim de atualização de dados cadastrais, como também alimentação de novas integrações no decorrer da movimentação do exercício.		
2.6.	Sistema de Gestão e controle dos Repasse e Subvenções Sociais		
2.6.1.	Permitir o cadastro de Convênios e Subvenções de forma integrada com os demais módulos, evitando assim a duplicidade de registros, contendo as informações necessárias para as realizações de prestações de contas diversas e controle dos atos, como: número do convênio / subvenção; ano; data de celebração; vigência; número do documento de publicação; ano da publicação; órgão de publicação; data de publicação; ente repassador / destinatário; número do termo do convênio; esfera de Governo; unidade de apuração dos custos; valor do convênio; valor de contrapartida; meta física a ser alcançada e descrição do objetivo. Possibilitando a realização do controle da situação do convênio como também dos aditivos criados durante a execução do mesmo		
2.6.2.	Permitir o cadastro de usuários e a vinculação entes conveniados para possibilitar a realização de prestação e contas externa.		
2.6.3.	Permitir o lançamento de prestação de contas com a possibilidade de anexar os documentos diversos constante na execução dos atos, limitando o acesso aos convênios / subvenções conforme ente conveniado vinculado ao cadastro do usuário.		
2.7	Sistema de Gestão e Controle de Compras, Licitações e Contratos		
2.7.1.	Permitir o cadastro de comissões, informando o ato que a designou, datas de designação e expiração, com membros e funções designadas, com relacionamento com a atoteca referente à comissão.		
2.7.2.	Possuir acesso direto ao cadastro único de Pessoas, devidamente compartilhado com todos os módulos, permitindo o cadastro de novas pessoas, bem como edição de informações, inclusão de documentos, quadro de sócios, contatos, ocorrências;		



2.7.3.	Possuir rotina que não permita a vinculação de fornecedores em rotinas do sistema, quando estes possuírem ocorrências com natureza restritiva, como por exemplo sanções impeditivas, validando conforme a data de cada lançamento em verificação com a data limite da restrição atribuída, validando no mínimo nas rotinas de Contrato, Homologação, Solicitações ou Ordens de Compra e Aditivos;		
2.7.4.	Possuir acesso direto ao cadastro único de materiais, devidamente compartilhado com todos os módulos, permitindo que a codificação adotada seja por código sequencial;		
2.7.5.	Possuir acesso direto ao cadastro único de atos, devidamente compartilhado com todos os módulos, permitindo que novos atos sejam criados diretamente pelo acesso ao módulo de Compras;		
2.7.2.	Possuir cadastros detalhados para as naturezas de procedimento que serão utilizadas nos processos, relacionando as modalidades existentes, propiciando detalhes e controles específicos por entidade, sem qualquer problema junto às prestações de contas, sendo um facilitador de controle para as entidades;		
2.7.7.	Possuir cadastro de tipos de documentos ou certidões que serão utilizadas de forma compartilhada por todos os módulos, possibilitando que sejam definidas por tipo de documento a forma de controle que deseja efetuar em cada rotina desejada, com opções de restrição como bloqueio e aviso, permitindo o controle de cada etapa, quanto as documentações dos fornecedores quanto às validades;		
2.7.8.	Possuir cadastros dos tipos de Contratos e Atas para padronização exclusiva de cada entidade, para melhor controle e agrupamento de informações conforme necessidade exclusiva;		
2.7.9.	Possuir possibilidade da definição de pedido padrão de compras ou lista, para cada especificidade, permitindo a utilização pelos usuários das secretarias descentralizadas de forma a padronizar os pedidos para determinados tipos de aquisição conjuntas;		
2.7.10.	Controlar solicitações de compra, não permitindo que usuários de outros centros de custo acessem ou cadastrem solicitações não pertencentes ao seu centro de custo;		
2.7.11.	Possuir integração com módulo contábil, possibilitando os seguintes processos:		
a)	Geração de reservas a partir de qualquer dotação vinculada aos processos licitatórios;		
b)	Geração de reserva a partir de qualquer solicitação de execução de compra ou despesa gerada;		
2.7.12.	Geração completa de solicitação para compra, controlando os saldos de licitações e contratos, para posterior empenho no módulo contábil;		
2.7.13.	Busca do saldo completo da despesa utilizada na montagem da solicitação de compras, não permitindo que sejam geradas solicitações com valores acima do saldo de cada dotação e despesa;		
2.7.14.	Para cálculo dos saldos de licitações e contratos, nos casos de existência de anulações ou cancelamentos de empenhos, buscar diretamente no módulo contábil os totais anulados para recálculo dos saldos;		



2.7.15.	Permitir o registro e controle das cotações para balizamento, tanto para processos licitatórios como para compras diretas, possuindo critérios de análise por valor menor, médio e mediano.		
2.7.12.	Possuir análise de cotação em critério de variância, com análise por valor médio ou mediano por item, conforme melhor adequação ao índice de variância.		
2.7.17.	Possuir rotina para que as cotações sejam preenchidas pelos próprios fornecedores, através de acesso direto a formulário contendo os detalhes da cotação, para simples preenchimento dos dados e exportação de arquivo contendo todos os dados para posterior importação nas cotações, de modo a otimizar os lançamentos;		
2.7.18.	Deverá possibilitar o registro dos processos licitatórios desde a preparação até seu julgamento, registrando as etapas desde a publicação até contratos e aditivos, controlando as etapas a partir do Processo Administrativo de origem;		
2.7.19.	Deverá possuir relacionamento entre as dependências do Processo diretamente pela tela de Processo Administrativo de origem, propiciando acessar de maneira rápida as rotinas utilizadas como base para a sua montagem, como por exemplo Cotações e também as rotinas originadas dele, evitando utilização de pesquisas extras, propiciando assim melhor agilidade no uso do sistema aos usuários;		
2.7.20.	Permitir montar os itens dos processos com separação por lotes;		
2.7.21.	Possuir rotina para o controle de saldos, que permita que no mesmo processo licitatório tenhamos itens com controle por quantidade e itens com controle por valor, disponibilizando assim maior aderência a processos que por exemplo adquiram materiais com quantitativos e também tenham serviços contratados;		
2.7.22.	Permitir agrupamento de vários pedidos de compras dos diversos setores para um novo processo licitatório e processo administrativo;		
2.7.23.	Permitir a execução automatizada de processos referentes a Dispensas e Inexigibilidades evitando os julgamentos manuais, quando o processo possuir apenas um fornecedor;		
2.7.24.	Permitir o registro de ocorrências, impugnações, recursos referentes aos processos, com possibilidade da identificação de argumentações e julgamentos, devendo também incluir a cada recurso a pessoa impetrada e registrar as contrarrazões específico de cada uma, inclusive com a inclusão de documentos digitalizados;		
2.7.25.	Possibilitar emissão da autorização de compra ou ordem de fornecimento controlando os saldos dos processos licitatórios e atos contratuais;		
2.7.26.	Possuir rotina na emissão das autorizações de compra, para vinculação de itens extras em processos licitatórios julgados sobre desconto em tabela, ou seja, que possuem itens genéricos. Dessa maneira, controlando o item base do processo, deve ser possível incluir os itens detalhados que compõem aquele lançamento;		
2.7.27.	Possuir consultas simples para demonstração dos saldos individuais por item em cada processo licitatório;		



2.7.28.	Permitir a emissão dos mais diversos documentos necessários e legais inerentes aos processos licitatórios e contratos, como Editais, Avisos, Contratos e Termos Aditivos, utilizando campos de mesclagem para tal, possuindo a utilização de editor de texto próprio no sistema, com características básicas de formatação como negrito e itálico, de posicionamento como centralização, alinhamentos e inclusão de tabelas;		
2.7.29.	Deverá possuir rotina para registro dos mais diversos modelos de documentos diretamente no sistema, sendo registrados para utilização nas rotinas conforme seu tipo. Exemplo de modelo de Contrato, somente sendo utilizado na rotina de contratos e Licitação somente sendo utilizado na rotina de licitação e assim por diante, de modo a permitir o controle e validações próprios de cada rotina, facilitando a usabilidade e otimizando as operações;		
2.7.30.	Controlar quantidades requisitadas parcialmente para o fornecedor, possibilitando a consulta dos saldos por cada item contido nos processos licitatórios, utilizando data base desejada pelo usuário, para verificar o saldo em determinado período conforme necessidade.		
2.7.31.	Permitir alteração da data de emissão das autorizações de fornecimento;		
2.7.32.	Possuir rotina para desmembrar itens que possuam natureza quantitativa e divisível que ultrapassem o valor total de R\$ 80.000,00, para divisão de cota específica para participação de microempresas ou empresas de pequeno porte e cota para ampla concorrência de acordo com critérios da lei complementar 147/2014.		
2.7.33.	Possuir rotina para importação das propostas para o processo licitatório de modo a agilizar os procedimentos administrativos de classificação e julgamento, devendo ser possível a importação de arquivos digitais entregues pelos licitantes no dia da abertura do certame. No caso de arquivo digital para importação, este deve ter sido preenchido em acesso direto ao software, para preenchimento dos dados a partir de formulário contendo todos os dados específicos para o processo;		
2.7.34.	Possuir rotina para classificação das propostas do pregão presencial conforme critérios de classificação determinados pela legislação (Lei 10.520/2002) e legislação complementar de maneira completa;		
2.7.35.	Permitir realização de lances para a modalidade pregão presencial com opção de desistência e rotina de reabertura de itens e/ou lotes para nova etapa de lances.		
2.7.36.	Possibilitar utilização de critérios de julgamento e empates técnicos das propostas em relação à microempresa e empresa de pequeno porte, de acordo com lei complementar 123/2006.		
2.7.37.	Possuir rotina para execução da disputa ocorrida em qualquer modalidade prevista na legislação, para identificação dos vencedores, considerando todos os critérios de empate previstos na legislação;		
2.7.38.	Possuir rotina para registro da disputa da modalidade Leilão, com lances sequenciais e sucessivos, com otimização que permita que pessoas não incluídas como participantes do processo possam efetuar os seus lances na ordem desejada, bem como criação automática de pessoas quando ofertado		



	lance por pessoa física ou jurídica ainda não existente na base de dados da entidade, otimizando a sessão e evitando a necessidade de diversos cadastros manuais;		
2.7.39.	Possibilitar utilização de critérios de julgamento das propostas em relação à microempresa e empresa de pequeno porte, de acordo com lei complementar 147/2014, quanto à possibilidade de que uma microempresa ou empresa de pequeno porte que seja local ou regional arremate o item com valor até 10% acima do melhor preço válido.		
2.7.40.	Possuir rotina para registro dos valores ajustados pelo fornecedor, no caso de processos com julgamento por lote;		
2.7.41.	Registrar os contratos e atas de registro de preços, mantendo histórico e controle de todas as alterações efetuadas através dos termos aditivos, como reajuste, atualização monetária, aumento ou redução de vigência, rescisões e cessões contratuais;		
2.7.42.	Possibilitar a inclusão de assinantes referentes a cada aditivo para utilização dos dados para geração de modelo de impressão;		
2.7.43.	Possuir rotina para que na existência de aditivos de cessão contratual, na elaboração de novas execuções do contrato, seja possível ao usuário selecionar qual a pessoa contratada ficará designada na ordem, inclusive com tal informação sendo atribuída posteriormente no empenhamento, devendo possuir a seleção entre a contratada inicial e todas aquelas que receberam a cessão;		
2.7.44.	Permitir a inclusão de informações quanto a suspensão dos instrumentos contratuais com data limite.		
2.7.45.	Controlar os saldos dos contratos e atas, não permitindo a geração de despesas com valor excedente ao valor total considerando os atos e aditivos. Deve ser possível a consulta do saldo considerando a data base desejada pelo usuário, para verificar o saldo em determinado período conforme necessidade.		
2.7.46.	Possuir rotina para alteração de vencedores nos processos licitatórios, mesmo em situações em que o fornecedor já realizou parte do fornecimento dos itens, possibilitando a alteração de vencedor assumindo o saldo restante para cada item ou lote.		
2.7.47.	Possuir acesso rápido a agenda de licitações considerando os processos que terão abertura posterior a data atual da consulta;		
2.7.48.	Possuir acesso rápido a demonstração dinâmica dos contratos a vencer, possibilitando a definição dos dias à vencer a cada consulta pelo usuário, bem como acesso diretamente aos atos contratuais, oferecendo dinamismo a utilização da ferramenta;		
2.7.49.	Possuir rotina para geração automática dos Contratos e Atas de Registro de Preços, quando deve ser possível a partir do primeiro ato registrado, que sejam gerados os demais, nos casos da existência de diversos vencedores para o processo, otimizando os lançamentos com os dados comuns;		
2.7.50.	Possuir indicativos rápidos de contratos a vencer e vencidos, facilitando a utilização das consultas pelos usuários, com possibilidade de direcionamento aos registros diretamente a partir destes;		



2.7.51.	Possuir identificação visual de fácil compreensão nos dados gerais dos contratos para identificação quanto a vigência ativa ou encerrada para os instrumentos contratuais;		
2.7.52.	Possibilitar a identificação em cada processo quanto a sua aplicação sendo com referência a nova lei de Licitações 14133/2021;		
2.7.53.	Possuir rotina para inclusão de arquivos digitalizados referentes as variadas etapas dos processos licitatórios e contratos, permitindo a visualização destes arquivos automaticamente no módulo de Portal da Transparência.		
2.7.54.	Permitir geração de arquivos para Tribunal de Contas;		
2.8.	Sistema de Gestão de Controle de Almoxarifado e Estoques.		
2.8.1.	Possuir cadastro de materiais para informar no mínimo:		
a)	Tipo (cadastro personalizado);		
b)	Classificação;		
c)	Descrição sucinta;		
d)	Especificação detalhada sem limite de caracteres;		
e)	Dados de Distribuição;		
f)	Material de distribuição		
g)	Unidade de distribuição		
h)	Fator de caixa mãe		
i)	Dados de Armazenamento;		
j)	Lastro		
k)	Camada		
l)	Máximo em Picking		
m)	Mínimo em Picking		
n)	Máximo em Pulmão		
o)	Códigos de Barras, sem limitação da quantidade de registros, possuindo o fator vinculado		
p)	Controle de Vencimento		
q)	Materiais relacionados em romaneio		
r)	Materiais relacionados à produção, possibilitando incluir o quantitativo em percentual que cada material relacionado compõe o material principal de produção		
s)	Vinculação de arquivos digitalizados ao cadastro de itens ou produtos, sem limite na quantidade de vínculos;		



2.8.2.	Permitir o cadastramento e marcas e relacionamento destas aos produtos ou itens, permitindo assim a identificação de marcas pré-aprovadas;		
2.8.3.	Permitir gerenciamento integrado dos estoques de materiais existentes nos diversos almoxarifados, com controles e métodos distintos de distribuição, possibilitando por exemplo que determinado centro estocador somente permita saídas de estoque via requisições e outro possibilitando saídas diretas;		
2.8.4	Possibilitar restrição de acesso dos usuários aos Almoxarifados;		
2.8.5	Possibilitar que os níveis de classificação de materiais e localização de armazenamento sejam definidos conforme necessidades da entidade.		
2.8.2.	Possuir cadastro de classificações para os materiais que no cadastro de classificações sejam vinculados no mínimo os seguintes dados:		
a)	Descrição		
b)	Dados de Despesa		
c)	Conta Contábil principal		
d)	Contas Contábeis de exceção		
2.8.7.	Possuir cadastro para parametrização das naturezas de despesas que serão admitidas para movimentações de entradas no estoque, aplicadas quando a movimentação for realizada com vínculo de empenho, propiciando assim autonomia para a entidade em realizar controles específicos em situações de exceção conforme necessidade;		
2.8.8.	Utilizar centros de custo (setores) na distribuição dos materiais, possuindo possibilidade de utilização de nível inferior de detalhamento nestes.		
2.8.9.	Possibilitar integração com o módulo de Contabilidade para geração das entradas inserindo os itens constantes dos empenhos, com controle das quantidades.		
2.8.10.	Possibilitar o controle de toda movimentação de entradas, saídas, devoluções, controles de prazos de validade e transferência de materiais no estoque, tanto na parte virtual do sistema quanto o controle físico por mapeamento devendo realizar a atualização do estoque de acordo com cada movimentação realizada;		
2.8.11.	Na movimentação de entrada do estoque deverá possuir rotina para gerar os lotes referentes aos materiais que possuam controle de validade, com vinculação obrigatória de dados de fabricante, quantidade e data de validade, possibilitando para o mesmo material a criação de diversos lotes com datas de validade distintas;		
2.8.12.	Na movimentação de entrada deverá possuir rotina para possibilitar que a efetiva movimentação no Almoxarifado seja com item distinto ao item originado do empenho utilizado, inclusive no caso de fracionamento de unidades, mantendo o controle do quanto já foi entregue para cada material do empenho;		
2.8.13.	Na movimentação de entrada deverá possuir rotina para realizar a substituição do material originado do empenho para materiais de romaneio, devendo permitir que um material seja substituído por diversos outros materiais de romaneio vinculados, com quantitativos distintos, mantendo o controle do quanto já foi		



	entregue para cada material do empenho, com o intuito de facilitar os controles e posterior distribuição dos materiais pelo almoxarife;		
2.8.14.	Possuir rotina para registro das movimentações de consumo imediato, que geram a entrada e saída, para registro contábil posterior e rastreio das movimentações por conta, não necessitando da elaboração de lançamentos manuais de saída;		
2.8.15.	Possuir rotina na conclusão da Entrada do Almoxarifado quando utilizado empenho, gerar registro de Em Liquidação no módulo contábil, enviando dados de itens, nota fiscal e responsável, otimizando o processo de liquidação de despesa;		
2.8.12.	Possuir rotina para criar bloqueios cujos empenhos indicados sejam previamente identificados com alguma restrição, evitando movimentos vinculados nestes empenhos;		
2.8.17.	Possuir rotina de controle de entrada de itens de produção com o desmembramento quantitativo automático, conforme a parametrização da composição do item, como por exemplo asfalto, que é composto de areia, brita, dentre outros materiais. Deve também gerar movimentos de entrada e saída automáticos conforme os itens agregados;		
2.8.18.	Possuir rotina para que a requisição de materiais seja realizada via sistema, com validação das permissões de acesso dos usuários requisitantes aos centros de custos aos quais tem acesso.		
2.8.19.	Possuir rotina de moderação na Requisição ao Estoque, para que usuários com permissão avançada autorizem as solicitações para então serem analisadas e atendidas pelo Almoxarifado, devendo existir indicativo visual rápido para a visualização das requisições que estão aguardando aprovação;		
2.8.20.	Possuir rotina para visualização das requisições aprovadas de forma simples e direta para o almoxarife;		
2.8.21.	Realizar o cálculo automático do preço médio dos materiais.		
2.8.22.	Gerenciar a necessidade de reposição de materiais de acordo com os parâmetros de ponto de pedido e consumo médio, devendo ter a possibilidade de configuração dos períodos diretamente pelo usuário conforme sua necessidade.		
2.8.23.	Possuir indicativo simples para identificação da existência de itens em ponto de pedido, para auxiliar o almoxarife nos controles e principalmente evitar o desabastecimento conforme parâmetros definidos por item;		
2.8.24.	Possibilitar a geração de saídas de estoque com utilização ou não de requisição. No caso da utilização com requisição, possuir rotina que a partir da requisição seja possível a geração da saída de forma direta, permitindo na execução a complementação de dados na saída até a conclusão do movimento;		
2.8.25.	Possuir bloqueio em todas as movimentações em que não sejam permitidas as alterações em dados críticos, como quantitativos, valores, sem que seja executada função de estorno na movimentação, não permitindo que o estorno seja realizado caso tal ação comprometa a integridade do estoque e movimentações subsequentes;		



2.8.26.	Possibilitar emissão de relatório da ficha de controle de estoque, mostrando as movimentações por material e período com saldo anterior ao período (analítico).		
2.8.27.	Possibilitar emissão de balancete do estoque mostrando os movimentos de entradas, saídas e saldo atual por período.		
2.8.28.	Possibilitar emissão de posição de estoque considerando a data desejada como base, devendo possibilitar a geração no mínimo considerando agrupamentos de dados por classificação e conta contábil. No caso de conta contábil, considerar as contas contábeis principais e de exceção para geração das informações, considerando o centro estocador referente a emissão;		
2.8.29.	Possuir emissão de posição de resumo financeiro por almoxarifado, demonstrando no mínimo, saldo anterior, total de entradas, total de saídas e o saldo financeiro ao final de cada mês;		
2.8.30.	Possibilitar emissão de relatórios de controle de validade de lotes de materiais.		
2.8.31.	Possibilitar rotina para demonstração da classificação ABC dos produtos com agrupamentos por centro de custo ou classificação e definição dos percentuais de cada classe diretamente pelo usuário, com exibição simples e gráfica, considerando as movimentações de saída de estoque;		
2.8.32.	Registrar abertura e o fechamento de exercícios/meses, bloqueando as movimentações nos períodos fechados.		
2.8.33.	Possuir rotina para remanejamento de lotes e cadastro de lotes de materiais que já estejam no estoque para controle dos vencimentos dos produtos.		
2.8.34.	Possuir rotina para definição de cotas de consumo dos materiais para os setores.		
2.8.35.	Possuir rotina para geração de fracionamento de itens já existentes no estoque com relação a unidade de compra e unidade de distribuição.		
2.8.36.	Possuir rotina para Cadastro para agendamentos de entregas, com visualização de status das entregas pendentes, efetuadas, atrasadas e canceladas, com status atualizado automaticamente conforme entradas de estoque efetuadas;		
2.8.37.	Possuir indicativo visual prático para identificação do status e próximas entregas, facilitando o controle pelos usuários, com acesso a cada agendamento a partir da visualização disponível;		
2.8.38.	Possuir rotina de inventário por centros de custo, bloqueando as operações para o centro de custo enquanto o inventário não estiver finalizado, além de na finalização do inventário gerar automaticamente entradas e saídas dos itens após conferência física.		
2.8.39.	Possuir rotina de integração em tempo real com o módulo contábil, para envio dos dados dos valores por movimentação para que sejam contabilizados na Contabilidade, referentes às entradas e saídas de estoque. Neste aspecto somente devem ter os dados enviados para tipos de movimentação que gerem contabilização, devendo existir forma de parametrização para tal operação;		
2.8.40.	Possuir rotinas para gerenciamento de armazenamento com operações de logística com as seguintes características básicas:		
a)	Permitir que a definição dos níveis de localização física seja definida de acordo com as necessidades da entidade.		



b)	Permitir o cadastramento dos endereços físicos de picking e pulmão para os materiais;		
c)	Possibilitar o acompanhamento do status das movimentações geradas;		
d)	Consultar a localização física do material dentro do almoxarifado;		
e)	Possibilitar que sejam cadastradas exceções ou restrições de armazenamento, para evitar que materiais sejam armazenados próximos quando não podem devido a características das classificações dos materiais;		
f)	Permitir controle separado entre centros de custo que utilizam ou não armazenagem;		
g)	Possibilitar o bloqueio de endereços;		
2.8.41.	Possuir rotinas automatizadas que realizem os lançamentos da distribuição física necessária para o armazenamento e retirada de materiais, contendo no mínimo:		
a)	Possuir rotina que nas entradas já realize a distribuição física dos materiais, gerando mapa de armazenagem, de acordo com parametrização dos itens e locais físicos, considerando as restrições de armazenamento existentes no sistema;		
b)	Possuir seleção automática de pulmão no armazenamento e indicando as demais localizações físicas para armazenamento de acordo com endereços vagos mais próximos;		
c)	Possuir rotina que nas saídas o sistema indique os locais para retirada dos materiais considerando os endereços físicos mais próximos, com exceção de itens com validade, quando os endereços selecionados serão aqueles de validade menor, independentemente da localização física, visando evitar desperdícios e perdas de materiais;		
d)	Possibilitar transferência virtual entre centros de custos que geram armazenagem gerando mapa de transferência para movimentações físicas, sendo armazenagem quando um centro que não controla armazenagem transfere para um que controle armazenagem e separação quando um centro de controle armazenagem transfere para um que não controle armazenagem;		
e)	Possuir rotina que na devolução de materiais, também seja gerado mapeamento de armazenagem para acondicionamento dos materiais devolvidos nos endereços físicos conforme endereços disponíveis para o material e na ausência destes, considerando os endereços físicos mais próximos;		
f)	Possibilitar o abastecimento de picking manual, através de transferências entre locais;		
g)	Possuir rotina para identificação de inconsistências de armazenagem de forma visual, principalmente para inconsistências relativas a abastecimento de endereços e através desta possibilitar a geração do abastecimento físico de cada material automaticamente, conforme disponibilidade física para tal;		
h)	Possuir visualização rápida em cada movimentação de estoque dos mapeamentos físicos gerados a partir da execução de entradas, saídas, transferências e devoluções, por movimento, funcionando como uma ficha de operações para execução;		



i)	Possuir tela gerenciadora para que seja possível identificar todos os locais físicos disponíveis, com filtros para identificação dos locais disponíveis, bloqueados e com itens, devendo possibilitar ações rápidas como bloqueios e transferências entre locais;		
2.8.42.	Possuir em complemento com as operações de armazenamento, diretamente a cada rotina executada, de rotinas que possibilitem que operadores realizem movimentações físicas sem necessidade de impressão de mapas de armazenamento, retirada e separação, contendo no mínimo etapas de conferência para:		
a)	Conferência de Guia Cega para efetivação ou não da rotina de entradas no estoque;		
b)	Conferência e execução das movimentações de armazenagem com opção para aceite da operação, para evitar a possibilidade de diversos operadores trabalharem na mesma tarefa;		
c)	Conferência e execução das movimentações de transferências físicas com opção para aceite da operação, para evitar a possibilidade de diversos operadores trabalharem na mesma tarefa;		
d)	Conferência e execução das movimentações de separação de materiais, com opção para aceite da operação, para evitar a possibilidade de diversos operadores trabalharem na mesma tarefa;		
2.9.	Sistema de Gestão e Controle da Frota Municipal.		
2.9.1.	Permitir a complementação e manutenção de dados dos veículos, possibilitando inclusive a troca de medidores quando necessário. O Frotas deve ser totalmente integrado ao módulo Patrimonial, não sendo permitido o cadastro de novos bens no Frotas, que deve consumir os dados equivalentes do Patrimônio;		
2.9.2.	Permitir o cadastramento de rotas de destino e destinos, para possibilitar "viagens casadas", quando utilizadas rotinas de agendamento de veículos;		
2.9.3.	Possibilitar o registro dos motoristas, incluindo dados das carteiras de habilitação e também o vencimento destas, possibilitando ainda a emissão de relatório de motoristas de acordo com vencimento das CNH's;		
2.9.4.	Possuir rotina para registro de cursos realizados pelos motoristas;		
2.9.5.	Possuir rotina para registro da atualização de situação de CNH para os motoristas;		
2.9.2.	Possuir rotina para registro de todas as infrações cometidas pelos motoristas, com relacionamento de dados como o veículo, local e vínculo com a respectiva infração contida no Código Brasileiro de Trânsito;		
2.9.7.	Possuir visualização de dados referentes aos motoristas diretamente no seu cadastro, como cursos, infrações e ocorrências, de modo a possibilitar em uma única tela a visualização de diversas informações, evitando a necessidade de emissão de relatórios e consultas;		
2.9.8.	Possuir bloqueio nas rotinas do sistema quando utilizado o motorista com CNH vencida há mais de 30 dias ou que tenha atingido a pontuação máxima para suspensão no período de 365 dias;		



2.9.9.	Permitir a utilização de bombas de combustível, possuindo cadastros específicos das bombas, com controle de estoque;		
2.9.10.	Permitir a utilização conjunta de bombas de combustíveis com gastos da frota para tipos de combustível que não sejam controlados por bomba na entidade;		
2.9.11.	Possuir rotina para geração de ordens de serviço internas e externas, para controles dos serviços executados nos veículos tanto no próprio setor de manutenção da entidade quanto para serviços em empresas contratadas;		
2.9.12.	Emitir via sistema, requisições para abastecimentos/serviços indicando dados do veículo, como placa, descrição, lotação, fornecedor, motorista;		
2.9.13.	Possibilitar a geração de lançamentos de gastos com a frota, sendo possível para qualquer item que tenha referência com veículos, como abastecimentos, serviços, peças, possibilitando importação de requisições e ordens de serviço para geração dos gastos;		
2.9.14.	Possuir controle do consumo de combustível e média por veículo, permitindo a emissão de relatório por veículo e por período;		
2.9.15.	Permitir cadastrar os pneus e controlar suas movimentações, como as trocas com identificação da posição de troca dos pneus (dianteira/traseira);		
2.9.12.	Permitir o controle de itens com vencimento para os veículos, sendo itens de qualquer natureza, como por exemplo troca de óleo, extintores de incêndio, revisões possibilitando o controle do vencimento por quilometragem ou por data;		
2.9.17.	Possuir rotina para cadastro de agendamento de veículos registrando dados como local de destino, motorista e finalidade;		
2.9.18.	Possuir rotina para registros das movimentações de garagem, indicando dados como motorista, horário saída e retorno, quilometragem;		
2.9.19.	Permitir o registro das ocorrências envolvendo os veículos, como acidentes e multas, registrando as respectivas datas e possibilitando a emissão de consulta em determinado período por veículo;		
2.9.20.	Possuir rotina para cadastramento das medições avulsas dos veículos, para envio ao TCE-PR nos casos de medidores quebrados, quando é enviada uma medição declarada no mês;		
2.9.21.	Permitir o cadastro e movimentação das baterias entre os veículos;		
2.9.22.	Possuir consultas de quantidades liquidadas/movimentadas para verificação do estoque de combustível que será enviado ao Tribunal de Contas;		
2.9.23.	Possuir controle de gastos de combustível de acordo com as quantidades de cada empenho/liquidação, com carregamento automático de item e quantidade restante por liquidação;		
2.9.24.	Possuir cadastro para perdas de combustível, ocasionadas em motivos como por exemplo vazamentos, evaporação;		
2.9.25.	Possuir indicadores visuais para identificação de dados importantes a nível gerencial como no mínimo para débitos e CNHs vencidos, agendamentos, comparativo entre total de abastecimento durante os meses;		
2.9.26.	Permitir geração de arquivos para Tribunal de Contas;		



2.10. Sistema de Gestão de Controle de Obras Públicas			
2.10.1.	Possuir rotina para registro das intervenções, com integração direta junto ao módulo de Contratos, para importar dados como prazos, valores e objeto diretamente dos dados informados no Contrato de origem, para os casos de execução indireta;		
2.10.2.	No cadastro da intervenção não deve existir limitação quanto a quantidade de contratos vinculados, para atendimento completo ao exigido pela legislação, pois uma intervenção pode ter execução de vários contratados simultaneamente ou para os casos de desistências ou cancelamento de contratos;		
2.10.3.	Possuir rotina que na vinculação dos contratos, o processo licitatório referente seja automaticamente vinculado a intervenção;		
2.10.4.	Possuir rotina para acesso direto aos registros dos contratos e processos licitatórios vinculados a intervenção, sem necessidade de acessos separados e utilização de filtros para chegar aos registros desejados;		
2.10.5.	Possuir exibição e acesso aos aditivos dos contratos vinculados a intervenção de modo a otimizar as consultas e integração entre os módulos de gestão pública;		
2.10.2.	Possuir integração com o módulo de Patrimônio, para vinculação da intervenção com o bem, ou bens em que a intervenção será executada;		
2.10.7.	Possuir cadastro de fiscais para acompanhamento da obra;		
2.10.8.	Possuir cadastro básico de atos ou portaria com vinculação de membros para possibilitar vínculo na montagem dos documentos referente às intervenções;		
2.10.9.	Possuir rotina para o fechamento de períodos evitando que lançamentos em períodos já com prestação de contas efetuada sejam alterados ou excluídos;		
2.10.10.	Possuir integração com o módulo de Planejamento e Orçamento para vínculo das ações do PPA referentes à Intervenção;		
2.10.11.	Possuir a possibilidade de registros de intervenções que não serão enviadas em prestação de contas, com controle para o envio ou não através de indicação no próprio cadastro, permitindo assim outros controles no sistema e não somente o que é obrigatório para prestação de contas;		
2.10.12.	Possuir rotina para vinculação da matrícula ou matrículas da intervenção junto ao CEI;		
2.10.13.	Possuir rotina que permita a vinculação de arquivos digitalizados no cadastro da intervenção sem limite na quantidade de arquivos vinculados;		
2.10.14.	Possuir rotina para vinculação dos empenhos referentes a intervenção;		
2.10.15.	Possuir rotina para vinculação de todos os responsáveis relacionados à Intervenção, como engenheiros, fiscais entre outros;		
2.10.12.	Possuir rotina para cadastro das planilhas de orçamento referentes à intervenção, com geração automática dos atos vinculados e vinculação de arquivos digitalizados sem limite na quantidade de vínculos efetuados;		



2.10.17.	Possuir rotina para cadastro das responsabilidades técnicas referentes à intervenção, com a possibilidade de vinculação de arquivos digitalizados sem limite na quantidade de vínculos efetuados;		
2.10.18.	Possuir rotina para registro de todos os acontecimentos ocorridos na intervenção, desde emissão de ordens de serviço, até registro de visitas e acompanhamentos rotineiros;		
2.10.19.	Possuir cadastro de Portaria vinculado ao cadastro único de leis e atos, para inclusão dos respectivos membros;		
2.10.20.	Possuir rotina para montagem de modelos de documentos dentro do módulo, para que sejam gerados diversos termos necessários para cada intervenção, como por exemplo Ordens de Serviço, Termos de recebimento provisório e definitivo, entre outros, eliminando a necessidade de geração de documentos em aplicações extras como Office ou Open Office;		
2.10.21.	Possuir rotina para vinculação de pessoas específicas para cada acontecimento ou modelo de documento gerado para as intervenções, permitindo inclusive o carregamento automático dos membros de Portaria criados e associados ao tipo de documento gerado;		
2.10.22.	Possuir controle sequencial das ordens de serviço emitidas por exercício;		
2.10.23.	Possuir rotina para inserção dos acompanhamentos das intervenções, com vínculo de imagens para o registro fotográfico, bem como arquivos comprobatórios, propiciando o registro de todos os dados necessários para controles e prestação de contas, como acompanhamentos de medição, paralisação, cancelamentos e conclusão;		
2.10.24	Possuir rotina que permita que sejam incluídos campos extras conforme necessidade de cada entidade para o cadastro de intervenções, possibilitando autonomia e controles específicos conforme cada necessidade;		
2.10.25	Possuir consulta dinâmica para facilitar os lançamentos junto a Atoteca do TCE-PR, com filtros por data, tipo de registros como planilhas e acompanhamentos, leiato e exibição do código de controle, além de possibilitar que na consulta existam direcionamentos rápidos a cada registro de origem para conferências e análises;		
2.10.26	Possuir a possibilidade de controles do registro e execução de tarefas que envolvem serviços públicos rotineiros, como pequenos consertos e serviços, com as seguintes características mínimas para otimizar e facilitar os controles necessários:		
a)	Possibilitar o cadastro de tipos de ocorrências;		
b)	Possibilitar o cadastro de origens de ocorrências;		
c)	Possibilitar o cadastro de tipos de programação;		
d)	Possibilitar o cadastro de ocorrências, com possibilidade de informar o tipo de ocorrência, origem, o solicitante, o endereço da ocorrência e a descrição.		
e)	Possibilitar o cancelamento de ocorrências, com a inclusão de motivação;		
f)	Possibilitar a reativação de ocorrências;		



g)	Possibilitar a inclusão de arquivos digitalizados nas ocorrências, sem limite na quantidade de vínculos efetuados;		
h)	Possibilitar a localização rápida do endereço da ocorrência através de integração com o Google Maps;		
i)	Possibilitar o registro de programações para as ocorrências, com a vinculação de várias ocorrências por programação, permitindo consultar para cada programação as ocorrências vinculadas, com direcionamento rápido aos registros evitando a necessidade de acesso de telas separadas para visualização dos dados das ocorrências relacionadas;		
2.11. Sistema de Gestão de Controle Interno			
2.11.1.	Possuir integração com outros módulos do sistema de gestão pública ofertado, de forma automatizada, sem necessidade de utilização de importação de arquivos;		
2.11.2.	Possuir rotina para cadastro dos membros do Controle Interno, com indicação do período da vigência, vinculação com o Ato de designação e possibilidade da definição do tipo de atribuição;		
2.11.3.	Possibilitar o registro de todas as atividades executadas pelo Controle Interno, com opção de agendamento das atividades, com definição do período base para demonstração dos avisos, devendo ser identificados facilmente com demonstração visual, que possibilite rápida identificação das atividades agendadas;		
2.11.4.	Possibilitar o acesso a relatórios e telas de outros módulos, de modo online, sem importação ou digitação de informações dos outros sistemas;		
2.11.5.	Possuir acesso a consultas de dados de qualquer sistema, devendo permitir que consultas específicas de qualquer módulo, também possam ser acessadas e executadas diretamente pelo módulo de Controle Interno, sem necessidade de acesso aos sistemas de origem para execução;		
2.11.2.	Possuir rotina para criação de checklists com foco em auditorias e verificações de rotina, devendo ser possível a criação de categorias para melhor controle e organização;		
2.11.7.	Possibilitar que os itens vinculados para análise do checklist possam ser criados de forma dinâmica, com separação por grupos e seleção individual de quais pontos serão analisados e o tipo da marcação ou resposta deve ser conforme o tipo do item, como por exemplo data, múltipla escolha, valor, etc.		
2.11.8.	Possibilitar que checklists sejam duplicados, mantendo os originais inalterados;		
2.11.9.	Possibilitar a criação de questionários com envio a pessoas específicas, para obtenção de respostas para análises e auditorias. A criação dos questionários deve ser de forma dinâmica, com seleção de itens de um ou vários grupos para comporem a montagem do questionário conforme necessidade de cada situação;		
2.11.10.	Possuir funcionalidade de envio automático de questionários através de agendamento, com demonstração das pendências que aguardam respostas de maneira visual simples e direta ao usuário no acesso ao sistema;		



2.11.11.	Possibilitar que os questionários enviados possam ser respondidos com a inclusão de arquivos comprobatórios em diversos formatos como pdf, doc, jpg;		
2.11.12.	Possibilitar que o mesmo questionário enviado possa ter quantas respostas forem necessárias, cada qual individualizada, para permitir por exemplo que um mesmo questionário seja direcionado a diversas pessoas, cada qual com suas atribuições;		
2.11.13.	Possuir indicador que demonstre as respostas finalizadas para que possam ser registrados os pareceres da controladoria, podendo existir mais de um parecer por resposta finalizada, permitindo inclusive a inclusão de arquivos digitalizados;		
2.11.14.	Possuir rotina de disparo automático de e-mail quando finalizadas as respostas de um questionário, propiciando que sejam analisadas pelo setor competente, com envio no e-mail inclusive de link direto para averiguação das respostas referentes;		
2.11.15.	Possibilitar o registro dos mais diversos tipos de documentos ou regulamentações geradas pela controladoria, como por exemplo: Manuais, políticas, entre outros;		
2.11.12.	Possuir a possibilidade de vinculação de arquivos digitais em cada documento ou regulamentação registrada pela controladoria;		
2.11.17.	Possibilitar que para cada tipo de documentação ou regulamentação exista a possibilidade de inclusão de término de validade, com demonstração visual quanto ao término da data de validade para tomada de providências;		
2.11.18.	Possibilitar a inserção de registro de plano de trabalho e desmembramento de cada etapa de execução, com atribuição ao responsável com data limite para finalização, com a demonstração de status de execução de cada etapa;		
2.11.19.	Possibilitar a inserção de revalidação de documentações, com a atribuição de novas datas de validade;		
2.11.20.	Possibilitar que seja definida data limite de resposta para tipos de documentos gerados como notificações, com demonstração visual quanto a respostas não finalizadas no tempo determinado para facilitar a tomada de ações;		
2.11.21.	Possibilitar que sejam registrados o entendimento e aceite quanto às políticas criadas pela Controladoria para controle e efetivação de ações quando necessário;		
2.11.22.	Possibilitar que as políticas sejam criadas com etapa de aprovação com níveis configuráveis, com demonstração no Portal da Transparência apenas na finalização do fluxo de trabalho desenvolvido. Este fluxo deve ter visão clara quanto às etapas percorridas, bem como visualização do fluxograma definido para a aprovação;		
2.11.23.	Possuir integração com o Portal da Transparência para demonstração de qualquer documento gerado pela controladoria com a definição da possibilidade ou não de demonstração pública conforme cada registro e definição própria do setor;		
2.12.	Sistema de Gestão do Controle de Patrimonial dos Bens móveis e imóveis.		



2.12.1.	Deverá possuir cadastro para os bens móveis e imóveis da entidade, podendo ser informado o empenho e fornecedor da aquisição do bem, além de outras informações obrigatórias como:		
a)	Estado de conservação do bem;		
b)	Permitir vinculação da conta contábil e natureza do bem;		
c)	Possuir rotina que na vinculação de empenho e itens a descrição e valor de aquisição sejam inseridos automaticamente no ato do tombamento;		
e)	Vinculação da localização física de origem;		
f)	Permitir informar o valor (%) residual do bem e a vida útil, de maneira individual ou pela natureza do bem, para atendimento dos casos comuns e de exceção;		
g)	Permitir vinculação de um ou mais arquivos de imagens, documentos de texto ou documentos digitalizados, possibilitando a visualização posterior destes;		
h)	Permitir cadastro para bens imóveis, com endereço, registro do imóvel, tipo de uso e coordenadas geográficas;		
i)	Permitir inclusão de dados específicos para cadastro de veículos, como RENAVAM, Placa, Ano de Fabricação e Ano do Modelo, Chassi, tipo de combustíveis, classificação tabela FIPE.		
j)	Possuir rotina para geração de cópias dos bens, para otimização dos trabalhos de tombamento, possibilitando a indicação da faixa de plaquetas a serem utilizadas, bem como a quantidade de bens a serem gerados;		
2.12.2.	Permitir utilização de estrutura hierárquicas em níveis para locais e categorias;		
2.12.3.	Permitir a alteração de responsáveis nos locais físicos, com manutenção do histórico de movimentações, bem como a visualização completa das alterações efetuadas diretamente no cadastro;		
2.12.4.	Permitir ao usuário a possibilidade de visualizar somente os bens sob a sua responsabilidade, de maneira prática e direta, sem a necessidade de utilização de filtros e execução de pesquisas;		
2.12.5.	Possuir cadastro dos tipos de movimentações ou operações para os bens patrimoniais, com relação aos tipos de incorporação, baixas e outras movimentações, possibilitando assim a definição individualizada que atenda melhor aos controles de cada entidade;		
2.12.2.	Possuir rotina para registro de alterações da placa patrimonial, mantendo o histórico;		
2.12.7.	Possuir rotina para registro de alteração das situações dos bens patrimoniais, com o tipo de situação sendo parametrizável pela própria entidade através de cadastro próprio para tal;		
2.12.8.	Possuir o cadastro de comissões, com indicação de membros responsáveis e objetivo;		
2.12.9.	Possuir rotina de fechamento mensal, bloqueando movimentações de natureza financeira em períodos fechados;		
2.12.10.	Permitir reavaliação de bens de forma individual, ou por lote.		



2.12.11.	Permitir efetuar baixas individuais ou múltiplas por bens, locais, estado de conservação, permitindo informar histórico e informações complementares;		
2.12.12.	Permitir controle de transferência de bens entre os diversos locais, inclusive com transferências de ordem provisória com data estimada de retorno;		
2.12.13.	Controlar a movimentação dos bens encaminhados à manutenção, possibilitando controles quanto a data de previsão e retorno e a situação da manutenção.		
2.12.14.	Permitir inserir uma data base de corte para o início das depreciações dos bens.		
2.12.15.	Possuir rotina para geração de depreciação de bens na forma de linha reta ou cotas constantes, de acordo com os parâmetros de vida útil e percentual de valor residual dos bens, podendo ser realizada de forma mensal ou anual.		
2.12.12.	Possuir rotina para registro de seguros dos bens patrimoniais, possibilitando a inclusão de bens em lote, com informações básicas de no mínimo:		
a)	Possuir cadastro para os tipos de seguros;		
b)	Permitir a inclusão da codificação ou identificação da apólice;		
c)	Permitir a vinculação de seguradora e corretor;		
d)	Permitir a inclusão do período de vigência;		
2.12.17.	Permitir a visualização do histórico de movimentações relacionadas ao bem na própria tela de cadastro, demonstrando no mínimo:		
a)	Histórico de manutenções;		
b)	Histórico de movimentações de natureza financeira;		
c)	Histórico de estados de conservação;		
d)	Histórico de movimentações de naturezas ou categorias;		
e)	Histórico de movimentações das trocas de códigos patrimoniais ou plaquetas;		
f)	Histórico de transferências físicas;		
g)	Histórico de inventários;		
h)	Histórico de seguros;		
2.12.18.	Possuir rotina para registro dos inventários de bens, possibilitando no mínimo:		
a)	Permitir que o inventário tenha controle de status, possibilitando identificar os inventários abertos, iniciados, finalizados e cancelados;		
b)	Permitir que sejam realizados inventários individuais por localização física ou gerais;		
c)	Permitir em inventários por localização física o carregamento de todos os bens constantes no local para marcação dos bens encontrados de maneira simples como um checklist, bem a bem;		
d)	Possuir identificações visuais para os bens conforme inserção no inventário, sendo destacados no mínimo bens encontrados no local, encontrado e em local divergente e não encontrados;		



e)	Possuir rotina otimizada para que na finalização do inventário, bens encontrados em local divergente do inicial, sejam transferidos automaticamente, mantendo o rastreio nas transferências do inventário de origem e no inventário detalhe rápido das transferências geradas automaticamente;		
2.12.19.	Possuir rotina de integração em tempo real com o módulo contábil, para envio dos dados dos valores por movimentação para que sejam contabilizados na Contabilidade, referentes às movimentações financeiras executadas para os bens como incorporações, baixas, depreciações entre outras. Neste aspecto somente devem ter os dados enviados para tipos de movimentação que gerem contabilização, devendo existir forma de parametrização para tal operação;		
2.12.20.	Permitir geração de arquivos para Tribunal de Contas do Estado;		
2.13.	Sistema de Gestão de Tributação Municipal, Dívida Ativa e Tributos Municipais;		
2.13.1.	Deverá possuir cadastro único de contribuintes municipais, relacionando todas as propriedades que o mesmo possua (imóvel urbano e rural, sociedades em atividades comerciais ou serviços, atividades profissionais).		
2.13.2.	Possuir toda movimentação de débitos e seus possíveis estornos e reabilitação (estorno do estorno) serem lançados, inclusive pagamentos de juros, multa, correção monetária.		
2.13.3.	Permitir a visualização de um 'razão' minucioso de cada lançamento, com todo histórico e valores envolvidos, individualizados por movimento, contribuinte, data e tributo.		
2.13.4.	Contar com um Cadastro Geral do Contribuinte no Município (CGCM), contendo os dados pessoais, numeração sequencial, identificação de tipo de registro (físico, jurídico, etc.), campos para cadastramento de estrangeiros (documento, país, etc., neste caso não é necessário validar CPF), considerando tabela de código de rua do município e sem restrições para residentes fora do Município.		
2.13.5.	Permitir a criação de cadastro RURAL, para emissão de guia de ITBI rural.		
2.13.2.	Possibilitar que o atendente faça pesquisa global de cadastros através de um único campo de pesquisa que possibilite ele pesquisar qualquer tipo de dado, tais como Nome, CPF/CNPJ, endereço, bairro, etc. e retorne todos os cadastros relacionados contendo a situação financeira de cada cadastro (Débito Vencido ou Não Vencido)		
2.13.7.	Permitir que o usuário veja detalhadamente os dados de localização de cada cadastro a fim de refinar a pesquisa.		
2.13.8.	Permitir também o usuário consultar o Histórico de Atendimento de cada Cadastro;		
2.13.9.	Permitir de forma rápida e simples acessar o cadastro correspondente ou até mesmo já iniciar atendimento com disponibilidade das principais rotinas do sistema.		
2.13.10.	Possuir tela de atendimento automatizada onde o atendente possa fazer qualquer tipo de atendimento sem a necessidade de acessar outro módulo.		



2.13.11.	Controlar o atendimento por Tipo, tendo no mínimo as opções (Presencial, Telefone e Consulta), para Presencial e Telefone o atendente é obrigado a informar os dados do requerente para armazenar no histórico de atendimento, já para o tipo Consulta esta obrigatoriedade não deve existir, porém no histórico deverá ser gravado que o requerente será o próprio atendente.		
2.13.12.	O sistema deve controlar o tempo médio de atendimento do usuário e apresentar em forma gráfica a quantidade de atendimentos realizados nos últimos dias.		
2.13.13.	Controlar também a produtividade, contando a quantidade de boletos emitidos e contratos de parcelamentos realizados.		
2.13.14.	O sistema deve guardar a pesquisa de cadastros inicial e permitir trocar o cadastro em atendimento até que todos os cadastros relacionados sejam atendidos se esse for o desejo do contribuinte.		
2.13.15.	Possuir opção de maximizar a tela, visando aproveitar ao máximo o espaço da tela no navegador.		
2.13.12.	Possuir recursos visuais para dar maior foco a ações necessárias no atendimento, para dar maior interatividade no uso do sistema, como por exemplo, Débitos Vencidos, Contratos de Parcelamentos com parcela Vencida, etc.		
2.13.17.	Permitir a emissão de cota única de IPTU, ISS e taxas, com os devidos descontos conforme a legislação.		
2.13.18.	Possuir controle de atendimento, caso seja necessário o atendente sair da tela do atendimento sem finalizá-lo, o sistema não pode perder a rastreabilidade assim que voltar a tela o sistema deve carregar o atendimento que ainda está em andamento.		
2.13.19.	Consulta de débitos, pagamentos, Emissão de extratos, Emissão de boletos contendo uma ou mais parcelas, segunda via de carnês, lançamento de débito ou requerimentos, parcelamentos, emissão de documentos, Boletos com desconto, pedidos de ITBI		
2.13.20.	Emissão de certidões de débitos:		
a)	Negativas;		
b)	Positivas;		
c)	Positivas com efeito de negativas.		
2.13.21.	Permitir customizar qualquer cadastro, adicionando novos campos para armazenamento de informações de acordo com a necessidade da Prefeitura.		
2.13.22.	Permitir criação de regras de validação entre campos, apontando obrigatoriedade ou não do cadastro no momento da inclusão ou manutenção cadastral.		
2.13.23.	Permitir vínculo de pontos ou valores para utilização no cálculo quando os campos forem de múltiplas alternativas.		
2.13.24.	Permitir o controle completo do ITBI, permitindo fazer o pedido, processo de ITBI Normal, financiado ou Anuência.		
2.13.25.	Permitir gerar ITBI sobre percentual de venda de imóvel.		



2.13.26.	Permitir a transferência de um ou mais vendedores para um ou mais compradores, realizando o cálculo automático das devidas partes.		
2.13.27.	Deverá guardar todo o histórico de transferências por imóvel. Emitir declaração de quitação e de isenção.		
2.13.28.	Deverá alterar o proprietário do imóvel automaticamente na comprovação do pagamento, e ainda a transferência manual.		
2.13.29.	Permitir o Controle de Imóveis por Imobiliárias, visando facilitar a entrega de carnês de IPTU.		
2.13.30.	Deverá ter a possibilidade de emissão de uma guia agrupada com todos os débitos de um contribuinte. Independentemente de quantos cadastros ele estiver vinculado, independente também se ele é o proprietário principal ou não.		
2.13.31.	No cadastro de ITBI deverá ter a possibilidade de informar a Natureza da Operação que gerou o ITBI e a emissão de um relatório com os valores arrecadados de ITBI agrupados por Natureza de Operação.		
2.13.32.	Possibilitar customizar da data de vencimentos dos boletos emitidos, podendo pré-fixar ao último dia do mês ou atribuir automaticamente a partir de uma certa quantidade de dias para vencimento.		
2.13.33.	As guias de pagamento deverão possuir data limite válida para pagamento, acréscimos legais (juros, multa, correção monetária), desconto, além de estar associada a um código único de baixa ("Nosso Número").		
2.13.34.	Possibilitar gerar um lote de pagamento a partir da geração do boleto.		
2.13.35.	Possuir repositório de todos os documentos gerados por cadastro e possibilitar de forma simples e intuitiva, consultá-los ou imprimir-los a qualquer tempo.		
2.13.36.	Possuir cadastro de documentos com configuração de validade, finalidades, assinaturas.		
2.13.37.	Possuir controle de acesso de documentos por usuário.		
2.13.38.	Permitir o cancelamento de documentos existentes.		
2.13.39.	Possuir emissão de taxas pré configuradas sem que usuário tenha que definir valores.		
2.13.40.	Permitir configuração de fórmulas de cálculo simples e de fácil interpretação, deve ser possível customizar o cálculo de acordo com o código tributário municipal.		
2.13.41.	Possuir recursos para facilitar a construção das fórmulas, tais como template de fórmulas e recursos de autocompletar ao digitar.		
2.13.42.	Possuir pesquisas de todos os campos do cadastro para serem utilizados nos cálculos;		
2.13.43.	Permitir cadastro de tabelas de valores dinâmicas sem limite de combinações, para serem utilizadas no cálculo. O sistema deve possuir recurso para copiar e colar dados do sistema e utilizar em planilhas eletrônicas, bem como de planilhas para o sistema.		



2.13.44.	Possuir recurso de simulação de resultado, para certificar-se que a tabela de Valores de Cálculo está respondendo corretamente para cada combinação de valores.		
2.13.45.	Permitir acompanhar o cálculo passo a passo, para fins de conferência do cálculo, esta conferência deve mostrar no mínimo, nas expressões utilizadas na fórmula bem como o resultado de cada expressão.		
2.13.46.	Permitir simulação de cálculos geral ou parcial, ter recursos para conferência do cálculo, apresentar cadastros com erro, ou com divergências de cálculo baseado em cálculos de anos anteriores.		
2.13.47.	Possuir indicação clara para o usuário de qual passo na geração de cálculo ele se encontra. O sistema deve amarrar as ações do cálculo de acordo com cada passo, para que não falte nenhuma etapa no lançamento.		
2.13.48.	Possibilitar constituir os débitos calculados a partir do cálculo.		
2.13.49.	Permitir gerar os carnês a partir do cálculo.		
2.13.50.	Permitir criar lotes de Impressão de cálculo baseados no filtro, agrupamento e ordem definidas pelo cliente de acordo com a as necessidades do cliente.		
2.13.51.	Permitir imprimir os carnês diretamente a partir dos lotes gerados.		
2.13.52.	Possibilitar que o usuário do sistema consiga gerar todos os carnês, boletos e arquivo para impressão dos carnês em Gráficas, sem intervenção de linguagem de programação, contendo as seguintes características:		
2.13.53.	Permitir alteração das configurações e filtros pelo usuário ao gerar o arquivo para Gráfica.		
2.13.54.	Possibilitar que o usuário do sistema consiga gerar todos os carnês, boletos e arquivo para impressão dos carnês em Gráficas, sem intervenção de linguagem de programação, contendo as seguintes características:		
2.13.55.	Permitir alteração das configurações e filtros pelo usuário ao gerar o arquivo para Gráfica.		
2.13.56.	Permitir lançamento de débitos de exercícios anteriores ao atual inserindo data de vencimento anterior ou posterior, porém o sistema deve gravar a data atual de lançamento.		
2.13.57.	Atender a todos os padrões de emissão de boletos para todos os tipos de códigos de barras.		
2.13.58.	Permitir recebimento via arquivo de retorno de qualquer banco, de acordo com convênio definido entre prefeitura e banco.		
2.13.59.	O sistema deve possuir mecanismos para consistência no momento da baixa, para validar o boleto que está sendo pago, calcular juros e apontar possíveis diferenças entre o valor pago e calculado pelo sistema. Cada inconsistência encontrada deve ser apresentada através de mensagens associadas ao registro.		
2.13.60.	Cada tipo de mensagem deve habilitar ações no pagamento, tais como alteração do nosso número quando o boleto não for localizado, ou opção de conceder desconto quando necessário.		



2.13.61.	Possuir mecanismos para conceder desconto automaticamente ou receber valores maiores desde que estejam dentro do valor máximo previsto na legislação do município.		
2.13.62.	Em casos de pagamentos em duplicidade o sistema deverá identificar e apresentar mensagem ao usuário que será gerado novo pagamento para o débito.		
2.13.63.	Possuir tela para acompanhamento das movimentações financeiras, por Tipo de Movimentações e por período. Deve conter no mínimo as movimentações de Pagamentos, Estornos de Pagamentos, Reabilitações de Estornos e Restituições. Contendo ainda totalizados relacionados aos valores Principal, Juro, Multa, correção, descontos e total líquido.		
2.13.64.	Possuir tela para acompanhamento das movimentações financeiras, por Tipo Tributo e por período. Apresentar os valores arrecadados por Tributo. Contendo ainda totalizados relacionados aos valores Principal, Juro, Multa, correção, descontos e total líquido.		
2.13.65.	Possuir acompanhamento da arrecadação por lote e conta bancária, apresentando o valor de cada lote, valor do arquivo bancária e total de pagamentos gerados. Contendo ainda totalizados relacionados aos valores Principal, Juro, Multa, correção, descontos e total líquido.		
2.13.66.	Possuir integração das movimentações financeiras e patrimoniais com a contabilidade.		
2.13.67.	Possuir tela de bloqueio de movimentações, o usuário deve ter opção de bloquear uma data específica ou um período específico, ou ainda marcar apenas um dia específico juntamente com um período específico na mesma operação.		
2.13.68.	Permitir simular um parcelamento/reparcelamento quantas vezes for necessário e guardar o histórico de opção para que o contribuinte possa escolher a melhor opção de parcelamento antes de efetivar o parcelamento.		
2.13.69.	Permitir parcelar ou reparcelar débitos de acordo com a legislação municipal, mantendo a origem do débito sem mudança nas características do débito.		
2.13.70.	Possibilitar o estorno do parcelamento/reparcelamento, respeitando os seguintes critérios:		
2.13.71.	Caso exista parcela paga o sistema deverá manter as parcelas pagas em contrato com as características do contrato e ao realizar o estorno deverá criar uma nova subdivida com o saldo remanescente devedor.		
2.13.72.	Caso não exista parcela paga o sistema deverá permitir que os débitos voltem a sua composição original;		
2.13.73.	Possuir rotina de identificação de contratos de parcelamentos irregulares que estão passíveis de quebra de contrato, esta rotina deverá possibilitar estornar (rescindir todos os contratos selecionados) de uma só vez;		
2.13.74.	Permitir atualizar de forma automática a situação dos contratos de parcelamento/reparcelamento com as movimentações no sistema alterar para "Quitado" quando efetuar a baixa automática de todos os débitos de um parcelamento, alterar Aberto quando qualquer uma das parcelas pagas for estornada. Ao Estornar um contrato a situação também deve ser alterada para		



	"Cancelado", quando houver mais de 1 uma ou mais parcelas pagas for necessário desfazer o contrato a situação deve ser alterada para Rescindido.		
2.13.75.	Possuir rotina de atualização monetária dos débitos parcelados/reparcelados utilizando índice de correção pré definido, esta atualização deve respeitar o aniversário do débito, e quando executada deve corrigir todas as parcelas subsequentes ao último aniversário do débito.		
2.13.76.	Possuir controle de permissão de uso de leis de parcelamento por usuário.		
2.13.77.	Possibilitar limitar automaticamente os percentuais de descontos de acordo com a quantidade de parcelas utilizadas no parcelamento.		
2.13.78.	Possibilitar limitar automaticamente a quantidade de parcelas do parcelamento pela situação legal do débito ou base de cálculo.		
2.13.79.	Possibilitar limitar automaticamente a quantidade de parcelas por valor no parcelamento, sendo ele baseado no saldo do débito.		
2.13.80.	Possibilitar inclusão de juros de financiamento no parcelamento, sendo ele calculado por parcela, progressivo ou pelo sistema de amortização de crédito (SAC).		
2.13.81.	Possuir rotina de cancelamentos conforme processo de Isenção, Estorno, Remissão, Cancelamento, Anistia, Prescrição e Dação de Pagamento, podendo ser cancelado por parcela, receitas, utilizando valor integral ou por percentual de redução.		
2.13.82.	Permitir que o usuário possa estornar um cancelamento através da consulta do cancelamento, podendo este estorno ser integral ou parcial, obrigando o usuário informar o motivo desta ação.		
2.13.83.	Possuir rotina específica de estorno de pagamento individual por cadastro ou em lote podendo selecionar os pagamentos que deseja estornar, obrigando o usuário informar ao menos a data, processo e motivo do estorno.		
2.13.84.	Permitir desfazer o estorno de pagamento através de uma consulta do pagamento.		
2.13.85.	Possuir controle de pagamentos em duplicidade ou valores pagos a maior, permitindo que esses valores possam ser utilizados para quitar outros débitos através de movimentação interna, sem a necessidade de fazer a restituição em espécie ao contribuinte, como forma de compensação.		
2.13.86.	Possuir rotina para Restituição/Devolução de pagamentos;		
2.13.87.	Possuir mapa da arrecadação com separação por receita, data e local do recebimento entre outras opções,		
2.13.88.	Permitir a consulta gerencial de valores arrecadados, por tipo de tributo, por lote e tipo de movimentação;		
2.13.89.	Possuir sistema de pesquisa de cadastros simplificado, onde através de apenas um campo de pesquisa o usuário possa pesquisar a informação que desejar, desde CPF, Nome, Bairro, Logradouro, Quadra, Lote, etc. O sistema deve		



	retornar os cadastros encontrados e permitir refinar a pesquisa através de categorias, tais como (Setor, Quadra, Loteamento, etc.)		
2.13.90.	Possuir a integração contábil de todas as movimentações financeiras previstas pelo PCASP e MCASP.		
2.13.91.	Possuir controle de ajuizamento e geração de PDF contendo CDA e Petição de Requerimento para cada processo, possibilitando a junção de várias CDA's para uma Petição quando gerada por Contribuinte ou uma CDA para uma Petição quando gerada por Cadastro.		
2.13.92.	Permitir a geração do demonstrativo de Cálculo para executivo fiscal, com todas as informações necessárias para o correto ajuizamento da execução judicial.		
2.13.93.	Permitir a visualização dos históricos das alterações realizadas nas Certidões de Dívida Ativa tanto de alterações realizadas no corpo da certidão como nos débitos vinculados a ela.		
2.13.94.	Deverá permitir também a inserção de mais proprietários nas CDA's;		
2.13.95.	Permitir inserir observações no Débito e para cada parcela do débito.		
2.13.96.	Permitir a consulta de boletos gerados e ou emitidos pesquisando por filtros como: código do boleto, nosso número, código de barras, tipo cadastro (imobiliário, mobiliário, rural, avulso, cemitério), exercício, dívida, subdivida.		
2.13.97.	Possibilitar conceder desconto na geração de boletos, sendo ele total ou parcial por débito, principal, correção, multa, juros, sobre o montante total da dívida, valor fixo ou retirar desconto, vinculado a um enquadramento específico.		
2.13.98.	Possibilitar criar um lote de pagamento a partir da consulta de um boleto com vencimento vigente;		
2.13.99.	Possuir configurações dinâmicas de cálculo de Juros, Multa e Correção monetária que atenda legislação do município sem a necessidade de intervenção de programadores.		
2.13.100.	Permitir utilização de indexadores de correção por período de vigência.		
2.13.101.	Possuir rotina de apuração de cálculo de acréscimos, onde seja possível simular qualquer tipo de cálculo de acréscimo, para débitos parcelados ou não, baseando-se no valor a ser corrigido, data de referência, data de lançamento e vencimento, podendo optar pelo tipo de correção será utilizado e a situação legal do débito.		
2.13.102.	Permitir que o usuário reimprima boleto vencido, mediante acesso especial.		
2.13.103.	Permitir pré-definir período de vigência do Parcelamento/Reparcelamento.		
2.13.104.	Possibilidade de atualização automática dos dados do Alvará de Localização no Cadastro Mobiliário quando efetuada a emissão de novo documento;		
2.13.105.	Possibilitar que sejam gerados os livros de dívida ativa e que possua rotina para acompanhamento da geração em segundo plano, para que não bloqueie a aplicação e o usuário possa trabalhar enquanto a rotina é processada, o sistema deve notificar o usuário ao término da execução.		



2.13.102.	Possuir controle de geração de CDA's por lote, permitindo que o usuário possa realizar a simulação do lote e realizar todas as manutenções necessárias antes de efetivar a geração. Devem estar disponíveis a opção de descartar simulação, remover débitos, atualizar, incluir ou remover proprietários e validar CPF/CNPJ ou Geração Definitiva		
2.13.107.	Possuir controle de geração de petições por lotes, permitindo o usuário simular a geração e conferir a geração antes de efetivar a geração. Caso o usuário encontre alguma inconsistência o usuário realizar manutenção ou descartar a geração		
2.13.108.	Possuir a possibilidade de assinar digitalmente uma Certidão de Dívida Ativa		
2.13.109.	Possuir tela para acompanhamento de tarefas que executam em segundo plano;		
2.13.110.	Possuir acompanhamento dos lotes de integrações financeiras e patrimoniais, permitindo visualizar os valores, e tipos de movimentação e a situação de integração do lote;		
2.13.111.	Possibilitar que a entidade possa disponibilizar o QRcode PIX na geração dos boletos para pagamento;		
2.14.	Sistema do Portal Contribuintes e Emissão Taxas e Certidões Online		
2.14.1.	Possibilitar aos contribuintes a consulta de e acompanhamento de seus débitos, impressão de boletos vencidos ou a vencer, certidões e consultas cadastrais, reduzindo o atendimento de balcão na praça de atendimento.		
2.14.2.	Garantir a integridade e qualidade da informação processada pelo software.		
2.14.3.	O Software fornecido deverá permitir o atendimento aos contribuintes em plataforma web de forma responsiva (podendo ser utilizado em celulares e tablets), sem ocultar ou deformar qualquer informação disponível.		
2.14.4.	Deverá ser configurado para atender a todas as particularidades da legislação tributária Municipal, Estadual e Federal.		
2.14.5.	Deverá ser compatível com navegadores de código aberto, sem funcionalidades restritas a recursos de navegadores próprios.		
2.14.2.	Permitir a exibição de mensagens de alerta configuradas pelo Departamento de Tributação do Município.		
2.14.7.	Permitir buscar, através de filtro, pela descrição de uma funcionalidade, sem precisar navegar nos menus para encontrar a funcionalidade desejada.		
2.14.8.	Permitir ao contribuinte efetuar consultas de débitos de todos os tributos lançados para todos os tipos de cadastros municipais.		
2.14.9.	Permitir ao contribuinte através de consulta de seu cadastro ou por CPF ou CNPJ, a emissão de carnês dos tributos lançados por ofícios tais como: IPTU, alvará, ISSQN fixo.		
2.14.10.	Permitir ao contribuinte identificar o vencimento original dos débitos.		
2.14.11.	Permitir ao contribuinte emitir um relatório impresso da relação dos débitos consultados.		



2.14.12.	Permitir ao contribuinte gerar boletos para pagamento.		
2.14.13.	Permitir ao contribuinte gerar somente o código de barras.		
2.14.14.	Permitir ao contribuinte gerar somente o QRcode Pix para pagamento.		
2.14.15.	Permitir ao contribuinte emitir boletos vencidos atualizados para a data de sua escolha desde que seja no mesmo mês corrente da data da solicitação.		
2.14.12.	Não permitir a emissão de boleto com data de pagamento retroativo.		
2.14.17.	Possuir legenda para facilitar identificação de informações disponíveis na consulta.		
2.14.18.	Permitir ao contribuinte emitir boletos para recolhimento individualizados, por parcela, vencidos ou a vencer ou agrupando as mesmas em um único boleto.		
2.14.19.	Permitir configuração pelo departamento de tributação, para limitar na consulta de débitos, a exibição de débitos, por exercício e por situação do débito.		
2.14.20.	A consulta de débitos deverá possuir no mínimo os seguintes campos: exercício, tipo de tributo, parcela, data de vencimento, situação do débito, e valor do tributo atualizado.		
2.14.21.	Permitir a emissão de boletos para diferentes convênios de cobranças, que devem estar configurados por tributos, sem interferência do contribuinte.		
2.14.22.	Permitir a emissão dos carnês nas mesmas configurações e definições do software de gestão tributária do município tais como: convênio bancário, cota única, descontos, parcelas, valores e leiautes como a capa.		
2.14.23.	Deverá emitir os carnês apenas com parcelas em aberto e não vencidas.		
2.14.24.	Permitir ao contribuinte emitir as seguintes certidões relativas a tributos de competência municipal: Certidão Negativa de Débitos, Certidão Positiva com efeito de Negativa e Certidão Positiva.		
2.14.25.	Permitir o contribuinte emitir as certidões negativas através do cadastro municipal ou pelo CPF/CNPJ do mesmo.		
2.14.26.	Permitir ao contribuinte na emissão de certidão informar o nome do requerente, o CPF/CNPJ do requerente como também a finalidade da certidão.		
2.14.27.	Permitir a verificação no caso da emissão de certidão por CPF/CNPJ todos os cadastros vinculados a pessoa inclusive imóveis ou empresas que sejam de sua propriedade.		
2.14.28.	Permitir a emissão de certidões considerando ou não débitos com exigibilidade suspensa.		
2.14.29.	Permitir a emissão de certidão positiva de débitos caso seja identificado alguma irregularidade que não permita a emissão da certidão negativa de débitos, ou emitir uma mensagem de aviso para comparecer ao departamento de tributação caso seja assim configurado.		
2.14.30.	Permitir a emissão de uma certidão negativa de débitos caso o contribuinte não possua nenhum cadastro na base de dados do Município.		
2.14.31.	Deverá gerar para cada documento emitido no mínimo as seguintes informações, para posterior verificação da validade do mesmo por terceiros:		



a)	Código de autenticidade;		
b)	Número do documento;		
c)	Exercício		
d)	Identificação do requerente;		
e)	Identificação do contribuinte;		
f)	Identificação do cadastro;		
2.14.32.	Gerar a certidão conforme prazo e fundamentação legal estabelecido na legislação municipal.		
2.14.33.	Permitir ao contribuinte validar as certidões geradas pelo portal do contribuinte através do número de autenticidade gerada no documento, caso a certidão seja válida, as informações para que seja efetuado a conferência com o documento impresso.		
2.14.34.	Permitir ao contribuinte emitir o BIC (Boletim de Informações Cadastrais) de um determinado imóvel através do número de seu cadastro.		
2.14.35.	Permitir ao contribuinte efetuar a consulta dos dados de seus cadastros municipais, entre eles: Imobiliário, Mobiliário, CPF ou CNPJ, permitindo-o a emissão e impressão da consulta cadastral.		
2.14.36.	Permitir que o contribuinte emita documento de Certidões Comprobatórias.		
2.14.37.	Permitir emissão da Certidão de Numeração do Imóvel.		
2.15. Sistema de Emissão do ITBI ON LINE			
2.15.1.	Permitir customizar página inicial do sistema com texto de desejo da Prefeitura.		
2.15.2.	Deverá possuir tutorial para orientar o cidadão no primeiro acesso do aplicativo.		
2.15.3.	Deverá possuir opção para criar uma conta utilizando CPF ou CNPJ.		
2.15.4.	Deverá possuir integração com login social Facebook, Google		
2.15.5.	Deve possuir login por certificado digital.		
2.15.2.	Deverá disponibilizar serviço para recuperar e redefinir a senha caso a opção de login.		
2.15.7.	Deverá disponibilizar cadastro de procuradores.		
2.15.8.	Permitir que cartórios possam autorizar seus funcionários a fazerem pedidos em nome do Cartório.		
2.15.9.	Possuir validação de termo de responsabilidade, para que o usuário tenha ciência de todas ações legais que está assumindo ao usar dados incorretos no cadastro.		
2.15.10.	Permitir que o usuário logado pelo CPF consiga ter acesso a uma listagem de todos os cadastros ao qual este CPF esteja relacionado.		
2.15.11.	Permitir emissão de Extrato de Débitos de cada cadastro.		



2.15.12.	Permitir emissão dos dados cadastrais detalhados de cada cadastro.		
2.15.13.	Permitir que o cidadão possa realizar pedido de ITBI de qualquer cadastro.		
2.15.14.	Permitir que possa ser feito pedido de ITBI em nome de terceiros, caso o requerente seja algum procurador autorizado;		
2.15.15.	Permitir que seja possível que a Prefeitura customize quais tipos de ITBI estarão disponíveis para pedidos online, além de configurar quais documentos serão obrigatórios, possibilitar também criar campos customizáveis para que o Cidadão preencha no momento do pedido;		
2.15.16.	Permitir que o cidadão anexe arquivos obrigatórios com cada tipo de ITBI, tais como Matrícula, Escritura, etc.;		
2.15.17.	Possuir controle para salvar rascunhos a cada passo que o cidadão avança no pedido, para que caso perca conexão com a internet o cidadão não perca todo processo e tenha que cadastrar novamente do início.		
2.15.18.	Permitir que seja informada observação no pedido de ITBI e Laudos.		
2.15.19.	Permitir vincular os compradores, vendedores e anuentes no pedido de ITBI, com o percentual (compra/venda/anuência) correspondente para cada parte do processo.		
2.15.20.	Possuir resumo do pedido e que ele seja apresentado antes da finalização do pedido, para que o usuário se certifique que o pedido foi preenchido corretamente.		
2.15.21.	Possuir listagem dos pedidos de ITBI já realizados, contendo no mínimo as seguintes informações: Data de Lançamento, Número do Pedido, Valor Transação, Valor Financiado, Requerente e Situação.		
2.15.22.	Possuir controle de ações para cada situação do andamento do pedido, apresentando somente as ações permitidas para cada situação.		
2.15.23.	Situações/Ações		
2.15.24.	Aguardando Análise e todas as outras - Permite Visualizar o Resumo do Pedido		
2.15.25.	Aguardando Pagamento - Permite imprimir o boleto para pagamento do ITBI.		
2.15.26.	Aguardando Transferência Manual / Transferido - Permite Imprimir Declaração de Quitação do ITBI.		
2.15.27.	Possuir interação com a Prefeitura, na medida que o processo seja tramitado na prefeitura, o cidadão deverá ser notificado da ação na área de notificações da aplicação web e aplicativo mobile.		
2.15.28.	Permitir que através da notificação o cidadão já possa acessar o pedido sem a necessidade de localizar a tela no menu do sistema.		
2.15.29.	Permitir emitir o boleto para pagamento do ITBI.		
2.15.30.	Permitir emitir a Declaração de Quitação do ITBI, mediante confirmação do pagamento pela Prefeitura.		
2.15.31.	Permitir que todo pedido possa ser consultado através de um resumo.		



2.15.32.	Permitir que o cidadão possa coletar arquivos anexados pelos servidores públicos durante análise do pedido do ITBI pela prefeitura		
2.15.33.	Permitir que quando um pedido for indeferido o usuário possa copiar os dados do pedido para que não tenha necessidade de digitar todo processo novamente e apenas corrigir o necessário.		
2.15.34.	Permitir que possa ser solicitado Laudo de Avaliação de qualquer cadastro.		
2.15.35.	Permitir que possa ser feito Pedido de Laudo em nome de terceiros.		
2.15.36.	Possibilitar que o usuário informe uma observação no pedido de laudo.		
2.15.37.	Possibilitar que no mesmo pedido de Laudo seja solicitada avaliação de vários cadastros.		
2.15.38.	Gerar boleto para pagamento referente a taxa de solicitação do laudo ao finalizar o Pedido do laudo pelo cidadão		
2.15.39.	Possuir lista de acompanhamento dos laudos solicitados, contendo:		
a)	Data do Pedido;		
b)	Número do Pedido;		
c)	Quantidade de Avaliações;		
d)	Requerente;		
e)	Situação do Pedido;		
f)	Situação de Pagamento.		
2.15.40.	Possuir pesquisa de laudos contendo no mínimo os seguintes filtros:		
a)	Número do Pedido;		
b)	Número do Cadastro;		
c)	Data do Pedido;		
d)	Requerente;		
e)	Situação.		
2.15.41.	Permitir que seja possível visualizar detalhes do pedido mesmo após o pedido realizado.		
2.15.42.	Notificar o cidadão através da central de notificações e aplicativo mobile assim que o Laudo for Liberado pela Prefeitura.		
2.15.43.	Permitir emitir Laudo de Avaliação liberado pela prefeitura mediante confirmação do pagamento do boleto.		
2.15.44.	Permitir que o cidadão possa realizar autenticação de qualquer documento emitido pelo sistema.		
2.15.45.	Permitir que o cidadão possa emitir segunda via de qualquer documento que ainda esteja válido sem necessidade de qualquer nova solicitação ao município. Por exemplo: Alvarás, Certidões.		



2.15.46.	Permitir que o Cidadão possa realizar o parcelamento de seus débitos, através de um fluxo simples, possibilitando o cidadão escolher os cadastros vinculados ao seu CPF/CNPJ, visualizar os débitos e escolher apenas o que deseja parcelar.		
2.15.47.	Permitir que o cidadão simule o parcelamento quantas vezes achar necessário não perdendo o histórico de simulação, para que ele possa comparar e encontrar a melhor opção de pagamento.		
2.15.48.	Possuir termo de aceite da minuta do contrato de parcelamento, permitindo imprimir o documento do Acordo de Parcelamento e Boletos para Pagamentos das Parcelas do Parcelamento.		
2.15.49.	Possuir listagem de todos os parcelamentos realizados referente aos cadastros vinculados ao CPF/CNPJ logado, possibilitando o cidadão acompanhar a situação de cada contrato, podendo ainda reimprimir através de um resumo, o contrato de parcelamento e boletos para pagamento, sejam eles vencidos ou não, para caso de boletos vencidos o sistema deve calcular os juros, multas e correções de acordo com a legislação vigente.		
2.15.50.	Possibilitar disponibilizar ao cidadão a opção para participar dos programas de sorteio relacionados ao ISS Premiado.		
2.15.51.	Possibilitar acompanhar o Saldo de notas tomadas bem como o total de cupons previstos conforme o regulamento		
2.15.52.	Possibilitar visualizar as notas tomadas que fazem parte do saldo		
2.15.53.	Possibilitar acessar e visualizar o regulamento do sorteio		
2.15.54.	Possibilitar administrar e acompanhar os processos de protocolo, com no mínimo as seguintes opções;		
2.15.55.	Possibilitar a criação de processos por assunto, com a descrição da requisição e observação;		
2.15.56.	Possibilitar anexar arquivos na abertura do processo;		
2.15.57.	Possibilitar a consulta de todos os processos tramitados na prefeitura, dando ênfase nos processos abertos pelo contribuinte;		
2.15.58.	Possibilitar consulta de documentos obrigatórios por assunto.		
2.15.59.	Possibilitar emitir um boleto para pagamento, caso o processo seja de pedido de prestação de serviço.		
2.15.60.	Possuir Dashboard gerencial por usuário, para que o Servidor Público consiga de forma rápida visualizar os pedidos aguardando análise e o os pedidos de ITBI e Laudos que estão em análise pelo Servidor Público, apresentando totais de cada um deles.		
2.15.61.	Possuir Dashboard separado para pedidos aguardando transferência manual.		
2.15.62.	Possuir ações de acesso rápido que estejam de acordo com a situação de cada pedido.		
2.15.63.	Possuir no mínimo as seguintes ações para cada pedido:		
a)	Analisar Pedido;		



b)	Ver Pedido;		
c)	Deferir Pedido;		
d)	Indeferir Pedido;		
e)	Gerar Débito/Boleto;		
f)	Estornar Débito/Boleto;		
g)	Imprimir Boleto;		
h)	Notificar Contribuinte;		
i)	Transferir Responsável;		
j)	Priorizar pedido;		
2.15.64.	Transferência Manual de Proprietário.		
2.15.65.	Possuir indicadores visuais de que o pedido está chegando ao prazo final de resposta de cada pedido Laudo ou ITBI.		
2.15.66.	Deverá notificar o Servidor Público referente pedidos que estão com pedidos com data de expiração próxima.		
2.15.67.	Possuir botão de atualização de Página sem que haja necessidade de o usuário carregar novamente a página pelo navegador web.		
2.15.68.	Possuir controle de acesso a ações de acordo com o nível de permissão de usuário.		
2.15.69.	Possuir controle cronológico para assumir pedidos, não permitir que pedidos sejam assumidos fora da ordem de abertura, exceto para pedidos priorizados pela alta gestão devem furar esta regra.		
2.15.70.	Possuir Lista contendo todos os Pedidos de ITBI apresentando no mínimo as seguintes informações:		
a)	Data Lançamento;		
b)	Número do Pedido;		
c)	Valor Transação;		
d)	Valor Financiado;		
e)	Requerente;		
f)	Responsável;		
g)	Situação do Pedido;		
2.15.71.	Possuir totalizadores nas listagens de Laudos e ITBI, permitindo que o usuário consiga escolher quais colunas ele deseja apresentar na listagem e ainda possibilitar relatórios a partir da lista desejada.		
2.15.72.	Possuir validações no formulário de análise do pedido de acordo com as necessidades da Prefeitura.		



2.15.73.	Permitir definir se o pedido sofrerá transferência automática mediante pagamento do ITBI ou se será feita transferência manual pelo Servidor Público responsável pelo pedido.		
2.15.74.	Permitir que o Servidor Público possa realizar captura dos arquivos anexados pelos cidadãos para realizar análise detalhada do pedido.		
2.15.75.	Permitir que o Servidor Público possa anexar novos documentos ao pedido, podendo estes documentos ficarem ou não visíveis ao cidadão, não deve haver limite de quantidade de anexos.		
2.15.76.	Possuir validação do Percentual de Compra com relação ao Percentual de Venda, não permitir que o processo seja deferido caso o percentual esteja diferente de 100%.		
2.15.77.	Permitir que o Servidor Público faça qualquer correção nas pessoas partes do pedido, permitir adicionar ou editar novos compradores, vendedores e anuentes, ajustar percentual de compra e venda, de acordo com documento anexo, sem que haja necessidade de indeferir o processo e o cidadão tenha que realizar novo pedido.		
2.15.78.	Possuir área separada que apresente de forma consolidada os dados dos Compradores com os proprietários atuais existentes no cadastro imobiliário, para dar uma noção ao Servidor Público de como ficará o quadro de proprietário do imóvel após manutenção do ITBI.		
2.15.79.	Permitir que seja definido qual será o proprietário principal do cadastro.		
2.15.80.	Permitir qual tipo de vínculo dos proprietários (Principal, Coproprietário, etc).		
2.15.81.	Permitir exclusão de proprietários consolidados do cadastro imobiliário, visando não ter a necessidade de acessar outra tela para ajustar os proprietários dos cadastros.		
2.15.82.	Possuir cálculo automático de avaliação do ITBI de acordo com lei municipal vigente.		
2.15.83.	Possuir pesquisa auxiliar que retorne no mínimo as últimas três avaliações realizadas para o imóvel em análise.		
2.15.84.	Permitir que seja ajustado os valores das construções do imóvel ou remover construções de acordo com o informado nos documentos anexados ao processo e que ao alterar a área construída o sistema já recalcule o valor avaliado de forma automática, sem necessidade de nova ação pelo Servidor Público.		
2.15.85.	Possuir ação para restaurar os dados da Construção, a fim de voltar os dados originais do imóvel, neste momento o sistema deve recalculando o valor avaliado conforme planta de valores definida pelo município.		
2.15.86.	Permitir que o servidor público possa editar o valor da avaliação para definir de acordo com valores apurados referente às negociações do mercado de imóveis.		
2.15.87.	Possuir painel contendo o resumo do pedido do ITBI que deve ser apresentado ao Servidor Público antes do deferimento do Processo, permitindo que seja feita uma última conferência antes de finalizar análise do pedido, o resumo apresentado deve conter no mínimo dados relacionados à Transferência, Dados Imóvel, Dados das Construções, Compradores, Vendedores, Anuentes, Documentos Anexados.		



2.15.88.	Qualquer alteração realizada pelo servidor público deve ser gravada em log e ser apresentada no resumo de cada pedido, permitindo que qualquer gestor possa acessar e consultar estas informações de forma rápida e prática.		
2.15.89.	Possuir interação com o Cidadão, todas ações de Deferimento, Indeferimento, Finalização do processo devem ser notificadas e apresentadas para o Cidadão em área de destaque.		
2.15.90.	Possuir Lista contendo todos os Pedidos de Laudo que apresente no mínimo as seguintes informações:		
a)	Data Lançamento;		
b)	Número do Pedido;		
c)	Requerente;		
d)	Responsável;		
e)	Situação do Pedido;		
f)	Situação do Pagamento.		
2.15.91.	Possuir validações no formulário de análise do pedido de acordo com as necessidades da Prefeitura.		
2.15.92.	Possibilitar calcular o valor do imóvel para fins de transferência a partir dos valores definidos na planta de valores do município.		
2.15.93.	Possuir consulta a documento auxiliar que retorne as três últimas avaliações a fim realizados do imóvel, para auxiliar na definição da avaliação de acordo com valores de mercado.		
2.15.94.	Permitir que o Servidor público salve parte do pedido sem que tenha finalizado, podendo voltar a analisar em outro momento sem perder o trabalho já realizado.		
2.15.95.	Possuir filtros para listar apenas os cadastros vinculados ao pedido de Laudo que ainda estão com avaliações pendentes.		
2.15.96.	Possibilitar que o Servidor Público possa estornar um pedido de Laudo para correção do valor avaliado somente enquanto o boleto do pedido ainda não esteja pago.		
2.15.97.	Possuir validação para liberação do Laudo de Avaliação ao Cidadão somente depois que houver a confirmação do pagamento do boleto pelo sistema tributário da prefeitura.		
2.15.98.	Gravar em log todas alterações realizadas pelo servidor público a fim de manter a rastreabilidade das alterações realizadas e que seja possível visualizar estas informações juntamente com o Resumo do pedido.		
2.15.99.	Permitir cadastrar todos os tipos de ITBI que serão utilizados no pedido de ITBI Online, podendo deixá-los visíveis ou não em qualquer momento.		
2.15.100.	Permitir o cadastro de Documentos, podendo configurar qualquer documento associado a qualquer tipo de documento, podendo ainda criar campos numéricos, texto ou data, para configurar o cadastro do documento que deverá ser apresentado para o cidadão no momento do pedido do ITBI.		



2.15.101.	Possibilitar que Documentos cadastrados possam ser definidos como obrigatório ou não para o cidadão, no momento do pedido.		
2.15.102.	Permitir que o Servidor Público coloque notas explicativas para Cada Tipo de ITBI e que estas notas sejam apresentadas no momento do Pedido realizado pelo Cidadão, dando maior entendimento da finalidade do documento.		
2.15.103.	Permitir que o Servidor Público coloque notas explicativas para cada Documento Obrigatório e que estas notas sejam apresentadas no momento do Pedido realizado pelo Cidadão.		
2.15.104.	O sistema deve possuir integração com login único do município, sem a necessidade do cidadão se cadastrar novamente, utilizando apenas o cadastro já existente no município.		
2.15.105.	Possibilitar customizar o termo de aceite da minuta do contrato de parcelamento, para cada Lei de Parcelamento, possibilitando.		
2.15.102.	Possibilitar customizar quais leis de Parcelamento estarão visíveis ao cidadão no momento do parcelamento de débitos.		
2.15.107.	Permitir customizar o Termo de Responsabilidade que deve ser validado pelo Cidadão no momento do Primeiro acesso ao sistema.		
2.15.108.	Notificar o Cidadão para aceitar o termo de Responsabilidade sempre que ele receber novas alterações.		
2.15.109.	Permitir customizar o texto de instruções para o Cidadão ter acesso ao Parcelamento Online;		
2.16.	Sistema de Gestão da Emissão e controle do Alvará On-Line.		
2.16.1.	Permitir que pessoas físicas e jurídicas possam utilizar o sistema, sendo tratadas conforme o tipo de inscrição: Profissionais Liberais, Microempreendedores Individuais (MEI), ME, EPP e LTDA.		
2.16.2.	Permitir consulta prévia para identificar se a(s) atividade(s) desejada(s) (CBOs e CNAEs) para a abertura/alteração da empresa são permitidas no local indicado.		
2.16.3.	Deverá utilizar captcha para maior segurança no login da aplicação.		
2.16.4.	Permitir realizar consultas e solicitações de alterações de alvará para os seguintes itens:		
2.16.5.	Mudança de endereço;		
2.16.2.	Mudança de área;		
2.16.7.	Inclusão de atividades;		
2.16.8.	Exclusão de atividades;		
2.16.9.	Inclusão e exclusão de sócios;		
2.16.10.	Mudança de razão social.		
2.16.11.	Possuir integração com o sistema tributário municipal, de modo que sejam verificados débitos e pendências cadastrais personalizáveis como advertências e/ou bloqueios no término da consulta prévia e no início da solicitação do alvará.		



2.16.12.	Realizar a emissão de débitos de laudos e de taxas mobiliárias conforme configurações do sistema tributário municipal com a emissão do boleto em tela.		
2.16.13.	Permitir anexar os documentos necessários para emissão do alvará (Contrato Social, Autorização da Política Federal, CNP).		
2.16.14.	Realizar a geração de recibos de consulta prévia e de solicitação, constando todos os dados e suas possíveis restrições e limitações, configurações por atividades e localização.		
2.16.15.	Possuir opção de acompanhamento da solicitação através do número de recibo da solicitação do alvará em tempo real, a fim de acompanhar os trâmites da validação dos documentos e pareceres dos laudos gerados para a solicitação.		
2.16.16.	Permitir realizar a emissão do documento de Alvará.		
2.16.17.	Possuir a geração de laudos necessários para liberação do alvará conforme a configuração de atividade(s) e localização do imóvel, tais como: Bombeiro; Vigilância Sanitária; Ambiental e Postura.		
2.16.18.	Permitir configuração, por grau de risco, se a liberação do alvará depende da execução prévia dos laudos e da validação dos documentos ou não. Padronizado conforme o sistema federal REDESIM (Grau de risco Alto, Baixo ou Liberdade Econômica).		
2.16.19.	Possuir integração com ferramentas de geoprocessamento, verificando restrições de zoneamentos e perímetros conforme atividades desempenhadas, como por exemplo: bares próximos a escolas ou hospitais, transportadoras e fábricas de produtos químicos ou explosivos no centro da cidade, entre outras atividades conforme retorno da ferramenta de geoprocessamento.		
2.16.20.	Exibir mapa da localização do imóvel (disponibilizado pelo geoprocessamento) na consulta prévia no caso de integração com ferramentas de geoprocessamento.		
2.16.21.	Possuir o cadastro online de usuários de modo que o mesmo possa acessar a aplicação e realizar os procedimentos necessários para a emissão de seu alvará.		
2.16.22.	Permitir que o registro de pareceres para os laudos, sejam realizados diretamente pela aplicação, permitindo a concessão de permissões específicas para cada usuário e para cada tipo de laudo.		
2.16.23.	Permitir a emissão da 2ª via das taxas com a realização dos possíveis cálculos de multas, juros e correções, caso o boleto original esteja vencido.		
2.16.24.	Permitir adicionar ou remover um determinado tipo de laudo em uma solicitação.		
2.16.25.	Possuir relatórios quantitativos de consultas prévias, solicitações e alvarás emitidos.		
2.16.26.	Possuir relatório de controle de solicitações de renovações.		
2.16.27.	Possuir relatório de laudos por situação e laudos vencidos.		
2.16.28.	Permitir a configuração das atividades, definindo os seus laudos, eixos, zoneamentos, proibições, observações e exigências. Configuráveis por tipo de inscrição.		



2.16.29.	Permitir o cadastro de observações dos laudos, configuráveis para serem exibidas ou não no documento do Alvará.		
2.16.30.	Possuir cadastro de tipos de exigências.		
2.16.31.	Possuir cadastro de observações.		
2.16.32.	Permitir integração com o portal online do cidadão para autenticação de usuários, reutilizando os acesso já existentes para acessar o alvará on-line.		
2.16.33.	Permitir emissão da dispensa da licença ambiental para as solicitações que tiverem CNAEs que não exijam laudos de meio ambiente, quando tipo de solicitação for inicial, mudança de endereço ou mudança de atividade.		
2.16.34.	Possuir listagem de solicitações de dispensa da licença ambiental, com controle de data da emissão e solicitante.		
2.12.35.	Possuir relatório de solicitações REDESIM.		
2.16.36.	Permitir integração com o sistema Empresa Fácil (REDESIM), tornando o fluxo de consultas automático, contemplando integração com geoprocessamento, e transparente ao usuário durante a consulta prévia.		
2.16.37.	Permitir o recebimento do retorno do processo da junta comercial, gerando automaticamente o registro mobiliário no sistema tributário, caso não haja restrições (ex. acessibilidade, certificado de conclusão de obra, etc...).		
2.16.38.	Permitir que sejam listadas as solicitações de registros mobiliários que tem restrições, onde seja possível liberar caso tenham sido atendidos os requerimentos das restrições.		
2.16.39.	Permitir integração com o sistema Empresa Fácil (REDESIM) para emissão e envio do débito e do alvará, sendo este processo transparente ao usuário.		
2.16.40.	Permitir que o contribuinte possa acompanhar a solicitação de alvará consultando pelo número do protocolo do sistema Empresa Fácil (REDESIM) ou número da solicitação ou número do CNPJ da empresa.		
2.16.41.	Permitir que seja solicitado a renovação de alvará de forma online pelo contribuinte quando a solicitação possuir algum laudo ou o alvará provisório.		
2.16.42.	Permitir que seja possível adicionar exigência nos laudos e o contribuinte de forma online possa fazer o acompanhamento.		
2.16.43.	Permitir gerar uma ordem de serviço no sistema de fiscalização pelo sistema de alvará, receber os dados do parecer do fiscal após a fiscalização e adicionar ao andamento do laudo do alvará via integração dos sistemas.		
2.16.44.	Permitir a reimpressão do documento de alvará já existente no sistema tributário.		
2.16.45.	Possuir função para que assim que todos os laudos forem liberados pelos respectivos setores ser disparado um e-mail avisando o contribuinte.		
2.16.46.	Possuir função para que seja possível enviar exigências para o Empresa Fácil (REDESIM) e visualizar documentos anexos.		
2.16.47.	Possuir função para que assim que todos os laudos forem liberados e antes de gerar o débito e o alvará o sistema verificar se todos os anexos foram validados.		
2.17.	Sistema de Gestão de Fiscalização Fazendária e Posturas e do Simples Nacional		



2.17.1.	Gerenciar atividades e rotinas referente à gestão de processos dos departamentos de fiscalização do Município, tais como: Fiscalização Tributária, Fiscalização Sanitária, Fiscalização de Obras, Fiscalização de Postura, Fiscalização Ambiental entre outras, automatizando e otimizando processos de trabalho.		
2.17.2.	Eliminar modelos de documentos emitidos pela Fiscalização Municipal de forma manual, objetivando automatizar e integrar os demais processos de trabalho da área administrativa e fiscal da contratante.		
2.17.3.	Mapear e integrar os processos de trabalho, atividades e rotinas. A ferramenta deverá visar à eficiência, permitindo a racional utilização dos recursos humanos, financeiros e materiais.		
2.17.4.	Permitir uma visão integrada das informações de forma a permitir ao gestor visualizar o processo administrativo como um todo e obter informações completas e consistentes para subsidiar a tomada de decisões.		
2.17.5.	Controlar com eficiência, os prazos existentes nos processos administrativos da fiscalização municipal, tais como: prazo para recursos administrativos, autuações, notificações, entre outros.		
2.17.2.	Integrar e consolidar as informações relevantes a fiscalização municipal, existentes nos softwares de gestão e controle utilizados pela Contratante.		
2.17.7.	Permitir a customização da solução visando atender demandas específicas da contratante, tais como: modelos de notificações, autos de infração, PAT (Processo Administrativo Tributário), entre outros documentos utilizados pela fiscalização municipal.		
2.17.8.	Garantir a segurança e qualidade da informação processada pelo software.		
2.17.9.	O sistema deverá ser configurado para atender a todas as particularidades das legislações do Município.		
2.17.10.	Todas as funcionalidades devem rodar em ambiente seguro e o acesso ao software deverá ser efetuado através do CPF do fiscal, com a mesma senha de acesso utilizada no sistema tributário do Município.		
2.17.11.	Todas as funcionalidades do módulo deverão funcionar em ambiente WEB.		
2.17.12.	A contratada deverá efetuar a conversão de todos os dados existentes para a solução contratada.		
2.17.13.	Ser baseado no conceito de controle de transação, mantendo a integridade do banco de dados em quedas de energia e falhas de software ou hardware.		
2.17.14.	Possuir controles de segurança dos usuários, que permitam acessos por funções e rotinas.		
2.17.15.	Permitir senha criptografada para sistema, banco de dados e transmissão de dados, utilizando algoritmos de hash, tais como: MD5.		
2.17.16.	Permitir a configuração de hierarquia dos departamentos de fiscalização;		
2.17.17.	Permitir cadastrar todos os departamentos de fiscalização existentes no Município;		



2.17.18.	Permitir que o cadastro dos departamentos de fiscalização faça a vinculação da hierarquia do mesmo;		
2.17.19.	Permitir a vinculação dos usuários que terão acesso às informações do departamento;		
2.17.20.	Não permitir o acesso de pessoas não autorizadas, a processos ao qual não seja o responsável;		
2.17.21.	Permitir a abertura de processos administrativos fiscais para cada tipo de processo, pré configurado para respectiva rotina;		
2.17.22.	Permitir configurar os atos respectivos para cada tipo de processo de fiscalização;		
2.17.23.	Permitir cadastrar o fluxo para cada tipo de processo de fiscalização contendo todos os atos que pertence ao fluxo, tais como: termo de início de ação fiscal, notificação preliminar, autos de infração, entre outros;		
2.17.24.	Permitir configurar cada ato do processo de fiscalização de forma dinâmica, conforme modelos usados pelo Município, com inserção dos devidos campos de cada ato diretamente pelo usuário do sistema sem intervenção de desenvolvimento;		
2.17.25.	Permitir definir prazo no ato do processo, configurado pelo usuário no sistema.		
2.17.26.	Permitir ativar ou inativar determinado ato configurado no processo, pelo usuário no sistema.		
2.17.27.	Permitir configurar o ato para aceitar ou não documentos anexos, bem como definir o tipo de extensão do arquivo a ser anexado.		
2.17.28.	Permitir configurar atos com ações específicas, por exemplo: Ato para Encerramento do Processo, Ato para Transferência de Processos, entre outros;		
2.17.29.	Permitir a visualização do ato, para simples conferência independente de sua situação.		
2.17.30.	Permitir o lançamento de autos de infração contendo multas variáveis que incidem sobre o tributo devido;		
2.17.31.	Permitir o lançamento de auto de infração contendo multas prefixadas sobre o valor de referência do Município;		
2.17.32.	O auto de infração, deverá permitir ao fiscal, identificar os artigos da legislação vigente, e calcular o valor das penalidades em moeda corrente, convertendo de unidades fiscais quando for o caso;		
2.17.33.	Permitir o lançamento de auto de infração contendo multas aplicadas sobre reincidências de infração;		
2.17.34.	Identificar se a multa/penalidade está ou não constituído/lançado no cadastro do contribuinte no sistema tributário municipal;		
2.17.35.	Permitir o lançamento e constituição dos valores apurados de tributos como também as penalidades aplicadas em autos de infração diretamente no cadastro do contribuinte no sistema tributário do Município em tempo real;		
2.17.32.	Permitir emitir pareceres de 1ª e 2ª instância diretamente no processo administrativo fiscal;		



2.17.37.	Permitir a transferência do processo administrativo fiscal, de um fiscal para outro;		
2.17.38.	Permitir o cancelamento de transferência do processo administrativo para outro fiscal;		
2.17.39.	Permitir o acesso para todos os processos, caso o fiscal seja chefe do respectivo departamento de fiscalização;		
2.17.40.	Possuir integração com o sistema de protocolo do município, possibilitando a criação de processos por tipo de assunto no sistema de protocolo;		
2.17.41.	Permitir anexar arquivos digitalizados referente a defesas e ou recursos do contribuinte, a processos administrativos;		
2.17.42.	Permitir configurar guias de recolhimento para constituição dos débitos no Sistema de Tributação do Município, dos artigos das legislações cadastradas, que possuem previsão de penalidade.		
2.17.43.	Permitir pesquisar os processos da fiscalização municipal cadastrados, através de no mínimo os seguintes filtros: número do processo, CPF/CNPJ, por fiscal, por situação		
2.17.44.	Possibilitar, através de parametrização, que os processos possam ser visualizados e tramitados por um grupo específico de fiscais em casos de plantões fiscais.		
2.17.45.	Permitir visualização do tempo em que o processo se encontra em análise com o fiscal responsável.		
2.17.46.	Permitir alteração do período de fiscalização mesmo após a abertura do processo.		
2.17.47.	Permitir a emissão de comunicação interna ou ordem de serviço com todos os dados necessários à abertura do processo administrativo fiscal;		
2.17.48.	Permitir a reabertura do processo caso ele esteja encerrado;		
2.17.49.	Não permitir a abertura de atos dentro de um processo, caso o mesmo esteja em transferência de um fiscal para outro.		
2.17.50.	Permitir a inclusão de um processo de fiscalização, atrelado a um número de protocolo, bem como editar o número do protocolo já informado;		
2.17.51.	Permitir fazer levantamento do movimento apresentado pela empresa e o movimento apurado pelo fiscal;		
2.17.52.	O termo circunstanciado, deverá permitir registrar toda a fundamentação legal aplicada sobre o processo administrativo.		
2.17.53.	Permitir a emissão de termos circunstanciados contendo mapa de apuração fiscal a qual identifica-se lançamento de diferenças de tributo apurado pela fiscalização, para emissão de autos de infração com aplicação de multa;		
2.17.54.	Permitir a emissão de notificações para as empresas irregulares com a declaração, pagamento ou obrigações acessórias;		
2.17.55.	Permitir identificar qual o regime fiscal da empresa para cada exercício no mapa de apuração;		



2.17.56.	Permitir lançar as alíquotas e os anexos do simples nacional no mapa de apuração fiscal;		
2.17.57.	O mapa de apuração fiscal deverá verificar automaticamente se existe crédito ou débito no levantamento para cada competência fiscalizada;		
2.17.58.	Caso o mapa de apuração fiscal identifique créditos a serem restituídos ao contribuinte o mesmo deverá efetuar diretamente o abatimento nos períodos a qual exista débitos a serem pagos pelo mesmo;		
2.17.59.	O mapa de apuração fiscal deverá permitir exportar em planilhas eletrônicas (Excel, Libre Oficce Calc, Br Oficce Calc), todas as informações fiscais, inerentes ao processo e prazo de fiscalização, para manipulação e ajustes pelo fiscal responsável;		
2.17.60.	O mapa de apuração fiscal deverá permitir importar planilhas eletrônicas (Excel, LibreOficce Calc, BrOficce Calc) contendo informações fiscais, inerentes ao processo e prazo de fiscalização, considerando leiaute pré-definido;		
2.17.61.	O mapa de apuração fiscal, deverá permitir o lançamento das seguintes receitas: notas fiscais emitidas, receitas de venda de mercadorias, outros tipos de receitas vinculadas a prestação de serviço e ao contribuinte fiscalizado;		
2.17.62.	O mapa de apuração fiscal, deverá permitir identificar receitas não tributáveis, como também receitas provenientes de outras empresas do mesmo grupo econômico.		
2.17.63.	Permitir carregar no mapa de apuração fiscal todos os documentos fiscais emitidos pelo contribuinte no sistema de NFS-e automaticamente para o período a ser fiscalizado;		
2.17.64.	O mapa de apuração fiscal deverá permitir incluir, editar e remover os documentos fiscais vinculados ao processo de fiscalização;		
2.17.65.	O mapa de apuração fiscal deverá permitir a visualização de forma consolidada, de todos os valores apurados no processo administrativo, contendo no mínimo: receita bruta, receitas de serviços, receita tributável, imposto devido, imposto recolhido, imposto retido, correção monetária e encargos pecuniários;		
2.17.66.	Permitir a emissão de notificação de lançamento contendo os valores dos tributos identificados no mapa de apuração fiscal, não recolhidos pelo contribuinte;		
2.17.67.	A notificação de lançamento deverá conter no mínimo:		
a)	Mês e ano de competência;		
b)	Vencimento original;		
c)	Valor original;		
d)	Multa;		
e)	Juros;		
f)	Correção monetária;		
2.17.68.	Identificar se o tributo da notificação de lançamento está ou não constituído/lançado no cadastro do contribuinte no sistema tributário municipal;		



2.17.69.	Permitir fiscalizar as obras públicas e particulares, concluídas ou em andamento, abrangendo também demolições, terraplanagens, parcelamento do solo, colocação de tapumes, andaimes, telas, plataformas de proteção e as condições de segurança das edificações;		
2.17.70.	Permitir fiscalizar o cumprimento do Código de Obras e Edificações, do Plano Diretor Participativo e da Lei Municipal de Parcelamento do Solo;		
2.17.71.	Permitir emitir notificações, lavrar autos de infração e expedir multas aos infratores da legislação urbanística municipal;		
2.17.72.	Permitir registrar informações/imagens da vistoria efetuada em campo, para a expedição de "Habite-se" das edificações novas ou reformadas;		
2.17.73.	Permitir efetuar a fiscalização do ISSQN, incidente sobre os projetos de construção civil, para posterior emissão do habite-se;		
2.17.74.	Permitir autorizar e fiscalizar o funcionamento de estabelecimentos comerciais, industriais, e prestadores de serviços entre outros;		
2.17.75.	Permitir autorizar e fiscalizar propagandas, placas e anúncios nas áreas públicas e frontais aos imóveis;		
2.17.76.	Permitir autorizar o funcionamento de eventos, shows, parques de diversões, circos, etc;		
2.17.77.	Permitir configurar as disposições existentes no Código de Posturas Municipal;		
2.17.78.	Permitir configurar os atos correspondentes ao processo de fiscalização de posturas municipais;		
2.17.79.	Permitir anexar imagens registradas in loco;		
2.17.80.	Permitir abrir o processo no sistema de fiscalização para análise da concessão das isenções a partir da solicitação no sistema de protocolo do Município;		
2.17.81.	Permitir configurar os atos correspondentes ao processo de fiscalização das isenções Municipais;		
2.17.82.	Permitir registrar o estudo social feito pela assistente social para concessão da isenção;		
2.17.83.	Permitir integração com sistema de alvará online, no qual os laudos do alvará poderão abrir processos no sistema de fiscalização;		
2.17.84.	Permitir configurar tipos de processos para diferentes tipos de laudos de vistorias;		
2.17.85.	Permitir configurar os atos correspondentes as vistorias das quais dependem o alvará;		
2.17.86.	Permitir trâmites em atos do sistema de fiscalização, registrando pareceres nos laudos do sistema de alvará online.		
2.17.87.	Permitir visualizar os dados da solicitação do alvará, contendo dados do contribuinte, dados do imóvel, dados da construção e dados das atividades.		
2.17.88.	O sistema deverá prever a troca de dados com os softwares do Município conforme segue:		



2.17.89.	Troca de dados quanto à atualização e inclusão de cadastros. O sistema deverá prever a atualização e/ou inclusão de dados de cadastros modificados e/ou incluídos.		
2.17.90.	Troca de dados quanto à atualização e inclusão de débitos. O sistema deverá prever a atualização e/ou inclusão de dados de débitos modificados e/ou incluídos.		
2.17.91.	Troca de dados quanto à movimentação financeira. O sistema deverá prever a atualização e/ou inclusão de dados da movimentação financeira.		
2.17.92.	Troca de dados quanto à emissão de documentos de recolhimento de débitos. O sistema deverá prever a troca de dados da emissão de documentos de recolhimento de débitos.		
2.17.93.	Toda a integração deverá ser de forma on-line em tempo real.		
2.18.	Sistema de Gestão de Aplicativo de acesso ao cidadão(APP Cidadão)		
2.18.1.	Características Técnicas:		
a)	Deverá ser compatível com IOS (versão mínima 11)		
b)	Deverá ser compatível com Android (versão mínima 5.0);		
c)	Serviços do App devem ser disponibilizados no conceito de computação em nuvem;		
d)	O Aplicativo deve ser disponibilizado para download nas lojas mais populares, Apple Store e Play Store.		
2.18.2.	As características do LOGIN:		
a)	Deverá possuir tutorial para orientar o cidadão no primeiro acesso do aplicativo		
b)	Deverá possuir opção para criar uma conta utilizando CPF ou CNPJ		
c)	Deverá possuir integração com login social Facebook, Google e Apple ID		
d)	Deverá disponibilizar serviço para recuperar e redefinir a senha caso a opção de login seja via CPF/CNPJ;		
2.18.3.	Das consultas de propriedades:		
a)	Deverá listar todas as propriedades vinculadas ao CPF/CNPJ (Imóveis, Empresas, etc.) do usuário autenticado de acordo com o cadastro municipal;		
b)	Para cadastros Imobiliários deverá permitir visualização de informações detalhadas do Imóvel, bem como Endereço de Localização, Tipo do Imóvel, Tipo da Construção e Área Construída;		
c)	Para cadastros de Empresas deverá permitir visualização detalhada dos dados da empresa, como Endereço, Localização e do quadro societário da empresa, apresentando no mínimo nome, CPF e percentual de participação do sócio;		
2.18.4.	Das consultas de débitos em Aberto:		
a)	Deverá permitir consultar os débitos em aberto dos cadastros municipais vinculados ao CPF/CNPJ do usuário.		



b)	Os débitos devem apresentar os valores corrigidos de acordo com a legislação vigente no município.		
c)	Deverá permitir a seleção de uma ou mais parcelas dos débitos do cadastro municipal para efetuar o pagamento;		
d)	Deverá permitir a geração do boleto ou linha digitável com os valores dos débitos devidamente corrigidos e de acordo com o convênio de pagamento utilizado pela prefeitura sendo ele de boletos Registrados ou não;		
e)	Deverá possibilitar a cópia do código de barras para pagamento via Internet Banking;		
f)	Deverá permitir o download do boleto gerado;		
2.18.5.	Da emissão da certidão de débitos:		
a)	Deverá permitir a emissão de Certidão de débitos por cadastro municipal		
b)	Deverá permitir a emissão de Certidão de débitos por CPF/CNPJ do contribuinte;		
c)	Deverá permitir o download da certidão constando a situação de acordo com os débitos presentes município;		
d)	As certidões emitidas pelo App devem ser totalmente integradas e disponíveis para consulta no Software de Gestão Tributária da Prefeitura;		
2.18.2.	Das consultas de processos:		
a)	Possibilitar a criação de processos por assunto, com a descrição da requisição e observação;		
b)	Possibilitar anexar arquivos na abertura do processo;		
c)	Possibilitar a consulta de todos os processos tramitados na prefeitura, dando ênfase nos processos abertos pelo contribuinte;		
d)	Possibilitar consulta de documentos obrigatórios por assunto.		
e)	Possibilitar emitir um boleto para pagamento, caso o processo seja de pedido de prestação de serviço.		
2.18.7.	Das consultas de Empenhos:		
a)	Permitir consultar todos empenhos relacionados ao CPF/CNPJ logado, por exercício;		
b)	Permitir visualizar de forma detalhada cada empenho, a apresentação deve conter no mínimo, número e ano do empenho, data do empenho, valor, valor liquidado, valor pago, histórico e documentos anexados;		
c)	Possuir um totalizador por Exercício, contendo ao menos os seguintes valores: total empenhado, total anulado, valor total liquidado, retido, pago e A pagar;		
2.18.8.	Das consultas para Servidores Públicos:		
a)	Permitir que o servidor público tenha acesso a todos os contratos de trabalho relacionados ao Município, esta listagem deve conter ao menos a matrícula, cargo, lotação e data de admissão;		



b)	Permitir que o servidor público possa consultar, todos os dados financeiros referentes a todas as competências pagas pela municipalidade;		
c)	Permitir a visualização dos dados financeiros de forma resumida e detalhada, onde o resumido apenas apresente os dados da competência, tipo de folha, salário base vencimentos, descontos e valor líquido, já para os valores detalhados, esta lista deve ser detalhada por verba paga na folha, separando por vencimentos e descontos;		
d)	Permitir que o servidor público possa baixar o holerite de qualquer competência e tipo de folha. (Férias / 13º Salário)		
e)	Possibilitar que o Servidor Público possa consultar sua margem consignável.		
f)	Permitir consulta dos Cursos disponíveis na entidade.		
g)	Permitir consultar os cursos já realizados pelo servidor público.		
h)	Permitir consulta do tempo de serviço.		
i)	Permitir consulta da Contribuição Previdenciária.		
j)	Permitir consultar e imprimir o Informe de Rendimentos.		
k)	Permitir consultar o espelho do ponto.		
2.18.9.	Controle de Enquetes		
a)	Possuir área para interação com enquetes, onde o usuário possa visualizar todas as enquetes não respondidas e as já respondidas permitindo a consulta aos resultados;		
b)	A lista de enquete deve apresentar no mínimo a categoria, pergunta, descrição detalhada e data de término da enquete;		
c)	Possuir controle pela data de término da enquete, bloqueando responder a enquete ao final do prazo de resposta, mantendo somente leitura;		
2.18.10.	Interação do Usuário com o Município		
a)	Possuir canal de interação entre usuário e Prefeitura, com intuito de reportar qualquer insatisfação com relação ao aplicativo, devendo ser possível identificar ao menos a finalidade do contato e descrição;		
2.18.11.	Notificações		
a)	Deverá exibir notificações aos usuários com comunicados e avisos de débitos a vencer;		
b)	Deverá controlar a leitura das notificações;		
c)	Deverá apresentar o histórico das notificações recebidas;		
d)	Deverá direcionar o usuário para tela/ação correspondente à notificação;		
e)	Permitir notificar o contribuinte de débitos pendentes a municipalidade, dando opção de emissão de boleto para pagamento;		
f)	Deverá notificar o usuário assim que novas enquetes forem criadas;		
g)	Permitir que o município envie notificações personalizadas para os usuários;		



2.18.12.	Integração		
a)	Deverá ser integrado com Software de Gestão Tributária da Prefeitura;		
b)	Deverá ser integrado com Software de Gestão de Processos da Prefeitura		
c)	Poderá disponibilizar uma lista de cidades no qual o usuário poderá ter acesso aos serviços;		
d)	Poderá permitir ao usuário criar uma lista de cidades favoritas para facilitar o acesso aos serviços;		
2.18.13.	Consulta de Empresas		
a)	Permitir que os cidadãos possam pesquisar as empresas estabelecidas no município através do Nome/ Razão Social ou o ramo de atividade.		
b)	A lista de empresas apresentadas deve apresentar no mínimo o CPF/CNPJ, Nome Fantasia e Razão social;		
c)	Possibilitar que o usuário consiga utilizar o serviço de mapas para traçar uma rota até o estabelecimento desejado.		
2.18.14.	Notas Emitidas		
a)	Permitir que o usuário consiga visualizar todas as notas emitidas, as quais o mesmo esteja como tomador.		
2.18.15.	Notas Recebidas		
a)	Permitir que o cidadão possa visualizar as notas recebidas e baixar o PDF da nota.		
b)	Permitir que o cidadão solicite cancelamento de uma nota caso ele encontre alguma irregularidade.		
2.18.16.	Licitações		
a)	Permitir que o cidadão acompanhe as licitações do município, através de uma lista por exercício, apresentando ao menos o número da Licitação, Situação, Natureza e número do processo.		
b)	Permitir também visualizar os dados detalhados da licitação. Os dados apresentados devem ser ao menos a Modalidade, Data de Publicação, Data de Abertura, Natureza, Valor Máximo, Descrição do Objeto, Observações, Impugnações e permitir visualizar e baixar os arquivos anexados, como por exemplo o edital.		
2.18.17.	Pontos de Interesse		
a)	Possuir interface para administração do município cadastrar todos os pontos de interesse do município,		
b)	Possibilitar que o cidadão pesquise os pontos de interesse mais próximos da sua da sua localização no mapa de geolocalização.		
c)	Possibilitar utilizar o sistema de navegação para traçar uma rota até o ponto de interesse.		
2.18.18.	Notícias		



a)	Possuir interface para que a administração do município consiga publicar as notícias que deseja apresentar aos cidadãos no aplicativo mobile.		
b)	Possuir sessão no aplicativo que permita o cidadão acompanhar as notícias publicadas;		
2.18.19.	Pontos de Ônibus		
a)	Possuir interface para cadastramento dos pontos de ônibus do município e permitir que o cidadão através do aplicativo possa acessar e encontrar os pontos de ônibus mais próximos e ainda traçar a rota mais rápida de navegação até o ponto desejado.		
2.18.20.	Transporte Público		
a)	Permitir que o cidadão consiga consultar a linha de ônibus desejada e ter acesso aos horários de partida no sentido Centro/Bairro ou Bairro/Centro.		
2.18.21.	Características Gerais		
a)	Permitir customizar as cores apresentadas no aplicativo.		
b)	Permitir adicionar o brasão do município no aplicativo.		
c)	O aplicativo deve possibilitar o usuário interagir entre as funções ou em forma de grupos por ícones ou em forma de listagem com pesquisa para localização da funcionalidade desejada.		
d)	O aplicativo deve manter o histórico das últimas funcionalidades utilizadas e ainda permitir o acesso rápido ao as funcionalidades.		
e)	O Aplicativo deve possuir integração com o IBGE para disponibilizar dados atualizados referente a População residente, Área Territorial, População estimada, História do município.		
f)	Permitir que o cidadão consiga visualizar todas as cidades que possuem o aplicativo.		
g)	Possuir uma área que o cidadão consiga visualizar as cidades que ele possui vínculo, através do CPF/CNPJ logado.		
h)	Disponibilizar ao cidadão a opção para participar dos programas de sorteio relacionados ao ISS Premiado.		
i)	Possibilitar acompanhar o Saldo de notas tomadas bem como o total de cupons previstos conforme o regulamento		
j)	Possibilitar visualizar as notas tomadas que fazem parte do saldo		
k)	Possibilitar acessar e visualizar o regulamento do sorteio.		
2.19.	Sistema de Gestão de Controle de Cemitério e Emissão de Taxas Funerárias		
2.19.1.	Permitir a integração com o sistema tributário do município, possibilitando:		
2.19.2.	Reutilizar contribuintes já cadastrados;		
2.19.3.	Realizar a emissão de bloquetes de taxas e serviços do cemitério, permitindo informar a quantidade de dias para o primeiro vencimento das parcelas.		



2.19.4.	Calcular juros, multas e correções para a re-emissão de boletos vencidos de acordo com as leis municipais;		
2.19.5.	Prorrogar o vencimento dos débitos caso o vencimento não seja em dia útil.		
2.19.2.	Reutilizar as empresas já cadastradas no módulo tributário para utilização nos serviços de terceiros.		
2.19.7.	Reutilizar as guias e receitas do sistema tributário facilitando os fechamentos contábeis.		
2.19.8.	Permitir consultas de sepultamentos aberta para os cidadãos, possibilitando que os mesmos realizem consultas sem a necessidade de um pré cadastro.		
2.19.9.	Permitir consulta de débitos para os cidadãos, sem a necessidade de um pré cadastro.		
2.19.10.	Utilizar captcha para maior segurança no login da aplicação.		
2.19.11.	Permitir realizar os seguintes cadastros auxiliares:		
a)	Funerária;		
b)	Locais de Falecimento;		
c)	Locais de Velório;		
d)	Locais de Sepultamento;		
e)	Religiões;		
f)	Causas de Morte;		
g)	Motoristas;		
h)	Veículos;		
i)	Coveiros;		
j)	Revestimentos;		
2.19.12.	Permitir a configuração de diversas partições para um mesmo cemitério.		
2.19.13.	Permitir a criação de níveis hierárquicos das partições do cemitério, podendo ser configuradas em diversos níveis de diferentes partições para um determinado cemitério.		
2.19.14.	Permitir vincular os revestimentos existentes no cemitério e as unidades de sepultamento, tanto no cadastro da unidade de sepultamento quanto nos serviços de reforma das sepulturas.		
2.19.15.	Permitir o controle individualizado de contratos de unidades, não sendo necessário existir um sepultamento para firmar um contrato entre as partes e realizar a geração de débitos.		
2.19.16.	Permitir o controle de ordens judiciais para exumação.		
2.19.17.	Permitir a configuração de tipos de movimento, tais como: Sepultamentos, Exumações, Entrada e saída de restos mortais entre outras, possuindo parametrizações específicas de taxas e parcelamentos para cada uma delas.		
2.19.18.	Permitir o controle de 'gavetários' para unidades.		



2.19.19.	Permitir a configuração de geração de contratos, movimentações de sepultamentos e exumações, aluguéis de espaços funerários e lançamento de serviços sem custos, ou através de doações.		
2.19.20.	Permitir a emissão da declaração de óbito, contendo todas as informações exigidas pelos cartórios nacionais com o intuito de agilizar o processo de liberação do falecido para sepultamento e traslado caso a entidade seja uma central funerária.		
2.19.21.	Possuir relatórios gerenciais, tais como:		
a)	Movimentos por período;		
b)	Contratos por período;		
c)	Débitos por período;		
d)	Receitas por período;		
e)	Serviços de cemitério.		
f)	Sepultados por período		
g)	Relatório quantitativo de movimentos.		
h)	Relatório das fichas funerais.		
2.19.22.	Permitir o agrupamento de débitos (Contratos, Movimentos, Despesas avulsas e Serviços de Cemitério), de modo que não sejam gerados diversos bloquetes, podendo ser parcelado ou pagos em uma única parcela.		
2.19.23.	Permitir o controle de Tipos de Contratos com as suas datas de validades e configurações de taxas/receitas, impressões personalizadas de relatórios, configurar se determinado tipo de contrato gera taxas anuais, configurar taxas anuais diferentes para cada tipo de contrato, permitir contratos perpétuos.		
2.19.24.	Permitir o controle de mais de um cemitério com informações compartilhadas.		
2.19.25.	Permitir o controle de serviços e taxas avulsas, tais como: serviços de construção, melhorias e reformas.		
2.19.26.	Possibilitar a exigência da certidão de óbito para realizar um sepultamento.		
2.19.27.	Possibilitar a exigência de informar a localização de origem quando realizadas movimentações de retirada dos sepultados.		
2.19.28.	Possibilitar a exigência de informar a localização de destino quando realizadas movimentações de entrada de sepultados.		
2.19.29.	Possibilitar a geração automática de serviços para determinadas movimentações.		
2.19.30.	Possibilitar cancelamento automático dos contratos de determinada unidade de sepultamento caso seja um movimento de retirada de restos mortais.		
2.19.31.	Permitir consultar agendamentos de sepultamentos.		
2.19.32.	Permitir consultar velórios e sepultamentos.		
2.19.33.	Possibilitar consulta pública das informações de contato e endereço dos cemitérios cadastrados no sistema.		



2.19.34.	Permitir alterações de parâmetros de configuração do sistema via interface.		
2.19.35.	Permitir lançamentos de taxas anuais para determinados tipos de contrato, com taxas específicas, permitindo informar o vencimento da taxa.		
2.19.32.	Permitir cadastro de prestadores de serviço que fazem reformas e construções, permitir reutilizar cadastros de empresas e autônomos do sistema tributário.		
2.19.37.	Permitir bloqueio de serviços para prestadores com obras em atraso.		
2.19.38.	Possuir rotina para virada de exercício, reajustando os valores de cada taxa e vinculando com as respectivas guias do sistema tributário conforme era no exercício passado, e substituindo automaticamente nas taxas de contratos, movimentos, serviços e despesas avulsas.		
2.20.	Sistema de Gestão de Nota Fiscal Eletrônica e Controle do ISSQN.		
2.20.1.	Deverá ser multiusuário, permitindo a execução de tarefas concorrentes pelos contribuintes do município.		
2.20.2.	Permitir consulta pública de serviços e alíquotas cadastrados no município.		
2.20.3.	Permitir consulta pública de CNAE cadastrados no município.		
2.20.4.	Permitir consulta pública de serviços filtrados por código ou descrição de CNAE.		
2.20.5.	Permitir consulta pública de CNAE filtrado por código ou descrição de serviço.		
2.20.2.	Permitir imprimir o resultado da consulta dos itens de serviços vinculados ao CNAE.		
2.20.7.	Permitir consulta de empresas optantes pela emissão de NFS-e, filtradas pelo Nome, CNPJ ou CPF, inscrição municipal, entre outros filtros. Deverá ser possível visualizar os dados de endereço e contato das empresas consultadas.		
2.20.8.	Permitir abrir o endereço da empresa optante de NFS-e em aplicação de mapa.		
2.20.9.	Permitir efetuar download de arquivos disponibilizados pela prefeitura tais como: leis, decretos, requerimentos entre outros.		
2.20.10.	Permitir a criação do usuário para acesso a área restrita. Caso exista algum registro de pessoa com este CPF na base do sistema tributário, deverão ser reaproveitados os dados da pessoa preenchendo automaticamente os campos. Quando não existir, habilitar os campos para preenchimento.		
2.20.11.	Permitir informar uma senha na tela de cadastro de usuário.		
2.20.12.	Permitir editar as suas informações de usuário, tais como: nome, data nascimento, RG, endereço, informações para contato e senha.		
2.20.13.	Permitir fazer login com e-CPF padrão ICP BRASIL.		
2.20.14.	O software deverá disponibilizar uma rotina para redefinição de senha, em caso de perda ou esquecimento da mesma por parte do contribuinte, utilizando o e-mail informado no cadastro para envio da nova senha.		
2.20.15.	Deverá utilizar para fins de acesso, o CPF do usuário, senha e um dispositivo de segurança para evitar acesso robotizado.		



2.20.16.	Permitir acesso somente a empresas que estejam homologadas pelo departamento de tributação do município.		
2.20.17.	O software deverá ser capaz de identificar que o usuário logado, através do seu CPF, é sócio proprietário de empresa identificado na última alteração contratual averbada no cadastro da empresa no software de gestão tributária do Município.		
2.20.18.	Permitir 'favoritar' um contribuinte (empresa) padrão por usuário, para toda vez que 'logar' trazer o contribuinte selecionado automaticamente.		
2.20.19.	Quando o usuário tiver acesso a somente um contribuinte (empresa), trazer selecionado automaticamente neste contribuinte (empresa) ao logar.		
2.20.20.	Remover automaticamente o acesso do proprietário ou representante legal, que não pertença mais ao quadro societário da empresa, averbada no cadastro mobiliário no software de gestão tributária do município, como também as permissões secundárias liberadas pelo mesmo.		
2.20.21.	Identificar que o usuário logado, através do seu CPF, é um responsável legal pela empresa tais como: presidente, diretor, gerente averbado no cadastro da empresa no software de gestão tributária do município.		
2.20.22.	Identificar que o usuário logado, através do seu CPF, é um contabilista registrado no cadastro de contadores ou escritórios de contabilidade no software de gestão tributária do município.		
2.20.23.	Permitir acesso, caso identificado que o usuário logado através do seu CPF é um contabilista, somente a empresas a qual ele ou o escritório de contabilidade seja responsável contábil.		
2.20.24.	Identificar que o usuário é um funcionário público com acesso a gestão e controle do ISSQN, ligado ao departamento de tributação do município a qual permitirá manipular todos os cadastros mobiliários habilitados para utilização do software, sem a necessidade de existir um login específico para cada cadastro de empresas.		
2.20.25.	Permitir que um usuário já cadastrado e com direito de liberação de acesso, adicione, edite ou remova a liberação de um novo usuário as mesmas empresas, definindo quais rotinas o usuário secundário terá acesso.		
2.20.26.	Permitir dar permissão ao usuário secundário, das seguintes rotinas: emissão de NFS-e, consulta de declarações, consulta de documentos fiscais, configurações da empresa e entregar declaração mensal de serviços.		
2.20.27.	Permitir ao usuário logado alternar entre empresas sem a necessidade de efetuar logout no sistema.		
2.20.28.	Permitir configurar as informações referente as alíquotas dos impostos federais incidentes sobre o faturamento da empresa, logomarca, e-mail, telefone, site para contatos e informações da empresa fornecedora de sistema de integração.		
2.20.29.	Permitir ao usuário logado, visualizar a sequência do número lote e número do RPS emitidos pela empresa.		
2.20.30.	Permitir a atualização do cadastro mobiliário, pelo usuário logado, podendo editar no mínimo os seguintes dados: dados de contato, atividade econômica, regime fiscal e acessos.		
2.20.31.	Permitir anexar documentos digitalizados em PDF na atualização cadastral.		



2.20.32.	Permitir efetuar agendamento diretamente pela web, podendo solicitar a liberação para: emissão de NFS-e e geração de declaração mensal de serviços prestados e/ou tomados.		
2.20.33.	Emitir, após a conclusão do agendamento, um protocolo identificado data e horário para homologação/visita da empresa ao departamento de tributação do município. O layout e informações deste documento poderá ser personalizado por prefeitura.		
2.20.34.	Permitir emitir notas fiscais eletrônicas de serviços, para tomadores identificados, não identificados e do exterior.		
2.20.35.	Permitir 'favoritar' os principais tomadores (clientes) para facilitar a seleção destes durante a emissão da NFS-e.		
2.20.32.	Permitir a inclusão de tomadores que não estejam inseridos na base de dados do sistema de gestão tributária do município, durante a emissão da NFS-e, sem que haja a necessidade de navegação em outra rotina.		
2.20.37.	A inclusão de um novo tomador ou alteração dos dados do tomador para emissão da NFS-e, não deverão depender de autorização ou algum tipo de burocracia.		
2.20.38.	As alterações dos dados do tomador, deverão ficar salvas somente para o prestador que o editou, mantendo os dados originais do tomador para os demais prestadores.		
2.20.39.	Permitir copiar, por tomador, a última NFS-e emitida, preenchendo todos os campos da nota baseado na NFS-e copiada.		
2.20.40.	Identificar se o tomador possui cadastro mobiliário no município, e se o mesmo é ou não responsável tributário.		
2.20.41.	Permitir a identificação do intermediário dos serviços.		
2.20.42.	Exibir ao usuário logado, durante a emissão da NFS-e, somente os CNAE's que estão associados ao CNPJ da empresa na RFB, que são identificados como serviços e que estão autorizados pelo departamento de tributação do município.		
2.20.43.	Selecionar automaticamente o CNAE durante a emissão da NFS-e, quando o contribuinte selecionado tiver somente 1 CNAE com serviços permitidos ao seu cadastro, evitando que o usuário tenha que escolher quando existir somente 1 opção.		
2.20.44.	Exibir ao usuário logado, durante a emissão da NFS-e, somente os itens de serviços constantes na LC 116/03 que estejam vinculados ao CNAE selecionado.		
2.20.45.	Selecionar automaticamente o serviço, quando o CNAE selecionado tiver somente 1 serviço vinculado, evitando que o usuário tenha que escolher quando existir somente 1 opção.		
2.20.46.	Permitir, na emissão da NFS-E, a natureza de operação ser apontada automaticamente conforme e as definições do artigo 3º e 4º da LC 116/03.		
2.20.47.	Identificar, na emissão da NFS-e, se o prestador possui isenção ou imunidade tributária, e deverá tratar automaticamente na natureza de operação.		



2.20.48.	Identificar, na emissão da NFS-e, se o tomador de serviços possui algum incentivo fiscal, e o mesmo deverá ser tratado na natureza de operação.		
2.20.49.	Identificar, na emissão da NFS-e, se o tomador ou o prestador possui incentivo fiscal para um item de serviço específico, tais como: redução de alíquota, redução da base de cálculo.		
2.20.50.	Identificar, na emissão da NFS-e, se o tomador ou o prestador possui incentivo fiscal para um item de serviço específico e se o incentivo é válido somente para o município do prestador ou para todos os municípios.		
2.20.51.	Permitir que cooperativas façam o cadastro de seus cooperados no sistema para gozar de incentivos de atos cooperativos na prestação de serviços.		
2.20.52.	Identificar, na emissão da NFS-e, se a empresa é uma incorporadora.		
2.20.53.	Permitir, na emissão da NFS-e, caso a empresa seja do ramo de construção civil identificar o registro da obra no INSS, o número da ART, e o número do alvará de construção.		
2.20.54.	Permitir, na emissão da NFS-e, identificar se a obra possui algum incentivo fiscal, e tratar automaticamente a natureza de operação, se o mesmo é isento.		
2.20.55.	Permitir, na emissão da NFS-e, identificar o local da prestação de serviços, caso seja diferente do domicílio do prestador e do tomador.		
2.20.56.	Permitir, na emissão da NFS-e, identificar o regime fiscal do prestador entre eles: simples nacional, MEI, lucro presumido, lucro real entre outros.		
2.20.57.	Deverá bloquear, na emissão da NFS-e, informar o CPF/CNPJ do tomador igual ao CPF/CNPJ do prestador.		
2.20.58.	Identificar, na emissão da NFS-e, se o item de serviço da LC 116/03 encontra-se vetado, e tratar a natureza de operação automaticamente como isento.		
2.20.59.	Identificar, na emissão da NFS-e, se o prestador está enquadrado na Lei Federal 5764/71 (Lei das Sociedades Cooperativas) e deverá tratar automaticamente a natureza de operação.		
2.20.60.	Identificar, na emissão da NFS-e, se o item de serviço da LC 116/03 encontra-se permite exportação, e tratar a natureza de operação automaticamente como exportação.		
2.20.61.	Permitir, na emissão da NFS-e, cadastrar itens de serviços prestados, contendo no mínimo os seguintes campos: Descrição, quantidade, valor unitário e desconto.		
2.20.62.	Permitir, na emissão da NFS-e, cadastrar itens de serviços prestados, contendo 5 casas decimais no campo de valor unitário.		
2.20.63.	Permitir, na emissão da NFS-e, cadastrar itens de serviços prestados, e identificá-los como dedutíveis ou não, como também identificar o tipo da dedução. Entre eles: Materiais, Equipamentos e Subempreitadas.		
2.20.64.	Permitir, na emissão da NFS-e, identificar as alíquotas dos impostos federais, como também o valor expresso em reais e se o mesmo foi retido ou não.		



2.20.65.	Permitir, na emissão da NFS-e, identificar automaticamente a alíquota que o prestador de serviços irá utilizar, podendo ser a expressa na Lei municipal que regulamenta o ISS no âmbito municipal ou a expressa na Lei Complementar Federal 123/06, que regulamenta o Simples Nacional.		
2.20.66.	Permitir, na emissão da NFS-e, identificar automaticamente a alíquota efetiva a qual o prestador de serviços está enquadrado, pela faixa de seu faturamento dos últimos 12 meses (RBT12) conforme definido na Lei Complementar Federal 155/12.		
2.20.67.	Imprimir as informações dos incentivos fiscais na NFS-e.		
2.20.68.	Permitir, na emissão da NFS-e, a conferência dos resultados finais dos valores da nota fiscal a ser gerada. Entre eles: total de descontos, deduções, impostos, valor líquido e valor total da NFS-e.		
2.20.69.	Permitir 'favoritar' uma NFS-e e registrar um modelo, identificado por um nome, para emissão de notas futuras utilizando os mesmos dados, permitindo uma rápida emissão de NFS-e baseado em um modelo.		
2.20.70.	Permitir colocar na tela inicial de acesso do contribuinte os modelos de NFS-e salvos, permitindo a emissão de NFS-e com poucos cliques.		
2.20.71.	Permitir, na emissão da NFS-e, alterar a data de emissão dentro do prazo permitido, parametrizado pelo departamento de tributação.		
2.20.72.	Deverá registrar após a emissão da NFS-e, como log, o CPF do usuário, data e hora.		
2.20.73.	Permitir, na emissão da NFS-e, copiar os dados da emissão da última NFS-e gerada para o mesmo tomador.		
2.20.74.	Conter no corpo da NFS-e um QR Code para facilitar autenticação do documento. Nesta autenticação, permitir baixar o PDF, XML ou declaração de autenticidade.		
2.20.75.	Permitir substituir uma NFS-e emitida, a qual deverá estar entregue em uma declaração mensal de serviços.		
2.20.76.	Assinar digitalmente a NFS-e emitida, através de certificado digital padrão ICP-Brasil.		
2.20.77.	Enviar automaticamente ao tomador de serviços para o e-mail identificado, o XML assinado digitalmente e o PDF da NFS-e gerada pelo prestador de serviço.		
2.20.78.	Permitir importar e validar arquivo XML de documentos fiscais dos serviços prestados e tomados, de acordo com leiaute pré definido, que deverão ser assinados digitalmente, pelo contribuinte, através de certificado digital padrão ICP-Brasil.		
2.20.79.	Permitir a consulta dos XML's de documentos fiscais importados.		
2.20.80.	Permitir a emissão de extrato dos documentos fiscais dos XML's importados.		
2.20.81.	Permitir o lançamento de outros tipos de documentos, entre eles: Recibos, notas fiscais manuais, RPA's, entre outros, de serviços prestados ou tomados para fins da declaração mensal de serviço.		



2.20.82.	Permitir a digitação, edição e exclusão de outros tipos de documentos contendo no mínimo as seguintes informações: Número do documento, Data de emissão, tipo de serviço, natureza de operação, tipo de documento, se o tributo foi retido ou não, valor total, valor de serviço e alíquota.		
2.20.83.	Permitir efetuar consulta de documentos fiscais, possuindo no mínimo os seguintes filtros: Serviços prestados ou tomados, período de emissão, tomador, situação do documento, natureza de operação, número do documento, tipo do documento, retido (sim ou não) ou entregue em declaração (sim ou não).		
2.20.84.	Permitir exportar em planilhas eletrônicas os documentos consultados.		
2.20.85.	Permitir efetuar o download dos arquivos XML assinados digitalmente dos documentos fiscais consultados em um único arquivo comprimido.		
2.20.86.	Permitir efetuar o download dos arquivos PDF das NFS-e emitidas.		
2.20.87.	Permitir imprimir relatório da consulta efetuada dos documentos fiscais.		
2.20.88.	Permitir emitir recibos de retenção para documentos fiscais com retenções de tributos.		
2.20.89.	Permitir efetuar o download de um arquivo XML específico de uma NFS-e gerada.		
2.20.90.	Permitir ao prestador de serviço encaminhar por e-mail a NFS-e gerada para um novo e-mail.		
2.20.91.	Permitir visualizar o PDF da NFS-e gerada.		
2.20.92.	Permitir emitir uma carta de correção eletrônica para uma NFS-e gerada, contendo no mínimo as seguintes informações: descrição das alterações, número da carta de correção, número da NFS-e, código de verificação da NFS-e, identificação do prestador e tomador.		
2.20.93.	Permitir visualizar no mesmo documento a NFS-e e a carta de correção.		
2.20.94.	Permitir consultar e visualizar em PDF todas as cartas de correção emitidas para uma respectiva NFS-e gerada.		
2.20.95.	Permitir efetuar o cancelamento da NFS-e gerada. Entretanto, o cancelamento deverá ser autorizado pelo departamento de tributação e pelo tomador do serviço, caso o mesmo seja credenciado no município.		
2.20.96.	Permitir visualizar o status e o motivo pelo deferimento ou indeferimento do pedido de cancelamento de NFS-e por parte do tomador ou da fiscalização municipal.		
2.20.97.	Se a NFS-e for cancelada, imprimir em uma segunda página todo o histórico de pareceres da solicitação de cancelamento de NFS-e, contendo os motivos informados, a pessoal que deu o parecer e qual a data e horário.		
2.20.98.	Permitir efetuar o processamento prévio da entrega da declaração mensal de serviços, tanto prestados quanto tomados, selecionando um período de competências.		
2.20.99.	Permitir efetuar a seleção e entrega de todas as declarações do período selecionado ou somente de uma específica.		



2.20.100.	Permitir visualizar no processamento prévio da declaração as seguintes informações: competência, tipo da declaração (serviços prestados ou tomados), valor do faturamento, base de cálculo do ISS, valor do ISS, valor do ISS retido, regime fiscal do contribuinte e status da declaração (normal, sem movimento e retificadora).		
2.20.101.	Identificar a permissão para gerar ou não débitos para o respectivo regime fiscal da empresa no software de gestão tributária do município.		
2.20.102.	Permitir solicitar lotes de RPS, que são documentos que poderá ser utilizado no caso de impossibilidade de acesso ao sistema por parte do prestador. Este documento deverá ser convertido em NFS-e posteriormente.		
2.20.103.	Permitir informar, durante o preenchimento da NFS-e, um número de RPS.		
2.20.104.	Permitir efetuar a consulta das declarações mensais de serviços entregues, contendo no mínimo os seguintes filtros: competência, tipo de declaração e status.		
2.20.105.	Permitir imprimir o extrato das declarações consultadas, imprimir o protocolo de entrega da declaração e reimprimir a guia de recolhimento.		
2.20.102.	Permitir a instituição financeira, imprimir o extrato da declaração consultada, com as informações do leiaute da DES-IF, contendo no mínimo as seguintes informações: COSIF, rubrica, itens de serviço, valor do crédito, alíquota e valor do ISSQN.		
2.20.107.	Permitir efetuar o cancelamento de uma DMS, sendo necessário o deferimento da fiscalização municipal.		
2.20.108.	Permitir emitir guias de recolhimento avulsas para um documento fiscal específico, de um tomador de serviços eventual.		
2.20.109.	Permitir consultar as guias recolhimento avulsas geradas.		
2.20.110.	Identificar se o contribuinte é uma instituição financeira e deverá habilitar automaticamente as opções para DES-IF, conforme modelo instituído pela ABRASF no modelo conceitual 2.3 ou maior.		
2.20.111.	Permitir cadastrar o PCI (Plano de contas interno) da instituição financeira, contendo no mínimo as seguintes informações: rubrica contábil, cosif, item de serviço da LC 116/03, descrição da rubrica contábil e função da rubrica contábil.		
2.20.112.	Identificar a instituição financeira pelo código FEBRABAN cadastrado, e carregar o seu PCI (Plano de contas interno), já cadastrado no sistema.		
2.20.113.	Permitir a instituição financeira, efetuar a duplicação do PCI (Plano de contas interno).		
2.20.114.	Armazenar consistência dos vínculos entre COSIF, rubrica e item de serviço, não permitindo alterações, após lançamentos fisco-contábeis.		
2.20.115.	Permitir a importação em arquivos com extensão XLSX, XLS, CSV e TXT do PCI (Plano de contas interno) da instituição financeira.		
2.20.116.	Permitir a instituição financeira, consultar os arquivos PCI importados, como também baixar exemplos dos leiautes definidos para importação.		



2.20.117.	Permitir visualizar os erros ocorridos no processo de importação do PCI da instituição financeira.		
2.20.118.	Permitir a instituição financeira importar as informações fisco-contábeis, conforme estabelecido no Módulo 2 (Módulo de apuração mensal do ISSQN) que compõem a DES-IF, conforme estabelecido no modelo da ABRASF 2.3 ou maior.		
2.20.119.	Validar a estrutura do arquivo da DES-IF importado em conformidade com os códigos de erros estabelecidos no modelo da ABRASF 2.3 ou maior.		
2.20.120.	Permitir a instituição financeira, consultar os arquivos DES-IF importados.		
2.20.121.	Permitir visualizar os erros ocorridos no processo de importação da DES-IF pela instituição financeira.		
2.20.122.	Permitir a digitação, edição ou exclusão das informações fisco-contábeis que compõem a DES-IF da instituição financeira, contendo as seguintes informações: valores de crédito e valores de débito para a determinada rubrica/COSIF.		
2.20.123.	Registrar como log o CPF do usuário, data e hora nos processos de transmissão de declaração mensal de serviços.		
2.20.124.	Permitir consultar, visualizar, e imprimir as NFS-e emitidas, utilizando no mínimo os seguintes filtros: CPF/CNPJ do prestador, número da NFS-e, código de autenticidade e data de emissão.		
2.20.125.	Permitir consultar, visualizar e imprimir a NFS-e gerada através da conversão de RPS enviados, utilizando no mínimo os seguintes filtros: CPF/CNPJ do prestador, número da RPS, inscrição municipal do prestador e CPF/CNPJ do tomador.		
2.20.126.	Permitir que o contribuinte identificado como instituição financeira, efetue consultas dos lançamentos efetuados na DES-IF, utilizando no mínimo os seguintes filtros: por COSIF, por PCI, ou por competência.		
2.20.127.	Permitir que o contribuinte identificado como instituição financeira, efetue a exportação do memorial dos lançamentos da consulta, ou por exercício da DES-IF, em planilha eletrônica ou arquivo de extensão PDF.		
2.20.128.	Permitir acessar e efetuar download de arquivos, adicionados pelo departamento de tributação do município.		
2.20.129.	Armazenar no banco de dados todos os XML's das NFS-e emitidas.		
2.20.130.	Caso algum fiscal faça algum bloqueio de permissões de acesso de um contribuinte, mostrar o motivo informado pelo fiscal nas telas bloqueadas quando o contribuinte tentar acessar as rotinas bloqueadas.		
2.20.131.	Permitir configurar uma área de fale conosco da prefeitura, colocando as informações de contato do setor responsável pelo atendimento da NFS-e.		
2.20.132.	Na página inicial do contribuinte, mostrar gráfico de movimento de serviços prestados e tomados nos últimos 12 meses, gráfico de movimento por código CNAE e gráfico de movimento por código de serviço.		
2.20.133.	Permitir a consulta da situação do processamento de RPS's assíncrono recepcionado pelo 'web service' de integração.		



2.20.134.	Fornecer gráficos que tragam a quantidade de NFS-e emitidas por atividade e CNAE.		
2.20.135.	Possuir Dashboard que apresente ao usuário logado a quantidade de NFS-e emitidas no período, solicitações de cancelamento de NFS-e pendentes de aprovação e total arrecadado pelo município, no exercício, pelo contribuinte.		
2.20.132.	Possuir QR Code na NFS-e emitida para que seja possível a autenticação através de aplicativos mobile.		
2.20.137.	Possuir rotina para pré-visualização da NFS-e antes de concluir a emissão, com a possibilidade de impressão e sinalizando que é somente um modelo de pré-visualização, sem valor legal.		
2.20.138.	Permitir que qualquer usuário possa realizar a denúncia de RPS não convertidos para NFS-e.		
2.20.139.	Dos serviços que o WEB SERVICE deve oferecer:		
a)	Permitir ao usuário logado gerar através do portal do contribuinte a senha para autenticação do 'web service', que deverá ser enviado automaticamente para o e-mail cadastrado nas informações do prestador de serviço.		
b)	As funcionalidades do Web Service deverão ser compatíveis com o modelo estabelecido pela ABRASF 2.03.		
c)	O WEB SERVICE deverá possuir os seguintes serviços disponíveis:		
I)	Consulta NFS-e por Faixa: Este serviço deverá permitir a obtenção de determinada NFS-e já gerada.		
II)	Consulta NFS-e de Serviços tomados: Este serviço deverá permitir a obtenção de determinada NFS-e já gerada pela identificação do tomador.		
III)	Consulta NFS-e de serviços prestados: Este serviço deverá permitir a obtenção de determinada NFS-e já gerada pela identificação do prestador.		
IV)	Consulta NFS-e por RPS: Este serviço deverá permitir a consulta de uma NFS-e gerada, através do número do RPS.		
V)	Consulta Lote de RPS: Este serviço permite que o contribuinte obtenha as NFS-e que foram geradas a partir do Lote de RPS enviado, quando o processamento ocorrer sem problemas; ou que obtenha a lista de erros e/ou inconsistências encontradas nos RPS.		
VI)	Substituir NFS-e: Esse serviço permite o cancelamento de uma NFS-e com sua substituição por outra.		
VII)	Cancelar NFS-e: Esse serviço permite o cancelamento direto de uma NFS-e sem a sua substituição por outra.		
VIII)	Enviar Lote RPS Síncrono: Esse serviço compreende a recepção do Lote de RPS. Quando efetuada a recepção, o lote será processado e deverão ser feitas as validações necessárias e geração das NFS-e.		
IX)	Enviar Lote RPS: Esse serviço compreende a recepção do Lote de RPS, a resposta com o número do protocolo gerado para esta transação e o processamento do lote. Quando efetuada a recepção, o Lote deverá entrar na		



	fila para processamento posterior quando serão feitas as validações necessárias e geração das NFS-e.		
X)	Geração de NFS-e: Esse serviço compreende a recepção do RPS. Quando efetuada a recepção, deverão ser feitas as validações necessárias do RPS e geração das NFS-e.		
d)	As mensagens de comunicação entre o módulo WEB SERVICE e o sistema ERP do contribuinte deverão utilizar o padrão internacional de assinatura digital OASIS Standard 200401.		
e)	Toda a comunicação efetuada entre o módulo WEB SERVICE e o sistema ERP do contribuinte deverão ser armazenadas no banco de dados do município, para posterior auditoria, se necessário for.		
f)	O WEB SERVICE deverá validar se o lote RPS foi enviado como homologação ou em produção, conforme definido no cadastro do prestador de serviço.		
g)	Permitir realização de testes e integração das aplicações do contribuinte durante a fase de implementação e adequação do sistema de emissão de NFS-e, utilizando a solução WEB SERVICE a qual deverá ser no mesmo ambiente de produção ou homologação.		
h)	Além da assinatura digital com Certificado Digital ICP-Brasil no modelo OASIS o WEB SERVICE deverá possuir senha de autenticação para cada prestador de serviços, a fim de evitar fraudes no acesso e geração de informações via WEB SERVICE.		
i)	O software deverá conferir o login e senha no arquivo XML enviado pelo prestador de serviço, para qualquer comunicação entre o ERP e o WEB SERVICE rejeitando-a caso a autenticação seja rejeitada.		
j)	O software deverá conferir a assinatura digital efetuada por meio de Certificado Digital - ICP Brasil, de todos os XML enviados pelos prestadores de serviço, por intermédio de integração, verificando sua validade e rejeitando caso a assinatura seja inválida conforme definido abaixo:		
k)	Extrair a chave pública do certificado;		
l)	Verificar o prazo de validade do certificado utilizado;		
II)	Montar e validar a cadeia de confiança dos certificados validando também a LCR (Lista de Certificados Revogados) de cada certificado da cadeia;		
III)	Garantir que o certificado utilizado é de um usuário final e não de uma Autoridade Certificadora;		
IV)	Validar a integridade de todas as LCR utilizadas pelo sistema;		
V)	Prazo de validade de cada LCR utilizada (verificar data inicial e final).		
VI)	O Software deverá efetuar a assinatura de todas as NFS-e emitidas através de certificado digital - ICP Brasil, E-CNPJ do Município.		
VII)	Validar a estrutura do arquivo XML recepcionado, em conformidade com os códigos de erros estabelecidos no modelo da ABRASF 1.2 ou 2.03.		



2.20.140	Permitir conferência de todos os dados informados pelos contribuintes durante a rotina de atualização cadastral, com opções para o fiscal municipal aceitar ou rejeitar os dados editados pelo contribuinte, disparando um e-mail para o mesmo, após ação do fiscal, contendo mensagem configurável.		
2.20.141	Permitir consultar as atualizações cadastrais utilizando no mínimo os seguintes filtros: CPF/CNPJ do contribuinte, Inscrição cadastral, CPF do requerente, razão social, situação da atualização cadastral, período da solicitação.		
2.20.142	Permitir imprimir relatório contendo os resultados da consulta de atualizações cadastrais.		
2.20.143	Permitir liberação ou bloqueio de acesso do contribuinte (empresa) às rotinas do software.		
2.20.144	Permitir liberação ou bloqueio de CNAE's adicionados na atualização cadastral.		
2.20.145	Permitir visualizar documentos .PDF anexados durante a atualização cadastral pelo contribuinte.		
2.20.146	Permitir consultar os usuários cadastros, pelos filtros: CPF Usuário, Nome Usuário, Situação Usuário, CNPJ Empresa vinculada ao usuário e Razão Social Empresa vinculada ao usuário.		
2.20.147	Permitir efetuar edições nos cadastros de usuários, tais como: e-mail e data de nascimento do usuário.		
2.20.148	Permitir visualizar e remover acesso do usuário consultado aos contribuintes (empresas).		
2.20.149	Permitir alterar a senha do contribuinte cadastrado pelo portal do contribuinte.		
2.20.150	Permitir bloquear o acesso de um usuário ao portal do contribuinte.		
2.20.151	Permitir cadastrar um grupo de documentos ou textos, que aparecerá na parte pública do sistema acessado pelo contribuinte.		
2.20.152	Permitir cadastrar um documento vinculado a um grupo de documento, para que seja acessível aos usuários, que poderão visualizar e baixar os documentos. Permitir cadastrar anexos de várias extensões, e adicionar URL's. Poderá manter histórico de versões do documento cadastrado.		
2.20.153	Permitir analisar as solicitações de cancelamento de NFS-e, mostrando o parecer do prestador e do tomador, visualizar o PDF da nota e permitir aceitar ou rejeitar o pedido. O sistema deverá enviar um e-mail ao contribuinte contendo o resultado da análise.		
2.20.154	Permitir analisar as solicitações de cancelamento de DMS, mostrando o parecer do prestador e do tomador, permitir aceitar ou rejeitar o pedido. O sistema deverá enviar um e-mail ao contribuinte contendo o resultado da análise.		
2.20.155	Permitir alterar o status de entrega da NFS-e.		
2.20.156	Permitir importar arquivo de candidatos eleitorais no padrão definido pelo TSE (Tribunal Superior Eleitoral). Gerar arquivo contendo os documentos fiscais emitidos para candidatos eleitorais para ser importado no software do TSE.		



2.20.157	Permitir efetuar a configuração de uma respectiva conta de e-mail institucional do municipal a qual o software deverá utilizar para comunicação automatizada com os contribuintes.		
2.20.158	Permitir utilizar as seguintes configurações para registrar o e-mail institucional: Nome, Endereço de E-mail, Nome de Usuário, Senha, Servidor de entrada de e-mails, Servidor de saída de e-mails, porta.		
2.20.159	Permitir configurar um modelo de e-mail padronizado para ser enviado aos contribuintes automaticamente no ato da emissão da NFS-e.		
2.20.160	Permitir configurar um modelo de e-mail padronizado para ser enviado aos contribuintes automaticamente no ato da substituição da NFS-e.		
2.20.161	Permitir configurar um modelo de e-mail padronizado para ser enviado aos contribuintes automaticamente no ato de cancelamento da NFS-e.		
2.20.162	Permitir configurar um modelo de e-mail padronizado para ser enviado aos contribuintes automaticamente na movimentação do cancelamento da NFS-e.		
2.20.163	Permitir configurar um modelo de e-mail padronizado para ser enviado aos contribuintes automaticamente no ato do cadastro do usuário contendo a senha de acesso ao portal.		
2.20.164	Permitir configurar um modelo de e-mail padronizado para ser enviado aos contribuintes automaticamente no ato da geração da senha para acesso ao WEB SERVICE.		
2.20.165	Permitir configurar datas e horários de atendimento ao contribuinte pelo setor de tributação municipal.		
2.20.166	Permitir executar rotina de virada de exercício.		
2.20.167	Permitir configurar diversos parâmetros de gerenciamento e gestão do ISSQN tais como: Nome prefeitura, Nome secretaria, Nome Departamento, Regra de local de incidência, dias limite para envio de RPS, dias limite para criação de NFS-e retroativa, percentual máximo de dedução e outros.		
2.20.168	Permitir configurar notas explicativas gerais que serão impressas nas cartas de correção eletrônicas CC-e.		
2.20.169	Permitir parametrizar o prazo para substituição de NFS-e, conversão de RPS pelo prestador de serviços.		
2.20.170	Permitir configurar as respectivas guias de recolhimentos com os tipos de declaração mensal de serviços, utilizadas no software de gestão tributária do município para fins de lançamento dos tributos.		
2.20.171	Permitir configurar datas de vencimentos das declarações mensais de serviços, por competência e por guia de recolhimento.		
2.20.172	Permitir cadastrar reduções, isenções ou imunidade para prestadores ou tomadores de serviço.		
2.20.173	Permitir informar a Legislação que institui o incentivo fiscal, isenção, imunidade ou outro benefício fiscal.		
2.20.174	Permitir informar o período de vigência do incentivo cadastrado no software.		



2.20.175	Permitir configurar reduções por percentual ou de alíquota da base de cálculo em um incentivo fiscal.		
2.20.176	Permitir identificar se o incentivo fiscal cadastrado é aplicado somente para o município a qual o prestador está domiciliado ou se o mesmo é válido para todos os municípios.		
2.20.177	Permitir cadastrar incentivo fiscal para uma obra específica através do seu número de registro no INSS como também pela ART.		
2.20.178	Permitir registrar um incentivo fiscal para um respectivo tomador de serviços.		
2.20.179	Permitir cadastrar modelos de relatórios personalizados que serão impressos pelas rotinas no sistema acessado pelo contribuinte.		
2.20.180	Permitir consultar, aprovar ou rejeitar as solicitações de RPS.		
2.20.181	Permitir configurar parâmetros de liberação automática de RPS quando X% já estiver usada.		
2.20.182	Possuir rotina para configurar o certificado digital da prefeitura diretamente por tela do sistema, permitindo também que seja atualizado a qualquer momento.		
2.20.183	Permitir que o usuário da gestão administrativa defira ou indefira as denúncias de não conversão de RPS em NFS-e, dando a possibilidade de consultar as denúncias através de um filtro.		
2.20.184	Permitir o controle de concursos, referentes ao incentivo de emissão de notas, contendo os seguintes recursos:		
2.20.185	Cadastrar um concurso com informações como: Nome, período vigente, data do sorteio, premiação, valor por cupom, Status do concurso;		
2.20.186	Permitir informar o termo de adesão do concurso que será disponibilizado nos canais de atendimento ao cidadão (aplicativo móvel, site da prefeitura);		
2.20.187	Controlar a adesão dos cidadãos ao concurso, registrando o aceite do termo de adesão, data adesão, cpf;		
2.20.188	Permitir que seja incluído no concurso um documento do regulamento (em formato PDF) que será disponibilizado nos canais de comunicação com o cidadão quando o mesmo realizar a adesão ao concurso;		
2.20.189	Permitir que sejam cadastrados determinados CPFs que serão excluídos do concurso (como por exemplo prefeito, vice-prefeito, secretários, empresários envolvidos na doação de premiação, entre outros);		
2.20.190	Possibilitar ao cidadão consulta (através do site da prefeitura e/ou aplicativo móvel android e iOS) das notas incluídas no concurso, bem como os cupons previstos que serão gerados para concorrer à premiação.		
2.21.	Sistema de Gestão de Portal Transparência Lei 131/2009		
2.21.1.	Deverá ser desenvolvido para atender a Lei Complementar nº 101/2009, a qual instituiu a obrigatoriedade quanto à divulgação através de meios eletrônicos e de acesso ao público, dos planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; das prestações de contas e do respectivo parecer prévio; do Relatório Resumido		



	da Execução Orçamentária, do Relatório de Gestão Fiscal e das versões simplificadas desses documentos.		
2.21.2.	O Portal da Transparência, deverá possuir integração automática entre os módulos Contabilidade, Compras e Licitações, Folha de Pagamento, Frotas, Almoxarifado, Patrimônio, Obras e Protocolo possibilitando a demonstração em tempo real de diversas informações exigidas pelas LC 101/2009 e atualmente pelo Ministério Público, simplesmente pelo lançamento desses dados nos referidos módulos.		
2.21.3.	As informações poderão ser visualizadas através de listagem em tela, relatórios e documentos auxiliares inseridos em formato PDF, TXT, XLS ou CSV inclusive para impressão.		
2.21.4.	O sistema deverá realizar a integração entre os módulos Frotas, Obras e Patrimônio de forma automática, dispensando qualquer procedimento operacional para sua demonstração. Caso a entidade não possua os módulos, é possível inserir manualmente os relatórios para serem apresentados no Portal da Transparência.		
2.21.5.	Deverá fazer a geração automática de relatórios em formato PDF apresentando automaticamente estes no Portal da Transparência, os relatórios deverão ser gerados por período, sobrepondo ou não, os anteriores, ainda poderá ser alterada a competência de geração (Mensal, Bimestral, Trimestral e Semestral) com opção de ser acumulado ou não. Deverá permitir também a inclusão de relatórios de forma manual.		
2.21.2.	Possuir opção para a Entidade incluir mensagens nos menus apresentados, como avisos e notas explicativas.		
2.21.7.	Possuir opção de personalização do Portal da Transparência, alterando nomes de menus e submenus, podendo criar novos menus e submenus, alterar a ordem de apresentação tanto dos menus como submenus conforme a necessidade, podendo alterar a sua cor, assim como alterar a imagem do plano de fundo e ícones dos menus.		
2.21.8.	O Portal deverá apresentar gráficos dos valores Arrecadados, Empenhados, Repasses Recebidos e Repasses Enviados. Visualizar os Repasses enviados e recebidos detalhando: Data, Banco e Valor.		
2.21.9.	Demonstração das despesas deverá ter a opção de visualização por Órgão, Função, Elemento da Despesa, Programa e Projeto. Os valores apresentados devem ser cumulativos até a data da consulta e as informações podem ser exportadas em PDF, TXT, XLS ou CSV, permitindo impressão, podendo ainda visualizar estas informações através de gráficos.		
2.21.10.	Demonstração da Receita deverá conter o valor orçado e arrecadado, podendo realizar o detalhamento das receitas chegando até os lançamentos de realização. Os valores apresentados devem ser cumulativos até a data da consulta e as informações podem ser exportadas em PDF, TXT, XLS ou CSV, permitir impressão.		
2.21.11.	Os convênios cadastrados no módulo Contabilidade, devem estar detalhados pelo nº do Convênio, destinatário ou repassador, valor, CNPJ, nº de parcelas,		



	justificativa, data início e término, fonte e o documento disponível para visualização e impressão.		
2.21.12.	As licitações devem ser detalhadas por modalidade, número, processo, data de abertura, situação e objeto. Deve ser possível inserir os documentos em PDF ou scaneados para permitir sua visualização, sendo eles:		
a)	Editais;		
b)	Atas de Sessão;		
c)	Contratos;		
d)	Empenhos;		
e)	Homologações e Ratificações;		
f)	Adjudicações.		
2.21.13.	Os dados informados no módulo Patrimônio, devem demonstrar:		
a)	Código do tombamento;		
b)	Tipo e descrição do patrimônio;		
c)	Data de Aquisição;		
d)	Tipo de incorporação;		
e)	Valor atual;		
f)	Valor da aquisição;		
g)	Situação do bem.		
2.21.14.	Demonstrar todas as obras contendo as seguintes informações:		
a)	Bem;		
b)	Empresa responsável pela obra;		
c)	Data de início;		
d)	Valor do contrato;		
e)	Valor aditivo;		
f)	Valor pago até o momento;		
g)	Situação;		
h)	Medições;		
i)	Planilhas;		
j)	Imagens da Obra;		
k)	Descrição da obra.		
2.21.15.	Visualizar todos os veículos cadastrados no módulo Frotas discriminando:		
a)	Placas;		



b)	Chassi;		
c)	Renavam;		
d)	Data de incorporação;		
e)	Setor e situação.		
2.21.16.	Disponibilizar ainda a opção de demonstrar a quilometragem e gastos por requisição ou por gasto individual do veículo.		
2.21.17.	Visualizar informações importadas na tela de "Diárias", possibilitando ainda anexar documentos e planilhas, disponibilizando consulta por:		
a)	Nome;		
b)	Cargo do funcionário;		
c)	Nº do empenho;		
d)	Processo administrativo (caso houver);		
e)	Data de saída e retorno;		
f)	Destino e motivo da viagem;		
g)	Quantidade de diárias;		
h)	Valor total;		
i)	Valor de passagens (caso houver);		
2.21.18.	Possibilitar visualização das informações importadas do módulo Folha de Pagamento, entre elas:		
a)	Nome do servidor;		
b)	Código de matrícula;		
c)	Cargo / Função;		
d)	Situação;		
e)	Natureza ou classificação do servidor;		
f)	Tipo da folha;		
g)	Salário base (opcional mostrar valores referente aos descontos e proventos);		
h)	Data de admissão;		
i)	Nomeação;		
j)	Lotação;		
k)	Cedido de e cedido para (caso houver).		
2.21.19.	Permitir a visualização do quadro de pessoal, exibindo as vagas criadas, ocupadas e disponíveis por tipos de cargos, inclusive com a consulta mensal ou anual		



2.21.20.	Possuir pesquisas de empenhos por:		
a)	Empenhados;		
b)	Liquidados;		
c)	Pagos;		
d)	Anulados;		
e)	Retidos e a Pagar.		
2.21.21.	Pesquisar também empenhos por programática, devendo permitir os seguintes filtros:		
a)	Órgão;		
b)	Sub-Função;		
c)	Elemento;		
d)	Unidade;		
e)	Programa;		
f)	Desdobramento;		
g)	Sub-desdobramento.		
2.21.22.	Possibilitar a consulta dos empenhos que já estão liquidados e aptos para pagamento.		
2.21.23.	Visualização das Leis e Atos que derivam do módulo contabilidade, permitindo pesquisa pelos filtros:		
a)	Data inicial;		
b)	Data Final;		
c)	Escopo;		
d)	Natureza;		
e)	Tipo de Documento Legal;		
f)	Ano;		
g)	Número.		
2.21.24.	Possibilitar solicitações de pedidos de informação pelo Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC), permitindo ser identificado ou anônimo, devendo ser tramitados no módulo de protocolo.		
2.21.25.	Permitir a Entidade inserir as perguntas e respostas frequentes realizadas pelo público, no intuito de auxiliar quanto ao esclarecimento de dúvidas gerais.		
2.22.	Sistema de Gestão de Recursos Humanos, Folha de Pagamentos, E-Social e medicina e segurança do trabalho);		



2.22.1	O Software de Folha de Pagamento Web deverá contar com integração nativa ao cadastro de pessoas compartilhado aos demais módulos, facilitando o reaproveitamento de dados pessoais, endereços, dados bancários, dentre outras informações, durante o cadastro de novos vínculos funcionais.		
2.22.2	Necessário que o módulo seja multiusuário e exista a possibilidade de gerenciamento para várias empresas/entidades, dispondo de navegação direta dentre elas para usuários com permissão.		
2.22.3	Disponibilizar de Paineis Dashboard com informações de níveis gerenciais, como: Número de Servidores Ativos, Servidores Afastados, Demitidos e em Férias durante a Competência consultada.		
2.22.4	Disponibilizar de Paineis Dashboard com resumos analíticos, auxiliando os gestores em tomadas de decisões com informações relevantes, tais como: Número de Servidores Afastados, Resumo Situações de Férias e em Licença Prêmio dentro da competência consultada.		
2.22.5	Disponibilizar de Paineis Dashboard para Resumo da Folha de Pagamento, onde seja apresentado o total de proventos, total de descontos, total líquido, resumos previdenciários de todas as previdências existentes, resumo de consignados por banco, possibilitando ainda realizar filtros para visualizar tipos de folhas ou regimes de trabalho específicos.		
2.22.6	Possibilitar filtrar matrícula, garantindo a navegação geral do sistema em suas rotinas, buscando a facilidade de acesso das informações consultadas para determinada matrícula.		
2.22.7	Possuir quadro de resumos comparativos para auxílio de análises, gerando facilidade no entendimento e andamento de folhas de pagamento para competências diferentes, com a opção de impressão.		
2.22.8	Disponibilizar de consultas de históricos funcionais, em tempo real e com linha do tempo, apresentando as datas para cada movimentação ou mudanças do servidor, dispondo de link direto de acesso as movimentações relacionadas.		
2.22.9	Possuir consulta em tela e impressão de Recibos de Pagamentos dos Servidores, Estagiários, Prestadores de Serviços (Autônomos), Recibos e Avisos de Férias, Termos de Rescisão e Exoneração e Resumos de Folha de Pagamento.		
2.22.10	Gerenciar o Tempo de Serviço dos servidores, permitindo configurar a quantidade de tempo para as progressões automáticas, classificadas por categorias e regimes.		
2.22.11	Permitir a manutenção de período aquisitivo de adicional por tempo de serviço, realizando averbações ou deduções de períodos conforme a legislação vigente.		
2.22.12	Permitir a manutenção de período aquisitivo de licença prêmio e férias, realizando alterações/correções de datas ou deduções de direito conforme a legislação vigente.		
2.22.13	O sistema deverá possibilitar o seu uso, mesmo durante o processo de cálculo da folha, possibilitando ao usuário o cadastro de movimentações ou outros em paralelo com a rotina de cálculo sendo realizada.		



2.22.14	Contar com gerenciamento através de consultas em telas, das folhas já pagas, possibilitando ainda ao usuário a realização de pagamentos diversos dentro de uma mesma competência para os servidores públicos.		
2.22.15	Disponibilizar rotina de integração contábil, com opção de escolher a folha necessária, assim como disponibilizar resumos dos valores para facilidade dos usuários que realizam os empenhos, onde a integração deverá ser no modelo nativo entre os módulos de folha e contabilidade, dispensando assim o uso de arquivos.		
2.22.16	Possuir gerenciamento de contas diversas durante a realização dos pagamentos dos servidores públicos, assim como a possibilidade de processar arquivos bancários de diferentes bancos.		
2.22.17	Possuir rotina de controle de pensão alimentícia, permitindo definir os tipos de cálculos que serão executados para cada pensão alimentícia de forma automática, conforme cada decisão judicial.		
2.22.18	Permitir ao gestor, gerar os créditos de pensão alimentícia para os beneficiários através de arquivos bancários.		
2.22.19	Gerar ocorrências diversas durante o cálculo da folha, auxiliando os usuários em possíveis erros encontrados durante a rotina, ou alertas que devem ter a atenção do gestor do sistema de Folha.		
2.22.20	Permitir o controle e configuração de afastamentos reincidentes, permitindo informar mais de um CID.		
2.22.21	O sistema deverá administrar os diversos cálculos existentes de forma separada, onde contemple tipos de Folha Mensal, Férias, Licença prêmio, 13º Salário e 13º Salário 2ª parcela, Rescisão e Folhas Complementares, permitindo aos usuários acessos a consultas individualmente.		
2.22.22	Permitir diferentes configurações para o pagamento de Férias, onde seja possível definir regras diferentes para cada regime de trabalho existente, indicando sobre o cálculo de adiantamento salariais, somente do abono constitucional e ainda se existem deduções que afetem os dias de direito dos servidores.		
2.22.23	Gerenciar os locais de trabalho de forma individual ao cadastro de organogramas, assim como permitir o cadastro e vinculação dos postos de trabalho existentes dentro dos locais de trabalho, com controle completo dos históricos funcionais para compor a vida funcional dos servidores.		
2.22.24	Disponibilizar de consultas de médias calculadas por período aquisitivo de licença prêmio, férias, 13º salário e rescisão que contemplem as movimentações citadas, detalhando os valores e referências apuradas em cada competência de cálculo para composição dos valores de cada verba existente.		
2.22.25	Possuir mecanismos para conferência de líquido dos servidores, comparando com o líquido de outras competências.		
2.22.26	Disponibilizar acesso do resultado de cálculo em tela financeira dos servidores, possibilitando verificar os valores de encargos e FGTS gerados, ainda apresentando detalhadamente as unidades das verbas, como a composição da base de cálculo gerado para as mesmas.		



2.22.27	Permitir realizar lançamentos para o mês atual ou para um período específico de datas, inclusive com lançamentos de mesmo evento para a mesma competência realizando cálculos proporcionais.		
2.22.28	Permitir o gerenciamento de lançamento de férias coletivas para os servidores públicos, com opção de escolher regimes específicos ou outros tipos de filtros conforme necessidade do ente.		
2.22.29	Permitir realizar lançamentos para o mês atual ou para um período específico de datas, inclusive com lançamentos de mesmo evento para a mesma competência realizando cálculos proporcionais.		
2.22.30	Gerenciar o cálculo para matrículas que possuam mais de um vínculo funcional ativo, somando as bases de cálculos para o Imposto de Renda e Previdência para os descontos, realizando ainda a distribuição uniforme dos valores dos impostos.		
2.22.31	Possuir controle de empréstimos, com o lançamento e controle de históricos de quitação, interrupção e refinanciamento, como consultas e configuração da margem para os consignados.		
2.22.32	Possuir controle de tabelas e plano salariais, permitindo anexar os cargos que estão vinculados a um determinado plano.		
2.22.33	Contar com gerenciamento de fechamento de folha, que apresente os resumos em tela para a devida exportação e conferência de valores junto ao programa SEFIP.		
2.22.34	Realizar a geração, controle e consultas necessárias para o auxílio nas prestações de contas junto ao órgão do tribunal de contas do estado.		
2.22.35	Permitir aos usuários, realizar o cadastro e configuração de estruturas modelos de arquivos, que resulte em exportações para sistemas terceiros, conforme a necessidade do ente.		
2.22.36	Permitir o cadastro, controle e pagamento de prestadores de serviços, estagiários, aposentados, pensionistas e servidores públicos.		
2.22.37	Possuir controle de cargos por vagas, vagas por lotação e vagas por plano salarial, emitindo aviso quando ultrapassar a quantidade de vagas configuradas. Necessário o controle de legislação para os cargos (Criação, Atualização e Extinção).		
2.22.38	Possuir cadastro de concursos públicos e testes seletivos.		
2.22.39	Possuir controle de previdências com o armazenamento de históricos de tabelas e de valores, para casos de possíveis retificações.		
2.22.40	Possuir integração com módulo de portal de transparência em tempo real, não sendo necessário realizar procedimentos na aplicação ou geração de arquivos.		
2.22.41	Possuir controle e comunicação com o eSocial em tempo real, dispensando a geração de eventos para transmissão de forma manual.		
2.22.42	Possuir rotina para lançamento de múltiplas verbas para múltiplos servidores, múltiplos eventos para um mesmo servidor, múltiplos servidores para uma mesma verba, permitindo também reajustes percentuais de verbas já lançadas e atualizações manuais.		



2.22.43	Permitir realizar movimentações de faltas, inclusive informando se serão justificadas ou não e deduzindo automaticamente nos períodos aquisitivos de férias, licença-prêmio, adicional por tempo de serviço e 13º salário conforme configuração prévia.		
2.22.44	Permitir realizar movimentações de elevações, promoções e reenquadramento de servidores.		
2.22.45	Permitir realizar movimentações de mudança de organograma/lotação, local de trabalho, posto de trabalho.		
2.22.46	Permitir cadastrar movimentação de servidor efetivo nomeado para exercer cargo de confiança ou político, inclusive com opções de remuneração entre o cargo efetivo e o nomeado e opções de base de cálculo para previdência.		
2.22.47	Permitir realizar movimentações de nomeação em funções gratificadas, sendo configuradas por valor, dia, hora ou percentual.		
2.22.48	Contar com o gerenciamento das informações enviadas junto ao programa DIRF, possibilitando ainda a importação dos comprovantes de rendimentos gerados pelo programa do governo direto no sistema da folha, para que os servidores possam emitir por acesso online, assegurando assim que as informações estejam identivas as enviadas.		
2.22.49	Possibilitar a geração de arquivos que cumpram a prestação de contas junto aos sistemas do governo, tais como RAIS, DIRF, CAGED e SEFIP.		
2.22.50	Permitir o reajuste global ou individual das tabelas salariais existentes.		
2.22.51	Permitir informar base de cálculo de previdência e imposto de renda retidos em outras entidades para que os cálculos dos impostos sejam computados de forma correta, gerando as devidas deduções de recolhimentos já realizados.		
2.23.	Portal do Servidor Municipal / movimentos		
2.23.1.	Permitir a visualização do histórico funcional do servidor, exibindo férias e demais históricos de movimentações;		
2.23.2.	Permitir o acesso aos diversos tipos de servidores que podem existir na entidade, tais como: Funcionários, Estagiárias, Pensionistas, Aposentados e Autônomos;		
2.23.3.	Possuir mecanismo para seleção de vínculos trabalhistas, quando o servidor possui ou possuiu mais de um vínculo com a entidade;		
2.23.4.	Permitir a consulta e impressão de holerites e recibos de pagamentos mensal, de férias, RPA, recibo de pagamento de estagiários e termos de exoneração;		
2.23.5.	Permitir o acesso de servidores após o seu desligamento;		
2.23.6.	Permitir a emissão do comprovante de rendimentos em tela no formato PDF e a impressão do mesmo.		
2.23.7.	Permitir a movimentação de funcionários.		
2.24.	Sistema de Gestão do Ponto Eletrônico		



2.24.1.	Os dados de acesso deverão ser armazenados em nuvem, utilizando servidores renomados que garantam o resguardo das informações, backups, a segurança e as atualizações;		
2.24.2.	Deverá possuir banco de dados relacional, orientado a objeto que seja seguro, gratuito e de código aberto.		
2.24.3.	Deverá realizar acesso via internet através de browsers, desenvolvido no modelo responsivo, ou seja, possibilitando o acesso através de dispositivos móveis em telas de diferentes tamanhos.		
2.24.4.	Permitir o acesso simultâneo (multiusuários), possibilitando ainda a definição de diferentes perfis de acesso para permissões específicas.		
2.24.5.	Realizar controles de acesso e registros de ponto delimitando Endereços de IP (Internet Protocol).		
2.24.2.	Apresentar painéis em Dashboard com gráficos estatísticos para auxílio na tomada de decisão no gerenciamento do ponto eletrônico.		
2.24.7.	Deverá permitir consultas dos registros do ponto em tempo real pelos servidores via internet, através de browsers e dispositivos mobile.		
2.24.8.	Possuir Relógio Interno para realização do registro do ponto para departamentos ou locais específicos ou funcionários.		
2.24.9.	Possibilitar acesso direto aos registros inconsistentes, de maneira que auxilie o usuário na correção e tratativa das informações necessárias.		
2.24.10.	Possibilitar o gerenciamento de banco de horas.		
2.24.11.	Possibilitar definir o tipo de crédito de horas no banco, com ou sem acréscimo do adicional.		
2.24.12.	Permitir levar saldo negativo para meses posteriores.		
2.24.13.	Possibilitar o cadastro e o gerenciamento diversificado de Banco Dias.		
2.24.14.	Controlar através do banco dias saldo de férias, eleitoral e outros créditos para controle de gozo dos servidores.		
2.24.15.	Disponibilizar os saldos de Banco Horas e Banco Dias, apresentando para o servidor a posição atual, em tela e em tempo real.		
2.24.16.	Permitir ao servidor realizar solicitação interna, criando demandas que impactam no gerenciamento do ponto, com controles de ciência por parte dos responsáveis.		
2.24.17.	Disponibilizar fluxos para os trâmites de solicitações, com opções de autorizar, deferir e indeferir dependendo de cada perfil de acesso.		
2.24.18.	Permitir pesquisas por assunto, situação e por tipo para as solicitações, mantendo histórico completo dos trâmites realizados com datas, horas e o usuário que tramitou.		
2.24.19.	Possibilitar cadastrar tipos de solicitações diversos, atendendo as necessidades de trâmites que impactam no resultado do ponto e horários dos servidores.		



2.24.20.	Realizar a coleta e o gerenciamento dos registros de horários dos relógios pontos de todos os locais controlados pela entidade, via comunicação TCP-IP, gravando a identificação, data e hora.		
2.24.21.	Permitir a importação de arquivos do tipo AFD (Arquivo Fonte de Dados) manualmente, gravando a identificação, nome do coletor, data e hora.		
2.24.22.	Possibilitar a geração dos arquivos AFDT e ACJEF para o fisco.		
2.24.23.	Possuir integração com o sistema de Folha de Pagamento para coleta de informações cadastrais e ocorrências relacionadas ao gerenciamento do cartão ponto sem que haja a interferência do usuário para os seguintes dados:		
a)	Cadastro de Funcionários;		
b)	Cadastro de Cargos;		
c)	Cadastro de Departamentos;		
d)	Cadastro de Locais de Trabalho;		
e)	Cadastro de Horários de Trabalho;		
f)	Cadastro de Feriados;		
g)	Cadastro de Afastamentos;		
2.24.24.	Programações de Férias.		
2.24.25.	Permitir o cadastro de funcionários.		
2.24.22.	Permitir o cadastro de cargos.		
2.24.27.	Permitir o cadastro de feriados.		
2.24.28.	Permitir o cadastro de departamentos.		
2.24.29.	Permitir o cadastro de locais de trabalho.		
2.24.30.	Permitir o cadastro de horários de trabalho.		
2.24.31.	Permitir o cadastro de motivos / ocorrências.		
2.24.32.	Gerenciar quadro de horários do tipo fixo, flexível e revezamentos.		
2.24.33.	Possuir estrutura que possibilite descentralizar o gerenciamento do sistema.		
2.24.34.	Realizar a exportação do resultado do ponto para o sistema de folha de pagamento por meio de integração nativa.		
2.24.35.	Possibilitar definir os eventos que serão enviados para o sistema de folha de pagamento e o tipo de lançamento, se inteiro (dia), hora centesimal ou hora em minutos.		
2.24.32.	Permitir o gerenciamento por departamento, onde o responsável realize justificativas, consultas e impressões dos relatórios dos funcionários relacionados ao departamento.		
2.24.37.	Possibilitar definir o fluxo de solicitações em cada nível de gerenciamento e com visualização específica em cada nível para todo o gerenciamento do sistema.		



2.24.38.	Permitir a emissão de relatórios ou justificativas em lote possibilitando filtrar funcionários, departamentos, cargos e locais de trabalho.		
2.24.39.	Permitir o gerenciamento por local de trabalho, onde o responsável realize justificativas, consultas e impressões dos relatórios dos funcionários relacionados ao local.		
2.25.	Sistema de Processos Digitais		
2.25.1.	Permitir o controle de numeração de processos com possibilidade de reinício a cada novo exercício, bem como possuir controle de numerações distintas por tipos de processos, conforme necessidade da entidade;		
2.25.2.	Permitir o cadastro de roteiros e documentos por assunto.		
2.25.3.	Possuir bloqueio para não permitir a duplicidade cadastral em assuntos, documentos e locais;		
2.25.4.	Permitir a configuração de acessos por local aos usuários, não permitindo a tramitação de processos que não estejam nos locais ao quais o usuário possua permissão.		
2.25.5.	Permitir a configuração de usuários administradores, que possuem acesso a qualquer local.		
2.25.2.	Permitir a abertura de processos por diversos setores da entidade;		
2.25.7.	Possibilitar o relacionamento de requerentes e responsáveis adicionais ao processo;		
2.25.8.	Possibilitar o relacionamento de endereço complementar ao processo;		
2.25.9.	Possibilidade da identificação dos participantes no processo, como arquiteto, engenheiro e responsável técnico. Deve ser possível conforme necessidade da entidade, que sejam realizados os cadastros dos tipos desejados, para que estejam disponíveis para vinculação na abertura dos processos tanto internamente, quanto externamente pelo próprio cidadão. Estes novos relacionados ao processo devem ser demonstrados apenas em assuntos com parametrização para recebimento destas informações extras;		
2.25.10.	Possuir aviso na abertura do processo ao usuário interno, indicando a existência de outros processos do mesmo assunto para o requerente;		
2.25.11.	Possibilitar a indicação da finalidade do processo, sendo de atendimento ao público ou interno;		
2.25.12.	Possuir opção no cadastro de processos, para identificação da sua prioridade, possibilitando inclusive que a classificação seja realizada em processos já abertos e sem a informação;		
2.25.13.	Possibilitar a ordenação dos processos por ordem de movimentação;		
2.25.14.	Possibilitar a emissão de comprovante de protocolização com envio por e-mail.		
2.25.15.	Permitir a emissão de etiquetas e comprovantes com identificação do processo por código de barras.		



2.25.16.	Possuir rotina que permita que seja parametrizado por usuário o modelo de impressão desejado para as etiquetas, com opção de escolha quando existir mais de um tipo. Essa necessidade justifica-se pelo fato de existirem impressoras distintas entre os locais para geração e cada qual com suas características peculiares, em especial no caso de etiquetas;		
2.25.17.	Possuir rotina para definição de graus de sigilo aos processos, bloqueando a sua consulta para locais não relacionados.		
2.25.18.	Permitir a inclusão de arquivos digitalizados aos processos, possuindo rotina para aceite ou recusa dos arquivos, com comunicação ao requerente quando cada arquivo for recusado;		
2.25.19.	Possuir rotina de recebimento múltiplo utilizando código de lote gerado nos encaminhamentos dos processos.		
2.25.20.	Permitir a execução das tramitações tanto de forma individual quanto múltipla, para etapas de recebimento, arquivamento e encaminhamento de processos;		
2.25.21.	Permitir a inclusão da identificação física de arquivamento do processo, possibilitando inclusive a transferência da identificação física de arquivamento em processos, sem a necessidade de serem efetuadas tramitações de reabertura e rearquivamento;		
2.25.22.	Possuir rotina para reabertura de processos arquivados, reinserindo a possibilidade de tramitação dos processos reabertos.		
2.25.23.	Possuir rotina para anexação/apensamento de processos entre si, e neste caso na tramitação do processo principal, os processos relacionados devem ter a tramitação automática conforme o processos denominado como "pai";		
2.25.24.	Permitir a visualização do histórico de toda a tramitação efetuada nos processos com indicação de datas e usuários que a realizaram, além de permitir a visualização e download de todos os anexos que compõem o processo;		
2.25.25.	Permitir a edição do último trâmite do processo efetuada pelo usuário, evitando a necessidade de nova tramitação para inclusão de novas informações quanto a pareceres.		
2.25.26.	Possuir rotina para exclusão de trâmites indevidos/errôneos, evitando a necessidade de tramitações para correção, devendo possuir inclusive a opção de correção em lote, para por exemplo corrigir a tramitação de diversos processos encaminhados erroneamente para determinado local;		
2.25.27.	Possuir indicadores para demonstrar os processos a receber nos locais referentes ao usuário.		
2.25.28.	Possuir indicadores para demonstrar os processos que estão nos locais referentes ao usuário, para possibilitar encaminhamento ágil destes.		
2.25.29.	Possuir rotina de disparo de e-mail ao Requerente na Abertura e em todas as tramitações do processo.		
2.25.30.	Possuir rotina de Disparo de e-mail aos usuários quando encaminhado processo a locais que possua acesso.		
2.25.31.	Possuir rotina para que na tramitação seja possível identificar tramitações como sendo privadas, ou seja, para que na consulta externa pelo requerente não sejam exibidos os dados inseridos, permitindo assim anotações internas entre locais;		



2.25.32.	Possuir rotina de Controle de Tramitação por Roteiro, com possibilidade de que em assuntos específicos seja possível a tramitação somente para os locais e sequências definidas no roteiro, tanto na Abertura, Encaminhamento e Arquivamento dos processos, com identificação dos locais em que é possível o arquivamento.		
2.25.33.	Possuir dashboards gerenciais para rápida identificação dos processos pendentes e sob responsabilidade do local e usuário;		
2.25.34.	Possuir integração com o Sistema de Tributação para demonstrar aviso quando o requerente possuir situação de inadimplência com a Prefeitura.		
2.25.35.	Possuir rotina para geração de documento de arrecadação de acordo com o assunto do processo, com impressão de boleto para recebimento na rede bancária, com a geração de débito no Sistema Tributário.		
2.25.32.	Possuir consulta das tramitações dos processos pelos requerentes através de senha ou CPF/CNPJ, em ambiente sem login de usuário;		
2.25.37.	Permitir a inclusão de documentos digitalizados na consulta externa do requerente, possibilitando a complementação de documentos solicitadas por meio de tramitação do processo. Sem necessidade de efetuar login no sistema;		
2.25.38.	Possuir rotina para abertura de processos externamente pelos requerentes, sem necessidade de deslocamento até a entidade para efetuar a protocolização e também sem a necessidade de efetuar login no sistema;		
2.25.39.	Possuir rotina para que na abertura externa, por assunto seja definido termo de aceite para a conclusão da abertura do processo;		
2.25.40.	Permitir a indicação de nota explicativa no ambiente de abertura externa para facilitar a utilização pelos requerentes;		
2.25.41.	Permitir ao requerente na abertura externa de processos a demonstração dos valores a serem recolhidos de acordo com o assunto do processo.		
2.25.42.	Permitir a demonstração ao requerente dos documentos necessários para abertura do processo de acordo com o assunto.		
2.25.43.	Possuir rotina para geração de documento para arrecadação na abertura externa de acordo com o assunto do processo.		
2.25.44.	Permitir a inclusão de documentos digitalizados na abertura externa de processos diretamente pelo requerente.		
2.25.45.	Possuir a possibilidade de que sejam aceitos processos anônimos na abertura de processos do tipo Ouvidoria. Caso a entidade entender por não aceitar aberturas sem identificação do requerente a opção deve ser desabilitada pela própria entidade;		
2.25.46.	Possuir ambiente em área logada pelos cidadãos, onde seja possível visualizar todos os seus processos, bem como efetuar no mínimo:		
2.25.47.	Abrir novos processos;		
2.25.48.	Incluir novos arquivos digitalizados em processos já existentes;		
2.25.49.	Efetuar tramitação complementar em processos já existentes;		
2.25.50.	Reabrir processos arquivados;		



2.25.51.	Avaliação de atendimento por processo;		
2.26.	Sistema Integrado de Governo Digital, processo digital, workflow e assinadores		
2.26.1.	O sistema deve ter implementado através de ferramenta de acesso ao cidadão		
2.26.2.	Permitir definição de grupos de acesso.		
2.26.3.	Permitir definição de permissões de grupos de acesso por determinado tipo de tarefa ou fluxo de trabalho.		
2.26.4.	Permitir a criação de grupo de processos de maneira dinâmica.		
2.26.5.	Permitir a utilização de formulários dinâmicos, possibilitando validação das informações com os sistemas utilizados pela Entidade.		
2.26.2.	Permitir a integração com os sistemas de gestão utilizados pela Entidade;		
2.26.7.	Permitir formulários com autocomplete de dados consultados em demais sistemas utilizados pela Entidade;		
2.26.8.	A representação gráfica construída pelo usuário, deverá compor a estrutura do sistema respeitando: fases, formulários, prazos, documentação obrigatória e condições estabelecidas no Fluxo no momento da sua criação.		
2.26.9.	Permitir definição do tipo de arquivo (Ex. PDF, ODT,DOCX,JPG,XLS) que serão obrigatórios durante determinada fase do fluxo, não permitindo a continuidade do processo sem sua vinculação.		
2.26.10.	Permitir visualização de linha do tempo das tarefas, contendo informações como: Data de criação, responsável, descrição e status da tarefa;		
2.26.11.	Permitir visualização gráfica da localização da tarefa no diagrama, com a quantidade de tarefas concluídas e pendentes;		
2.26.12.	Permitir visualização gráfica da localização da tarefa no diagrama, com visão macro do processo com etapas anteriores e posteriores a posição atual, apresentando a quantidade de vezes que a tarefa passou por determinada fase.		
2.26.13.	Permitir a gestão de atribuição de responsável ou repasse de responsável pelo usuário atual.		
2.26.14.	Possibilitar criação de modelos de arquivos, tornando-o um modelo pré definido para determinados processos, permitindo editá-lo a qualquer momento.		
2.26.15.	Permitir utilização de cabeçalhos, rodapés ou demais seções do arquivo de forma fixa.		
2.26.16.	Permitir utilização de imagens, tabelas, formatações de fontes nos modelos de arquivo pré definidos;		
2.26.17.	Permitir aprovação digital de um ou mais usuários nos documentos utilizados dentro do fluxo definido.		
2.26.18.	Permitir a visualização de processos criados pelo usuário, atribuídas ao usuário ou ao grupo do usuário em forma de lista.		



2.26.19.	Permitir a visualização de tarefas atribuídas ao usuário e pendentes de atendimento.		
2.26.20.	Permitir ao usuário a criação de tarefas dinâmicas de forma independente, sem a necessidade de definição de fluxo, com atribuição direto a um responsável.		
2.26.21.	Controlar o tempo previsto (dias/horas) para execução de cada atividade pelo usuário responsável com a possibilidade de notificação ao exceder a previsão definida.		
2.26.22.	Permitir a integração com o sistema do Ministério da Economia (SouGov.br).		
2.26.23.	Permitir a visualização do domicílio eletrônico.		
2.30	Portal Web (Site Institucional)		
2.30.1	A Aplicação deverá ser desenvolvida para ser utilizado na internet, responsiva, possibilitando o acesso em celulares e tablets.		
2.30.2	Utilizar conexão segura através dos protocolos HTTPS.		
2.30.3	Permitir a gestão de cores da homepage através da conta do administrador da homepage, com vinculação do brasão da Entidade.		
2.30.4	Possuir painel administrativo com exigência de usuário e senha para gestão da homepage.		
2.30.5	Possuir recuperação de senha automática para casos de perda de senha do Gestor, através do informe do e-mail.		
2.30.6	Disponibilizar homepage personalizável, onde poderá ser definida a disponibilização de notícias, galerias, eventos, links úteis, enquetes e serviços.		
2.30.7	Disponibilizar o cadastro de eventos da Entidade para serem exibidos na página principal.		
2.30.8	O cadastro de eventos deve permitir:		
2.30.9	a) Data;		
2.30.10	b) Hora início do evento;		
2.30.11	c) Hora fim do evento;		
2.30.12	d) Nome do local;		
2.30.13	URL do local do evento (link google maps);		
2.30.14	Os eventos devem ser criados primeiramente em formato rascunho e assim que validado permitir a publicação do mesmo.		
2.30.15	O usuário administrador pode adicionar, alterar e excluir eventos;		
2.30.16	Permitir a inserção de páginas conforme a necessidade da Entidade para serem exibidos na página principal.		
2.30.17	As inserções de imagens devem criar uma galeria virtual para em seguida serem atribuídas as suas devidas funcionalidades na homepage.		



2.30.18	Permitir o envio de Imagens com o tamanho de até 1146x410 Pixels.		
2.30.19	Permitir a Entidade, adicionar imagens, que serão exibidas no banner superior da homepage.		
2.30.20	Permitir relacionar uma notícia ao banner superior.		
2.30.21	Permitir acrescentar uma enquete na página principal.		
2.30.22	Possuir configuração que irá definir se a enquete poderá ser votada mediante autenticação ou não.		
2.30.23	Possibilitar o cadastramento de galerias de imagens, para serem exibidas na página principal.		
2.30.24	Permitir o cadastramento de notícias, que serão exibidas na página principal.		
2.30.25	Possibilitar ao gestor definir qual será a notícia destaque, que irá aparecer em uma área diferenciada na página.		
2.30.26	Permitir o cadastramento de serviços conforme demanda da Entidade.		
2.30.27	Disponibilizar na página principal uma listagem de links úteis, que a Entidade deseja disponibilizar ao usuário.		
2.30.28	Permitir ao gestor configurar a quantidade de galerias que serão mostradas na página principal.		
2.30.29	Disponibilizar links de direcionamento para as redes sociais twitter e facebook, caso a Entidade possua conta.		
2.30.30	Possuir listagem dos serviços mais acessados na página principal.		
2.30.31	Possibilitar transmissão das sessões através de áudio e vídeo em tempo real, mediante link com os equipamentos da contratante.		
2.30.32	Permitir a criação de links personalizados, inclusive se valendo de links externos da Entidade.		
2.30.33	Permitir acesso aos servidores aos sistemas de Gestão da Entidade através de link informado na Home Page (Meu acesso).		
2.30.34	Permitir a criação de enquetes personalizadas através do painel administrador.		
2.30.35	Permitir opção de utilização ou não do CAPTCHA para enquetes.		
2.30.36	Permitir informar data de início e data de fim das Enquetes.		
2.30.37	Permitir gerenciamento das Enquetes através de lista com filtros de enquetes: Publicadas, Rascunho, Próximo ao término e Finalizadas.		
2.30.38	Permitir acesso a ferramenta de e-mail utilizada pela Entidade.		
2.30.39	Permitir redirecionamento aos demais portais utilizados pela Entidade, tais como Portal Transparência, Portal de acesso do Servidor, Consultas de licitações, Consultas de Protocolos.		
2.31	Sistema de gestão módulo do gestor		



2.31.1	Permitir a integração em tempo real por carga dos dados dos sistemas em produção		
2.31.2	Permitir a criação de gráficos da despesa		
2.31.3	Permitir a criação dos gráficos da receita		
2.31.4	Permitir a visualização de gráficos de pizza, barras		
2.31.5	Possuir gráficos de indicadores da receita e da despesa		
2.31.6	Possuir gráficos de índices constitucionais		
2.31.7	Permitir acessar via de forma renderizada via celular		
2.32	Sistema de Gestão de API Geoprocessamento.		
2.32.1	A integração deverá ser feita de forma contínua e agendada. Sendo que a empresa terceira deverá enviar as alterações para os Sistemas Tributário cada vez que o cadastro/movimento sofrer tal alteração, e também ao consultar qualquer recurso listado nas Tabelas, acessar a API desenvolvida para certificar-se de que o cadastro está atualizado, e caso não esteja persistir as alterações em sua base de dados, da mesma forma o software de Tributação deverá percorrer o caminho reverso atualizando os dados no ambiente do Geo.		
2.32.2	A Integração deverá ser disponibilizada por uma API de recursos CRUD (Create, Read, Update, Delete), que possa ser acessada por sistemas de terceiros. Dessa forma os recursos seriam chamados somente quando necessário, como no caso de uma alteração cadastral, economizando recursos e fazendo uma transação assistida, possibilitando assim o tratamento de exceções.		
2.32.3	Além dos recursos CRUD disponibilizados na API, também deverão ser implementados recursos de controle de acesso. Garantindo que somente pessoas autorizadas tenham acesso às informações da entidade e também que seja possível auditar toda e qualquer operação realizada por sistemas de terceiros. Visto que as informações alteradas no cadastro influenciam em todo o sistema, como cálculo de IPTU e emissão de guias diversas.		
2.32.4	Todas as alterações deverão ser gravadas em ambiente de “log” internamente nas tabelas do sistema de tributação, dispondo de forma eletrônica todas as possíveis mudanças nos cadastros e demais tabelas afetadas pela alteração, gravando de forma automatizada, o IP interno ou externo, usuário, dado atual, dado anterior, hash ou nome da máquina, possuindo.		
2.32.5	Deverá a API possibilitar a consulta, inclusão, alteração e exclusão dos seguintes recursos e outras tabelas correlatas sem custo adicional:		



2.32.6	Deverá ainda ser implementada a auditoria das operações efetuadas no sistema, ficando disponível para posterior consulta no sistema Tributário local, da mesma forma que as alterações feitas no próprio sistema.		
2.32.7	Todos os log's deverão ser compatíveis com a linguagem de log's atualmente aplicadas pelo atual sistema tributário para que sejam gravados na mesma tabela de dados pré existentes, facilitando assim os relatórios de dados já incluídos e alterados.		
2.32.8	Os recursos deverão ser disponibilizados com possibilidade de paginação, filtros e request parcial, onde o cliente poderá escolher quais campos deseja receber na resposta da requisição, a fim de otimizar os recursos e obter um melhor desempenho da aplicação.		
2.32.9	A documentação da API deverá ser feita por meio da ferramenta digital, disponibilizando todas as rotas de acesso, parâmetros obrigatórios e exemplos de requisições.		

2.31	Sistema de gestão de Leis e Atos		
2.31.1	Possuir cadastro único para todos os módulos de leis e atos		
2.31.2	Possuir campos de digitação como; código tce, número, ano vigência, escopo, documento, natureza, tipo de assunto, súmula e vinculação da íntegra do ato.		
2.31.3	Permitir a vinculação do veículo de publicação.		
2.31.4	Permitir localizar ou arrastar arquivos para anexar		
2.31.5	Possuir a vinculação de autores.		

2.32	Sistema de gestão de Cadastro único		
2.32.1	Possuir módulo de cadastramento único para pessoas físicas e jurídicas		
2.32.2	Possuir campos para definir através de marcações se é Contribuinte, fornecedor, pessoal, protocolo ou produtor rural.		
2.32.3	Possuir cadastramento de leis e atos		
2.32.4	Possuir cadastramento de agencias		
2.32.5	Possuir cadastramento de bairros		
2.32.6	Possuir cadastramento de logradouros		
2.32.7	Possuir cadastramento de cidades		



2.32.8	Possuir tela de parametrização de API com a opção de cadastramento de Path Variable, Query Params e metadados.		
2.32.9	Permitir cadastramento de consultas dinâmicas permitindo autonomia ao usuário ou operador para o cadastramento de consultas por SQL, permitindo a emissão de relatórios com os campos escolhidos (variáveis) possibilitando a exportação via arquivo ou exportação.		
2.32.10	Permitir a anexação de arquivos cadastrados para a posterior assinatura de pessoas.		

2.33	Sistema de gestão de EFD-REINF		
2.33.1	Possuir módulo de Geração		
2.33.2	Possuir filtros de pesquisa de operação, competência, fornecedor, ocorrências do tipo inclusão, alteração, exclusão.		
2.34	Apresentar o evento, status, protocolo, tipo de evento, resposta do processamento, protocolo, data e hora do processamento, numero do recibo, hash do recibo e id do evento no Xml.		

Descrição técnica Software de Saúde

CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS ESTRUTURAIS (POC)

Atendimento de 70% em geral.

Consideram-se obrigatórias todas as características aqui apresentadas e, ressalta-se que qualquer uma destas características pode, a critério da comissão de avaliação, ser demonstrada no teste de conformidade sem prévio aviso.

Em consideração aos itens que são considerados obrigatórios, mas não compõem a prova de conceito, informa-se que a proponente que não cumprir integralmente os itens aqui expostos, será considerada inapta e consequentemente, deve ser desclassificada do ato licitatório.

Requisitos não funcionais - Neste ponto, descreve-se todas as características relativas a desempenho, arquitetura, usabilidade, disponibilidade e tecnologias envolvidas que o SOFTWARE deve apresentar:

Pode ser dividido em módulos, desde que haja total e irrestrita integração entre os mesmos, em tempo real, sem necessidade de ações por parte dos usuários, excetuando-se as aplicações complementares (devidamente qualificadas no termo de referência).

Permitir indexação;

Não possuir limitação em relação ao tamanho do banco de dados;



Não possuir limitação em relação ao número de acessos ou transações (limitado a capacidade dos servidores);

Permitir minimamente 30 TB por tabela em sua estrutura;

Permitir número ilimitado de linhas em uma tabela;

Não limitar o número de índices;

Permitir rotina de backup íntegro e/ou incremental, sem impactos em performance e, com garantia de integridade de dados em um momento específico;

Permitir o uso de replicação para garantir alta disponibilidade;

Permitir o uso de pool para gerenciamento de conexões, de modo a garantir melhor uso do hardware, aumentando a performance;

Permitir o uso de cache para acesso rápido a dados com alto consumo;

Permitir uso de objetos espaciais, como pontos, linhas, segmentos, polígonos, sem uso de artifícios não nativos ao banco de dados.

Exigir o tráfego com uso de criptografia entre os servidores de aplicação e as estações (https) e entre os servidores de aplicação e o banco de dados, visando evitar o sequestro de informações que trafegam em rede. Para criptografia, deve ser possível usar certificados emitidos pelo letsencrypt ou outra fonte gratuita e confiável.

Garantia de atomicidade das transações.

Garantia de consistência dos dados, através da execução de transações isoladas.

Garantia de isolamento das transações, de modo que cada transação ocorra sem necessidade de conhecimento de outras.

Permitir o uso de particionamento dos bancos de dados, permitindo armazenamento em diversos discos rígidos ligados ao servidor, visando melhorar a performance e segurança;

Todos os recursos administrativos (usuários, grupos de acesso, partições de dados, e outros) relativos ao banco de dados não devem possuir limitações.

O banco de dados a ser utilizado deverá obrigatoriamente possuir recursos de arquivamento de log, permitindo a recuperação automática após queda (crash) do sistema.

Deve possuir mecanismo de controle de concorrência de multi-versão (MVCC) onde processos de leitura não bloqueiem processos de escrita e vice-versa reduzindo de forma drástica a contenção entre transações concorrentes e paralisação parcial ou completa (deadlock).

O banco de dados adotado deve possuir mecanismo para cópias de segurança online permitindo sua restauração point-in-time, que refletirá exatamente o mesmo ambiente do momento em que o mesmo foi realizado.

O SGBD (Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados) deve suportar minimamente índices b-tree, hash, gist, spgist, gin, e brin, permitindo a melhor escolha para cada situação.



Deve ser baseado em arquitetura TOAST (The Oversized-Attribute Storage Technique) onde os limites para armazenamento de tipos de dados serão impostos pela configuração de hardware e não pelo SGBD (Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados).

O sistema gerenciador de banco de dados padrão SQL deve permitir a criação, pelo operador, de novos: Tipos de dados, Funções, Operadores, Funções de Agregação, métodos de índice. Além de permitir a utilização de mais de uma linguagem procedural.

Cada cliente possuir banco de dados único e ambiente único.

Não é vetado neste pleito, o uso de banco de dados que não seja de código livre, devendo-se neste caso, obedecer as seguintes imposições:

Caso o banco de dados não seja de código aberto, o fornecedor da solução deverá arcar com os custos relativos a licenças para utilização de modo permanente.

Não serão aceitas versões de bancos de dados que possuam qualquer tipo de limitação de uso em virtude da versão utilizada, sejam estas limitações referentes ao número de usuários, acessos, volume de dados, ou quaisquer outras.

Caso o banco de dados a ser utilizado seja proprietário, suas licenças deverão ser adquiridas em nome da contratante e obrigatoriamente ser protocoladas no setor de protocolos do município e endereçadas ao presidente da comissão especial de avaliação, em via original.

Caso os documentos possuam assinatura eletrônica, deve-se obter cópia autenticada em cartório para realização do protocolo, garantindo assim o valor legal da mesma.

A proponente deve apresentar comprovante de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, através do fornecimento de no mínimo 1 (um) atestado fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, de porte compatível com o desta municipalidade. O atestado deverá ser emitido em nome do participante, que deverá conter no mínimo os seguintes dados:

Nome, CNPJ/MF, endereço completo com telefone da pessoa jurídica emitente, com carimbo e assinatura do responsável;

Descrição detalhada do objeto do contrato (características semelhantes ao do objeto licitado, em tipos e quantitativos);

Afirmação de que a empresa prestou ou está prestando os serviços corretamente, atendendo a todas as condições contratuais.

Caso o sistema operacional ou qualquer outra aplicação necessária para o pleno e correto funcionamento da ferramenta possua licença comercial, a mesma deverá ser adquirida em nome desta municipalidade, sempre em sua versão mais abrangente, de modo a garantir que o município não tenha limitações de acesso, tamanho, recurso, ou qualquer outra que seja imputável pela aquisição parcial da instalação.

Todas as licenças deverão obrigatoriamente ser adquiridas em nome da contratante e protocoladas no setor de protocolos do município e endereçadas ao presidente da comissão especial de avaliação, em via original. Caso os documentos possuam assinatura eletrônica, deve-se obter cópia autenticada em cartório para realização do protocolo, garantindo assim o valor legal da mesma.



A aplicação não deve possuir nenhum tipo de bloqueio quanto ao número de usuários que poderão acessá-la simultaneamente ou ainda unidades de saúde a serem gerenciadas.

É responsabilidade única e exclusiva da CONTRATADA fornecer a licença de uso do software, e também qualquer programa, plataforma, sistema operacional e outros necessários ao funcionamento de qualquer módulo da solução ofertada, em caso de necessidade de licença proprietária, em nome da Prefeitura Municipal, sem custos adicionais ao município;

Os sistemas oferecidos deverão obrigatoriamente ser multiusuários e multitarefas, permitindo o controle de tarefas concorrentes com acesso simultâneo ao banco de dados sem perda da integridade referencial.

A aplicação ofertada deverá permitir que cada operador abra várias janelas do browser, possibilitando desta forma maior agilidade na sua operação, sem que haja nenhuma perda de integridade das informações a serem armazenadas.

Requisitos funcionais e regras de negócio

Neste ponto, descrevem-se todas as características relativas a recursos e características operacionais que o SOFTWARE deve apresentar.

Importante ressaltar neste ponto que, a organização segue o modelo organizacional deste município e, não obrigatoriamente deve ser seguido em sua organização no software apresentado. Caberá, contudo, à empresa vencedora garantir que as funcionalidades e recursos sejam apresentados nesta ordem, visando organizar a prova de conceito.

Todos os itens apresentados na tabela de requisitos funcionais, serão classificados com os seguintes tipos:

R - Requerido para a prova de conceito. Funcionalidades com este tipo deverão ser apresentadas na prova de conceito, exatamente na ordem em que são apresentadas.

T - Requerido para o final do período de treinamento. Os itens com esta marcação deverão ser entregues ao final do período do cronograma de implantação, 6 meses após a assinatura do contrato.

1 - Funcionalidades requisitadas para viabilização da renovação contratual. Estas funcionalidades deverão estar entregues e validadas pela comissão especial de avaliação antes da renovação do contrato, ao término dos 12 primeiros meses.

PLATAFORMA

Tipo	Descrição
R	O cadastro dos operadores dos sistemas deverá possuir mecanismo de controle de acessos e de nível de acesso (Inclusão, Exclusão, Consulta e alteração) através da utilização de senhas pessoais.



R	Possuir banco de dados único.
R	Possuir ambiente único para o cliente, vedado o fracionamento do ambiente tecnológicos para outros clientes. Ou seja, devera ser exclusivo do contratante.
R	Apresentar virtualmente o ambiente do datacenter com todos os requisitos de banco e aplicação.
R	A solução deverá possuir mecanismo de log de atividades (auditoria) que possibilitem rastrear todas as operações realizadas para cada operador do sistema através da utilização de filtros que facilitem sua utilização, mostrando obrigatoriamente quem fez, quando fez e o que fez.
R	A solução deve possuir parametrização para o local de armazenamento dos logs de utilização do sistema (auditoria), permitindo que o mesmo seja armazenado em outro banco de dados, se a CONTRATANTE assim desejar, permitindo aumentar a eficiência do processo de leitura e escrita no banco de dados onde serão armazenados os dados a serem gerenciados pela aplicação ofertada.
R	Deve possuir mecanismo para uso do barramento SOA - SUS Cartão Nacional de Saúde, com as interfaces PIX/PDQ.
R	O sistema deverá permitir a sincronização de forma automática via “backend”, para que os cadastros sempre se mantenham atualizados, utilizando o mecanismo para uso do Barramento SOA – SUS Cartão Nacional de Saúde.
R	Deve possuir um controle de atualização dos cadastros junto ao CADWEB, para que em determinados setores o sistema avise que o cadastro está desatualizado.
R	Deve importar junto ao cadastro (quando o fizer), a data de alteração do registro no CADWEB.
R	Deve possuir integração com SIGTAP, importando todos os dados deste sistema, garantindo ainda que haja histórico e versionamento de todas as importações realizadas. Esta integração deve ser disponível durante toda a duração do contrato.
R	Deve ser possível cadastrar perfis de acesso para uso coletivo e, garantir que estes perfis possam ser configuráveis em relação às suas permissões de acesso a cada recurso do sistema, permitindo minimamente garantir que um perfil possa ou não acessar um determinado recurso, com privilégios para inclusão, edição e exclusão.
R	Deve ser possível cadastrar intervalos de acesso para vinculação a usuários de sistema em cada equipamento de saúde que o mesmo tenha acesso, restringindo assim o acesso ao



	sistema ao seu horário de trabalho. Caso não seja vinculado nenhum intervalo para a equipamento de saúde e usuário não haverá restrição de horários para o acesso ao sistema.
R	O sistema deve obedecer a norma do SBIS que determina que os operadores não podem se auto conceder permissões (NGS1.04.06).
R	O sistema deve permitir que operadores recebam acesso às unidades de saúde que sejam necessárias para o desempenho de suas atividades, vetando ou não o acesso às demais unidades.
R	As senhas devem ter sua complexidade em conformidade mínima com as normas do SBIS, definindo o nível de complexidade das senhas, os tipos de caracteres (letras maiúsculas, minúsculas, números e caracteres especiais) são exigidos e o comprimento mínimo e máximo da senha.
R	Todas as alterações realizadas no sistema devem ser auditáveis.
R	Todos os acessos a tela no sistema devem ser auditáveis. O simples fato de entrar em uma tela, mesmo que não seja feita alteração deve ser registrado em log.
R	O log deve permitir que todas as informações alteradas, inseridas ou excluídas sejam rastreadas.
R	A personalização de relatórios deve ser possível a técnicos da CONTRATANTE.
R	<p>Todos os relatórios da solução devem ser gerados minimamente nos seguintes formatos:</p> <p>Texto (TXT),</p> <p>RichText Format (RTF),</p> <p>OpenDocument Format (ODT/ODS),</p> <p>XML (Extensible Markup Language),</p> <p>PDF (PortableDocument Format),</p> <p>CSV (Comma Separated Value).</p> <p>Excetuam-se a esta regra todos os documentos que devem ser gerados com garantia de integridade do conteúdo ou que devam ser assinados eletronicamente (cópias de prontuário, laudos de exames, fichas clínicas, e outros desta mesma natureza), que devem ser gerados unicamente em PDF ou outro formato que aceite a assinatura eletrônica, garantindo a validade da informação.</p>



R	Deve disponibilizar ao usuário recursos de informação sobre o que um botão, menu ou ícone faz ao posicionar o cursor sobre ele.
R	Deve exibir mensagens de advertência ou erro informando ao usuário um determinado risco ao executar funções solicitando sua confirmação.
R	Deve possuir cadastro de cidadãos totalmente compatível com o Cartão Nacional de Saúde.
R	Deve possuir em sua estrutura o CBO (Classificação Brasileira de Ocupações), com todos os níveis hierárquicos, conforme padrão federal.
R	Possuir cadastro de municípios compatível com os dados do IBGE
R	Possuir cadastro de estabelecimentos de saúde e suas mantenedoras, em formato compatível com o SCNES.
R	Possuir cadastro de bairros, logradouros, tipo de logradouro (compatível com cartão nacional de saúde) e vinculação de bairros e logradouros.
R	Deve permitir o cadastro de cidadãos sem endereço fixo, registrando o motivo da ausência do endereço (o motivo deve ser cadastrável).
R	Deve permitir a inativação de cadastros de cidadãos, identificando o motivo da inativação (o motivo deve ser cadastrável).
R	Deve permitir, no cadastro do cidadão, que haja controle histórico de todos os telefones fornecidos pelo mesmo para que se possa manter o histórico de contatos possíveis, não sendo necessário excluir um telefone do histórico do cidadão para inserir um novo.
R	O cadastro de cidadãos mediante configuração, obter latitude e longitude do endereço usando para isso serviço aberto disponível na WEB, ou outro tipo de serviço, sem ônus adicional à CONTRATANTE.
R	Deve ser possível, no cadastro dos cidadãos, registrar documentos das unidades, informando a unidade que possui o documento e o número do mesmo, minimamente.
R	Deve ser possível cadastrar deficiências para o cidadão (as deficiências devem ser cadastrados)
R	Deve ser possível armazenar imagem (fotografia) do cidadão em seu cadastro.



R	Deve ser possível unificar cadastros duplos encontrados no sistema, através de ferramenta administrativa. Este recurso deve unificar além do cadastro, todo o histórico de atendimentos dos mesmos.
R	Deve haver no sistema ferramenta para identificação em lote de possíveis cadastros duplos, para que seja feito processamento da unificação em lote ou análise de cada registro localizado.
R	Possuir mecanismo para desativação de logradouros cadastrados incorretamente, migrando todos os pacientes do logradouro incorreto para o logradouro correto.
R	Possuir mecanismo para desativação de bairros cadastrados incorretamente migrando todos os pacientes cadastrados no bairro incorreto para o bairro correto.
R	Deve possuir funcionalidade para gerenciamento de emissão de cartões municipais de saúde, obedecendo o seguinte fluxo: solicitação, impressão de cartão provisório, envio para gráfica, retorno da gráfica e, entrega ao usuário ou cancelamento da solicitação.
R	Deve ser possível emitir via impressa do cartão do munícipe conforme leiaute definido pela CONTRATANTE.
R	Deve possuir funcionalidade para exportação dos dados necessários para emissão de cartões permanentes em formato CSV com os campos do cadastro de pacientes a serem definidos pela CONTRATANTE
R	Deve ser possível cadastrar Declarações de Nascido Vivo no sistema, com todos os dados existentes na ficha de Declaração de Nascidos Vivos fornecida pelo Ministério da Saúde
R	Deve possuir impressão de etiqueta do cidadão. Deve ser possível personalizar o layout da etiqueta.
R	Possuir funcionalidade de registro das impressões digitais do paciente, através de leitura biométrica, permitindo ao operador identificar o dedo que está sendo registrado.
R	Deve ser possível ao gestor, através de ferramenta administrativa, definir quais campos do cadastro do cidadão deverão ser requeridos para que um cidadão seja cadastrado, sendo possível excluir unidades na criação da regra (ex.: tornar obrigatório o registro do cartão nacional de saúde em todas as unidades de atendimento, exceto na UPA, onde o campo deve ser opcional, devido as características da mesma)



R	Deve ser possível ao gestor, através de ferramenta administrativa, definir quais campos do cadastro do cidadão gerarão alerta sobre possível duplicidade cadastral, a fim de auxiliar na redução do número de cadastros duplos.
R	Deve ser possível ao gestor, através de ferramenta administrativa, impedir que sejam cadastrados vários cidadãos com informações iguais, minimamente para os campos de documentos (CPF, CNS, Identidade, e outros).
R	O sistema deve conter cadastro de termos inválidos para cadastro de cidadãos, contendo minimamente os termos inválidos constantes no manual de integração do Barramento SOA CADSUS PIX/PDQ
R	O sistema deverá possuir mecanismo que obrigue a digitação de uma justificativa caso o usuário tente alterar um número de CPF em um cadastro individual.
R	O sistema deverá solicitar que o usuário leia e aceite os termos de uso do sistema, para que fique claro e informado em respeito à responsabilidade legal que possui diante dos dados de saúde do município e dos pacientes, cumprindo assim os preceitos da LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados)
R	O sistema deverá permitir que o administrador possa definir o período que os usuários deverão renovar o termo de aceite (termo de uso) do sistema, pois os mesmos podem sofrer alterações, assim informando os mesmos e trazendo mais segurança sempre que preciso.
R	O sistema deverá possuir mecanismo de geração de senhas automáticas para os usuários que desejarem, de forma aleatória, de acordo com as regras de complexidade de senhas definidas em parâmetro do sistema e seguindo as diretrizes da SBIS.
R	O sistema deve possuir mecanismo que possibilita que o usuário visualize a sua senha no momento da digitação da mesma ao criar um novo usuário do sistema, para que se minimize o erro de digitação antes de salvar a mesma, porém não poderá ser possível visualizar a senha já digitada após ser salva, para segurança do usuário.
R	O sistema deverá possuir recurso para que o usuário visualize no momento do login, em sua tela inicial avisos pertinentes às permissões e funções designadas, permitindo que o usuário/profissional logado possa visualizar informações como CID Notificável, Informações da Regulação, Pacientes para Acompanhamento em Saúde, dentre outros.
R	Deve possuir mecanismo para que o sistema possua a possibilidade de envio de senhas através do e-mail do usuário, garantindo assim a segurança dos acessos.



R	O sistema deverá possuir mecanismo para que seja possível a autenticação OAuth (Open Authorization), que é um padrão de autorização que permite que aplicativos acessem recursos em nome de um usuário sem que esse aplicativo tenha acesso direto às suas credenciais, como nome de usuário e senha. Esses recursos devem estar disponíveis para configuração caso seja o desejo do gestor acrescentar esta opção ao login do sistema.
R	Possuir parâmetro para configuração de integração com Consórcios de Saúde, com a opção de informar a URL do Webservice e Chave de acesso.
R	Possuir parâmetro que permite informar o endereço da integração com a Teleconsulta
R	Possuir parâmetro para integrar ao PACS, caso o módulo hospitalar esteja configurado e integrado com algum sistema PACS, como por exemplo o CareStream.
R	Possuir parâmetro para que o sistema possa exigir autenticação de senha toda vez que o usuário (mesmo com permissão) realize as ações de Adicionar Certificado Digital de Profissionais, Alteração de senha manual do usuário e Adicionar papéis de usuário aos usuários do sistema, aumentando assim a segurança.
R	Deverá possuir parâmetro que disponibilize senha biométrica
R	Deverá possuir parâmetro que informe o tempo máximo da validade das senhas e o tempo de alerta antes da sessão expirar.
R	O sistema deverá alertar de forma visível e em contagem regressiva na tela o tempo restante da sessão do usuário, antes dela expirar.
R	Deverá possuir parâmetro para configuração do Pannel de Consulta Pública, podendo escolher a divulgação em painel de informações da Consulta de Estoque, Resultado de Exames do Laboratório, Consulta da Lista de Espera e Consulta de Vacinas.
R	Deverá permitir escolher o nível de segurança do acesso aos dados do Pannel Público entre Nível Médio (Obrigando CPF ou CNS e Data de Nascimento) e Nível Alto (Obrigando CPF, CNS e Data de Nascimento)

ATENÇÃO PRIMÁRIA

Tipo	Descrição
R	Deve permitir o cadastro das Áreas, Microáreas e equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF)



R	Possuir funcionalidade para importação do XML (disponibilizado pelo Datasus) contendo os dados dos equipamentos, profissionais e equipes da ESF.
R	<p>Possibilitar a inclusão, edição ou consulta das fichas CDS:</p> <p>Ficha de Cadastro Individual;</p> <p>Ficha de Cadastro Domiciliar e Territorial;</p> <p>Ficha de Atendimento Individual;</p> <p>Ficha de Atendimento Odontológico Individual;</p> <p>Ficha de Atividade Coletiva;</p> <p>Ficha de Procedimentos;</p> <p>Ficha de Visita Domiciliar e Territorial;</p> <p>Marcadores de Consumo Alimentar;</p> <p>Ficha de Avaliação de Elegibilidade;</p> <p>Ficha de Atendimento Domiciliar;</p> <p>Ficha complementar - Síndrome neurológica por Zika / Microcefalia.</p> <p>Ficha de Cuidado Compartilhado</p>
R	Possuir funcionalidade para armazenamento de dados sociodemográficos do paciente conforme Ficha de Cadastro Individual do e-SUS.
R	Possuir cadastro ou funcionalidade para armazenar as informações de saúde do paciente conforme Ficha de Cadastro Individual do e-SUS com restrição de acesso através do perfil, evitando acesso indevido a informações clínicas do cidadão.
R	Possuir funcionalidade para indicar informações sobre 'Morador de Rua' quando aplicado, conforme Ficha de Cadastro Individual do e-SUS.
R	Possibilitar o cadastramento de domicílios conforme Ficha de Cadastro Domiciliar e Territorial.
R	Possibilitar cadastramento de famílias e seus integrantes, conforme Ficha de Cadastro Domiciliar e Territorial e Ficha de Cadastro Individual. Havendo a possibilidade de vincular a um registro existente no cadastro de cidadão, ou através da própria tela de domicílio/família inserir novos cidadãos, sendo que estes passaram a compor o cadastro unificado de cidadãos.



R	Deve possuir mecanismo ou funcionalidade que impeça que mesmos cidadãos sejam inseridos com situação ativo em mais de uma família, bem como ação para inativar o cidadão na família, mantendo-se o histórico do mesmo.
R	Possuir ferramenta ou funcionalidade para migrar domicílios entre micro áreas, no intuito de agilizar remanejamento de domicílios e famílias entre agentes comunitários de saúde.
R	Possibilitar visualizar a situação das fichas referente a sua situação de envio para o e-SUS.
R	Deverá possuir recurso para exibir ao usuário em qual versão do e-SUS a ficha está compatível.
R	<p>Deve possuir integração com sistema E-SUS na versão atual, disponibilizada pelo MS/DAB, transmitindo todas as informações conforme leiaute constante no LEDI e-SUS AB referente às fichas CDS, possuindo minimamente:</p> <p>forma de selecionar os tipos de fichas;</p> <p>escolha de uma ou mais competências a serem exportadas;</p> <p>relatório simplificado de fichas exportadas no processo;</p> <p>visualização de log de exportação com informações básica das fichas pertencentes ao processo;</p> <p>ação para baixar arquivo thrift conforme layout de integração e-SUS CDS;</p> <p>validar no momento da exportação eventuais problemas nas fichas evitando a glosa no centralizador e-SUS;</p> <p>Informar qual versão do e-SUS CDS está sendo feito a geração do arquivo e suas validações.</p>
R	<p>Possuir recurso para configuração de obrigatoriedade de fichas a serem preenchidas no prontuário, sendo possível indicar minimamente:</p> <p>Ficha(s);</p> <p>CBO(s);</p> <p>Equipamento(s) de saúde.</p>
R	<p>Possuir minimamente relatórios capazes de extrair as seguintes informações:</p> <p>Acompanhamento de visitas dos Agentes Comunitários de saúde;</p> <p>Atendimentos dos cidadãos (fichas);</p> <p>Cadastros de domicílios por Agente Comunitário de saúde;</p> <p>Cadastros individuais por Agente Comunitário de saúde;</p>



	Conduas registradas nas fichas; Conferência de produção; Consolidado de cadastros; Consolidado por Profissional; Domicílios registrados no sistema; Informações para preenchimento do programa “Mais médicos”; Marcadores de consumo alimentar; Procedimentos faturados e-SUS/BPA; Produtividade Odontológica Mensal; Totais de famílias e integrantes; Visitas domiciliares; Visitas domiciliares por ACS; Visitas domiciliares não realizadas.
R	Deve possuir um painel informativo para listar em cada um dos indicadores de saúde (Programa Previnde Brasil) e listar os seu percentual em relação ao quadrimestre escolhido, a fim de antecipar e prevenir sobre possíveis cortes de recursos, assim como auxiliar na tomada de decisões, podendo emitir os dados por equipe e/ou estabelecimento de saúde.
R	Deve possuir dashboard informativo diante das fichas digitadas do e-SUS AB informando um resumo por ficha, informando o número de fichas válidas, inválidas e sem lote, sendo possível selecioná-las e acessá-las clicando sobre as mesmas.

CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS

Tipo	Descrição
R	A aplicação deve possuir cadastro de benefícios contendo minimamente a descrição, o valor e procedimento.
R	Deve possuir cadastro de locais para encaminhamento do benefício.
R	O sistema deve possibilitar a configuração de obrigatoriedade de controle de saldo para cada benefício.
R	Deve possuir controle de tetos orçamentários por benefício em quantidade ou valor.



R	Deve possuir funcionalidade para identificação dos processos de concessão de benefícios segundo seu estado: Em Andamento, Autorizado e Negado.
R	Deve possuir funcionalidade ou mecanismo para emissão do Laudo Social contendo minimamente as informações de: gestor, número do laudo social, número da lei, identidade e CPF.
R	Deve possuir um campo de texto livre para informações do histórico da solicitação do benefício.
R	Deve possuir um campo de texto livre para observações no recibo de entrega de cada benefício.
R	A aplicação deve permitir que vários benefícios sejam atrelados a um mesmo processo de concessão de benefícios contendo minimamente as informações de benefício, a quantidade, o valor, o profissional, o local de retirada e observações.
R	Deve possuir mecanismo para gerenciamento e emissão de encaminhamentos para cada cidadão, contendo minimamente as informações de: cidadão, profissional, descrição do encaminhamento, trabalho do cidadão, renda do cidadão, data, hora, dia da semana, valor do encaminhamento e campo de texto livre para observações.
R	Deve permitir a emissão de recibo de entrega dos benefícios.
R	Deve permitir o gestor verificar em forma de relatório quais os cidadãos que receberam um determinado benefício, a data e o valor recebido.
R	Deve possuir relatório de extrato dos benefícios, permitindo selecionar um período e o benefício desejado.
R	Deve possuir relatório de gerenciamento dos saldos mensais dos benefícios, permitindo selecionar o mês desejado.
R	Deve possuir impressão para requerimento de auxílio financeiro, para envio ao fundo municipal de saúde.

CONTROLE DE ÓBITOS

Tipo	Descrição
------	-----------



R	A plataforma deve permitir registrar o óbito de um cidadão já cadastrado no sistema, utilizando a busca do cidadão no sistema minimamente pelo nome ou cartão SUS.
R	Deve possibilitar o operador informar o óbito e os dados de mortalidade do cidadão, contendo minimamente, a data e hora do óbito, o cidadão, profissional responsável, o local da ocorrência, as causas do óbito.
R	Deve possibilitar o operador informar no cadastro do óbito, o cartório e registro, bem como as causas externas ligadas ao óbito.
R	O sistema deve possibilitar a verificação em forma de relatório gerencial, os óbitos ocorridos no município por doença, sexo e faixa etária.
R	Ao registrar o óbito do cidadão, o mesmo deverá ser inativado para o sistema.
R	Permitir inativar um integrante de uma família pelo motivo de óbito do cidadão.

COMUNICAÇÃO INTERNA

Tipo	Descrição
R	Deve possuir tela de comunicação interna entre os profissionais e usuários do sistema, funcionando como um correio eletrônico de forma interna no sistema, sem depender de qualquer configuração externa, link ou plugin de servidores de e-mail.
R	A aplicação deverá possuir opção de atribuir permissões distintas a determinados profissionais, tais como: Envia, Recebe, Envia e Recebe e Sem Acesso.
R	A aplicação deverá permitir configurar resposta automática por período para cada profissional
R	Ao acessar a tela de Comunicação Interna no sistema, o usuário deverá visualizar semelhante à uma Caixa de E-mail, com as opções de Caixa de Entrada, Enviadas e Arquivadas.
R	Deverá ser possível reabrir as mensagens já lidas e realizar algumas ações como Responder, Responder à todos, Encaminhar e Marcar como não lida



R	Ao escrever uma nova mensagem, o sistema deverá permitir selecionar um usuário do sistema em específico, todos os profissionais vinculados à um determinado equipamento, todos os profissionais vinculados à um determinado papel de acesso ao sistema, todos os profissionais vinculados à uma determinada equipe de saúde, deverá possibilitar vincular apenas à profissionais que pertençam à mesma equipe do usuário que está enviando (caso possua este vínculo) ou enviar à todos os usuários do sistema.
R	O sistema deverá permitir escrever o assunto de cada mensagem.
R	O sistema deverá permitir formatar o corpo da mensagem a enviar de forma a conseguir adicionar recursos de formatação como Negrito, Itálico e Sublinhado. recursos inserção de tabelas e imagens e anexar arquivos do computador, como PDF, JPEG, PNG, TXT, dentre outros.
R	Após enviada a mensagem, o sistema deverá permitir ao usuário que enviou, realizar ações de forma rápida na lista de mensagens enviadas como o reenvio da mensagem em questão e também a visualização dos usuários que já leram/abriram a mensagem, informando em tela a data e hora da leitura.
R	O usuário deverá receber um alerta no sistema que fique visível que o mesmo possui mensagens sem ler em caixa de entrada, sendo possível clicar e acessá-las.
R	Na caixa de entrada deverá ser possível a identificação de mensagens que possuem anexo antes de abri-las.

GEORREFERENCIAMENTO

Tipo	Descrição
R	Deve haver no sistema mecanismo para georreferenciamento dos cidadãos, usando para tal, o endereço dos mesmos.
R	A ferramenta de georreferenciamento deve utilizar de mapas gratuitos, obtidos na internet ou arcar com os custos de licenciamento sem ônus adicional à CONTRATANTE.
R	Deve ser possível referenciar geograficamente, ao minimamente as seguintes ocorrências: Endereçamento dos cidadãos por sexo e idade Realização de produção ambulatorial (BPA) Ocorrência de doenças de notificação compulsória (baseado em informação de CIDs no prontuário eletrônico)



	Dispensação de medicamentos Realização de visitas domiciliares Exames
R	A ferramenta deve ser capaz de localizar as coordenadas geográficas de cidadãos que, por ventura não possuam as mesmas em seu cadastro, no momento de compilar os mapas.

AGENDAMENTO DE CONSULTAS

Tipo	Descrição
R	Deve ser possível realizar o cadastro das especialidades e o vínculo das mesmas com as ocupações do CBO diretamente ou então por família de CBO (esta exigência ocorre, devido ao uso comum de subespecialidades no tratamento rotineiro das especialidades médicas, tais como ortopedistas especialistas em joelho, ou oftalmologistas especializados em glaucoma, endocrinologistas especializados em diabetes mellitus). Deve ainda possuir forma de organizar as especialidades em Categorias.
R	Deve ser possível realizar o cadastro de protocolos de agendamento configuráveis pelo cliente através de ferramenta administrativa, sendo que cada especialidade pode possuir um ou mais modelos de protocolo, visando garantir que o protocolo possa ser usado como documento comprobatório do agendamento em qualquer cenário. O operador que possua acesso a configuração do leiaute dos protocolos, deve poder montar o leiaute do mesmo, inserir variáveis que são relacionadas ao agendamento, definir padrão visual e configurar a saída do mesmo para que ocorra em impressora térmica ou em impressora laser ou ambas. Para o caso de impressoras térmicas, deve ser suportada minimamente a linguagem PPLB.
R	Deve ser possível realizar o cadastro de fichas de atendimento configuráveis pelo cliente através de ferramenta administrativa, sendo que cada especialidade pode possuir um ou mais modelos de ficha de atendimento. Esta ficha será usada como alternativa ao prontuário eletrônico quando for inviável seu uso, por qualquer motivo. O operador que possua acesso a configuração do leiaute das fichas de atendimento, deve poder montar o leiaute do mesmo, inserir variáveis que são relacionadas ao agendamento, definir padrão visual e configurar a saída do mesmo para que ocorra em impressora térmica ou em impressora laser ou ambas. Para o caso de impressoras térmicas, deve ser suportada minimamente a linguagem PPLB.
R	Deve ser possível ao profissional que atende na agenda registrar bloqueios na agenda, conforme parametrização prévia, respeitando limites estabelecidos pelo gestor para tais bloqueios.



R	<p>A configuração dos cronogramas deve ser altamente flexível, permitindo que as agendas sejam montadas, minimamente para os seguintes cenários:</p> <p>agendamentos por horário (cada atendimento tem uma duração pré-determinada, e as consultas são agendadas a cada N minutos). Nesta modalidade, existe um número de vagas delimitado para atendimento.</p> <p>agendamentos por ordem (as consultas marcadas não devem ter horário marcado, ou devem ser marcadas para o horário inicial do atendimento, sendo a ordem definida pela lei 10.048/2000 e sequencialmente pela ordem de chegada para atendimento). Nesta modalidade, existe um número de vagas delimitado para atendimento.</p> <p>agendamentos por bloco (as consultas são agendadas em blocos de uma hora, sendo que em cada bloco, são agendados N cidadãos e, dentro de cada bloco, o agendamento ocorre da mesma forma que o agendamento por ordem). Nesta modalidade, existe um número de vagas delimitado para atendimento.</p> <p>agendamento auto-regulado para equipes de atenção básica (esta modalidade de agendamento visa fornecer autonomia para as equipes de atenção básica, fornecendo ao profissional recurso tecnológico que o permita agendar compromissos durante todo seu horário de trabalho, definindo para cada compromisso a duração do mesmo) Neste formato, não existe um número estipulado de vagas e o operador do agendamento terá como limitador de atendimento, o volume de carga horária disponível.</p>
R	Deve permitir o cadastro de cotas por equipamento de destino, período de vigência e especialidade, sendo possível vincular os equipamentos de origem com suas quantidades, percentuais ou valores.
R	Deve possibilitar configurar para cada cronograma a quantidade de vagas para agendas normais, reserva técnica e retorno.
R	Deve possibilitar configurar para cada cronograma os dias para visualização retroativas e/ou a frente para as vagas normais, de reserva técnica e de retorno.
R	Deve possibilitar configurar para cada cronograma o limite de dias para cancelamento sendo poder ser distinto para os agendamentos de outros municípios.
R	Deve ser possível selecionar no equipamento se o profissional registrado para a ocupação poderá utilizar a agenda.
R	Deverá haver rotina para buscar todos os profissionais habilitados a utilizar a agenda em todas as especialidades de acordo com categoria definida no cronograma, listando todos os vinculados a ocupações e seus respectivos equipamentos de saúde. Na listagem resultante deve haver opção para múltipla seleção dos profissionais que passaram a utilizar o cronograma para seus agendamentos.



R	<p>A tela de agenda deve disponibilizar minimamente os seguintes filtros:</p> <p>Equipamento de saúde;</p> <p>Especialidade;</p> <p>Ocupação;</p> <p>Profissional;</p> <p>Cidadão;</p> <p>Somente equipes do profissional;</p> <p>Somente agendas do profissional;</p> <p>NASF;</p> <p>Classificação de risco;</p> <p>Prioridades legais;</p> <p>Agendas ativas;</p> <p>Somente com vagas disponíveis;</p>
R	<p>Deve haver tela de agendamento com minimamente as seguintes opções de visualização:</p> <p>Visualização diária</p> <p>Visualização semanal</p> <p>Visualização mensal</p> <p>Visualização em lista</p>
R	<p>Deve possuir seleção de dia, semana ou mês de acordo com a forma de visualização selecionada.</p>
R	<p>Deve haver ação para avançar ou retroceder na tela de agenda de acordo com a visualização selecionada, bem como haver opção para posicionar a agenda no dia de hoje.</p>
R	<p>Deve exibir para cada visualização disponível os totais de vagas ocupadas e disponíveis para cada tipo de agenda (Normal, Retorno ou Reserva técnica).</p>
R	<p>Deve possibilitar no momento do agendamento visualizar os dados básicos do cidadão, contendo minimamente:</p> <p>Nome e/ou nome social;</p> <p>Foto;</p>



	Endereço; Sexo; Data de nascimento; Idade; Número do Cartão Nacional de Saúde (CNS); Número do Cadastro de Pessoa Física (CPF); Número da identidade.
R	Deve dispor de ação para edição de cadastro do cidadão caso o usuário tenha acesso para alterações, ou se necessário criação de novo cadastro.
R	Deve possibilitar no momento do agendamento registrar condições especiais de acordo com as prioridades legais, sendo elas minimamente: Idoso(a); Pessoa com deficiência; Gestante; Pessoa com criança de colo.
R	Deve haver opção para selecionar protocolo de agendamento a ser impresso.
R	Deve haver opção para selecionar fichas de atendimento a serem impressas após o agendamento.
R	Deve haver na listagem diária para cada agendamento minimamente as seguintes ações: Atendimento de acolhimento; Atendimento médico (prontuário); Cancelamento do agendamento;
R	Deve haver na listagem diária capacidade de processamento em lote de minimamente as seguintes ações: Transferência; Cancelamento;
R	A ação de cancelar deve minimamente solicitar as seguintes informações:



	<p>Opção para definir se irá estornar a vaga;</p> <p>Motivo do cancelamento;</p> <p>Observações sobre o cancelamento.</p>
R	<p>A ação de transferência deve possibilitar selecionar os mesmos dados de cancelamento e possibilitar selecionar os dados do agendamento de destino, listando na sequência os cidadãos selecionados com opção de seleção de horário quando este definido em cronograma. A rotina deve cancelar os agendamentos e fazer os novos de acordo com os dados selecionados.</p>
R	<p>Deverá exibir na listagem diárias informações que possam auxiliar ao atendimento, sendo elas minimamente:</p> <p>Se foi marcado alguma prioridade legal no momento do agendamento;</p> <p>Sexo;</p> <p>Idade;</p> <p>Situação</p>
R	<p>Deve indicar na listagem a situação do cidadão na agenda, sendo elas minimamente:</p> <p>Agendado;</p> <p>Aguardando atendimento;</p> <p>Cancelado.</p>
R	<p>Deve possuir relatórios que possibilitem minimamente a extração das seguintes informações:</p> <p>Agendamentos em um determinado período;</p> <p>Cotas;</p> <p>Cronogramas;</p> <p>Detalhado de atendimentos</p> <p>Estatísticas por período;</p>
R	<p>Deve possuir ferramenta que realize o Agendamentos Múltiplos, permitindo agendar mais de uma consulta de uma única vez ao paciente, facilitando assim os casos em que o tratamento já é programado em sessões ou consultas</p>
R	<p>Permitir configurar o agendamento de consultas para agendas que permitam realização do Teleatendimento</p>



R	Permitir criar agenda para vacinas, especificando que é uma agenda de vacinas.
---	--

AGENDAMENTO EM GRUPO/COLETIVO

Tipo	Descrição
R	O sistema deverá possuir funcionalidade de agendamento em grupo, onde o sistema permite o registro das ações em grupo realizadas pelos profissionais da atenção primária, bem como o seu controle.
R	Possuir cadastro de Turmas para serem usadas nos agendamentos em grupo, onde seja possível informar a descrição, informações sobre a turma, vínculo com as unidades de saúde e programas de saúde, número mínimo e máximo de participantes
R	Deve possuir a opção de inativar as turmas já criadas.
R	Na tela de agendamento em grupo o sistema deverá possuir filtros para identificação dos agendamentos já existentes no sistema, podendo filtrar por código, descrição, turma, data inicial e final, horário inicial e final, unidade de saúde, programa de saúde, profissional responsável e paciente participante.
R	Deverá ser possível filtrar os agendamentos através das atividades realizadas
R	No lançamento do agendamento em grupo o sistema deverá permitir ao usuário indicar a descrição do agendamento em questão, selecionar a turma, data, horário de início e fim, número de participantes.
R	No lançamento do agendamento em grupo o sistema deverá permitir escolher o local da atividade com opção de selecionar um estabelecimento de ensino através do INEP vinculado ao MEC, que deverá ser importado no sistema em conformidade com o município, para que seja possível lançar atividades vinculadas ao programa Saúde na Escola.
R	No lançamento do agendamento em grupo o sistema deverá permitir escolher locais de atividade que não sejam estabelecimentos de ensino, com opção de vincular estabelecimentos de saúde ou até mesmo um campo descritivo para outras localidades que não sejam educacionais ou de saúde, como centros culturais, centros de convivência ou instituições particulares.
R	Deve possuir opção de registrar a unidade de saúde responsável pela agendamento em grupo, profissional responsável com seu respectivo CBO e Equipe (se houver).



R	Deve possuir campos para registrar a atividade realizada no agendamento, com as opções padrões preconizadas pelo Ministério da Saúde como Reuniões de equipe, Reunião intersetorial/Conselho local de saúde/Controle social, Educação em Saúde, Atendimento em Grupo, Avaliação/Procedimento coletivo e Mobilização Social.
R	Deve possuir campos para registrar os temas para reunião realizado no agendamento, com as opções padrões preconizadas pelo Ministério da Saúde como Questões administrativas/funcionamento, Processo de trabalho, Diagnóstico/Monitoramento do território, Planejamento/Monitoramento da sações de equipe, Discussão de caso ou projeto terapêutico singular, Educação permanente e Outros.
R	Deve possuir campos para escolher o público alvo no agendamento, com as opções padrões preconizadas pelo Ministério da Saúde como Comunidade em geral, Criança de 0 a 2 anos, Criança de 4 a 5 anos, Criança de 6 a 11 anos, Adolescente, Mulher, Gestante, Homem, Familiares, Idoso, Pessoas com doenças crônicas, Usuário de tabaco, Usuário de álcool, Usuário de outras drogas, Portador com sofrimento ou transtorno mental, Profissional da Educação e Outros.
R	Deve possuir campos para registrar os temas para saúde no agendamento, com as opções padrões preconizadas pelo Ministério da Saúde como Ações de combate ao Aedes aegypti, Agravos negligenciados, Alimentação saudável, Autocuidado de pessoas com doenças crônicas, Cidadania e direitos humanos, Dependência química (tabaco, álcool e outras drogas), Envelhecimento (climatério, andropausa, etc.), Plantas medicinais/fitoterapia, Prevenção de violência e promoção da cultura da paz, Saúde ambiental, Saúde bucal, Saúde do trabalhador, Saúde mental, Saúde Sexual e reprodutiva, Semana saúde da escola e Outros.
R	Deve possuir campos para registrar as práticas em saúde realizadas no agendamento, com as opções padrões preconizadas pelo Ministério da Saúde como Antropometria, Aplicação tópica de flúor, Desenvolvimento da linguagem, Escovação dental supervisionada, Práticas corporais/atividade física, Programa Nacional de Controle de Tabagismo (1,2,3 e 4), Saúde auditiva, Saúde ocular, Verificação de situação vacinal, Outras e Outro procedimento coletivo.
R	Ao lançar o agendamento em grupo, o sistema deverá lançar automaticamente o procedimento de Atividade Educativa / Orientação em Grupo da Atenção Primária (01.01.01.001-0) conforme tabela vigente do SIGTAP vinculado ao profissional responsável e unidade de saúde.
R	Na sessão de Práticas em saúde o sistema deverá lançar de forma adicional ao procedimento de Atividade Educativa, os procedimentos de Ação Coletiva de Aplicação Tópica de Flúor Gel (01.01.02.001-5) quando selecionada a opção “Aplicação Tópica de Flúor” e Ação Coletiva de Escovação Dental Supervisionada (01.01.02.003-1) quando selecionada a opção “Escovação Dental Supervisionada”.



R	Se o CBO do profissional não for compatível com os procedimentos odontológicos da sessão Práticas em Saúde, o sistema deverá impedir o registro desses procedimentos.
R	Quando selecionado a opção “Outro procedimento coletivo”, o sistema deverá habilitar um campo para selecionar um novo procedimento coletivo que seja compatível com o CBO do profissional responsável, conforme diretrizes do Ministério da Saúde.
R	O sistema deverá permitir registrar observações em forma de texto livre ao Agendamento em Grupo.
R	O sistema deverá permitir adicionar mais profissionais participantes ao agendamento em grupo, independente de qual unidade de saúde seja.
R	O sistema deverá permitir informar os pacientes participantes ao agendamento em grupo e no momento da inserção permitir informar peso e altura, para cálculo do IMC, Área da Superfície Corporal, Classificação automática do Estado Nutricional (Magreza acentuada, Magreza, Eutrofia, Sobrepeso, Obesidade e Obesidade Grave), gerando assim um procedimento BPA de Avaliação Antropométrica (01.01.04.002-4)
R	Permitir informar dados de Aferições vitais dentro do agendamento em grupo como Aferição de Pressão Arterial e Glicemia, gerando assim um procedimento BPA ao informar os dados de Aferição de Pressão Arterial (03.01.10.003-9) e Glicemia Capilar (02.14.01.001-5)
R	Permitir informar se a Avaliação do participante está alterada
R	Permitir registrar a falta do participante
R	Se o grupo fizer parte das Práticas em saúde que correspondem ao Programa Nacional de Controle do Tabagismo, permitir informar se o participante Cessou o hábito de fumar e se Abandonou o grupo
R	Permitir que o profissional possa lançar procedimentos extras individuais para cada participante inserido na atividade em grupo
R	Permitir que os participantes possam ser reaproveitados de atendimentos em grupo anteriores, desde que façam parte da mesma turma, com opções de reaproveitar os participantes de todos os grupos anteriores até a data atual, apenas os presentes no último grupo, apenas os ativos ou com participação em um determinado período (com opção para digitar o período desejado, exemplo: 01/01/2024 até 31/01/2024)



R	Permitir remover os participantes do grupo, selecionando mais de um participante se for necessário.
R	Permitir reaproveitar os procedimentos extras individuais realizados em grupos anteriores se for necessário.
R	Como o sistema utiliza de informações e opções padronizadas pelo Ministério da Saúde, ele deverá obrigatoriamente aproveitar os dados lançados no Agendamento em Grupo e gerar Fichas de Atividades Coletivas para envio ao e-SUS APS, eliminando assim o retrabalho para digitação das fichas para envio ao Ministério da Saúde.
R	O sistema deverá permitir replicar um agendamento em grupo, gerando um novo agendamento com base nas informações de um outro, agilizando o processo e eliminando erros de digitação.
R	O sistema deverá possuir opção de relatório de agendamento em grupo com a disposição de filtrar informações através de campos como Turma, Data inicial e final, Horário inicial e final, Estabelecimento de Saúde, Profissional responsável, Profissional participante, Cidadão participante, Atividades com peso informado, Atividades com Altura informada, Atividades com avaliação alterada, Atividades com Aferição de Pressão Arterial Informada, Atividades com Glicemia informada, Atividades com informações sobre o controle de tabagismo, Procedimentos, Temas para reunião (todos), Público alvo (todos), Temas para saúde (todos), Práticas para saúde (todos)

PRODUÇÃO AMBULATORIAL

Tipo	Descrição
R	Deve realizar a geração de arquivos de produção BPA (possibilitando conter procedimentos de competências passadas que ainda não foram enviados) no formato exigido pela versão atual do BPAMAG durante toda vigência contratual.
R	Deve dispor de recurso para seleção de equipamento de saúde a ser gerado o arquivo de BPA, bem como poder escolher se os procedimentos do arquivo serão consolidados ou individualizados (para aqueles que se enquadram nas duas modalidades).
R	O sistema deverá utilizar vocabulários de procedimentos SIGTAP e vocabulário de diagnóstico CID-10.
R	Deve possuir mecanismo para importação das tabelas de procedimentos do SIA através do BPAMAG ou preferencialmente SIGTAP, devendo haver uma forma automática sem



	intervenção do usuário através de programação no sistema ou em agendador de tarefas do servidor de aplicação (crontab, agendador de tarefas, etc).
R	Importar e manter atualizada automaticamente, com ou sem interação do usuário, a tabela unificada de procedimentos SIGTAP, mantendo a série histórica das versões.
R	Possuir funcionalidade para definição de competências para Produção Ambulatorial contendo a competência, data de início, data final e situação para fins de bloqueio impedindo movimentações.
R	Possuir mecanismo de validação dos procedimentos SUS importados da tabela SIGTAP para que estes sejam informados respeitando os critérios de glosa do BPAMAG.
R	Permitir gerar o arquivo de cobrança do BPA nos padrões determinados para importação pelos sistemas do Ministério da Saúde estipulados em documento de integração fornecido pelo Datasus.
R	Dispor de recurso para importação da tabela de CEP Brasil disponibilizada pelo Datasus.
R	Dispor de cadastros de Origem e Destino do paciente para utilização nas fichas de Registro das Ações Ambulatoriais de Saúde (RAAS) Domiciliar (RAS-AD) e Psicossocial (RAS-PSI).
R	Haver recurso para digitação das informações nos moldes do RAS-AD e RAS-PSI, passíveis de validação e exportação para o sistema RAAS.
R	Dispor de recurso para validação das informações RAS-AD e RAS-PSI, exibindo ao usuário a situação, sendo que quando inválido informar qual o motivo para que este possa ser corrigido ou complementado de acordo com as regras de validação do sistema RAAS.
R	Permitir a geração de faturas por equipamento de saúde e exportação de arquivos para o sistema RAAS de acordo com manual de integração fornecido pelo Datasus.
R	Possuir minimamente relatórios estatísticos de produção que apresentem informações referentes a: <ul style="list-style-type: none"> Atendimentos por profissional; Atendimentos RAAS; Cadastro Brasileiro de Ocupações e equipamento de saúde; Cadastro Brasileiro de Ocupações e idade do cidadão; Cadastro Brasileiro de Ocupações e procedimento;



	CID-10 e procedimento; Estatístico de produção RAAS. Produção por profissional.
R	Possuir minimamente relatórios gerenciais que apresentem as seguintes informações: Atendimentos por idade e sexo; Faturamento do corpo clínico; Faturamento mensal; Procedimentos mais realizados; Procedimentos não faturados; Produção por equipamento de saúde; Produção por especialidade.

HIGIENIZAÇÃO DE LEITOS

Tipo	Descrição
R	Deve permitir cadastrar os estados dos leitos
R	Deve possuir tela para realizar a higienização do leito, selecionado: Seleção do Leito Executante Observação Estado do Leito
R	Deve possuir parâmetro para escolher se utiliza ou não a higienização de leitos com a situação do leito na alta, tais como: Reforma Vago Desinfecção Ocupado Interditado



	Isolado reservado
--	--------------------------

AGENDAMENTO DE PROCEDIMENTOS/CIRURGIA

Tipo	Descrição
R	Deve permitir realizar o agendamento por Grupo/Especialidade, selecionando a data e horário, Tipo do Compromisso, paciente, Convênio e procedimentos
R	Deve ser possível cadastrar o paciente, caso o mesmo não possua cadastro
R	Deve ser possível transferir a agenda do paciente, selecionando o motivo.
R	Deve permitir lançar indisponibilidade do profissional na data selecionada, ainda preenchendo o motivo.
R	Deve permitir lançar a agenda cirurgica através das salas cirurgicas
R	Deve possuir funcionalidade para filtrar os agendamentos do dia
R	Deve ser possível realizar o controle de tratamento oncológico através da agenda, para seções de quimioterapia
R	Permitir gerara relatórios gerenciais, tais como: Agendamentos Escala de Agendamento Fila de Pacientes da Agenda Mapas de Cirurgias Cirurgias realizadas no período Cirurgias canceladas no período

ATENDIMENTO A URGÊNCIA E EMERGÊNCIA

Tipo	Descrição
------	-----------



R	Deve permitir o cadastro de vários setores de atendimento.
R	<p>Deve permitir informar no atendimento, minimamente os seguintes itens:</p> <p>Anamnese;</p> <p>Procedimentos executados;</p> <p>Solicitação de Exames;</p> <p>Prescrição de medicamentos;</p> <p>Recomendações para a enfermagem;</p> <p>Evolução multidisciplinar;</p> <p>Aferições de sinais vitais;</p> <p>Diagnósticos, usando a tabela CID-10;</p> <p>Solicitação de avaliação de outro profissional, bem como o preenchimento do resultado da avaliação;</p>
R	Deve permitir a configuração dos itens da prescrição para cada setor de atendimento, podendo configurar os itens que compõem o atendimento, bem como a ordem de disposição dos mesmos.
R	Deve permitir configurar por setor, os campos que compõem a anamnese, possibilitando, configurar esses campos para serem mostrados na lista de atendimentos.
R	Deve permitir o cadastro de formulários personalizados. Podendo configurar em cada campo do formulário o seu tipo e incluir restrições de preenchimento,
R	Deve permitir a criação de fichas personalizadas por setor de atendimento.
R	Deve possibilitar anexar arquivos vinculados ao atendimento.
R	Deve permitir a impressão de receitas de medicamentos.
R	Deve ser possível realizar a impressão dos exames solicitados.
R	Deve permitir a impressão de atestado para o paciente e acompanhante.
R	Deve possibilitar o controle da localização do paciente dentro do setor, mostrando essa informação na lista de pacientes em observação, bem como na tela do atendimento.



R	Deve possibilitar a personalização da classificação de risco, com minimamente informações do tempo de atendimento e a cor de cada item do protocolo utilizado.
R	Pacientes devem ser chamados para triagem e consulta pelo sistema, sendo anunciados no painel
R	<p>No momento da triagem deve conter minimamente os seguintes itens:</p> <p>Controle de alergias</p> <p>Aferições básicas do paciente</p> <p>Frequência cardíaca</p> <p>Frequência respiratória</p> <p>Temperatura</p> <p>Classificação de risco</p>
R	A ordem de atendimento deve ser calculada através da hora de chegada, classificação de risco do atendimento e indicação de paciente prioritário. Deve possuir indicadores gráficos, para indicar o tempo que resta para o paciente ser atendido, para cumprimento do protocolo de classificação de risco utilizado.
R	Na recepção deve ser possível selecionar informações para auxílio da priorização da triagem.
R	Pacientes com alergia a determinado medicamento e/ou substância devem apresentar aviso no momento da prescrição.
R	Durante o atendimento o profissional deve conseguir visualizar o histórico de atendimentos do paciente.
R	Médico deve conseguir criar modelo personalizado de preenchimento da prescrição.
R	Durante o preenchimento da prescrição o médico deve conseguir utilizar o modelos personalizados de prescrição, podendo complementar ou remover as informações inseridas.
R	Médico deve conseguir criar modelo personalizados de evolução, podendo selecionar o modelo que melhor se encaixa durante o preenchimento da evolução.
R	Possuir cadastro de avisos para valores de aferição da triagem. Neste cadastro deve ser possível inserir o intervalo de valores para cada item da aferição, de forma que ao ser



	preenchido um valor que se encaixe em um dos intervalos durante a triagem deverá ser disparado um aviso ao usuário.
R	Deve possuir relatório estatístico para acompanhar os atendimentos de um período por classificação de risco, com minimamente opções de acompanhamento por dia, semana ou mês.
R	Deve possuir relatório para acompanhamento do tempo de espera do paciente até o seu atendimento, computando o tempo até a triagem bem como até o atendimento médico, com minimamente filtros por período e classificação.
R	Deve possuir relatório que mostra um estatístico de atendimentos por fluxo e discriminação utilizado no protocolo, filtra minimamente o período, o profissional que atendeu o paciente, o fluxo e discriminador do protocolo e a classificação do atendimento.
R	Deve possuir relatório dos atendimentos de um período, listando o total dos atendimentos de pacientes por município, e classificação dos atendimentos.
R	Deve possuir relatórios para medição da produtividade dos profissionais, listando os atendimentos efetuados em um período com e sem observação.
R	Deve possuir mecanismos para o usuário criar versões personalizadas de todos os relatórios.

EXAMES DE IMAGEM

Tipo	Descrição
R	Equipe responsável pelos exames de imagem devem conseguir importar no sistema as solicitações das UBS e UPA.
R	Deve ser possível consultar o histórico das solicitações de exames solicitadas.
R	Na rotina de exames deve ser possível imprimir etiquetas térmicas.
R	Deve ser possível durante o atendimento informar se o exame de imagem necessita de contraste, ao importar a solicitação esta informação deve ser exibida na requisição gerada.
R	Deve ser possível realizar a movimentação de exames para laudar. Para isso, faz-se necessário selecionar todos os exames presentes em determinado local de um determinado período e informar para qual local de destino deseja que este exame seja movimentado.



R	Deve conter um cadastro de locais para movimentação de exames, neste cadastro deve ser colocado o nome do local e ter a opção de desativá-los.
R	<p>Na rotina de movimentação de exames deve ter uma forma de consultar todas as movimentações realizadas no exame, nesta rotina deve ter listado as informações do movimento:</p> <p>Data da movimentação</p> <p>Responsável pela movimentação</p> <p>Local onde estava o exame</p> <p>Local de destino do exame</p>
R	Faz-se necessário que o sistema crie de forma automática um número sequencial para cada exame, este número sequencial deve ser reiniciado anualmente.
R	Na impressão da etiqueta térmica do exame deve aparecer o número sequencial.
R	<p>Preenchimento do Laudo no sistema deve permitir formatar o conteúdo, podendo alterar:</p> <p>Tamanho e estilo do texto com negrito, itálico e sublinhado</p> <p>Utilizar marcações no texto seja com um número ou símbolo na frente do texto</p> <p>Alinhamento do texto podendo colocar como alinhado no centro, direita, esquerda ou justificado</p> <p>Inserir tabela</p> <p>Inserir linha horizontal</p>
R	Impressão do Laudo deve trazer o laudo digitado de forma fiel ao preenchimento. Ou seja, se o texto conter espaços, linhas, tabelas ou estilos em negrito, itálico e sublinhado, na impressão deverá aparecer da mesma forma que foi preenchido.
R	<p>Deverá ter um relatório de exames de imagem que foram realizados. Este relatório deverá trazer o paciente, data da requisição e o exame realizado. No final do relatório deve conter o total de solicitações que foram atendidas e o total de exames realizados.</p> <p>Relatório deve ter nas opções de seleção:</p> <p>Data da requisição</p> <p>Data que foi realizado o exame</p> <p>Data que foi executado o Laudo</p> <p>Data que foi criado a solicitação durante o atendimento</p>



	<p>Escolher opções pela qual deve ser agrupado os exames</p> <p>Escolher a ordem das informações, por data de realização ou por ordem alfabética.</p>
--	---

CONTROLE DE AUTORIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS

Tipo	Descrição
R	Possibilitar o cadastro de Preparo de Procedimentos para que seja impresso junto com o comprovante da autorização, com objetivo de informar ao paciente como se preparar para a realização do procedimento.
R	O sistema deve possuir cadastro de convênios com objetivo de possibilitar a diferenciação de valores de exames por convênio, e assim ser possível controlar e diferenciar valores para um mesmo exame em diferentes convênios.
R	O sistema deve possuir cadastro de grupos de procedimentos.
R	A aplicação deve possuir cadastro de exames possibilitando informar código, descrição, pseudônimo, tempo de atendimento, quantidade de agendamentos por hora, indicação de ativo, bem como possibilitar a sua ligação com o cadastro de grupo e a vinculação do mesmo com a tabela de procedimentos oficial SIGTAP.
R	Deverá possibilitar a vinculação de cada exame a, pelo menos, cinco (05) grupos orçamentários, utilizados para elaboração dos orçamentos de tetos físicos e ou orçamentário para controle das autorizações.
R	A aplicação deverá possibilitar que sejam criados exames compostos por mais de um procedimento SUS através do vínculo do procedimento SIGTAP e quantidade do mesmo para formar a composição de valor do exame criado.
R	Deve possibilitar a definição de tetos orçamentários anuais por município de modo que o valor mensal possa ser acumulado para o próximo mês se houver saldo não utilizado, a definição deste orçamento deve ser possível de ser lançada por grupo e ou procedimento bem como a possibilidade que o teto seja definido por quantidade e ou valor.
R	Deve possuir mecanismo para definição de tetos orçamentários por município, prestador, unidade de saúde e profissional, atribuindo-se a eles quantidade e ou valor orçado.



R	Durante a autorização dos procedimentos, a aplicação deve permitir que sejam informados o nome do cidadão, a data da autorização, unidade de saúde que solicitou, unidade que autorizou, profissional solicitante, indicação de gravidez a cidadã do sexo feminino, tipo da autorização (normal, urgência ou retorno), número da requisição, exame(s), data da realização, prestador, turno, horário, quantidade e observação.
R	Durante a autorização sistema deverá exibir as últimas autorizações disponibilizadas ao cidadão.
R	Deverá possuir mecanismo para consultar o saldo disponível a ser utilizado pelo prestador selecionado a atender a mesma.
R	A solução ofertada deve possuir mecanismo para criação de cronogramas de atendimento para cada exame, determinando os dias e horários em que o mesmo poderá ser marcado para atendimento pelo prestador.
R	Deve ser possível a criação de exceções onde as mesmas deverão bloquear autorizações com base na exceção criada.
R	Durante o processo de autorização a aplicação deverá obedecer rigorosamente aos tetos orçamentários definidos, não permitindo os mesmos sejam ultrapassados.
R	A aplicação deve possuir mecanismo de controle que obrigue os prestadores registrarem os exames realizados com opção para anexar o laudo eletrônico do exame realizado, permitindo o controle do pagamento de cada prestador com base nos exames realizados.
R	A aplicação deve permitir, de modo que ser configurado se desejável, que sejam autorizados exames sem que seja indicado o prestador que irá realiza-los, de modo a garantir a livre escolha do cidadão do prestador.
R	A aplicação deverá possibilitar a busca de solicitações realizadas pelo profissional em seu atendimento no prontuário eletrônico, restando ao operador a tarefa de confirmar os procedimentos a serem autorizados, a escolha do prestador em que será realizado data e hora.
R	Deverá possibilitar por meio de configuração prévia do sistema que a autorização possa ser atendida apenas por completo e sempre utilizando o mesmo prestador para atendimento total da requisição.
R	Deverá ser possível o cancelamento por completo de uma requisição que ainda não tenha sido atendida pelo prestador, bem como a sua replicação por completo para outra data.



R	A aplicação deverá possibilitar a configuração de bloqueios de procedimentos e ou grupos de procedimentos por quantidade máxima a ser autorizada, número de dias de intervalo de realização entre autorizações e ou bloqueio por não retirada do resultado por determinado tempo.
R	Deverá possuir tela para gerenciar os cidadãos que estejam com procedimentos bloqueados de maneira que operador autorizado possa realizar a liberação.
R	A aplicação deverá possibilitar a contratante que personalize o layout do impresso de autorização podendo o layout ser diferenciado por prestador.
R	A aplicação deverá disponibilizar mecanismo para confirmação de realização dos procedimentos autorizados e executados pelo prestador, bem como a possibilidade de mesmo anexar resultados, mediante chave de confirmação impressa na autorização entregue ao cidadão.
R	A aplicação em sua funcionalidade de confirmação de realização pelo prestador, deverá listar as autorizações que contenham o prestador previamente definido na autorização ao seu executante, bem como possibilitar a busca de autorizações utilizando filtros como número de autorização ou cidadão, tanto para as autorizações com prestador pré definido ou não.
R	Deverá possibilitar a configuração de tempo(em dias) limite para que o prestador possa confirmar a realização dos procedimentos bem como este tempo(dias) poder ser contado tanto pela data da sua autorização quanto pela data do lançamento da mesma.
R	Deverá possibilitar a configuração da aplicação de modo que a mesma realize automaticamente o cancelamento das autorizações que não tenham sido confirmadas pelo prestador até o prazo limite para a confirmação, bem como permitir que seja configurado que ao realizar os cancelamentos a aplicação retorne o saldo das mesmas aos seus respectivos orçamentos e fiquem disponíveis para serem utilizados por novas autorizações.
R	<p>Possuir minimamente os seguintes relatórios:</p> <p>Procedimentos autorizados por cidadão, município, prestador e unidade solicitante e ou autorizadora;</p> <p>Saldo dos orçamentos por município, unidade e prestador;</p> <p>Totais de autorizações e procedimentos autorizados;</p> <p>Procedimentos faturados por prestador;</p> <p>Totais de procedimentos autorizados, confirmados pelo prestador e ou cancelados;</p>



REGULAÇÃO

Tipo	Descrição
R	A aplicação deve permitir a regulação dos encaminhamentos solicitados por profissionais nos equipamentos de saúde.
R	A aplicação deve permitir minimamente as seguintes ações de regulação: Agendamento ou Fila de Espera, configurável por especialidade; Recusa; Solicitação de esclarecimento; Cancelamento.
R	A aplicação deve gerar alertas ao profissional do encaminhamento, bem como o responsável pelo equipamento referente a solicitações de esclarecimento avisando sobre o prazo limite (configurável) para resposta.
R	Ao acessar o sistema, o regulador deve receber em forma de aviso/alerta, que existem encaminhamentos que estão aguardando análise.
R	Deve possuir cadastro para o motivos de cancelamento pelo regulador, contendo minimamente a descrição.
R	Deve possuir cadastro para o motivos de esclarecimento pelo regulador, contendo minimamente a descrição.
R	Deve possuir cadastro para o motivos de recusa pelo regulador, contendo minimamente a descrição.
R	O sistema deve permitir que o regulador possa recusar o encaminhamento, devendo o mesmo indicar um motivo já pré definido e um campo texto livre para justificativa.
R	A aplicação deve permitir replicar os encaminhamentos recusados e encaminhá-los novamente.
R	A aplicação deve permitir anexar documentos necessários a análise do profissional regulador.



R	A aplicação deve permitir ao regulador consultar o prontuário do paciente objeto da regulação sem a necessidade de sair e/ou trocar de tela.
R	A aplicação deve gerar alertas ao profissional que solicitou o exame, referente a solicitações de esclarecimento do regulador, avisando sobre o prazo limite (configurável) para resposta.

REGULAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS

Tipo	Descrição
R	A plataforma deve permitir o administrador a quantificar o tempo médio de dias para o avaliador da regulação, permitindo assim o gerenciamento e controle para evitar atrasos.
R	Ao acessar o sistema, o regulador deve receber em forma de aviso/alerta, que existem exames que estão aguardando análise.
R	Deve possuir cadastro para os motivos de cancelamento pelo regulador, contendo minimamente a descrição.
R	Deve possuir cadastro para os motivos de esclarecimento pelo regulador, contendo minimamente a descrição.
R	Deve possuir cadastro para os motivos de negação pelo regulador, contendo minimamente a descrição.
R	A plataforma deve permitir a configuração dos exames que deverão ser passados pela avaliação do médico regulador.
R	O sistema deve permitir ao administrador a quantificar o tempo máximo de regulação por exame.
R	O sistema deve detectar automaticamente os exames e situação dos exames que devem ser regulados e avisar/alertar o operador para que permita que o mesmo consiga fazer o agendamento do exame para uma data possível de agendamento do mesmo, considerando no algoritmo do cálculo, o tempo máximo de regulação do exame.
R	O sistema deverá possuir funcionalidade ou mecanismo que envie um exame para a regulação quando houver a repetição do exame pelo cidadão, definindo um período mínimo a ser considerado como repetição do exame.



R	O operador de agendamento dos exames deve poder acompanhar a situação do exame que foi enviado para a regulação.
R	Deve permitir ao regulador verificar a lista de exames pendentes de regulação e autorizar ou negar o exame do cidadão.
R	O sistema deve permitir que o regulador do exame possa negar um registro, devendo o mesmo indicar um motivo já pré definido e um campo texto livre para justificativa.
R	Deve permitir que o regulador possa agendar o exame autorizado.
R	Deve permitir que o regulador possa anexar documentos.
R	O sistema deve disponibilizar um comprovante quando houver a negação do exame pela regulação.
R	O Regulador deve poder visualizar os dados do pedido do exame realizado pelo médico e poder consultar o prontuário do cidadão objeto da regulação sem a necessidade de sair e/ou trocar de tela.
R	Deve permitir o gestor visualizar a situação dos exames na regulação (negadas, autorizadas, ou aguardando análise).
R	O sistema deverá possuir funcionalidade ou mecanismo que permite o regulador solicitar mais informações ao operador que pediu o exame do cidadão, e o mesmo enviar a resposta contendo minimamente um campo texto livre para a resposta do operador.

CONTROLE DE ESTOQUES E DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS

Tipo	Descrição
R	O sistema deverá possuir controle de medicamentos constantes das listas da Portaria SVS/MS/Nº344, de 12 de maio de 1998 /98 (ANVISA) e suas alterações.
R	Possuir cadastro de fornecedores contendo minimamente o CNPJ, data do cadastro, razão social, dados de endereço (logradouro, bairro, complemento, cidade, Cep, uf), telefone, e-mail, nome do responsável. Deve ainda haver a possibilidade de indicar se o mesmo fornece



	medicamentos controlados, seu número de alvará, número da licença, número da licença especial e o tipo do fornecedor(Distribuidora, indústria, farmácia ...).
R	Deve possuir cadastro de Motivos de Acertos de Estoque, contendo minimamente a descrição.
R	Deve possibilitar o cadastro de fabricantes, contendo minimamente os campos de descrição, cnpj, razão social, dados para endereço (logradouro, bairro, complemento, cidade, Cep, uf), telefone, e-mail, nome do responsável.
R	Possuir cadastro de centro de custo, contendo minimamente a descrição, CNPJ e o CNES.
R	Possuir cadastro de listas de entorpecentes, assim como de suas versões.
R	Deve possuir cadastro de DCB's (Denominação Comum Brasileira), contendo minimamente, a descrição, o código e a lista de entorpecentes.
R	Permitir cadastrar grupos e subgrupos para os materiais.
R	O sistema deve permitir identificar quando o material é do tipo medicamento.
R	O sistema deve permitir definir os materiais e medicamentos que necessitam de controle por lote e validade.
R	Deve permitir gestão de estoque dos materiais/medicamentos com controle por lote e validade, permitindo identificar o fabricante, o lote a data de validade e a quantidade em estoque para cada Equipamento.
R	Deve possibilitar que seja definido quais medicamentos que necessitam de preenchimento do laudo LME, e caso seja dado baixa nesses medicamentos, permitir o operador a imprimir o laudo LME (imprimir recibo de dispensação do medicamento).
R	Deve permitir que sejam cadastradas as diversas formas nas quais o medicamento pode estar disponível para consumo.
R	Deve permitir identificar um material/apresentação do sistema, com um material da catalogação dos materiais (CATMAT)
R	O sistema deve permitir identificar um material/apresentação, com um procedimento da tabela SIGTAP.



R	Deve possuir mecanismo para informar os estoques mínimos para material, apresentação em cada ponto de distribuição de materiais/medicamentos em funcionamento na contratante, e permitir alertar o operador que realiza as baixas dos materiais, quando o mesmo atingiu o limite de estoque.
R	Deve possuir cadastro de competências específicas para o gerenciamento de estoque.
R	Permitir definição da administração, para quantidade máxima de dias de atraso que pode registrar uma compra (com base na data da compra).
R	Permitir definição da administração, para quantidade máxima de dias de atraso que pode registrar uma saída (com base na data da saída).
R	Permitir definição da administração, para quantidade máxima de dias de atraso que pode registrar uma transferência (com base na data da transferência).
R	Deve possuir mecanismo para controle de patrimônio, contendo os minimamente as seguintes informações: número do patrimônio, data da garantia, número da nota fiscal, material, fornecedor, unidade de saúde, centro de custo, localização, indicação se o mesmo foi baixado, data da baixa e campo para observações.
R	Deve permitir o gerenciamento e controle de medicamentos de rotina, contendo minimamente a data e hora, cidadão, o medicamento, observação e quantidade a ser dispensada.
R	Possuir rotina para pesquisa da posição de estoque utilizando filtros como competência inicial e final, material/forma de apresentação e ponto de distribuição.
R	Deve possuir mecanismo para gerenciamento entrega parcial de medicamentos por licitação contendo minimamente as informações de Data da Licitação, número, item da licitação (Material/Medicamento), quantidade, valor unitário, fornecedor e campo para observações.
R	O sistema deve permitir o ponto de distribuição de trabalhar com utilização de etiquetas de códigos de barra, e permitir o desenvolvimento padronizados desses modelos de etiqueta a ser utilizado.
R	O sistema deve dispor de mecanismo de impressão de etiquetas informando minimamente o material/apresentação, fabricante, lote/validade e quantidade.
R	Deve possuir controle de entrada e compras de Materiais e Medicamentos com base na nota de compra, contendo minimamente as seguintes informações: data da entrada, ponto de distribuição a onde está sendo realizada a entrada, fornecedor, licitação, data da



	compra, número da nota fiscal, série, valor de frete, valor de acréscimo, descontos, lista como os materiais/medicamentos, centro de custo, fabricante, a quantidade e o valor total do material/medicamento.
R	Deve possuir mecanismo para aceitar entrada de materiais e medicamentos recebidos através de doações.
R	O sistema deve possuir mecanismo que não permita o lançamento de valores e quantidades incorretas com base nas informações da nota fiscal de entrada.
R	Para toda compra de materiais/medicamentos, o sistema deve dispor da emissão do extrato da compra.
R	Deve possuir mecanismo para fechamento/encerramento de lançamento dos itens da compra, e cálculo do custo médio de cada um dos itens que fazem parte da nota de compra.
R	Deve possuir na compra recurso para atender a uma requisição de compra de materiais/medicamentos.
R	Deve possuir mecanismo de requisição de materiais para que os pontos de distribuição possam solicitar os materiais e medicamentos que julgarem necessários, contendo minimamente as informações de data da requisição, qual unidade de saúde que está solicitando a compra, e a quantidade e itens de materiais/medicamentos.
R	O sistema deve possibilitar o cadastro das licitações realizadas, permitindo cadastrar o número da licitação, data, observações, e os materiais/medicamentos pertencentes a essa licitação, contendo minimamente as informações de nome do material/medicamento, quantidade, valor unitário, valor total, número de parcelas e o fornecedor.
R	O sistema deve permitir a entrada no estoque a partir de uma licitação, contendo um mecanismo ou funcionalidade que neste tipo de entrada de itens no estoque, não permita o operador lançar quantidade do material/medicamento ou valor diferente do registrado na licitação.
R	Deve possuir mecanismo para gerenciamento de entrega parcial de medicamentos por licitação contendo minimamente as informações de Data da Licitação, número, fornecedor, item da licitação (Material/Medicamento), quantidade total, valor unitário, quantidade entregue, quantidade restante e número de parcelas totais e número de parcelas entregues.



R	A aplicação deve possuir funcionalidade para geração da transferência dos materiais e medicamentos solicitados pelos pontos de distribuição, com base na requisição de abastecimento.
R	Deve possuir relatório de abastecimento dos pontos de distribuição, mostrando minimamente as informações de consumo, quantidade em estoque e estimativa do número de dias que o estoque atual conseguirá suprir com base no consumo.
R	O sistema deve possuir mecanismo de conferência das transferências realizadas entre pontos de distribuição de materiais/medicamentos do município.
R	O sistema deve dispor de impressão dos itens de uma nota de transferência, contendo minimamente as informações de: material/medicamento, unidade, quantidade.
R	O sistema deve permitir registrar a devolução de materiais/medicamentos para o fornecedor, identificando qual o fornecedor, a data da devolução, os materiais/medicamentos, quantidade, validade caso houver e o motivo da devolução. O sistema deve possuir mecanismo que só permita devolver itens de compras/entradas realizadas pelo fornecedor informado.
R	Deve permitir fazer a devolução de uma saída de materiais/medicamentos, contemplando minimamente as informações de Data, cidadão ou centro de custo, e os materiais/medicamentos quantidade e validade caso houver. O sistema deve possuir mecanismo que só permita devolver itens de saídas/dispensação realizadas para o cidadão ou centro de custo informado.
R	O sistema deve conter mecanismo para que possam ser realizados acertos de estoque em cada ponto de distribuição contendo minimamente as informações de data do acerto, motivo, material/medicamento, unidade, data da validade, quando necessário, a quantidade real em estoque e um campo de texto livre para observações.
R	O sistema deve permitir o operador cadastrar e gerenciar as receitas do cidadão, contendo minimamente as informações de: cidadão, profissional da receita, data da receita, data de validade da receita, e lista de materiais/medicamentos prescritos, contendo o nome/apresentação do material/medicamento, quantidade prescrita, a quantidade máxima que o cidadão pode retirar por vez, a posologia, a quantidade já entregue do medicamento e disponibilizar o salto por item.
R	Deve possuir mecanismo para registro das dispensações de materiais e medicamentos para os cidadãos deve possuir minimamente as informações de ponto de distribuição onde a baixa foi realizada, data, número da receita, cidadão, profissional e programa. Nos itens de dispensação deve ser possível registrar as seguintes informações: material e sua forma de Apresentação, lote de validade, quantidade, quantidade prescrita, duração.



R	Na tela de dispensação de materiais/medicamentos, a aplicação deve permitir encontrar o cidadão (cadastrado no sistema) com base em qualquer uma das informações: nome, sobrenome, cartão sus, nome da mãe e data de nascimento.
R	Permitir realizar baixas de materiais e medicamentos para centro de custo.
R	Permitir realizar baixas de materiais pelo código de barras (deve permitir definir o código de barras na apresentação do material/medicamento).
R	O sistema deve possuir identificador de medicamentos controlados de acordo com a lista de entorpecentes a qual o medicamento controlado pertence, obrigando em uma dispensação deste tipo de medicamento que o operador indique a data e número da receita e o número da notificação.
R	Na dispensação de medicamentos para o cidadão, o sistema deve avisar/alertar o operador de quando o cidadão estiver retirando um medicamento antes da data prevista para sua retirada.
R	O sistema deve disponibilizar um comprovante de baixa/saída dos materiais/medicamentos.
R	Na tela de dispensação de medicamentos para o cidadão, o sistema deve possuir mecanismo para que sejam consultadas as últimas dispensações de medicamentos realizadas para o cidadão que está sendo atendido.
R	Deve permitir o operador que realizará a dispensação/baixa de medicamento para o cidadão, visualizar os últimos medicamentos entregues ao cidadão.
R	Deve possuir mecanismo para registro dos materiais/medicamentos solicitados e não disponíveis nos pontos de distribuição, contendo minimamente as informações de: qual o ponto de distribuição, data da demanda, cidadão, centro de custo, material/medicamento, quantidade em estoque, quantidade a ser dispensada e quantidade reprimida.
R	Deve permitir identificar quais os pontos de estoque que podem realizar entradas, limitando a funcionalidade para apenas esses pontos de estoque.
R	Deve possuir parâmetro para indicar se é possível que o ponto de distribuição possa inserir uma saída de material/medicamento, sem informar o cidadão, apenas informando o centro de custo.
R	Deve possuir parâmetro para indicar se é possível que o ponto de distribuição possa inserir uma saída de material/medicamento, sem informar o cidadão nem ou centro de custo.



R	Permitir o gestor do sistema obrigar a informação do profissional que receitou o medicamento, durante a dispensação do mesmo.
R	O sistema deverá possuir rotina para acompanhamento de medicamentos vencidos, contendo minimamente as informações de Equipamento de saúde, material/medicamento, fabricante, validade e quantidade.
R	Deve possuir parâmetro para indicar se o tempo de utilização do material/medicamento vai ser obrigatório informar no cadastro de uma saída ou dispensação.
R	O sistema deve disponibilizar um mecanismo que identifique no momento do lançamento de uma dispensação, que o material/medicamento, não está disponível em estoque, podendo o operador, lançar a demanda reprimida sem ter que trocar de tela.
R	Permitir o administrador de estoque configurar se o sistema permitirá ou não aceitar acertos de estoque com datas retroativas.
R	Permitir o administrador de estoque configurar se o sistema permitirá ou não a transferência de medicamentos vencidos.
R	Permitir o administrador de estoque configurar se o sistema deve emitir um aviso ao operador, assim que o material/medicamento atingir sua quantidade mínima em estoque.
R	O sistema deve possuir rotina para acompanhamento dos medicamentos com estoque abaixo da quantidade mínima.
R	Possibilitar o controle dos antimicrobianos em conformidade com os padrões da ANVISA.
R	Possuir mecanismo ou funcionalidade que permita importar o arquivo de produtos disponibilizados pelo Web Service Base Nacional da Assistência Farmacêutica.
R	O sistema deve disponibilizar a funcionalidade de integração com o sistema da Base Nacional da Assistência Farmacêutica.
R	O sistema deve possuir relatório de balancete demonstrativo físico dos materiais/medicamentos.
R	O sistema deve possuir relatório de balancete demonstrativo financeiro dos materiais/medicamentos.



R	O sistema deve dispor de relatório de análise de consumo de materiais/medicamentos dos cidadãos em um determinado período.
R	O sistema deve dispor de relatório de análise estatístico curva ABC.
R	Deverá permitir o gestor verificar em forma de relatório a movimentação de estoque de um Equipamento de saúde em um determinado período.
R	Deverá permitir o gestor verificar em forma de relatório o total de materiais/medicamentos em estoque para cada Equipamento de saúde.
R	Deve dispor de relatórios gerenciais básicos de compras, saídas, transferências, acertos do estoque, e validade dos materiais em estoque.
R	Deve permitir importar XML da Nota Fiscal Eletrônica (NFE), quando houver.
R	Deve permitir selecionar o tipo de compra e tipo de movimentação BNDASAF ao importar o XML.
R	Deve possuir parâmetro para configuração do BNDASAF, podendo colocar a data de integração, usuário senha e se o ambiente webservice está em homologação ou produção.
R	Possuir tela de envio de dados ao BNDASAF, onde seja possível o envio dos lotes e a visualização de dados como: Identificação do material (CATMAT), Lote/Validade, Protocolo, Data, Origem, Criticas/Inconsistências e a Situação do Processamento.
R	Permitir enviar o lote após a correção, caso haja.
R	Permitir a parametrização e inclusão de nota fiscal eletrônica através do XML da mesma.
R	A aplicação deve possuir parâmetro que seja possível escolher se o sistema disponibiliza consulta pública de estoque
R	A aplicação deve possuir parâmetro para escolher se na consulta pública de estoque será exibida a lista de estoque para baixar ou não.
R	A aplicação deve possuir parâmetro para escolher se na consulta pública exibe ou não as quantidades em estoque ou somente se tem ou não tem.
R	A aplicação deve mostrar em tela qual o profissional marcou a opção de não exibir as quantidades em estoque no parâmetro, caso tenha sido assinalada.



R	A aplicação deve ter a opção de não exibir o brasão na tela de consulta pública de estoque, definido nos parâmetros.
R	A aplicação deverá permitir exibir um texto personalizado na consulta pública de estoque, podendo ser definido em parâmetro.
R	A aplicação deverá possuir opção de vincular um arquivo terceiro para exibir na consulta pública para download através dos parâmetros
R	A aplicação deverá possuir no cadastro do item, escolher qual apresentação estará disponível na consulta pública de estoque.
R	A aplicação deverá possuir acesso à consulta pública de estoque, conforme os parâmetros definidos, podendo ser acessada sem senha (para o cidadão) e com a opção da busca por medicamento, atendendo assim a Lei Federal Nº 14654/23
R	A aplicação deverá mostrar em tela, no momento da consulta pública, os locais de retirada das medicações, com a devida identificação (Nome, Endereço e Telefone e o CNES caso possua)
R	O sistema deverá estar compatível com a integração junto ao BNAFAR conforme as diretrizes do Ministério da Saúde
R	O sistema deverá enviar automaticamente as saídas/consumos ao WenService do BNAFAR, otimizando o processo de transmissão.
R	O sistema deverá indicar qual(s) registro(s) possuem inconsistências de envio ao BNAFAR, dando a oportunidade de ajuste e reenvio.

AÇÕES PROGRAMÁTICAS EM SAÚDE

Tipo	Descrição
R	Deve possuir mecanismo para cadastramento dos cidadãos em ações em programas de saúde.
R	Deve possuir funcionalidade para cadastramento das receitas do cidadão, permitindo incluir materiais e medicamentos com suas respectivas datas de validade.



R	Deve possuir campos para identificar a data de cadastro dos pacientes em cada programa, a data de atualização dos seus dados em cada programa bem como a data da baixa de cada paciente em cada programa.
R	O sistema deve possuir locais para informação do número da renovação da receita em cada programa, competência da receita e competência da validade.
R	A funcionalidade deve permitir o gerenciamento de receitas do cidadão, permitindo sua renovação por um período determinado.
R	Deve possuir mecanismo para geração de roteiros de entrega de medicamentos para os pacientes inseridos em ações programáticas por programa de saúde, bairro, rua, paciente e período de validade.
R	Deve possuir funcionalidade para geração dos pacotes a serem entregues para cada paciente contendo seus materiais e medicamentos.
R	<p>A montagem dos pacotes deve ser feita através de um processo de linha de montagem, visando otimizar o fluxo de trabalho, de forma a atender ao menos as seguintes etapas:</p> <p>Geração dos pacotes;</p> <p>Confecção dos pacotes;</p> <p>Conferência dos materiais;</p> <p>Registro da dispensação do pacote para o entregador;</p> <p>Registro da entrega do pacote ao destinatário.</p>
R	<p>Deve permitir que todas as etapas da montagem do pacote sejam registradas com validação minimamente de um dos itens:</p> <p>Utilização de login e senha;</p> <p>Utilização de biometria.</p>
R	Deve permitir que mais de um roteiro seja criado com os mesmos filtros, inserindo nele apenas as receitas ainda não atendidas por roteiros anteriores.
R	Deve possuir funcionalidade para emissão dos recibos de entrega para cada paciente contendo no mesmo informações sobre os medicamentos e materiais contidos no pacote.
R	Deve possuir funcionalidade para baixa automática do estoque dos materiais e medicamentos contidos nos pacotes entregues.



R	Deve possuir mecanismo para acompanhar através de mapas os locais onde são entregues os medicamentos.
R	<p>Deve possuir recurso para baixas em lotes sem a geração de pacotes para itens que não se enquadram na geração de pacotes, efetuando a geração automática da baixa contendo as seguintes funcionalidades:</p> <p>Listagem de cidadãos do processamento;</p> <p>Rotina de processamento (baixa) dos itens do estoque;</p> <p>Relatório de itens dispensados por cidadão;</p> <p>Relatório de itens que não foi possível efetuar a baixa.</p>
R	Deve permitir a inativação dos cadastros de cidadãos nos programas, evitando a geração de pacotes a cidadãos que não estão mais no programa.
R	<p>Deve prover relatórios para extração minimamente das seguintes informações:</p> <p>Previsão de consumo de itens para montagem de pacotes;</p> <p>Pacotes não entregues por falta de estoque;</p> <p>Previsão de entrega de itens para cidadãos;</p> <p>Roteiro e entrega;</p> <p>Saldo de estoque de itens para montagem;</p> <p>Validades das receitas.</p>
R	Permitir cadastrar os tipos de acompanhamentos para pacientes, onde seja possível vincular: Unidade de saúde que utilizará, Questionários Personalizados na Criação, Questionários Personalizados durante a realização do acompanhamento, Agravos CID10 e/ou CIAP, CBO e Profissional e determinar o encerramento com um período mínimo e máximo de dias.
R	Permitir realizar o acompanhamento de pacientes por tipo de acompanhamento, podendo preencher os dados do acompanhamento, assim como a qualquer momento ter acesso ao prontuário do mesmo.
R	Permitir realizar o encerramento do acompanhamento e deixá-lo com o status de acompanhado.



Tipo	Descrição
R	O sistema deve possuir funcionalidade ou mecanismo para controle de processos judiciais, contendo minimamente as informações de número do processo, data de abertura, cidadão, equipamento de saúde de cobertura e campo para observações.
R	<p>Deve permitir que os processos sejam classificados segundo sua situação, disponibilizando as opções:</p> <p>Aberto</p> <p>Único</p> <p>Fora de linha</p> <p>Cumprido</p> <p>Devolvido</p> <p>Suspenso</p> <p>Em andamento.</p>
R	No cadastro do processo judicial, deve dispor de campo para definição da patologia, data do pedido, data de recebimento, número da regional e indicativo do despacho (União, Estado ou Município).
R	Deve permitir que seja informado para cada processo se o mesmo gera algum tipo de bloqueio, se gera algum tipo de multa, sendo neste caso possível informar também o valor da multa.
R	Para o controle dos processos judiciais, o sistema deve possuir campos para informação dos dados do advogado, sendo possível informar nome do advogado responsável, número na OAB e telefone.
R	Deve possuir campo para indicar se o processo encontra-se ativo ou inativo, e caso o processo esteja inativo, o operador deverá informar o motivo de inativação do processo e a data de fechamento.
R	O sistema deve dispor de cadastramento dos materiais/medicamentos que serão identificados nos processos judiciais.
R	Para um processo judicial, deve permitir cadastrar todos os materiais/medicamentos referentes ao processo.



R	O sistema deve possibilitar o operador a cadastrar para cada material/medicamento definido no processo, as informações de quantidade, valor unitário, desconto, identificar se é de uso contínuo, identificar se é genérico, por quem será fornecido e um campo para observações.
R	<p>Deve permitir definir a situação do material no processo judicial, contendo minimamente as opções:</p> <p>Aberto</p> <p>Único</p> <p>Fora de Linha</p> <p>Cumprido</p> <p>Devolvido</p> <p>Suspenso</p> <p>Em andamento</p>
R	Deve possuir mecanismo para gerenciamento das entregas de medicamentos judiciais contendo minimamente as informações de material/medicamento, data da última entrega, data da próxima entrega, quantidade do processo, saldo e quantidade atual em estoque, para cada item de material/medicamento contido no processo.
R	O sistema deve permitir que os operadores de dispensação de medicamentos, ao identificar um cidadão para dispensação que possui processo judicial, consigam visualizar os materiais/medicamentos do cidadão em processos judiciais, dispondo minimamente as informações de: material/medicamento, e a quantidade.
R	Deve possuir mecanismo para impressão de comprovantes de entrega dos itens contendo os materiais e medicamentos dispensados.
R	O sistema deve possibilitar em forma de relatório gerencial, a verificação das informações dos processos judiciais, disponibilizando a informação do cidadão, o número do processo, a data de abertura, os materiais/medicamentos e sua quantidade.

CERTIFICAÇÃO DIGITAL

Tipo	Descrição
R	A solução ofertada deve possuir mecanismo de assinatura digital de registro eletrônico em saúde certificado de acordo com o Manual de Certificação para S-RES v4.2 (Edição 2016)



	SBIS/CFM (Sociedade Brasileira de Informática em Saúde / Conselho Federal de Medicina) certificado nos Requisitos do Nível de Garantia de Segurança 2 (NGS2).
R	Os componentes do módulo devem estar aderentes ao DOC-ICP-155, da ICP-Brasil, que trata sobre a normalização de assinatura digital, para o padrão de “assinatura digital com referências básicas (AD-RB)”, sendo recomendado a utilização do padrão de “assinatura digital com referências para validação (AD-RV), com os objetos referenciados estando no domínio da instituição, ou padrão de “assinatura digital com referências completas (AD-RC)”
R	Todas as funcionalidades do módulo devem ser disponibilizadas em componentes modulares distintos, que permitam assinar, validar as assinaturas digitais, verificar e validar certificados no momento da assinatura.
R	Todos os componentes do módulo devem ser capazes de permitir a geração, visualização e armazenamento de registro eletrônico (LOG) dos procedimentos executados bem como das informações pertinentes ao usuário e rede, para fins de auditoria.
	<p>Deverá dispor minimamente as seguintes funcionalidades:</p> <p>Assinador para geração de assinatura digital em documentos eletrônicos;</p> <p>Verificador para verificar validade de assinatura digital em documentos eletrônicos;</p> <p>Validador para verificar validade de certificado digital e sua correspondente cadeia de certificação;</p>
R	Deve gerar assinaturas simples, coassinaturas e contra-assinaturas no padrão CMS Advanced Electronic Signature - CAdES de acordo com o DOC-ICP 15.03.
R	Deve gerar assinatura digital seguindo todas as políticas de assinatura definidas pela ICP-Brasil no DOC-ICP 15.03:
R	Deve verificar a validade do certificado digital do signatário e sua correspondente cadeia de certificação no momento da geração da assinatura digital.
R	A Solução deverá ter a funcionalidade de gerar assinatura digital em lote de documentos de acordo com as definições da resolução nº. 76 de 31 de março de 2010 do ITI e com a segurança necessária de acordo com as definições do documento DOC-ICP-15.01 da ICP-Brasil.
R	Deve validar o certificado digital do signatário (válido, inválido revogado, expirado) no ato da conferência da assinatura e permitir que, para cada assinatura digital, seja visualizada a situação da verificação ou a descrição do erro caso a assinatura digital seja inválida.



R	Deve armazenar e alertar ao usuário sobre pendências, possibilitando a este assinar em momento futuro os documentos não assinados no momento do atendimento.
R	Deve possuir tela de gerenciamento para gestores, para verificação de documentos pendentes de assinaturas e seus respectivos responsáveis.
R	Deve permitir ao profissional a possibilidade de visualizar o documento antes de sua assinatura.
R	Deve permitir ao profissional selecionar em sua lista de pendências e assinar vários documentos de uma mesma vez.

PRONTUÁRIO ELETRÔNICO DO CIDADÃO

Tipo	Descrição
R	Deverá permitir a realização de acolhimento sob demanda, sem a necessidade de haver uma consulta ou agendamento prévio, sendo necessário apenas identificar o cidadão através do seu cadastro na aplicação.
R	A solução deve permitir que os pacientes a sem acolhidos sejam pesquisados ao menos por: nome, sexo, data de nascimento, nome da mãe, CPF, CNS com ao menos três destas informações simultaneamente.
R	Deve possuir registro do peso, estatura, quadril, cintura, temperatura, pressão arterial, frequência respiratória, frequência cardíaca, pulsação, saturação de O2, saturação CO2, circunferência braquial e percentual de gordura cutânea, além de registrar o valor de glicemia, informando se o exame foi feito em jejum ou se é pós-prandial, data e hora das coletas.
R	Deve gerar o IMC com base nas leituras realizadas considerando sexo e faixa etária do paciente conforme manual do SISVAN.
R	Quando o paciente em questão for uma criança a solução deve permitir o registro de perímetro cefálico e torácico, situação vacinal e tipo de aleitamento.
R	Caso o paciente em atendimento seja mulher em idade fértil, a aplicação deve registrar se a mulher está gestando, caso sim, registrar a data da última menstruação, peso pré-gestacional, altura uterina, toque vaginal, batimentos cardíacos do feto, posição do colo, data provável do parto, se a gestação é planejada, se é gestação de risco bem como criar



	acompanhamento através de controle gestacional alertando outros profissionais de que esta paciente está em acompanhamento gestacional.
R	Possuir funcionalidade para registro das anotações de enfermagem e das queixas do paciente.
R	Todas as informações que caracterizem realização de procedimentos realizados durante o acolhimento deverão automaticamente gerar produção ambulatorial (BPA).
R	A aplicação deve possuir mecanismo para digitação de produção, de maneira que o profissional possa pesquisar todos os procedimentos compatíveis segundo regras do SIGTAP, podendo registrar a execução de quaisquer procedimentos permitidos.
R	A solução ofertada deve possuir mecanismo para que sejam listados ao profissional, durante o atendimento, procedimentos previamente relacionados aos seu CBO, agilizando assim a indicação dos procedimentos realizados pelo profissional no atendimento.
R	A aplicação deve possuir gráfico para acompanhamento do perímetro cefálico e peso corporal de crianças, para adultos gráfico de acompanhamento de peso/altura, glicemia e pressão arterial, evolução do IMC, evolução da frequência respiratória/pulsação e para evolução cintura/quadril.
R	Deve permitir que o profissional realize a classificação de risco do paciente utilizando as cores Vermelho para Emergência, Laranja Muito Urgente, Amarelo Urgente, Verde Pouco Urgente e Azul Não Urgente.
R	A solução deve possuir mecanismo ou funcionalidade para coletar todos os dados necessários para alimentação dos dados do e-sus durante o atendimento dos pacientes, sem que haja necessidade de nova alimentação de informações.
R	O atendimento do acolhimento deve permitir que seja registrado em destaque no prontuário dados relevantes a todos os atendimentos subsequentes, de modo que estas informações sejam exibidas em destaque a partir do momento do seu registro.
R	A solução deve permitir a emissão de declaração de comparecimento, contendo, no mínimo, informações de data, horário inicial, horário final e observações, além de registrar se o paciente estava acompanhado.
R	Deve haver interoperabilidade com o painel de avisos e quando o profissional acessar o prontuário através da fila de atendimento o paciente deverá ser chamado pelo painel indicando o consultório onde o profissional se encontra.



R	Deverá possibilitar a parametrização de funcionalidade que permita que o profissional possa alterar a data e hora do atendimento, de forma a ser mantida a data e hora de registro dos mesmos.
R	Deverá possuir no prontuário as Estratificações de Risco de acordo com cada especialidade e unidade de saúde que aplicará a mesma, ainda necessitará ser possível a sua impressão. A estratificação de risco poderá ser cadastrada à qualquer momento, caso surja algo novo ou tenhamos algumas modificações.
R	Deverá possibilitar lançamento em forma de lista de problema no prontuário eletrônico de maneira que um problema possa evoluir ou ser mesclado em um novo ou então em outro já existente.
R	<p>Na lista de problemas deve ser possível registrar:</p> <p>Descrição do problema;</p> <p>Codificação (CID-10 ou CIAP-2)</p> <p>Tipo (cadastrável com possibilidade de inativação)</p> <p>Estado do problema;</p> <p>Observações;</p> <p>Data de início podendo ser definida em (Data, Data/Hora, Mês/Ano, Ano, Há Anos, Há Meses ou Há Semanas ;</p> <p>Data Final do problema;</p>
R	<p>Deve ser possível informar se um problema:</p> <p>Está sendo tratado no atendimento atual;</p> <p>Deve gerar um novo problema com base no selecionado;</p> <p>Mesclar com outro problema existente;</p>
R	Deve possuir gráfico de evolução dos problemas de acordo com seu registro de evolução ou mesclagem.
R	Deve possibilitar a informação de alergias do paciente através de cadastro de alergias, bem como apresentar a informação referente a alergia em todos os atendimentos realizados ao paciente bem como indicação de alergia em caso de medicamentos indicados e que possam reagir a alergia e que estejam previamente cadastrados e vinculados a alergia em questão.



R	Deve permitir que as informações coletadas durante o atendimento sejam armazenadas no formato SOAP (Subjetivo, Objetivo, Avaliação e Plano) , deve ainda sugerir CIDs na seção Avaliação, bem como sugerir CIAP2 em todas as seções do SOAP.
R	<p>Deve possuir o registro de anamnese conforme segue:</p> <p>Anamnese definida conforme resolução 2056 de 2013 do Conselho Federal de Medicina (CFM).</p> <p>Permitir a elaboração de questionários personalizáveis para serem sugeridos aos profissionais conforme seu CBO no atendimento.</p>
R	A solução deve estar adequada às regras do e-sus, coletando todas as informações necessárias para alimentação das fichas do e-SUS durante os atendimentos dos pacientes, bem como possibilitar a obrigatoriedade de preenchimento das mesmas conforme configurações prévias.
R	Permitir o preenchimento das fichas de atendimento do e-SUS, sendo estas a Individual, Odontológica, de Procedimentos, Síndrome neurológica por Zika/Microcefalia e Consumo Alimentar, sem a necessidade de sair do atendimento atual pelo prontuário eletrônico e atendendo às regras estabelecidas pelo E-SUS para a compatibilização.
R	Consultar e registrar as informações e ações do paciente quanto a Atenção Domiciliar referente ao Registro de Ações Ambulatoriais de Saúde (RAAS);
R	Consultar e registrar as informações e ações do paciente quanto a Atenção Psicossocial referente ao Registro de Ações Ambulatoriais de Saúde (RAAS);
R	Deve possuir campo específico para registro de informações que o profissional julgar importantes, estas informações deverão ser mostradas em destaque durante os atendimentos.
R	Deverá possuir campo para informar as queixas do paciente.
R	Deve possuir local para registro das anotações de enfermagem.
R	<p>Possibilitar o registro de informações referentes a Exames Físicos de modo que possa ser informado dados gerais do exame contendo:</p> <p>Campo texto para descrição do Aspecto;</p> <p>Campo texto para descrição da Postura corporal;</p> <p>Campo texto para descrição da Cor da pele;</p>



	Todos os campos devem possuir a possibilidade de informar codificação CID-10 ou CIAP-2;
R	Deve possuir local para registro da Avaliação antropométrica e Aferições vitais contendo a mesma estrutura utilizada para o preenchimento do acolhimento descrito anteriormente.
R	<p>Deve possuir funcionalidade para registro da propedêutica com a possibilidade de registro de data e hora fracionada (mantendo a data e hora do registro), com campos de texto livre para informar no mínimo os seguintes dados e suas respectivas avaliações:</p> <p>Cabeça e pescoço;</p> <p>Boca, nariz, faringe e laringe;</p> <p>Olhos;</p> <p>Sistema auditivo;</p> <p>Sistema nervoso;</p> <p>Sistema respiratório;</p> <p>Sistema circulatório/vascular;</p> <p>Sistema digestório;</p> <p>Sistema gênito-urinário;</p> <p>Pele, mucosas e anexos;</p> <p>Sistema músculo-esquelético;</p> <p>Sistema endócrino;</p> <p>Saúde mental.</p>
R	Deve apresentar lista dos acolhimentos lançados ao paciente.
R	Deve possuir campo para anotação médica específica do profissional, estas anotações não devem aparecer em impressões e são de utilização exclusiva do profissional sobre o paciente em atendimento.
R	Deve haver possibilidade de compartilhar a anotação registrada com outros profissionais, CBOs e ou formas de atendimento.
R	Deve possuir campo de texto livre para informar planos terapêutico, preventivo, Hipótese Diagnóstica e prognóstico.
R	Deve possuir recurso para informar terminologias CID-10 e CIAP-2.



	Quando CID notificável a solução deve exibir alerta ao profissional e registrar dados para preenchimento da ficha de notificação com opção de escolha para preenchimento imediato ou posterior.
R	A terminologia deve ser populada automaticamente com dados coletados anteriormente como por exemplo a informação de CID e ou CIAP nas seções anteriores.
R	Quando do preenchimento de ficha de notificação, nesta já deve estar informados os dados básicos do paciente e da notificação, cabendo ao profissional informar os dados necessários.
R	Deve possuir campo de texto livre para informar o serviço.
R	Deve possuir a funcionalidade de escolher e solicitar Testes Rápidos previamente definidos, emitindo a solicitação dos mesmos, bem como possibilitar o lançamento de resultado dos exames que tenham sido realizados.
R	A solução deve possuir funcionalidade para emissão de solicitações de exames com registro do profissional solicitante, data, observações, dados clínicos, materiais a examinar e exames a serem realizados e resultados.
R	O mecanismo de solicitação de exames deve permitir que sejam criadas solicitações padrões de exames agilizando o processo de emissão da solicitação.
R	Deve possuir funcionalidade para registro de resultados de qualquer exame realizado pelo paciente.
R	Deve permitir vincular o resultado digitado do exame com o exame solicitado, permitir lançamento de resultados de exames realizados com ou sem solicitações existentes, controle do estado da solicitação de exame (solicitado, realizado ou avaliado), bem como possibilitar o envio de anexos referentes a imagens e laudos de resultados de exames, bem como a possibilidade de recuperação dos mesmos para avaliação.
R	Deve disponibilizar automaticamente no prontuário os resultados de exames que tenham sido realizados pela própria aplicação.
R	As solicitações ao serem impressas devem respeitar os vínculos de grupos de exames para que as mesmas saem separadas de forma que cada solicitação impressa possua apenas exames do mesmo grupo.



R	Deve possuir funcionalidade para requisição de exames de mamografia, requisição de exame histopatológico de colo de útero e exame citopatológico de colo de útero com emissão dos formulários padrões da contratante.
R	Deve possuir recurso fora do prontuário para registro de resultados de exames, permitindo assim que profissionais técnicos não autorizados a visualizar o prontuário do paciente também possam registrar estas informações.
R	Deve possuir mecanismo para emissão de receitas de medicamentos com funcionalidade para pesquisa em receitas padrões pré-cadastradas, identificando o medicamento, quantidade, via e posologia.
R	Deve possuir funcionalidade para cadastramento de receitas padrões agilizando o processo de criação do receituário.
R	O mecanismo de controle do receituário deve permitir que várias receitas sejam emitidas durante o atendimento do paciente.
R	Deve emitir receita normal, controlada e de controle especial de acordo com os medicamentos inseridos pelo profissional;
R	Deve conter mecanismo a fim de possibilitar profissional solicite informações a outro profissional de maneira que o profissional solicitado seja informado sobre o questionamento e possa responder ao profissional solicitante, que receberá aviso de recebimento do retorno do seu questionamento, podendo este questionamento ser finalizado
R	Sistema deverá prover alerta de itens do componente especializado, LME, para emissão de laudo padronizado para a solicitação e autorização dos mesmos, bem mecanismo para preenchimento dos mesmos.
R	No receituário o profissional deve poder verificar quais medicamentos possui na rede de saúde, bem como se o mesmo pertence a lista de medicamentos básicos, porém deve haver a possibilidade do lançamento de medicamentos que não sejam encontrados na rede municipal de saúde.
R	Deve ser possível identificar o medicamento como sendo de uso contínuo na receita a ser emitida ao paciente, bem como demais informações como, via de administração, quantidade e posologia.
R	Deve possuir recurso para exibir e adicionar medicamentos ativos que o paciente está utilizando.



R	Deve exibir lista de medicamentos dispensados para o paciente nas unidades de saúde de toda a rede municipal integrada ao sistema.
R	Deve possuir funcionalidade para emissão de atestado contendo número de dias, número de horas, data do atestado, acompanhante (caso atestado de acompanhante), observações e opção para indicação se o CID deverá ou não ser impresso.
R	Possibilitar a criação de layout personalizado para a emissão do atestado.
R	Deve possuir funcionalidade para emissão de encaminhamentos com registro da especialidade, indicação de urgência, indicação para impressão ou não do CID e campo para descrição do motivo.
R	Deverá permitir através de parametrização a possibilidade de encaminhamento para profissional registrado na rede municipal.
R	No prontuário médico multiprofissional deve haver a possibilidade de criação de prescrição médica para paciente em observação, permitindo que sejam listados o medicamento, sua administração, posologia e horário da administração com campo para checagem de realização do mesmo.
R	Deve possuir mecanismo de consulta as imunizações recebidas pelo paciente bem como mecanismo que possibilite o lançamento de imunização ao paciente a partir do atendimento do mesmo.
R	Deve possuir impressão de "Termo de Consentimento Informado" para assinatura do paciente com opção para indicar se paciente assinou durante o atendimento.
R	Deve possuir mecanismo para geração da produção ambulatorial com verificações para que não sejam gerados procedimentos não compatíveis com as regras do SIA e possibilidade de inclusão de procedimentos extras que venham a ser realizados, registrando o profissional, grupo, procedimento, quantidade, CBO e CID10 do atendimento realizado.
R	Deve possuir recurso de lista de procedimentos que serão exibidos de acordo com parametrização por CBO com opção de informar os realizados e ação para confirmação da produção destes procedimentos.
R	Deve permitir o acesso as informações registradas durante o processo de triagem dos pacientes.
R	Possuir funcionalidade para impressão da ficha clínica do paciente e de seu prontuário do atendimento atual ou completo.



R	Na impressão do prontuário deve ser registrar o objetivo, para quem foi entregue, qual foi o profissional que gerou, data e hora, número do documento da pessoa que retirou, campo para informar se o retirante apresentou documento e observações e emissão de recibo para assinatura.
R	Deve possuir mecanismo para informar o desfecho onde a data deve permitir informar fracionada, poder escolher uma classificação de especialidade referente ao atendimento caso não tenha sido informado no início, deve permitir informar o tipo de desfecho cadastrável, campo para informar se foi verificado por médico responsável e campo para registrar observações do desfecho do atendimento.
R	<p>Deve permitir assinar digitalmente em meio eletrônico os documentos do atendimento com a utilização de certificado eletrônico válido ICP-Brasil.</p> <p>Esta assinatura assinará os dados salvos no banco de dados impossibilitando sua alteração, garantindo desta forma a invalidação das informações caso estes dados sejam alterados indevidamente.</p> <p>Deve possuir ação para validar se o atendimento assinado digitalmente é válido e não sofreu ou adulterações.</p> <p>O documento somente poderá ser assinado por profissional detentor de certificado digital válido ICP-Brasil.</p> <p>O certificado a ser utilizado deve estar vinculado em seu cadastro, que no momento do registro será validado através do seu CPF.</p> <p>O certificado a ser utilizado não pode estar expirado.</p> <p>O certificado a ser utilizado não pode estar com problemas de integridade.</p> <p>O certificado a ser utilizado não pode estar revogado.</p> <p>Deve no momento da assinatura exibir o documento que será assinado para conferência e validação do profissional assinador.</p>
R	Deve possuir recurso para o profissional efetuar o gerenciamento de atendimentos não assinados e possa assiná-los caso não os tenha conseguido no momento do atendimento.
R	Deve possuir registro administrativo para gerenciamento de assinaturas não efetuadas.
R	Deve possuir delegação de poder para registro de dados no prontuário de modo que o atendimento seja assinado posteriormente pelo responsável que delegou poderes ao usuário.



R	Permitir planejamento do atendimento odontológico realizado através da apresentação da arcada dentária em modo gráfico com distinção entre dentes permanentes, dentes decíduos, faces entre outros.
R	Na arcada dentária deve usar distinção por cores entre procedimentos realizados e procedimentos a serem realizados em cada face de cada um dos dentes.
R	Deve permitir que o profissional clique sobre a face de cada dente e registre seu estado inicial bem como os procedimentos a serem realizados.
R	Deve possuir mecanismo para lançamento de procedimentos para todos os dentes.
R	Deve disponibilizar ao odontólogo todas as funcionalidades do prontuário do paciente.
R	A aplicação deve permitir que sejam selecionados um ou mais dentes para o lançamento de um ou mais procedimentos.
R	A solução ofertada deve possuir mecanismo ou funcionalidade que permita a seleção de uma ou mais faces, pertencentes a um ou mais dentes, para informação de um ou mais procedimentos.
R	O sistema oferecido deve possuir campo para indicar para cada atendimento se o mesmo foi para: 1ª Consulta Odontológica Programática; Escovação Dental Supervisionada; Tratamento Concluído; Urgência; Atendimento a Gestantes;
R	A solução deve possuir funcionalidade para consulta do histórico de todos os atendimentos em um único odontograma ou ainda, cada tratamento realizado em um odontograma.
R	A solução deve possuir mecanismo ou funcionalidade que permita a seleção dos dentes no odontograma pelo sextante, permitindo que sejam lançados um ou mais procedimentos para um ou mais sextantes.
R	A solução deve permitir a seleção de dentes no odontograma por arcada superior ou inferior, permitindo que sejam lançados um ou mais procedimentos para a arcada selecionada
R	A solução deve permitir em casos de múltipla seleção no momento de lançamento da condição inicial ou do procedimento escolher se quantidade será aplicada para todos os dentes, para cada arcada, para cada sextante, para cada dente ou para cada face conforme o enquadramento da seleção.
R	A solução deverá dispor de relatórios com base no prontuário contendo minimamente:



	<p>Atendimentos por programa de saúde</p> <p>Atendimentos por CID10/CIAP2</p>
R	A solução deve possuir cadastros de diagnósticos, com possibilidade de vincular as necessidades e intervenções. Também deve ser possível informar o código CIPE.
R	A solução deve possuir o cadastro de intervenções, com possibilidade de vincular ao diagnóstico. Também deve ser possível informar o código CIPE.
R	A solução deve possuir o cadastro de necessidades, com possibilidade de vincular ao diagnóstico. Também deve ser possível informar o código CIPE.
R	A solução deve possuir dentro do modelo SOAP, a opção do diagnóstico de enfermagem, sendo possível selecionar a necessidade, diagnóstico e registrar as intervenções, especificamente dentro de Avaliação e Plano.
R	A solução deverá permitir, através de parametrização a realização de baixas do estoque da farmácia para pacientes, possibilitando assim que seja realizada a consulta da Assistência Farmacêutica através do prontuário, assim como outras necessidades.
R	A solução deverá permitir o cadastros dos Kit's para utilização dentro do prontuário, informando os itens que serão utilizados no kit, assim como a quantidade sugerida.
R	<p>A solução deverá possuir o cadastro de regras para avaliações antropométricas, onde seja possível parametrizar as unidades de saúde que irão utilizar as regras, cbo's que irão utilizar as regras e determinar que na regra criada, qual o período que o sistema avisará a necessidade de coletar novos dados de peso e altura na avaliação antropométrica. Dentro das opções de criação da regra deverá conter:</p> <p>Idade Inicial: Define a idade a partir da qual a regra passará a ser aplicável ao paciente.</p> <p>Idade Final: Define até qual idade a regra passará a ser aplicável ao paciente.</p> <p>Período: Define de quanto em quanto tempo, a partir da última aferição de Peso e Altura da Avaliação Antropométrica do paciente, a regra será aplicada.</p>
R	O sistema deverá possuir opção de triagem em que o profissional visualize todos os pacientes que estão na fila, independente da agenda que ele faz parte, conforme configuração, permitindo realizar a triagem, chamar no painel de chamadas e encaminhar o paciente para uma outra agenda caso tenha necessidade.
R	O sistema deverá possuir uma fila de atendimento, onde o profissional acesse todos os pacientes que estão aguardando atendimento e que estejam vinculado ao seu nome, independente se estão em mais de uma agenda e unidade de saúde, mas que estejam



	vinculado ao seu nome, com opções de clicar em Atender, Chamar no painel de chamadas, visualizar o histórico antes de abrir o atendimento e visualização em tela de informações sobre o paciente como por exemplo: Criança, Idoso, Gestante e etc.
R	O sistema deverá alertar de forma visual no início do atendimento via prontuário algumas condições de saúde como Paciente Gestante, Alergias e informações importantes em formato de alerta, de preferência em cor diferente das outras informações do prontuário.
R	O sistema deverá manter em tela indicador do tempo do atendimento, que fique visível ao profissional no momento do atendimento.
R	O sistema deverá possuir funcionalidade de Teleatendimento dentro da tela de atendimento do prontuário, podendo ser habilitado à qualquer momento pelo profissional que estiver realizando o atendimento.
R	Quando a função de teleatendimento for ativada, o sistema deverá automaticamente disponibilizar um link para envio ao paciente, podendo ser enviado por e-mail ou qualquer outra plataforma, apenas copiando o link.
R	O sistema deverá permitir que seja evoluído o prontuário enquanto o profissional conversa por vídeo com o paciente, sem sair da tela de prontuário. O Teleatendimento deverá ser feito dentro do prontuário e não com ferramentas externas.
R	Deve ser possível fazer com que a imagem do paciente no Teleatendimento se comporte conforme a tecnologia Picture-in-picture , para facilitar em alguns casos e ampliar a imagem, caso o profissional necessite.
R	O sistema deverá permitir recolher o histórico do prontuário, caso o profissional necessite, otimizando o tamanho e a visualização do mesmo, bem como deve ser possível retornar com o histórico.
R	Os campos de texto dentro do prontuário deverão conter a opção de transcrição de voz, para que o profissional possa falar e o prontuário transcrever em texto dentro dos campos.
R	O sistema deverá permitir gravar modelos de preenchimento dos campos SOAP (Subjetivo, Objetivo, Avaliação e Plano), para que os profissionais possam ter seus protocolos de atendimento e conduta com fácil acesso pelo sistema.
R	Em casos do profissional estar em uma unidade de saúde que possui vínculo com uma equipe e-Multi, o sistema deverá disponibilizar a seção de compartilhamento do cuidado, podendo escolher o CBO da especialidade à qual compartilhar, o profissional, escolher o



	CIAP e/ou CID10, a classificação de prioridade e campo para discussão de caso clínico, também com opção de transcrição por voz.
R	Deve permitir a solicitação do exame de Dengue, com a impressão da Ficha de Requisição no padrão do Ministério da Saúde.
R	Deve permitir a impressão da ficha de Investigação de Atendimento Anti-Rábico, no padrão do SINAN.
R	O sistema deverá permitir que o sistema possua protocolos de regulação no ato do encaminhamento de determinadas especialidades, para que o profissional possa realizar uma análise preliminar e conseguir encaminhar apenas pacientes que se enquadrem no protocolo. A especialidade que fará parte deste processo deverá ser escolhida previamente na parametrização do sistema.
R	O sistema deverá permitir o profissional realizar a continuidade do compartilhamento do cuidado, com as opções de visualização dos dados inseridos pelo solicitante, bem como realizar a devolutiva de discussão do caso (podendo reclassificar, Pedir Esclarecimento, Teleconsulta e Recondução do Cuidado), realizar a troca do profissional de referência e sugerir agendamento para os grupos
R	Na tela da continuidade do compartilhamento do cuidado, o sistema deverá identificar os pacientes que estão aguardando (com o tempo que estão em espera) e os que já foram respondidos.
R	O sistema deverá permitir que seja executada a delegação de poder para outros profissionais, para que seja possível realizar atendimento dos profissionais residentes.
R	Toda vez que o profissional residente realizar o atendimento via prontuário, o sistema deverá registrar os dados com o conselho do profissional supervisor
R	O profissional residente não poderá finalizar o atendimento, apenas enviar para análise, enquanto o profissional supervisor receberá em tela todos os pacientes que estão necessitando de revisão.
R	O profissional supervisor poderá realizar a revisão do atendimento, ajustar algumas condutas e ser o único a finalizar o atendimento que está supervisionando.
R	As evoluções no SOAP deve ser possível realizar a retificação mesmo após o prontuário ser finalizado, solicitando o motivo da retificação.



R	RO sistema deverá obedecer às regras de restrição de dados, para que no preenchimento do prontuário seja bloqueado ou avisado em casos de relação entre Medicamento X Alergias, Precauções Terapêuticas (CID X Medicamentos) e Interação medicamentosa.
R	Permitir a impressão do Prontuário Completo, Prontuário do Atendimento Atual, Ficha Clínica e o Registro de Atendimento Clínico (RAC).
R	Permitir preencher o formulário do IVCF 20 (Índice de Vulnerabilidade Clínico-Funcional), seguindo as diretrizes do Ministério da Saúde, tendo como opções os questionamentos referentes à Comorbidade Múltipla, Comunicação (Audição e Visão), Mobilidade (Continência Esfincteriana, Marcha, Capacidade aeróbica e/ou muscular, Alcane/Pressão/Pinça), Humor, Cognição, ADV (Básica e Instrumental), Percepção da Saúde e Idade do Cidadão.
R	O IVCF20 só deve ficar disponível para pacientes com 60 anos ou mais, não aparecendo a opção de preenchimento para pacientes que não se enquadrarem na idade, evitando o preenchimento fora da faixa etária à qual é destinada.
R	Após seu preenchimento, o sistema deverá somar automaticamente e classificar o paciente dentre o protocolo, que são divididos entre Alto Risco (15 – 40 pontos), Risco Moderado (7 – 14 pontos) e Baixo Risco (0 – 6 pontos).
R	O sistema deverá mostrar o resultado dentro de uma régua de visualização, para facilitar o entendimento do resultado.
R	O sistema deverá possuir o cadastro de pesquisa de satisfação, para que possa ser enviado ao paciente após o atendimento via prontuário, onde possua opções de criar as perguntas da pesquisa de satisfação, com as opções de resposta com o padrão de muito satisfeito até muito insatisfeito.
R	O sistema deverá enviar a pesquisa de satisfação ao paciente através do e-mail cadastrado em seu usuário, de forma automática, logo quando o atendimento for finalizado.
R	O sistema deverá possuir relatório de pesquisas de satisfação respondidas, com gráficos referentes aos resultados.
R	As pesquisas de satisfação deverão ter a possibilidade de terem pesquisas distintas dentre as unidades e para isso o sistema deverá possuir a opção de cadastrar um tipo de pesquisa para cada unidade de saúde, bem como utilizar a mesma em mais de uma unidade.



GESTÃO DE FROTAS E TRATAMENTOS FORA DO DOMICÍLIO

Tipo	Descrição
R	O sistema deve possuir o cadastro de tipos de veículos.
R	O sistema deverá possuir campos para cadastro básico de veículo, contendo, minimamente descrição, tipo, placa, marca, número do chassi, renavam, ano do veículo sua capacidade/lotação, tipo do combustível e data da validade do extintor de incêndio.
R	Deve permitir a criação de rotas contendo minimamente sua descrição, município de saída e município de destino.
R	Deve possuir cadastro para lançamento de dotações orçamentárias contendo minimamente a descrição e o número.
R	Deve possuir cadastro de recursos contendo minimamente a descrição e número.
R	O sistema deve permitir o cadastro de motoristas contendo minimamente o nome, CPF, telefone, endereço, município, complemento, CEP, tipo de veículo de condução, número da sua carteira de habilitação, categoria da carteira, data do vencimento da carteira.
R	A aplicação deve possuir cadastro de itens de consumo com minimamente sua descrição, unidade de apresentação e fornecedor padrão.
R	Deve possuir cadastro de eventos do veículo.
R	A plataforma deve possuir funcionalidade ou mecanismo para lançamento de eventos para cada veículo contendo minimamente sua data de criação/atualização, evento, data do vencimento, número de dias que o evento pode ser postergado, indicação se o evento foi realizado, data da realização, observações da realização e observações gerais do evento.
R	O sistema deve gerar aviso/alerta para o operador quando o veículo for relacionado para algum tipo de viagem durante o período de vigência de um determinado evento a ele atrelado.
R	Deve possuir cadastro de tipos de viagem com indicação se o tipo da viagem deve ser utilizado nos processos de TFD.



R	Deve possuir cadastro de tipos de despesa e adiantamentos contendo minimamente sua descrição e seu valor unitário.
R	Deve possuir cadastro de destinos contendo minimamente nome, município onde se localiza e telefone.
R	O sistema deverá possuir registro de viagem, informando minimamente data e hora da saída, data e hora prevista para retorno, tipo da viagem, auxiliar, motorista, veículo, local de destino, cidade de destino, rota, dotação orçamentária e recurso.
R	Nesta mesma ferramenta supracitada, deve permitir que sejam atrelados a cada viagem os cidadãos e acompanhantes com seus devidos locais de saída hora da saída, locais de destino, telefone, documentos, tipo da viagem (ida, ida e volta), acompanhantes, data do aviso ao cidadão, horário do aviso e observação.
R	O sistema deve permitir o gerenciamento das viagens permitindo o gestor visualizar a quantidade de vagas disponíveis por ida e quantidade de vagas disponíveis por volta.
R	Deve permitir no cadastro da viagem que sejam relacionados Km inicial, km final, nome da empresa (no caso de terceira) valores adiantados e km rodados.
R	Deve permitir que sejam lançados um ou mais adiantamentos para cada viagem, contendo minimamente o tipo do adiantamento, valor, quantidade e valor total.
R	A plataforma deve possuir funcionalidade ou mecanismo para lançamentos das despesas da viagem contendo minimamente a informações como data e hora de saída, data e hora da chegada, km inicial, km final, km rodado, número do documento da despesa, data da despesa, tipo da despesa, valor unitário, quantidade, total, local/fornecedor, um campo texto livre e campo indicativo permitindo informar se a viagem já foi finalizada.
R	Deve possuir funcionalidade para lançamento de manutenções com o veículo contendo minimamente a data da solicitação, data programada da manutenção, data previsão de conclusão, veículo, quilometragem, nome do solicitante, dados do local da manutenção (local, telefone, nome do contato na manutenção), descritivo do motivo pelo qual a manutenção está sendo requerida.
R	Nesta mesma ferramenta supracitada, o sistema deve permitir que sejam lançados todos os itens da manutenção contendo minimamente o nome do item, indicação se o era problema em peça original, data da próxima troca, km da próxima troca, número do documento, quantidade, valor unitário, valor total e campo livre para observações.
R	A aplicação deve possuir mecanismo para lançamento de acertos de manutenção com o fornecedor contendo minimamente a data da entrega, indicação se o acerto foi finalizado,



	item, data da próxima troca, km da próxima troca, documento, quantidade, valor unitário, valor total e observações.
R	Deve possuir mecanismo para lançamento de gastos gerais com veículo por tipo de gasto, incluindo a data da autorização, fornecedor, veículo, quilometragem, motorista, documento de referência, item, quantidade, valor e indicação se o mesmo foi autorizado ou cancelado.
R	A aplicação deve possuir mecanismo para gerenciamento dos saldos com cada fornecedor, levando em consideração os valores creditados a ele e os gastos realizados com cada um em quantidade e valor.
R	O sistema deve permitir adicionar créditos ao fornecedor contendo minimamente a data, o fornecedor, qual o item ao qual o crédito é realizado, valor e quantidade.
R	O sistema deve possuir mecanismo para gerenciamento de solicitações de ambulância contendo minimamente a data da solicitação, data e hora da saída, cidade de destino, local de destino, veículo, motorista, pacientes na ida e pacientes no retorno e campo livre para anotações.
R	A solução deve possuir mecanismo que permita um controle em filas de espera para processos de TFD.
R	A solução deve possuir mecanismo que permita a publicação das filas de espera para transporte na internet para consultas públicas (sem necessidade de login) ao sistema.
R	A plataforma deve possuir interface de operação 100% WEB e a comunicação entre o navegador e o servidor de aplicação deve ser segura, utilizando HTTPS para cifrar a comunicação e assinar as requisições de modo a evitar ataques a segurança do servidor de aplicações.
R	O sistema deve permitir que sejam criados os processos de TFD contendo minimamente número do processamento, data da abertura, cidadão, profissional responsável, CID, tratamento solicitado, tipo do atendimento e um campo texto livre para justificativa.
R	Deve permitir para cada processo de TFD haver a indicação da situação do processo, se o mesmo foi autorizado, cancelado enviado para o estado, negado ou se está inconcluso e um campo livre texto para justificativa da situação e um campo livre texto observações gerais.
R	Deve possuir mecanismo para criação de viagens para processos de TFD com base nos processos de TFD a serem atendidos.
R	A solução deve permitir realizar o lançamento de todas as viagens necessárias para o processo TFD, contendo minimamente a data da solicitação, cidade e local de destino,



	transporte recomendado, veículo, motorista, data e hora da viagem, campo para observação da viagem, previsão de retorno e campo de observação para a previsão de retorno.
R	A solução deve possuir funcionalidade para renovação de processos de TFD já concluídos.
R	O sistema deve disponibilizar informações referentes ao andamento dos processos de TFD nas recepções das unidades de saúde, contendo minimamente o cidadão, a situação e o número do processo.
R	Deve possuir mecanismo para geração automática dos procedimentos de transporte do cidadão e seu acompanhante, com base na quilometragem percorrida.
R	Deve possuir controle de manutenção e do abastecimento dos veículos.

EPIDEMIOLOGIA

Tipo	Descrição
R	A plataforma deverá possibilitar a customização de fichas de investigação da vigilância epidemiológica, contendo minimamente, descrição, CID's 10 compatíveis.
R	O programa deve possuir mecanismo ou funcionalidade que permita a criação das perguntas que compõe cada ficha de investigação contendo minimamente: ordem de visualização das perguntas, campo para observação da resposta firmada e campo para inserção de ajuda para cada pergunta. O tipo da resposta a ser aceito para cada pergunta deve poder variar entre campos descritivos, numéricos, campos para datas e múltipla escolha, neste caso permitindo que sejam informadas as opções para cada pergunta, sendo possível definir na pergunta se permite a seleção de um ou mais itens de resposta.
R	A plataforma deverá possuir ferramenta para gerenciamento e monitoramento dos agravos de notificação, contendo minimamente o agravo, tipo da notificação (negativa, individual, surto ou Inquérito Tracoma) a data dos primeiros sintomas, a data da notificação, situação da notificação (registrado, avaliando, investigando, providenciado, cancelado e rejeitado), município, unidade de saúde notificadora, responsável pela notificação, e os dados do cidadão.



R	<p>Nesta mesma ferramenta supracitada deverá haver minimamente os dados do cidadão: Nome, data de nascimento, número do cartão SUS, idade (em Anos, Meses, Dias e Horas), sexo, raça/cor, nome da mãe e escolaridade. e Deverá</p> <p>permitir o detalhamento da residência do notificado contendo minimamente: bairro, cep, latitude, longitude, logradouro, número, complemento, pontos de referência, ddd, telefone e zona (rural ou urbana).</p>
R	A plataforma deve permitir o cadastro inicial do surto, com data do primeiro caso suspeito, número de casos suspeitos, local inicial da ocorrência (residência, hospital/unidade de saúde, creche/escola, outras instituições, restaurante/padaria, casos dispersos no bairro ou município, casos dispersos em mais de um município e outros), permitindo ainda a identificação de outros locais iniciais de ocorrência.
R	A plataforma deve possuir funcionalidade ou mecanismo para gerenciamento que permita que sejam listados na vigilância epidemiológica todos os CID's relacionados nos atendimentos médicos em locais informatizados, que forem notificáveis.
R	Deverá possuir mecanismo ou funcionalidade que permita o envio de emails e sms para os responsáveis pelo setor de epidemiologia em intervalos pré-definidos, listando todos os CID's notificáveis relacionados em atendimentos médicos nos locais informatizados.
R	A plataforma deverá apresentar um sistema de alerta ao usuário para a notificação compulsória sempre que houver a digitação do CID ou CIAP, nos campos específicos, correspondente a agravos de notificação.

PAINEL DE CHAMADAS

Tipo	Descrição
R	A aplicação deve possuir mecanismo de Painel para utilização nas salas de espera dos pontos de atendimento da contratante.
R	O mecanismo do painel eletrônico possibilitar o chamamento do cidadão através do seu nome indicando para qual consultório ou sala que o mesmo deverá se deslocar para ser atendido.
R	O painel deve possibilitar que sejam inseridas informações ou vídeos a serem exibidos nas salas de espera entre um atendimento e outro, permitindo definir o tempo de exibição para cada vídeo.



R	A alimentação das informações da fila de atendimento deverá ser realizada automaticamente pelo sistema, com base no processo da recepção do cidadão na unidade, e da definição de grau de risco realizado na triagem, sem que seja necessária a intervenção de qualquer operador.
R	Deve possuir no momento da implantação informações visuais relacionados com o formato de atendimento e triagem (baseado no protocolo de Manchester) com objetivo de orientar aos cidadãos na maneira como as filas de atendimento serão estabelecidas, para serem exibidos nas salas de espera onde o painel será utilizado.
R	Deve permitir envio de mensagens ou avisos ao painel, com opção de aviso sonoro.
R	Permitir parada das chamadas no painel, devido a situações adversas.

LABORATÓRIO

Tipo	Descrição
R	O sistema deve possuir cadastro de convênios.
R	Deve possuir funcionalidade que permita que sejam limitados os convênios aos quais cada exame pode ser relacionado.
R	Deve possuir cadastro de comarcas contendo minimamente o nome da comarca e indicativo se a comarca está ativa ou não.
R	Deve possuir cadastro de históricos padrões para utilização no preenchimento dos laudos dos exames contendo minimamente o apelido e descrição.
R	Deve possuir cadastro de grupos de layouts.
R	Deve permitir que sejam informados para cada exame o setor em que o mesmo é realizado, o material de coleta, o recipiente, dias para entrega, sexo do cidadão permitido para realizar o exame, campo para indicar quando o resultado do exame é sigiloso e campo para indicar quando o exame utilizará triagem.
R	Deve possibilitar vincular ao exame laboratorial com vários procedimentos do SIGTAP e os reagentes.
R	Possuir recurso para desmembramento de exames.



R	Deverá possuir mecanismo ou funcionalidade que permita definir um grupo de cidadãos, através da sua faixa etária (expressa em ano, dia ou meses), e do seu sexo (masculino, feminino, indeterminado ou ambos), que será utilizado para definir o layout a ser utilizado no lançamento do laudo do exame para o cidadão.
R	<p>O sistema deve possuir cadastro de recipiente para coleta contendo minimamente a descrição e campo indicativo se o mesmo está ativo ou não.</p> <p>Deve possuir cadastro de materiais para coleta contendo minimamente a descrição e campo indicativo se o mesmo está ativo ou não.</p>
R	Deve possibilitar o cadastro de prazos de entrega dos exames, possibilitando cadastrar minimamente a descrição, o número de dias de entrega.
R	No cadastro de prazos de entrega dos exames, deve possibilitar a definição de trabalho por dia da semana (contendo todos os dias da semana), e permitir cadastrar minimamente, o tipo de trabalho (Realiza e Entrega, Apenas Entrega ou ainda Se não Realiza e Não Entrega), e permitir definir para cada dia da semana o horário limite para coleta.
R	O sistema deve possuir funcionalidade para cadastro de tipos de requisição, contendo minimamente a descrição, e possuir indicativo para que possa determinar qual dos tipos deve ser utilizado como padrão no momento da requisição do exame.
R	Deve possuir mecanismo ou funcionalidade que permita criação de variáveis para utilização na construção do layout do laudo de cada exame.
R	Deve possuir cadastro de setores de atendimento do laboratório contendo minimamente, descrição, campos para identificar o responsável pelo setor, se o setor é de apoio, indicativo se está ativo e um campo texto livre para observações.
R	A aplicação deve possuir mecanismo ou funcionalidade para criação de mapas grade completos e resumidos, contendo minimamente, a descrição e setor de uso, e possuir mecanismo ou funcionalidade para definir os exames que pertencem ao mapa grade, possibilitando a seleção de todos os exames do setor, ou permitir cadastrar apenas alguns exames do setor.
R	A aplicação deve possuir funcionalidade para criação de layout dinâmicos para cada exame e grupo de layout.
R	Para utilização no layout, devem permitir criar os campos para a entrada dos resultados, e definir para o campo qual o tipo de entrada: texto, numérico, se utilizará valores pré definidos no cadastro de histórico.



R	Deve permitir definir layout a ser utilizado para impressão do laudo e layout a ser utilizado na impressão do mapa, e nos layouts permitir utilização dos campos de entrada dos resultados, e variáveis pré cadastradas.
R	<p>A aplicação deve possuir funcionalidade que permita edição dos layouts a serem utilizados integrado a aplicação, sua interface deve possuir as seguintes funcionalidades:</p> <p>permitir que sejam inseridos campos texto, campos numéricos e fórmulas para campos calculados;</p> <p>permitir que seja anexada régua gráfica para apresentação dos valores de referência para cada leitura presente no laudo;</p> <p>possuir mecanismo para limites de valores para os resultados lançados nos laudos;</p> <p>possuir mecanismo ou funcionalidade para seleção de campos de histórico para respostas padrões para cada resultado a ser lançado no laudo;</p> <p>possuir lista padrão dos campos para inserção de valores nos laudos como nome do cidadão, documentos do cidadão, nr. do CNS, nome do exame, material examinado e outros.</p>
R	A aplicação deve possuir funcionalidade que permita a criação de layout personalizado para comprovante de coleta, podendo definir minimamente, a descrição, o tipo de impressão (pdf, térmico), configurações de pdf, como tipo de papel (A4, A5), orientação do papel (retrato ou paisagem), e permitir utilizar variáveis pré cadastradas.
R	A aplicação deve possuir funcionalidade que permita a criação de layout personalizado para as etiquetas, contendo minimamente a descrição, o tipo de impressão (pdf, térmico).
R	A aplicação deve possuir mecanismo para configuração dos mapas de trabalho com funcionalidades semelhantes ao de configuração dos laudos de exames.
R	O sistema deve possuir mecanismo ou funcionalidade que permita limitar os históricos padrões a serem utilizados por cada exame relacionado para uso no laboratório.
R	Deve permitir que seja informado para cada exame, sua ordem de impressão e número da amostra nos Mapas de Trabalho e se serão impressos resultados anteriores durante a emissão dos laudos.
R	Deve permitir a criação de requisições de exames para o cidadão, definindo minimamente, o cidadão, os exames da requisição, data e hora da requisição, o local de coleta, local de entrega dos resultados, prazo previsto para entrega dos resultados, campo de texto livre para observações, poder informar urgência para o resultado definindo um motivo para tal bem como a impressão do comprovante de coleta.



R	Deve possuir funcionalidade para que possam ser determinadas as informações para coleta de material para cada exame, contendo minimamente as informações de exame, material de coleta, data e hora da coleta e profissional da coleta.
R	O sistema deve possuir um controle de entrega dos resultados dos exames, permitindo registrar minimamente as informações do profissional que fez a entrega, cidadão que recebeu o resultado, data da entrega do resultado.
R	O sistema deve possuir um controle de digitação dos resultados dos exames, utilizando os layouts para realizar a entrada do resultado, e possibilitar a solicitação de uma nova amostra, a qual deverá estar visível para o posto de coleta.
R	O sistema deve permitir que cada laboratório possa definir se haverá necessidade de conferência dos resultados do exame para liberação de entrega, ou caso a digitação do resultado seja feito pelo bioquímico, possa ser definido como liberação automática ao lançar o resultado do exame.
R	O sistema deve dispor de controle de liberação dos resultados de exame para quando o operador que insere o resultado do exame no sistema não seja o bioquímico, assim, necessitando conferência do bioquímico para entrega dos resultados dos exames ao cidadão.
R	Deve permitir envio dos exames a terceiro, disponibilizando o controle gerencial dos exames enviados e recebidos bem como informações como: laboratório terceirizado, cidadão, período, exame.
R	Deve possuir mecanismo ou funcionalidade que permita relacionar todos os reagentes a serem utilizados por cada exame a ser executado pelo laboratório. E permitir realizar baixa automaticamente dos reagentes no estoque dos materiais do laboratório, bem como funcionalidade para gerenciamento das baixa dos reagentes.
R	Permitir configurar para o laboratório se será utilizado triagem nas requisições de exames.
R	Permitir na triagem encontrar o registro por código de barras, e também ter a opção de encontrar o registro por minimamente as informações de período, cidadão e exame.
R	O sistema deve permitir o faturamento em grupo/bloco de exames, com possibilidade de buscar um exame específico, ou os exames de um cidadão.
R	O sistema deve dispor da impressão de etiquetas, utilizando o layout de etiqueta cadastrado.



R	O sistema deve dispor da impressão de laudos dos exames, utilizando o layout definido pelo bioquímico.
R	O sistema deve permitir impressão em bloco/grupos de laudos dos exames.
R	O sistema deve permitir re-impressão de laudos dos exames.
R	O sistema deve possibilitar a verificação em forma de relatório estatístico de total dos exames realizados por laboratório, podendo selecionar minimamente um período específico, exame, laboratório e profissional solicitante.
R	Deve possuir relatório gerencial de exames pendentes de liberação.
R	Deve possuir relatório gerencial de total dos exames, informando minimamente o profissional solicitante, o exame e quantidade total realizado para cada exame.
R	Deve possuir relatório de conferência de amostras por posto de coleta, podendo pesquisar minimamente por um período, exame, material de coleta, local de coleta, cidadão.
R	O sistema deve possibilitar a verificação em forma de relatório dos exames pendentes de resultado.
R	Disponibilização de resultados dos exames de forma on-line de modo que o cidadão de posse do seu comprovante possa pegar seu resultado através de acesso web considerando que exames definidos como sigilosos não entrem nesta funcionalidade sendo que estes devem ser entregues em mãos apenas.
R	Possibilitar a impressão dos mapas de trabalho, os formatos de mapa de bancada e mapa grade, seguindo layout atribuídos aos mesmos.
R	O sistema deve dispor de funcionalidade de agendamento das requisições de exames.
R	Deve possibilitar o cadastramento do cronograma de atendimento do laboratório, permitindo definir quais exames podem ser agendados e o número máximo de agendamento diário para cada exame em um determinado período.
R	Deve possibilitar o cadastramento do cronograma de atendimento do laboratório, podendo quantificar por número de requisições ou número de exames diários para cada laboratório.
R	Ao cadastrar o cronogramas de agendamento, deve permitir definir os dias de semana possíveis de agendamento, e para cada dia da semana, a quantidade sendo esta por requisições ou exames bem como possibilitar que possa ser definido o período de



	atendimento (hora inicial e hora final). O sistema deverá calcular o tempo de duração de cada atendimento estipulando o algoritmo pela hora inicial, hora final e quantidade de atendimentos, e durante o agendamento das requisições de exames já trazer os horários de agendamento automaticamente, disponibilizando para agendamento os horários calculados e que ainda não foram consumidos na agenda/dia.
R	No agendamento das requisições de exames, deve estar disponíveis para agendamento, apenas os dias de semana que possuem cronograma e vaga para o agendamento.
R	No agendamento das requisições de exames, deve possibilitar o operador a visualizar todas as vagas consumidas por dia, listando minimamente, a data, a hora o cidadão, o laboratório de destino e o profissional solicitante.
R	Deve permitir o operador do agendamento das requisições de exames, gerar a requisição a partir da agenda.
R	Deve permitir o operador do agendamento das requisições de exames, transferir uma requisição para uma próxima data possível de agendamento (conforme cronograma/vagas).
R	Deve permitir o operador do agendamento, visualizar os últimos exames realizados pelo cidadão, e a quanto tempo o exame foi realizado.
R	Deve permitir o operador de cadastro das requisições de exames, visualizar os últimos exames realizados pelo cidadão, e a quanto tempo o exame foi realizado.
R	Deve permitir a impressão do comprovante de agendamento.

INTERFACEAMENTO LABORATORIAL

Tipo	Descrição
R	O sistema deve possuir funcionalidade para interfaceamento aberto dos equipamentos de laboratório.
R	Permitir identificar os exames que possuem o interfaceamento com equipamento laboratorial.
R	Deve possuir no cadastro de exames interfaceados, identificando o código do mesmo para o interfaceamento, se as etiquetas deste exame serão agrupadas com os outros exames desse



	setor, se o exame é liberado automaticamente quando vem do interfaceamento e a quantidade de etiquetas que serão impressas.
R	Possibilitar comunicação com sistemas de interfaceamento e equipamentos laboratoriais, enviando as informações de coleta e obtendo os resultados de exames automaticamente à medida que são realizados.
R	Deve possuir mecanismo para envio manual de exames para interfaceamento, além do programado, onde seja possível enviar exames ainda não enviados bem reenviar exames utilizando-se de filtros como período de coleta, setor, exame, posto de coleta, paciente ou número de requisição.

CONTROLE DE IMUNOBIOLOGICOS

Tipo	Descrição
R	O sistema deverá permitir o cadastramento das faixas etárias utilizadas na imunização, de forma personalizável, contendo minimamente a descrição, idade inicial e idade final e sexo.
R	Deverá permitir o cadastramento dos calendários de vacinação.
R	Deverá possuir o cadastro detalhado de tempos para utilização nos calendários de vacinação contendo minimamente a descrição, o calendário de vacinação onde será utilizado, idade inicial em anos, mês e dia e a idade final em anos, mês e dia.
R	Deverá ser capaz de registrar todas as imunizações administradas ao cidadão, contendo minimamente as informações de data da aplicação, lote, validade, dose, tipo de imunobiológico e todas as demais requeridas pelo SI-PNI/RNDS, ficando estas informações registradas no prontuário do cidadão.
R	O sistema deverá permitir o cadastramento e gerenciamento das salas/módulos de vacinação disponíveis da rede municipal de saúde contendo minimamente descrição e a unidade de saúde onde está localizada.
R	O sistema deverá possuir controle de estoque de imunizações minimamente por lote e validade, deverá possibilitar o gerenciamento e controle de estoque por cada sala/módulo.
R	Deverá ser capaz de gerar alerta internamente no sistema, todo cidadão que possui carteira de vacinação e o mesmo estiver com qualquer vacina em atraso deve gerar um aviso/alerta para o operador, em qualquer operação e módulo do sistema.



R	Deverá ser capaz de cadastrar as alergias do cidadão, se a aplicação for através do prontuário eletrônico.
R	O sistema deverá gerar aviso/alerta de todas as alergias cadastradas para o cidadão, para fins de visualização do operador, minimamente na carteira do cidadão e na aplicação de uma vacina.
R	Deverá controlar o calendário de vacinação incluindo intervalo mínimo e recomendado entre as doses do mesmo imunobiológico, bem como idade mínima e máxima do cidadão que pode receber a dose, sendo que a plataforma utilizará estes valores para realizar o aprazamento automaticamente das próximas doses no prontuário do cidadão.
R	Deverá permitir a atualização do registro de vacinação do cidadão por meio de inserção manual de registros realizados fora da rede municipal, com destaque de que se trata de atualização manual e não aplicação de imunobiológico, lançando como transcrição de vacinação.
R	O sistema deverá possuir mecanismo para gerenciamento e emissão das carteiras de vacinação utilizando cores para diferenciação entre vacinas em dia, atrasadas e futuras, contendo o número de dias restantes para aplicação e data das imunizações já realizadas.
R	O sistema deverá permitir o lançamento de vacinas que não fazem parte do calendário de vacinação normal do cidadão.
R	O sistema deverá possuir mecanismo para registrar as entradas de imunizações, alimentando automaticamente o controle de estoque.
R	O sistema deverá permitir o gerenciamento de estoque pelo gestor, permitindo realizar acerto dos valores do estoque da imunização para o lote/validade já existentes, podendo diminuir a quantidade em estoque ou aumentar a quantidade em estoque.
R	Deverá possuir mecanismo ou funcionalidade para controle de transferências de imunizações entre as salas/módulos de vacinação.
R	Deverá possuir mecanismo para gerenciamento das saídas de imunizações contendo minimamente as salas/módulos de vacinação, a data da saída, o motivo/tipo da baixa, as vacinas, lote/validade e quantidade.
R	O sistema deverá ter a possibilidade de fazer o envio das aplicações ao sistema oficial do governo SI-PNI/RNDS.
R	O sistema deverá permitir a impressão da caderneta de vacinação.



R	Deverá possuir relatório de balanço físico de imunizações por sala/módulo de imunização.
R	Deverá possuir relatório para emissão do Boletim de Imunizações.
R	Deverá possuir relatório de acompanhamento de imunizações por bairro.
R	Deverá possuir relatórios de gerenciamento com a visualização dos movimentos de estoque de mensal das imunizações.
R	Deverá possuir relatórios para acompanhamentos das imunizações por lote e validade.
R	Deverá permitir o gestor verificar em forma de relatório a existência de imunizações atrasadas.
R	Deverá permitir o gestor verificar as vacinações realizadas, e lista de vacinados por tipo de vacina.
R	O sistema deve disponibilizar de mecanismo para importação de dados legados do sistema SIPNI, possibilitando a importação dos cidadãos e das vacinas aplicadas por cidadão.
R	O sistema deve possuir interface para configuração de integração com o webservice da RNDS, utilizada para envio das vacinas preconizadas pelo Ministério da Saúde, permitindo vincular o Certificado Digital (Modelo A1 e sua senha) para validação do município junto ao webservice.
R	Possuir interface para envio das vacinas junto ao RNDS, onde seja possível visualizar dados como: Paciente, Data da Aplicação, Dose, Sala de Aplicação, profissional que aplicou, Status (Enviado, Pendente, etc.) e se foi ou não digitado no RNDS
R	O sistema deve possibilitar que seja emitido através de um link do sistema, o comprovante de vacinas aplicadas conforme parametrização, sem a necessidade de login, podendo imprimir em Português, Espanhol e Inglês.
R	O sistema deverá possuir parametrização para que as aplicações sejam enviadas automaticamente ao RNDS e visualizar em tela quais foram enviadas, quais estão pendentes e quais estão com erro, permitindo tentar o reenvio de forma manual.
R	O sistema deverá permitir que a atualização das regras vacinais sejam realizadas de forma automática, via Webservice, para que não haja o risco de cadastros e vínculos errados (Doses, Estratégias e Vínculo com o Imunobiológico cadastrado no Ministério da Saúde)



R	No momento da aplicação da vacina, o sistema deverá exibir a opção de Aplicação ou Transcrição de Doses, para as doses que já foram aplicadas anteriormente em outro local, com a única finalidade de atualização da carteira de vacinação do paciente.
R	O cadastro das vacinas poderá ser importada automaticamente via Webservice para que não haja necessidade e nem o risco do cadastro manual, de acordo com as regras vigentes do Ministério da Saúde.
R	O sistema deverá permitir controlar as competências de vacinas, podendo escolher entre estar abertas e fechadas, para que possam controlar os períodos que ficariam liberadas as digitações das vacinas.
R	Permitir realizar o cadastro das campanhas de vacinação, identificando o nome da campanha, sala de vacinação vinculada, local da vacinação e quais vacinas/lote/produzidor irão fazer parte da campanha.
R	Possuir tela de aplicação das vacinas de campanha, apenas digitando o CPF do paciente, permitindo lançar apenas as vacinas e lotes registradas para a campanha, bem como a Via de Administração, Local da Aplicação e Grupo de Atendimento
R	Na criação da Carteira de Vacinação, o sistema deverá permitir que seja criada através do Nº de Internação Hospitalar, caso o paciente venha encaminhado ou esteja sendo atendido através de um internamento hospitalar.
R	Ao lançar uma vacina na campanha de vacinação, o sistema deverá atualizar sua carteira de vacinação, caso o paciente possua.

DISPOSITIVOS MÓVEIS - ACS

Tipo	Descrição
R	O aplicativo deve funcionar nos dispositivos móveis minimamente sob a plataforma ANDROID.
R	O aplicativo deve trabalhar off-line, não necessitando de internet ou outro tipo de rede para funcionamento, exceto para enviar e receber informações com o servidor.
R	O aplicativo deve solicitar usuário e senha para conectar-se ao servidor e para o acesso ao aplicativo.



R	O aplicativo deve gerenciar a microárea de cada agente de saúde.
R	O aplicativo deve receber do servidor todas os dados cadastrais dos domicílios, famílias e seus integrantes, do servidor referentes à microárea do agente de saúde que opera o dispositivo móvel.
R	O aplicativo deve alertar quando existem dados para serem sincronizados.
R	O aplicativo deve possibilitar o envio dos registros novos ou atualizados para o servidor, receber e fazer atualização de dados mais atuais daqueles que o aplicativo está gerenciando.
R	<p>O aplicativo deve ser compatível com as fichas e regras CDS do e-SUS, contendo minimamente as ficha:</p> <p>Ficha de Cadastro Individual,</p> <p>Ficha de Cadastro Domiciliar,</p> <p>Ficha de Visita Domiciliar,</p> <p>Marcadores de Consumo Alimentar</p>
R	O aplicativo deve estar disponível na loja virtual Google Play com download gratuito para instalação e atualização.
R	O aplicativo deve relacionar todas os domicílios que a micro área possui cadastrados.
R	O aplicativo deve possuir diversas formas de pesquisa de domicílios, tais como por logradouro, bairro ou mesmo pelo nome de qualquer dos integrantes, bem como CNS- Cartão SUS, entre outros.
R	O aplicativo deve possibilitar inclusão ou atualização de dados cadastrais de cada Domicílio no formato exigido pelo e-SUS.
R	O aplicativo deve possibilitar inclusão ou atualização de dados cadastrais das famílias para cada domicílio.
R	O aplicativo deve possibilitar inclusão ou atualização de dados cadastrais de cada Integrante do domicílio e informar a qual família ele pertence.
R	O aplicativo deve possibilitar identificar o chefe da família.



R	O aplicativo deve possibilitar ao agente de saúde, gerenciar suas visitas domiciliares, no formato e-SUS.
R	O aplicativo deve solicitar os dados da visita domiciliar seguindo o modelo especificado pelo e-SUS.
R	O aplicativo deve possibilitar ao agente de saúde, identificar os domicílios que ainda não foram visitados nos últimos 7, 15, 30, 60 e mais dias e também exibir a data da última visita efetuada em cada um.
R	O aplicativo deve realizar as validações necessárias com base nas regras de validação por ficha do e-SUS.
R	O aplicativo deve possuir tabela cadastral de todos os países e municípios do Brasil, e para essas tabelas uma forma de pesquisa que faça o trabalho de auto completar, facilitando a seleção do registro desejado.
R	O aplicativo deve capturar o posicionamento das coordenadas GPS durante todo o trabalho da ACS bem como em qualquer ação que venha a realizar utilizando o sistema.
R	O aplicativo deve gerar LOG em todas as atividades que a ACS venha a realizar utilizando o aplicativo.
R	O aplicativo deve fornecer um cadastro e gerenciamento de ocorrências adversas enfrentadas pela ACS, tanto na Visita Domiciliar como em qualquer momento que isso venha a ocorrer, acrescentando ainda a inclusão de imagens(fotos) acompanhadas de um descritivo informando o que é observado na imagem coletada.
R	O aplicativo deve permitir a transferência cadastral de Integrantes entre microáreas, através de solicitação no próprio aplicativo, evitando re-cadastro de Integrantes.
R	O aplicativo deve permitir a ação de coleta de imagem(foto) do Integrante no momento da realização da Visita Domiciliar, bem como coletar sua assinatura e possibilitar também à ACS registrar sua assinatura. Nas assinaturas, o sistema deve gravar o posicionamento GPS visível na imagem.
R	O aplicativo deve possibilitar a coleta de imagem(foto) de cada Integrante no Cadastro Individual.
R	O aplicativo deve permitir que a ACS capture sua própria imagem através de foto capturada pelo próprio dispositivo, armazenando essa imagem no servidor.



R	O aplicativo deve permitir o preenchimento de formulário para Marcadores de Consumo Alimentar, realizando as validações do e-SUS, impedindo erros de digitação.
R	O aplicativo deve permitir a realização de Visitas Domiciliares e coleta de Marcadores de Consumo Alimentar, também em Integrantes que não estejam cadastrados na microárea da ACS.
R	O aplicativo deve possibilitar a edição de um local para informações extras nos Domicílios no caso de Visitas Domiciliares, essas anotações são de caráter individual de cada ACS.
R	O aplicativo deve disponibilizar nele mesmo, acesso a vídeo aulas online sobre a operacionalização do aplicativo.

AUTORIZAÇÃO DE INTERNAMENTO HOSPITALAR (AIH)

Tipo	Descrição
R	Deve possuir mecanismo de consulta de procedimentos para visualização do mesmo e suas características, podendo dividir por competência, grupos, subgrupo, forma organizacional e por procedimento e que nesta tela mostre todas as regras do mesmo.
R	Deve possuir mecanismo para consulta de tabelas de checagem SISAIH01, com opção de pesquisar por procedimento
R	Deve possuir tela para cadastro de padrão de procedimentos, podendo assim informar procedimento inicial, procedimento final, médico, cbo, repasse, recebedor e prestador de serviços. Também deve possuir informação de log deste cadastro em tela, caso seja necessário consultar.
R	Permitir informar nos parâmetros do sistema o médico auditor, órgão emissor, o acesso a tabela SIGTAP e CIHA do procedimento de administração de medicamentos.
R	Permitir cadastrar acréscimo de procedimento para AIH e APAC e que seja possível informar o procedimento, competência inicial e final, porte, valor do acréscimo, valor do acréscimo para serviço profissional.
R	Permitir cadastrar os repasses e que seja possível informar o procedimento inicial e final, profissional, tipo do valor (Valor Fixo, Percentual CO, Percentual SP, Percentual SA e Percentual Valor Total), valor e a ordem.



R	Permitir cadastrar Sugestões para Digitação de AIH's sendo possível informar o Tipo, Sexo do Paciente, Clínica, Caráter de Internação, Procedimento Realizado (AIH), Procedimento Executado, Aviso e o Procedimento à Realizar.
R	Permitir cadastrar o Custo por Procedimento, informando o procedimento, competência e o custo.
R	<p>Permitir realizar o internamento do paciente através do atendimento do mesmo na recepção, informando:</p> <p>Data e hora de entrada</p> <p>Médico Solicitante</p> <p>Médico Responsável</p> <p>Clínica (Clínica Médica, Cardiologista, Vascular, etc.)</p> <p>CID Provisório</p> <p>Setor</p> <p>Caráter</p> <p>Tipo de Acomodação</p> <p>Procedimento TUSS</p> <p>Procedimento SUS</p> <p>Data prevista da Alta</p> <p>Origem do Atendimento</p> <p>Convênio</p> <p>Nº da AIH</p> <p>Dias autorizado</p> <p>Observação</p>
R	Permitir evoluir e realizar a transferência dos pacientes que estão no ambulatório para internação.
R	Permitir evoluir o paciente e internar o mesmo através do atendimento via Prontuário Eletrônico.
R	Permitir integração total de todos os serviços e procedimentos realizados no internamento do paciente (que sejam compatíveis) com o faturamento de AIH, para que se diminua a perda e agilize o trabalho do faturamento.



R	Permitir realizar a digitação e a apresentação das AIH's podendo informar no mínimo: Nº da AIH Identificação Tipo Nº Internamento Data do Internamento Data da Alta Procedimento Solicitado Procedimento Realizado Modalidade Especialidade Caráter de Internação CID Principal Motivo da Saída Setor, quarto e leito Médico Solicitante Médico Responsável Nº AIH antiga Nº AIH posterior Médico autorizador Data de Autorização
R	Possuir tela de exportação da AIH por apresentação e em lotes
R	Possuir funcionalidade de AIH entre competências
R	Permitir marcar as AIH's rejeitadas, podendo filtrar por apresentação, motivo da rejeição e Nº da AIH
R	Permitir listar as AIH's com erros
R	Permitir filtrar os Laudos de AIH por período



R	<p>Possuir tela de digitação da CIHA, permitindo informar:</p> <p>Nº do Internamento</p> <p>Prontuário</p> <p>Procedimentos</p> <p>Entrada</p> <p>Característica de Internamento</p> <p>Diagnóstico Principal</p> <p>Diagnóstico Secundário</p> <p>Motivo da Alta</p> <p>Convênio</p> <p>Código do Beneficiário</p> <p>Diárias de UTI</p> <p>Documento de Óbito</p>
R	<p>Permitir gerar relatórios gerencias, estatísticos e financeiros, tais como:</p> <p>Valores AIH</p> <p>Espelho da AIH</p> <p>Produção de Repasse</p> <p>Relatório de Prévia</p> <p>Quantitativo de procedimentos por competência</p> <p>Procedimento por Apresentação</p> <p>Procedimento com incremento financeiro</p> <p>Estatísticas do Faturamento</p> <p>Procedimento com Valor Definido</p> <p>Acompanhamento de AIH</p> <p>Produção por complexidade</p> <p>AIH com doenças e notificáveis de agravos</p> <p>Produção por funcionário</p> <p>Procedimentos por AIH</p> <p>Relatório de Contas Rejeitadas</p>



	AIH de pacientes com o mesmo nome Comparativo de Receitas X Custos
R	Possuir mecanismo para Acompanhamento e processamento de Metas do SUS

PORTARIA

Tipo	Descrição
R	O sistema deverá possuir tela para controle das visitas, sendo possível informar: Tipo da Visita (Acompanhante, Fornecedor, Médico, Prestador de Serviços e Visitantes) Identificação do paciente internado ou atendido Dados do Visitante (CPF, RG, Nome, Data de Nascimento, Sexo, Telefone, e-mail, Observação e nº do crachá)
R	Permitir visualizar os visitantes por data, horário, setores, paciente, tipo do visitante e nome do visitante.
R	Permitir cadastrar uma restrição de visitas, podendo informar o período da restrição, Nome do Paciente e a observação/motivo.
R	Permitir imprimir etiqueta de identificação do visitante

ATENDIMENTO HOSPITALAR (PRESCRIÇÃO ELETRÔNICA)

Tipo	Descrição
R	O sistema deverá permitir colocar o paciente na fila de atendimento através da consulta do cadastro, obrigando o profissional da recepção a revisar seu cadastro antes de gravar o atendimento
R	Permitir que a recepção do hospital possa inserir o paciente na lista do ambulatório e posteriormente executar a função de internamento do mesmo, de acordo com a autorização e solicitação dos profissionais competentes.
R	Permitir que a recepção possa internar o paciente diretamente sem que haja necessidade de passar pelo ambulatório, validando seus dados cadastrais antes, podendo selecionar o médico solicitante, clínica médica, CID provisório, Setor, Quarto e Leito



R	Possuir tela de Triagens/Pré-consulta de pacientes que se encontram aguardando atendimento, podendo preencher todos os campos pertinentes às aferições vitais, avaliação antropométrica, alergias, nível de dor do paciente e ainda escolher o consultório que será encaminhado ou não, classificação de risco do paciente, e ainda inserir dados personalizados que forem importantes para a rotina do hospital
R	O sistema deverá possuir alerta no momento do login, para que o profissional médico e/ou enfermeiro seja avisado caso ainda possua um paciente pendente de prescrição ou avaliação via sistema, podendo clicar sobre o aviso e acessar o mesmo.
R	Sempre que o mesmo efetuar o login no sistema, ele deve conter a data e hora do último login, até mesmo se houve tentativa de login sem sucesso
R	Possuir funcionalidade de acessar o prontuário do paciente para evolução diretamente através do cadastro do mesmo, através de uma agenda ou através da fila de atendimento, sendo funcional e dinâmico
R	Permitir o profissional a visualizar todo o histórico de atendimentos do paciente no ato em que se abre a prescrição eletrônica/prontuário eletrônico
R	Possuir prescrição/evolução específica e individual para Evoluções Médicas, Fisioterapia, Enfermagem, Psicólogo, Assistente Social, Fonoaudiólogo, Farmacêutico Clínico e Terapeuta Ocupacional
R	Permitir cadastrar as prescrições padrões para trabalhar com protocolos pré-existentes e facilitar no atendimento de determinadas patologias e situações
R	Permitir a inclusão do diagnóstico, podendo consultar a tabela de CID10
R	Permitir a inclusão de prescrição de exames
R	Permitir a inclusão de prescrição de procedimentos
R	Permitir a inclusão de solicitação de avaliação, assim como realizar a avaliação
R	Permitir preencher as aferições dos sinais vitais, escala de Glasgow e régua de dor
R	Permitir encaminhar e incluir para uma cirurgia selecionando a data da cirurgia, tempo da cirurgia, classificação (limpa, contaminada, potencialmente contaminada, infectada), tipo da anestesia, porte cirúrgico, OPMEs utilizados, composição da equipe, procedimentos, diagnóstico pré-operatório, diagnóstico pós-operatório, relatório imediato da patologia, exame radiológico do ato, acidente na cirurgia e descrição da cirurgia.



R	Permitir solicitar hemoterapia
R	Permitir emissão de laudo SPA e LME
R	Permitir preencher o formulário utilizado no laudo da AIH
R	Permitir realizar a prescrição de medicação interna
R	Permitir realizar a emissão e receitas de medicamentos
R	Permitir evoluir o paciente para internamento através do atendimento, assim como realizar a sua alta e no momento da alta o sistema possuir funcionalidade de emitir algumas guias impressas como: Atestado, Receita/Exames de Alta, Resumo de Alta, Encaminhamento e as Fichas de Alta personalizadas para cada hospital (de acordo com a sua particularidade e necessidade)
R	Permitir prescrever as dietas para os pacientes internados
R	Possuir funcionalidade de checagem da medicação pela enfermagem de acordo com a prescrição médica, assim como a sua impressão, porém a checagem no sistema realiza o controle de estoque da medicação administrada
R	Possuir funcionalidade de liberação da medicação pela farmacêutica, no momento que o médico prescreveu, liberando para a enfermagem administrar
R	Possuir integração com o módulo de AIH, alimentando as AIHs com todos os dados que sejam compatíveis, minimizando erros e agilizando o preenchimento das mesmas.
R	Possuir funcionalidade para a Nutricionista visualizar em tela a lista de pacientes e com as refeições que necessitam realizar, com base na dieta prescrita pelo médico responsável.
R	Possuir funcionalidade específica para controle dos pacientes que possuem prescrição de dieta enteral
R	Possuir controle do lactário
R	Possuir funcionalidade de controle da limpeza e desinfecção dos leitos, para que a equipe possa visualizar pelo sistema quais leitos estão disponíveis para alocação de pacientes.



R	Possuir o cadastro das Fichas a serem impressas na recepção do hospital, permitindo classificar por tipos, tais como Internamento, Ambulatório, Alta, Triagem, Consulta, Radiologia, Agenda, etc.
R	<p>Possuir o cadastro de Setores, contendo minimamente a configuração que permita preencher informações como:</p> <p>Nome do Setor</p> <p>Tipo de Atendimento do Setor (Interno, Ambulatório, Raio-X, Pequena Cirurgia, Fisioterapia, Banco de Leite, Atendimento ao Bebê, Atendimento Domiciliar e Internação Pendente)</p> <p>Padrão de Caráter de Atendimento (Urgência, Acidente no local de trabalho ou a serviço da empresa, Acidente no trajeto ao trabalho, Outros tipos de lesões e envenenamento por agentes químicos ou físicos, Eletivo e Outros tipos de acidente de trânsito)</p> <p>Hora de início de medicação</p> <p>Vincular modelo de prescrição</p> <p>Escolher se digita procedimento</p> <p>Tipo (Internamento, Ambulatório, Radiodiagnóstico, Quimioterapia, Laboratório, Outros)</p> <p>Se tem ou não restrição por sexo</p> <p>Se o setor é UTI</p> <p>Informar a quantidade de Leitos</p>
R	<p>Possuir o cadastro de Quartos, contendo minimamente a configuração que permita preencher informações como:</p> <p>Identificação do Quarto</p> <p>Vínculo com o Setor</p> <p>Tipo de Acomodação (Apartamento, Suíte, Isolamento, UTI, Quarto Simples, Berçário, Enfermaria e Ambulatório)</p> <p>Se tem ou não restrição por sexo</p>
R	<p>Possuir o cadastro de Leitos, contendo minimamente a configuração que permita preencher informações como:</p> <p>Vínculo com o Setor</p> <p>Vínculo com o Quarto</p> <p>Identificação do Leito</p> <p>Situação do Leito (Vago, Ocupado, Desinfecção, Isolado, Reforma, Reservado)</p>



	Se é Leito Extra Número de Visitas permitida Médico responsável
R	Permitir visualizar em tela os leitos vagos e os leitos ocupados, diferenciando os mesmos por cores, sendo possível visualizar o vínculo com o número de atendimento/internamento do paciente
R	Possuir funcionalidade ligada ao estoque de materiais e medicamentos da Atenção Básica, porém com as especificidades de parâmetros para administração hospitalar, tais como: Grupo de Faturamento Se é ou não um Kit Vias de aplicação (Contínuo, Diluído, Endotraqueal, Endovenosa, Intramuscular, Intra Nasal, Intra Ocular, Intratecal, Nebulização, Por sonda, retal, Subcutânea, Sublingual, Tópico, Intra Vaginal, Via Oral, Intratraqueal, Intra-articular, Nutrição Parental, Peridural e Sem via) Unidades de Apresentação e Fracionamento dos itens
R	Possuir funcionalidade que permita ao gestor municipal assim como os responsáveis da vigilância epidemiológica de visualizar as notificações compulsórias em tempo real com o hospital
R	Possuir funcionalidade de controle de Agendas para Consultas, Exames, Cirurgias e demais atendimentos, podendo ser feita a reserva de recursos, funcionando por quantidade e horário
R	Possuir Sistemas de classificação NANDA-I, NOC e NIC: possui rotinas de enfermagem com a possibilidade de utilizar o sistema de classificação padronizado no modelo processos de diagnósticos (NANDA-I), resultados (NOC) e intervenções (NIC)
R	Permitir criar a Prescrição de solução padrão: permite que os profissionais criem padrões de prescrição inteligentes e customizáveis para kits e procedimentos comuns, poupando-lhe o tempo de colocar item por item. O sistema faz a verificação de compatibilidade, emitindo um alerta caso o usuário possua alguma alergia ou restrição a um dos itens, garantindo a assertividade na prescrição ao paciente.
R	Possuir controle de fila para impressão: o sistema deve organizar todos documentos gerados durante cada etapa do atendimento em uma lista para o profissional, desta forma ele pode focar na sua produtividade e apenas em inserir o que é necessário ao usuário, imprimindo os documentos selecionados apenas no final.



R	Deve possuir o controle de infecções hospitalares (CCIH – Comissão de Controle de Infecção Hospitalar), de agravos ou de isolamento de pacientes.
R	Permitir fazer o acompanhamento de uso de medicamentos que exigem justificativas.
R	Permitir realizar na triagem a classificação através do Protocolo de Manchester, conforme as regras padrões do protocolo.
R	<p>No momento da prescrição, o sistema deverá permitir que o profissional prescrever medicamentos e informar:</p> <p>Dose</p> <p>Unidade</p> <p>Via</p> <p>Administrar na hora ou em intervalos</p> <p>Diluyente</p> <p>Observações</p>
R	<p>No momento da prescrição, o sistema deverá permitir que o profissional prescrever soro e informar:</p> <p>Solução</p> <p>Dose</p> <p>Via</p> <p>Administrar na hora ou em intervalos</p> <p>Medicamentos para diluir junto</p> <p>Gotejamento (Correm em horas/minutos e Velocidade de Infusão gts/min, ml/min, Mcgt/min)</p> <p>Observações</p>
R	<p>No momento da prescrição, o sistema deverá permitir que o profissional prescrever nebulização e informar:</p> <p>Solução</p> <p>Dose</p> <p>Via</p> <p>Administrar na hora ou em intervalos</p>



	Observações
R	O sistema deverá possuir um botão do pânico/segurança no atendimento pelo prontuário/prescrição, onde o profissional poderá mandar um alerta ao computador da recepção quando precisar de ajuda com qualquer situação de risco dentro do local onde estiver realizando o atendimento.
R	Deve possuir funcionalidade para realização do atendimento e evolução com o um aplicativo mobile com a função de beira leito, onde o profissional possa otimizar o acompanhamento do paciente internado e/ou observação.
R	Deve possuir a opção de emitir os impressos como Receitas e Atestados com QRCode de verificação, onde será possível verificar a veracidade do documento.
R	A validação do documento, através do código de validação poderá ser validade em ambiente externo (através de um link) para que possa ser implementado no site da instituição se for necessário.
R	Deverá permitir configurar a obrigatoriedade do preenchimento da escala Apache II para pacientes internados há mais de 24h, exceto cardiopatas.
R	Permitir configurar setores onde a localização do paciente é obrigatória.
R	Permitir criação de prescrição para dias futuros em clínicas psiquiátricas e demais clínicas nos finais de semana.
R	O sistema deverá gerar aviso de nova dieta enteral somente quando o uso for iniciado no atendimento.
R	Permitir configurar setores com atendimento por especialidade.
R	Permitir configurar quais setores exigem triagem antes do atendimento.
R	Possuir opção para exigir justificativa completa e limitar número de caracteres em campos como "Exames realizados".
R	Permitir marcar medicamentos com status "Aplicar agora" e gerar aprazamentos automáticos.
R	Permitir personalizar modelo de impressão de documentos como: ficha de triagem, prescrição de dietas, ficha de nascimento, etc.



R	Possuir parâmetro para impedir múltiplos prontuários sendo editados simultaneamente pelo mesmo usuário.
R	Permitir configurar e gerar aviso para médico quando documentos forem anexados ao prontuário.
R	Permitir que residente informe o médico responsável diretamente no atendimento.
R	Permitir criar prescrições mesmo acima da dosagem máxima cadastrada, com controle via parâmetro.

CONTROLE DE INFECÇÃO HOSPITALAR

Tipo	Descrição
R	Deverá possuir cadastro de germes, com opção de inativar quando preciso.
R	Deverá possuir o de indicação, com opção de inativar quando preciso.
R	Deverá possuir o de materiais de amostra, com opção de inativar quando preciso.
R	Deverá possuir o de topografia, com opção de inativar quando preciso.
R	Deverá possuir o de agravos, com opção de inativar quando preciso, adicionar um formulário para preenchimento e vincular um CID10.
R	Deverá possuir o de tipos de isolamento, com opção de inativar quando preciso e opção para restringir visitas.
R	Deverá possuir o de perfis de sensibilidade, com opção de inativar quando preciso.
R	Deverá possuir o de motivo de isolamento, com opção de inativar quando preciso.
R	Deverá permitir o acompanhamento de justificativa por tipo, podendo filtrar pela unidade de atendimento e setores.
R	Deverá permitir o acompanhamento de justificativa por data, podendo filtrar por unidades de atendimento, setores e Status (vencidas e não vencidas)



R	Deverá possuir o acompanhamento e justificativa por medicamento, podendo filtrar por período
R	Deverá possuir o acompanhamento e justificativa por medicamento prescrito, podendo filtrar por início do tratamento, prescrito no período, internamento, setor, medicamento, Sem recomendação, Com recomendação.
R	Deverá possuir o acompanhamento e justificativa por recomendações de medicamentos prescritos, podendo filtrar registro de atendimento, medicamento e as que estão com ou sem tag.
R	Permitir realizar o registro do isolamento, contendo minimamente os seguintes campos: Tpo (Aéroseis, Contato, Contato + Aéroseis, Contato + Gotículas, Gotículas, Protetor, Ruídos), Paciente, Data do Início e Fim, Se encerra o isolamento ao receber a alta ou não, Motivo do Isolamento e justificativa do isolamento.
R	Permitir realizar o registro da Notificação, contendo minimamente os seguintes campos: Data do agravo, Paciente, Agravo, Se é necessário notificar SINAN ou não e as observações do CCIH.
R	Possuir minimamente relatórios referente ao módulo de Controle de Infecção Hospitalar, que possua: Saídas, Estatística de Uso de Antimicrobianos que exigem justificativa, Agravos, Isolamentos e Controle de Justificativas de Medicamentos Controlados

MÓDULO DE CONTROLE DE ESCALA PROFISSIONAL

Tipo	Descrição
R	O sistema deverá ser web, sem utilizar de emuladores e de nenhum recurso instalado no computador do cliente para que possa funcionar, exceto em casos de biometria e reconhecimento facial
R	O sistema web deverá utilizar do protocolo de segurança SSL/HTTPS
R	Deverá permitir realizar o login com acesso por e-mail, com a possibilidade de recuperar a senha caso seja necessário.
R	Deverá possuir um dashboard de informações pertinentes às tarefas executadas no sistema em determinado período, para que o gestor possa ter informações consolidadas de forma ágil e fácil ao acessar o sistema



R	Deverá possuir o cadastro de Entidades no sistema, onde seja possível registrar dados com no mínimo as seguintes informações: E-mail de Contato, Nome/Descrição, Telefone de Contato com DDD, CEP, Estado, Cidade, Logradouro, Bairro, Número Predial e Complemento
R	Deverá possuir o cadastro de Estabelecimentos e ser possível vincular à uma entidade já cadastrada, fazendo assim seu vínculo.
R	No cadastro de estabelecimento deverá ser possível informar dados como: Descrição/Nome, Celular, E-mail, CEP, Endereço, Número predial, Bairro, Município, UF e Complemento.
R	Permitir cadastrar um modelo de plantão, para que no momento do agendamento do plantão, possamos criar através de um modelo pré-cadastrado.
R	No cadastro do modelo de plantão, deverá ser possível informar a sua descrição, valor (R\$), horário inicial e final, bem como uma observação.
R	Possuir cadastro de setor, para que seja possível realizar um agendamento de plantão separado por setor.
R	Possuir cadastro de profissional de saúde, sendo possível registrar dados como: Nome do profissional, CPF ou CNPJ, E-mail, RG ou RNE (para estrangeiros), Data de Emissão, Órgão Emissor, Data de Nascimento, Gênero, Nome da Mãe, PIS, Cartão SUS, Celular, CEP, Endereço completo, com Município, UF e Complemento, Número do Conselho e UF, Especialidade, Dados bancários (Banco, Agência e Conta).
R	Em caso de cadastro de médico, o sistema deverá possuir integração com a base de dados do CFM (Conselho Federal de Medicina), onde seja possível fazer a busca do médico através de seu CRM e importar para o sistema diretamente da base de dados federal.
R	Na integração com o CFM, o sistema deverá identificar a situação do médico antes de importá-lo, visualizando em tela os dados como: CRM, Nome do Médico, Situação, Tipo de Inscrição e Especialidades do mesmo.
R	O sistema deverá identificar as situações conforme padronizadas no CFM, como : Aposentado, Cancelado, Cassado, Falecido, Interdição Cautelar Total, Suspensão Temporária e Total, Suspenso por ordem judicial total e Transferido.
R	Após o registro/cadastro do médico no sistema, o sistema deverá possuir funcionalidade de indexação dos documento do médico, tais como: Diploma ou Atestado de Conclusão de Curso, Carteira de CRM, Certidão de Inscrição, Certidão de Débitos do CRM, Certidão de



	Conduta Ético-Profissional do CRM, Comprovante de Endereço, CNH Digital, Certificado de ACLS ou ATLS, Certificado de Curso de Especialidade.
R	O sistema deverá identificar na listagem de profissionais cadastrados, os que ainda estão com Status de “Aguardando Documentação”, para que seja fácil a identificação dos que ainda precisam regularizá-las.
R	O sistema deverá permitir realizar o agendamento do plantão, possibilitando a inserção dos dados necessários para inclusão do plantão, tais como: Seleção do modelo de plantão (para preenchimento dos campos padronizados, conforme cadastrados) ou preencher manualmente a Entidade, Estabelecimento, Descrição do Plantão, Valor (R\$), Horário Inicial e Final, Setor (caso seja necessário).
R	Deverá permitir lançar o plantão para mais de uma data ao mesmo tempo, selecionando-as através de um calendário, para que o agendamento seja visualizado de uma forma dinâmica e de fácil entendimento.
R	No ato do agendamento o sistema deverá permitir vincular o profissional (previamente cadastrado) ao plantão, já atribuindo o mesmo.
R	Deverá permitir criar um plantão com o status de “Público”, não sendo necessário a atribuição de um profissional, para que o mesmo possa ser compartilhado de forma pública, para os profissionais cadastrados na plataforma possam assumir o plantão.
R	No momento em que o agendamento for assinalado como “Público”, o sistema deverá desabilitar o campo “profissional” para que não haja o risco de atribuir um profissional ao plantão público.
R	Permitir que no agendamento seja possível obrigar o profissional a realizar o Check-In e Check-out para iniciar e finalizar os plantões.
R	Permitir registrar as observações importantes dentro do agendamento do plantão.
R	Os plantões agendados e que não obriguem o Check-in e Check-out deverão realizar a mudança de status de forma automática, conforme a data e horário do mesmo, para um melhor controle do gestor da escala
R	Os status dos plantões deverão ser identificados como: Aceito, Iniciado, Finalizado.
R	A identificação dos plantões já agendados deverão ser diferenciados com algum indicativo, para que o gestor possa visualizar de uma forma simples os que já foram aceitos, iniciados e finalizados.



R	Deverá ser possível a visualização dos plantões no formato mensal, semanal e diário.
R	Em caso de mais de uma entidade/estabelecimento, o sistema deverá permitir visualizar todos os plantões dentro do calendário, sendo possível filtrar por Entidade e/ou profissional
R	Deverá ser possível compartilhar o plantão através do WhatsApp.
R	Deverá ser possível alterar o profissional do plantão, em caso de trocas de profissionais nos plantões, selecionando um outro profissional dentro da base de dados cadastrada.
R	O sistema deverá automaticamente, adicionar um saldo nas contas à pagar, no momento em que o plantão for finalizado (Seja automático ou via Check-out)
R	O sistema deverá permitir lançar um valor extra (R\$) dentro de cada plantão, adicionando também o valor nas contas a pagar.
R	O sistema deverá permitir cadastrar a conta bancária, para controle do saldo.
R	O sistema deverá possuir o fluxo financeiro para que seja possível visualizar um resumo de Contas à Pagar, Contas à Receber e o Saldo em Conta, listando as transações para controle.
R	O sistema deverá possuir funcionalidade de criar um registro no Contas à Pagar manualmente, pendendo informar dados como: Descrição, Vínculo com um profissional, Ocorrência (Única ou Parcelada), Data do Vencimento, Formas de Pagamento (Cartão de Crédito e Débito, Dinheiro, Pix, etc), Vincular a conta bancária, data de previsão do pagamento, Valor (Com opção de incluir valor bruto, Juros e Descontos)
R	Quando selecionado a ocorrência como parcelado, o sistema deverá permitir preencher os dados do parcelamento, tais como: Intervalo entre as parcelas em dias, número de parcelas e a data da primeira parcela para que o sistema possa gerar as parcelas.
R	O sistema deverá possuir o registro de contas à pagar, podendo preencher a Descrição, Data do Recebimento e valor.
R	O sistema deve possuir funcionalidade de fechamento mensal, onde possa realizar o pagamento do profissional de forma geral.
R	O sistema deverá possuir relatório de pagamento, sendo possível filtrar por período, entidade e profissional.



R	O sistema deverá permitir exportar em PDF com opção de impressão com valores e sem valores, totalizando o número de plantões de cada profissional e um total.
R	No relatório de pagamento, o sistema deverá adicionar ao relatório com valor, os valores informados vinculados ao profissional, seja ele no valor extra do plantão ou diretamente no contas à pagar.
R	O sistema deverá possuir funcionalidade que permita vincular os profissionais já cadastrados ao corpo clínico da empresa, para que seja possível realizar plantões vinculados à empresa.

MÓDULO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Tipo	Descrição
R	O sistema deverá permitir que seja realizado o auto-cadastro através da plataforma para pessoas físicas e jurídicas, bem como seus gerenciadores de estabelecimentos (Contador e Contrutora)
R	O sistema deverá permitir realizar denuncia identificada através da plataforma.
R	Deve possuir realizar o cadastro de estabelecimentos com as informações do estabelecimento, dados do acesso à plataforma, Dados complementares como a natureza da organização, o CNAE principal e secundário, atividades exercidas, area total, objeto do contrato, dados do representante legal, Contato principal e secundário, responsável técnico (Nome completo, CPF, RG, Conselho Profissional, UF do Conselho, e-mail) e preenchimento de horário comercial.
R	Deverá ser possível adicionar mais de um responsável técnico ao estabelecimento.
R	Deverá possuir o cadastro de Fiscais, com as opções de preenchimento como Nome Completo, E-mail, CNPJ/CPF, Login, Número do Registro de Matrícula, Data de Nascimento, Telefone e Horário Comercial.
R	No cadastro de fiscais deve ser possível cadastrar também como Colaborador Técnico
R	Deverá possuir o cadastro de médicos da vigilância, com os dados à serem preenchidos como CPNJ/CPF, Nome Completo, Conselho, Número do Conselho, Especialidade, RG, E-mail, Endereço Completo.



R	Deve possuir o cadastro de roteiros com possibilidade de vincular o tipo de atividade.
R	Deve ser possível imprimir os roteiros para conferência de cada tipo de estabelecimento com opções de assinalar no impresso se se possui ou não cada item, bem como o enquadramento legal de cada item.
R	Deve ser possível copiar um roteiro como modelo para criar um outro.
R	Deve possuir o cadastro das referências para enquadramento legal dos roteiros, com o Tipo, Número, Ano, Item de Referência e Descrição.
R	Deve possuir o cadastro de Documentos
R	Deve possuir a listagem de pactuação município/estado
R	Deve possuir cadastro de Tipo de Denuncia
R	Deve possuir o cadastro de Tipo de CNAE
R	Deve possuir o cadastro da Tabela de CNAE e configuração dentro de cada CNAE sobre quais documentos da Vigilância Sanitária o mesmo poderá utilizar/solicitar
R	Permitir realizar o cadastro de comunicados à comunidade com opção de definir data de início e final do comunicado ficar ativo.
R	Permitir o cadastro dos Tipos de Autos, com opção da Descrição e as Exigências
R	Deve possuir o cadastro do Habite-se, com identificação do proprietário, endereço e responsável técnico
R	Deve possuir funcionalidade de Agenda para Reuniões, Visitas e Viagens, onde seja possível selecionar os participantes, Descrição, Motorista, Local, Data e hora de início e fim, escolher se será notificado por e-mail e opção de anexar documentos.
R	Deve ser possível visualizar a agenda por mês, semana e diária
R	Deve ser possível emitir novos comunicados, selecionando alguns destinatários em específicos ou selecionar para enviar para todos, o assunto e opção de anexos.



R	Quando recebido um comunicado dentro da plataforma, o sistema deverá permitir responder e/ou encaminhar o mesmo, semelhante a uma caixa de e-mail, bem como arquivar.
R	O sistema deverá permitir que o denunciante consulte o andamento de sua denúncia através do protocolo gerado pelo sistema no momento da denúncia
R	O sistema deverá permitir o profissional visualizar a lista de denúncias com opções como editar a denúncia para aceitar ou rejeitar, e em caso de aceitar possibilitar encaminhar a um fiscal cadastrado.
R	O sistema deverá permitir o profissional a imprimir a denúncia.
R	Deverá possuir a tela de Solicitação/Alteração de Alvará Sanitário com as opções dos Dados Complementares do Estabelecimento, Atividades, Documentos, Termo de Solicitação, Taxas, Guia DAM, Agendamento da Inspeção e a Emissão dos Documentos
R	O processo deverá ser feito por etapas, podendo ser preenchido pelo próprio estabelecimento para que o fluxo seja mais fluído e otimizado.
R	Deverá possuir tela para Alteração de Responsável Técnico, que seja preenchida por etapas pelo próprio estabelecimento para otimizar o processo.
R	Deverá possuir tela para Alteração de Representante Legal, que seja preenchida por etapas pelo próprio estabelecimento para otimizar o processo.
R	Deve possuir funcionalidade para Solicitação de Licença de Transporte, que seja preenchida por etapas pelo próprio estabelecimento para otimizar o processo, seguindo as diretrizes definidas pela Secretaria de Saúde.
R	Deverá possuir tela para Renovação da Licença de Transportes e da Baixa da Licença de Transportes.
R	Deverá possuir tela para Solicitação de Baixa de Estabelecimentos, que seja preenchida por etapas pelo próprio estabelecimento para otimizar o processo.
R	Deverá possuir tela para Solicitação de Inutilização de Medicamentos, que seja preenchida por etapas pelo próprio estabelecimento para otimizar o processo.
R	Deverá possuir tela para Requisição de Receituário Médico, que seja preenchida por etapas pelo próprio estabelecimento para otimizar o processo.



R	Todos os processos deverão ser visualizados em um painel interativo pela Vigilância Sanitária do município, afim de otimizar o processo, sendo separado entre as etapas e tipos de documentos, bem como os que são de responsabilidade do solicitante e os que são de responsabilidade da vigilância, e o sistema deverá permitir o acesso à tela para sequencia, apenas clicando sobre o item, seja em gráfico ou em tabela.
R	Os estabelecimentos deverão em seu acesso, ter a opção de acompanhar suas solicitações.
R	O sistema deverá permitir a configuração de Relatórios Dinâmicos, onde possam ser criados sob demanda de cada cliente.
R	<p>O sistema deverá permitir os relatórios:</p> <p>Relatório Cadastral</p> <p>Lista de Estabelecimentos e Bairros</p> <p>Lista de Atividades e Códigos CNAE</p> <p>Contribuintes por CNAE</p> <p>Licenciamento dos Estabelecimentos</p> <p>Estabelecimentos Inativos</p> <p>Faturamento</p> <p>Situação dos Alvarás</p> <p>Lista de Documentos por Estabelecimentos</p> <p>Lista de Estabelecimentos com Pagamentos Vencidos</p> <p>Agendas do dia</p> <p>Lista de Usuários</p> <p>Processos em Execução</p>
R	Deverá gerar o faturamento do BPA (Boletim da Produção Ambulatorial) para envio ao Ministério da Saúde
R	Possuir tela que permita fazer a busca por Geolocalização, com no mínimo os filtros como: Razão Social, Nome Fantasia, Tipo de Pessoa (Física/Jurídica), CPF/CNPJ, Estado, Cidade, Logradouro, Complemento, Número, Bairro, Tipo de CNPJ (Sociedade LTDA, Sociedade Anônima, MEI, Sociedade Individual, Empresário Individual), Tipo de Endereço (Residencial/Comercial), Tipo de Pendência, Período de Cadastro, Criados pelo Auto Cadastro (Sim/Não), Status (Ativo/Inativo), Com Documentos a Vencer ou Não, CNAE Principal, Atividades Exercidas e Tipos de Solicitação.



R	Deverá permitir importar os dados iniciais do estabelecimento apenas digitando seu CNPJ, buscando automaticamente de seu cadastro de pessoa jurídica.
---	---

MÓDULO DE VIGILÂNCIA ANIMAL (ZOOSE)S)

Tipo	Descrição
R	Deverá possuir o cadastro de Centros de Vigilância Animal
R	Deverá possuir o cadastro de Raças
R	Deverá possuir o cadastro de Espécies
R	Deverá possuir o cadastro de Empresas Prestadoras de Serviços Animais com os dados como CPF/CNPJ, Número do CRMV (Conselho Regional de Medicina Veterinária), Descrição, Telefone, Endereço Completo, Observação sobre Liberdade Nutricional, Liberdade Ambiental, Liberdade Sanitária, Liberdade Comportamental e Liberdade Psicológica.
R	A empresa prestadora de serviço também poderá requerer um acesso à plataforma com login e senha, apenas com acesso aos comunicados e aos prontuários.
R	Deve possuir o cadastro de Microchip
R	Deve possuir o cadastro de procedência
R	Deve possuir o cadastro de Produtos Veterinários/Vacinas
R	Deve possuir o cadastro de Procedimentos e escolher se o mesmo será destinado ao Macho/Fêmea e sobre a Faixa Etária (Filhotes, Jovens, Adultos, Idosos ou todos)
R	Deve ser possível adicionar aos procedimentos as empresas que podem atender, bem como o valor do procedimento.
R	Deve possuir o cadastro das Baías com descrição e capacidade total.
R	Deve possuir o cadastro de Alimentos
R	Deve possuir a funcionalidade de controlar o estoque dos Alimentos e/ou Produtos.



R	Deve possuir tela para cadastro de Ficha de Castração, podendo selecionar o animal e a empresa/pessoa que realizará a castração
R	Deverá imprimir a ficha de castração para preenchimento no momento da castração com dados do animal e orientações.
R	Deve possuir tela para cadastro de Ficha de Castração de Animal Adotado, podendo selecionar o animal e a empresa/pessoa que realizará a castração
R	Deverá imprimir a ficha de castração de animal adotado para preenchimento no momento da castração com dados do animal e orientações.
R	Deve possuir tela para cadastro de Ficha de Castração de Animal de Rua, podendo selecionar o animal e a empresa/pessoa que realizará a castração
R	Deverá imprimir a ficha de castração de animal de rua para preenchimento no momento da castração com dados do animal e orientações.
R	Deve possuir o atendimento via prontuário animal com opção de registrar informações sobre a alimentação do animal.
R	<p>Deve possuir atendimento via prontuário animal com opção de registrar minimamente as seguintes informações:</p> <p>Anexos de Documentos</p> <p>Exame Físico/Condições Físicas/Doenças e Agravantes</p> <p>Encaminhamento em caso de resgate</p> <p>Responsável Legal</p> <p>Histórico de Vacinas/Produtos utilizados</p> <p>Registro de Procedimentos</p> <p>Registro de Agressões a Humanos com identificação no corpo por cor e descrição da agressão.</p> <p>Registro de Agressões ao Animal com identificação no corpo por cor e descrição, podendo ser do tipo Canino, Felino, Ave e Equino.</p> <p>Registro de investigação de agressões</p> <p>Registro de Vistoria Zoosanitárias</p> <p>Registro de Avaliações da Guarda dos responsáveis</p> <p>Receitas</p>



	Solicitação de Exames Dados de tratamento de Esporotricose
--	---

MÓDULO DE VIGILÂNCIA AMBIENTAL

Tipo	Descrição
R	Deverá possuir o cadastro do tipo de coleta de água
R	Deverá possuir o cadastro do tipo de água
R	Deverá possuir o cadastro dos tipos de análise de água
R	Deverá possuir o cadastro dos tipos de procedência de água coletada
R	Deverá possuir o cadastro dos Motivos de Coleta de Água
R	Deverá possuir o cadastro dos Sistemas de abastecimento de água
R	Deverá possuir o cadastro de Laboratórios
R	Deve possuir tela para registro de Amostra de Água para Análise, com opção de preenchimento de campos como: Responsável pela coleta Tipo de Coleta Tipo de Análise de Água Finalidade da Coleta Local da Coleta Número do ponto de coleta Responsável pelo local Telefone do responsável pelo local Temperatura Ambiental Cloro Residual Livre



	Chuva nas Últimas 24 horas Data da Coleta Tipo do Estabelecimento Motivo da Coleta de Água Tipo de Água Ponto de Coleta e Procedência Endereço Completo
R	Deve possuir tela para registrar o envio das amostras ao laboratório, com a opção de selecionar o laboratório, data de envio e o responsável, bem como adicionar a amostra já cadastrada no sistema e o resultado, com opção de anexar documentos que comprovem.
R	Após o registro da coleta de Amostra, o sistema deverá possibilitar a impressão do Termo de Coleta de Amostra

MÓDULO DE CONTROLE DE ENDEMIAS E APLICATIVO MOBILE

Tipo	Descrição
R	O sistema deverá realizar o monitoramento em tempo real através do uso dos Tablets
R	Possuir o cadastro de recipientes, selecionando o tipo do recipiente (Depósito de Precipitação de Tratamento, Depósito de Difícil Acesso, Lixo, Materiais Rodantes e Pequenos Depósitos Móveis) e colocando a descrição
R	Possuir o cadastro para mais tipos de recipientes
R	Deve possuir funcionalidade para digitação das Fichas de Dengue, com o preenchimento dos seguintes campos: Município Bairro Logradouro Complemento Número do Imóvel



	Número do Quarteirão Tipo do Imóvel (Residencial, Comercial, Outros, Terreno Baldio) CEP Latitude e Longitude
R	Deve possuir funcionalidade para que dentro da Ficha de Dengue seja possível preencher os dados das Armadilhas, como: Profissional responsável Número da Ficha Número da Armadilhas Localização Data da Instalação
R	Deve possuir funcionalidade que permita informar dados sobre os Tubitos/Palhetas, como: Profissional Responsável Data da Coleta Número de Tubitos/Palhetas Chave (Ovitrapa ou Larvitrapa) Ocorrência (Casa Fechada, Intervalo entre instalação e Coleta maior que 7 dias, Armadilha ou Palheta Desaparecida/Quebrada/Removida, Armadilha Seca, Recusado) Dados sobre o envio ao Laboratório (Quantidade de Ovos, Larvas, Aeg, Alb, Outros)
R	Deve possuir funcionalidade que permita informar dentro da Ficha de Dengue, os dados do Recipiente, como: Profissional Responsável Data e Hora da Visita Ocorrência (Casa Fechada, Recusado) Tipo do Recipiente Quantidade Seleção dos Recipientes (Bebedouros em Geral, Garrafas retornáveis, Materiais em Depósito de Construção, Objetos Religiosos/Rituais, Pequenas Fontes Ornamentais, Pingadeiras, Pratos, Recipientes de Degelo em Geladeiras, Vasos/Frascos com Água)



R	Deverá permitir realizar as visitas e inspeções em pontos críticos e orientações à população via Aplicativo Mobile.
R	Deverá realizar o monitoramento dos indicadores e dados em tempo real, através de um monitoramento contínuo e quantificação instantânea das ações realizadas.
R	<p>Deve possuir opção de impressão de Atividades de Prevenção e Recipientes Inservíveis, onde seja possível a emissão de dados como:</p> <p>Número do Quarteirão</p> <p>Nome do Logradouro</p> <p>Quantidade de recipientes eliminados</p> <p>Recipientes que precisam de tratamento</p> <p>Recipientes/Depósitos de difícil acesso</p> <p>Total de imóveis por tipo</p> <p>Total de imóveis Fechados e Recusados</p>
R	Deve possuir a possibilidade de solicitar as solicitações de inspeção, podendo especificar os dados da inspeção (local com endereço), Motivo da inspeção e selecionar qual questionário será utilizado para a realização da inspeção.
R	No aplicativo Mobile, o agente poderá trabalhar de forma offline, para poder sincronizar os dados posteriormente.
R	No aplicativo o agente poderá realizar as avaliações já solicitadas via sistema, inserir novas solicitações de inspeções, criar intimação e realizar a manutenção e novos cadastros de estabelecimentos se preciso.
R	Nos processos de avaliação no aplicativo mobile, deverá mostrar diferentes tipos de formulários de acordo com a categoria vinculada.
R	Deve ser possível realizar a importação e exportação dos dados.
R	Deve ser possível visualizar o histórico de exportações.
R	O sistema deverá permitir realizar denuncia identificada através da plataforma.
R	O sistema deverá permitir que o denunciante consulte o andamento de sua denúncia através do protocolo gerado pelo sistema no momento da denúncia



R	O sistema deverá permitir o profissional visualizar a lista de denúncias com opções como editar a denúncia para aceitar ou rejeitar, e em caso de aceitar possibilitar encaminhar a um fiscal cadastrado.
R	O sistema deverá permitir o profissional a imprimir a denúncia.
R	Permitir realizar o cadastro de comunicados à comunidade com opção de definir data de início e final do comunicado ficar ativo
R	Deve possuir funcionalidade de Agenda para Reuniões, Visitas e Viagens, onde seja possível selecionar os participantes, Descrição, Motorista, Local, Data e hora de início e fim, escolher se será notificado por e-mail e opção de anexar documentos.

APLICATIVO DO GESTOR

Tipo	Descrição
R	Deve possuir aplicativo mobile que seja possível monitorar as ações realizadas para os pacientes e o monitoramento dos atendimentos, trazendo em tela inicial do aplicativo informações sobre Atendimentos Totais no período, Tempo Médio de Espera, Capacidade de Atendimento.
R	Possibilitar consultar dados do paciente, pesquisando o nome do paciente na base de dados e ter acesso a informações como: Atendimentos, Agendamentos, Faltas, com a possibilidade de filtrar o período.
R	Os dados devem ser mostrados em tela com a evolução gráfica e identificação das faltas por unidade e especialidade
R	Deve ser possível consultar dados estatísticos das unidades de saúde, como a quantidade de atendimentos por período, mostrando por profissional
R	Deve ser possível consultar dados estatísticos das unidades de saúde com o absenteísmo (pacientes faltantes) e que mostre por profissional
R	Deve ser possível consultar os atendimentos e a indisponibilidade por profissional no período, apenas selecionando o nome do profissional e que mostre a lista por unidade de saúde



R	O usuário do aplicativo deverá ter acesso a política de privacidade e proteção de dados de forma fácil, dentro das configurações do mesmo.
---	--

ATENDENTE VIRTUAL

Tipo	Descrição
R	Deve permitir configurar e disponibilizar um atendente virtual, para que possa atender toda a demanda do município em relação ao atendimento ao público, atendendo em tempo real e diminuindo a espera aos pacientes
R	O atendente virtual deverá ter disponibilidade para atuar minimamente em canais de comunicação como WhatsApp, Página Web, Instagram, Facebook e Telegram.
R	O atendimento deverá ser 24 horas
R	O cadastro poderá ser feito através do próprio atendente virtual, para que o paciente possa ser identificado
R	Poderá realizar o agendamento de consultas através do atendente virtual, caso seja opção da secretaria de saúde.
R	Poderá realizar a consulta de Exames e Consultas através do atendente virtual
R	Deverá realizar as consultas de Viagens do Paciente através do atendente virtual
R	Deverá fornecer através do atendente virtual o resultado dos exames realizados pelo paciente
R	Deverá comunicar com o paciente e informar as Vacinas em Atraso
R	Deverá fornecer a lista de medicação em estoque nas farmácias do município



Tipo	Descrição
R	Deverá possuir local de consulta pública para que possa consultar as Filas de Espera do Município, respeitando a confidencialidade dos dados conforme diretrizes da LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados), com opção de pesquisar pela documentação e/ou protocolo.
R	Deverá possuir a opção de consulta da lista de espera apenas do paciente, com a identificação do mesmo, validando seus dados cadastrais.
R	Deverá possuir opção para consultar o estoque de medicamentos nos pontos de estoque do município, conforme configuração do sistema, podendo optar pelo download da lista completa.
R	Deverá possuir a consulta de dados dos exames realizados no laboratório municipal, acompanhar as etapas dos exames, bem como a impressão dos laudos após liberados.
R	Conforme configuração, deve possuir a consulta do comprovante de vacinação, com opções de impressão em Português, Inglês e Espanhol.
R	Todos os acessos deverão ser sem a necessidade do login no sistema, sendo acessado de forma pública.

CTA – CENTRO DE TESTAGEM E ACONSELHAMENTO

Tipo	Descrição
R	Deve possuir o cadastro das Atividades Extramuro, com dados como: Data de Início e Fim Quantidade de pessoas atendidas Recorte Populacional Tipo de Atividade Local da Atividade Obsecração
R	Deve possuir cadastro de Locais de Atividades
R	Deve possuir o cadastro de Locais de Encaminhamentos, com dados como:



	Descrição do Local Entidade Unidade de Saúde vinculada Se realiza o Pré teste e/ou Pós teste
R	Deve possuir o cadastro de Locais de Origem, com dados como: Unidade de Saúde vinculada Entidade Descrição Código Local (CTA) IBGE Contato Local de Origem com Telefone Observações Opção se muda de Cidade
R	Deve possuir o cadastro de Orientações, com dados como: Uma breve descrição Descrição completa Unidade de Saúde Entidade
R	Deve possuir o cadastro de Tipos de Atividades
R	Deve possuir parâmetros para que seja possível informar: Se Controla ou não Estoque Se gera ou não transferências de requisição Descrição, endereço, telefone e número do SIASUS do município Definir texto padrão utilizados no pré e pós teste
R	Deve possuir funcionalidade para registrar a requisição de Exames CTA, podendo preencher minimamente campos como: Localidade Tipos de Orientação (Individual, Coletiva, Individual e Coletiva, Nenhuma)



	<p>Escolher se é primeiro atendimento no CTA ou não</p> <p>Se vai ou não realizar a coleta</p> <p>Se é ou não a primeira amostra</p> <p>Se é ou não um teste nominal</p> <p>Se vai ou não emitir o nome na etiqueta</p> <p>Identificação do paciente</p> <p>Sexo</p> <p>Em caso de ser do sexo feminino, se é ou não gestante</p> <p>Estado Civil</p> <p>Raça/Cor</p> <p>Escolaridade</p> <p>Ocupação</p> <p>Filiação</p> <p>Número do Cartão SUS</p> <p>Dados do contato</p> <p>Dados residenciais (endereço)</p> <p>Motivo da Procura</p> <p>Origem</p> <p>Encaminhamento Pré Teste 1, 2 e 3</p> <p>Notas da Orientação Pré Teste</p> <p>Antecedentes Epidemiológicos (Se procurou ou não banco de sangue, se apresentou DST no último ano, HPV, Sífilis, Hepatite, Gonorréia, Se usou drogas no último ano e se sim especificar, Se compartilhou seringas nos últimos 12 meses, Número de Parceiros no último ano e o tipo e informações sobre o uso de preservativos.</p> <p>Conseguir monitorar os dados de exames enviados ao laboratório, quando finalizados.</p>
R	Deve ser possível realizar o enviar o envio de lotes para o laboratório
R	<p>Deve ser possível registrar o resultado do laboratório, onde seja possível informar resultados como:</p> <p>HPV</p> <p>Hepatite B</p>



	Hepatite C Hepatite D VDRL Escolher outros exames através da tabela de exames cadastrados e seu resultado
R	Deve ser possível registrar a entrega e/ou retorno dos exames, com dados como: Data e Orientador da Entrega Encaminhamento pós teste 1, 2 e 3, com local de encaminhamento, data do retorno e notas de retorno Notas de Entrega e/ou Retorno
R	Deve permitir realizar a impressão da ficha padrão do CTA

BOLETIM DE ATENDIMENTO/SAMU 192

Tipo	Descrição
R	Deve possuir funcionalidade para registro do Boletim de Atendimento do SAMU, com a possibilidade de preencher os campos: Número Data e Hora do Atendimento Tipo do Atendimento (Socorro, Transporte) Identificação da Base Deve possuir as classificações H: Homem, SA: Sem alteração, SB: Sem batimentos, IR: Irreversível, NN: Não nascido Motivo Clínico com Observação Traumático Dados do Paciente (Nome Completo, Sexo, Idade, Documento, Endereço do Atendimento, Latitude e Longitude, Nome da Testemunha e seu Documento) Vias Aéreas (Livre, Parcialmente obstruída, Obstruída) Respiração (Normal, Alterada, Agônica, Apnéia) Circulatório (Normal, Sangramento, Choque, PCR) Neurológico (Normal, Convulsão, Agitação, Confusão, Come)



	<p>Exposição (Sem Alteração, Queimadura, Deformidade, Fraturas, Ferimentos)</p> <p>Sinais Vitais (Horário inicial e final, PA Inicial e Final, F.C. Inicial e Final, F.R. Inicial e Final, Sat. 02% Inicial e Final, Temp. Axilar °C Inicial e Final, HGT Inicial e Final, Glasgow Inicial e Final, ETR Inicial e Final, ETP inicial e Final)</p> <p>Procedimentos Efetuados (Adm. Oxigênio, Guedel, Aspiração, Intubação OT/NT, Punção Crítico, RCP, Punção Torácica, Drenagem Crítico, Veia Periférica, Intracath, Intraóssea, Flebotomia, Punção Pericárdica, Sonda Gástrica, Sonda Vesical, Desfibrilação, Oximetria, Colar Cervical, Imobilização de Membros, Curativo, KED, Prancha Longa, Avaliação Monitor ECG, Reposição Volêmica/Medicamentos)</p> <p>Transporte (Simples, Medicalizado, Origem, Destino, Contato do Destino)</p> <p>Situação do Incidente</p> <p>Receptora (Médico e CRM, Enfermeiro e COREN)</p> <p>Intervencionista Médico e CRM, Enfermeiro e COREN)</p> <p>Motorista (Conductor e CNH)</p>
--	---

CARTÃO DO MUNÍCIPE

Tipo	Descrição
R	Deve possuir funcionalidade para solicitação de Cartão do Munícipe, selecionando o nome do paciente já cadastrado e coletando a data e horário da solicitação
R	Deve ser possível visualizar os detalhes das solicitações
R	<p>Deve ser possível atualização a situação da solicitação para:</p> <p>Envio de Solicitação (Gráfica)</p> <p>Retorno do Cartão (Gráfica)</p> <p>Entre do Cartão para o Usuário</p> <p>Cancelamento da Solicitação</p>
R	Deve ser possível a impressão do Cartão que contenha minimamente os dados do município, ID do paciente com código de barras, Nome Completo, Cartão SUS, Data de Nascimento, Nome da Mãe, Município.
R	Deve ser possível exportar os dados para a gráfica, em formato CSV



R	Após a exportação do arquivo CSV, o sistema deverá alterar todas as solicitações para a situação “Envio de Solicitação (Gráfica)”, com a data e hora da exportação.
---	---

